

Kevin Carson

Estudos em



Economia
Política
Mutualista

Estudos na
Economia Política Mutualista
Kevin A. Carson

Traduzido e Editado por Uriel Alexis Farizeli Fiori
Revisado parcialmente por Rodrigo Viana e Gabriel Felippi

Fayetteville, Ark. Anti-copyright 2004. Pode ser citado ou reproduzido sem limites, com devida atribuição.

Eu tenho criticado a lei do Valor Trabalho com toda a severidade que uma doutrina tão completamente falsa para mim parecia merecer. Pode ser que minha crítica também esteja aberta a muitas objeções. Mas uma coisa, de qualquer maneira, me parece certa: os escritores sérios, preocupados em encontrar a verdade, não irão, no futuro, ousar se contentar em afirmar a lei do valor como tem sido feito até agora.

No futuro, qualquer um que pensar que pode sustentar essa lei vai, antes de tudo, ser obrigado a fornecer o que seus predecessores omitiram - uma prova que possa ser levada a sério. Nem citações de autoridades; nem frases dogmáticas e de protesto; mas uma prova que, de modo sério e consciencioso, entre na essência do assunto. Nessas condições, ninguém estará mais preparado e disposto a continuar a discussão do que eu mesmo.

-- Eugen von Böhm-Bawerk. *Capital and Interest*, p. 389

Dedicatória:

À minha mãe, Ruth Emma Rockert, sem cujo amor e apoio eu jamais poderia ter feito este livro.

Conteúdo

Prefácio----9

Parte Um--Fundações Teóricas: Teoria do Valor----14

Capítulo Um--O Ataque Marginalista à Economia Política Clássica: Uma Avaliação e Contra-Ataque----15

- A. Declaração da Teoria Clássica do Valor-Trabalho----15
- B. "Economia Política Vulgar", Marginalismo e a Questão da Motivação Ideológica----16
- C. Os Marginalistas versus Ricardo----20
- D. Exceções ao Princípio do Custo: Os Clássicos em Sua Própria Defesa----26
- E. Generalidade e Paradigmas----39
- F. A Síntese Marshalliana----44
- G. Rothbard versus a Síntese Marshalliana----49

Capítulo Dois--Uma Reformulação Subjetiva da Teoria do Valor-Trabalho----57

Capítulo Três--Preferência Temporal e a Teoria do Valor-Trabalho----86

Parte Dois--Capitalismo e o Estado: Passado, Presente e Futuro----93

Introdução--Exploração e os Meios Políticos----94

Capítulo Quatro--Acumulação Primitiva e a Ascensão do Capitalismo----

Introdução----113

- A. A Expropriação da Terra no Velho Mundo----118
- B. Preempção da Terra nas Sociedades Coloniais----134
- C. Repressão Política e Controle Social na Revolução Industrial----137
- D. Colonialismo e Escravidão; Mercantilismo e a Criação do "Mercado Mundial"----149

Conclusão: "O Mundo que Perdemos"--E Vamos Retomar----160

Apêndice: Da "Necessidade" da Acumulação Primitiva----168

Capítulo Cinco--O Estado e o Capitalismo na Era do "Laissez-Faire"----174

- A. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: O Monopólio da Terra----175
- B. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: O Monopólio do Dinheiro----194
- C. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: Patentes----199
- D. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: Tarifas----205
- E. Subsídios aos Transportes----205

Capítulo Seis--A Ascensão do Capitalismo Monopolista----211

Introdução----211

- A. Corporativismo Progressista, Cartelização Regulatória e o Estado de Guerra Permanente----213
- B. A Teoria da Elite do Poder----232
- C. Capital Monopolista e Superlucros----236
- D. Socialização dos Custos como uma Forma de Cartelização----239

Capítulo Sete--Capitalismo Monopolista e Imperialismo----246

Introdução: A Reação da Elite à Crise (Com Digressão sobre a Má-distribuição de Renda)---246

- A. Imperialismo de Porta Aberta ao longo da década de 1930----251
- B. O Sistema de Breton Woods: O Ápice do Império de Porta Aberta----253
- C. Capitalismo Monopolista Dependente de Exportações (Com Digressão sobre Economia de Escala)----267

Capítulo Oito--Tendências de Crise----277

Introdução----277

- A. Crise de Acumulação----277
- B. Crises Fiscal e de Insumos----278
- C. Crise de Legitimação----289
- D. Reação Neoliberal e Repressão Política----290
- E. Limites Embutidos à Efetividade da Reação Neoliberal----302
- F. Neoconservadorismo como Tentativa de Defesa Contra a Crise de Legitimação----304
- G. A Escola de Frankfurt: Fascismo e o Abandono da Lei do Valor----306
- H. Crise Política Global do Imperialismo----308

Parte Três--Práxis----311

Capítulo Nove--Fins e Meios----312

- A. Princípios Organizadores----312
- B. Chegando lá----315

Bibliografia----348

Prefácio

Na metade do século XIX, uma vibrante escola anarquista americana nativa, conhecida como anarquismo individualista, existia em conjunto com outras variedades. Como a maioria dos outros pensamentos socialistas contemporâneos, era embasada numa interpretação radical da economia ricardiana. O anarquismo individualista clássico de Josiah Warren, Benjamin Tucker e Lysander Spooner era tanto um movimento socialista quanto uma subcorrente do liberalismo clássico. Concordava com o resto do movimento socialista que o trabalho era a fonte do valor de troca e que o trabalho tinha o direito a seu produto completo. Ao contrário do resto do movimento socialista, os anarquistas individualistas acreditavam que a recompensa natural do trabalho em um livre mercado era o seu produto e que a exploração econômica só poderia acontecer quando capitalistas e senhorios atrelavam o poder do estado a seus interesses. Dessa maneira, o anarquismo individualista era uma alternativa tanto ao crescente estatismo do movimento socialista *mainstream*, quanto ao movimento liberal clássico que estava se movendo em direção a uma mera apologética ao poder das grandes empresas.

Shawn Wilbur argumentou que a cisão entre individualistas e comunistas no movimento anarquista americano, no final do século XIX (para a qual o mal-estar entre Benjamin Tucker e Johann Most é um bom representante), deixou os individualistas marginalizados e fracos. Como resultado, muito do movimento criado por Benjamin Tucker foi absorvido ou colonizado pela direita. Embora existam muitas honrosas exceções que ainda abraçam o rótulo "socialista", a maioria das pessoas que se intitulam "anarquistas individualistas" atualmente são seguidoras da economia austríaca de Murray Rothbard e abandonaram a teoria do valor-trabalho. Não tivesse o anarquismo de Tucker sido marginalizado e suplantado pelo de Goldman, poderia ter sido o centro de uma versão singularmente americana do radicalismo populista. Poderia ter realizado uma teoria econômica mais elaborada, que fosse tanto livre-mercadista quanto anticapitalista, em vez de abandonar o rótulo socialista e ser cooptada pela Direita.

Alguns autodescritos anarquistas individualistas ainda adotam o aspecto socialista do pensamento de Tucker - Joe Peacott, Jonathan Simcock e Shawn Wilbur, por exemplo. O Movimento pela Cooperação Voluntária¹ promove os tipos de prática mutualista advogados por Proudhon. Elementos da tradição radical do século XIX também sobrevivem sob outros nomes, em uma variedade de movimentos: Georgista, distributista, tecnologia de "escala humana", etc. Infelizmente, o pensamento econômico anarquista individualista foi, em sua maior parte, congelado em um túnel do tempo por mais de cem anos. Se os marginalistas e subjetivistas não deram à teoria do valor-trabalho o golpe de misericórdia que eles presunçosamente reivindicam, eles ainda assim levantaram questões a que qualquer teoria viável do valor-

¹ Nota do Tradutor: *Voluntary Cooperation Movement*, no original.

trabalho deve responder.

Este livro é uma tentativa de reviver a economia política anarquista individualista, incorporar os desenvolvimentos úteis dos últimos cem anos e torná-la relevante aos problemas do século XXI. Esperamos que esse trabalho vá, pelo menos, percorrer parte do caminho em fornecer uma nova fundação teórica e prática para a economia socialista de livre mercado.

Na Parte I, que diz respeito à teoria do valor, construímos o aparato teórico para nossa análise posterior. Nessa seção, tentamos ressuscitar a teoria clássica do valor-trabalho, responder aos ataques de seus críticos marginalistas e subjetivistas e, ao mesmo tempo, reformular a teoria de uma maneira que tanto aborde suas críticas válidas quanto incorpore suas inovações úteis. A Parte I começa com uma avaliação da revolução marginalista e suas alegações sobre ter demolido a teoria do valor-trabalho e então procede a refutar tais críticas ou incorporá-las.

A Parte II analisa as origens do capitalismo sob a luz desse aparato teórico; é uma tentativa de explicar, se o leitor perdoar a expressão, as leis do movimento da sociedade capitalista de estado - de suas origens no estatismo ao seu colapso por contradições internas inerentes à coerção. Analisamos o capitalismo sob a luz da compreensão central do anarquismo individualista: de que a recompensa natural do trabalho num livre mercado é o seu produto e que a coerção é o único meio de exploração. É a intervenção estatal que distingue o capitalismo do livre mercado.

A Parte III, finalmente, é uma visão da prática mutualista, construída tanto de nossa análise teórica anterior quanto da rica história do pensamento anarquista.

Se há uma compreensão prática valiosa em todo esse livro, é a percepção de que políticas estatais coercitivas não são necessárias para remediar os males do capitalismo atual. Todos esses males - exploração do trabalho, monopólio e concentração, crise energética, poluição, desperdício - resultam da intervenção governamental no mercado em favor dos capitalistas. A solução não é mais intervenção governamental, mas eliminar a intervenção governamental existente, da qual os problemas derivam. Uma sociedade genuinamente de livre mercado, em que todas as transações são voluntárias e todos os custos estão internalizados no preço, seria uma sociedade descentralizada de produção em escala humana, em que todo o produto do trabalho iria para o trabalho, em vez de para os capitalistas, senhores de terra e burocratas do governo.

Um pouco do material das Partes II e III apareceu anteriormente em outras formas. O Capítulo Quatro é uma versão radicalmente expandida e revisada do subtítulo "*The Subsidy of History*" no meu panfleto "*The Iron Fist Behind the Invisible Hand*"², publicado pela Red Lion Press em 2001. O Capítulo Cinco é, igualmente, uma versão expandida de outras sessões do mesmo panfleto. Os Capítulos Seis e Sete são versões expandidas do meu artigo "*Austrian and*

² Nota do Editor: Disponível on-line em <http://www.mutualist.org/id4.html>. Tradução feita por Erick Vasconcelos para o C4SS, disponível em: <https://c4ss.org/content/33058>

Marxist Theories of Monopoly Capitalism: A Mutualist Synthesis"³. O Capítulo Oito incorpora algum material do mesmo artigo, junto com o subtítulo "*Political Repression*" do "*Iron Fist*". O Capítulo Nove inclui material do meu artigo "*A 'Political' Program for Anarchists*"⁴.

Eu agradeço quaisquer comentários, críticas ou sugestões. Posso ser contatado nesse endereço postal:

Kevin Carson
P.O. Box 822
Fayetteville, AR 72702-0822 - USA

Ou nesse endereço de e-mail:
free.market.anticapitalist@gmail.com

³ N. do E.: Disponível on-line em <http://mutualist.org/id10.html>.

⁴ N. do E.: Disponível on-line em <http://www.mutualist.org/id5.html>

Nota do Editor e Tradutor

As citações em todo o livro foram traduzidas diretamente do texto original deste livro, sem referência às traduções realizadas das obras citadas. Dessa maneira, mantivemos as referências de páginas e de edição nas notas, assim como os nomes dos livros, na forma como estão no texto original. Fornecemos, no entanto, na Bibliografia no final do livro, alternativas em português aos textos e livros citados, onde essas existam. Alguns links para referências bibliográficas fornecidos nas notas do original expiraram ou sofreram alterações, assim, onde possível, um novo link contendo o texto referido foi adicionado.

Ao longo do livro, foram inseridas notas explicativas sobre eventos, pessoas ou legislações mencionadas pelo autor, a fim de situar minimamente os leitores que possivelmente não tenham conhecimento detalhado sobre as histórias da Inglaterra e dos E.U.A. Essas notas, na maioria dos casos, foram traduzidas das seções iniciais dos respectivos artigos da Wikipedia em inglês. O link para esses artigos é fornecido no final da nota. O Tradutor não reclama para si autoria desses textos.

Onde há palavras de uso técnico e/ou específico de uma área de conhecimento que não possuam tradução adequada para o português, manteve-se o vocábulo original com nota de rodapé explicativa.

Buscou-se, na tradução, ponderar entre a clareza do texto em português e a fidelidade ao texto original, inclusive no estilo.

Parte I--Fundações Teóricas: Teoria do Valor

Capítulo Um: O Ataque Marginalista à Economia Política Clássica: Uma Avaliação e Contra-Ataque

A. Declaração da Teoria Clássica do Valor-Trabalho

A teoria do valor-trabalho, ou, secundariamente, alguma outra forma de teoria do valor-custo¹, era comum à escola clássica de economia política na Inglaterra.

Ela foi apresentada por Adam Smith de forma ambígua: "*O preço real de cada coisa — ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la — é a labuta e o incômodo que custa a sua aquisição... O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas.*"² Na mesma passagem, no entanto, ele falou do valor de uma mercadoria na posse de alguém como consistindo na "*quantidade de trabalho que ele pode comandar...*". E, em outros momentos, ele parecia fazer do preço de mercado do trabalho a fonte de seus efeitos no valor de troca.

A declaração mais nítida e efetiva da teoria do trabalho foi de David Ricardo, em *Principles of Political Economy and Taxation*: "*O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra mercadoria pela qual ela será trocada, depende da quantidade relativa de trabalho que é necessária para sua produção, e não de quanto maior ou menor compensação é paga por esse trabalho.*"³ Ao definir assim a doutrina, Ricardo eliminou a confusão entre o trabalho como a fonte do valor de troca e os salários como componentes do preço.

Desse princípio, se seguia que o provento advindo aos proprietários da terra e do capital era uma dedução desse valor de troca criado pelo trabalho, e que os salários variavam inversamente com o lucro: "*Se o milho deve ser dividido entre o fazendeiro e o trabalhador, quanto maior a proporção que for dada ao último, tanto menos sobrá ao primeiro. Da mesma forma, se bens de tecido ou algodão forem divididos entre o operário e*

¹ Como definido por Ronald Meek, o termo "teoria de custo" inclui "qualquer teoria que aborde o problema do preço de uma mercadoria a partir do ângulo dos 'custos' (incluindo lucros) que devem ser cobertos para que valha a pena para o produtor continuar a produzi-la. Algumas 'teorias do custo' não dizem mais do que que o preço de equilíbrio é determinado pelo custo de produção; outras vão mais longe e buscam um determinante final do custo de produção em si". *Studies in the Labour Theory of Value*, 2nd ed. New York e London: Monthly Review Press, 1956. p. 77 (nota). Neste capítulo, a teoria do custo de produção e a teoria do valor-trabalho serão usadas de forma intercambiável, exceto onde especificado de outra maneira. Na teoria mutualista, os componentes não referentes ao trabalho do custo são, eles mesmos, redutíveis ao valor-trabalho ou a rendas de escassez; a teoria do valor-trabalho mutualista, portanto, é simplesmente uma subespécie da teoria do custo que a leva à sua conclusão lógica.

² SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago, London, Toronto: Encyclopaedia Britannica, 1952. p. 13.

³ RICARDO. *Principles of Political Economy and Taxation*, 3rd ed. London: John Murray, Albemarle Street, 1821. Separata de: SRAFFA, Piero (Ed.). *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951. v. 1. p. 11.

seu empregador, quanto maior a proporção dada ao primeiro, tanto menos resta ao último."⁴

Era apenas natural que o emergente movimento socialista se apoderasse das implicações políticas dessa conclusão. A escola dos chamados "socialistas ricardianos" na Inglaterra teve justamente tal inspiração. O maior deles, Thomas Hodgskin, escreveu em *Labour Defended Against the Claims of Capital*, "Os salários variam inversamente aos lucros, ou, os salários crescem quando os lucros caem e os lucros crescem quando os salários caem; e são, portanto, os lucros, ou a parte do capitalista na produção nacional, que se opõem aos salários, ou a parte do trabalhador"⁵.

Marx, por sua vez, foi inspirado pela interpretação socialista Ricardiana da economia política clássica, assim como por Proudhon. De acordo com Engels, o socialismo moderno era um produto direto das compreensões da "economia política burguesa" sobre a natureza dos salários, da renda, e do lucro.

*Na medida em que o socialismo moderno, não importa de que tendência, procede da economia política burguesa, ele quase sem exceção assume a teoria de valor Ricardiana. As duas proposições que Ricardo proclamou logo no início de seus Principles, 1) que o valor de qualquer mercadoria é pura e unicamente determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção e 2) que o produto de todo o trabalho social é dividido entre três classes: proprietários de terras (renda), capitalistas (lucro), e trabalhadores (salários) - essas duas proposições foram desde 1821 utilizadas na Inglaterra para conclusões socialistas e, em parte, com tal agudeza e resolução que essa literatura, que havia então quase sido esquecida e foi em grande parte redescoberta apenas por Marx, permaneceu superada até o aparecimento do Capital.*⁶

A real dimensão em que a teoria de valor de Marx é um franco produto da de Ricardo e em qual ela era uma filosofia Hegeliana preexistente com elementos Ricardianos enxertados é uma questão controvertida.⁷ Mas, para o presente propósito, trataremos a teoria de valor de Marx como relevante para nosso estudo na medida em que ela for favorável a uma abordagem Ricardiana.

B. Economia Política Vulgar, Marginalismo e a Questão da Motivação Ideológica

Dado o terreno fértil que a economia política de Ricardo apresentava para

⁴ *Ibid.*, p. 35.

⁵ HODGSKIN, Thomas. *Labour Defended Against the Claims of Capital*. New York: Augustus M. Kelley, 1963 [1825]. pp. 27-8.

⁶ ENGELS, Friedrich. Preface to the First German Edition of *The Poverty of Philosophy* by Karl Marx. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1990[1884]. v. 26. p. 279.

⁷ Vide, por exemplo, STRUIK, Dirk J. Introduction a MARX, Karl. *The Economic & Philosophical Manuscripts of 1844*. New York: International Publishers, 1964.; FISCHER, Norman. The Ontology of Abstract Labor. *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n. 2, verão 1982.; e HUNT, E. K. Marx's Concept of Human Nature and the Labor Theory of Value. *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n. 2, verão 1982.

conclusões socialistas, ela era naturalmente vista como problemática pelos defensores do recém-surgido sistema de capitalismo industrial. Marx fez uma distinção fundamental, a este respeito, entre os economistas políticos clássicos e os "economistas vulgares" que vieram após eles. Smith, James Mill e Ricardo haviam desenvolvido suas economias políticas científicas sem medo de suas implicações revolucionárias, porque o capital industrial ainda era o progressista oprimido numa luta revolucionária contra os proventos imerecidos de senhores feudais e monopolistas privilegiados. Mas essa situação chegou ao fim com a aquisição de poder político por parte dos capitalistas.

Na França e na Inglaterra, a burguesia havia conquistado poder [no ano da "crise decisiva" de 1830]. Daí em diante, a luta de classes, na prática assim como na teoria, tomou formas cada vez mais francas e ameaçadoras. Soou o outeiro da economia científica burguesa. Dali em diante não era mais uma questão de se esse ou aquele teorema era verdadeiro, mas se era útil ou prejudicial ao capital, conveniente ou inconveniente, politicamente perigoso ou não. No lugar de indagadores desinteressados, foram contratados caçadores de recompensa; no lugar da pesquisa científica genuína, a consciência pesada e a intenção maligna da apologética.⁸

Maurice Dobb, igualmente, comentou sobre a transição da economia política de um papel revolucionário para um apologético:

Como uma crítica levantada simultaneamente contra o autoritarismo de um estado autocrático e contra os privilégios da aristocracia fundiária, a Economia Política, em sua concepção, desempenhou um papel revolucionário.... Apenas mais tarde, em sua fase pós-Ricardiana, foi que ela passou de um ataque ao privilégio e à restrição a uma apologia à propriedade.⁹

Embora a ruptura talvez não tenha sido tão fundamental quanto os Marxistas a retrataram, há evidências de que pelo menos alguns economistas políticos, de 1830 em diante, assim como os fundadores do marginalismo, estavam conscientes do aspecto político do problema. De acordo com Maurice Dobb, os "economistas políticos vulgares" foram conscientemente motivados por considerações apologéticas; como uma alternativa à escola clássica dominante da Inglaterra, eles se voltaram para a escola continental subjetivista, que havia sido influenciada pela interpretação de Adam Smith por Say.

Foi contra todo esse modo [ricardiano] de abordagem que a escola de Senior-Longfield reagiu tão fortemente - não meramente como uma ferramenta inapropriada de análise..., mas contra suas aplicações mais amplas e corolários. Ao reagir dessa maneira, era quase inevitável que eles devessem ser carregados na esteira da (e eventualmente se juntar a) outra tradição rival derivando de Smith, reforçando-a ao assim fazê-lo. Se eles são propriamente descritos de qualquer modo como "aperfeiçoadores" ou "conciliadores", tal termo deveria realmente ser

⁸ MARX, Karl. Afterword to Second German Edition of Capital (1873). In MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1996. v. 35. p. 15.

⁹ DOBB, Maurice. *Political Economy and Capitalism: Some Essays in Economic Tradition*, 2nd revised ed. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1940, 1960. p. 53.

aplicado a seu papel no desenvolvimento dessa tradição Smithiana e não da abordagem Ricardiana.¹⁰

Entre a primeira geração de marginalistas, pelo menos Jevons estava bastante consciente da dimensão política de seu projeto anti-ricardiano. Para citar Dobb novamente, "...embora possa se dizer que Menger representou essa ruptura com a tradição clássica ainda mais clara e completamente, Jevons estava aparentemente mais consciente do papel que estava desempenhando em manobrar novamente o 'carro da ciência econômica' que Ricardo tinha tão perversamente direcionado 'para um rumo errado.'"¹¹

Dobb considerou notável que a refinação marginalista do subjetivismo tenha sido produzida quase que simultaneamente por três escritores diferentes, dentro de uma década da publicação do *Capital*. Isso indicava uma predominante atmosfera de combate ideológico e um vazio de polemistas anti-marxianos aguardando ser preenchido.

É no mínimo um fato notável que, dentro de dez anos do aparecimento do primeiro volume do Kapital, não apenas o princípio rival da utilidade tenha sido enunciado independentemente por vários escritores, mas o novo princípio estivesse encontrando uma receptividade à sua aceitação que poucas ideias de similar novidade jamais poderiam encontrar. Se apenas pelo efeito da negação, a influência de Marx sobre a teoria econômica do século XIX pareceria ter sido muito mais profunda do que seria elegante admitir....

Que tantos dos economistas do último quarto do século anunciassem seus artigos como uma novidade que marcou época e inclinasse suas lanças tão ameaçadoramente contra seus antecessores parece ter uma explicação óbvia, se pouco lisonjeira: a saber, o perigoso uso ao qual as noções ricardianas haviam sido recentemente colocadas por Marx.¹²

E, da segunda geração de Austríacos, Böhm-Bawerk parecia bastante ciente, na opinião de Dobb, da natureza ideológica da tarefa perante si.

Parece claro que Böhm-Bawerk ao menos apreciava o problema que a teoria clássica procurava resolver. Ao passo que ele é frugal, quase mesquinho, em prestar tributo a Marx por sequer ter formulado a questão adequadamente, existe toda indicação de que ele moldou sua teoria diretamente para fornecer uma resposta substituta às questões que Marx tinha apresentado.¹³

Se tais especulações sobre os motivos políticos dos revolucionários marginalistas parecem "pouco lisonjeiras", injustas ou ad hominem, vale a pena ter em mente que Böhm-Bawerk mesmo não estava acima de apontar as motivações ideológicas de seus predecessores, numa linguagem que lembra muito a rejeição de Marx dos "economistas

¹⁰ DOBB. *Theories of Value and Distribution Since Adam Smith: Ideology and Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. p. 118.

¹¹ *Ibid.*, p. 166.

¹² DOBB. *Political Economy and Capitalism*. pp. 24, 136.

¹³ *Ibid.*, pp. 24-5.

vulgares". Ainda mais do que por brandir seu machado contra Marx, Böhm-Bawerk parece ter sido motivado por um desejo de demonstrar a originalidade de suas próprias ideias às custas de defesas anteriores dos juros, como a de Nassau Senior.

A teoria de Abstinência de Senior obteve grande popularidade entre aqueles economistas que têm uma posição favorável aos juros. Parece-me, no entanto, que essa popularidade se deve, não tanto à sua superioridade enquanto teoria, quanto por ter vindo em cima da hora para auxiliar os juros contra os severos ataques que foram feitos contra eles. Eu tiro essa inferência da peculiar circunstância de que a vasta maioria de seus defensores posteriores não a professam exclusivamente, mas apenas adicionam elementos da teoria da Abstinência de uma maneira eclética a outras teorias favoráveis aos juros.¹⁴

Uma vez que Böhm-Bawerk não estava acima de tal crítica de seus próprios predecessores, não temos nenhuma obrigação de poupá-lo de tratamento similar por um excesso de cavalheirismo.

É notável, pelo menos, como a atmosfera cultural da corrente principal do liberalismo clássico mudou do começo do século XIX em diante. De um ataque revolucionário ao poder arraigado da aristocracia rural e dos monopólios privilegiados, ao final do século XIX havia se tornado uma apologia às instituições e interesses que mais se assemelham, em poder e privilégio, à classe dominante do Velho Regime: as grandes corporações e a plutocracia.

A mudança em direção à reação não foi, de forma alguma, uniforme, no entanto. O caráter revolucionário e anti-privilégio do início do movimento continuou em muitas vertentes do liberalismo. Thomas Hodgskin, inequivocamente na tradição liberal clássica e também, de longe, o mais orientado ao mercado dos socialistas Ricardianos, criticou o poder do capitalista industrial numa linguagem que lembra o ataque de Adam Smith a senhorios e mercantilistas - e com base em muitos dos mesmos princípios.

A escola Americana de anarquismo individualista, igualmente, voltou as armas da análise de livre mercado contra os sustentáculos estatistas do privilégio capitalista. Mesmo o discípulo de Hodgskin, Spencer, usualmente considerado como um apologista estereotipado do capitalismo, por vezes demonstrava tais tendências. Henry George e seu seguidor Albert Nock, da mesma maneira, voltaram o liberalismo clássico em direção a fins radicalmente populistas. Nossa própria versão do socialismo de livre mercado, estabelecida nesse livro, vem desses herdeiros da doutrina armada do liberalismo clássico.

De qualquer maneira, independentemente de suas motivações políticas, os marginalistas desempenharam um papel necessário. Suas críticas detalhadas da economia política clássica apontaram muitas áreas que necessitam de esclarecimento ou de uma base filosófica mais explícita. E a crítica marginalista, especialmente a de Böhm-Bawerk, produziu inovações genuinamente valiosas que qualquer teoria viável do valor-trabalho deve incorporar. Uma tal crítica (a crítica de Böhm-Bawerk da teoria do trabalho por sua falta de um mecanismo adequado) e uma inovação (a teoria Austríaca da preferência

¹⁴ BÖHM-BAWERK, Eugen von. *Capital and Interest: A Critical History of Economical Theory*. Tradução de William Smart. New York: Brentanno's, 1922. p. 286.

temporal) serão integradas, nos capítulos seguintes, a uma teoria do valor-trabalho retrabalhada.

C. Os Marginalistas versus Ricardo

Embora as críticas subsequentes dos marginalistas a Ricardo tenham sido mais minuciosas, Jevons disparou a salva de abertura de forma bem dramática. Ele explicitamente formulou sua teoria do valor baseada na utilidade em oposição à teoria do trabalho. Em sua Introdução a *The Theory of Political Economy*, ele escreveu:

Repetidas reflexão e investigação me levaram à opinião, um tanto nova, de que o valor depende inteiramente da utilidade. Opiniões predominantes fazem do trabalho, em vez da utilidade, a origem do valor; e existem até aqueles que distintamente afirmam que o trabalho é a causa do valor. Eu mostro, pelo contrário, que temos apenas que traçar cuidadosamente as leis naturais da variação da utilidade, como dependente da quantidade de mercadoria em nossa posse, a fim de chegar a uma teoria satisfatória da troca, da qual as leis comuns de oferta e demanda são uma consequência necessária. Essa teoria está em harmonia com os fatos; e, quando quer que exista qualquer razão aparente para a crença de que o trabalho é a causa do valor, nós obtemos uma explicação da razão. Frequentemente se descobre que o trabalho determina o valor, mas apenas de uma maneira indireta, ao variar o grau de utilidade da mercadoria através de um aumento ou limitação da oferta.¹⁵

Em face dela, a afirmação não qualificada de que utilidade determina o valor parece um total absurdo. A única maneira em que o fornecedor de um bem pode cobrar de acordo com sua utilidade para o comprador é se ele estiver numa situação de monopólio que o permita cobrar o que quer que o mercado suporte, sem levar em conta o custo de produção. Mas ao se qualificar essa afirmação para tratar a utilidade marginal como uma variável dependente determinada pela quantidade em nossa posse, ele deixa claro que a influência do valor sobre o preço assume uma captura instantânea do balanço da oferta e da demanda num mercado *em qualquer dado momento*. Esta também é uma deficiência da teoria Austríaca de utilidade, como desenvolvida por Böhm-Bawerk e seus seguidores Austríacos, até o presente. Não apenas os Austríacos posteriores trataram inadequadamente a dimensão temporal, como eles foram forçados a uma posição de ceticismo radical a respeito das noções de "preço de equilíbrio", a fim de evitar o entendimento marshalliano do efeito dinâmico do custo de produção sobre o preço, através do efeito do preço de mercado sobre a oferta. Na medida em que Jevons admitiu a dimensão do tempo e tornou a oferta em si mesma uma função da resposta do fornecedor ao preço de mercado, ele também foi forçado a admitir o efeito do trabalho sobre o valor "de uma maneira indireta", praticamente da mesma maneira que Marshall faria mais tarde com suas famosas tesouras.

Böhm-Bawerk estava em sua melhor forma ao analisar sistematicamente as

¹⁵ JEVONS, William Stanley. *The Theory of Political Economy*, 5th ed. [S.l.]: Kelley & Millman, 1957. p. 1-2.

exceções à teoria do trabalho e ao princípio do custo. Ao fazê-lo, no entanto, ele foi forçado a admitir uma correlação estatística grosseira entre custo e preço nos casos de bens reprodutíveis; e ao admiti-lo, ele foi forçado a reduzir seu argumento a tergiversar sobre o nível necessário de generalidade para uma teoria de valor. Assim, tendo Böhm-Bawerk estabelecido os termos da discussão, vamos proceder a examinar sua lista de exceções à teoria do preço-custo de Ricardo. Ele começa com uma declaração geral de sua crítica:

A experiência mostra que o valor de troca dos bens está em proporção com aquela quantidade de trabalho que sua produção custa apenas no caso de uma classe de bens e mesmo assim apenas aproximadamente. Tão bem conhecido como isso deve ser, considerando-se que os fatos sobre os quais repousa são tão familiares, isso é raramente estimado com seu devido valor. Claro que todos, inclusive os escritores socialistas, concordam que a experiência não confirma inteiramente o Princípio do Trabalho. Comumente se imagina, no entanto, que os casos em que os fatos reais confirmam o princípio do trabalho formam a regra e que os casos que contradizem o princípio formam uma exceção relativamente insignificante. Essa visão é muito errônea e, para corrigi-la de uma vez por todas, eu colocarei em grupos as exceções pelas quais a experiência prova que o princípio do trabalho é limitado na vida econômica. Veremos que as exceções prevalecem tanto que dificilmente deixam espaço para a regra.¹⁶

Como veremos mais tarde, no entanto, é de questionável valor medir quantitativamente as exceções à lei do valor; faz mais sentido tratar o efeito do custo como uma generalização de primeira ordem e então tratar as exceções de escassez como desvios de segunda ordem dessa generalização. Essa foi a abordagem tanto de Ricardo, ao tratar o custo e a escassez como princípios gêmeos do valor, quanto de Marshall, com suas tesouras. Quanto maior o intervalo de tempo, mais o custo se mostra ser a principal influência sobre o preço de bens cuja oferta pode ser aumentada em resposta à demanda, e rendimentos de escassez se mostram ser desvios de curto prazo através dos quais o princípio do custo se realiza.

A primeira exceção à teoria do valor trabalho que Böhm-Bawerk listou foi a dos bens escassos com uma oferta inelástica.

1. *Do escopo do Princípio do Trabalho estão excluídos todos os bens "escassos" que, por obstáculos reais ou legais, não podem ser reproduzidos de nenhuma maneira ou só podem ser reproduzidos em quantidade limitada. Ricardo cita, a título de exemplo, estátuas raras e quadros, livros e moedas escassas, vinhos de uma qualidade peculiar e acrescenta que tais bens formam apenas uma proporção muito pequena dos bens trocados diariamente no mercado. Se, no entanto, considerarmos que a esta categoria pertence toda a terra, e, mais ainda, aqueles numerosos bens em cuja produção patentes, direitos autorais e segredos comerciais entram em jogo, se descobrirá que a extensão dessas "exceções" não é de maneira alguma insignificante.¹⁷*

Bens que são permanentemente inelásticos em oferta são, realmente, a exceção

¹⁶ BÖHM-BAWERK. *Capital and Interest*, p. 383.

¹⁷ *Ibid.*, p. 383-4.

mais fundamental à teoria do valor-trabalho de Ricardo. Tais bens completamente inelásticos são, no entanto, uma porção relativamente menor de todas as mercadorias. A produção da maioria dos bens pode, eventualmente, ser expandida a um nível suficiente para satisfazer a demanda. Para tais bens elásticos, a única questão é a duração necessária para tal ajuste. Böhm-Bawerk falou sobre essa "exceção" (que não é realmente uma exceção de qualquer modo, como veremos, uma vez que não viola de qualquer maneira a correspondência entre o valor-trabalho e o preço *de equilíbrio*) em seu quarto ponto, citado a seguir. Quanto ao exemplo de obras de arte raras, etc., Böhm-Bawerk mesmo admitiu que Ricardo os reconhecia.

O grupo final de exceções - terra, patentes, etc. - merece uma análise de perto. Böhm-Bawerk amontoou todos os bens com uma oferta inelástica, independentemente de se sua inelasticidade resulta de "obstáculos reais ou legais". Mas a versão mutualista da teoria do valor-trabalho afirma que, excetuando-se bens naturalmente inelásticos em oferta, o lucro resulta de trocas desiguais - em si mesmas um resultado da intervenção estatal no mercado. Na medida em que a escassez de terra é natural e reivindicações de senhorios absenteístas não são impostas pelo estado, a renda econômica sobre a terra é uma forma de renda por escassez que prevalecerá sob qualquer sistema. Mas na medida em que a escassez é artificial, resultando de restrições do governo ou de senhorios absenteístas sobre o acesso à terra desocupada ou de aluguéis de senhorios sobre aqueles que efetivamente ocupam e usam a terra, a contenção mutualista é que tal renda é um desvio do valor de troca normal, causado por troca desigual. Patentes, da mesma maneira, são um desvio desse tipo, não sendo nada além de um monopólio imposto pelo estado. Tais exemplos, portanto, não têm influência alguma sobre a validade da teoria do valor-trabalho.

Como seu segundo item na lista de exceções, Böhm-Bawerk menciona o produto do trabalho especializado. No processo de sua discussão, ele ridicularizou a tentativa de Marx de resgatar um padrão uniforme de tempo-trabalho através da redução do trabalho especializado a um múltiplo do trabalho comum.¹⁸ Nisto, Böhm-Bawerk estava completamente correto. A validade desta crítica foi um fator em nossa tentativa de retrabalhar a teoria do valor-trabalho com base no "labuta e incômodo" subjetivo de Smith e Hodgskin, no lugar do tempo de trabalho incorporado de Ricardo e Marx. Isso será discutido em detalhe num capítulo posterior.

O terceiro tipo de exceções, similarmente, incluíam "*aqueles bens - uma classe, é verdade, não muito importante - que são produzidos por trabalho anormalmente mal pago*"¹⁹. Mas a teoria do valor trabalho, pelo menos da forma em que Ricardo a formulou, afirma que os valores de troca dos bens eram regulados pela quantidade de trabalho incorporada neles - não pelos salários do trabalho. E, de acordo com a versão mutualista da teoria, salários baixos em relação ao produto total do trabalho são resultado de trocas desiguais entre o capital e o trabalho dentro do processo de produção.

A exceção mais importante, após a primeira, era a quarta: as flutuações dos preços das mercadorias acima e abaixo do eixo do seu valor-trabalho, em resposta às mudanças na oferta e na demanda.

¹⁸ *Ibid.*, pp. 384-5.

¹⁹ *Ibid.*, pp. 385-6.

4. *Uma quarta exceção ao Princípio do Trabalho pode ser encontrada no fenômeno familiar e admitido de forma universal de que mesmo aqueles bens cujo valor de troca corresponde inteiramente aos custos do trabalho não demonstram essa correspondência a todo o tempo. Pelas flutuações de oferta e demanda seu valor de troca é colocado às vezes acima, às vezes abaixo do nível correspondente à quantidade de trabalho incorporada neles. A quantidade de trabalho indica o ponto em direção ao qual o valor de troca gravita, - não qualquer ponto fixo de valor. Essa exceção, também, os adeptos socialistas do princípio do trabalho me parecem fazer muito pouco caso dela. Eles a mencionam, de fato, mas eles a tratam como uma pequena irregularidade transitória, cuja existência não interfere com a grande "lei" do valor de troca. Mas é inegável que essas irregularidades são justamente muitos casos onde o valor de troca é regulado por outros determinantes que não a quantidade de custos de trabalho. Elas poderiam, em todo caso, ter sugerido a investigação se talvez não existe um princípio mais universal do valor de troca, ao qual pode ser traçado, não só as formações regulares de valor, mas também aquelas formações que, do ponto de vista da teoria do trabalho, parecem ser "irregulares". Mas procurá-los em vão por qualquer investigação do tipo entre os teóricos dessa escola.*²⁰

Na verdade, esta quarta exceção está absolutamente desprovida de substância, a menos que se adote a posterior postura Austríaca de ceticismo epistemológico radical em relação à noção de "preço de equilíbrio". E se, como Böhm-Bawerk disse, Ricardo mesmo admitiu a existência dessa exceção, só se pode deduzir que Ricardo não a via como uma falha fatal na teoria do trabalho. Pareceria se seguir que Böhm-Bawerk e Ricardo diferiam em suas opiniões sobre a significância do fenômeno - caso em que a real tarefa de Böhm-Bawerk seria mostrar por que Ricardo estava errado em suas visões sobre o que constituía uma teoria adequada.

A teoria do trabalho de Ricardo não só assumia implicitamente tal flutuação, mas dependia dela. Eram apenas o processo de competição ao longo do tempo e a resposta dos fornecedores e consumidores ao preço flutuante do mercado que continuamente faziam com que o preço de equilíbrio gravitasse em torno do valor-trabalho. E Marx disse o mesmo de forma explícita, como veremos a seguir.

Ricardo tratava na maior parte do tempo "valor" e "preço" como sinônimos e alegava somente que o valor se aproximava do trabalho incorporado ao longo de um período de tempo. Marx, por outro lado, usava "valor" num sentido muito mais próximo de preço de equilíbrio. Ambos, então, afirmavam nada mais de que o preço de equilíbrio de um bem em oferta elástica se aproxima de seu valor-trabalho. E, para ambos, as flutuações de preço sob a influência da oferta e da demanda eram o próprio mecanismo pelo qual a lei do valor operava.

Finalmente, Böhm-Bawerk apontou, como uma quinta exceção, aqueles casos em que os preços "*constantemente*" divergiam do valor-trabalho, "*e isso não insignificamente*", na medida em que sua produção "*requer[ia] um maior adiantamento*

²⁰ *Ibid.*, p. 386.

*de trabalho 'prévio'...*²¹. Se ele estava se referindo aqui ao custo de amortização de gastos passados com capital, isso não apresenta qualquer problema para a teoria do trabalho, dada sua visão do capital como trabalho prévio acumulado. Se ele estava se referindo aos problemas apresentados à teoria do valor-trabalho por capitais de composições orgânicas diferentes e à taxa geral de lucro, um estudo extensivo dessa questão está além do nosso escopo aqui. Basta dizer que Ricardo, assim como Marx, reconhecia composições diferentes de capital como um fator de distorção; e Marx via a taxa geral de lucro somente como redistribuição da mais-valia e, desse modo, tornando indireta a operação da lei do valor. E, do ponto de vista mutualista, lucro e juros são retornos de monopólio sobre o capital resultando da intervenção estatal no mercado; então para o mutualismo, a taxa de lucro (excetuando-se a parte relativamente menor do lucro líquido resultando da preferência temporal, com a qual lidaremos no Capítulo 3) é simplesmente outro exemplo das distorções pelas quais a troca desigual causa um desvio dos "valores normais".

Böhm-Bawerk resumiu todos os desvios do princípio do trabalho e concluiu que a teoria do valor-trabalho

*não se sustenta de forma alguma no caso de uma proporção bastante considerável dos bens; no caso de outros, não se sustenta sempre e nunca se sustenta exatamente. Esses são os fatos da experiência com os quais os teóricos do valor tem que contar.*²²

O espantalho caricatural de Böhm-Bawerk do que a teoria do trabalho tinha a intenção de demonstrar, certamente, não se sustentou bem de forma alguma sob sua investida. Mas até aí, espantalhos são feitos para serem abatidos. Teria feito tanto sentido ele dizer que a lei da gravidade foi invalidada por todas as exceções apresentadas pela resistência do ar, vento, obstáculos, esforço humano e assim por diante. A força opera em todos os momentos, mas sua operação sempre é qualificada pela ação de forças *secundárias*. Mas está claro, no caso da gravidade, qual é o fenômeno de primeira ordem e quais são *desvios* de segunda ordem dela.

A distinção de Ricardo entre bens reprodutíveis e não-reprodutíveis, bem verdade, era enganadora. Embora bens cuja oferta está limitada de forma absoluta em relação à demanda sejam uma porção relativamente menor de todas as mercadorias, ainda assim é verdade que mesmo bens reprodutíveis demoram um período maior ou menor de tempo para a oferta acomodar a demanda. Em qualquer dado momento, o preço da maioria das mercadorias é provavelmente maior ou menor do que o valor-trabalho, como resultado de um desequilíbrio entre a oferta e a demanda. Somente ao longo do tempo é que o preço se aproxima do valor-trabalho. Então, em vez de salientar a insignificância quantitativa dos desvios de escassez do custo, Ricardo teria sido mais preciso em enfatizar o caráter de tais desvios como um fenômeno secundário no processo geral pelo qual o preço de equilíbrio se aproxima do valor-trabalho.

Mas os Austríacos eram culpados de sua própria ambiguidade. Embora Menger e Böhm-Bawerk considerassem a influência do custo de produção como virtualmente

²¹ *Ibid.*, pp. 386-7.

²² *Ibid.* p. 387.

irrelevante em todos os casos de escassez, eles não foram claros sobre o que exatamente eles queriam dizer com escassez.

Menger distinguia bens econômicos, que são caracterizados pela escassez, de bens não-econômicos: "*a diferença entre bens econômicos e não-econômicos é, em última análise, fundamentada numa diferença... na relação entre a necessidade e as quantidades disponíveis desses bens...*"²³ Dos bens não-econômicos, ele escreveu:

*A relação responsável pelo caráter não-econômico dos bens consiste nas necessidades por bens sendo menores do que suas quantidades disponíveis. Dessa maneira, sempre existem porções da oferta integral de bens não-econômicos que não estão relacionados a nenhuma necessidade humana.... Consequentemente nenhuma satisfação depende do nosso controle de qualquer uma das unidades de um bem tendo um caráter não-econômico...*²⁴

O problema, no entanto, é que bens quase nunca são "não-econômicos" nesse sentido de não possuir qualquer valor de troca. A menos que uma oferta ilimitada de um bem esteja localizada em seu ponto de consumo e não requeira nenhum esforço de apropriação, ele adquirirá algum valor a partir do esforço necessário para transportá-lo ao usuário final em forma utilizável. Mesmo quando uma vila está cercada de florestas, sem limites sobre a quantidade que pode ser cortada por uma família individual, a lenha tem um valor de troca. Mesmo em Cocanha²⁵ ou Big Rock Candy Mountain²⁶, deve-se fazer o esforço de colher os frangos assados do arbusto ou pegar uísque do riacho.

Discípulo de Menger, Böhm-Bawerk igualmente fez da escassez relativa à demanda a base do valor. O valor econômico requeria "*escassez assim como utilidade -*"

*Não escassez absoluta, mas escassez relativa à demanda de uma classe particular de bens. Para colocar de forma mais exata: os bens adquirem valor quando o estoque total disponível deles não é o suficiente para cobrir os desejos dependentes deles para satisfação ou quando o estoque não seria o suficiente sem esses bens em particular.*²⁷

²³ Menger, Carl. *Principles of Economics*. Tradução de James Dingwall e Bert F. Hoselitz. Grove City, PA: Libertarian Press, 1976. p. 101.

²⁴ *Ibid.*, p. 116-7.

²⁵ Nota do Tradutor: A Cocanha é um país mitológico, conhecido durante a Idade Média. Nesta terra mitológica, não havia trabalho e o alimento era abundante, lojas ofereciam seus produtos de graça, casas eram feitas de cevada ou doces, sexo podia ser obtido livremente, o clima sempre era agradável, o vinho nunca terminava e todos permaneciam jovens para sempre. Vivia-se entre os rios de vinho e leite, as colinas de queijo (queijo chovia do céu) e leitões assados que ostentavam uma faca espetada no lombo. Vide: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cocanha>.

²⁶ N. do T.: "Big Rock Candy Mountain", primeiro gravada por Harry McClintock, em 1928, é uma canção de música folk sobre a ideia de paraíso de um vagabundo, uma versão moderna do conceito medieval da Cocanha. É um lugar onde "galinhas colocam ovos cozidos moles" e há "árvores de cigarro". McClintock afirmou ter escrito a canção em 1895, baseado em contos de sua juventude viajando através dos Estados Unidos, mas alguns acreditam que pelo menos alguns aspectos da música já existiam há muito mais tempo. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Big_Rock_Candy_Mountain.

²⁷ BÖHM-BAWERK. *The Positive Theory of Capital*. Tradução de William Smart. London e New York: MacMillan and Co., 1891. pp. 135-6.

E essa escassez, como Böhm-Bawerk colocou, era uma escassez de "bens presentes":

*Agora pode-se mostrar - e, com isso, chegamos à meta de nossa longa investigação - que a oferta de bens presentes deve ser numericamente menor do que a demanda. A oferta, mesmo na nação mais rica, é limitada pela quantidade de riqueza das pessoas no momento. A demanda, por outro lado, é praticamente infinita...*²⁸

Esse conceito de "escassez", como usado por Menger e Böhm-Bawerk, tem três problemas. Primeiro, como já sugerimos anteriormente, fazer a escassez e a utilidade dependerem do balanço entre a demanda e os "bens presentes" no momento presente, ignora o fator dinâmico. Ao se tomar o equilíbrio entre oferta e demanda em um mercado em particular, em um momento em particular, como um "instantâneo", e se derivar o valor da "utilidade" nesse contexto, se ignora o efeito do preço de curto prazo sobre o comportamento futuro dos agentes de mercado: o próprio mecanismo através do qual o preço se faz aproximar do custo ao longo do tempo.

Segundo, confunde dois tipos de escassez: 1) o tipo de escassez que torna bens econômicos (ou seja, uma dificuldade de produção ou apropriação suficiente para exigir algum esforço ou desutilidade para adquiri-los em uma forma utilizável); e 2) o tipo de escassez em que um bem está numa oferta mais ou menos inelástica, de maneira que ele não pode ser produzido em quantidades proporcionais ao esforço. De certo modo, o primeiro tipo é construído em oposição a um espantalho: como dissemos anteriormente, não *existem* virtualmente quaisquer bens não-econômicos.

E terceiro, a alegação de que a demanda é virtualmente infinita relativa a oferta é enganadora. "Demanda" não é uma variável independente, mas depende do preço no qual os bens estão disponíveis. Para ser "reprodutível" no sentido Ricardiano, um bem não precisa ser reprodutível ilimitadamente, em quaisquer quantidades que um indivíduo possa concebivelmente estar disposto a consumi-lo, se não custasse nada. Ele só tem que ser reprodutível na quantidade pela qual exista demanda ao custo de produção. E, como apontamos anteriormente, independente do grau de elasticidade, contanto que a oferta possa *eventualmente* ser adaptada à demanda, o preço de equilíbrio se aproximará do custo de produção.

D. Exceções ao Princípio do Custo: Os Clássicos em Sua Própria Defesa

Uma vez que Böhm-Bawerk e outros fizeram tanto das várias exceções de escassez ao princípio do custo, iremos examinar o tratamento de tais exceções nos escritos dos próprios economistas políticos clássicos e socialistas. Se, como veremos a seguir, os clássicos livremente admitiram tais exceções, se segue que os marginalistas e subjetivistas estavam atacando um espantalho; ou, no mínimo, que eles tinham uma ideia bem diferente do nível de generalidade necessária para uma teoria de valor.

²⁸ *Ibid.*, p. 332.

Embora Adam Smith figurasse muito menos proeminentemente que Ricardo nos ataques subjetivistas às teorias de valor-trabalho e custo, ele ainda assim não escapou inteiramente às suas atenções. Então será interessante examinar declarações, em seus escritos, de exceções ao princípio do custo.

Smith tratava as flutuações de preço acima e abaixo de seu "nível natural", não como violações de sua ideia de preço natural, mas como o mecanismo pelo qual ela se sustentava.

O preço de mercado de toda mercadoria em particular é regulado pela proporção entre a quantidade que é efetivamente trazida ao mercado e a demanda daqueles que estão dispostos a pagar o preço natural da mercadoria, ou o valor inteiro da renda, trabalho e lucro, que deve ser pago a fim de trazê-la de lá. Tais pessoas podem ser chamadas de demandantes efetivos, e sua demanda, de demanda efetiva; uma vez que ela pode ser suficiente para efetuar o transporte da mercadoria ao mercado. É diferente da demanda absoluta. Pode-se dizer que um homem muito pobre tem, de certo modo, uma demanda por um coche e seis...; mas sua demanda não é uma demanda efetiva, visto que a mercadoria jamais poderá ser trazida ao mercado a fim de satisfazê-la...

A quantidade de toda mercadoria trazida ao mercado naturalmente se adequa à demanda efetiva. É do interesse de todos aqueles que empregam sua terra, trabalho ou estoque, ao trazer qualquer mercadoria ao mercado, que a quantidade nunca deva exceder a demanda efetiva; e é do interesse de todas as outras pessoas que ela nunca deva ficar aquém dessa demanda.

Se, a qualquer momento, ela excede a demanda efetiva, algumas das partes constituintes de seu preço devem ser pagas abaixo de sua taxa natural. Se for renda, o interesse dos senhores imediatamente os levará a retirar uma parte de sua terra; e se forem salários ou lucro, o interesse dos trabalhadores, em um caso, e de seus empregadores, no outro, os levará a retirar a parte de seu trabalho ou estoque desse emprego. A quantidade trazida ao mercado logo não será mais que o suficiente para prover a demanda efetiva. Todas as diferentes partes de seu preço subirão à sua taxa natural e o todo ao seu preço natural.

Se, ao contrário, a quantidade trazida ao mercado ficar, a qualquer momento, aquém da demanda efetiva, algumas das partes constituintes de seu preço devem subir acima de sua taxa natural.... [E como resultado, fatores entrarão no mercado até que] a quantidade trazida de lá logo será suficiente para prover a demanda efetiva. Todas as diferentes partes de seu preço logo irão cair à sua taxa natural, e o preço integral, ao seu preço natural.

*O preço natural, portanto, é, como era, o preço central, ao qual os preços de todas as mercadorias estão continuamente gravitando*²⁹

Smith, nessa análise, ofuscou os Austríacos em dois pontos. Primeiro, ele admitiu a

²⁹ SMITH. *Wealth of Nations*, p. 24.

oferta como um fator dinâmico, em vez de tratar o equilíbrio entre oferta e demanda em algum dado momento, fora de qualquer contexto maior. E, segundo, em vez de tratar a demanda como absoluta e, portanto, praticamente ilimitada em comparação com a oferta, ele considerou apenas a demanda "efetiva" por um bem ao seu preço "natural". Atenção a esses dois pontos já é uma boa parte do caminho para evitar a impressão enganadora da teoria de valor da "utilidade", como grosseiramente formulada pelos Austríacos.

No mesmo capítulo, Smith fez um estudo detalhado de várias formas de inelasticidade, natural ou artificial, que faziam com que o preço desviasse do custo a curto ou a longo prazo. Entre essas ele incluiu segredos comerciais, vantagens locais do solo e monopólios garantidos pelo estado.³⁰

A correspondência do preço natural ao real, ao longo do tempo, era uma função da elasticidade da oferta. Dependendo dessa variável, os preços podem se aproximar dos custos mais ou menos rapidamente, ou nunca. Como Ricardo, Smith limitava a operação do princípio do custo àqueles casos em que a oferta de um bem pudesse ser aumentada para atender a demanda.

Esses diversos tipos de produtos naturais podem ser divididos em três categorias. A primeira engloba aqueles que dificilmente o trabalho humano pode multiplicar. A segunda, aqueles que ele pode multiplicar, em proporção à demanda. A terceira, aqueles em que a eficácia do trabalho para multiplicá-los é limitada ou incerta. Com o avanço da riqueza e do desenvolvimento, o preço real dos primeiros pode aumentar indefinidamente e parece não ter qualquer limite fixo. O dos segundos, embora possa aumentar muito, tem, no entanto, um certo limite, para além do qual não pode passar, conjuntamente, por qualquer tempo considerável. O dos terceiros, embora sua tendência natural seja a aumentar com o avanço do desenvolvimento, pode às vezes até cair no mesmo grau de desenvolvimento, às vezes continuar inalterado, e às vezes aumentar mais ou menos, conforme acidentes diversos tornem os esforços do trabalho humano... mais ou menos bem-sucedidos.

A primeira categoria incluía aqueles bens que "a natureza produz apenas em certas quantidades..."³¹

Quanto a Ricardo, ele deixou claro no começo que sua teoria do trabalho do valor de troca se aplicava apenas àquelas mercadorias cuja oferta pudesse ser aumentada em resposta à demanda. (Como os outros economistas políticos clássicos e Marx, ele também criou um critério de utilidade para o valor de troca - assim dispensando a falsa pista da "torta de lama", favorita dos subjetivistas.)

Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de suas escassezes e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las.

Há algumas mercadorias, o valor das quais é determinado por sua escassez somente. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens e, portanto,

³⁰ *Ibid.*, p. 25-6.

³¹ *Ibid.*, p. 94-5.

seu valor não pode ser baixado por uma oferta aumentada. Algumas estátuas e quadros raros, livros e moedas escassos, vinhos de uma qualidade peculiar, que só podem ser feitos de uvas cultivadas em um solo particular, do qual existe uma quantidade muito limitada, são todos dessa descrição. Seu valor é inteiramente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los e varia com a variação de riqueza e com as inclinações daqueles que estão desejosos de possuí-las.

Essas mercadorias, no entanto, formam uma parte muito pequena da massa de mercadorias diariamente trocadas no mercado. De longe a maior parte desses bens que são objetos de desejo é obtida através do trabalho, e eles podem ser multiplicados... quase sem qualquer limite atribuível, se estivermos dispostos a aplicar o trabalho necessário para obtê-los.

Ao se falar, então, de mercadorias, de seu valor trocável e das leis que regulam seus preços relativos, sempre queremos dizer somente mercadorias tais que se possa aumentar, em quantidade, através esforço do trabalho humano e em cuja produção a concorrência opera sem limitação.³²

Nesta passagem, Ricardo lida com bens cuja oferta é totalmente inelástica como exceções nas quais o valor de troca é determinado pela escassez, em vez de pelo trabalho. Ele também mencionou a livre concorrência como uma exigência para a lei do valor operar. Essas são duas das principais exceções listadas por Böhm-Bawerk como falhas condenatórias no sistema de Ricardo, devidamente notadas por Ricardo e, aparentemente, sem nenhum grande embaraço para ele. A principal deficiência de Ricardo nessa passagem foi ter tratado a escassez e o trabalho como fatores conjunta ou simultaneamente determinantes, em vez de tratar o trabalho como um fato primário e as rendas de escassez como desvios secundários do valor-trabalho.

No Capítulo 4, Ricardo se voltou às divergências do valor-trabalho causadas por flutuações na oferta e na demanda - outra importante exceção apontada por Böhm-Bawerk. Novamente, tais divergências foram tratadas, não como uma embaraçosa violação da lei do valor, mas como o mecanismo pelo qual ela operava.

No curso habitual dos eventos, não há mercadoria que continue, durante qualquer duração de tempo, a ser ofertada precisamente naquele grau de abundância que os desejos e anseios da humanidade necessitam e, portanto, não há nenhuma que não esteja sujeita a variações acidentais e temporárias de preço.

É somente em consequência de tais variações que o capital é partilhado precisamente, na abundância necessária e não mais, para a produção de diferentes mercadorias que ocorrem de estar em demanda. Com a elevação e queda de preço, os lucros são elevados acima, ou abatidos abaixo, de seu nível geral, e o capital é ou encorajado a entrar, ou advertido a sair, de um emprego particular no qual a variação se deu.³³

³² RICARDO. Principles of Political Economy and Taxation, p. 12.

³³ *Ibid.*, p. 88.

Aqui ele implicitamente admitiu que os preços da maioria das mercadorias, em qualquer dado momento, estão acima ou abaixo de seu valor-trabalho e em processo de movimentação em direção a ele. Sem dúvida, ele não tratou adequadamente os graus de elasticidade e os diferentes intervalos de tempo que eram necessários, como resultado, para que oferta e demanda estabeleçam um equilíbrio em torno do valor-trabalho. Mas, novamente, até mesmo isso estava pelo menos implícito nessa discussão. Também está claro, a partir dessa passagem, que Ricardo via tais oscilações de preço como o mecanismo pelo qual a lei do valor operava, em vez de exceções a ela.

Sem elaborar sobre os diferentes períodos de tempo envolvidos ou sobre a velocidade relativa com que a produção de diferentes mercadorias poderia ser aumentada, Ricardo escreveu no Capítulo 30 sobre rendas de escassez "temporárias" como existentes "por um tempo" e sobre o custo de produção regulando o preço "em última análise".

É o custo de produção que deve, em última análise, regular o preço das mercadorias e não, como tem sido dito tão frequentemente, a proporção entre a oferta e a demanda: a proporção entre a oferta e a demanda pode, de fato, por um tempo, afetar o valor de mercado de uma mercadoria, até que seja fornecida em uma abundância maior ou menor, conforme a demanda possa ter aumentado ou diminuído; mas esse efeito será apenas de duração temporária.³⁴

Ricardo também escreveu sobre tipos específicos de rendas de escassez. No Capítulo 2, ele discutiu a renda econômica para as extensões de terra mais férteis, devido à regulação do preço pelos custos de produção na terra menos eficiente à margem da produção.³⁵ No Capítulo 27, ele expandiu o conceito para incluir excedentes de produção ou semi-rendas em todas as áreas da economia; por exemplo, ele argumentou que fornecer lã artificialmente barata para metade dos comerciantes de tecidos não reduziria o preço de varejo, porque o preço dos bens manufaturados era "regulado pelo custo de... produção para aqueles que eram menos favorecidos. Seu único efeito... seria inchar os lucros de uma parte dos comerciantes de tecidos além das taxas gerais e comuns de lucros".³⁶ A influência da demanda sobre o preço, embora uma realidade para todas as mercadorias "por um período limitado de tempo", era verdadeira no longo prazo apenas para "mercadorias monopolizadas".

Mercadorias que são monopolizadas, ou por um indivíduo, ou por uma companhia, variam de acordo com a lei que Lord Lauderdale estabeleceu: elas caem na proporção em que os vendedores aumentam sua quantidade e crescem na proporção da ânsia dos compradores de adquiri-las; seu preço não tem nenhuma conexão necessária com seu valor natural: mas os preços das mercadorias que estão sujeitas a concorrência e cuja quantidade pode ser aumentada em qualquer grau moderado dependerão, em última análise, não do estado da demanda e da oferta, mas do custo aumentado ou diminuído de sua produção.³⁷

³⁴ *Ibid.*, p. 382.

³⁵ *Ibid.*, pp. 67-84.

³⁶ *Ibid.*, pp. 364-5.

³⁷ *Ibid.* p. 385.

Aqueles que introduzem novas tecnologias de produção podem derivar excedentes de produção temporários, mas a propagação generalizada da nova tecnologia, induzida por tais lucros aumentados, faria com que eventualmente o preço caísse ao nível do custo de produção.³⁸

Ricardo, em "Notes on Malthus", escreveu sobre a determinação do preço pelo custo de produção através da influência do custo sobre a oferta, em termos que prenunciam de perto Jevons. O preço natural era apenas *"aquele preço que retribuirá os salários do trabalho gastos em [uma mercadoria], também concederá a renda e o lucro a suas taxas correntes"*. Esses custos de produção *"permaneceriam os mesmos, quer as mercadorias fossem muito ou pouco demandadas, quer elas vendessem a altos ou baixos preços de mercado"*. Os preços de mercado, bem verdade, iriam *"depende da oferta e da demanda"*; mas a oferta iria *"ser finalmente determinada pelo... custo de produção"*.³⁹

John Stuart Mill estava bastante na tradição Ricardiana ao lidar com o efeito do custo e da escassez sobre o preço. Como Ricardo, ele mantinha que os custos eram o fator determinante para bens reprodutíveis.

1. Quando a produção de uma mercadoria é o efeito de trabalho e despesa, quer a mercadoria seja suscetível a multiplicação ilimitada ou não, há um valor mínimo que é a condição essencial para que ela seja permanentemente produzida. O valor em qualquer momento em particular é o resultado da oferta e da demanda; e é sempre aquele que é necessário para criar um mercado para a oferta existente. Contudo, a menos que o valor seja suficiente para pagar o custo de produção, ... a mercadoria não continuará a ser produzida....

Quando uma mercadoria não é feita apenas através de trabalho e capital, mas pode ser feita através deles em quantidade indefinida, esse Valor Necessário, o mínimo com que os produtores estarão satisfeitos, é também, se a concorrência for livre e ativa, o máximo que eles podem esperar....

Como uma regra geral, então, as coisas tendem a ser trocadas umas pelas outras a valores tais que permitirão que a cada produtor seja pago o custo de produção junto ao lucro ordinário...⁴⁰

Adam Smith e Ricardo chamaram esse valor de uma coisa, que é proporcional ao seu custo de produção, de seu Valor Natural (ou seu Preço Natural). Eles queriam dizer com isso o ponto sobre o qual o valor oscila e ao qual ele sempre tende a retornar; o valor central, em direção ao qual, como Adam Smith o expressa, o valor de mercado de uma coisa está constantemente gravitando; e qualquer desvio do qual é apenas uma irregularidade temporária, que, no momento em que existe, coloca forças em movimento tendendo a corrigi-la...

³⁸ *Ibid.*, pp. 386-7.

³⁹ RICARDO. Notes on Malthus. Citado em DOBB. *Theories of Value and Distribution*, p. 120.

⁴⁰ MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy: with Some of Their Applications to Social Philosophy*. In: *Collected Works of John Stuart Mill*. University of Toronto Press, 1965. vols. II-III. pp. 471-3.

*É, portanto, estritamente correto dizer que o valor de coisas que podem ser aumentadas em quantidade à vontade, não depende (exceto acidentalmente e durante o tempo necessário para a produção ajustar-se) da demanda e da oferta; ao contrário, a demanda e a oferta dependem dele. Há uma demanda por uma certa quantidade de mercadoria ao seu valor natural ou de custo e, a essa, a oferta no longo prazo esforça-se para se conformar.*⁴¹

Assim como Smith, Mill dividia as mercadorias em três grupos baseado em sua reprodutibilidade. Em alguns casos, existia uma "*limitação absoluta da oferta*" devido ao fato de que era "*fisicamente impossível aumentar a quantidade além de certos limites estreitos*". Como exemplos, ele listou os mesmos tipos de mercadorias que Smith: obras de arte e produtos cultivados em tipos específicos de solos raros. Outras mercadorias poderiam ser multiplicadas sem limite, dada a disposição para se incorrer em uma certa quantidade de trabalho e despesa para obtê-los. Finalmente, algumas mercadorias poderiam ser multiplicadas indefinidamente com trabalho e despesa suficientes, "*mas não por uma quantidade fixa de trabalho e despesa*". Níveis maiores de produção requeriam maiores custos unitários de produção (aqui ele se referia principalmente à produção agrícola).⁴²

Mill foi um pouco mais explícito do que Ricardo ao lidar com o elemento temporal na determinação do *grau* de elasticidade. O período de tempo envolvido na gravitação do preço em direção ao custo dependia da duração de tempo necessária para se ajustar a produção a mudanças na demanda ou para se dispor da produção excedente.

*De novo, embora existam poucas mercadorias que sejam em todos os momentos e para sempre insuscetíveis a aumentos de oferta, qualquer mercadoria que seja pode o ser temporariamente.... Produtos agrícolas, por exemplo, não podem ser aumentados em quantidade antes da próxima colheita.... No caso da maioria das mercadorias, é necessário um certo tempo para aumentar sua quantidade; e se a demanda aumenta, então, até que uma oferta correspondente possa ser apresentada, ou seja, até que a oferta possa se acomodar à demanda, o valor aumentará de maneira a acomodar a demanda à oferta.*⁴³

Assim como Ricardo, Mill acreditava que o preço era governado pelo custo de produção daqueles produtores nas circunstâncias mais desfavoráveis. Aqueles numa situação mais vantajosa receberiam um excedente de produção equivalente às suas economias de custo. E, assim como Ricardo, ele aplicava o princípio não somente à renda econômica sobre a terra, mas a semi-rendas sobre bens manufaturados.

2. *Se a porção da produção elevada nas circunstâncias mais desfavoráveis obtiver um valor proporcional ao seu custo de produção; todas as porções elevadas em condições mais favoráveis, vendendo, como têm que fazer, ao mesmo valor, obtêm um valor mais do que proporcionado aos seus custos de produção.... Os donos... daquelas porções da produção... obtêm um valor que lhes*

⁴¹ *Ibid.* p. 475.

⁴² *Ibid.* p. 464-5.

⁴³ *Ibid.* p. 469.

*rende mais do que o lucro ordinário. Se essa vantagem depende de qualquer exceção especial, tais como se estar livre de um imposto, ou de quaisquer vantagens pessoais, físicas ou mentais, ou de qualquer processo peculiar apenas conhecido por eles mesmos, ou da posse de um capital maior do que de outras pessoas, ou de várias outras coisas que podem ser enumeradas, eles a retêm para si mesmos como um ganho extra, acima e além dos lucros gerais do capital, da natureza, de certo modo, de um lucro de monopólio...*⁴⁴

4. *Casos de lucro extra análogo à renda são mais frequentes nas transações da indústria do que às vezes se supõe. Tome o caso, por exemplo, de uma patente ou privilégio exclusivo para o uso de um processo através do qual o custo de produção é reduzido. Se o valor do produto continuar a persistir no processo antigo, o patenteador fará um lucro extra igual à vantagem que seu processo possui sobre o deles.*⁴⁵

Marx e Engels estavam de completo acordo com os economistas políticos clássicos quanto ao papel da concorrência na regulação da lei do valor. Engels, em seu Prefácio a *Poverty of Philosophy* de Marx, ridicularizava a noção socialista utópica de tornar o trabalho a base de um meio de troca. As forças de mercado da oferta e da demanda eram necessárias para informar o produtor sobre a demanda social por seu produto e para estabelecer a quantidade normal de trabalho social necessário para a produção de uma dada mercadoria. Assim, o desvio de preço do valor em qualquer dado momento não era uma violação da lei do valor, mas seu mecanismo motriz.

Na atual sociedade capitalista, cada capitalista individual produz de seu próprio taco o que, como e quanto ele quer. A demanda social, no entanto, permanece uma magnitude desconhecida para ele, tanto no que diz respeito à qualidade, ao tipo de objetos necessários, quanto no que diz respeito à quantidade.... Não obstante, a demanda é finalmente satisfeita de uma maneira ou de outra, bem ou mal, e, tomada como um todo, a produção é, em última análise, orientada aos objetos necessários. Como é efetuado esse nivelamento da contradição? Pela concorrência. E como a concorrência acarreta essa solução? Simplesmente por depreciar abaixo de seu valor-trabalho aquelas mercadorias que, por seu tipo ou quantidade, são inúteis para as exigências sociais imediatas e por fazer os produtores sentirem... que eles produziram artigos absolutamente inúteis ou artigos ostensivamente úteis em quantidade inutilizável e supérflua....

...Desvios contínuos dos preços das mercadorias de seus valores são a condição necessária, em e através da qual o valor das mercadorias como tal pode vir a existir. Somente através das flutuações da concorrência e, conseqüentemente, dos preços das mercadorias, é que a lei do valor da produção de mercadorias se afirma e a determinação do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho socialmente necessário se torna uma realidade.... Desejar, numa sociedade de produtores que trocam suas mercadorias, estabelecer a determinação do valor por tempo de trabalho, proibindo a concorrência de estabelecer essa determinação de valor

⁴⁴ *Ibid.* p. 490.

⁴⁵ *Ibid.* p; 494-5.

através da pressão sobre os preços da única maneira em que ela pode ser estabelecida é, portanto, meramente provar que... se adotou o desdém utópico usual pelas leis econômicas.

...Somente através da subvalorização ou supervalorização dos produtos é que, forçosamente, se deixa claro para os produtores individuais de mercadorias o que a sociedade necessita ou não, e em quais quantidades.⁴⁶

Marx fez precisamente o mesmo argumento no corpo principal de *Poverty of Philosophy*: era o preço de mercado que sinalizava ao produtor o quanto produzir e, dessa maneira, regulava o preço de acordo com a lei do valor.

Não é a venda de um dado produto ao preço de seu custo de produção que constitui a "relação proporcional" da oferta e da demanda, ou a quota proporcional desse produto relativamente à soma total da produção; são as variações na oferta e na demanda que mostram ao produtor que quantidade de uma dada mercadoria ele deve produzir a fim de receber ao menos o custo de produção em troca. E, como essas variações estão continuamente ocorrendo, há também um movimento contínuo de retirada e aplicação de capital em diferentes ramos da indústria....

...A concorrência implementa a lei de acordo com a qual o valor relativo de um produto é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-lo.⁴⁷

As observações de Marx e Engels nessas passagens provavelmente chegaram mais perto do qualquer outro de atender à exigência de Böhm-Bawerk de um *mecanismo* da lei do valor (vide o Capítulo 2 abaixo).

Em *Grundrisse*, Marx descreveu o funcionamento da lei do valor através do movimento do preço em uma linguagem um pouco mais dialética:

O valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho é apenas seu valor médio....

O valor de mercado das mercadorias é sempre diferente desse valor médio e sempre fica ou acima ou abaixo dele.

O valor de mercado se equaciona ao valor real por meio de suas flutuações contínuas, não por uma equação com o valor real como um terceiro aspecto, mas precisamente através da desigualdade continuada para consigo mesmo....

O preço, portanto, se diferencia do valor, não apenas como o nominal difere do real; não apenas pela sua denominação em ouro ou prata; mas também em que o último aparece como a lei dos movimentos à qual o primeiro está sujeito. Mas eles

⁴⁶ ENGELS. Preface to the First German Edition of *The Poverty of Philosophy* by Karl Marx. pp. 286-7.

⁴⁷ MARX. *The Poverty of Philosophy*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1976. v. 6 pp. 134-5.

*são sempre distintos e nunca coincidem, ou apenas muito fortuita e excepcionalmente. O preço das mercadorias sempre fica acima ou abaixo de seu valor, e o valor das mercadorias em si existe apenas nos ALTOS E BAIXOS dos preços das mercadorias. A demanda e a oferta continuamente determinam os preços das mercadorias; elas nunca coincidem ou apenas o fazem acidentalmente; mas os custos de produção determinam, por sua vez, as flutuações da demanda e da oferta.*⁴⁸

E tais desvios do valor incluíam semi-rendas para aqueles que primeiro introduziam métodos mais eficientes de produção. Era apenas através do incentivo de mercado apresentado por tais semi-rendas e através da concorrência resultante que os métodos aprimorados eram universalmente adotados e vinham a definir a forma padrão de produção. *"Um capitalista trabalhando com métodos de produção aprimorados, mas ainda não geralmente adotados, vende abaixo do preço de mercado, mas acima de seu preço individual de produção; sua taxa de lucro cresce até que a concorrência a nivele"*⁴⁹.

Finalmente, para trazer o espantelho da "torta de lama" para outra surra, Marx fez do trabalho *socialmente necessário* o regulador do valor. A teoria do valor-trabalho se aplicava somente a *mercadorias*, que eram objetos da necessidade humana. O trabalho gasto produzindo bens não demandados ou o excesso de trabalho desperdiçado em métodos de produção menos eficientes do que a norma, eram um peso-morto. Era a função do preço de mercado, ao negar pagamento por tal trabalho desnecessário, que punha o produtor em acordo com os desejos da sociedade.

Cada uma dessas unidades é a mesma que qualquer outra, contanto que tenha o caráter do poder de trabalho médio da sociedade e tenha efeito como tal: isto é, contanto que não seja necessário à produção de uma mercadoria nenhum tempo a mais do que é necessário em média, não mais do que é socialmente necessário. O tempo de trabalho socialmente necessário é aquele exigido para produzir um artigo sob as condições normais de produção e com o grau médio de habilidade e intensidade predominante no momento...

*Vemos então que aquilo que determina a magnitude do valor de qualquer artigo é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção.*⁵⁰

O conceito de trabalho socialmente necessário é a resposta apropriada ao desafio da "borboleta rara" de Böhm-Bawerk para Adam Smith. Uma borboleta rara que tomasse mais esforço para capturar do que um castor ou um veado não carregaria mais valor de troca do que esses itens comumente úteis, a menos que a demanda efetiva pela borboleta fosse suficiente para recompensar o trabalho de capturá-la. Na maioria dos casos, portanto, o mercado para tais borboletas raras consistiria de ricos excêntricos, e a demanda efetiva

⁴⁸ MARX. *Grundrisse*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1986-87. v. 28-29. pp. 75-6.

⁴⁹ MARX; ENGELS, Friedrich. *Capital* vol. 3. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1998. v 37 p. 229.

⁵⁰ MARX; ENGELS, Friedrich. *Capital* vol. 1, 1st English ed. (1887). In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. (New York: International Publishers, 1996). v. 35 p. 49.

por elas sustentaria apenas um pequeno número de trabalhadores. Como resultado, o preço de mercado informaria os caçadores de borboleta supérfluos que a maior parte de seu trabalho era socialmente desnecessário, e o trabalho poderia ser retirado de tal "produção" até que o preço fosse suficiente para recompensar o trabalho de apanhá-las. Os economistas políticos clássicos e Marxistas, tanto quanto os Austríacos, entendiam que o trabalho gasto em produção para a qual não havia demanda era um "custo irrecuperável".

O neo-ricardiano Ronald Meek interpretava o termo "valor", da forma em que Marx o utilizava, como significando algo como o "preço de equilíbrio" na economia neoclássica.

É importante notar a princípio que a teoria de valor de Marx, como as de Smith e Ricardo, não fingia explicar quaisquer outros preços além daqueles em que "a oferta e a demanda se equilibram e, portanto, deixam de agir". Os preços nos quais Marx estava principalmente interessado eram aqueles que se manifestavam no ponto em que a oferta e a demanda se "balanceavam" ou "equilibravam" uma a outra. O próprio fato de que as forças da oferta e da demanda realmente se "balanceavam" nesse ponto era tomado por Marx como uma indicação de que o nível do preço de equilíbrio não poderia ser adequadamente explicado meramente em termos das interações dessas forças. A relação entre oferta e demanda poderia certamente explicar desvios do preço de equilíbrio, mas não poderia explicar o nível do preço de equilíbrio em si. De fato, era precisamente através de flutuações na "oferta e demanda" que a lei de valor operava para determinar o preço de equilíbrio.

Os preços, então, poderiam divergir dos valores em casos onde a oferta e a demanda não se "balanceavam"....

Assim como o conceito de valor de Marx envolvia uma abstração de utilidade... a teoria da determinação do preço de equilíbrio baseada nele envolvia uma abstração similar da demanda. Em comum com seus predecessores Clássicos, Marx assumia que mudanças na demanda por si mesmas não... acarretariam mudanças nesses preços de equilíbrio de longo prazo das mercadorias em questão. Mas isso, de maneira alguma, quer dizer que Marx ignorava a demanda. Permanecia verdadeiro, como ele enfatizou, (a) que uma mercadoria tinha que estar em demanda antes que pudesse possuir valor de troca; (b) que as mudanças na demanda poderiam fazer com que o preço real de mercado de uma mercadoria desviasse de seu preço de equilíbrio; (c) que o preço sob condições de monopólio era "determinado somente pela ânsia dos compradores em comprar e por sua solvência"; e (d) que a demanda era a principal força a determinar a proporção de trabalho social alocada a qualquer dado setor produtivo em qualquer dado momento.⁵¹

Claro, como Marshall apontou mais tarde, essa irrelevância da demanda para o preço de equilíbrio era complicada pelo fato de que o nível de demanda efetiva pode afetar a escala de produção e, portanto, afetar também os custos unitários de produção.

Meek criticou Vilfred Pareto, quase nos mesmos termos que temos criticado Böhm-

⁵¹ MEEK. *Studies in the Labour Theory of Value*, pp. 178-9.

Bawerk, por seus ataques contra uma versão de espantinho da teoria do valor-trabalho de Marx.

*...muitas vezes os Marxistas imaginários com quem Pareto argumenta são feitos apresentar interpretações da teoria do trabalho que são suspeitamente simplórias.... [Por exemplo] é sempre fácil o suficiente mostrar que a teoria do trabalho não se aplica a quadros raros, etc., uma vez que (como Pareto bem sabia) ela nunca foi destinada a se aplicar a qualquer coisa além de bens livremente reprodutíveis. Nem é suficiente, quando o Marxista caracteriza como excepcional o caso do quadro cujo preço aumenta quando quem foi pintado se torna famoso sem nada ter acontecido à quantidade de trabalho incorporada nele, responder que não é em hipótese alguma excepcional porque os preços de todas as mercadorias podem variar sem nada acontecer à quantidade de trabalho incorporada nelas - por exemplo, por causa de uma mudança nos gostos e rendimentos de seus consumidores.*⁵²

A resposta apropriada a tal crítica, Meek argumentou, seria "que os preços de equilíbrio de longo prazo de mercadorias livremente reprodutíveis (distinto de seus preços diários no mercado) não serão de fato afetados por uma mudança na demanda ao menos que seja acompanhada por uma mudança nas condições de produção"⁵³.

Finalmente, uma vez que nossa versão da teoria do valor-trabalho deve mais a Benjamin Tucker do que a Marx, é apropriado fornecer alguns exemplos em que Tucker reconhecia "exceções" à teoria do trabalho. Tucker aceitava a existência de semi-rendas de curto prazo sobre as mercadorias para as quais a demanda havia aumentado ou sobre mercadorias para as quais novos processos de produção haviam sido introduzidos. Assim os Clássicos e Marx, ele via a concorrência como o mecanismo pelo qual o preço seria reduzido ao custo, quando a entrada no mercado era livre e os bens eram livremente reprodutíveis. "É verdade que a utilidade do produto [do trabalhador] tem uma tendência a aumentar seu preço; mas esta tendência é imediatamente compensada, onde quer que a concorrência seja possível, ...pelo ímpeto de outros trabalhadores de criar este produto, que dura até que o preço caia de volta aos salários normais do trabalho"⁵⁴.

Tucker também reconhecia que a renda econômica sobre a terra com vantagens de localização ou de fertilidade persistiria, mesmo quando a renda do senhorio absenteísta fosse abolida. E, igualmente, ele via os excedentes de produção que resultassem de uma habilidade inata superior como análogos à renda econômica sobre a terra e, portanto, como inevitáveis mesmo com a abolição do privilégio. Embora a abolição do monopólio da terra fosse reduzir a renda a "uma fração muito pequena de suas proporções atuais", ainda restaria um pouco. A "fração restante", não obstante,

seria a causa de não mais desigualdade do que a que surge a partir do incremento imerecido auferido, por quase toda indústria, pela agregação de pessoas ou daquele incremento imerecido da habilidade natural superior que, mesmo sob a operação do

⁵² *Ibid.*, pp. 204-5.

⁵³ *Ibid.*, p 205 (nota).

⁵⁴ TUCKER, Benjamin R. Why Wages Should Absorb Profits. *Liberty*, 16 jul. 1887. In: _____. *Instead of a Book, By a Man Too Busy to Write One*, Gordon Press facsimile. New York:[s.n.], 1897, 1973. pp. 289-90.

*princípio do custo, provavelmente sempre permitirá que alguns indivíduos ganhem salários maiores do que a taxa média.*⁵⁵

Em resposta à questão de como poderia se justificar o recebimento do equivalente ao trabalho de 500 dias pelo detentor de um pedaço especialmente fértil de terra, por apenas 300 de seus próprios dias, Tucker respondeu que tal justificativa seria "[p]recisamente tão difícil quanto seria mostrar que o homem de talento superior (nativo, não adquirido) que produz na proporção de quinhentos para trezentos de outro tem equitativamente o direito a este valor de troca excedente"⁵⁶.

Tucker estava disposto a aceitar tais rendas de escassez permanentes como males necessários. Ele distinguia entre deficiências competitivas que resultavam de "intromissão humana" e aquelas que não resultavam.⁵⁷ Ao contrário da usura e da renda do senhorio, que resultavam do privilégio legal coercitivamente mantido dos proprietários do capital e da terra, as formas restantes de excedentes de produção resultavam apenas de circunstâncias gerais ou "atos de Deus" e não eram, portanto, exploradoras. Os males envolvidos em se criar um mecanismo coercitivo para resolver tais desigualdades e coletar pagamento de oportunistas excederiam os males das desigualdades em si.

*Compelir diretamente a igualdade de bem-estar material é intrusivo, invasivo e ofensivo, mas compelir diretamente a igualdade de liberdade é simplesmente protetor e defensivo. O último é negativo e visa apenas prevenir o estabelecimento de desigualdades artificiais; o primeiro é positivo e visa a abolição direta e ativa de desigualdades naturais.*⁵⁸

*"Como é que vamos remover a injustiça de permitir que um homem goze do que o outro ganhou?" Eu não espero que jamais ela seja completamente removida. Mas eu acredito que, para cada dólar que seria desfrutado por sonegadores de impostos sob a Anarquia, mil dólares são agora desfrutados por homens que ganharam posse dos proventos de outros através de privilégios especiais industriais, comerciais e financeiros concedidos a eles pela autoridade, em violação de um livre mercado.*⁵⁹

Cobrar forçosamente um homem pelo excedente de produção resultante de sua habilidade superior ou da fertilidade superior de sua terra seria pelo menos tão injusto quanto permitir que ele o mantenha. "Se é imerecido, certamente seus vizinhos não o mereceram"⁶⁰. "Se o princípio do valor-custo não pode ser efetuado de outra maneira que não por compulsão, então é melhor que não seja efetuado"⁶¹.

⁵⁵ TUCKER. A Criticism That Does Not Apply. *Liberty*, 16 jul. 1887. In: *Ibid.*, p. 323.

⁵⁶ TUCKER. Protection, and Its Relation to Rent. *Liberty*, 27 out. 1888. In: *Ibid.*, pp. 328, 331.

⁵⁷ TUCKER. Pinney His Own Procrustes. *Liberty*, 23 abr. 1887. In: *Ibid.*, p. 251.

⁵⁸ TUCKER. Liberty and Land. *Liberty*, 15 dez. 1888. In: *Ibid.*, pp. 336-6.

⁵⁹ TUCKER. Voluntary Cooperation. *Liberty*, 24 mai. 1890. In: *Ibid.*, p. 105.

⁶⁰ TUCKER. Rent: Parting Words. *Liberty*, 12 dez. 1885. In: *Ibid.*, p. 306.

⁶¹ TUCKER. Protection, and Its Relation to Rent, p. 332.

E. Generalidade e Paradigmas

Böhm-Bawerk admitiu de má vontade uma correlação entre preço e custo: em termos quase marshallianos, ele concedeu que Ricardo foi "só um pouco" longe demais em minimizar a influência da escassez e em exagerar a importância do trabalho como um fator entre muitos.

...poder-se-ia muito bem tirar a conclusão de que o dispêndio de trabalho é uma circunstância que exerce uma influência poderosa sobre o valor de muitos bens; sempre lembrando que o trabalho não é a causa última - pois uma causa última deve ser comum a todos os fenômenos de valor - mas uma causa particular e intermediária....

O próprio Ricardo foi só um pouco além dos limites apropriados. Como eu mostrei, ele sabia muito bem que sua lei de valor era apenas uma lei específica; ele sabia, por exemplo, que o valor de bens escassos repousa em outro princípio bem diferente. Ele apenas errou na medida em que ele em muito superestimou a medida em que sua lei é válida e praticamente atribuiu a ela uma validade quase universal. A consequência é que, mais tarde, ele esqueceu quase inteiramente as pequenas exceções que ele corretamente fez, mas muito pouco considerou, no início de seu trabalho e, frequentemente, falou de sua lei como se ela fosse realmente uma lei universal do valor.⁶²

Com efeito, fora os desvios causados pela "fricção" e pelo elemento temporal, a correlação entre o custo de produção e preço estaria bem próxima.

Se - o que é praticamente inconcebível - a produção fosse exercida em circunstâncias ideais, irrestrita por limitações de local e tempo, sem fricção, com o conhecimento mais perfeito da posição dos desejos humanos que necessitam de satisfação e sem quaisquer mudanças que perturbassem desejos, estoques ou técnicas, então as forças produtivas originais iriam, com exatidão ideal e matemática, ser investidas nos empregos mais remuneradores e a lei dos custos, tanto quanto pudermos falar de tal lei, se manteria em completude ideal. Os grupos complementares de bens dos quais, no longo prazo, os bens finalizados procedem, manteriam exatamente o mesmo valor e preço em todos os estágios do processo; a mercadoria seria exatamente igual aos custos; esses custos aos seus custos, e assim por diante, até as últimas forças produtivas originais das quais, por fim, todos os bens vêm.⁶³

As suposições aqui soam bastante similares ao constructo teórico misesiano da "economia uniformemente rotativa", que discutiremos a seguir. Böhm-Bawerk prosseguiu elaborando acerca da fricção e do tempo enquanto causas para o desvio desse modelo ideal:

A primeira dessas [causas perturbadoras], eu posso chamar pelo nome geral de

⁶² BÖHM-BAWERK. *Capital and Interest*, p. 387.

⁶³ BÖHM-BAWERK. *The Positive Theory of Capital*, p. 233.

Fricção. Quase invariavelmente há algum obstáculo, grande ou pequeno, permanente ou temporário, ao devido investimento das forças produtivas originais nos empregos e formas de consumo que são as mais remuneradoras no momento. Em consequência, a provisão dos desejos e, igualmente, os preços são um tanto assimétricos. Às vezes, é que ramos individuais do desejo são, relativamente, mais amplamente ofertados do que outros.... Mas, às vezes, pode ser que grupos de materiais produtivos, sucessivamente transformados até que sejam finalmente convertidos na mercadoria finalizada, não sejam igualmente valorizados em todos os estágios do processo [aqui ele usou uma analogia de um córrego para ilustrar gargalos em vários estágios do processo de produção]...

Na vida prática, tais perturbações friccionais são inumeráveis. Em nenhum momento e em nenhum ramo de produção elas estão inteiramente ausentes. E assim é que a lei dos custos é reconhecida com uma lei que é apenas aproximadamente válida; uma lei inteiramente repleta de exceções. Essas inumeráveis exceções, pequenas e grandes, são a fonte inesgotável dos lucros dos empreendedores, mas também das perdas dos empreendedores.

A segunda causa perturbadora é o Lapso de Tempo - as semanas, meses, anos que devem se estender entre a criação das forças produtivas originais e a apresentação de seu produto final e acabado. A diferença de tempo, ao exercer uma vasta influência sobre a nossa valorização dos bens, cria uma diferença normal entre o valor dos grupos produtivos que se situam em diferentes pontos do processo produtivo...; e é, portanto, uma diferença a ser mantida bem distinta das divergências assimétricas causadas pelas perturbações friccionais.⁶⁴

O elemento temporal é assunto do Capítulo Três abaixo, em que a preferência temporal é incorporada à nossa versão mutualista da teoria do trabalho. Quanto à "fricção", todas as rendas de escassez podem, sem dúvida, ser classificadas sob esse título. E o tratamento de Böhm-Bawerk do custo e de várias formas de fricção como influências co-determinantes sobre o valor é questionável, na melhor das hipóteses. É muito mais útil e informativo tratar o trabalho ou custo como a influência primária sobre o valor *normal* (ou seja, o preço de equilíbrio dada a elasticidade) e dizer que o valor desvia dessa norma na medida em que a fricção entra em cena.

Maurice Dobb argumentou habilmente que uma diferença chave entre os economistas políticos clássicos e os subjetivistas era sua opinião sobre o nível de generalidade necessário para uma teoria do valor adequada. Muito da discordância sobre o paradigma Ricardiano deriva de uma diferença de opinião sobre se as exceções que Ricardo *admitiu* à lei do valor eram suficientes para invalidá-la. Para Dobb, obviamente, a resposta era "não".

Em *Political Economy and Capitalism*, ele detalhou as suposições simplificadoras da teoria de valor de Marx e as várias exceções a ela, resultantes da escassez ou de diferentes composições de capital. Essas exceções eram "*consideradas fatais*" pelos marginalistas e eram "*o ônus da crítica de Böhm-Bawerk a Marx*".

⁶⁴ *Ibid.*, pp. 233-4.

Mas todas as abstrações permanecem apenas aproximações da realidade: essa é sua natureza essencial; e não é nenhuma crítica a uma teoria do valor meramente dizer que ela é assim. Se tais suposições são permissíveis ou não, é uma questão do tipo de pergunta, da natureza do problema com que o princípio é concebido para lidar. A crítica só se torna válida se ela mostra que as suposições implícitas impedem a generalização de sustentar aqueles corolários que ela é empregada para sustentar.... É muito raramente lembrado, hoje em dia, que a preocupação da Política Econômica clássica era com o que se pode chamar de problemas "macroscópicos" da sociedade econômica e apenas muito secundariamente com os problemas "microscópicos", na forma dos movimentos de preços particulares de mercadorias.

Dobb comparou a lei geral do valor de Marx, enquanto uma primeira aproximação, e as aproximações secundárias, que a ajustavam aos desvios resultantes da escassez e de diferenças na composição orgânica de capital, às sucessivas aproximações da lei dos projéteis na física tornadas necessárias pela resistência do vento e outras influências de compensação.⁶⁵

Ao discutir os níveis apropriados de generalidade de paradigmas, Dobb mencionou a tese de mudança de paradigma na ciência de Kuhn e a prática recorrente de se incorporar paradigmas rivais como "teorias especiais" dentro de um quadro maior e mais geral.⁶⁶ Esse modelo é aplicável aqui. A utilidade marginal é bastante útil, não apenas para descrever as leis de comportamento que governam as exceções de escassez à teoria do valor-trabalho, mas também as leis de comportamento que governam o quanto de uma mercadoria é consumida *ao seu valor-trabalho*. A teoria da utilidade marginal, se incorporada a uma teoria do valor-trabalho, seria uma grande melhoria na sofisticação com a qual a teoria explicava *como e por que* a lei do valor operava através das percepções subjetivas e das decisões de seres humanos concretos.

Por exemplo, Leif Johansen tentou, em dois artigos, mostrar como a utilidade marginal poderia ser incorporada a uma teoria do valor-trabalho. Em "Marxism and Mathematical Economics", ele descreveu os termos gerais de uma síntese dessas:

A teoria Marxista do valor-trabalho tem sido o objeto de ataques, particularmente do ponto de vista da "teoria da utilidade marginal" ou "teoria do valor subjetivo", que tem sido um componente principal da economia matemática não marxista. Os marxistas têm, em geral, rejeitado essa teoria inteira e todos os conceitos e argumentos matemáticos introduzidos ligados a ela, como se a aceitação dela ou de elementos dela fosse necessariamente implicar uma rejeição da teoria do valor-trabalho. No entanto, isto não é assim. Para bens que podem ser reproduzidos em qualquer escala (ou seja, bens tais que foram o centro do interesse da teoria Marxiana do valor) é bem fácil demonstrar que um modelo completo ainda deixa os preços determinados pela teoria do valor-trabalho, mesmo se alguém

⁶⁵ DOBB. *Political Economy and Capitalism*, pp. 14-7.

⁶⁶ DOBB. *Theories of Value and Distribution*, pp. 10-1.

*aceitar a teoria da utilidade marginal do comportamento dos consumidores.*⁶⁷

Ao elaborar sobre essa declaração, em um artigo posterior, Johansen descreveu um modelo em que os preços eram determinados pelas condições de produção, enquanto "[a]s funções de utilidade marginal interagem com os preços dados dessa maneira somente ao determinar as quantidades a serem produzidas e consumidas das diferentes mercadorias"⁶⁸.

Em todo o caso, a teoria do valor-trabalho, da forma em que a desenvolvemos no próximo capítulo, não é uma generalização indutiva de dados empíricos de preços no mercado. Ela é, antes, uma lei deduzida de suposições básicas sobre a natureza da ação humana, bastante similar àquelas da praxeologia de Mises. Como Mises escreveu, as variáveis do mercado são tantas que nenhuma lei pode ser induzida da mera observação, sem a ajuda de suposições iniciais válidas, estabelecidas numa base *a priori*. As leis da praxeologia eram uma ferramenta para se analisar os fenômenos do mercado, não uma generalização deles. Como as leis da praxeologia de Mises, nossa teoria do valor-trabalho não é uma lei indutiva do preço de mercado, mas uma suposição *a priori*, em termos da qual os fenômenos do mercado fazem melhor sentido. Começando com nossas suposições sobre o mecanismo subjetivo do comportamento humano, podemos entender *por que* o preço de equilíbrio se aproximará do custo. E, dado esse patamar de entendimento da lei primária do preço de equilíbrio, podemos entender *por que* o preço se desvia do princípio do custo em casos de escassez.

Se uma teoria adequada do valor necessita de um alto grau de valor preditivo em relação a preços concretos, então tanto a teoria do trabalho quanto a teoria subjetiva desmoronam igualmente. Por outro lado, se uma teoria do valor no sentido de uma regra empírica para prever preços concretos, é impossível porque as variáveis são muitas, então ambas as teorias estão em terreno igualmente insustentável, da mesma maneira. Mas como a teoria do valor subjetivo de Mises, nossa versão da teoria do trabalho é um conjunto de axiomas *a priori* e deduções a partir dele, que podem ser usadas para interpretar de forma mais útil os dados do mercado, *após o fato*. A crítica de Böhm-Bawerk a Ricardo ou a Marx, baseada na falha da experiência em lhes dar suporte em todos os casos, é igualmente aplicável à teoria do valor de Mises.

Os Austríacos fizeram um argumento intimamente relacionado: que o preço de equilíbrio é um constructo imaginário que jamais pode ser observado no mercado real. Mas (como veremos numa seção posterior desse capítulo) esse ceticismo epistemológico radical não resiste a muita investigação, dado o conceito Austríaco de "Estado Final". Qualquer crítica ao preço de equilíbrio, como uma perspectiva a partir da qual examinar os preços reais de mercado em qualquer dado momento, aplica-se igualmente ao "estado final" ou "equilíbrio final". Como Mises mesmo escreveu,

O método específico da economia é o método das construções imaginárias.

Este é o método da praxeologia...

⁶⁷ JOHANSEN, Leif. Marxism and Mathematical Economics. *Monthly Review*, jan. 1963, p. 508.

⁶⁸ JOHANSEN, Leif. Labor Theory of Value and Marginal Utilities. *Economics of Planning*, vol.3, n. 2, p. 100, set. 1963.

Uma construção imaginária é uma imagem conceitual da sequência de eventos logicamente desenvolvida dos elementos de ação empregados em sua formação. É um produto da dedução, derivado, em última análise, da categoria fundamental da ação, do ato de preferir e de pôr de lado...

A fórmula principal para a concepção de construções imaginárias é abstrair a operação de algumas condições presentes na ação real. Aí estamos numa posição de compreender as consequências hipotéticas da ausência dessas condições e de conceber os efeitos de sua existência...

A construção imaginária de uma economia de mercado pura ou desimpedida assume que há uma divisão de trabalho e propriedade (controle) privado dos meios de produção e que, conseqüentemente, exista troca de bens e serviços no mercado. Assume que a operação do mercado não é obstruída por fatores institucionais... O mercado é livre; não há interferência de fatores, alheios ao mercado, com os preços, níveis salariais e taxas de juros. Partindo dessas suposições, a economia tenta elucidar a operação de uma economia de mercado pura. Somente em um estágio posterior... ela se volta ao estudo dos vários problemas levantados pela interferência com o mercado por parte do governo e de outras agências que empreguem coerção e compulsão.⁶⁹

A descrição hipotética de Böhm-Bawerk de uma economia "sem fricção", acima, pode ser tomada como uma tentativa inicial de tal modelo conceitual abstrato. O "estado final" de Mises foi outra, um modelo dos valores em direção aos quais os preços estavam tendendo em qualquer momento:

Os preços de todas as mercadorias e serviços estão, a qualquer instante, se movendo em direção a um estado final.... No entanto, a economia em transformação nunca atinge o estado final imaginário. Novos dados emergem repetidamente e desviam a tendência dos preços da meta anterior de seu movimento em direção a um estado final diferente...⁷⁰

Rothbard desenvolveu o conceito ainda mais, na forma de "equilíbrio final". Apesar de suas caricaturas de espantelho e tergiversações semânticas com Marshall, esse conceito se assemelhava muito ao conceito de "longo prazo" de Marshall.

Deve ser distinguido dos preços de equilíbrio de mercado, que são estabelecidos a cada dia pela ação da oferta e da demanda. O estado final de equilíbrio é um a que a economia está sempre tendendo a se aproximar... Na vida real, no entanto, os dados estão sempre mudando e, portanto, antes de se chegar a um ponto final de equilíbrio, a economia tem que mudar de direção, para alguma posição de equilíbrio final.

Por isso, a posição final de equilíbrio está sempre mudando e,

⁶⁹ MISES, Ludwig von. *Human Action*. Chicago: Regnery, 1949, 1963, 1966. pp. 236-8.

⁷⁰ *Ibid.* 546-7.

*consequentemente, nenhuma posição dessa jamais é atingida na prática. Mas muito embora ela jamais seja atingida na prática, ela tem uma importância muito real. Em primeiro lugar, é como o coelho mecânico sendo perseguido pelo cachorro. Nunca é atingido na prática e está sempre mudando, mas explica a direção na qual o cachorro está se movendo.*⁷¹

Ah! Então a objeção de Rothbard às "tesouras" marshallianas era a alegação de Marshall de que o "preço de equilíbrio" ou o "longo prazo" poderia ser atingido na prática! Por estranho que pareça, no entanto, eu não me lembro de jamais ter visto nenhuma alegação dessas por parte de Marshall.

Devemos ser cuidadosos, aliás, em distinguir os conceitos Austríacos de "estado final" e "equilíbrio" final daquele de "Economia Uniformemente Rotativa". O "longo prazo" de Marshall, embora tendo alguma semelhança com o "equilíbrio final", se diferenciava fundamentalmente da "Economia Uniformemente Rotativa". A última era um constructo imaginário de uma economia estática, da qual toda mudança era abstraída. O "longo prazo", por outro lado, era uma meta em direção à qual a economia estava tendendo a qualquer dado momento, através das valorizações subjetivas dos agentes de mercado e das flutuações do mercado (muito parecido com o "preço natural" de Adam Smith).

F. A Síntese Marshalliana

Alfred Marshall, o fundador da chamada escola neoclássica, foi também o primeiro economista proeminente a tentar uma reconciliação de Ricardo com os marginalistas. Seguindo a escola de Senior-Longfield, como interpretada por Mill, Marshall tratava a "abstinência" de capital (ou "espera") como outra forma de desutilidade, ao lado do trabalho. Assim, ele os fundiu em uma teoria subjetiva unificada do "custo real", como o fator determinante no preço de oferta. Como Mill disse, os lucros eram a remuneração pela abstinência do capitalista, no mesmo sentido que os salários eram a remuneração do trabalho. Essa síntese Marshalliana adotava virtualmente o aparato inteiro do marginalismo, mas estava muito mais próxima, em espírito, das teorias do custo de produção de Ricardo e Mill.⁷²

No que diz respeito ao lucro enquanto "custo" do capital, Marshall o moldou em termos subjetivos: o retorno necessário para persuadir o capitalista a trazer seu capital ao mercado. *"Todos estão cientes de que nenhum pagamento seria oferecido pelo uso de capital a menos que algum ganho fosse esperado desse uso..."*. Em contradição com a teoria da mais-valia de Rodbertus e Marx, Marshall disse que o valor de troca era o resultado de ambos *"o trabalho e a espera"*. Marshall distinguia, quase nos mesmos termos que Böhm-Bawerk, entre o juro *bruto* e um juro líquido como recompensa pela espera *como tal*.⁷³

⁷¹ ROTHBARD, Murray. *Man, Economy and State: A Treatise on Economic Principles*. Auburn University, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1993. pp. 275-6.

⁷² DOBB. *Theories of Value and Distribution*, pp. 112-3; MEEK. *Studies in the Labour Theory of Value*, pp. 123, 245-6.

⁷³ MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics: An Introductory Volume*, 8th ed. New York: The MacMillan Company, 1948. pp. 580, 587-8.

Sobre essa noção de lucro ou juro como uma recompensa pela "abstinência" ou "espera" (ou "preferência temporal", como os Austríacos preferiam colocar), teremos muito a dizer nos próximos dois capítulos. No momento, basta dizer que o valor de mercado da abstinência, assim como da taxa de preferência temporal Austríaca, varia em grande parte junto a fatores tais como a distribuição de propriedade e as deficiências legais impostas à concorrência no mercado de capital.

Marshall reformulou os fatores gêmeos de determinação dos preços de Ricardo, trabalho e escassez, como as duas lâminas de suas tesouras. *"Podemos tão razoavelmente disputar se é a lâmina superior ou inferior de uma tesoura que corta um pedaço de papel, quanto se o valor é governado pela utilidade ou pelo custo de produção..."*⁷⁴

Marshall acreditava que Ricardo havia errado em sua ênfase exagerada na importância do custo ou do preço de oferta, às custas da demanda ou utilidade. Em relação à negligência de Ricardo para com a demanda, Marshall escreveu que ela havia recentemente recebido maior atenção como consequência da

*crescente opinião de que mal foi feito pelo hábito de Ricardo de pôr ênfase desproporcional no lado do custo de produção, ao analisar as causas que determinam o valor de troca. Pois, embora ele e seus principais seguidores estivessem cientes que as condições de demanda desempenhavam uma parte tão importante quanto aquelas da oferta na determinação do valor, ainda assim eles não expressaram seu significado com clareza o suficiente e foram mal-entendidos por todos exceto os leitores mais cuidadosos.*⁷⁵

Como a última frase sugere, Marshall acreditava que as deficiências da economia Ricardiana eram falhas tanto de má interpretação, quanto da teoria em si.

Mais importante, a afirmação de Marshall de que a demanda desempenhava "uma parte tão importante" quanto a oferta era qualificada por seu entendimento do fator temporal. Para Marshall, quanto menor o período de tempo, mais era possível tratar a oferta como fixa para o momento; e, como consequência, mais a lâmina da escassez predominava sobre a do custo. O preço era determinado, em qualquer dado momento, pelo balanço entre a demanda e a oferta que efetivamente existia naquele momento. Conforme o fator tempo entrava em cena, e a oferta podia ser tratada como uma variável dinâmica, a lâmina do custo ganhava ascendência até que, em alguma abordagem hipotética a um preço de equilíbrio "puro", o preço se aproximava cada vez mais do custo. Marshall concluiu que, *"como uma regra geral, quanto mais curto o período que estamos considerando, maior deve ser a parcela de nossa atenção que é dada à influência da demanda sobre o valor; e quanto mais longo o período, mais importante será a influência do custo de produção sobre o valor"*⁷⁶.

Ao descrever o equilíbrio hipotético em direção ao qual o mercado tendia, Marshall

⁷⁴ *Ibid.*, p. 348.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 84.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 349.

usou uma linguagem bastante similar à de Mises a respeito do valor de "construções imaginárias":

Nosso primeiro passo em direção ao estudo das influências exercidas pelo elemento do tempo sobre as relações entre o custo de produção e o valor pode muito bem ser considerar a famosa ficção do "estado estacionário", em que essas influências seriam pouco sentidas; e contrastar os resultados que seriam encontrados ali com aqueles no mundo moderno.⁷⁷

E, com uma semelhança inquietante com Böhm-Bawerk, ele escreveu que os preços a curto prazo "são governados pela relação da demanda com os estoques de fato no mercado" em qualquer dado momento.⁷⁸ Os estoques existentes de bens são todos os que estão disponíveis durante o lapso de tempo necessário para maior produção, independente da demanda; e bens excessivos são um "custo irrecuperável", independente do déficit de demanda.

Novamente, não há conexão entre o custo de reprodução e o preço nos casos da comida numa cidade sitiada, do quinina cuja oferta está no fim em uma ilha acometida pela febre, de um quadro de Rafael, de um livro que ninguém se importa em ler, de um navio encouraçado de padrão obsoleto, do peixe quando o mercado está saturado, do peixe quando o mercado está quase vazio, de um sino rachado, de um material para vestidos que saiu de moda ou de uma casa numa vila de mineração abandonada.⁷⁹

O custo de produção é uma influência sobre o preço somente ao longo do tempo, conforme a oferta é ajustada em resposta à demanda efetiva e oferta, e demanda se aproximam do equilíbrio.

Mas, como Marshall apontou, a oferta é, por si mesma, uma variável dependente: "a oferta atual é, ela mesma, parcialmente devida à ação de produtores no passado; e essa ação foi determinada como o resultado de uma comparação dos preços que eles esperam receber por seus bens com as despesas que eles irão incorrer ao produzi-los"⁸⁰. A operação da oferta e da demanda sempre operava, ao longo do tempo, para harmonizar a produção com a demanda efetiva ao custo de produção e, assim, equacionar o preço ao custo de produção. O preço de demanda estava sempre sinalizando aos produtores para que reduzissem ou aumentassem a produção, até que o preço de demanda se igualasse ao preço de oferta.

O problema com esse modelo simples, Marshall prosseguiu, era que as programações da oferta e da demanda estavam sujeitas a mudança, então o ponto de equilíbrio em direção ao qual o mercado tendia estava, ele mesmo, em movimento.

Mas, na vida real, tais oscilações raramente são tão rítmicas quanto aquelas

⁷⁷ *Ibid.*, p. 366.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 372.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 402.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 372.

de uma pedra pendendo livremente de uma corda; a comparação seria mais exata se a corda pendesse nas águas turbulentas de uma calha de moinho, cuja correnteza fosse, em um momento, deixada fluir livremente e, em outro, parcialmente interrompida... Pois, de fato, as programações da oferta e da demanda não permanecem inalteradas na prática por um longo tempo consecutivo, mas estão constantemente sendo alteradas, e toda mudança nelas altera a quantidade de equilíbrio e o preço de equilíbrio e, assim, dá novas posições aos centros em torno dos quais a quantidade e o preço tendem a oscilar.

*Essas considerações apontam para a grande importância do elemento do tempo em relação à demanda e à oferta...*⁸¹

Mas independe de tais fatores complicadores, não obstante, era verdade, em qualquer dado momento, que o preço de mercado estava tendendo a um ponto de equilíbrio no qual o produtor era justamente compensando por trazer seus bens ao mercado.

*Há uma tendência constante em direção a uma posição de equilíbrio normal, em que a oferta de cada um desses agentes [ou seja, fatores de produção] ficará em tal relação com a demanda, por seus serviços, quanto a dar, àqueles que forneceram a oferta, uma recompensa suficiente por seus esforços e sacrifícios. Se as condições econômicas do país permanecessem estacionárias por tempo o suficiente, esta tendência se efetuará em um tal ajuste da oferta à demanda, que tanto máquinas quanto seres humanos ganhariam geralmente uma quantidade que correspondesse razoavelmente a seus custos de criação e treinamento... Da maneira em que estão, as condições econômicas do país estão constantemente mudando, e o ponto de ajuste da demanda normal e da oferta em relação ao trabalho está constantemente sendo alterado.*⁸²

Se Ricardo havia exagerado seu caso em uma direção, Marshall acreditava que os pais da revolução marginalista haviam exagerado o deles ainda mais na direção oposta. Marshall sustentava "que as fundações da teoria, da forma como foram deixadas por Ricardo, permanecem intactas; esse tanto foi adicionado a elas, e esse mesmo tanto foi construído por sobre elas, mas pouco foi tirado delas"⁸³.

Quanto a Jevons, não apenas ele exagerou sua própria doutrina, mas ela dependia de uma má leitura diligente de Ricardo e Mill.

Há poucos escritores dos tempos modernos que se aproximaram tanto da originalidade brilhante de Ricardo quanto Jevons o fez. Mas ele parece ter julgado tanto Ricardo quanto Mill severamente e ter atribuído a eles doutrinas mais limitadas e menos científicas que aquelas que eles realmente sustentavam. E seu desejo de enfatizar um aspecto do valor ao qual eles deram proeminência insuficiente foi provavelmente, em alguma medida, responsável por ele dizer, "Repetidas reflexão e investigação me levaram à opinião um pouco nova, que o valor depende

⁸¹ *Ibid.*, pp. 346-7.

⁸² *Ibid.*, p. 577.

⁸³ *Ibid.*, p. 503.

inteiramente da utilidade"... Essa declaração parece ser não menos unilateral e fragmentária e muito mais enganadora do que aquela em que Ricardo frequentemente deslizava com brevidade negligente, quanto à dependência do valor sobre o custo de produção; mas que ele jamais considerou como mais do que uma parte de uma doutrina maior, o resto da qual ele havia tentado explicar.

Jevons continua: -"temos apenas que traçar cuidadosamente as leis naturais da variação da utilidade, como dependente da quantidade de mercadoria em nossa posse, a fim de chegar a uma teoria satisfatória da troca, da qual as leis comuns de oferta e demanda são uma consequência necessária... Frequentemente se descobre que o trabalho determina o valor, mas apenas de uma maneira indireta, ao variar o grau de utilidade da mercadoria através de um aumento ou limitação da oferta". Como logo veremos, a última dessas duas declarações foi feita antes e quase da mesma forma, vaga e imprecisa como está, por Ricardo e Mill; mas eles não teriam aceito a primeira declaração. Pois, enquanto eles consideravam a lei natural da variação da utilidade como demasiado óbvia para necessitar explicação detalhada e ao passo que eles admitiam que o custo de produção não poderia ter nenhum efeito sobre o valor de troca, se não pudesse ter nenhum sobre a quantidade que os produtores traziam para venda; suas doutrinas implicam que o que é verdadeiro da oferta, é verdadeiro mutatis mutandis da demanda e que a utilidade de uma mercadoria não poderia ter qualquer efeito sobre seu valor de troca, se ela não pudesse ter nenhum sobre a quantidade que os compradores levavam do mercado...⁸⁴

A respeito da declaração aparentemente absolutista de Jevons sobre a determinação do preço pela utilidade, Marshall apontou que "o valor de troca de uma coisa é o mesmo em todo um mercado; mas os graus finais de utilidade aos quais ele corresponde não são iguais em quaisquer duas partes". Um corpo comercial "entrega coisas que representam igual poder de compra para todos seus membros, mas utilidades muito diferentes"⁸⁵. Marshall havia feito o mesmo argumento mais cedo no livro, usando a ilustração de um passeio de carruagem: embora a utilidade marginal de um passeio de carruagem possa ser muito maior para um homem pobre do que para um rico, ainda assim, o preço, em ambos os casos, é dois pence.⁸⁶

É verdade que o próprio Jevons estava ciente disso e que sua descrição pode se tornar consistente com os fatos da vida por uma série de interpretações que, com efeito, substituem "utilidade" e "desutilidade" por "preço de demanda" e "preço de oferta": mas, quando assim corrigidas, elas perdem muito de sua força agressiva contra as doutrinas mais antigas e, se ambas fossem severamente sustentadas com base em uma interpretação estritamente literal, então o método mais antigo de se falar, embora não perfeitamente preciso, parece estar mais próximo da verdade do que aquele pelo qual Jevons e alguns de seus seguidores se esforçaram para o substituir.⁸⁷

⁸⁴ *Ibid.*, p. 817.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 818.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 95.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 818.

Em defesa da sofisticação da doutrina de Ricardo, da forma como ele a entendia, Marshall salientou a declaração, na carta de Ricardo a Malthus, de que: *"é a oferta que regula o valor, e a oferta é, ela mesma, controlada pelo custo comparativo de produção"*. E, em sua próxima carta, *"eu não disputo nem a influência da demanda sobre o preço do milho, nem sobre o preço de nenhuma das as outras coisas: mas a oferta segue perto em seu encaixe e logo toma o poder de regular o preço em suas próprias mãos e, ao regulá-la, é determinada pelo custo de produção"*. Ele citou Mill, igualmente, no sentido de que *"a lei da demanda e da oferta... é controlada, mas não posta de lado, pela lei do custo de produção, uma vez que o custo de produção não teria efeito sobre o valor se não tivesse nenhum sobre a oferta"*. Dessa maneira, a doutrina "revolucionária" de Jevons, de que a influência do custo de produção se fazia sentir através das leis da oferta e da demanda, era parte da doutrina de Ricardo e Mill.⁸⁸

Resumindo o conflito entre Jevons e os economistas políticos clássicos, Marshall criticou o primeiro por negligenciar o elemento temporal no mesmo grau que Ricardo o tinha feito: *"Pois eles tentam refutar doutrinas quanto às tendências finais... das relações entre o custo de produção e o valor por meio de argumentos baseados nas causas de mudanças temporárias e de flutuações de valor de curto período"*⁸⁹.

Como veremos na seção a seguir, a ênfase exagerada no curto prazo de Jevons e seu tratamento dos estoques existentes de oferta como um fator estático em qualquer dado momento foram quase exatamente espelhados pelos Austríacos mais recentes em suas críticas ao princípio do custo.

G. Rothbard versus a Síntese Marshalliana

Murray Rothbard rejeitou, nos termos mais fortes, essa tentativa Marshalliana de uma síntese das inovações marginalistas com o legado de Ricardo. E, com isso, ele rejeitou a tentativa de Marshall de uma síntese do trabalho e da espera como elementos do "custo real". Para entender por quê, devemos começar com a distinção de Rothbard entre o julgamento de ações *ex ante* e *ex post*. Ao julgar *ex ante*, um agente determina qual curso futuro de ação é mais provável que maximize sua utilidade. O julgamento *ex post*, em contraste, é uma avaliação dos resultados da ação passada. Rothbard negava que "custos irrecuperáveis" poderiam conferir valor. *"...custo incorrido no passado não pode conferir qualquer valor... agora"*⁹⁰. *"É evidente... que, uma vez que o produto foi feito, o 'custo' não tem qualquer influência sobre o preço do produto. Custos passados, sendo efêmeros, são irrelevantes para a determinação presente dos preços..."*⁹¹.

Contra a doutrina da economia política clássica de que "os custos determinam o preço", que *"deveria ser a lei da determinação de preço 'no longo prazo'"*, ele argumentava que *"a verdade é precisamente o reverso"*:

⁸⁸ *Ibid.*, p. 819.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 821.

⁹⁰ ROTHBARD. *Man, Economy and State*, p. 239.

⁹¹ *Ibid.*, p. 292.

*O preço do produto final é determinado pelas valorizações e demandas dos consumidores, e esse preço determina qual será o custo. Os pagamentos de fatores são o resultado das vendas aos consumidores e não determinam as últimas antecipadamente. Os custos de produção, então, estão à mercê do preço final e não o contrário...*⁹²

Uma doutrina revolucionária, de fato! Exceto que, numa inspeção mais de perto, não parece tão revolucionária afinal. E o Marshall e o Ricardo a quem Rothbard se opôs tão dramaticamente, acabam por ser caricaturas grosseiras. Suas declarações do princípio do custo não eram nada tão cruamente metafísico quanto "o preço do produto final é determinado pelos 'custos de produção..."⁹³. (Rothbard foi, se qualquer coisa, mais caridoso que Böhm-Bawerk, que se sentiu compelido a negar que houvesse poder "em qualquer elemento da produção de infundir valor imediatamente ou necessariamente em seu produto"⁹⁴.)

Reconhecidamente, também, Rothbard fez uma tentativa hesitante de justiça, ao dar uma descrição levemente menos cartunesca das "tesouras" Marshallianas:

Marshall tentou reabilitar a teoria do custo de produção dos classicistas ao conceder que, no "curto prazo", no mercado imediato, a demanda dos consumidores governa o preço. Mas no longo prazo, entre os importantes bens reprodutíveis, o custo de produção é determinante. De acordo com Marshall, tanto a utilidade quanto os custos monetários determinam o preço, como lâminas de uma tesoura, mas uma lâmina é mais importante no curto prazo e outra no longo prazo...

Mas ele imediatamente procedeu a despedaçar a doutrina de Marshall - ou melhor, uma caricatura dela. Nessa versão de espantalho de Marshall, uma contraparte moderna dos realistas escolásticos da Idade Média, o "longo prazo" era um fenômeno com existência concreta.

A análise de Marshall sofre de um grave defeito metodológico - na verdade, de uma confusão metodológica quase incorrigível quanto ao "curto prazo" e ao "longo prazo". Ele considera o "longo prazo" como realmente existente, como sendo o elemento permanente, persistente e observável sob o espasmódico e basicamente insignificante fluxo do valor de mercado...

A concepção de Marshall do longo prazo é completamente falaciosa e isso elimina todo o alicerce de sua estrutura teórica. O longo prazo, por sua própria natureza, não existe e nunca pode existir...

Para analisar as forças determinantes num mundo de mudança, [o economista] deve construir hipoteticamente um mundo sem mudança [ou seja, a Economia Uniformemente Rotativa]. Isto é bem diferente de... dizer que o longo

⁹² *Ibid.*, p. 302-3.

⁹³ *Ibid.*, p. 304.

⁹⁴ BÖHM-BAWERK. *Capital and Interest*, p. 140.

prazo existe ou que é de alguma forma mais permanente ou mais persistentemente existente do que os dados reais do mercado... O fato de que custos se igualam aos preços no "longo prazo" não significa que os custos irão realmente se igualar aos preços, mas que a tendência existe, uma tendência que está continuamente sendo rompida na realidade pelas próprias mudanças espasmódicas nos dados de mercado que Marshall aponta.⁹⁵

(Já vimos, aliás, que o longo prazo de Marshall não é equivalente ao hipotético mundo sem mudança dos Austríacos, ou EUR, mas sim ao "equilíbrio final" Austríaco *em direção ao qual* a economia *tende*, mas nunca se aproxima).

Compare a versão de Rothbard de Marshall com o que o próprio Marshall disse, como já o citamos acima:

Mas, na vida real, tais oscilações raramente são tão rítmicas quanto aquelas de uma pedra pendendo livremente de uma corda; a comparação seria mais exata se a corda pendesse nas águas turbulentas de uma calha de moinho, cuja correnteza fosse, em um momento, deixada fluir livremente e, em outro, parcialmente interrompida... Pois, de fato, as programações da oferta e da demanda não permanecem inalteradas na prática por um longo tempo consecutivo, mas estão constantemente sendo alteradas, e toda mudança nelas altera a quantidade de equilíbrio e o preço de equilíbrio e, assim, dá novas posições aos centros em torno dos quais a quantidade e o preço tendem a oscilar.⁹⁶

Há uma tendência constante em direção a uma posição de equilíbrio normal, em que a oferta de cada um desses agentes [ou seja, fatores de produção] ficará em tal relação com a demanda, por seus serviços, quanto a dar, àqueles que forneceram a oferta, uma recompensa suficiente por seus esforços e sacrifícios. Se as condições econômicas do país permanecessem estacionárias por tempo o suficiente, esta tendência se efetuariaria em um tal ajuste da oferta à demanda, que tanto máquinas quanto seres humanos ganhariam geralmente uma quantidade que correspondesse razoavelmente a seus custos de criação e treinamento... Da maneira em que estão, as condições econômicas do país estão constantemente mudando, e o ponto de ajuste da demanda normal e da oferta em relação ao trabalho está constantemente sendo alterado.⁹⁷

Mais importante do que o desvio da maioria dos preços de seu valor normal, em qualquer dado momento, é o fato de que eles tenderão em direção a esse valor ao longo do tempo, se não impedidos por privilégio monopolista. Como Schumpeter escreveu, embora possa sempre existir uma taxa média positiva de lucro, "é suficiente que... o lucro de cada fábrica individual seja incessantemente ameaçado pela concorrência real ou potencial de novas mercadorias ou métodos de produção, que mais cedo ou mais tarde irá transformá-lo em uma perda". A trajetória do preço de qualquer bem de capital ou de consumo, sob a influência da concorrência, será em direção ao custo: "pois nenhuma coleção individual de

⁹⁵ ROTHBARD. *Man, Economy and State*, p. 305.

⁹⁶ MARSHALL. *Principles of Economics*, pp. 346-7.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 577.

bens de capital permanece como uma fonte de ganhos excedentes para sempre..."⁹⁸. Ou nas palavras de Tucker, "*a concorrência [é] o grande nivelador de preços ao custo de trabalho de produção*"⁹⁹.

Deixando de lado a caricatura de Rothbard das visões de Marshall (ou seja, sua suposta visão do longo prazo como efetivamente existindo em algum senso real, como um modelo estático como a Economia Uniformemente Rotativa), descobrimos que Marshall, na verdade, disse algo bastante parecido com o que Rothbard disse: o preço de reprodução dos bens *tende em direção* ao custo de produção. O preço de equilíbrio e o "longo prazo", assim como o "equilíbrio final" Austríaco, não são vistos em termos conceitualmente realistas como *coisas* efetivamente existentes. Em vez disso, eles são constructos teóricos para tornar os fenômenos do mundo real mais compreensíveis. A postura Austríaca de ceticismo radical, quando é ideologicamente conveniente, efetivamente priva os economistas da capacidade de fazer generalizações úteis sobre as regularidades observadas nos fenômenos do *mundo real*.

O problema com a crítica de Rothbard a Marshall é que ela poderia ser aplicada com quase tanta justiça ao próprio Rothbard. Por exemplo, Rothbard admitiu que o custo de produção poderia ter um efeito indireto sobre o preço, através de seu efeito sobre a oferta. Em sua discussão da distinção entre julgamentos *ex ante* e *ex post*, que citamos anteriormente, ele também proclamou estar "*claro que os julgamentos ex post [do agente] são principalmente úteis para ele ao pesar suas considerações ex ante para ação futura*"¹⁰⁰. E diretamente após sua declaração citada acima de que o "*'custo' não tem qualquer influência sobre o preço do produto*", ele continuou, de forma mais extensa:

*Que os custos têm uma influência na produção não é negado por ninguém. No entanto, a influência não é diretamente sobre o preço, mas sobre a quantidade que será produzida ou, mais especificamente, sobre o grau em que os fatores serão utilizados... O tamanho dos custos, em escalas individuais de valor, então, é um dos determinadores da quantidade, o estoque, que será produzida. Este estoque, claro, mais tarde desempenha um papel na determinação do preço de mercado. Isto, no entanto, está bem longe de dizer que o custo determina ou é coordenado com a utilidade em determinar o preço.*¹⁰¹

Mas isso é quase exatamente a forma como o próprio Marshall explicou a ação do princípio do custo, em detalhe, em sua discussão da crítica de Jevons a Ricardo, no Apêndice I de *Principles of Economics*. Na verdade, pode-se achar muitas passagens em *Principles of Economics* em que Marshall descreve a ação do custo sobre o preço através da oferta, numa linguagem quase idêntica à de Rothbard acima. Marshall não alegou que o preço de um bem presente específico era misticamente "determinado" pelo seu custo passado de produção. Ele argumentou, na verdade, que os preços ao longo do tempo tendiam ao custo de produção *através* das decisões dos produtores quanto a se os preços de mercado

⁹⁸ SCHUMPETER. *Ten Great Economists From Marx to Keynes*. New York: Oxford University Press, 1965. pp. 40-1.

⁹⁹ TUCKER. Does Competition Mean War? *Liberty*, 04 ago. 1888. In: _____. *Instead of a Book*, p. 405.

¹⁰⁰ ROTHBARD. *Man, Economy and State*, p. 239.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 292.

justificavam a produção futura.

E os Austríacos ligavam algumas qualificações bastante comprometedoras às suas declarações não qualificadas de que a utilidade determinava o valor e de que o preço final determinava o custo de produção. Böhm-Bawerk, em *Positive Theory*, escreveu que o valor era determinado pela "*importância daquele desejo concreto... que é menos urgente entre os desejos que são satisfeitos pelos estoques disponíveis de bens similares*. [ênfase adicionada]"¹⁰². Rothbard escreveu que "*[o] preço de um bem é determinado por seu estoque total em existência e pela programação da demanda por ele no mercado*. [ênfase adicionada]"¹⁰³. Da mesma maneira: "*No mundo real dos preços imediatos de mercado, ...é óbvio para todos que o preço é unicamente determinado pelas valorizações do estoque - pelas 'utilidades' - e absolutamente não pelo custo monetário... [A m]aioria dos economistas reconhece que, no mundo real (o chamado 'curto prazo'), os custos não podem determinar o preço...* [ênfase adicionada]"¹⁰⁴. Isso soa tremendamente similar, na prática, à compreensão de Marshall da predominância da lâmina da "utilidade" da tesoura no "curto prazo". A diferença, como vimos acima, era que Rothbard denunciava a própria ideia do "longo prazo" como totalmente sem sentido.

As qualificações de Rothbard do princípio da utilidade sugerem uma fraqueza na teoria subjetiva do valor que apontamos recorrentemente nas seções anteriores: ela só pode ser tomada literalmente na medida em que ignoramos o aspecto dinâmico da oferta e tratamos o equilíbrio entre a demanda e os estoques existentes de suprimentos, em qualquer ponto, como dado, sem levar em conta o fator tempo.

Isso é verdadeiro tanto da teoria de utilidade do valor dos bens de consumo dos Austríacos, que assume estoques fixos no ponto de troca, quanto de sua teoria da imputação dos preços dos fatores, que similarmente supõe um estoque fixo de bens de ordem superior. Como Dobb criticou a última,

*Se a situação é manejada em termos de bens de capital concretos (dispensando o gênero do capital como um fator supostamente escasso), então, se esses bens são reprodutíveis, não deveria haver qualquer razão para qualquer taxa positiva de lucro que seja, em condições estritamente estáticas. Se todas as entradas, exceto o trabalho, são entradas produzidas, de onde surge a "escassez" específica da onde o lucro deveria vir? Se suposições de equilíbrio estático completo forem consistentemente adotadas, então a produção no setor dos bens de capital da economia tenderá a ser aumentada até que a saída de bens seja eventualmente adaptada à necessidade por eles.... Com a oferta deles inteiramente adaptada à demanda por eles para propósitos de reposição atual, não haverá mais qualquer base para seus preços estarem acima do custo (primeiro) de sua própria reposição atual (ou depreciação).*¹⁰⁵

¹⁰² BÖHM-BAWERK. *The Positive Theory of Capital*, p. 148.

¹⁰³ ROTHBARD. *Power and Market: Government and the Economy*. Kansas City: Sheed Andrews and Mcmeel, 1970, 1977. pp. 88-9.

¹⁰⁴ ROTHBARD. *Man, Economy and State*, p. 303.

¹⁰⁵ DOBB. *Theories of Value and Distribution*, pp. 205-6.

Dobb também escreveu dos Austríacos sobre a "suposição de suprimentos dados de vários fatores, com a consequente determinação de todos os preços pela demanda..."¹⁰⁶. Mais tarde, na mesma obra, Dobb fez uma observação sobre a artificialidade das teorias do valor embasadas inteiramente no equilíbrio de curto prazo entre a oferta e a demanda:

...para fazer tais afirmações, uma série de coisas tem que ser tomada como dada (como - para pegar o caso extremo - em todas as afirmações sobre as situações Marshallianas de "curto período", ou período semi-curto): os dados que são variáveis dependentes de outro, e "mais profundo", nível de análise....

Uma maneira de se ilustrar o que se quer dizer quando se fala de contextos em que relações de troca determinadas pela demanda são aplicáveis pode ser a seguinte. Poder-se-ia supor que todas as entradas produtivas fossem objetos naturais disponíveis, em qualquer determinada data, em dadas quantidades determinadas pela natureza [por exemplo, as pedras meteóricas de Marshall].... Mas aí, claro, o processo de produção, como normalmente visto, ... seria inexistente....

Na medida, per contra, em que se atribui um papel maior à atividade humana no processo de produção e os insumos reprodutíveis... substituem objetos naturais escassos, os elementos essenciais do problema econômico se tornam diferentes....

Mas se um modo formal de determinação em termos de relações de escassez... pode ser construído e pode transmitir alguma informação, numa situação de meios ou insumos naturalmente determinados, por que não deveria ser possível fazê-lo em situações análogas, em que qualquer conjunto de n meios ou entradas, embora não dependentes de limitações naturais, são necessariamente determinados, quanto às suas ofertas, de alguma outra maneira? De fato, isto é bem possível; mas está... sujeito à condição restritiva de que o conjunto de n meios ou insumos já são fornecidos como um dado. A restrição é grande. Ela exclui de consideração todas as situações em que essas ofertas estão suscetíveis a mudança (ou seja, a mudar conforme um efeito de "feedback" de seus preços), e a análise assim restrita não pode fazer qualquer declaração quanto a por que e como essas mudanças ocorrem ou quanto a seus efeitos - razão pela qual falamos de situações às quais uma tal teoria pode se aplicar como "situações de período semi-curto".¹⁰⁷

Em *Political Economy and Capitalism*, Dobb escreveu em termos similares sobre a suposição Austríaca de que, "em qualquer determinado conjunto de condições, a oferta de tais fatores de produção finais era fixa"¹⁰⁸. Ele qualificou isso em uma nota de rodapé ao adicionar, "Estritamente falando, os Austríacos não assumiam, ou precisavam assumir, que a oferta de fatores básicos de produção era imutável: meramente que a quantidade deles era determinada por condições externas ao mercado e, conseqüentemente, poderiam ser tratadas como independentes"¹⁰⁹. Não obstante, o efeito prático era que, "sendo limitados por uma escassez inalterável (para o momento), esses fatores, como qualquer outra

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 114.

¹⁰⁷ *Ibid.*, pp. 179-82.

¹⁰⁸ DOBB. *Political Economy and Capitalism*, p. 160.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 160 (nota).

mercadoria, adquiririam um preço igual ao serviço marginal que eles poderiam render na produção: esses preços formavam os elementos constituintes do custo"¹¹⁰. Isso exigia abstrair deliberadamente do custo a "teoria do valor" dos fatores de produção ou de quaisquer "características que afetassem a demanda"¹¹¹.

Além disso, a teoria Austríaca da precificação dos fatores é, de certo modo, um exercício elaborado de petição de princípio. Dizer que os fatores são precificados de acordo com sua produtividade marginal é só outra maneira de dizer que o preço é baseado na capitalização do lucro e da renda esperados. Mas as últimas quantidades e seu nível natural em um livre mercado são precisamente os pontos em questão entre as versões mutualista e Austríaca da teoria do livre mercado.

Como James Buchanan a caracterizou, a teoria subjetiva foi uma tentativa de aplicar, para todos os bens, a teoria clássica de valor para bens em oferta fixa, tanto reprodutíveis quanto não.

O desenvolvimento de uma teoria geral do valor de troca se tornou um interesse primário. A análise clássica foi rejeitada porque continha dois modelos separados, um para bens reprodutíveis, outro para bens em oferta fixa. A solução foi reivindicar generalidade para o modelo simples de valor de troca que os escritores clássicos haviam reservado para a segunda categoria. O valor de troca é, em todos os casos, diziam os teóricos da utilidade marginal, determinado pela utilidade marginal, pela demanda. No ponto da troca de mercado, todas as ofertas são fixas. Consequentemente, os valores relativos ou preços são exclusivamente estabelecidos pelas utilidades marginais relativas."¹¹²

Marshall acreditava, aliás, que o custo de produção influenciava a demanda, mesmo no curto prazo, através das expectativas dos compradores de mudanças futuras no preço conforme a produção aumentasse. Para um caso similar do efeito das expectativas sobre o preço de demanda, não precisamos ir mais longe do que aos bens eletrônicos. Quantas pessoas adiaram a compra de um DVD player na expectativa de que eles fossem produzidos mais barato em um ano ou dois?

Para os Austríacos, por definição, o "valor" era idêntico ao preço de mercado em qualquer dado momento. O "preço futuro" estava, de fato, sujeito a mudança, através das reações dos produtores ao preço presente; mas ir tão longe quanto introduzir o "preço de equilíbrio" como um conceito útil ou reivindicar a relação entre o preço de equilíbrio e o custo de produção era algo realmente fora de questão. Constructos teóricos são muito bons - mas só para Austríacos.

A doutrina Austríaca de que a utilidade determina o preço, se tomada literalmente, é um total absurdo. A doutrina é verdadeira apenas com as qualificações que eles, entre parênteses, forneceram: que o valor é determinado sem levar em conta o longo prazo, mas

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 160.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 140.

¹¹² BUCHANAN, James. *Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory*. In: _____. *Collected Works*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999. vol. 6. p. 9.

somente pelos estoques existentes de suprimentos em relação à demanda de mercado em qualquer dado momento. E essas qualificações, tomadas com a admissão de Rothbard de que o custo de produção indiretamente afetava o preço através de seus efeitos sobre a oferta, trazem a essência da teoria de Rothbard para bem perto daquela de Marshall.

A caricatura de Marshall por Rothbard se compara intimamente com a versão de espantalho da economia política clássica que Jevons se felicitava em ter destruído há mais de um século. E a análise de Marshall da crítica jevoniana a Ricardo, que vimos anteriormente, poderia ser voltada a Rothbard com grande efeito: se considerarmos a real doutrina de Marshall, em vez da paródia grosseira que Rothbard fez dela, é evidente que os dois estão muito mais próximos em essência do que Rothbard admitiria; mas, se formos tomar as doutrinas, tanto de Marshall quanto de Rothbard, da forma como satirizadas por seus inimigos - como a afirmação nua de que o custo "determina" o preço ou de que a utilidade "determina" o preço - a verdade está muito mais próxima da primeira do que da última afirmativa.

Capítulo Dois: Uma Reformulação Subjetiva da Teoria do Valor-Trabalho

A crítica de Eugen von Böhm-Bawerk à teoria do valor-trabalho foi a mais completa até hoje. Muitas de suas críticas, como vimos anteriormente, eram ataques a espantalhos ou baseadas em suas próprias visões idiossincráticas sobre o nível de generalidade necessário para uma teoria do valor. Mas algumas de suas críticas eram bastante válidas.

A crítica mais notável de Böhm-Bawerk às teorias clássicas do valor-trabalho e valor-custo dizia respeito à sua carência de uma fundamentação teórica explícita. De Rodbertus, por exemplo, ele reclamava que esse autor estava *"contente em quase toda ocasião em afirmar... no tom de um axioma"* a proposição de que o trabalho cria o valor de troca. Mas para justificar a proposição, Rodbertus apelava apenas à autoridade de Smith e Ricardo.¹ Mas nem Smith, nem Ricardo tinham *"dado qualquer razão para este princípio, mas simplesmente afirmado sua validade como algo autoexplicativo"*².

Böhm-Bawerk citava Smith em particular como um exemplo desse defeito. Após citá-lo sobre o *"estado bruto da sociedade"* antes da acumulação de capital, em que a quantidade de trabalho *"parec[ia] ser"* a única base para a troca entre caçadores de veados e castores, Böhm-Bawerk comentou:

*Nessas palavras também devemos buscar em vão por qualquer traço de uma base racional para a doutrina. Adam Smith simplesmente diz, "parece ser a única circunstância", "deveria naturalmente", "é natural", e assim por diante, mas por toda a parte ele deixa para o leitor convencer a si mesmo da "naturalidade" de tais julgamentos - uma tarefa... que o leitor crítico não achará fácil.*³

Certamente Böhm-Bawerk estava correto em rejeitar o processo de eliminação (*"o processo lógico e sistemático de destilação"*) pelo qual Marx identificava o trabalho incorporado como o único fator comum às mercadorias, no qual seu valor de troca poderia ser baseado.⁴

Mas apesar da crítica de Böhm-Bawerk, a base teórica para a teoria do trabalho está implícita em outras partes da obra de Marx, assim como daquelas dos economistas clássicos. Eles chegaram muito próximo de formulá-la explicitamente por vezes e frequentemente pelo menos a sugeriam de soslaio. Enfim, no entanto, eles falharam em formulá-la deliberada e conscientemente.

Em sua forma implícita, ela aparece na obra de Adam Smith como seu entendimento

¹ BÖHM-BAWERK, Eugen von. *Capital and Interest: A Critical History of Economical Theory*. Tradução de William Smart. New York: Brentanno's, 1922. p. 338.

² *Ibid.*, p. 376.

³ *Ibid.*, p. 379-80.

⁴ *Ibid.*, p. 382-3; BÖHM-BAWERK. *Karl Marx and the Close of His System*. Publicado em volume único com HILFERDING, Rudolf. *Böhm-Bawerk's Criticism of Marx*. New York: Augustus M. Kelley, 1945. pp. 68-77.

da natureza do trabalho como "labuta e incômodo". No tempo após a divisão do trabalho, mas antes da acumulação de capital em larga escala, escrevia Smith, todas as trocas eram trocas entre produtores de produtos excedentes de seu respectivo trabalho.

Uma vez estabelecida por completo a divisão do trabalho, não é nada além de uma pequena parte dos desejos de um homem que o produto de seu próprio trabalho pode fornecer. Ele provê parte bem maior deles trocando essa parte excedente do produto de seu próprio trabalho, que está acima e além de seu próprio consumo, por tais partes do produto do trabalho de outro homem que ele tenha a oportunidade.⁵

O "preço real" de uma coisa, Smith prosseguia dizendo, o que ela "realmente custava ao homem que deseja adquiri-la" era "a labuta e o incômodo que custa a sua aquisição..."

O que é comprado com dinheiro ou com bens é obtido pelo trabalho tanto quanto nós adquirimos pela labuta de nosso próprio corpo... O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. Não foi por ouro ou prata, mas pelo trabalho, que toda a riqueza do mundo foi originalmente obtida...

.... Em todos os momentos e lugares, aquilo que é caro é o que é difícil de se conseguir, o que custa muito trabalho para adquirir; e aquilo que é barato é o que pode ser conseguido facilmente ou com muito pouco trabalho.⁶

E Smith deixou claro que "o trabalho e o incômodo" deveriam ser medidos do ponto de vista subjetivo do trabalhador: "*Quantidades iguais de trabalho devem em todos os momentos e em todos os lugares ter o mesmo valor para o trabalhador. Em estado normal de saúde, força e atividade e com o grau médio de habilidade que ele possa possuir, ele deve sempre abrir mão da mesma porção de seu descanso, de sua liberdade, e de sua felicidade*"⁷.

Como Maurice Dobb comentou, "*Talvez se pudesse traduzir isso para a terminologia Marshalliana e dizer que era equivalente a alegar que o trabalho era o custo real último envolvido na atividade econômica*"⁸. Eric Roll a chamou de uma "*teoria de valor do custo psicológico*"⁹.

Os economistas políticos clássicos ocasionalmente sugeriam um tal entendimento do trabalho, mas nunca o desenvolveram sistematicamente. Por exemplo, Ricardo às vezes parecia reconhecer um mecanismo subjetivo por trás da operação do princípio do custo. Numa linguagem que lembra Smith, ele escreveu:

Podem me perguntar o que eu quero dizer com a palavra valor e por qual

⁵ SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago, London, Toronto: Encyclopedia Britannica, 1952. p. 10.

⁶ *Ibid.*, pp. 13-4.

⁷ *Ibid.*, p. 14.

⁸ DOBB. *Theories of Value and Distribution Since Adam Smith: Ideology and Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. p. 48.

⁹ ROLL, Eric. *A History of Economic Thought*, 3rd ed. Englewood, New Jersey: Prentice-Hall, 1956. p. 159.

critério eu julgaria se uma mercadoria havia ou não mudado seu valor. Eu respondo, eu não sei de nenhum outro critério de uma coisa ser cara ou barata exceto pelos sacrifícios de trabalho feitos para obtê-la. Todas as coisas são originalmente obtidas pelo trabalho - nada que tem valor pode ser produzido sem ele e, portanto, se uma mercadoria, tal como o pano, exige o trabalho de dez homens por um ano para produzi-la uma vez e exige apenas o trabalho de cinco homens pelo mesmo tempo para produzi-la uma outra, ela será duas vezes mais barata...

Que a quantidade maior ou menor de trabalho empregada nas mercadorias pode ser a única causa de sua alteração em valor é completamente compreendido assim que estivermos combinados que todas as mercadorias são o produto do trabalho e não teriam nenhum valor senão pelo trabalho gasto nelas.¹⁰

Mas quanto a por que isso deveria ser assim ou por que as mercadorias deveriam ser trocadas de acordo com o *tempo* de trabalho exigido para sua produção, ele não elaborou.

É verdade, como Böhm-Bawerk acusou, que os clássicos não elaboraram, numa forma suficientemente explícita, a *razão* pela qual o esforço se traduzia em valor de troca; não obstante, o raciocínio deveria ser relativamente simples de se examinar. O mecanismo subjetivo para o princípio do custo está implicitamente pressuposto pelos economistas clássicos, em grande parte, porque está enraizado num entendimento de senso comum e auto-evidente da natureza humana. A base do valor de troca no esforço do indivíduo repousa na mesma compreensão a priori do comportamento humano da qual o discípulo de Böhm-Bawerk, Mises, derivou sua "praxeologia", ou ciência da ação humana.

A teoria do trabalho e o princípio do custo estão logicamente implicados na natureza do homem enquanto ser que maximiza a utilidade e (mais direto ao ponto) minimiza a desutilidade. Como James Buchanan escreveu,

Mesmo num tão simples modelo [O modelo de troca primitiva de castores e veados de Adam Smith], por que deveriam os custos relativos determinar os valores normais de troca? Eles assim o fazem porque se assume que os caçadores são indivíduos racionais maximizadores de utilidade e porque os "bens" positivamente valorizados e os "males" negativamente valorizados em suas funções de utilidade podem ser identificados. Se, por qualquer razão, os valores de troca se estabelecerem a alguma taxa diferente daquela dos valores de custo, o comportamento será modificado. Se o caçador individual sabe que ele é capaz, com um dispêndio de trabalho de um dia, de matar dois veados ou um castor, ele não escolherá matar veados se o preço de um castor for três veados, mesmo que ele fosse um demandante ou comprador final de veado apenas. Ele pode "produzir" veados de forma mais barata através da troca nessas circunstâncias... Uma vez que pode se esperar que todos os caçadores se comportem da mesma maneira, nenhum veado será produzido até e ao menos que o valor de troca esperado retorne à igualdade com a taxa de custo. Qualquer divergência entre o valor de troca esperado e o valor de custo esperado nesse modelo refletiria um comportamento

¹⁰ RICARDO, David. Absolute Value and Exchangeable Value (A Rough Draft). In: SRAFFA, Piero (Ed.). *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951. v. 4. p. 397.

irracional da parte dos caçadores.

Nessa interpretação, a teoria clássica incorpora a noção de custo de oportunidade. Para o caçador no ponto de uma decisão alocativa, o custo de um castor é dois veados e o custo de um veado é meio castor. A uma taxa de troca de um para dois, cada caçador, em perspectiva, deve estar à margem da indiferença. A produção física e a produção pela troca rendem resultados idênticos. O tempo de trabalho, o padrão para medição, é o denominador comum pelo qual os custos de oportunidade são computados.¹¹

Um produtor só continuará a trazer seus bens ao mercado se receber um preço necessário, em sua avaliação subjetiva, para compensá-lo pela desutilidade envolvida em produzi-los. E ele será incapaz de cobrar um preço maior do que essa quantidade necessária por muito tempo, se a entrada no mercado é livre e a oferta é elástica, porque os concorrentes entrarão em campo até que o preço se iguale à desutilidade de se produzir o incremento final da mercadoria.

Tais declarações não exigem nenhuma verificação além de uma compreensão *a priori* da natureza humana. Mises mesmo escreveu sobre o caráter auto-evidente dos axiomas da praxeologia, repetida e longamente:

As declarações e proposições [da praxeologia] não são derivadas da experiência. Elas são, como aquelas da lógica e da matemática, a priori. Elas não estão sujeitas a verificação ou falsificação com base na experiência e nos fatos. Elas são tanto lógicas quanto temporalmente antecedentes a qualquer compreensão de fatos históricos...

...Ele [o a priori] se refere ao caráter essencial e necessário da estrutura lógica da mente humana.

As relações lógicas fundamentais não estão sujeitas a prova ou refutação. Toda tentativa de prová-las deve pressupor sua validade. É impossível explicá-las a um ser que não as possui em sua descrição.... Elas são categorias inalisáveis definitivas. A mente humana é completamente incapaz de imaginar categorias lógicas em desacordo com elas...

O raciocínio apriorístico é puramente conceitual e dedutivo. Ele não pode produzir nada além de tautologias e julgamentos analíticos. Todas as suas implicações são logicamente derivadas das premissas e já estavam contidas nelas...

Todos os teoremas geométricos já estão implícitos nos axiomas...

O ponto de partida da praxeologia não é uma escolha de axiomas e uma decisão sobre métodos de procedimento, mas uma reflexão sobre a essência da ação.... Não há nenhum modo de ação pensável em que os meios e fins, ou custos

¹¹ BUCHANAN, James. *Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory*. In: _____. *Collected Works*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999. vol. 6. p. 4.

*e proventos, não possam ser claramente distinguidos e precisamente separados. Não há nada que apenas aproximada ou incompletamente se ajuste à categoria econômica de uma troca...*¹²

*O escopo da praxeologia é a explicação da categoria da ação humana. Tudo que é necessário para a dedução de todos os teoremas praxeológicos é o conhecimento da essência da natureza humana. É um conhecimento que é nosso porque somos homens.... Nenhuma experiência especial é necessária a fim de compreender esses teoremas... O único caminho para a cognição desses teoremas é a análise lógica de nosso conhecimento inerente da categoria da ação... Como a lógica e a matemática, o conhecimento praxeológico está em nós; ele não vem de fora.*¹³

Similarmente, a teoria do valor-trabalho é baseada, não em uma generalização indutiva a partir do movimento observado dos preços, mas em uma suposição *a priori* sobre *por que* o preço se aproxima do custo, exceto na medida em que alguma escassez natural ou artificial causa desvios dessa relação.

Mas, apesar dos axiomas da praxeologia não serem derivados da experiência histórica, Mises argumentava, eles são ainda assim úteis em tornar os fatos da história inteligíveis. Estudos da histórica econômica

*não entregam blocos para a construção de hipóteses e teoremas a posteriori. Pelo contrário, eles são sem sentido se não interpretados à luz de teorias desenvolvidas sem referência a eles.... Nenhuma controvérsia a respeito das causas de um evento histórico pode ser resolvida com base no exame dos fatos, que não seja guiada por teorias praxeológicas específicas.*¹⁴

Então, não apenas a desutilidade única do trabalho fornece uma base teórica para uma teoria do valor-trabalho; mas historiadores econômicos, econometristas, etc. podem dar maior sentido aos movimentos de preço observados usando tal teoria do trabalho como um paradigma.

Os próprios marginalistas, tanto neoclássicos quanto austríacos, reconheceram que o trabalho é um "custo real" em um sentido único. A desutilidade do trabalho, para eles, é uma lei básica da economia. O consumo de outros fatores é limitado apenas por sua disponibilidade e pela necessidade de economizar ao alocá-los para o uso marginal mais produtivo. O único custo no consumo de um fator que não o trabalho é um custo de oportunidade - os outros usos aos quais ele poderia ter sido posto alternativamente. Mas o consumo de trabalho é um custo absoluto, independentemente da quantidade disponível. Ou para ser mais exato, o custo de oportunidade de um consumo de trabalho não é simplesmente os usos alternativos do trabalho, mas também o *não-trabalho*. O trabalhador está alocando seu tempo, não apenas entre formas concorrentes de trabalho, mas também entre o trabalho e o não-trabalho.

¹² MISES, Ludwig von. *Human Action*. Chicago: Regnery, 1949, 1963, 1966. pp. 32, 34, 38-40.

¹³ *Ibid.*, p. 64.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 867-8.

William Stanley Jevons, um dos fundadores da revolução marginalista e um originador da ideia marginalista de desutilidade, explicitamente ligou a última ao "trabalho e incômodo" de Adam Smith. A concepção de trabalho de Smith, escreveu ele, era "*substancialmente verdadeira*". "O trabalho", começava ele provisoriamente, "*é o esforço doloroso ao qual nos submetemos para repelir dores de maior quantidade ou para obter prazeres que deixam a balança a nosso favor*"¹⁵. Defrontado com questões sobre o suportar de brincadeiras e outros esforços aprazíveis e de trabalho produtivo que fosse prazeroso por si só, ele foi forçado a definir o trabalho mais exatamente para excluir o esforço que fosse "*completamente recompensado pelo resultado imediato...*". O trabalho, para ser mais exato, era "*qualquer esforço doloroso da mente ou do corpo sofrido parcial ou totalmente, tendo em vista um bem futuro*"¹⁶. Dessa maneira, ele correspondia ao que Mises mais tarde chamaria de "trabalho extraversivo". Embora mesmo o trabalho empreendido primariamente por causa do resultado possa ser inatamente prazeroso, incrementos adicionais de tal trabalho deixariam de fornecer prazer adicional muito antes que o trabalhador tivesse satisfeito sua necessidade de consumo. Mesmo depois que o trabalhador tiver deixado de auferir qualquer satisfação do trabalho, no entanto, a utilidade marginal do produto de incrementos adicionais de trabalho superaria a desutilidade marginal de trabalhar: "*É verdade que o trabalho pode ser tanto agradável no momento quanto conducente a um bem futuro; mas ele só é agradável numa quantidade limitada, e a maioria dos homens é compelida por seus desejos a se esforçar mais tempo e mais severamente do que eles de outra maneira o fariam*"¹⁷. A oferta de trabalho era governada pela utilidade marginal de cada incremento de salário comparada à desutilidade marginal do trabalho.¹⁸

Para Marshall, assim como para Jevons, a desagradabilidade era só outro fator quantitativo, ao lado do prazer do trabalho, que entrava no cálculo geral da utilidade vs. a desutilidade. Para deixar o princípio mais claro, ele deu o exemplo de uma pessoa trabalhando diretamente para seu próprio consumo:

*Quando um garoto apanha amoras para sua própria alimentação, a ação de apanhar é provavelmente ela mesma prazerosa por um tempo; e, por algum tempo a mais, o prazer de comer é mais do que o suficiente para recompensar o incômodo de apanhar. Mas depois que ele tiver comido uma boa quantidade, o desejo por mais diminui; ao passo que a tarefa de apanhar começa a causar cansaço, que pode de fato ser um sentimento de monotonia mais do que de fadiga. O equilíbrio é atingido quando afinal sua ânsia por brincar e sua aversão pelo trabalho de apanhar contrabalançam o desejo de comer.*¹⁹

Como Jevons no início, e Mises posteriormente, Alfred Marshall definia o trabalho em termos de seu caráter produtivo, ou de seus resultados desejados:

¹⁵ JEVONS, William Stanley. *The Theory of Political Economy*, 5th ed. [S.l.]: Kelley & Millman, 1957. p. 167.

¹⁶ *Ibid.*, p. 168.

¹⁷ *Ibid.*, p. 168-9.

¹⁸ *Ibid.*, p. 172-4.

¹⁹ MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics: An Introductory Volume*, 8th ed. New York: The MacMillan Company, 1948. p. 330.

2. *Todo trabalho é direcionado à produção de algum resultado. Pois embora alguns esforços sejam feitos meramente por si mesmos, como quando um jogo é jogado por diversão, eles não são contados como trabalho. Podemos definir o trabalho como qualquer esforço da mente ou do corpo sofrido parcial ou inteiramente tendo em vista algum bem outro que não o prazer derivado diretamente do trabalho.*²⁰

Ao contrário de Jevons, no entanto, Marshall não limitava o termo a esforços dolorosos.²¹

Eugen von Böhm-Bawerk escreveu longamente sobre a distinção entre o gasto de trabalho enquanto custo de oportunidade (comum a todos os gastos de fatores de produção) e enquanto desutilidade positiva (única ao trabalho).

A natureza de todos os sacrifícios econômicos que os homens fazem consiste em alguma perda de bem-estar que eles sofrem; e a quantidade de sacrifício é medida pela quantidade dessa perda. Ela pode ser de dois tipos: de um tipo positivo, em que infligimos a nós mesmos lesão, dor, ou incomodo positivos; ou de um tipo negativo, em que nós prescindimos uma felicidade ou uma satisfação que, de outra forma, nós poderíamos ter tido. Na maioria dos sacrifícios econômicos que nós fazemos para obter um fim útil definido, a única questão é sobre um desses tipos de perda...

*É diferente com o sacrifício do trabalho. O trabalho apresenta dois lados para a consideração econômica. Por um lado, é, na experiência da maioria dos homens, um esforço conectado com uma quantidade de dor positiva e, por outro, é um meio para a obtenção de muitos tipos de satisfação. Portanto o homem que despende trabalho por um fim útil definido faz, por um lado, um sacrifício positivo de dor e, por outro, o sacrifício negativo de outros tipos de satisfação que poderiam ter sido obtidos como resultados do mesmo trabalho.*²²

Para Böhm-Bawerk, o valor do trabalho era determinado pela desutilidade ou pelo custo de oportunidade, o que quer que fosse maior. Mas como Buchanan apontou acima, o próprio custo de oportunidade era um meio (pelo menos na troca simples de mercadorias) pelo qual os preços das mercadorias tendiam a se aproximar do sacrifício de trabalho envolvido em sua produção.

Para todos esses economistas, a desutilidade do trabalho era puramente quantitativa e poderia ser compensada, mesmo no caso do trabalho extraversivo, pela prazerosidade do trabalho (pelo menos por um tempo). Para todos eles, no entanto, o trabalho ainda era também único entre os "fatores de produção" em que a desutilidade positiva sequer entrava na equação custo-benefício.

Para Mises, ao contrário dos pensadores anteriores, o trabalho "extraversivo" (o trabalho empreendido por causa de um resultado, em vez de por si mesmo) possuía uma

²⁰ *Ibid.*, p. 65.

²¹ *Ibid.*, p. 65n.

²² BÖHM-BAWERK. *Capital and Interest*, p. 282-3.

desutilidade *qualitativa* inerente, desde o princípio de uma tarefa de trabalho e independentemente da quantidade da agradabilidade ou da desagradabilidade dela.

O gasto de trabalho é considerado doloroso. Não trabalhar é considerada uma situação mais satisfatória do que trabalhar. O lazer é, outras coisas sendo iguais, preferível ao trabalho árduo. As pessoas trabalham apenas quando elas valorizam o retorno do trabalho mais do que o decréscimo em satisfação acarretado pelo encurtamento do lazer. Trabalhar envolve desutilidade.

.... Para a praxeologia, é um dado que os homens estão ansiosos para desfrutar do lazer e, portanto, contemplam sua própria capacidade de produzir resultados com sentimentos diferentes daqueles com os quais eles contemplam a capacidade de fatores materiais de produção. O homem, ao considerar o gasto de seu próprio trabalho, investiga não apenas se não há nenhum outro fim mais desejável para o emprego da quantidade de trabalho em questão, mas não menos se não seria mais desejável se abster de qualquer gasto de trabalho adicional.²³

A ideia do trabalho enquanto desutilidade fez com que alguns objetassem que isso reflete um entendimento de um homem econômico cru da motivação humana e ignora o fato de que o trabalho criativo é uma parte essencial da natureza humana. Se um homem percebe o trabalho como mera labuta ou como uma expressão de sua natureza interior depende da natureza das relações de poder no processo de produção. Por exemplo, Marx objetava que a visão de "trabalho e incômodo" de Smith tratava o gasto de força de trabalho "como o mero sacrifício de descanso, liberdade e felicidade e não como, ao mesmo tempo, a atividade normal de seres vivos. Mas aí, ele tem o trabalhador assalariado moderno em vista"²⁴.

Mas a desutilidade, como Mises a entendia, não era afetada pelo prazer ou pelo tédio do trabalho. O trabalho pode ser especialmente desagradável ou difícil. Mas também pode ser aprazível. O prazer no trabalho resulta da "expectativa da gratificação mediata do trabalho, a antecipação do gozo de seu sucesso e produto"; ela também resulta da "apreciação estética da habilidade [do trabalhador] e de seu produto" (isto é, o orgulho da perícia); e, finalmente, o prazer resulta da satisfação "de ter superado com sucesso toda o trabalho e incômodo envolvidos". Mas nenhuma dessas coisas afeta a desutilidade do trabalho como tal, pela razão de que as pessoas trabalham por causa da gratificação mediata fornecida pelo produto do trabalho e não pelo prazer intrínseco ao trabalho em si.²⁵

Rothbard, aparentemente, mudou de volta um pouco para a posição de Marshall. Ele tratava a desutilidade do trabalho como outro item na escala geral de amenidade e tédio.

Para quase todos os agentes, o lazer é um bem de consumo, a ser pesado na balança contra o prospecto de se adquirir outros bens de consumo, incluindo a possível satisfação do próprio esforço. Consequentemente [citando Mises], "as pessoas trabalham apenas quando elas valorizam o retorno do trabalho mais do que

²³ MISES. *Human Action*, pp. 131-2.

²⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Capital* vol. 1, 1st English ed. (1887). In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. (New York: International Publishers, 1996). v. 35. pp. 529-33.

²⁵ MISES. *Human Action*, pp. 589-91.

o decréscimo em lazer". É possível que, incluído nesse "retorno" de satisfação produzido pelo trabalho, possa estar a satisfação com o próprio trabalho, com o gasto voluntário de energia em uma tarefa produtiva... Conforme a quantidade de esforço aumenta, no entanto, a utilidade das satisfações oferecidas pelo trabalho em si declina, e a utilidade das unidades consecutivas do produto final declina também...

*Em alguns casos, o trabalho em si pode ser positivamente desagradável, não apenas por causa do lazer renunciado, mas também por causa das condições específicas ligadas ao trabalho em particular, que o agente acha desagradável. Nesses casos, a desutilidade marginal do trabalho inclui tanto a desutilidade devida a essas condições, quanto a desutilidade devida ao lazer renunciado...*²⁶

Não obstante, no parágrafo seguinte, Rothbard deixou claro que os prazeres do trabalho extraversivo eram inseparáveis da utilidade antecipada do produto e negou que tais prazeres teriam qualquer utilidade para o trabalhador sem o produto pelo qual o trabalho foi empreendido.

*.... Em casos em que o trabalho por si só fornece satisfações positivas, no entanto, estas estão entrelaçadas e não podem ser separadas do prospecto de se obter o produto final. Privado do produto final, o homem considerará seu trabalho sem sentido e inútil, e o trabalho, em si mesmo, não mais trará satisfações positivas. Essas atividades que são empenhadas puramente por si mesmas não são trabalho, mas pura recreação, bens de consumo por si mesmos.*²⁷

O trabalho é um "custo" num sentido singularmente positivo. Em comparação, outros "custos", como a chamada espera ou abstinência, são inteiramente relativos. Na verdade, a natureza do trabalho enquanto uma desutilidade única *implica* que outros custos são apenas relativos. As dádivas gratuitas da natureza e os processos naturais têm "custos" (à parte da dificuldade de torná-los utilizáveis) apenas na medida em que um proprietário privilegiado pode regular o acesso a elas e, dessa maneira, cobrar por algo que não é um custo real para si. O "sacrifício" ou "custo" implicado no fornecimento de bens naturais só o é na suposição de um estado "natural" de coisas em que se pode controlar o acesso. As dádivas gratuitas da natureza têm valor de troca apenas na medida em que o acesso a elas é controlado. Como Maurice Dobb escreveu,

Que o trabalho constitui um custo em sentido único era, claro, uma suposição. Mas era uma suposição nascida de uma visão particular do que era a essência do problema econômico... O ponto crucial do problema econômico, como essa teoria o representava, e da maneira em que ele havia tradicionalmente sido visto, repousa na luta do homem com a natureza para arrebatá-lo um sustento para si, sob diversas formas de produção, em vários estágios da história. Como Petty disse, o trabalho é o pai, a natureza a mãe, da riqueza. Para esse relacionamento, o contraste entre a atividade humana e os processos da natureza era fundamental... E se buscamos dar qualquer expressão quantitativa a esse relacionamento - ao domínio do homem

²⁶ ROTHBARD, Murray. *Man, Economy and State: A Treatise on Economic Principles*. Auburn University, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1993. pp. 38-9.

²⁷ *Ibid.*, p. 39.

sobre a natureza - é difícil ver que noção simples se pode usar além do gasto de energias humanas necessárias... para produzir um dado resultado... A essência do valor, ...em contraste com as riquezas, era concebida como sendo o custo, e a essência do custo como repousando no trabalho, em contraste com a natureza. O trabalho, concebido objetivamente como a saída da energia humana, era a medida e a essência da "dificuldade ou facilidade de produção" de Ricardo.²⁸

A economia do século XX tentou, através do mecanismo do custo de oportunidade, tornar todos os custos inteiramente subjetivos.²⁹ Mas, assim como a "abstinência" e o "custo real" de Marshall, o custo de oportunidade, de Böhm-Bawerk e Wieser e dos economistas Austríacos e da Escola de Londres do século XX, é inteiramente relativo a se uma pessoa está em posição de cobrar por algo. Ao contrário do trabalho, que é um gasto positivo de esforço ou labuta, a "abstinência" e o "custo de oportunidade" são definidos inteiramente no contexto de ao que uma pessoa tem a capacidade de cobrar pelo acesso.

Como Dobb explicou, não havia nenhum limite ao "custo real", fora imputá-lo "a quaisquer meios pelos quais uma renda pudesse ser adquirida numa sociedade de troca"³⁰. Ele argumentou que a noção de custo real não possuía "de qualquer conteúdo real", mas era

indistinguível do que mais tarde veio a se chamar de "custo de oportunidade" - o custo das alternativas sacrificadas (esse "truísmo aritmético", como o Sr. Durbin o chamou). Uma tal quantidade, por si só, não proporciona qualquer explicação, porque ela não é, em si, independente, mas é algo que depende da situação total; e tudo que foi feito por essa definição é reorientar a investigação de volta à natureza da situação total da qual tanto o lucro quanto esse chamado "custo" são simultaneamente resultantes. Se uma pessoa exige pagamento por um certo ato (isto é, se ele tem um "preço de oferta") depende de se ela pode exigir pagamento; e isto depende da situação total da qual ela é parte. Adotar esse critério é fazer a existência ou não-existência de um "sacrifício" depender, não da natureza da ação, mas da natureza das circunstâncias em torno do indivíduo ou da classe em questão. Um "sacrifício" só pode ser incorrido na medida que se tem o luxo das alternativas para renunciar.³¹

Ao contrário do trabalho, que é um sacrifício absoluto no sentido de gasto real de esforço, o "sacrifício" ou "custo de oportunidade" de um capitalista ou senhorio é apenas renunciar o recebimento adicional de um bem que não lhe custou nada e existe apenas no âmbito de um conjunto de retornos alternativos, fortemente influenciado pelo privilégio ou monopólio estatal.

E como Dobb apontou, Alfred Marshall mesmo admitiu isso, vendo como ele "*definia o termo 'espera' como se aplicando, não a 'abstemiosidade', mas ao simples fato de que*

²⁸ DOBB, Maurice. *Political Economy and Capitalism: Some Essays in Economic Tradition*, 2nd revised ed. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1940, 1960. pp. 19-20.

²⁹ Vide BUCHANAN. *Cost and Choice*, op. cit., para uma excelente pesquisa histórica nessa linha de pensamento.

³⁰ DOBB. *Political Economy and Capitalism*, pp. 141-2.

³¹ *Ibid.*, pp 147-8.

'uma pessoa se absteve de consumir qualquer coisa que ele tinha o poder de consumir, com o propósito de aumentar seus recursos no futuro'. Se seguido consistentemente, esse princípio poderia produzir resultados distintamente absurdos:

Isso parece implicar que o conceito não estava limitado pela qualificação de Senior, que excluía a propriedade herdada, e que ele poderia ser igualmente bem aplicado à terra - ao fato de que um senhorio arrendava sua terra para cultivo, em vez de usá-la para sua própria satisfação ou de sujeitá-la ao cultivo "exaustivo" ele mesmo. Caso no qual, como uma categoria de "custo real", ele era claramente tão geral que perdia qualquer significado distinto.³²

Tal definição põe de lado a questão de se o controle de alguém sobre o acesso a uma propriedade ou se a aquisição por parte alguém dessa propriedade é legítima e, portanto, se alguém tem um direito legítimo de exigir renda dela. A única maneira de lidar com essas questões é voltar à questão ética do que constitui uma propriedade legitimamente adquirida. Do ponto de vista de uma teoria mutualista da propriedade da terra, pela qual os direitos de propriedade são estabelecidos somente pela ocupação e uso, a reivindicação de um senhorio absenteísta por uma compensação pelo "sacrifício" de permitir que um inquilino use sua terra é tão espúria quanto a de um assaltante pelo "sacrifício" de não atirar em sua vítima. Mesmo do ponto de vista de um padrão Lockeano de trabalho, somente para a aquisição inicial da propriedade, a maioria esmagadora das reivindicações dos senhorios são resultados ilegítimos do conluio estatista.

Os subjetivistas, em outras palavras, trataram a estrutura existente de direitos de propriedade sobre os "fatores" como um dado e procederam em mostrar como o produto seria distribuído entre esses "fatores" de acordo com sua contribuição marginal. Por esse método, se a escravidão ainda fosse vigente, um marginalista poderia, de cara limpa, escrever sobre a contribuição marginal do escravo para o produto (atribuída, claro, ao senhor de escravos) e do "custo de oportunidade" envolvido em comprometer o escravo a um ou outro uso.

Para pegar a ilustração de Dobb, *"Suponha que os pedágios fossem uma instituição geral, arraigada no costume ou no direito legal antigo"*.

Poder-se-ia razoavelmente negar que haveria um importante sentido em que a renda da classe proprietária dos pedágios representava "uma apropriação de bens produzidos por outros" e não o pagamento por uma "atividade direcionada à produção ou transformação de bens econômicos"? Ainda assim as tarifas de pedágio seriam fixas na concorrência com estradas alternativas e, consequentemente, iriam presumivelmente representar preços fixos "num mercado aberto..." Não se tornaria a abertura e o fechamento dos pedágios um fator essencial da produção, de acordo com a maioria das definições atuais de um fator de produção, com tanta razão, de qualquer maneira, quanto muitas das funções do empreendedor capitalista são assim classificadas atualmente? Esse fator, como outros, poder-se-ia dizer então, tem uma "produtividade marginal" e seu preço poderia ser considerado como a medida e o equivalente do serviço que ele presta.

³² *Ibid.*, p. 143 (nota).

*Em todo caso, onde está a linha lógica a ser traçada entre os pedágios e os direitos de propriedade sobre recursos escassos em geral?*³³

Ou ainda melhor, como Marx colocou quase um século antes, "a terra se torna personificada no senhorio e.... fica sobre as patas traseiras para exigir, como uma força independente, sua parte do produto criado com sua ajuda. Dessa maneira, não é a terra que recebe sua devida porção do produto para a restauração e a melhoria de sua produtividade, mas, em vez disso, o senhorio toma uma parte desse produto para *pechinchar ou desperdiçar*"³⁴. A "fórmula trinitária" de salário-trabalho, lucro-capital, e renda-terra é "um mundo encantado, pervertido e às avessas, em que Monsieur le Capital e Madame la Terre fazem sua caminhada fantasma como personagens sociais e, ao mesmo tempo, diretamente como meras coisas"³⁵.

O ponto, claro, não é comparar a propriedade existente sobre os meios de produção a pedágios ou à escravidão. Isso seria desvirtuar a questão. O ponto é que questões de justiça quanto à propriedade devem ser abordadas *primeiro*.

Para os Ricardianos, em um sentido, a distribuição era anterior à troca. Isto é, "as relações de preço ou os valores de troca só poderiam ser alcançadas após o princípio que afeta a distribuição do produto total tivesse sido postulado"³⁶. Os marginalistas, por outro lado, subsumiram a distribuição dentro de sua teoria de preço.³⁷

*A mudança [de orientação] era associada... com o traçado de diferentes linhas-limite para o "sistema econômico" enquanto um "sistema isolado"; de modo que questões de direitos de propriedade ou relações e conflitos de classe eram consideradas como não abrangidas no domínio do economista, não afetando diretamente, pelo menos não em aspectos principais, os fenômenos e as relações com os quais a análise econômica estava propriamente preocupada e pertencentes, ao invés, à província do historiador econômico ou do sociólogo.*³⁸

*A redução da distribuição à precificação dos serviços ou fatores produtivos teve o resultado de excluir as circunstâncias sociais dos indivíduos (ou grupos sociais) associadas com a oferta desses "serviços" - mesmo ao ponto de deixar cair de vista a própria existência desses indivíduos... O caso extremo era onde fatores-suprimentos dados eram postulados, e a distribuição consistia simplesmente da precificação de n fatores de produção... Consequentemente a ilusão da distribuição ser completamente integrada ao processo de troca estava em seu auge.*³⁹

Claro, o banimento de tais questões "irrelevantes" e "extra-econômicas" da alçada da economia era, do ponto de vista do marginalista, apenas outro benefício da nova

³³ *Ibid.*, p. 66.

³⁴ MARX; ENGELS, Friedrich. *Capital* vol. 3. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1998. v 37. p. 811.

³⁵ *Ibid.*, p. 817.

³⁶ DOBB. *Theories of Value and Distribution*, p. 169.

³⁷ *Ibid.*, pp. 33-4.

³⁸ *Ibid.*, pp. 172-3.

³⁹ *Ibid.*, p. 175.

economia enquanto arma na guerra contra o socialismo. Como alguns historiadores econômicos Marxistas apontaram, a economia política clássica foi uma doutrina revolucionária. Smith, Ricardo e Mill, todos adotaram uma visão hostil aos senhorios enquanto classe essencialmente parasitária, cuja única "contribuição" para a produtividade era estar numa posição de reter a terra da produção e, então, permitir que ela fosse usada pelos realmente produtivos. A "produtividade" da terra era então imputada a seu proprietário. Esse aspecto da economia política clássica sugeria uma possível base para um tratamento radical análogo dos juros e do lucro. A questão naturalmente parecia se sugerir em relação aos fundamentos extra-econômicos através dos quais os capitalistas estavam em posição de controlar o acesso ao capital (isto é, a forma em que vieram a estar em posse dele) e de retê-lo ou liberá-lo da produção dependendo da receita que eles obtivessem dele. Os herdeiros da economia política clássica estavam divididos em como reagiram a essas questões. Uma escola, aquela de Senior e Longfield, rejeitava as conclusões potencialmente revolucionárias de Ricardo, pondo de lado sua teoria do arrendamento enquanto renda parasitária e relegando a terra à categoria de outro "fator" cuja provisão implicava um "custo real" ao senhorio; ao fazê-lo, essa escola lançou as bases ideológicas para o marginalismo. Outra escola, aquele dos socialistas Ricardianos orientado ao mercado como Hodgskin e os individualistas americanos, se apoderaram das implicações radicais de Ricardo e tiraram as conclusões óbvias. E o marginalismo, ao definir a "produtividade" simplesmente como a capacidade de reter um fator produtivo da produção, pôs essas questões potencialmente explosivas de lado.⁴⁰

Qualquer concepção geral de "custo real" que colocasse a desutilidade do trabalho na mesma categoria da "abstenção" ou do "sacrifício" de um capitalista era absurda.

A declaração em que a teoria do trabalho implicava era de que os valores de troca tinham uma certa relação com a produção e o consumo de energias humanas e, ao fazê-lo, fornecia um termo que dava algum significado à distinção entre um produto bruto e um líquido e ao conceito de excedente, e fornecia um critério para diferenciar um tipo de renda de outro. Dessa maneira, é possível, nesses termos, distinguir relações de troca que representam uma passagem de equivalentes em valor daquelas que não representam: por exemplo, a venda de força de trabalho representando a troca de renda pelas energias humanas gastas na produção, contrastada com a venda de um direito de propriedade sobre o uso de recursos escassos, não representando nenhuma tal troca de equivalentes e constituindo uma renda em hipótese alguma "necessária", no sentido fundamental em que uma renda de subsistência ao trabalho é necessária ou em que o retorno a uma máquina de um valor igual ao que a operação daquela máquina consumiu (em um sentido físico).⁴¹

O próprio Dobb não abordou a questão crucial de se os "recursos escassos" eram escassos pela natureza apenas ou como um resultado de monopólio e privilégio impostos pelo Estado também. No primeiro caso, é um resultado apenas necessário de uma ordem natural finita que o primeiro a ocupar e usar um recurso natural deva coletar alguma renda econômica, contanto que a use; no segundo caso, são ladrões. Sob o capitalismo, distinto, enquanto sistema de privilégio, de um mercado livre genuíno, a maioria dos "sacrifícios" dos quais as

⁴⁰ DOBB. *Political Economy and Capitalism*, pp. 49-50.

⁴¹ *Ibid.*, p. 22.

classes dominantes derivam renda presumem um conjunto de alternativas que inclui, digamos, controlar o acesso à terra que não se usa ou controlar o acesso ao crédito num mercado de vendedores.

Teorias da "produtividade" da terra e do capital, como as de abstinência, são inteiramente relativas e baseadas na convenção social de se imputar suas qualidades produtivas a um proprietário que controla o acesso a elas. O "valor" criado por eles é simplesmente um preço de monopólio pago a seu dono. Marx apontou isso em vários lugares em *Theories of Surplus Value*. Na seção sobre Hodgskin, ele escreveu sobre o fetichismo envolvido em fazer da "produtividade" do capital uma fonte de valor de troca.

*Só se poder falar de produtividade do capital se se considerar o capital como a incorporação de relações sociais de produção definidas. Mas se ele é concebido dessa maneira, então o caráter historicamente transitório dessas relações se torna evidente de uma só vez...*⁴²

E na seção sobre "Revenues and Its Sources", ele escreveu muito mais extensamente sobre a qualidade fetichista do pensamento envolvido em atribuir o valor de troca à produtividade da terra e do capital:

*A terra ou a natureza enquanto fonte de renda... é fetichista o bastante. Mas como um resultado de uma confusão conveniente de valor de uso com valor de troca, a imaginação comum ainda é capaz de recorrer à força produtiva da natureza em si, que, por meio de algum tipo de abracadabra, é personificada no SENHORIO...*⁴³

*Dessa maneira, os participantes da produção capitalista vivem em um mundo enfeitado e seus próprios relacionamentos aparecem para eles como propriedades das coisas, como propriedades dos elementos materiais da produção. É, no entanto, nas formas últimas, mais derivadas - formas em que o estágio intermediário não só se tornou invisível, como também foi transformado em seu oposto direto - que os vários aspectos do capital aparecem como as reais agências e os representantes diretos da produção. O capital portador de juros é personificado no capitalista ENDINHEIRADO, o capital industrial no CAPITALISTA INDUSTRIAL, o capital portador de aluguel no SENHORIO enquanto proprietário da terra e, por último, o trabalho no trabalhador assalariado.*⁴⁴

A chamada "fórmula trinitária" (a divisão do produto entre terra, trabalho e capital de acordo com sua "produtividade") é totalmente errônea. A recompensa natural do trabalho, em um livre mercado, é seu produto. Isso não é o mesmo que dizer, como fazem os Austríacos, que ao trabalho é pago seu "produto marginal". O uso deles da última expressão implica que há um valor de troca, estabelecido independentemente do custo de produção pela utilidade ao consumidor, ao qual o trabalho "contribui" alguma porção. Pelo

⁴² MARX, Karl. *Theories of Surplus Value*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1988-89. v. 30-32. p. 398

⁴³ *Ibid.*, p. 450.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 514.

contrário, o valor de troca de um bem deriva do trabalho envolvido em fazê-lo; é a desutilidade do trabalho e a necessidade de persuadir o trabalhador a trazer seus serviços ao processo de produção, única entre todos os "fatores de produção", que cria o valor de troca.

Como Marx disse, atribuir o valor de troca à produtividade de bens naturais gratuitos, como tais, é uma confusão de valor de troca com valor de uso. Valores de uso têm valor de troca apenas na medida em que requerem algum esforço para se apropriar deles ou modificá-los. O valor de troca de um balde de água, quando o acesso a água é livre, é determinado pelo esforço necessário para puxar a água e carregá-la a seu destino (mais o esforço amortizado envolvido em fazer o balde ou ganhar seu preço de compra). Pode-se cobrar pelo valor de uso da água, em si, somente se se controla a oferta. De outra forma, um concorrente, vendo uma oportunidade, vai entrar no mercado e cobrar um preço mais próximo de seu esforço real, até que o preço marginal seja apenas o suficiente para compensar pelo esforço de se puxar e carregar a água.

Um produtor será, no longo prazo, capaz de repassar apenas aquilo que é realmente um custo: o esforço vinculado à produção direta e aquele vinculado à compra dos meios de produção. Ele será capaz de cobrar por aquilo que não é um custo genuíno (isto é, encargos pelo uso de capital, baseados na abstinência, para além do esforço pelo qual ele foi adquirido) somente quando alguma forma de renda de escassez estiver envolvida. Algumas rendas de escassez resultam de mudanças na demanda (caso em que elas serão corrigidas pelas forças de mercado e eventualmente cairão a zero). Algumas rendas de escassez resultam de uma escassez natural, como dons inatos e terras com fertilidade acima da média ou com vantagens de local (caso em que as rendas de escassez são, para todos os efeitos, permanentes). Mas uma grande quantidade das rendas de escassez resulta da intervenção do Estado para criar barreiras de entrada no mercado ou para restringir artificialmente o acesso à oferta de terra e capital, de modo que senhorios e capitalistas privilegiados possam tirar rendas de monopólio da terra e do capital; essas rendas de escassez serão abolidas junto com as formas de intervenção que as criam. Assim, todo valor de troca é redutível ao esforço subjetivo total envolvido na produção, mais as rendas de escassez. Como Benjamin Tucker argumentou, "*sob a livre concorrência, não há preço onde não há fardo*"⁴⁵. E como um corolário, "*há alguma coisa que custe algo, exceto o trabalho ou o sofrimento (um outro nome para o trabalho)*"⁴⁶.

Como Ronald Meek apontou, as suposições compartilhadas por Marx e Smith sobre o trabalho enquanto um padrão de valor na troca simples de mercadorias eram dificilmente arbitrárias. O preço de custo, incluindo tanto o trabalho gasto na produção direta quanto aquele gasto na aquisição dos meios de produção incorporados numa mercadoria, era um padrão natural do ponto de vista dos artesãos.

...durante a maior parte do período da produção de mercadorias como um todo, os preços de oferta foram, na realidade, direta ou indiretamente determinados pelos

⁴⁵ TUCKER, Benjamin R. Shall the Transfer Papers Be Taxed?. *Liberty*, 18 ago. 1888. In: _____. *Instead of a Book, By a Man Too Busy to Write One*, Gordon Press facsimile. New York:[s.n.], 1897, 1973. p. 214.

⁴⁶ TUCKER, Benjamin R. Should Labor Be Paid or Not?. *Liberty*, 28 abr. 1888. In: _____. *Ibid.*, p. 403.

"valores", na acepção de Marx. E esses preços de oferta não são, de maneira alguma, hipotéticos: durante a maior parte do período de produção de mercadorias eles estiveram firmemente arraigados nas consciências dos próprios produtores. Mesmo em sociedade primitivas, pode-se ver os primórdios da ideia de que a troca de mercadorias "a seus valores", no sentido Marxiano, é "a maneira racional, a lei natural de seu equilíbrio". Em um bom número de casos, os preços solicitados e recebidos pelas mercadorias em mercados primitivos eram baseados nos custos de produção... Depois de um tempo, os produtores de mercadorias vieram a pensar bastante naturalmente sobre o preço efetivo que eles ocorrem de receber por sua mercadoria em termos da medida em que esse preço desvia do preço de oferta - isto é, aproximadamente do valor da mercadoria, na acepção de Marx. O valor da mercadoria, embora o preço de mercado possa frequentemente não "tender" a se conformar a ele em qualquer estágio particular de desenvolvimento, devido à existência de certas formas específicas de monopólio, interferência estatal, etc. características daquele estágio, é considerado pelos próprios produtores como um tipo de base através da qual os desvios causados por esses fatores podem ser legitimamente medidos.

A ideia de que a troca de mercadorias "a seus valores" representa a maneira "natural" de se trocá-las era, claro, frequentemente expressada em termos éticos. Em outras palavras, ela frequentemente tomava a forma de uma ideia relativa à maneira em que as trocas deveriam ser conduzidas, se a justiça fosse feita. Mas as ideias quanto ao que constitui uma troca "justa" vêm às mentes dos homens, em primeira instância, da terra e não do céu. Quando um pequeno capitalista que é confrontado com a concorrência de um monopolista poderoso diz que ele tem um direito de receber um lucro "justo" sobre seu capital, ou quando um camponês que troca sua produção por aquela de uma guilda em termos desvantajosos diz que ele tem um direito a receber um retorno "justo" por seu trabalho, o padrão de "justiça" erigido por cada um dos queixosos faz referência, na verdade, à maneira em que as trocas seriam de fato conduzidas no mundo real, se a forma particular de monopólio que ele está contestando não existisse. Em tempos pré-capitalistas, deve ter sempre havido algumas mercadorias que eram trocadas mais ou menos a seus valores e, em alguns momentos e localidades, em que os desvios de preço em relação ao valor eram relativamente pequenos, de modo que o método "natural" de se trocar mercadorias poderia ser efetivamente visto em operação. Por razões óbvias, esse método "natural" era considerado como o único realmente "justo". Dessa maneira, a persistência do conceito de um "preço justo" ao longo da maior parte do período pré-capitalista parece-me constituir prova a favor da existência objetiva (e não meramente hipotética) de preços de oferta proporcionais aos valores durante esse período.

Assim, embora o retrato de Adam Smith de um "estado primitivo e rude de sociedade", em que caçadores de veado e de castor trocavam seus produtos estritamente de acordo com relações de trabalho incorporado, fosse de fato uma "Robinsonada", ele contém pelo menos esse elemento de verdade - de que, em sociedades pré-capitalistas, o preço de oferta de uma mercadoria, que tinha uma existência objetiva apesar dos preços efetivos da maioria das mercadorias normalmente desviarem de seus preços de oferta, por uma razão ou outra, poderia

*ser considerado como diretamente determinado pelo valor da mercadoria.*⁴⁷

Voltando à citação anterior de Buchanan, a visão do trabalho enquanto base do "preço natural" está logicamente implicada na natureza do homem enquanto ser maximizador de utilidade.

Os comentários de Meek sobre a teoria do "preço justo" correspondem de perto ao tratamento de Tawney sobre o conceito predominante de "usura" na forma em que existia na Idade Média. A usura, ao contrário da caricatura moderna, não era um preço acima de algum "preço justo" determinado arbitrariamente, estabelecido por especialistas escolásticos em coreografia angelológica; era qualquer forma de renda extraída de uma posição de poder, em que se estava habilitado a cobrar o que quer que o mercado suportasse.

A essência do esquema medieval de ética econômica fora sua insistência na equidade na negociação - um contrato é justo, São Tomás dissera, quando ambas as partes se beneficiam igualmente dele. A proibição da usura tinha sido o núcleo de suas doutrinas, não porque os ganhos do agiota fossem a única espécie, mas porque, nas condições econômicas da época, eles eram a espécie mais conspícua, de extorsão.

*Na realidade, igualmente na Idade Média e no século XVI, a palavra usura não tinha o sentido especializado que carrega hoje... A verdade é, de fato, que qualquer negócio, em que uma parte obviamente ganhava mais vantagem do que a outra e usava seu poder ao máximo, era considerado usurário.*⁴⁸

É justo dizer que os produtores medievais, com seus conceitos de "preço justo", tinham um entendimento mais de senso comum da realidade do que os atuais sofisticados, que montam espantalhos caricaturais da teoria para ridicularizarem. Os últimos estão, em tempo, abertos a acusações de provincianismo.

O conceito medieval de usura corresponde bem de perto ao uso do termo por Gary Elkin: "a exação de tributo pelo uso de qualquer objeto cuja a escassez artificial e a monopolização por uma classe de elite são criadas e protegidas pelo Estado"⁴⁹.

Uma implicação da TVT subjetivamente embasada, da forma em que a declaramos, é a necessidade de abandonar o tempo de trabalho incorporado como base para se quantificar o trabalho. Mas esse padrão, como usado por Marx e Ricardo, era indefensável de qualquer forma. Tanto Marx quanto Ricardo partiam de um padrão básico de tempo de trabalho incorporado; não obstante, eles foram forçados a reconciliar isso com o fato de que

⁴⁷ MEEK, Ronald L. *Studies in the Labour Theory of Value*, 2nd ed. New York e London: Monthly Review Press, 1956. pp. 294-6.

⁴⁸ TAWNEY, R. H. *Religion and the Rise of Capitalism*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1926. pp. 130-1.

⁴⁹ ELKIN, Gary. Mutual Banking. O original que Elkin publicado na web está fora do ar, mas foi reproduzido em um post no Google Groups alt.politicscommunism, 12 jul. 1999. Disponível em: <<https://groups.google.com/d/msg/alt.politicscommunism/c8z9ESklbiY/DBzgqcgQsfsJ>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

o trabalho de intensidades, habilidades e outras qualidades diferentes recebiam diferentes taxas de pagamento. Os resultados eram comparáveis ao elaborado sistema de epiciclos adicionados à astronomia de Ptolomeu para fazê-la corresponder aos fatos observados. O que isso significou, na prática, foi que eles se moveram em direção a um padrão de mercado para alocar o pagamento ao trabalho baseado em sua desutilidade, sem explicitamente abandonar seu padrão de tempo de trabalho.

O que ambos finalmente conseguiram, então, foi o princípio de que, *dados dois trabalhos de uma certa qualidade idêntica, a única base para compará-los era sua respectiva duração. E era através do mercado que o valor das várias intensidades ou habilidades do trabalho era determinado. Na prática, o resultado era algo tremendamente parecido com a "pechincha e barganha do mercado" de Smith enquanto mecanismo para a distribuição da produção do trabalho entre os trabalhadores. Mas apesar de isso retirar qualquer significado prático do tempo de trabalho enquanto base para o valor, eles nunca o abandonaram em teoria.*

Ricardo, por exemplo, no processo de falar do trabalho como "*o fundamento de todo o valor, e a quantidade relativa de trabalho como quase exclusivamente determinante do valor relativa das mercadorias*", ao mesmo tempo reconhecia

*a dificuldade de se comparar o trabalho de uma hora ou de um dia, em um emprego, com a mesma duração de trabalho em outro. A estima em que as diferentes qualidades do trabalho são mantidas vem logo a ser ajustada, no mercado, com precisão suficiente para todos os propósitos práticos e depende muito da habilidade comparativa do trabalhador e da intensidade do trabalho realizado.*⁵⁰

Marx, da mesma forma, para todos os efeitos, desistiu do tempo de trabalho enquanto medida objetiva de valor ao negar "*que os dias são equivalentes e que o dia de um vale o dia de outro*".

Suponhamos, por um momento, que o dia do joalheiro seja equivalente a três dias de um tecelão; o fato permanece de que qualquer mudança no valor das joias em relação àquele dos materiais tecidos, a menos que seja o resultado transitório das flutuações de demanda e oferta, deve ter como sua causa uma redução ou um aumento no tempo de trabalho gasto na produção de um ou de outro... Dessa maneira, os valores podem ser medidos pelo tempo de trabalho, apesar da desigualdade de valor dos diferentes dias de trabalho; mas, para aplicar tal medida, devemos ter uma escala comparativa dos diferentes dias de trabalho: é a concorrência que estabelece essa escala.

*O seu trabalho de uma hora vale o meu? Essa é uma questão que é decidida pela concorrência.*⁵¹

⁵⁰ RICARDO, David. *Principles of Political Economy and Taxation*, 3rd ed. London: John Murray, Albemarle Street, 1821. Separata de: SRAFFA, Piero (Ed.). *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951. v. 1. p. 126.

⁵¹ MARX. *The Poverty of Philosophy*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1976. v. 6. p. 126.

Em *A Contribution to the Critique of Political Economy*, Marx argumentou que o tempo de trabalho era a única medida possível para se comparar diferentes quantidades de trabalho; ele argumentou ao mesmo tempo que o padrão de tempo de trabalho assumia qualidade uniforme e que o trabalho especializado ou intenso poderia ser reduzido ao "trabalho simples" por um sistema de multiplicadores.

Assim como o movimento é medido pelo tempo, também o é o trabalho pelo tempo de trabalho. Variações na duração do trabalho são a única diferença possível que pode ocorrer se a qualidade do trabalho é assumida como sendo dada...

.... Essa abstração, o trabalho humano em geral, existe na forma do trabalho médio que, em uma dada sociedade, a pessoa média pode realizar, o gasto produtivo de uma certa quantidade de músculos, nervos, cérebro, etc. humanos. É o trabalho simples, o que qualquer indivíduo médio pode ser treinado para fazer e que, de uma maneira ou outra, ele tem que realizar.... Mas qual é a posição no que diz respeito ao trabalho mais complicado que, sendo trabalho de uma intensidade maior e de uma maior gravidade específica, se eleva acima do nível geral? Esse tipo de trabalho se resolve em trabalho simples; é o trabalho simples elevado a uma potência mais alta, de modo que, por exemplo, um dia de trabalho especializado pode se igualar a três dias de trabalho simples. As leis que governam essa redução não nos interessam aqui. Está, no entanto, claro que a redução é feita, pois, como valor de troca, o produto do trabalho altamente especializado é equivalente, em proporções definidas, ao produto do trabalho médio simples...

A determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho, além disso, pressupõe que a mesma quantidade de trabalho é materializada em uma mercadoria em particular..., independente de se é o trabalho de A ou B, isto é dizer, indivíduos diferentes gastam quantidades iguais de tempo de trabalho para produzir valores de uso que são qualitativamente e quantitativamente iguais. Em outras palavras, é assumido que o tempo de trabalho contido numa mercadoria é o tempo de trabalho necessário para sua produção, a saber, o tempo de trabalho exigido, sob as condições de produção que predominam em geral, para produzir outra unidade da mesma mercadoria.⁵²

Marx expôs esse mesmo princípio, em termos similares, no Volume Um do *Capital*. E como anteriormente, ele apelou para a atividade cotidiana do mercado como prova de que as tais reduções de trabalho complexo ao simples aconteciam.

O trabalho especializado conta apenas como trabalho simples intensificado, ou melhor, como trabalho simples multiplicado, uma dada quantidade do especializado sendo considerada igual a uma maior quantidade do trabalho simples. A experiência mostra que essa redução está constantemente sendo feita. Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais especializado, mas seu valor, ao equacioná-la ao produto do trabalho simples não especializado, representa uma quantidade definida do último trabalho apenas. As diferentes proporções em que diferentes tipos de

⁵²MARX. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1987-88. v. 29-30. pp. 271-3.

*trabalho são reduzidos ao trabalho não especializado como seu padrão são estabelecidas pelo progresso social que prossegue, por trás das costas dos produtores e, conseqüentemente, parecem estar fixadas pelo costume.*⁵³

Ao sujeitar seu padrão de tempo de trabalho a multiplicadores de habilidade e intensidade, que eram obtidos ao se tomar valores de mercado observados e então reduzir um a um múltiplo do outro, Marx tornou seu padrão de tempo de trabalho empiricamente infalseável. Böhm-Bawerk, com justiça, ridicularizou Marx por essa fuga para a lógica circular:

*A ingenuidade desse malabarismo teórico é quase estupefaciente. Que o trabalho de um dia de um escultor possa ser considerado igual ao trabalho de cinco dias do trabalho de um mineiro em muitos aspectos - por exemplo, em valoração monetária - não pode haver dúvida. Mas que o trabalho de doze horas de um escultor realmente sejam o trabalho comum de sessenta horas ninguém sustentará. Agora, em questões de teoria... não é uma questão de que ficções os homens podem construir, mas do que realmente é. Para a teoria, a produção de um dia de um escultor é, e permanece, o produto do trabalho de um dia e se um bem que é o produto do trabalho de um dia vale tanto quanto outro que o produto do trabalho de cinco dias, os homens podem inventar as ficções que quiserem; há aqui uma exceção da regra afirmada, de que o valor de troca dos bens é regulado pela quantidade de trabalho humano incorporado neles.*⁵⁴

Na verdade, a variação no valor do produto baseado nas qualidades do trabalho *não* constitui uma exceção à regulação do valor "pela quantidade de trabalho humano incorporado neles", mas apenas indica que a "quantidade" de trabalho não é o mesmo que sua duração.

Em todo o caso, a única maneira de fazer tal redução *sem* circularidade, através das forças de mercado, seria por referência a alguma característica comum a tanto o trabalho "complexo" quanto o "simples", em termos do que eles podem ser comparados em uma escala comum: isto é, a desutilidade subjetiva experienciada pelos trabalhadores enquanto participantes no mercado de trabalho (incluindo a desutilidade passada envolvida em aprender as habilidades em particular). E Marx rejeitava qualquer fator subjetivo desses como quantificador do trabalho.

Uma vez que Marx se recusava a estabelecer a teoria do trabalho sobre qualquer mecanismo causal alternativo, como a psicologia dos agentes econômicos, ele ficou, como resultado, apenas com uma lei geral, inverificável e afirmada de forma circular, sem qualquer ponto de referência independente para explicá-la.

Smith, por outro lado, começou com um "trabalho e incômodo" subjetivo como seu padrão para a teoria do valor-trabalho. Em contraste com Marx, seu padrão de tempo de trabalho no célebre modelo "veados e castores" de troca primitiva era uma simplificação

⁵³ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 54.

⁵⁴ BÖHM-BAWERK. *Capital and Interest*, pp. 384-5; veja uma crítica similar em BÖHM-BAWERK. *Karl Marx and the Close of His System*, pp. 80-5.

deliberada; ele assumia, para efeito de ilustração, que o trabalho era de igual intensidade. Mas ele rapidamente passou para a suposição de que, embora as mercadorias fossem trocadas de acordo com a quantidade de trabalho ("*i*)guais quantidades de trabalho, em todos os momentos e locais, podem ser consideradas de igual valor para o trabalhador"⁵⁵), as quantidades de trabalho não eram de maneira alguma necessariamente comparadas em unidades de tempo. E sua qualificação "*para o trabalhador*" deixa claro que a percepção subjetiva do trabalhador da desutilidade do trabalho era a base do valor de troca.

Em uma passagem merecidamente famosa, Smith fez da "pechincha e barganha" do mercado o mecanismo pelo qual o valor comparativo de diferentes atos de trabalho era estabelecido.

*É frequentemente difícil determinar a proporção entre duas quantidades diferentes de trabalho. O tempo gasto em dois tipos diferentes de trabalho nem sempre determinará sozinho essa proporção. Os diferentes graus de dificuldade enfrentados e de engenhosidade exercida devem ser igualmente levados em consideração. Pode haver mais trabalho no trabalho duro de uma hora do que em duas horas de negócios fáceis; ou na aplicação de uma hora a um ofício que custou o trabalho de dez anos para aprender do que na atividade de um mês num emprego comum e óbvio. Mas não é fácil encontrar qualquer medida precisa tanto de dificuldade quanto de engenhosidade. Na troca, de fato, das diferentes produções de diferentes tipos de trabalho uma pelas outras, alguma concessão é comumente feita a ambas. Ela é ajustada, no entanto, não por qualquer medida precisa, mas pela pechincha e barganha do mercado, de acordo com aquele tipo de igualdade aproximada que, embora não exata, é suficiente para continuar com os afazeres da vida comum.*⁵⁶

E note que, ao contrário de Marx, que tratava a atribuição de valor a diferentes qualidades de trabalho como um progresso social abstrato, acontecendo "por trás das costas do trabalhador" e sem qualquer referência aparente a seus desejos, Smith fazia referência constante a tais conceitos subjetivos como a "dificuldade", a "longa aplicação" ou a "facilidade e baixo custo" envolvidos no aprendizado de um ofício, etc.:

Se uma espécie de trabalho for mais severa do que a outra, alguma concessão naturalmente será feita por causa dessa dificuldade superior; e a produção do trabalho de uma hora de uma maneira pode frequentemente ser trocada por aquela do trabalho de duas horas da outra.

*Ou se uma espécie de trabalho exige um grau incomum de destreza e engenhosidade, a estima que os homens têm por tais talentos naturalmente dará um valor a sua produção superior ao que seria devido ao tempo empregado nela. Tais talentos raramente podem ser adquiridos exceto em consequência de longa aplicação, e o valor superior de sua produção pode frequentemente ser não mais do que uma compensação razoável pelo tempo e pelo trabalho que deve ser gasto em adquiri-los.*⁵⁷

⁵⁵ SMITH. *Wealth of Nations*, p. 14.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 13.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 20.

A contrário do conceito de troca de Marx, que pode ser parodiado como um "sinal externo e visível" do fenômeno místico do trabalho social, o mercado de trabalho de Smith era o resultado cumulativo de inumeráveis atos individuais de troca. Smith sempre voltava à percepção do trabalhador e à necessidade por "compensação" para persuadi-lo, enquanto agente econômico, a trazer o produto de seu trabalho ao mercado. Para Smith, a "pechincha e barganha" do mercado resultaria em salários tendendo a um equilíbrio entre as vantagens e as desvantagens em várias linhas de trabalho, de modo que o pagamento seria distribuído de acordo com a desutilidade líquida do trabalho.⁵⁸

Um pressuposto não propriamente abordado por Smith era que, para tal "pechincha e barganha" distribuir os salários equitativamente de acordo com os sentimentos subjetivos de desutilidade dos trabalhadores, eles tinham que estar numa posição de igualdade uns com os outros e com seus empregadores. A troca desigual forçaria os trabalhadores a vender seu trabalho por menos do que seria necessário para compensar sua desutilidade num mercado livre. A intervenção do estado, ao criar uma troca desigual entre o trabalhador e o capitalista, resulta nos trabalhadores vendendo seu trabalho num mercado de compradores e na famosa diferença de Marx entre o valor da força de trabalho enquanto mercadoria e o valor do produto do trabalho.

Essa questão foi explicitamente abordada por Hodgskin em sua própria versão do padrão de "trabalho e incômodo". Em *Labour Defended Against the Claims of Capital*, ele argumentou que a interferência do Estado no livre mercado em nome dos empregadores era a razão pela qual o trabalho recebia menos do que seu produto completo em salários. Hodgskin foi um dos primeiros escritores a usar o termo "capitalismo" e pode, na verdade, ter sido o primeiro a cunhá-lo. Por "capitalismo", ele queria dizer um sistema de privilégio em que o Estado possibilitava que os donos do capital extraíssem rendimentos de monopólio sobre ele, no mesmo sentido em que a classe dominante feudal era capaz de extrair rendimentos de monopólio sobre a terra; ou, como o Rothbardiano de esquerda Samuel Konkin colocou, "O capitalismo é o governo do estado por e para aqueles que possuem grandes quantidades de capital"⁵⁹.

Mas, em um mercado genuinamente livre, o trabalho receberia seu produto completo em salários. E esse produto seria distribuído entre os trabalhadores, através do processo de "pechincha", de acordo com seu respectivo trabalho e incômodo.

Mas embora isso [que a produção inteira do trabalho deve pertencer ao trabalhador], enquanto proposição geral, seja bastante evidente e bastante verdadeira, há uma dificuldade, em sua aplicação prática, que nenhum indivíduo pode sobrepujar. Não há nenhum princípio ou regra, até onde eu sei, para dividir a produção do trabalho conjunto entre os diferentes indivíduos que contribuem na produção, além do julgamento dos próprios indivíduos; esse julgamento, dependente do valor que os homens possam definir para diferentes espécies de trabalho, nunca pode ser

⁵⁸ *Ibid.*, pp. 48-9.

⁵⁹ KONKIN III, Samuel Edward. Bad Capitalists Good Entrepreneurs. Message 3758 (24 jul. 2000) no grupo LeftLibertarian@Yahoogroups.com. Disponível em: <<http://groups.yahoo.com/group/LeftLibertarian/message/3758>>. Acesso em: 4 ago. 2004.

conhecido, nem pode qualquer regra ser dada para sua aplicação por uma única pessoa...

...Onde quer que a divisão do trabalho seja introduzida..., o julgamento de outros homens intervém antes que ele, o trabalhador, possa perceber seus ganhos, e não há mais qualquer coisa que possamos chamar de recompensa natural do trabalho individual... Entre o começo de qualquer operação conjunta, ...e a divisão de seu produto entre as diferentes pessoas cujos esforços combinados o produziram, o julgamento dos homens deve intervir diversas vezes e a questão é, quanto desse produto conjunto deveria ir para cada um dos indivíduos cujos trabalhos unidos o produziram?

Eu não sei de nenhuma maneira de decidir isso, além de deixá-lo ser decidido pelo julgamento irrestrito dos próprios trabalhadores. Se todos os tipos de trabalho fossem perfeitamente livres..., não haveria dificuldade nesse ponto, e os salários do trabalho individual seriam decididos justamente pelo que o Dr. Smith chama de "pechincha do mercado".⁶⁰

Claro, esse mesmo processo se aplica à pechincha de artesãos e produtores independentes, que trocam seus produtos, da mesma forma, de acordo com seus sentimentos subjetivos de desutilidade. O princípio geral é que todo o produto da sociedade, num livre mercado, irá para o trabalho; e que ele será repartido entre os trabalhadores de acordo com seu respectivo trabalho e incômodo. Aqueles que acharem que a compensação do mercado para uma forma particular de trabalho é compensação insuficiente para seu sentimento subjetivo de desutilidade, a deixarão por algum outro tipo de trabalho. E da mesma forma, aqueles que considerarem a compensação mais do que suficiente, gravitarão em direção àquele tipo de trabalho. E a taxa média de compensação será assim ajustada ao nível necessário para equiparar o número de pessoas fornecendo uma forma particular de trabalho à demanda efetiva àquele salário.

Franz Oppenheimer, um socialista de livre mercado posterior, descrevia o processo de uma maneira levemente diferente: sob os incentivos de um mercado verdadeiramente livre de trabalho, o trabalho se distribuiria entre os empregos até que os rendimentos se tornassem "iguais" - em nossos termos, iguais em relação a dadas quantidades de esforço subjetivamente percebido.⁶¹ Oppenheimer, em "A Post-Mortem on Cambridge Economics", citou com aprovação a alegação de Adam Smith de que "*o conjunto das vantagens e desvantagens dos diferentes empregos do trabalho e do estoque devem, numa mesma vizinhança, ser ou perfeitamente iguais ou estar continuamente tendendo à igualdade*". Ele também citou, com igual aprovação, o equilíbrio postulado por Johann Heinrich von Thünen em que "*o trabalho de igual qualidade é igualmente recompensado em todos os ramos da produção...*"⁶²

⁶⁰ HODGSKIN, Thomas. *Labour Defended Against the Claims of Capital*. New York: Augustus M. Kelley, 1963 [1825]. pp. 83-6.

⁶¹ HEIMANN, Eduard. Franz Oppenheimer's Economic Ideas. *Social Research*, New York, vol. 11, n. 1, p. 34, fev. 1944.

⁶² OPPENHEIMER, Franz. A Post Mortem on Cambridge Economics, part I. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 2, n. 3, pp. 373-4, 1942-43.

Os neo-ricardianos Dobb e Meek, entre outros, criticaram uma TVT "trabalho e incômodo" por criar uma abertura para um tratamento Marshalliano: isto é, consolidar o esforço com a desutilidade da "espera" ou "abstinência" como simplesmente um elemento do "custo real". Ricardo e Marx, em contrapartida, teriam concebido adequadamente o trabalho objetivamente como "o gasto de um determinado quantum de energia humana"⁶³. Concebido como desutilidade, no entanto, era inevitável

*que a própria justaposição do trabalho (que Ricardo sempre considerara como algo objetivo) e da abstinência (que tinha necessariamente que ser considerada como algo subjetivo) deva ter encorajado a crescente tendência a conceber as categorias econômicas em termos subjetivos, em abstração das relações da produção...*⁶⁴

E uma teoria dos lucros enquanto recompensa pela "abstinência", a ser incorporada em uma teoria do "custo real", exigia que o trabalho fosse reformulado teoricamente em termos puramente subjetivos.

A "abstinência" é suscetível de ser definida, é verdade, objetivamente em termos das coisas abstinidas; mas tal abstenção poderia não ter qualquer significância como custo - não mais do que qualquer outro ato de livre troca - ao menos que se supusesse que alguma "dor" especial ao dono estivesse envolvida ao se separar dessas coisas. E se "abstinência", como o equivalente subjetivo do lucro, devesse ser concebida em um sentido psicológico, então assim, presumivelmente, o deve ser o trabalho: o trabalho como um custo pelo qual os salários eram pagos por serem considerados não como uma atividade humana, envolvendo um certo gasto de energia física, mas como a força da aversão psicológica de trabalhar. Abstração deveria ser feita da atividade humana, suas características e seus relacionamentos, e apenas os reflexos delas na mente deveriam ser tomados como dados para a interpretação econômica.

*Já entre escritores anteriores houvera sinais de uma inclinação, se mostrada apenas na ambiguidade, para conceber a noção de "custo real" como algo subjetivo em vez de objetivo. Adam Smith usara a frase "trabalho e incômodo"...*⁶⁵

Mas em uma inspeção mais próxima, essa vulnerabilidade não existe em qualquer sentido legítimo. Ela existiria apenas se a equação dos marginalistas do sacrifício do capitalista com aquele do trabalhador fosse válida. E o trabalho, já vimos o próprio Dobb ter reconhecido, é um "custo" em um sentido único. Nenhum sistema de "custo real" que ponha o "sacrifício" ou a "abstinência" de um capitalista na mesma categoria do esforço humano positivo pode resistir à avaliação crítica. O esforço humano positivo é um sacrifício em sentido absoluto; ao passo que os "sacrifícios" do capitalista e do senhorio o são apenas em um sentido relativo.

O dualismo essencial dessa teoria de custo real foi admitido por Marshall quando, em um artigo de 1876, ele se referiu ao fato de que só era possível medir "um

⁶³ DOBB. *Political Economy and Capitalism*, p. 13.

⁶⁴ MEEK. *Studies in the Labour Theory of Value*, p. 246.

⁶⁵ DOBB. *Political Economy and Capitalism*, p. 140-1.

esforço e uma abstinência... em termos de alguma unidade comum" por intermédio de algum modo artificial de medi-los - a saber, através de seus valores de mercado... Essa dificuldade ele considerava se aplicar similarmente à medição de "dois esforços diversos". Embora a dificuldade nesse último caso seja muito menor do que no caso de duas coisas bastante dessemelhantes como "esforço" e "abstinência", continua sendo um problema muito maior quando o esforço é concebido em termos subjetivos do que quando ele é concebido objetivamente em termos da saída de energia física.⁶⁶

O tratamento do trabalho como uma "saída de energia física" é um tema recorrente em Dobb, aparecendo em diversos blocos de citação nesse capítulo. Mas ele não diz *por que* a "saída objetiva de energia humana" deveria criar valor de troca, exceto pela desutilidade ao trabalhador.

Afinal, no fim das contas, que base válida qualquer teoria do valor-trabalho pode ter, exceto a desutilidade do trabalho como experienciada pelo próprio trabalhador? Deveria ser auto-evidente que a razão pela qual o trabalho é único em criar valor de troca é que o trabalhador (ao contrário da terra, das forças naturais, etc.) é único em ter de ser persuadido de que *vale a pena* trazer bens ao mercado. Para usar as próprias palavras de Dobb na citação acima contra ele, o trabalho "enquanto atividade humana" deve ser caracterizado por algo mais do que "um certo gasto de energia física", uma vez que mesmo um pedaço de carvão é capaz do último. A razão pela qual o humano demanda pagamento por seu "gasto de energia física", e o pedaço de carvão não o faz, é que ele se sente de um modo um tanto diferente sobre o gasto do que o pedaço de carvão.

Essa relação entre o custo subjetivo como uma fonte de valor de troca e a resultante falta de valor de troca por parte de bens naturais (não contando o esforço de apropriação) era amplamente reconhecida entre os economistas políticos clássicos. Jean-Baptiste Say, por exemplo, se referia à "*ação produtiva dos agentes naturais*", tais como a fertilidade do solo, o potencial biológico da semente e a soma total dos "*processos realizados pelo solo, pelo ar, pela chuva e pelo sol, em que a humanidade não tem qualquer parte, mas que, não obstante, colabora para o novo produto que será adquirido na estação de colheita...*"⁶⁷. Mas ele passou a minar, numa passagem posterior, qualquer implicação que isso pudesse ter para o valor de troca dos agentes naturais como tais:

*O trabalho de um tipo improdutivo, isto é dizer, tal que não contribui para o aumento dos produtos de algum ramo da indústria ou de outro, é raramente empreendido voluntariamente; pois o trabalho... implica em incômodo, e incômodo assim outorgado não poderia produzir qualquer compensação ou benefício resultante...*⁶⁸

Isso implica fortemente que o trabalho era único, enquanto fator de produção, na necessidade de ser persuadido a contribuir suas próprias forças no processo de produção. E disso pareceria se seguir que agentes naturais, que não experimentavam tal desutilidade

⁶⁶ *Ibid.*, p 144 (nota).

⁶⁷ SAY, John-Baptiste. *A Treatise on Political Economy*. Tradução de C. R. Prinsep a partir da 4ª ed. francesa. Philadelphia: John Grigg, 1827. p. 14.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 26.

e, portanto, não precisavam de tal persuasão, careciam da base do valor de troca:

*Desses desejos, alguns são satisfeitos pela ação gratuita dos objetos naturais; como do ar, da água ou da luz solar. Estes podem ser denominados riqueza natural, porque eles são a oferta espontânea da natureza; e, como tal, a humanidade não é convocada a ganhá-la por qualquer sacrifício ou esforço que seja; razão pela qual eles nunca são dotados de qualquer valor de troca.*⁶⁹

Ricardo deixou explícito as implicações dessas últimas passagens, ao negar que a "ação produtiva dos agentes naturais" era uma fonte de valor de troca.

Em contradição com a opinião de Adam Smith, M. Say, no quarto capítulo, fala do valor que é dado a mercadorias por agentes naturais, tais como o sol, o ar, a pressão da atmosfera, etc., que às vezes substituem o trabalho do homem e às vezes colaboram com ele na produção. Mas esses agentes naturais, embora adicionem grandemente ao valor em uso, nunca adicionam valor de troca... a uma mercadoria: tão logo que... você obrigue os agentes naturais a fazer o trabalho que antes era feito pelo homem, o valor de troca de tal obra cai de acordo... M. Say constantemente negligencia a diferença essencial que há entre o valor em uso e o valor em troca.

*M. Say acusa o Dr. Smith de ter negligenciado o valor que é dado às mercadorias por agentes naturais e pelo maquinário, porque ele considerava que o valor de todas as coisas era derivado do trabalho do homem; mas não parece a mim que essa acusação se efetue; pois Adam Smith em nenhum lugar subestima os serviços que esses agentes naturais e maquinário realizam por nós...; mas como eles realizam seu trabalho gratuitamente, como nada é pago pelo uso do ar, do calor e da água, a assistência que eles nos proporcionam não adiciona nada ao valor em troca.*⁷⁰

Claro, bens puramente naturais são bastante raros. A maior parte das dádivas da natureza requerem algum trabalho humano para se tornarem utilizáveis; e, nessa medida, elas adquirem valor de troca. Mesmo bens naturais que surgem espontaneamente como mel, frutas, etc., escreveu John Stuart Mill, exigiam "uma considerável quantidade de trabalho..., não para o propósito de criar, mas de encontrar e se apropriar delas. Em todos exceto esses poucos... casos, os objetos fornecidos pela natureza são apenas instrumentais para os desejos humanos, após terem sofrido algum grau de transformação pelo esforço humano"⁷¹.

Os bens naturais, por vezes, realmente obtêm valor de troca da escassez apenas e não somente do trabalho de alteração ou apropriação. Böhm-Bawerk repudiou como "simplesmente falsa" a alegação de Rodbertus de que os bens naturais não possuem valor econômico: "Mesmo bens puramente naturais têm um lugar na consideração econômica,

⁶⁹ *Ibid.*, p. 237.

⁷⁰ RICARDO. *Principles of Political Economy and Taxation*, pp. 285-7.

⁷¹ MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy: with Some of Their Applications to Social Philosophy*. In: *Collected Works of John Stuart Mill*. University of Toronto Press, 1965. vols. II-III. p. 25.

contanto apenas que eles sejam escassos se comparados com a necessidade por eles"⁷².

John Stuart Mill, anteriormente, escrevera sobre a diferença em grau de escassez entre vários bens naturais e seu valor econômico resultante:

Das forças naturais, algumas são ilimitadas, outras limitadas em quantidade. Por uma quantidade ilimitada não se quer dizer, claro, literalmente, mas ilimitada de forma prática: uma quantidade além do uso da qual se pode em quaisquer, ou pelo menos nas presentes, circunstâncias, ser feito dela. A terra é, em alguns países recentemente colonizados, praticamente ilimitada em quantidade: há mais do que pode ser usada pela população existente do país ou por qualquer ato de posse provável de ser feito pelas gerações por vir. Mas, mesmo aqui, a terra situada favoravelmente no que diz respeito a mercados ou meios de transporte é, em geral, limitada em quantidade: não há tanto dela quanto as pessoas alegremente ocupariam e cultivariam ou de outro modo colocariam em uso. E todos os países antigos, a terra suscetível ao cultivo, a terra, pelo menos, de qualquer fertilidade tolerável, deve ser classificada entre os agentes limitados em quantidade...

*...[C]ontanto que a quantidade de um agente natural seja praticamente ilimitada, ele não pode, a menos que suscetível de monopólio artificial, carregar qualquer valor no mercado, uma vez que ninguém dará nada pelo que pode ser obtido grátis.*⁷³

Mas isso deixa em aberto a questão, como a última frase de Mill sugere, de quanto dessa escassez é natural e quanto é convencional ou legal. (Essa última questão estudaremos muito mais a fundo em nosso exame, num capítulo posterior, da apropriação política da terra.) Mill distinguiu entre escassez natural e artificial em um caso hipotético envolvendo o ar:

*É possível imaginar circunstâncias em que o ar seria uma parte da riqueza... [S]e, a partir de qualquer revolução na natureza, a atmosfera se tornasse demasiado diminuta para o consumo ou pudesse ser monopolizada, o ar poderia adquirir um valor de mercado muito alto. Em tal caso, a posse dele, além de seus próprios desejos, seria, para seu dono, riqueza; e a riqueza geral da humanidade poderia, a princípio, parecer ser aumentada, pelo que seria tão grande calamidade a ela. O erro seria em não considerar que, por mais rico que o possessor do ar pudesse se tornar às custas do resto da comunidade, todas as outras pessoas seriam mais pobres por tudo que eles foram obrigados a pagar pelo que eles tinham antes obtido sem pagamento.*⁷⁴

Em todo caso, o valor de troca provenientes dos bens naturais como tal é, junto com outras rendas de escassez, um desvio secundário da lei do valor-trabalho. No caso de recursos naturais tornados escassos artificialmente por apropriação política, senhorio absenteísta, etc., é uma renda de monopólio imposta pelo Estado. No caso da escassez

⁷² BÖHM-BAWERK. *Capital and Interest*, p. 338.

⁷³ MILL. *Principles of Political Economy*, pp. 29-30.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 8.

natural da maior parte da terra fértil nos arredores de uma cidade em particular, é uma renda de escassez que ocorre espontaneamente, assim como as diferenças de habilidade inatas.

Esta ênfase subjetiva do trabalho enquanto desutilidade recebeu, ao mesmo tempo, críticas da direita. Rothbard tratava a redução de Marshall tanto da desutilidade do trabalho quanto da "espera" a um denominador comum do "custo real" como uma admissão de que o valor era puramente subjetivo.

Isso não é negar... que os custos subjetivos, no sentido de custo de oportunidade e utilidades renunciadas, são importantes na análise da produção. Em particular, as desutilidades do trabalho e da espera - como expressas nas taxas de preferência temporal - determinam quanto das energias das pessoas e quanto de seus proventos entrarão no processo produtivo. Isso, no sentido mais amplo, determinará ou ajudará a determinar a oferta total de todos os bens que serão produzidos. Mas esses custos são, eles mesmos, utilidades subjetivas, de modo que ambas as "lâminas da tesoura" são governadas pela utilidade subjetiva dos indivíduos. Essa é uma explicação causal monista e não dualista...

...O preço necessário para evocar um fator não-específico é o mais alto preço que esse fator pode ganhar em outro lugar - um custo de oportunidade.⁷⁵

A resposta apropriada é "e daí?". Há uma grande diferença entre a formulação de um mecanismo subjetivo pelo qual a lei do custo opera e a relegação do valor a uma base puramente arbitrária na utilidade subjetiva. As versões, tanto de Ricardo quanto de Marx, da teoria do trabalho, pelo menos implicitamente, se apoiavam em um *mecanismo* subjetivo - afinal, como perguntamos anteriormente, por que mais o trabalho criaria valor de troca, exceto pelo fato de que o trabalhador, ao contrário do carvão, tinha que ser persuadido a trazer seus serviços ao mercado? Quanto ao custo de oportunidade como a base para o princípio do custo, vale a pena ter em mente que "a utilidade subjetiva dos indivíduos" não é determinada num vácuo; "o mais alto preço que [um] fator pode ganhar em outro lugar" é inteiramente relativo e é condicionado por muitas coisas, não menos importante entre elas a existência de rendimentos de monopólio impostos pelo Estado.

Böhm-Bawerk mesmo sugeriu por que uma abordagem subjetiva da economia era necessária, em seus comentários sobre o contraste de Sombart entre a abordagem objetiva de Marx e a abordagem subjetiva do marginalista. Böhm-Bawerk apontou que "o conhecimento de tal conexão objetiva, sem o conhecimento dos elos subjetivos que ajudam a formar a cadeia de causalidade, não é, de forma alguma, o grau mais alto de conhecimento, mas sim que uma compreensão completa só será atingida por um conhecimento dos elos tanto internos quanto externos da cadeia". As abordagens objetiva e subjetiva, portanto, eram necessariamente complementares. E ele adicionou, "como uma questão de opinião", que

é apenas na região da economia, em que temos que lidar tão largamente com a ação humana consciente e calculada, que a primeira das duas fontes de

⁷⁵ ROTHBARD. *Man, Economy and State*, pp. 307-8.

*conhecimento, a fonte objetiva, pode no máximo contribuir com uma parte muito pobre e, especialmente quando sozinha, uma parte completamente inadequada do total de conhecimento atingível.*⁷⁶

Logo, mesmo Böhm-Bawerk entendia que os julgamentos de valor subjetivos não eram necessariamente arbitrários ou variáveis independentes, mas poderiam ser o mecanismo através do qual os fatores objetivos se faziam sentir no mercado.

O próprio Marx, Böhm-Bawerk passou a acusar, trouxe o fator subjetivo como um mecanismo para sua teoria do trabalho, mas o fez apenas de forma não sistemática:

*Marx não se apegou ao âmbito "objetivo". Ele não pode deixar de se referir aos motivos dos operários como a uma força ativa em seu sistema. Ele faz isso proeminentemente através de seu apelo à "concorrência". É exigir demais que, se ele introduz interpolações subjetivas em seu sistema, elas devam ser corretas, bem fundamentadas e não contraditórias?*⁷⁷

Havia uma razão para a ambivalência de Marx em relação a um mecanismo subjetivo. Apesar da espuriedade de algumas críticas Marxistas, como mostramos acima, uma base subjetiva da "pechincha" está de fato vulnerável, à primeira vista, a suas próprias acusações de inverificabilidade e circularidade. Como Dobb apontou, fazer da desutilidade subjetiva, do esforço ou do dissabor, em vez do tempo, a base da quantidade, seria fazer do preço de mercado o único padrão objetivo para se comparar quantidades de trabalho. Não obstante, essa vulnerabilidade é apenas aparente. A diferença é que, ao contrário das razões entre trabalho simples e complexo de Marx, não estamos comparando um conjunto de dados a outro num processo circular. Nós estamos primeiro afirmando, em razão de uma compreensão axiomática da natureza humana, a base de todo o valor de troca no esforço subjetivo; desvios desse princípio, causados por rendas de escassez, são um fenômeno secundário. Uma vez que esse princípio a priori de que o trabalho é base do valor de troca é aceito, nos prosseguimos a explicar por que o produto do trabalho será distribuído de acordo com o grau de desutilidade do trabalho.

Ou para abordar a partir da direção oposta, podemos começar com a lei de custo como a base do preço e daí sistematicamente eliminar todos os fatores subordinados que só têm um preço por causa da escassez artificial, deixando apenas o trabalho como um criador de valor de troca em si mesmo (a menos para os preços de equilíbrio de bens em oferta elástica).

⁷⁶ BÖHM-BAWERK. *Karl Marx and the Close of His System*, p. 115.

⁷⁷ *Ibid.*, 116.

Capítulo Três: Preferência Temporal e a Teoria do Valor-Trabalho

No último capítulo, nos referimos a uma crítica marginalista válida à Teoria do Trabalho: sua carência de um mecanismo explícito. Mas há outra contribuição válida dos marginalistas ou, mais especificamente, dos Austríacos que deve ser levada em conta por qualquer Teoria do Trabalho moderna, se for para ela ter alguma reivindicação de relevância. Essa contribuição é a teoria da preferência temporal.

O princípio da preferência temporal foi afirmado primeiro por Eugen von Böhm-Bawerk. Após uma pesquisa histórica meticulosa das teorias passadas dos juros - não apenas as teorias de "produtividade" e "abstinência" dos economistas políticos clássicos mais recentes (ou economista políticos vulgares, como Marx diria), mas também as teorias de exploração de Rodbertus, Marx e outros socialistas - ele expôs sua própria explicação:

O empréstimo é a troca real de bens presentes por bens futuros... [B]ens presentes invariavelmente possuem um valor maior do que bens futuros do mesmo número e tipo e, portanto, uma determinada soma de bens presentes só pode, por via de regra, ser comprada por uma soma maior de bens futuros. Este ágio são os juros. Não é um equivalente separado para um uso separado e durável dos bens emprestados, pois isso é inconcebível; é uma parte equivalente da soma emprestada, mantida separada por razões práticas. A substituição do capital + os juros constituem o equivalente completo.¹

Isso era, ele argumentava, incompatível com a teoria do valor-trabalho: "*Executada de maneira lógica, isso [a teoria do trabalho] não poderia deixar qualquer margem para o fenômeno dos juros*"².

Esse é um lugar tão bom quanto qualquer outro, antes de irmos às questões mais centrais da relação da preferência temporal com nossa teoria do trabalho desenvolvida nesse livro, para examinar um outro lado da questão: a medida em que a preferência temporal é mutuamente exclusiva com outras defesas dos juros e do lucro, como os Austríacos alegaram. Böhm-Bawerk, claro, enfatizou tanto a singularidade de sua contribuição quanto a inadequação das tentativas anteriores de se justificar os juros. Ele foi especialmente desconsiderado com a teoria de abstinência de Senior, apontando que Lasalle estava certo em argumentar

que a existência e a grandeza dos juros de maneira alguma correspondem invariavelmente à existência e grandeza de um "sacrifício de abstinência". Os juros, em casos excepcionais, são recebidos onde não houve nenhum sacrifício individual de abstinência. Juros altos são frequentemente conseguidos onde o sacrifício da abstinência é muito insignificante - como no caso do milionário de Lasalle - e os "juros baixos" são frequentemente conseguidos onde o sacrifício implicado pela

¹ BÖHM-BAWERK, Eugen von. *Capital and Interest: A Critical History of Economical Theory*. Tradução de William Smart. New York: Brentanno's, 1922. p. 259.

² *Ibid.*, p. 269.

abstinência é muito grande. O soberano³ arduamente economizado que o empregado doméstico põe na caixa econômica rende, absoluta e relativamente, menos juros do que os milhares facilmente dispensados que o milionário põe a frutificar em debênture e fundos hipotecários. Esses fenômenos se ajustam mal numa teoria que explica os juros de forma bem universal como um "salário da abstinência"...⁴

Em resposta à ideia de que a abstinência do consumo era um "sacrifício" positivo que merecia compensação por si mesmo, Böhm-Bawerk propôs este caso:

Eu trabalho por um dia inteiro na plantação de árvores frutíferas na expectativa de que elas darão frutos para mim em dez anos. Na noite seguinte vem uma tempestade e destrói completamente toda a plantação. Quão grande é o sacrifício que eu fiz... em vão? Eu acho que todos dirão - um dia de trabalho perdido e nada mais. E agora eu ponho a questão, o meu sacrifício é de qualquer maneira maior, quer a tempestade não venha, e quer as árvores, sem qualquer esforço adicional de minha parte, deem frutos em dez anos? Se eu faço o trabalho de um dia e tenho que esperar dez anos para ganhar um rendimento dele, eu sacrifico mais do que se eu fizer o trabalho de um dia, e, por motivo da tempestade destruidora, tiver que esperar toda eternidade por seu rendimento?⁵

Em resposta à teoria similar de "sacrifício" dos juros de Courneille, Böhm-Bawerk brincou, "*pode-se dizer que Courneille teria quase tanta justificativa, teoricamente falando, se ele tivesse pronunciado o trabalho corporal de embolsar os juros, ou de cortar os talões, como sendo o fundamento e a base dos juros*"⁶.

A resposta lógica à crítica de Böhm-Bawerk, do ponto de vista da teoria de "custo real" de Marshall, é recuar e definir "sacrifício" em termos de "custo de oportunidade". E isso é exatamente o que Marshall fez, como vimos no capítulo anterior: o "sacrifício" do senhorio e do capitalista era simplesmente a abstenção em se consumir o que se estava em poder de consumir. E, ao negar esse custo de oportunidade como um sacrifício absoluto no mesmo sentido que o trabalho, Böhm-Bawerk lançou as bases para a demolição de Dobb da "abstinência" como um "sacrifício" comparável ao trabalho.

Em todo caso, independentemente de sua singularidade como um mecanismo subjetivo, a teoria de preferência temporal de Böhm-Bawerk (que uma quantidade menor agora vale uma quantidade maior mais tarde) tem, em termos práticos, uma grande semelhança com a "abstinência" de Nassau Senior e Alfred Marshall. Todas essas teorias equivalem a atribuir uma qualidade criadora de valor ao tempo: para fazer valer a pena eu me abster de um consumo presente, eu devo receber uma quantidade maior no futuro. E todas elas são baseadas em alguma forma de dor ou dificuldade implicada em renunciar o

³ Nota do Tradutor: A libra em ouro ou Soberano (em inglês, Sovereign) é uma moeda do Reino Unido, equivalente a uma libra esterlina. No entanto, é utilizada na prática como reserva de valor a usar no futuro e não como moeda de troca. Vide: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Soberano_\(moeda_inglesa\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Soberano_(moeda_inglesa))

⁴ *Ibid.*, p. 277.

⁵ *Ibid.*, p. 281.

⁶ *Ibid.*, p. 303.

consumo presente em nome do consumo futuro. Faz mais sentido tratá-las como um grupo de teorias relacionadas do que como rivais mutualmente exclusivas.

Murray Rothbard, o mais famoso herdeiro recente do manto Austríaco, estava especialmente inclinado a enevoar a distinção entre a preferência temporal e a "espera":

Qual foi a contribuição desses donos-de-produtos, ou "capitalistas", ao processo produtivo? É essa: a economia e a restrição de consumo, em vez de ser feita pelos donos da terra e do trabalho, foi feita pelos capitalistas. Os capitalistas originalmente economizaram, digamos, 95 onças de ouro que eles poderiam ter então gasto em bens de consumo. Eles evitaram de fazê-lo, no entanto, e, em vez disso, adiantaram o dinheiro aos donos originais dos fatores. Eles pagaram os últimos por seus serviços enquanto eles estavam trabalhando, dessa maneira adiantando a eles o dinheiro antes que o produto fosse realmente produzido e vendido aos consumidores. Os capitalistas, portanto, fizeram uma contribuição essencial à produção. Eles aliviaram os donos dos fatores originais da necessidade de sacrificar bens presentes e esperar por bens futuros...

*Mesmo se os retornos financeiros e a demanda de consumo forem certos, os capitalistas ainda estão fornecendo bens presentes aos donos do trabalho e da terra e assim aliviando-os do fardo de esperar até que os bens futuros sejam produzidos e finalmente transformados em bens de consumo.*⁷

Roger W. Garrison argumentou, a partir de tal evidência, que o conceito de "espera" enquanto fator de produção era compatível com a preferência temporal de Mises e Rothbard.

*Nem Mises, nem Rothbard abordaram especificamente a questão da espera enquanto fator de produção, mas pode-se encontrar passagens nos escritos de cada um sugerindo que a visão da preferência temporal e a visão de espera-enquanto-fator são, em uma certa, medida compatíveis.*⁸

Para retornar a nossa linha de discussão principal: tem havido uma grande relutância entre os Austríacos, de um modo geral, em lidar explicitamente com os papéis comparativos da preferência temporal e dos fatores institucionais como influências sobre as taxas de juros, ou com a medida em que a inclinação da preferência temporal pode ser alterada pelos fatores institucionais. Às vezes, os Austríacos explicitamente negam que fatores institucionais não tenham qualquer influência sobre os juros.

Por exemplo, Böhm-Bawerk negou que a diferença em valor entre uma dada quantidade de dinheiro hoje e a mesma quantidade daqui cinco anos seja, "como pode-se pensar, um resultado das instituições sociais que criaram os juros e o fixaram em 5 por

⁷ ROTHBARD, Murray. *Man, Economy and State: A Treatise on Economic Principles*. Auburn University, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1993. pp. 294-95, 298.

⁸ GARRISON, Roger W. Professor Rothbard and the Theory of Interest. In: BLOCK, Walter; ROCKWELL JR, Llewellyn H. (Eds.). *Man, Economy and Liberty: Essays in Honor of Murray N. Rothbard*. Auburn, Alabama: Auburn University Press, 1988. p. 49.

cento"⁹. A preferência temporal sozinha é a razão para o valor relativamente baixo dos bens em produção (futuros), comparados com os bens finalizados (presentes):

Isso, e nada mais, é o fundamento da chamada compra "barata" de instrumentos de produção e, em especial, de trabalho, que os Socialistas corretamente explicam como a fonte do lucro sobre o capital, mas erroneamente interpretam, em termos autênticos, como o resultado de um roubo ou de uma exploração das classes trabalhadores pelas classes proprietárias.¹⁰

Às vezes, no entanto, Böhm-Bawerk moderava essa postura com a concessão de que o monopólio e outras formas de exploração poderiam, em certos casos, aumentar a taxa de lucro às custas do trabalhador.

Agora, claro, as circunstâncias desfavoráveis para os compradores podem ser corrigidas pela concorrência ativa entre vendedores..., Mas, de vez em quando, algo irá suspender a concorrência dos capitalistas e, então, aqueles infelizes, a quem o destino atirou em um mercado local governado pelo monopólio, são entregues à discrição do adversário. Daí a usura direta, da qual o emprestador pobre é apenas demasiado frequentemente a vítima; e daí os salários baixos forçosamente explorados dos trabalhadores...

Não é meu interesse pôr excessos como esses, em que realmente há exploração, sob a égide daquela opinião favorável que eu pronunciei acima quanto à essência dos juros. Mas, por outro lado, eu devo dizer, com toda ênfase, que o que podemos estigmatizar como "usura" não consiste na obtenção de um ganho por um empréstimo ou pela compra de trabalho, mas na medida imoderada desse ganho... Algum ganho ou lucro sobre o capital haveria, se não houvesse compulsão sobre os pobres e nenhuma monopolização da propriedade; e algum ganho deve haver. É apenas a grandeza desse ganho em que, em casos particulares, se chega a um excesso, que está aberta à crítica, e, claro, as próprias condições desiguais de riqueza em nossas comunidades modernas nos deixam desagradavelmente perto do perigo da exploração e de taxas de juros usurárias.¹¹

Então aqui Böhm-Bawerk reconheceu, pelo menos em princípio, que fatores institucionais poderiam afetar as taxas de juros e que a distribuição de riqueza poderia afetar a inclinação da preferência temporal.

Embora ele fizesse essa concessão em princípio, Böhm-Bawerk na maior parte do tempo se prendeu a um tratamento ahistórico das verdadeiras origens da distribuição de riqueza, tomando como dado que as classes proprietárias estivessem numa posição de ter propriedade excedente para investimento como resultado de sua frugalidade ou produtividade passada. Frequentemente, ele não abordou a questão em absoluto, mas simplesmente assumiu a distribuição presente da propriedade como seu ponto de partida.

⁹ BÖHM-BAWERK. *Capital and Interest*, p. 346.

¹⁰ BÖHM-BAWERK. *The Positive Theory of Capital*. Tradução de William Smart. London e New York: MacMillan and Co., 1891. p. 301.

¹¹ *Ibid.*, p. 361.

*O que, então, são os capitalistas quanto à comunidade? - Em uma palavra, eles são mercadores que tem bens presentes para vender. Eles são os afortunados possesores de um estoque de bens que eles não necessitam para as necessidades pessoais do momento. Eles trocam seu estoque, portanto, por bens futuros de uma forma ou de outra...*¹²

Böhm-Bawerk foi demasiado modesto em nome deles, ao atribuir essa possessão de bens presentes à "fortuna". Longe de serem, enquanto classe, os recipientes passivos de mera boa sorte, os capitalistas FIZERAM sua própria sorte. E a história disso, de sua boa fortuna, está escrita em letras de sangue e fogo.

Condizente com sua modéstia, Böhm-Bawerk recorreu a uma Robinsonada sobre a acumulação de capital.

*Em nossa ciência, há três visões em circulação quanto à formação do capital. Uma encontra sua origem na Poupança, uma segunda na Produção e uma terceira em ambas juntas. Dessas, a terceira goza da maior aceitação e é também a correta.*¹³

Ele então ilustrou o princípio com o exemplo de um homem solitário poupando o produto de seu trabalho e vivendo do excedente de comida, enquanto construía um arco e flechas e outras ferramentas. Desse cenário de ilha, ele passava à sociedade em geral, descrevendo como uma nação de dez milhões poupou tantos milhões de seus dez milhões de anos de trabalho anualmente.¹⁴ Que aqueles adiando o consumo dos proventos de seu trabalho poderiam não ser os mesmos investindo aquelas poupanças ou colhendo os frutos do investimento, ou que eles poderiam não ter nenhuma influência na matéria, foi uma questão posta de lado por completo - talvez por complicar o quadro de forma desnecessária.

As classes trabalhadoras sem propriedade, assim como os capitalistas, apenas aconteceram de estar ali; talvez, como Topsy, eles "apenas cresceu"¹⁵.

Em contraposição a essa oferta de bens presentes fica, como Demanda: --

- 1. Um enorme número de assalariados que não podem empregar seu trabalho remunerativamente trabalhando por conta própria e estão, portanto, enquanto corpo único, inclinados e prontos para vender o produto futuro de seu trabalho por uma quantidade consideravelmente menor de bens presentes...*
- 2. Um número de produtores independentes, eles mesmos trabalhando que, por um adiantamento de bens presentes, são colocados em posição de prolongar o processo e, assim, aumentar a produtividade de seu trabalho pessoal...*
- 3. Um pequeno número de pessoas que, por conta de desejos pessoais urgentes, buscam crédito para propósitos de consumo e estão também prontos para*

¹² *Ibid.*, p. 358.

¹³ *Ibid.*, p. 100.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 100-18.

¹⁵ N. do T.: Topsy é uma personagem do livro "Uncle Tom's Cabin" de Harriet Beecher Stowe. Ela é uma jovem escrava que, quando perguntada sobre quem a criou, responde "Eu acho que cresci. Não acho que ninguém me fez". Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Uncle_Tom's_Cabin#Other_characters

*pagar um ágio pelos bens presentes.*¹⁶

Era essa inabilidade do primeiro grupo em empregar seu trabalho remunerativamente trabalhando por conta própria, Böhm-Bawerk explicava, que os tornava dependentes do capitalista. Sua falta de recursos para aguentar até a conclusão dos processos produtivos de longo prazo era a "única" razão para sua dependência.

*...na perda de tempo que está, por via de regra, ligada com o processo capitalista, repousa o único fundamento da muito falada e muito lamentada dependência do trabalhador sobre o capitalista.... É apenas porque os trabalhadores não podem esperar até que o processo completo... entregue seus produtos prontos para o consumo, que eles se tornam economicamente dependentes dos capitalistas que já mantêm em sua posse o que nós chamamos de "produtos intermediários".*¹⁷

Por que motivo os trabalhadores poderiam carecer de propriedade individual e coletiva em seus meios de produção ou serem incapazes, através do esforço cooperativo, de mobilizar seu próprio "fundo de trabalho" durante o intervalo de produção, Böhm-Bawerk não disse. Por que motivo os capitalistas ocorreram de estar em posse de tanta riqueza supérflua, ele igualmente não especulou. Que o grosso dos recursos produtivos de uma nação esteja concentrado nas mãos de umas poucas pessoas, em vez de naquelas da maioria trabalhadora, não é, de maneira alguma, auto-evidente. O próprio Böhm-Bawerk aceitou isso como completamente banal. Pela causa de uma situação tão estranha, portanto, teremos que procurar em outro lugar que não em seu trabalho.

A resposta jaz não na teoria econômica, mas na história. A distribuição existente de propriedade entre as classes econômicas, sobre a qual Böhm-Bawerk era tão recatado, é o resultado histórico da violência do Estado. Examinaremos, em um capítulo posterior, o processo de acumulação primitiva pelo qual a maioria trabalhadora foi forçosamente roubada de sua propriedade nos meios de produção, transformada em uma classe trabalhadora sem propriedade e, desde então, impedida pela lei e pelo privilégio de obter acesso irrestrito ao capital.

Será o bastante para o momento dizer que, embora a preferência temporal, sem dúvida, seja universalmente verdadeira, mesmo quando a propriedade está uniformemente distribuída, as presentes sequelas da acumulação primitiva tornam a preferência temporal muito mais inclinada do que ela de outra forma seria. A preferência temporal não é uma constante. Ela está enviesada muito mais para o presente para um trabalhador sem acesso independente aos meios de produção, à subsistência ou à segurança. Mesmo os economistas políticos vulgares reconheciam que o grau de pobreza entre as classes trabalhadoras determinava seu nível de salário e, conseqüentemente, o nível de lucro.¹⁸

Mas e o restante da preferência temporal, a que existiria mesmo numa genuína economia de mercado, sem privilégio legal ao capital, em que os produtores mantivessem

¹⁶ *Ibid.*, p. 330-1.

¹⁷ *Ibid.*, 83.

¹⁸ PERELMAN, Michael. *Classical Political Economy: Primitive Accumulation and the Social Division of Labor*. Totowa, New Jersey: Rowman & Allanheld; London: F. Pinter, 1984, ca. 1983. pp. 18-9.

seus próprios meios de produção? Como o princípio da preferência temporal pode ser reconciliado com a teoria do valor-trabalho?

Mesmo se o trabalho de hoje for trocado pelo trabalho de amanhã com ágio, essa ainda é uma troca de trabalho. Maurice Dobb, por exemplo, sugeriu que a preferência temporal poderia ser tratada como uma renda de escassez sobre o trabalho presente.

Equivalia a uma explicação em termos da escassez relativa, ou aplicação limitada, do trabalho aplicado a usos particulares - a saber, na forma de trabalho acumulado incorporado em processos técnicos envolvendo um longo "período de produção"; uma escassez que persistia por motivos da miopia da natureza humana. Como um resultado desse subdesenvolvimento dos recursos produtivos, a propriedade do capital monetário, que na sociedade existente fornecia o único meio pelo qual processos produtivos prolongados podiam ser empreendidos, carregavam consigo o poder de extrair uma renda dessa escassez. Como um senhorio podia extorquir o preço de uma escassez imposta pela natureza objetiva, assim, pareceria, o capitalista poderia extorquir o preço de uma escassez da natureza subjetiva do homem.¹⁹

Dobb não fez uma distinção adequada entre a escassez do trabalho presente versus o futuro, que existe naturalmente como resultado da preferência humana por consumo presente versus postergação; e a escassez artificial criada por certos monopólios de classe sobre o acesso aos meios de produção. Mas, mesmo assumindo-se uma economia de mercado baseada em cooperativas de produtores, o ponto é válido. Quando o trabalho se abstém do consumo presente para acumular seu próprio capital, a preferência temporal é simplesmente uma forma adicional de desutilidade do trabalho presente, em oposição ao trabalho futuro. É apenas outro fator na "pechincha do mercado", pelo qual o produto do trabalho é alocado entre os trabalhadores.

Numa economia de posse distribuída de propriedade, como teria existido tivesse o livre mercado sido permitido se desenvolver sem roubo em larga escala, a preferência temporal afetaria apenas os cálculos dos trabalhadores de seu próprio consumo presente versus seu próprio consumo futuro. Todo consumo, presente ou futuro, seria o resultado inquestionável do trabalho. É apenas numa economia capitalista (isto é, estatista) que uma classe proprietária, com riqueza supérflua muito além de sua habilidade de consumir, pode se manter na ociosidade emprestando os meios de subsistência para produtores em troca de uma reivindicação sobre a produção futura.

¹⁹ DOBB. *Political Economy and Capitalism: Some Essays in Economic Tradition*, 2nd revised ed. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1940, 1960. p. 154.

Parte II--Capitalismo e o Estado: Passado, Presente e Futuro

Introdução à Parte II: A Exploração e os Meios Políticos

A pergunta permanece: se o trabalho é a fonte do valor normal de troca para os bens reprodutíveis, e a recompensa natural do trabalho em um livre mercado é seu produto completo, qual é a explicação para o lucro no "capitalismo realmente existente"?

Um ponto central de disputa entre Marx e os utópicos era a medida em que a teoria do valor-trabalho era uma descrição da existente troca de mercadorias ou uma prescrição de regras de troca em um sistema reformado. Marx criticava os utópicos por elevar a lei do valor a um padrão normativo para uma sociedade utópica, em vez de uma lei descritiva do capitalismo existente. Para ele, a lei do valor descrevia o processo de troca sob o capitalismo da forma em que existia; a lei do valor era completamente compatível com a existência da exploração. Suas generalizações sobre a exploração assumiam que as mercadorias eram trocadas de acordo com seu valor-trabalho; longe de tornar os lucros impossíveis, a troca de acordo com a lei do valor era pressuposta como o fundamento da mais-valia. O lucro resultava da diferença em valor entre a força de trabalho enquanto mercadoria e o produto do trabalho; isto era verdade mesmo (ou melhor, especialmente) quando todas as mercadorias eram trocadas a seu valor.

Alguns "utópicos" (incluindo Proudhon, os owenistas e alguns socialistas Ricardianos), é verdade, viam a teoria do trabalho como um chamado para um conjunto obrigatório de regras (como as ordens de pagamento trabalhistas¹ ou propostas modernas de que o governo apoie sistemas LETS²). Para estes, a lei do valor excluía a exploração; mas, em vez de vê-la como uma lei de funcionamento automático no mercado, eles a viam como exigindo a imposição de "regras do jogo" igualitárias.

Mas, além destas duas teorias opostas, havia uma possível terceira alternativa que diferia significativamente das duas primeiras. Esta terceira alternativa considerava que a exploração era baseada na força e que as características de exploração da sociedade existente eram resultantes da intrusão do elemento da coerção. Ao contrário do utopismo, a terceira teoria tratava a lei do valor como algo que operava automaticamente quando não sujeita a interferência. Ao contrário do Marxismo, ela acreditava que a operação irrestrita da lei do valor era incompatível com a exploração. Esta escola incluía, em especial, o socialista Ricardiano orientado ao mercado Thomas Hodgskin e os posteriores anarquistas individualistas na América; eles viam o capitalismo como explorador na medida em que a troca desigual prevalecia, sob a influência do Estado. Sem tal intervenção, a operação

¹ Nota do Tradutor: Em inglês "Labour Notes". As ordens de pagamento trabalhistas são uma moeda alternativa baseada na troca de horas de trabalho, idealizadas inicialmente por Josiah Warren e Robert Owen, quando procuravam estabelecer suas comunidades utópicas. Vide: [http://en.wikipedia.org/wiki/Labor_notes_\(currency\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Labor_notes_(currency))

² N. do T.: LETS (do inglês "local exchange trading system", sistemas locais de trocas comerciais) é um empreendimento comunal iniciado localmente, organizado democraticamente e sem fins lucrativos, que tem o objetivo de fornecer à comunidade um serviço de informação e um registro de transações dos membros que trocam bens e serviços usando a moeda de Crédito LETS localmente criada. Vide: <http://en.wikipedia.org/wiki/LETS>

normal da lei do valor resultaria automaticamente no trabalho recebendo seu produto completo. Para eles, a exploração não era o resultado natural de um livre mercado; a diferença entre o valor da força de trabalho enquanto mercadoria e o valor do produto do trabalho resultava não da existência do trabalho assalariado em si, mas da troca desigual imposta pelo estado no mercado do trabalho. Para eles, a lei do valor era tanto o mecanismo automático pelo qual um mercado verdadeiramente livre operava quanto, ao mesmo tempo, incompatível com a exploração.

Se seguia que a lei do valor não era algo a ser superado. Ao contrário dos Marxistas, que ansiavam por uma economia de abundância baseada num princípio de "de cada qual de acordo com sua habilidade e etc.", os individualistas e Ricardianos de mercado viam o elo entre o esforço e a recompensa como fundamental para a justiça distributiva. A característica definidora da exploração era o benefício de uma parte às custas do trabalho de outra. Como Benjamin Tucker escreveu em "Should Labor Be Paid or Not?"

[Johann] Most, sendo um Comunista, deve, para ser coerente, objetar à compra ou venda de qualquer coisa que seja; mas por que ele deveria objetar à compra e venda do trabalho em particular é mais do que eu posso entender. Na verdade, em última análise, o trabalho é a única coisa que tem qualquer direito de ser comprada ou vendida. Existe qualquer base justa para o preço, além do custo? E existe qualquer coisa que custe, além do trabalho e do sofrimento (outro nome para o trabalho)? O trabalho deveria ser pago! Terrível, não é mesmo? Ora, eu pensava que o fato de que ele não era pago era toda a queixa. O "trabalho não pago" têm sido a reclamação principal de todos os Socialistas e que o trabalho deveria receber sua recompensa têm sido sua principal contenda. Suponha que eu tivesse dito a Kropotkin que a real questão era se o Comunismo permitirá que os indivíduos troquem seu trabalho ou produtos em seus próprios termos. Most ficaria, então, tão chocado?... Ainda assim, de outra forma, eu disse precisamente isso.³

Dada a base moral da teoria do valor-trabalho, assim como entendida pelos socialistas pequeno-burgueses, do princípio da auto-propriedade e da propriedade do produto de seu próprio trabalho se seguia que o pagamento de acordo com o trabalho não era um resquício da sociedade capitalista, mas a base legítima de uma futura ordem socialista. Não era nem um pouco mais aceitável que o coletivo se apropriasse do produto do trabalho do indivíduo para uso geral, do que o senhorio e o capitalista se apropriassem dele para seu próprio uso.

Maurice Dobb, em sua introdução a *A Contribution to the Critique of Political Economy*, apontou as dificuldades estratégicas apresentadas aos Marxistas por esta posição. Como exemplificado pela afirmação de Marx em *Value, Price and Profit*, os Marxistas recuaram da ideia de que o lucro era o resultado da troca desigual.

Para explicar a natureza geral dos lucros, você deve começar do teorema que, na média, as mercadorias são vendidas ao seu valor real, e que os lucros são derivados da venda delas a seus valores, ou seja, em proporção à quantidade de trabalho realizado nelas. Se você não pode explicar o lucro sobre esta suposição,

³ TUCKER, Benjamin R. Should Labor Be Paid or Not?. *Liberty*, 28 abr. 1888. In: _____. *Instead of a Book, By a Man Too Busy to Write One*, Gordon Press facsimile. New York:[s.n.], 1897, 1973. p. 403.

*você não pode explicá-lo de forma alguma.*⁴

"Este ponto pode ser melhor apreciado", disse Dobb,

*se se lembrar que a escola de escritores, à qual o nome de Socialistas Ricardianos foi dado..., que se pode dizer que mantinham uma teoria "primitiva" da exploração, explicavam o lucro sobre o capital como o produto de um poder de barganha superior, da falta de concorrência e de "trocas desiguais entre o Capital e o Trabalho" (esta sendo análoga à "teoria da força" de Eugen Dühring, que foi criticada severamente por Engels). Este era o tipo de explicação que Marx estava evitando, em vez de buscar. Ela não tornava a exploração coerente com a lei do valor e com a concorrência de mercado, mas a explicava por meio de desvios do último ou imperfeições nele. Para ela, havia uma resposta fácil dos economistas liberais e defensores do livre comércio: a saber, "se junte a nós em exigir um comércio realmente livre e então não poderá haver quaisquer "trocas desiguais" e exploração".*⁵

Esta "resposta fácil" era exatamente a abordagem adotada por Thomas Hodgskin e pelos anarquistas individualistas da América. O maior dos últimos, Benjamin Tucker, repreendido como meramente um "coerente homem de Manchester", usava esse rótulo como uma medalha de honra.

A grande importância da ideia de Marx da diferença entre o valor da força de trabalho e o valor do produto do trabalho, Dobb escreveu,

*repousava precisamente em permitir que ele mostrasse como poderia haver desigualdade e não-equivalência na "troca equivalente" - ou exploração e apropriação do que era criado pelos produtores consistentemente com a teoria do valor (isto é, demonstrando como "os lucros são derivados ao vendê-las a seus valores"). A força de trabalho, convertida em uma mercadoria pelo processo histórico por meio do qual um proletariado foi criado e, daí em diante, livremente comprada e vendida no mercado, adquiriu um valor, como outras mercadorias, em termos da quantidade de trabalho que sua produção (ou reprodução) custava.*⁶

Isto deixa duas questões ainda irresolutas: 1) se o "processo histórico" da acumulação primitiva envolveu o uso da força, quão essencial foi a força a esse processo; e se a força foi essencial ao processo, não se segue que a força passada, como refletida na presente distribuição de propriedade, subjaz a ilusão de "livre contrato"?; 2) como é possível que os empregadores consistentemente paguem um preço pela força de trabalho menor do que o produto dela, se o trabalho é livre para barganhar pelo melhor acordo possível? (Recorrer a ideias vagas de "poder social" ou "poder de mercado", sem um exame explícito de sua natureza, não são uma explicação satisfatória.)

⁴ MARX, Karl. *Value, Price and Profit*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1985. v. 20. p. 127.

⁵ DOBB, Maurice. *Introdução a MARX. A Contribution to the Critique of Political Economy*. New York: International Publishers, 1970. p. 13.

⁶ *Ibid.*, p. 14.

Dobb, em *Political Economy and Capitalism*, negou que a exploração do trabalho pudesse acontecer somente através da troca desigual em "uma ordem de livre contrato". Após citar a mesma passagem de Marx sobre a suposição dos valores normais de troca como consistentes com a exploração, Dobb continuou:

*Os monopólios dos Tudors ou os privilégios feudais sobre o trabalho dos outros não mais poderiam ser usados para explicar como uma classe extraía renda sem contribuir com qualquer atividade produtiva. Ganhos do acaso ou da "prática desleal" individual não poderiam exercer nenhuma influência permanente num regime de "valores normais". A enganação universal e persistente dos produtivos pelos improdutivos parecia impossível numa ordem de livre contrato.*⁷

Claro, isso é um raciocínio circular. A medida em que a assim chamada era do "laissez-faire" era "uma ordem de livre contrato" é precisamente o ponto em questão. E o argumento de Dobb foi tautológico. Por definição, um sistema de livre contrato *exclui* a troca desigual imposta pela intervenção estatal no mercado. À medida em que tal troca desigual imposta politicamente prevalecia, o sistema econômico *não* era "um regime de 'valores normais'". As questões permanecem: *em que medida* a economia real do século XIX era um sistema de privilégio e um afastamento do livre mercado; e *em que medida* este afastamento era a causa principal do lucro sobre o capital? Claro, Dobb estava certo que uma taxa geral de lucro não poderia resultar da "'prática desleal' individual". Tais desvios se cancelariam uns aos outros numa economia de equilíbrio, tal como o lucro empresarial Austríaco. Para explicar uma taxa de lucro enquanto fenômeno geral, deve-se recorrer a alguma causa *sistêmica*. Os Austríacos a buscavam na preferência temporal como uma característica fundamental da natureza humana. Os mutualistas buscam-na, antes, na intervenção sistemática do estado no mercado em nome de interesses privilegiados.

Ronald Meek levantou essencialmente a mesma questão - como o fenômeno historicamente universal da exploração poderia continuar a acontecer em uma sociedade em que a venda da força de trabalho fosse, ostensivamente, regulada pelo livre contrato:

Uma "teoria da distribuição" que dissesse apenas que a renda imerecida era o fruto do trabalho excedente daqueles empregados na produção dificilmente se qualificaria como teoria de qualquer modo.... Na melhor das hipóteses, tal "teoria" poderia ser pouco mais do que uma descrição generalizada da apropriação pelos proprietários dos meios de produção, em todos os tipos de sociedades de classes, do produto do trabalho excedente das classes exploradas. Mas certamente existem dois pontos salientes que uma teoria da distribuição apropriada para os nossos próprios tempos deveria se concentrar em explicar: Primeiro, como é que rendas imerecidas continuam a ser recebidas numa sociedade em que os preços da grande maioria das mercadorias são determinados num mercado impessoal pelas forças da oferta e da demanda e em que a relação entre o produtor direto e seu empregador é baseada em contrato em vez de status? E, segundo, como são determinadas as respectivas quotas das principais classes sociais na renda nacional em tal sociedade? A menos que se esteja satisfeito em confiar em algum tipo de explicação

⁷ DOBB. *Political Economy and Capitalism: Some Essays in Economic Tradition*, 2nd revised ed. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1940, 1960. p. 60.

em termos de "força" ou "luta", é impossível dar respostas adequadas a estas questões sem basear seu sentimento em uma teoria do valor.⁸

Em vez de esclarecer tais questões, os Marxistas têm (talvez por uma boa razão) sido em geral bastante ambíguos a respeito da relação entre a coerção estatal e a exploração econômica. Por exemplo, Maurice Dobb escreveu vagamente sobre a coerção por "circunstâncias de classe" na ausência da coerção legal pelo estado, evitando a questão da força passada em criar tais circunstâncias ou da força presente em mantê-las:

Uma vez que o proletário estava privado da terra ou dos instrumentos de produção, não existia nenhum meio de vida alternativo para ele; e, embora a coerção legal a trabalhar para outrem tivesse desaparecido, a coerção da circunstância de classe permanecia... [S]em a circunstância histórica de que existia uma classe que tinha a venda de sua força de trabalho, tal qual uma mercadoria, como seu único meio de vida, a defrontar o capitalista com a possibilidade dessa transação remunerativa, o capitalista não teria estado numa posição de anexar a mais-valia para si mesmo.⁹

E sem o estado para roubar do campesinato a sua terra, para aterrorizar o proletariado urbano de se organizar e para proscrever legalmente formas alternativas da classe trabalhadora para crédito auto-organizado, esta condição de falta de propriedade da classe trabalhadora sem dúvida nunca teria se sucedido e teria sido insustentável mesmo após se suceder.

Levando suas tautologias e circularidades um passo além, Dobb afirmou que a distinção de Pareto entre a troca livre e o roubo e a distinção paralela entre o ótimo de Pareto e uma situação de soma zero, eram sem sentido num "mercado livre e competitivo".

Pareto apontou a significativa distinção entre as "atividades dos homens direcionadas à produção ou transformação de bens econômicos" e a "apropriação de bens produzidos por outros". Claramente, se se examina o problema econômico simplesmente como um padrão de relações de troca, separadas das relações sociais dos indivíduos envolvidos - tratando os indivíduos que entram numa troca simplesmente como tantos x's e y's, realizando certos "serviços", mas abstraídos da relação concreta com os meios de produção... - então a distinção de Pareto não pode ter qualquer [?] num mercado livre e competitivo. A "apropriação dos bens produzidos por outros" só pode resultar da incursão do monopólio ou das extra-econômicas força ou fraude. Do regime de valores "normais" de troca ela está excluída pela própria definição de um livre mercado.¹⁰

Precisamente. Relações de soma zero estão excluídas pela própria definição de um livre mercado. Mas a pergunta, de novo, é se o mercado existente é livre ou competitivo. Abstrair as relações de produção e os padrões de posse de propriedade a partir de uma teoria do processo de troca, sem primeiro examinar o papel da coerção nessa relações e padrões, é,

⁸ MEEK, Ronald L. *Studies in the Labour Theory of Value*, 2nd ed. New York e London: Monthly Review Press, 1956. p. 215.

⁹ DOBB. *Political Economy and Capitalism*, pp. 61-2.

¹⁰ *Ibid.*, p. 65.

claramente, tornar o paradigma irrelevante para o mundo real. Somente quando todos os dados são considerados é que se torna um modelo útil para avaliar a realidade. Infelizmente, os apologistas mais vulgares do capitalismo, assim como seus mais vulgares oponentes, compartilham o erro de tomar o presente sistema como um representante do "mercado". O mito do século XIX, ou mesmo do governo Hoover, como um tempo de "laissez-faire" é cinicamente adotado tanto por propagandistas corporativos quanto socialistas de estado, cada um por suas próprias razões.

Marx e Engels vacilaram um bom tanto em suas análises do papel da força em criar o capitalismo e em seu julgamento de se tal força tinha sido essencial em sua ascensão. No *Grundrisse*, Marx repetidamente levantava a questão das origens "pré-burguesas" ou "extra-econômicas" da economia capitalista, mas nunca com uma resposta inequívoca. Marx entendia que a situação existente, em que um trabalhador sem propriedade enfrentava "as condições objetivas de seu trabalho como algo separado de si, como o capital..., pressup[unha]

um processo histórico, por mais que o capital e o trabalho assalariado reproduzissem esta relação e a elaborassem em seu escopo objetivo assim como em profundidade. E este processo histórico, como vimos, é a história da emergência tanto do capital quanto do trabalho assalariado.

Em outras palavras, a origem extra-econômica da propriedade não significa nada além da origem histórica da economia burguesa...

As condições originais da produção não podem inicialmente serem elas mesmas produzidas, não podem ser os resultados da produção... O que requer explicação não é a unicidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de sua troca de matéria com a natureza e sua apropriação da natureza; nem, claro, esta é o resultado de um processo histórico. O que devemos explicar é a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e este ser ativo...¹¹

Marx ridicularizava a ideia de que a "acumulação primitiva" tinha sido realizada pelos diligentes e parcimoniosos, que economizaram gradualmente até que tivessem adquirido capital suficiente e que, então, se voltaram para o trabalhador com a oferta de trabalho

Nada, portanto, é mais tolo do que conceber a formação original do capital como tendo criado e acumulado as condições objetivas da produção - meios de subsistência, matérias primas, instrumentos - e, então, tendo as oferecido aos trabalhadores despojados delas. Pois foi a riqueza monetária que tinha parcialmente ajudado a despojar dessas condições a força de trabalho dos indivíduos capazes de trabalhar. Em parte, este processo de separação avançou sem a intervenção da riqueza monetária. Uma vez que a formação do capital tivesse atingido um certo nível, a riqueza monetária poderia se insinuar como mediadora entre as condições objetivas da vida, tornadas, assim, livres, e as libertas, mas também desenraizadas

¹¹ MARX. *Grundrisse*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1986-87. v. 28. pp. 412-3.

e despossuídas forças de trabalho vivas, e comprar uma com a outra.¹²

Infelizmente, no entanto, Marx não foi explícito sobre exatamente como a "riqueza monetária" fez este despojamento.

Está claro, no entanto, que Marx entendia que as origens do processo eram extraordinárias e estavam fora do processo normal de troca; uma vez que o processo estava encaminhado, ele era intensificado através da troca de mercadorias.

*Vimos assim que a transformação do dinheiro em capital pressupõe um processo histórico que separou as condições objetivas do trabalho e as tornou independentes do trabalhador. Uma vez que o capital venha a existir, o efeito de seu processo é sujeitar toda a produção a si mesmo e desenvolver e completar em todo lugar a separação entre o trabalho e a propriedade, entre o trabalho e as condições objetivas do trabalho.*¹³

A primeira parte da oração é uma tautologia. O "capital", pela definição de Marx, são as condições materiais da produção *não* controladas pelo trabalho. Então a separação dos meios de produção do trabalhador é, *claro*, uma pré-condição para se transformar o dinheiro em capital. Mas ela é uma condição *suficiente*? O dono dos meios de produção é capaz de pagar ao trabalho menos do que o seu produto e, assim, obter um retorno sobre o capital, em um processo de troca genuinamente não-coercitivo? A criação da mais-valia é inerente ao trabalho assalariado como tal ou ela requer o poder de barganha enfraquecido resultante do roubo violento pelo estado? E tal exploração pode continuar sem a contínua intervenção do estado para incapacitar o poder de barganha do trabalho e impor a troca desigual?

No *Capital*, Marx foi mais explícito sobre a exigência do roubo através de força efetiva, pelo menos para pôr a bola em jogo.

*A lenta compulsão das relações econômicas completa [ênfase adicionada] a sujeição do trabalhador ao capitalista. A força direta, fora das condições econômicas, claro, ainda [ênfase adicionada] é usada, mas apenas excepcionalmente. Na operação normal das coisas, o trabalhador pode ser deixado às "leis naturais da produção", isto é, à sua dependência do capital, uma dependência surgida das e garantida a perpetuidade pelas próprias condições de produção. Outro aspecto diferente se apresenta durante a gênese histórica da produção capitalista [ênfase adicionada]. A burguesia, em seu surgimento, quer e usa o poder do estado [ênfase adicionada] para "regular" os salários, isto é, para forçá-los dentro dos limites convenientes para a tomada da mais-valia, para aumentar o dia de trabalho e para manter o próprio trabalhador no grau normal de dependência. Este é um elemento essencial [ênfase adicionada; cf. as alegações contrárias de Engels em *Anti-Dühring*] da chamada acumulação primitiva.*¹⁴

¹² *Ibid.*, p. 432.

¹³ *Ibid.*, p. 435.

¹⁴ MARX; ENGELS, Friedrich. *Capital* vol. 1, 1st English ed. (1887). In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. (New York: International Publishers, 1996). v. 35. p. 726.

Primeiro de tudo, se a força foi essencial para criar o sistema (e veremos no capítulo sobre a acumulação primitiva, a seguir, a escala horripilante dessa força, como descrita pelo próprio Marx), o fato de que ele flui em sua rotina sem intervenções diretas adicionais não torna o sistema nem um pouco menos estatista em sua estrutura. Mas de fato, as "condições da produção" exigem a intervenção estatal maciça para sua continuidade; algumas das formas desta intervenção foram descritas por Benjamin Tucker em sua análise do suposto sistema "laissez-faire" do século XIX.

Na verdade, o próprio Marx admitiu a mais que "excepcional" influência da política estatal no processo de acumulação em andamento em seu próprio século. As finanças, tarifas, etc. estatais intensificaram grandemente o processo, acima do que teria sido num livre mercado:

*O sistema de proteção era um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e subsistência, de abreviar forçosamente a transição do modo de produção medieval para o moderno.*¹⁵

Engels, para tornar a teoria Marxiana consistente (e para desviar a ameaça estratégica dos socialistas de mercado mencionada acima), foi forçado a recuar quanto ao papel da força na acumulação primitiva. (E, se tomarmos a palavra dele sobre a importância do estímulo e da aprovação de Marx durante o período em que escreveu o *Anti-Dühring*, o próprio Marx foi culpado de um recuo similar). Em *Anti-Dühring*, Engels negava de forma veemente que a força era necessária em qualquer estágio do processo; de fato, que ela pouco fez mesmo para promover significativamente o processo.

*Todo trabalhador socialista [como todo aluno britânico?]... sabe muito bem que a força apenas protege a exploração, mas não a causa; que a relação entre o capital e o trabalho assalariado é a base de sua exploração e que isto surgiu por causas puramente econômicas e de maneira alguma por meio da força [ênfase adicionada].*¹⁶

Isto levanta a questão de em que medida o sistema legal está pressuposto até mesmo nas relações "puramente econômicas" e se mais do que uma situação "puramente econômica" é possível, dependendo do grau do envolvimento de tal estado. Por exemplo, as leis das associações¹⁷, a lei do assentamento¹⁸ e leis sobre a emissão de crédito sem lastreamento em espécie são essenciais ao processo de livre troca em si ou apenas ao caráter capitalista de tal troca?

¹⁵ *Ibid.*, pp. 744-5.

¹⁶ ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1987. v. 25. p. 141.

¹⁷ N. do T.: Em inglês "Combination Laws". Dois atos do parlamento inglês, aprovados em 1799 e 1825, que proibiam sindicatos, greves e outros tipos de ações e organizações trabalhistas. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Combination_Act_1799 e http://en.wikipedia.org/wiki/Combination_Act_1825.

¹⁸ N. do T.: Em inglês, "Laws of Settlement". Um ato do parlamento inglês que definia a que paróquia cada pessoa pertencia, e exigia comprovantes sancionados pelo governo para que esta pessoa pudesse se mudar. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Poor_Relief_Act_1662

Engels expôs a questão em termos ainda mais absolutos mais tarde, negando que a força era necessária (ou mesmo particularmente útil, aparentemente) em qualquer estágio do processo.

...mesmo se excluirmos toda a possibilidade de roubo, força ou fraude, mesmo se assumirmos que toda a propriedade privada foi originalmente baseada no trabalho do próprio proprietário e que, no decorrer de todo o processo subsequente, houve apenas a troca de valores iguais por valores iguais, o desenvolvimento progressivo da produção e da troca, não obstante, nos leva por necessidade ao presente modo de produção capitalista, à monopolização dos meios de produção e dos meios de subsistência nas mãos de uma classe numericamente pequena, à degradação da outra classe, constituída pela imensa maioria da população, a um conjunto de proletários despojados, à periódica alternância entre booms de produção especulativa e crises comerciais e a toda a presente anarquia de produção. O processo inteiro pode ser explicado por causas puramente econômicas; em nenhum momento que seja são necessários o roubo, a força, o estado ou a interferência política de qualquer tipo.¹⁹

Como Dobb sugeriu na citação anterior, as teorias do papel do estado na exploração eram uma ameaça estratégica ao Marxismo. Como um proponente continental principal de tal teoria da força, Dühring apresentava uma ameaça que não poderia ser ignorada. E ironicamente, muito embora o tratamento do próprio Marx da acumulação primitiva estivesse entre os mais eloquentes e incisivos jamais escritos, Engels foi forçado a fazer uma retirada estratégica desse tratamento a fim de manter uma posição defensável contra as teorias de exploração centradas no estado de Dühring e de outros pensadores. De fato, ele foi forçado a negar que a história da acumulação primitiva, "escrita em letras de sangue e fogo", desempenhou qualquer papel necessário que seja no surgimento do capitalismo. Então, para vencer as alegações de "manchesterismo coerente", Engels (e, por implicação, Marx) foi forçado a recuar da história eloquente, "escrita em letras de fogo e sangue", da acumulação primitiva no Volume I do *Capital*. Engels ressuscitou o mesmíssimo "conto de fadas burguês" que Marx tinha se esforçado tanto para exterminar.

Para se opor à tese da força de Dühring, Engels teve que recorrer a uma incrível massa de sofismas e *non sequiturs* - não completamente um crédito da posição de Engels, dada a absoluta excentricidade de Dühring. Em resposta ao exemplo de Robinson Crusóe de Dühring, em que Crusóe só poderia explorar Sexta-feira após escravizá-lo, Engels observou:

O exemplo infantil, especialmente escolhido por Herr Dühring a fim de provar que a força é "historicamente a coisa fundamental", portanto, prova que a força é apenas o meio e que o objetivo, pelo contrário, é a vantagem econômica. E "quanto mais fundamental" é o objetivo do que os meios usados para o assegurar, tanto mais fundamental na história é o lado econômico da relação do que o lado político.²⁰

Tantos espantelhos, tão pouco tempo! A reação inicial apropriada a isto é um ressonante

¹⁹ *Ibid.*, p. 151.

²⁰ *Ibid.*, p. 148.

"Hein?". É claro que o uso da força tem como objetivo o benefício do usuário - quem foi que negou isso? Quem, em sã consciência, alegaria que a exploração é motivada por pura Maldad, em vez de por ganho material? E, uma vez que, por definição, os meios são sempre subordinados aos fins, os fins são sempre mais fundamentais. O que isso tem a ver com a questão de se um meio em particular é necessário para um fim em particular? O ponto é que o objetivo da exploração econômica não pode ser realizado sem o meio da força. O fato de que a meta é a exploração não altera a dependência da exploração sobre a força.

A seguir, Engels apresentou sua grande tacada: a exploração forçosa de Sexta-feira pressupunha meios de produção econômicos pré-existentes!

No entanto, vamos voltar novamente a nossos dois homens. Crusoé, "espada em mãos", torna Sexta-feira seu escravo. Mas a fim de conseguir isto, Crusoé precisa de algo além de sua espada. Nem todo mundo pode fazer uso de um escravo. Para ser capaz de fazer uso de um escravo, deve-se possuir dois tipos de coisas: primeiro, os instrumentos e o material para o trabalho de seu escravo; e, segundo, os meios de simples subsistência para ele. Portanto, antes que a escravidão seja possível, um certo nível de produção deve já ter sido atingido e uma certa desigualdade de distribuição deve já ter aparecido...

...A subjugação de um homem para fazê-lo executar o trabalho servil, em todas as duas formas, pressupõe que o subjugador tem a sua disposição os instrumentos de trabalho com a ajuda dos quais, apenas, ele seja capaz de empregar a pessoa colocada em servidão e, no caso da escravidão, além disso, os meios de subsistência que o permitem manter seu escravo vivo. Em todos os casos, portanto, ela pressupõe a posse de uma certa quantidade de propriedade, acima da média. Como esta propriedade veio a existir? Em todo caso, está claro que ela pode, de fato, ter sido roubada e, portanto, pode ser baseada na força, mas que isto não é de maneira alguma necessário. Ela pode ter sido adquirida através do trabalho, ela pode ter sido roubada ou ela pode ter sido obtida através do comércio ou da fraude. De fato, ela deve ter sido obtida pelo trabalho antes que houvesse qualquer possibilidade de ser roubada.²¹

De fato, "como é que isso aconteceu?". De onde é que estes meio pré-existentes de trabalho e subsistência vieram? Ou eles são o resultado do roubo passado, em que a questão da força simplesmente regrediu mais um estágio; ou eles são o resultado da concentração passada de renda através de um mecanismo puro de mercado (uma coisa a ser demonstrada, não assumida); ou eles são o resultado da abstenção pelo capitalista, na pessoa de Robinson Crusoé. Se for uma das duas últimas, é notável que Engels esteja abandonando o processo original e violento de expropriação de Marx em favor do "conto de fadas" da acumulação pacífica tão querida dos "economistas políticos vulgares". Mas se Crusoé de fato acumulou os meios pré-existentes de produção e subsistência pela ação de seu trabalho sobre a natureza, esta suposição carrega certas implicações claras. Se Sexta-feira não for forçosamente privado de acesso similar aos bens naturais gratuitos da ilha (por exemplo, através da ação de Crusoé como senhorio absenteísta sobre todos os recursos naturais da ilha), Crusoé terá que oferecer a ele uma recompensa por seu trabalho, pelo

²¹ *Ibid.*, pp. 148-9.

menos igual ao provável retorno sobre o trabalho e o incômodo de Sexta-feira ao duplicar o progresso do trabalho e da abstenção de Crusoé. São a disponibilidade de alternativas e a ausência de compulsão que tornam a exploração impossível.

Quanto ao fato de que a os meios econômicos pré-existentes devem ter sido adquiridos através do trabalho de *alguém*, mais uma vez, e *daí*? Quem disse que a força *criava* a produção? Poder-se-ia igualmente dizer que a pré-existência de um organismo hospedeiro nega o princípio do parasitismo. E o próprio Engels admitiu que os meios econômicos *poderiam* estar nas mãos da classe dominante como resultado da força passada. Se os meios de produção sob seu controle podem, de fato, ser o resultado do roubo violento, o que acontece com a afirmação de Engels de que estes meios pré-existentes são um ponto revelador contra a teoria da força? Em todo o caso, é bastante consistente postular um processo em uma série de estágios, em que a acumulação progressiva de capital e a crescente exploração do trabalho são uma tendência sinérgica de reforço mútuo, com a força ainda como a causa primária da exploração. Em todo caso, os meios econômicos acumulados que tornam possível a exploração intensificada são o resultado do roubo passado. Como o teólogo Hindu disse sobre as tartarugas, é força sobre força até o fim.

Em ainda outro argumento que era completamente irrelevante, Engels fez muito dos pré-requisitos materiais da força. Aquela espada não caiu simplesmente de uma árvore, sabe:

...Crusoé escravizou Sexta-feira "espada em mãos". Onde ele conseguiu a espada? ...[A] força não é um mero ato de vontade, mas requer a existência de condições preliminares muito reais antes que possa entrar em operação, a saber, os instrumentos, o mais perfeito dos quais leva a melhor sobre os menos perfeitos; além disso..., estes instrumentos têm que ser produzidos, o que implica que o produtor dos instrumentos de força mais perfeitos... leva a melhor sobre o produtor dos instrumentos menos perfeitos e que, em suma, o triunfo da força é baseado na produção de armas, e esta, por sua vez, na produção em geral - portanto, no "poder econômico", na "situação econômica", nos meios materiais que a força tem a sua disposição.

...[E] então, mais uma vez, a força é condicionada pela situação econômica, que fornece os meios para o armamento e para a manutenção dos instrumentos da força.²²

Pela terceira vez, e daí? Engels ainda não mostrou que a exploração era inerente a um dado nível das forças produtivas, sem o uso da coerção. Ele precisava mostrar, não que o parasitismo depende da pré-existência de um organismo hospedeiro (dã!), mas que ele não pode ser realizado sem a força. Todo aumento na produtividade econômica criou oportunidades para o roubo através de um sistema de classes estatista; mas a mesma tecnologia produtiva sempre foi utilizável em maneiras não-exploratórias. O fato de que um dado tipo de parasitismo de classe pressupõe uma certa forma de tecnologia produtiva não altera o fato de que essa forma de tecnologia tem, potencialmente, aplicações tanto

²² *Ibid.*, p. 154.

libertárias quanto exploradoras, dependendo da natureza da sociedade que a adota.

Engels, ao fazer tais argumentos, parece estar ignorando a real tese de Dühring (e de Hodgskin e de Tucker) de que a exploração depende da força e, em vez disso, refutando uma tese de sua própria invenção: de que o desenvolvimento das forças produtivas depende da força. "*Se, de acordo com a teoria de Herr Dühring, a situação econômica e, com ela, a estrutura econômica de um dado país fossem dependentes simplesmente da força política...*"²³. "Ordem econômica" significa o *que*? Tecnologia produtiva ou o uso explorador dessa tecnologia? A teoria anarquista do estado é completamente diferente do que Engels parece implicar: ela mantém que o surgimento do estado é tornado possível quando o desenvolvimento das forças produtivas, através do livre trabalho das pessoas, atinge um ponto em que elas produzem um excedente suficiente para sustentar uma classe dominante.

Como já mostramos, as análises de Dobb e Meek acima imploram a questão da medida em que, de fato, as relações econômicas sob o capitalismo (mesmo no século XIX) têm sido governadas pela força e em que medida por trocas de mercado não coagidas. A distinção entre o regime moderno de "livre contrato" e as eras anteriores de exploração através de força bruta é mais aparente do que real.

Ao contrário dos libertários *mainstream* da direita, que tipicamente descrevem o capitalismo de estado do século XX como um afastamento de um poético século XIX "laissez-faire", Hodgskin e Tucker, entre outros, eram muito mais conscienciosos. Era precisamente o capitalismo do século XIX que Hodgskin e Tucker descreviam como um sistema estatista de privilégio. Embora os Estados Unidos estivessem bem no meio da revolução corporativa e as "melhorias internas" e subsídios para ferrovias fossem uma grande parte da vida econômica nacional na época em que Tucker escreveu, ele praticamente não lidou com essas questões. Os quatro privilégios que ele atacou - os monopólios sobre o dinheiro e a terra, as tarifas, e as patentes - tinham sido uma parte integral do capitalismo desde seus primórdios. Os últimos privilégios mencionados, as tarifas e as patentes, de fato desempenhavam uma parte importante na cartelização e na concentração da economia corporativa durante a última parte do século XIX. Mas Tucker negligenciou grandemente seus efeitos na estrutura geral do capitalismo. Então a crítica de Tucker do capitalismo como fundamentalmente estatista era quase completamente abstraída do capitalismo nascente da Era Dourada. O capitalismo que Tucker denunciava por seu estatismo era, antes, o próprio capitalismo que os libertários de direita convencionais hoje apontam como uma utopia de "livre mercado".

Além do capitalismo monopolista emergente do final do século XIX, a análise de Tucker similarmente ignorava as raízes estatistas do capitalismo no chamado processo de "acumulação primitiva". Embora Tucker tratasse o senhorio absenteísta existente como uma maneira da classe dos senhores de terra viver do trabalho de outras pessoas, ele ignorou os efeitos históricos da expropriação da terra em criar inicialmente a estrutura básica do capitalismo.

Em contraste com a confusão dos Marxistas quanto ao papel da coerção na

²³ *Ibid.*, p. 170.

exploração, então, nós procederemos a partir deste entendimento de que a força é essencial ao processo e que a história do estado tem sido uma história de intervenção nas relações voluntárias entre seres humanos a fim de beneficiar um às custas de outro. Este é o princípio orientador a partir do qual Thomas Hodgskin e os anarquistas individualistas Americanos começaram. Ao longo de toda a história, o estado tem sido um meio pelo qual as classes produtivas foram roubadas de sua produção a fim de sustentar uma classe dominante ociosa. Sem a intervenção estatal no mercado, a recompensa natural do trabalho seria o seu produto. É o estatismo que está na raiz de todas as características exploradoras do capitalismo. O capitalismo, na verdade, somente existe na medida em que os princípios da livre troca são violados. "Capitalismo de livre mercado" é um oxímoro.

Thomas Hodgskin, o maior dos socialistas Ricardianos, argumentava que a exploração do trabalho em seu tempo resultava dos privilégios legais dos capitalistas e senhorios. Seu princípio era uma versão mais radical do de Adam Smith de que, quando o governo empreende em regular as relações entre mestres e trabalhadores, ele tem os mestres como conselheiros.

As leis sendo feitas por outros que não o trabalhador e sendo sempre destinadas a preservar o poder daqueles que as fazem, seu objetivo maior e primeiro durante muitas eras foi, e ainda é, possibilitar que aqueles que não são trabalhadores se apropriem da riqueza para si mesmos. Em outras palavras, o grande objeto da lei e do governo têm sido, e é, estabelecer e proteger uma violação daquele direito natural de propriedade que, na teoria, se descreve que eles são destinados a garantir...

*Aqueles que fazem leis se apropriam da riqueza a fim de assegurar o poder. Todas as classes legislativas e todas as classes cujas posses dependem não da natureza, mas da lei, percebendo que apenas a lei garante e assegura suas posses e percebendo que o governo, como o instrumento para impor obediência à lei e, assim, para preservar seu poder e posses, é indispensável, se unem, cada uma e todas, de coração e alma, para apoiá-lo e, como o meio para apoiá-lo, para colocar à sua disposição uma grande parte da produção anual do trabalho...*²⁴

Hodgskin seguia Ricardo em entender o lucro e a renda como deduções de uma reserva de valor de troca criado pelo trabalho e, assim, o sustento dos capitalistas, dos senhorios e da igreja como inversamente relacionados aos salários do trabalho.

No presente, além do governo, da aristocracia e da igreja, a lei também protege, em uma certa medida, a propriedade do capitalista, de quem há mais dificuldade em falar corretamente do que do padre, porque o capitalista é muito frequentemente um trabalhador. O capitalista como tal, no entanto, seja ele um portador de ações da Índias Orientais ou de uma parte da dívida nacional, um descontador de duplicatas ou um comprador de anuidades, não tem direito natural algum à grande parte da produção anual que a lei lhe assegura. Há, às vezes, um conflito entre ele e o proprietário de terra, às vezes um alcança um triunfo e às vezes

²⁴ HODGSKIN, Thomas. *The Natural and Artificial Right of Property Contrasted*. London: B. Steil, 1832. p. 49.

o outro; ambos, no entanto, apoiam de bom grado o governo e a igreja; e ambos tomam partido contra o trabalhador para oprimi-lo; um prestando seu auxílio para impor as leis das associações, enquanto o outro apoia as leis da caça²⁵, e ambos impõem a cobrança de dízimos e da receita. Capitalistas em geral têm formado uma união muitíssimo íntima com os proprietários de terra e, exceto quando o interesse dessas classes se choca, como no caso das leis dos grãos²⁶, a lei é extremamente meticulosa em defender as reivindicações e as cobranças do capitalista.²⁷

O efeito dessas classes parasitas, ao viver da produção do trabalho, era empobrecer o povo, desencorajar a indústria e restringir melhorias.

Como estas pessoas [a grande massa das classes trabalhadoras] são muito diligentes e muito habilidosas, muito frugais e muito econômicas - já que seu trabalho paga impostos, dízimos, a renda e o lucro - não se pode nem por um momento duvidar... que a causa imediata e próxima de sua pobreza e destituição, ao ver o quanto elas trabalham e quantas pessoas o seu trabalho nutre em opulência, é a lei que se apropria de sua produção, na forma de receita, renda, dízimos e lucro.

Eu também passo pela maneira em que o direito legal de propriedade opera em restringir toda melhoria.... É, no entanto, evidente, que o trabalho que seria amplamente recompensado ao cultivar todas as nossas terras incultas, até que todo metro do país se tornasse como os jardins em torno de Londres, fosse toda a produção do trabalho nessas terras destinadas à recompensa do trabalhador, não pode obter delas uma suficiência para pagar o lucro, os dízimos, a renda e os impostos.²⁸

Hodgskin descartou de primeira a alegação de que o governo existia para assegurar o "bem-estar geral" ou para manter a "ordem social". A intrusão da coerção no domínio da troca voluntária, na verdade, *rompia* a ordem social natural.

O grande objetivo contemplado pelo legislador... era preservar seu próprio poder e o domínio da lei e, com essa visão, manter em posse da aristocracia fundiária e do clero e do governo toda a riqueza da sociedade....

Permita-me... observar que os pretextos que o legislador oferece, sobre preservar a ordem social e promover o bem público, não devem ser confundidos com seus reais objetivos... Se por ordem social ele quisesse dizer o grande esquema da produção social, da dependência mútua e do serviço mútuo, que cresce da divisão do trabalho, esse esquema, eu afirmarei audaciosamente, o legislador frequentemente viola, mas nunca promove - esse nasce das leis da existência do

²⁵ N. do T.: Em inglês, "Game Laws". Atos do parlamento inglês que proibiam ou regulamentavam a caça em certas áreas do reino. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Game_law

²⁶ N. do T.: Em inglês, "Corn Laws". Uma série de medidas protecionistas decretadas pelo parlamento inglês impondo tarifas à importação de grãos estrangeiros. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Corn_Laws

²⁷ *Ibid.*, p. 53.

²⁸ *Ibid.*, pp. 148-9.

*homem e precede todos os planos do legislador para regulá-lo ou preservá-lo.*²⁹

*A preservação do poder dos apropriadores injustos tem sido chamada de ordem social e a humanidade tem acreditado nessa asserção. Manter o seu domínio é o objetivo e a meta de toda a legislação humana.*³⁰

Embora seu trabalho tenha precedido o de Pareto e eles não usassem tais termos, os socialistas de livre mercado como Hodgskin e Tucker estavam bastante familiarizados com a substância do ótimo de Pareto e da transação de soma zero. Em uma ordem de troca livre e voluntária, todas as transações são mutualmente benéficas para ambas as partes. É apenas quando a força entra em cena que uma parte se beneficia às custas da outra. Na verdade, o uso da força necessariamente implica na exploração, uma vez que, por definição, a força é usada apenas para compelir uma parte ou a outra a fazer algo além daquilo que ela teria de outra forma feito, fosse ela livre para maximizar suas utilidades da maneira que lhe aprouvesse.

Benjamin Tucker escreveu sobre a coerção como o suporte fundamental do privilégio e da violência que o privilégio causava à harmonia natural de interesses.

Atualmente (perdoem o paradoxo!) a sociedade é fundamentalmente antissocial. Toda a assim chamada fibra social repousa sobre privilégio e poder e está desordenada e retorcida em todas as direções pelas desigualdades que necessariamente deles resultam. O bem-estar de cada um, em vez de contribuir para com aquele de todos, como naturalmente deveria e o faria, quase invariavelmente deprecia aquele de todos. Da riqueza é feito, através do privilégio legal, um anzol com o qual se furta dos bolsos do trabalho. Todo homem que fica rico, assim, torna seu vizinho pobre. Quanto melhor um está, tanto pior está o resto... O Déficit do trabalhador é precisamente igual ao Éficit do Capitalista.

*Ora, o Socialismo quer mudar tudo isso. O Socialismo diz que o que é a carne de um não mais deve ser o veneno do outro; que nenhum homem deve ser capaz de adicionar às suas riquezas exceto através do trabalho; que, ao adicionar às suas riquezas através do trabalho apenas, nenhum homem torna outro homem mais pobre; que, ao contrário, todo homem, assim adicionando às suas riquezas, torna todo outro homem mais rico; que o aumento e a concentração da riqueza através do trabalho tende a aumentar, baratear e diversificar a produção; que todo aumento de capital nas mãos do trabalhador tende, na ausência do monopólio legal, a pôr mais produtos, produtos melhores, produtos mais baratos e uma maior variedade de produtos dentro do alcance de todo homem que trabalha; e que este fato significa o aperfeiçoamento físico, mental e moral da humanidade e a concretização da fraternidade humana.*³¹

Esta linha de pensamento atingiu o desenvolvimento completo na obra de Franz

²⁹ *Ibid.*, p. 77.

³⁰ *Ibid.* p. 156.

³¹ TUCKER. Socialism: What It is. *Liberty*, 17 mai. 1884. In: _____. *Instead of a Book, By a Man Too Busy to Write One*, p. 361-2.

Oppenheimer. Oppenheimer se denominava um "socialista liberal": *"um socialista em que ele considera[va] o capitalismo como um sistema de exploração e a receita de capital como o ganho dessa exploração, mas um liberal em que ele acredita[va] na harmonia de um mercado genuinamente livre"*. Ao contrário de Marx, que não reconhecia qualquer papel legítimo para o monopólio em seu sistema teórico (que assumia o preço de custo), Oppenheimer culpava inteiramente pela exploração o monopólio e a troca desigual.³² O lucro era um rendimento de monopólio, resultante da troca desigual, revertido para a classe que controlava o acesso aos meios de produção.³³ Este controle se tornava possível apenas através do estado.

Oppenheimer contrastava "o Estado", pelo que ele queria dizer *"aquela soma de privilégios e posições dominantes que são trazidas à existência pelo poder extra-econômico"*, com a "Sociedade", que era *"a totalidade dos conceitos de todas as relações e instituições puramente naturais entre homem e homem..."*³⁴. Ele fazia uma distinção paralela entre os "meios econômicos" para a riqueza, isto é, *"o seu próprio trabalho e a troca equivalente de seu próprio trabalho pelo trabalho de outros"* e os "meios políticos": *"a apropriação não recompensada do trabalho de outros..."*³⁵. O estado era simplesmente a *"organização dos meios políticos"*³⁶. O estado existia para um propósito econômico, a exploração, que não poderia ser alcançado sem a força; mas ele pressupunha a pré-existência dos meios econômicos, que tinham sido criados pelo trabalho pacífico.³⁷

Oppenheimer criticava Marx por sua confusão em não distinguir propriamente entre propósitos econômicos e meios econômicos.

*No caso de um pensador da categoria de Karl Marx, pode-se observar que confusão é produzida quando o propósito econômico e os meios econômicos não são estritamente diferenciados. Todos esses erros, que no fim levaram a esplêndida teoria de Marx para tão longe da verdade, foram fundamentados na falta de diferenciação clara entre os meios da satisfação econômica das necessidades e os seus fins. Isto o levou a designar a escravidão como uma "categoria econômica" e a força como uma "força econômica" - meias verdades que são bem mais perigosas do que inverdades totais, uma vez que sua descoberta é mais difícil, e falsas conclusões a partir delas são inevitáveis.*³⁸

Já vimos, em nosso exame anterior do argumento de Engels em *Anti-Dühring*, um exemplo claro das conclusões falsas resultantes de tal confusão.

Os meios econômicos para a riqueza eram a produção e a troca voluntária. Os

³² HEIMANN, Eduard. Franz Oppenheimer's Economic Ideas. *Social Research*, New York, vol. 11, n. 1, pp. 27-39, fev. 1944. pp. 29, 33.

³³ OPPENHEIMER, Franz. A Post Mortem on Cambridge Economics, part III. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 3, n. 1, pp. 115-24, 1944. p. 117.

³⁴ OPPENHEIMER. *The State*. Tradução de John Gitterman. San Francisco: Fox & Wilkes, 1997. p. lvi.

³⁵ *Ibid.*, p. 14.

³⁶ *Ibid.*, p. 15.

³⁷ *Ibid.*, p. 15.

³⁸ *Ibid.*, p. 14.

meios políticos eram o roubo violento.³⁹ Ou, como Voltaire o definia, o estado era "um dispositivo para tirar dinheiro de um conjunto de bolsos e colocá-lo em outro"⁴⁰.

Esta teoria do estado como agente da exploração foi desenvolvida tanto por Albert J. Nock, quanto por Murray Rothbard. De acordo com Nock, um Georgista, o estado

*não se originou do comum entendimento e acordo da sociedade; ele se originou na conquista e no confisco. Sua intenção, longe de contemplar "a liberdade e a segurança", não contemplava nada do tipo. Contemplava primariamente a exploração econômica contínua de uma classe pela outra e se preocupava somente com tanta liberdade e segurança quanto fosse consistente com essa intenção primária.... Sua função ou exercício primário era... por via de inúmeras e onerosíssimas intervenções positivas, todas as quais eram pelo propósito de manter a estratificação da sociedade em uma classe proprietária e exploradora e uma classe dependente e sem propriedade.*⁴¹

*O testemunho positivo da história é que o Estado invariavelmente teve sua origem na conquista e no confisco.... Além disso, a única característica invariável do Estado é a exploração econômica de uma classe por outra. No mesmo sentido, todo Estado conhecido da história é um Estado de classe.*⁴²

Murray Rothbard, mais tarde, utilizou estes mesmos princípios em sua elaboração tentativa de teoria Misesiana, fazendo basicamente os mesmos pontos substantivos na linguagem da economia marginalista.

Qualquer troca no livre mercado, na verdade qualquer ação na livre sociedade, ocorre porque espera-se que ela beneficie cada parte envolvida... [N]ós podemos dizer que o livre mercado maximiza a utilidade social, uma vez que todo mundo ganha em utilidade a partir de suas livres ações.

A intervenção coerciva, por outro lado, significa, por si mesma, que o indivíduo ou os indivíduos coagidos não teriam feito voluntariamente o que eles estão agora sendo forçados a fazer pelo interventor. A pessoa que está sendo coagida... está tendo suas ações alteradas pela ameaça de violência. O homem sendo coagido, portanto, sempre perde em utilidade como resultado da intervenção...

*Em contraste com o livre mercado, portanto, todos os casos de intervenção fornecem a um conjunto de homens ganhos às custas de outro conjunto.*⁴³

Esta última não era simplesmente algo que o estado às vezes fazia, um efeito colateral de má política a ser retificada pelo "bom governo" ou pela "reforma" política. Ela

³⁹ *Ibid.*, p. 14.

⁴⁰ NOCK, Albert Jay. *Our Enemy, the State*. Delavan, Wisconsin: Hallberg Publishing, 1983. p. 74.

⁴¹ *Ibid.*, p. 37.

⁴² *Ibid.*, p. 40.

⁴³ ROTHBARD, Murray. *Man, Economy and State: A Treatise on Economic Principles*. Auburn University, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1993. pp. 768-9.

era a característica definidora do governo.

Rothbard desdenhosamente descartou a crença, especialmente comum desde que a democracia se tornou a ideologia legitimadora dominante na maioria das sociedades, de que o estado é simplesmente uma expressão do "interesse da 'sociedade'".

O Estado é quase universalmente considerado uma instituição de serviço social. Alguns teóricos veneram o Estado como a apoteose da sociedade; outros o consideram como uma organização amigável, embora frequentemente ineficiente, para atingir fins sociais; mas quase todos o consideram como um meio necessário para atingir os objetivos da humanidade, um meio para ser alistado contra o "setor privado" e frequentemente ganhando nesta competição de recursos. Com o surgimento da democracia, a identificação do Estado com a sociedade tem sido redobrada, ao ponto em que é comum ouvir sentimentos expressos que violam virtualmente todo o princípio da razão e do senso comum: tais como "nós somos o governo". O útil termo coletivo "nós" permitiu que uma camuflagem ideológica fosse jogada sobre a realidade da vida política. Se "nós somos o governo", então qualquer coisa que um governo faça a um indivíduo não é apenas justo e tirânico [sic]; é também "voluntário" da parte do indivíduo envolvido. Se o governo incorreu em uma enorme dívida pública que deve ser paga taxando um grupo em benefício de outro, esta realidade do ônus é obscurecida ao dizer que "nós devemos a nós mesmos"...

Devemos, portanto, enfatizar que "nós" não somos o governo; o governo não somos "nós". O governo não "representa a maioria das pessoas" em qualquer sentido preciso, mas mesmo que o fizesse, mesmo se 70 por cento das pessoas decidisse matar os 30 por cento restantes, isto ainda seria assassinato e não seria um suicídio voluntário da parte da minoria chacinada. Nenhuma metáfora organicista, nenhum clichê⁴⁴ irrelevante de que "somos todos parte um do outro" deve ter permissão para obscurecer este fato básico.

Se, então, o Estado não somos "nós" e se ele não é "a família humana" se reunindo para resolver problemas mútuos, se ele não é uma reunião maçônica ou um clube de campo, o que ele é? Resumidamente, o Estado é aquela organização na sociedade que tenta manter um monopólio do uso da força e da violência em uma dada área territorial; em particular, é a única organização na sociedade que obtém sua receita não pela contribuição voluntária ou pelo pagamento por serviços prestados, mas pela coerção.⁴⁵

O principal ato de coerção pelo qual o estado explora o trabalho, como a nossa escola socialista de livre mercado o tem entendido, é restringindo, em nome de uma classe dominante, o acesso das classes trabalhadoras aos meios de produção. Ao estabelecer tais barreiras, a classe dominante é capaz de cobrar tributo, na forma de trabalho não pago,

⁴⁴ N. do T.: "bromide" no original, significando uma frase utilizada repetidamente como um tranquilizador, da mesma maneira que sais de brometo costumavam ser utilizados na medicina. Vide: [http://en.wikipedia.org/wiki/Bromide_\(language\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Bromide_(language))

⁴⁵ ROTHBARD. The Anatomy of the State. *Rampart Journal of Individualist Thought* vol. 1, n. 2, verão 1965. Reimpresso pela Libertarian Alliance. Disponível em: <<http://www.la-articles.org.uk/rothbard.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2016. pp. 1-2.

para permitir o acesso em seus próprios termos. É apenas por causa da separação, imposta pelo estado, entre o trabalho e os meios de produção que o trabalho adquire o hábito perverso de pensar não sobre o trabalho como uma atividade criativa realizada pelo trabalhador com o auxílio de pré-requisitos materiais da produção, mas de um *emprego* que a ele é *dado*. O trabalho não é algo que se faz; é um benefício concedido pela classe dominante, por sua benevolência.

*Nossos recursos naturais, embora muito esgotados, ainda são vastos; nossa população é muito escassa, estando em algo como vinte ou vinte e cinco por milha quadrada; e alguns milhões dessa população estão no momento "desempregados" e igualmente assim se mantêm porque ninguém pode ou vai "dar trabalho a eles". O ponto não é que os homens geralmente se submetem a este estado de coisas ou que eles o aceitem como inevitável, mas que eles não enxergam nada irregular ou anômalo quanto a ele, por causa de sua ideia fixa de que o trabalho é algo a ser dado.*⁴⁶

Nos capítulos desta seção, prosseguiremos à luz da suposição socialista de livre mercado de que a exploração é impossível sem a força e tentaremos demonstrar a medida de tal força no "capitalismo atualmente existente". Os socialistas de livre mercado nas tradições hodgskiniana e individualista contendem que o capitalismo tem sido um afastamento radical dos princípios de um mercado genuinamente livre, desde os seus primórdios. Os capítulos seguintes demonstrarão as maneiras em que o estado tem intervindo na economia desde os primeiros passos do capitalismo. Começaremos com o processo de acumulação primitiva, largamente negligenciado por Tucker, através do qual as classes trabalhadoras do mundo foram extorquidas de sua propriedade legítima dos meios de produção e através do qual os meios coercivos do estado foram usados para manter o controle social sobre esta população. Continuaremos com as características estatistas do assim chamado capitalismo "laissez-faire" do século XIX. Prosseguiremos para estudar a vasta expansão da intervenção estatal do final do século XIX em diante. Finalmente, examinaremos as contradições internas criadas por esta intervenção estatal no livre mercado e as resultantes crises do capitalismo de estado.

⁴⁶ NOCK. *Our Enemy, the State*, p. 82 (nota).

Capítulo Quatro--Acumulação Primitiva e a Ascensão do Capitalismo

Introdução

Na Introdução à Parte Dois, nos referimos ao "conto de fadas" da acumulação primitiva, que há muito tem servido aos capitalistas como mito legitimador. Na verdade, os apologistas capitalistas raramente sequer abordam a questão, se puderem evitá-la. Mais frequentemente, eles tomam a distribuição de propriedade e poder econômico existente como um dado. Sua linha de argumentação mais emburrecida, tipicamente, simplesmente começa com o fato incontestado de que apenas ocorre de algumas pessoas possuírem os meios de produção e de que outras precisam de acesso a estes meios e de adiantamentos para viver enquanto trabalham. Disso se segue que, se os donos do capital forem bondosos o suficiente para "fornecer" este "fator de produção" para o uso do trabalho, eles têm direito a uma recompensa justa por seu "serviço" ou "abstinência".

A inadequação desta abordagem deveria ser clara, mesmo a partir da consideração mais precipitada. Um apologista do socialismo de estado poderia com a mesma facilidade dizer a um defensor do livre mercado, em uma economia estatal, que ele não teria um emprego se o estado não o "fornecesse". Um apologista da economia senhorial poderia igualmente admoestar o camponês ingrato que todo seu trabalho não lhe valeria de nada sem o acesso à terra que o senhor feudal graciosamente "forneceu". A pergunta permanece: como aqueles que controlam o acesso aos meios de produção vieram a estar nesta posição? Como Oppenheimer apontou em sua crítica a Marshall, nenhuma discussão das leis que governam a distribuição do produto pode ser significativa sem primeiro considerar a "*distribuição original dos agentes (fatores) de produção...*"¹.

Na medida em que são forçados a abordar esta questão de algum modo, os apologistas capitalistas recorrem ao supramencionado conto de fadas, pelo qual a divisão de classes existente surgiu naturalmente a partir de um "*estado original de igualdade, ...a partir de nenhuma outra causa além do exercício das virtudes econômicas da diligência, da frugalidade e da parcimônia*". Não há, neste processo, "*nenhuma implicação... de qualquer poder extra-econômico*"².

Como Marx resumiu, a lenda da acumulação primitiva foi um tipo de variação sobre a fábula da formiga e da cigarra:

Em longínquos tempos passados haviam dois tipos de pessoas: um, a diligente, inteligente e, acima de tudo, frugal elite; o outro, malandros preguiçosos, gastando seus bens e, mais, numa vida devassa.... Assim, sucedeu-se de que o primeiro tipo acumulou riqueza e o último tipo finalmente não teve nada mais para vender exceto

¹ OPPENHEIMER, Franz. A Post Mortem on Cambridge Economics, part II. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 2, n. 4, pp. 533-41, 1943. p. 533.

² OPPENHEIMER. *The State*. Tradução de John Gitterman. San Francisco: Fox & Wilkes, 1997. pp. li-lii.

*suas próprias peles. E deste pecado original data a pobreza da grande maioria que, apesar de todo seu trabalho, até agora não tem nada para vender além de si mesma, e a riqueza de alguns, que aumenta constantemente, embora eles tenham há muito parado de trabalhar. Tal infantilidade insípida é pregada a nós todo dia em defesa da propriedade.... Na história real, é notório que a conquista, a escravização, o roubo, o assassinato, em suma, a força desempenha a grande parte.*³

Talvez Engels devesse ter intitulado sua obra *Anti-Marx*, em vez de *Anti-Dühring*.

Oppenheimer também recontou esta fábula edificante, em linguagem bastante similar àquela de Marx. Uma vez, no entanto, que Oppenheimer era um socialista de livre mercado como Hodgskin e Tucker, ele não corria (ao contrário de Marx e Engels) nenhum risco de um constrangimento subsequente quanto às implicações de se rejeitar o conto de fadas burguês.

*Em algum lugar, em algum país de grande extensão e fértil, um certo número de homens livres, de igual status, formam uma união para proteção mútua. Gradualmente eles se diferenciam em classes de propriedade. Aqueles melhores dotados de força, sabedoria, capacidade de poupar, diligência e cautela, lentamente adquirem uma quantidade básica de propriedade imóvel e móvel; enquanto os estúpidos e menos eficientes e aqueles dados à negligência e ao desperdício permanecem sem posses. Os prósperos emprestam sua propriedade produtiva aos menos prósperos em troca de um tributo, seja a renda fundiária ou o lucro, e se tornam assim continuamente mais ricos, enquanto os outros sempre permanecem pobres... O estado primitivo de companheiros livres e iguais se torna um Estado de classe, através de uma inerente lei de desenvolvimento, porque em toda massa de homens concebível existem, como pode prontamente ser visto, fortes e fracos, inteligentes e tolos, cautelosos e esbanjadores.*⁴

Este mito ahistórico sobreviveu ao século XX, e ainda está vivo e bem - pelo menos enquanto ele não for contestado pelos historicamente letrados. Ele foi exposto por Mises em *Human Action*:

*Os donos de fábricas não tinham o poder de compelir ninguém a aceitar um emprego na fábrica. Eles podiam apenas contratar as pessoas que estivessem prontas para trabalhar pelos salários oferecidos a elas. Baixas como fossem estas taxas salariais, elas ainda assim eram muito mais do que estes pobres poderiam ganhar em qualquer outro campo aberto a eles.*⁵

Ele pode ser ilustrado por um número qualquer de artigos clichê em *The Freeman: Ideas on Liberty* derrubando o "mito" dos moinhos satânicos sombrios ou das fábricas de suor do Terceiro Mundo, com o fundamento de que os trabalhadores os achavam preferíveis às "alternativas disponíveis":

³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Capital* vol. 1, 1st English ed. (1887). In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. (New York: International Publishers, 1996). v. 35. pp. 704-5.

⁴ OPPENHEIMER. *The State*, pp. 5-6.

⁵ MISES, Ludwig von. *Human Action*. Chicago: Regnery, 1949, 1963, 1966. pp. 619-20.

Mas os trabalhadores Equatorianos "com baixos salários, sem sindicato" estão melhores agora trabalhando para alguma corporação estrangeira? Aparentemente eles acham que sim ou então eles teriam ficado com o que estavam fazendo anteriormente. (Você deixaria seu trabalho por um com menor remuneração e piores condições?) [LOBERFELD, Barry. *A Race to the Bottom*. jul. 2001.]

As pessoas fazem fila na China, na Indonésia e na Malásia quando as multinacionais Americanas abrem uma fábrica. E isso é porque, mesmo embora os salários sejam baixos para os padrões Americanos, os empregos criados por essas firmas Americanas são frequentemente alguns dos melhores empregos nessas economias. [ROBERTS, Russell. *The Pursuit of Happiness: Does Trade Exploit the Poorest of the Poor?* set. 2001.]

O que a Revolução Industrial tornou possível, então, foi que estas pessoas, que não tinham nada mais a oferecer ao mercado, fossem capazes de vender seu trabalho aos capitalistas em troca de salários. É por isso que elas ao menos foram capazes de viver... Como Mises argumenta, o próprio fato de que as pessoas aceitaram empregos nas fábricas em primeiro lugar indica que estes empregos, desagradáveis quanto o sejam para nós, representavam a melhor oportunidade que eles tinham. [WOODS JR, Thomas E. *A Myth Shattered: Mises, Hayek, and the Industrial Revolution*. nov. 2001.]

Nos Estados Unidos do século XIX, o ativismo anti-fábricas de suor estava focado em instalações de produção domésticas que empregavam homens, mulheres e crianças imigrantes pobres. Embora as condições fossem horrendas, elas forneciam um meio para muitas das pessoas menos capacitadas do país ganharem a vida. Tipicamente, aqueles que trabalhavam lá o faziam porque era sua melhor oportunidade, dadas as escolhas disponíveis...

É verdade que os salários recebidos pelos trabalhadores nas nações em desenvolvimento são escandalosamente baixos se comparados aos salários Americanos e suas condições de trabalho vão contra as sensibilidades do Ocidente rico e industrializado. No entanto, eu tenho visto como as oportunidades estrangeiras são normalmente melhores do que as alternativas locais caso após caso, da América Central ao Sudeste Asiático. [SPATH, Stephan. *The Virtues of Sweatshops*. mar. 2002.]

O conto de fadas foi recontado recentemente por Radley Balko, que se referiu às fábricas de suor do Terceiro Mundo como "*a melhor de uma série de opções de emprego ruins disponíveis*" para os trabalhadores de lá.⁶ Dentro de poucos dias, esta peça foi novamente circulada pela blogosfera de "livre mercado" [sic], juntamente com numerosos comentários no sentido de que "*as fábricas de suor são bem superiores às próximas melhores opções*

⁶ BALKO, Radley. *Third World Workers Need Western Jobs*, *Fox News*, 6 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.foxnews.com/story/0,2933,119125,00.html>>. Acesso em: 6 mai. 2004.

dos trabalhadores de terceiro mundo..." ou em algum sentido similar.⁷

Esta escola de libertarianismo inscreveu em sua bandeira a palavra de ordem reacionária: "Os pobrezinhos dos chefes precisam de toda ajuda que conseguirem". Para toda questão imaginável de política, os mocinhos e vilões podem ser preditos com facilidade, simplesmente invertendo o lema da Revolução dos Bichos: "Duas patas bom, quatro patas maaaaau". Em todos os casos, os mocinhos, a vítimas sacrificiais do Estado Progressista, são os ricos e poderosos. Os vilões são o consumidor e o trabalhador, agindo para se enriquecerem a partir do tesouro público. Como um dos exemplos mais egrégios desta tendência, considere a caracterização de Ayn Rand das grandes empresas como uma "minoría oprimida" e do Complexo Militar-Industrial como um "mito ou pior".

A sociedade de "livre mercado" ideal de tais pessoas, parece, é simplesmente o capitalismo atualmente existente, menos o estado regulamentador e de bem-estar: uma versão hipertireoidica do capitalismo de barão gatuno do século XIX, possivelmente; ou melhor ainda, uma sociedade "reformada" por gente como Pinochet, o Dionísio para quem Milton Friedman e os Chicago Boys foram Aristóteles.

Os libertários vulgares apologistas do capitalismo usam o termo "livre mercado" em um sentido equívoco: eles parecem ter problemas para lembrar, de um momento para o outro, se eles estão defendendo o capitalismo atualmente existente ou os princípios de livre mercado. Assim nós temos o artigo padrão clichê em *The Freeman* argumentando que os ricos não podem ficar ricos às custas dos pobres, porque "não é assim que o livre mercado funciona" - implicitamente assumindo que isto é um livre mercado. Quando cutucados, eles admitirão de má vontade que o presente sistema não é um livre mercado e que inclui uma grande quantidade de intervenção estatal em nome dos ricos. Mas tão logo eles pensem que podem se safar, eles voltam rapidamente a defender a riqueza das corporações existentes com base nos "princípios de livre mercado".

O mito capitalista da acumulação primitiva não pode resistir nem à lógica, nem à evidência da história; pelos dois juntos, ele foi esmagado sem possibilidade de recuperação. Oppenheimer demonstrou a impossibilidade de tal acumulação primitiva através de meios pacíficos. A exploração não poderia ter surgido em uma sociedade livre, através do funcionamento do mercado apenas.

A prova é como se segue: Todos os professores da lei natural, etc. têm declarado unanimemente que a diferenciação em classes receptoras de renda e classes sem propriedade só pode ocorrer quando todas as terras férteis tiverem sido ocupadas. Por tanto tempo quanto o homem tenha ampla oportunidade de ocupar terra desocupada, "ninguém", diz Turgot, "pensaria em entrar ao serviço de outro"; podemos adicionar, "pelo menos por salários que não estão aptos a serem maiores do que os proventos de um camponês independente trabalhando em uma propriedade não hipotecada e suficientemente grande"; ao passo que a hipoteca não é possível enquanto a terra ainda for livre para o trabalho ou ocupação, tão livre quanto o ar e a água...

⁷ CARDEN, William. "Sweatshops". *Mises Wire*, 6 mai. 2004. Disponível em: <<https://mises.org/blog/sweatshops>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

*Os filósofos da lei natural, então, assumiam que a completa ocupação da terra deve ter ocorrido bastante cedo, por causa do crescimento natural de uma população originalmente pequena. Eles tinham a impressão de que, em seu tempo, no século XVIII, ela havia ocorrido muitos séculos antes e ingenuamente deduziram o agrupamento de classe existente a partir das supostas condições daquele ponto no tempo há muito passado.*⁸

Mas, em análise, Oppenheimer apontou, a terra não poderia ter sido ocupada por meios naturais e econômicos. Mesmo no século XX, e mesmo no Velho Mundo, a população não era suficiente para pôr toda a terra arável em cultivo.⁹

*Se, portanto, causas puramente econômicas devem, em algum momento, acarretar a diferenciação em classes através do crescimento de uma classe trabalhadora sem propriedade, o momento ainda não chegou; e o ponto crítico em que a propriedade da terra causará a escassez natural está lançado num futuro sombrio - se de fato ele jamais puder chegar.*¹⁰

A terra havia, de fato, sido "ocupada" - mas não através dos meios econômicos da apropriação individual pelo cultivo. Ela tinha sido *politicamente* ocupada por uma classe dominante, agindo através do estado.

*Na realidade, ...durante os últimos séculos, em todas as partes do mundo, temos tido um Estado de classe, com classes possuidoras no topo e uma classe trabalhadora sem propriedades embaixo, mesmo quando a população era muito menos densa do que é hoje. Ora, é verdade que o Estado de classe só pode surgir onde toda a área cultivável tenha sido completamente ocupada; e uma vez que eu mostrei que, mesmo no presente momento, nem todo o solo está ocupado economicamente, isto deve significar que ele tem sido ocupado politicamente. Uma vez que a terra não poderia ter adquirido "escassez natural", a escassez deve ter sido "legal". Isto significa que a terra tem sido apropriada por uma classe dominante contra sua classe oprimida e o assentamento impedido.*¹¹

Determinar isto não depende, de maneira alguma, simplesmente de tais argumentos dedutivos. A preempção política da terra é um fato da história. Os fatos básicos, muito além de controvérsias sérias, estão acessíveis em um amplo corpo de trabalhos secundários de historiadores radicais tais como J. L. e Barbara Hammond, E. G. Hobsbawm e E. P. Thompson.

O capitalismo, surgindo como uma nova sociedade de classe diretamente a partir da velha sociedade de classe da Idade Média, foi fundado sobre um ato de roubo tão massivo quanto a anterior conquista feudal da terra. Ele tem sido sustentado até o presente pela contínua intervenção estatal para proteger seu sistema de privilégio, sem a qual sua

⁸ OPPENHEIMER. *The State*, p. 6.

⁹ *Ibid.*, pp. 7-8.

¹⁰ *Ibid.*, p. 8.

¹¹ *Ibid.*

sobrevivência é inimaginável. A atual estrutura da propriedade de capital e da organização da produção em nossa chamada economia "de mercado" reflete a anterior intervenção coercitiva do estado e alheia ao mercado. Desde o início da revolução industrial, o que é nostalgicamente chamado de "laissez-faire" foi, na verdade, um sistema de contínua intervenção estatal para subsidiar a acumulação, garantir o privilégio e manter a disciplina do trabalho.

Adequadamente, o maior subsídio para o capitalismo corporativo moderno é o subsídio da história, através do qual o capital foi originalmente acumulado em algumas poucas mãos e o trabalho foi privado de acesso aos meios de produção e forçado a se vender nos termos do comprador. O atual sistema de propriedade concentrada de capital e de organização corporativa em larga escala é o beneficiário direto dessa estrutura original de poder e propriedade, que tem se perpetuado ao longo dos séculos.

A. A Expropriação da Terra no Velho Mundo

O termo "capitalismo" é usado normalmente, especialmente na direita libertária, para se referir simplesmente a um sistema econômico baseado primariamente em mercados e na propriedade privada. Não há nenhum mal nisto; muitos libertários intelectualmente honestos (por exemplo, os nockianos e os rothbardianos de esquerda) distinguem claramente entre seu "capitalismo de livre mercado" (muito do qual é compatível com o socialismo de livre mercado de Benjamin Tucker) e o "capitalismo realmente existente" da economia corporativa de hoje. Mas esse não é o significado de capitalismo, da forma em que os socialistas clássicos usavam a palavra. Como já vimos, Thomas Hodgskin usava o termo "capitalismo" para se referir não a um livre mercado, mas a um sistema estatista de domínio de classe em que os donos do capital eram privilegiados de uma maneira análoga ao status dos senhores de terra sob o feudalismo. Para Marx, mercados livres e a propriedade privada não eram condições suficientes do capitalismo. Por exemplo, um sistema econômico em que artesãos e camponeses possuísem seus meios de produção e trocassem seus produtos de trabalho em um livre mercado não seria "capitalismo". Capitalismo era um sistema em que os mercados e a propriedade privada não apenas existissem, mas em que os trabalhadores não possuísem os meios de produção e fossem forçados a, em vez disso, vender seu trabalho por salários.

Para que o capitalismo como o conhecemos acontecesse, foi essencial, em primeiro lugar, que o trabalho fosse separado da propriedade. Marxianos e outros economistas radicais normalmente se referem ao processo como "acumulação primitiva"¹²:

Por si mesmos, o dinheiro e as mercadorias não são capital, tampouco os meios de produção e de subsistência. Eles carecem da transformação em capital.

¹² O termo "acumulação primitiva" (ou "acumulação original") foi originalmente usado pelos economistas clássicos em referência ao processo pelo qual, nas brumas do tempo, o capital havia sido originalmente acumulado por uma classe proprietária distinta dos trabalhadores (a "acumulação de estoque" de Adam Smith); assumia-se que ele havia sido o resultado do sucesso no mercado. Marx usou o termo ironicamente, virando-o de ponta cabeça. O termo, sucintamente, se referia a "uma acumulação que não era resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida". MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 704.

*Mas esta mesma transformação só pode se suceder em certas circunstâncias que se centrem nisto, a saber, que dois tipos muito diferentes de possuidores de mercadorias devem se pôr frente a frente e entrar em contato, de um lado proprietários de dinheiro, de meios de produção e de subsistência...; do outro lado trabalhadores livres, os vendedores da própria força de trabalho e por isso vendedores de trabalho... O sistema capitalista pressupõe a completa separação entre os trabalhadores e toda a propriedade dos meios pelos quais eles podem realizar seu trabalho... O processo, portanto, que abre o caminho para o sistema capitalista não pode ser outro que não o processo que tira do trabalhador a propriedade de seus próprios meios de produção... A chamada acumulação primitiva, portanto, nada é senão o processo histórico de divórcio de produtor e meios de produção...*¹³

Este processo não aconteceu naturalmente. "...A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, homens que não possuem nada além de suas próprias forças de trabalho.... Isto é, claramente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da extinção de toda uma série de formas mais antigas da produção social"¹⁴. Os meios pelos quais ele realmente aconteceu foram descritos por Marx, na que talvez seja a passagem mais eloquente de todo o corpo de sua obra:

*...[E]stes homens recém-libertos se tornaram vendedores de si apenas depois de terem sido roubados todos os seus meios de produção e todas as garantias da sua existência proporcionadas pelas velhas instituições feudais. E a história disto, de sua expropriação, está inscrita nos anais da humanidade com letras de sangue e fogo.*¹⁵

Isto foi provocado pela expropriação da terra "à qual [o camponês] tinha o mesmo título de direito feudal que próprio senhor, e pela usurpação das terras comunais"¹⁶. Embora alguma forma de roubo violento tenha se sucedido em todo país da Europa, focamos na Inglaterra como o caso mais relevante às origens do capitalismo industrial.

Para compreender a enormidade e a perversidade do processo, deve-se entender que os direitos da nobreza à terra sob a economia senhorial eram completamente uma ficção legal feudal derivada da conquista. Os camponeses que cultivavam a terra da Inglaterra em 1650 eram descendentes daqueles que a haviam ocupado desde de tempos imemoriais. Por qualquer padrão de moralidade normalmente aceito, ela era sua propriedade em todos os sentidos da palavra. Os exércitos de William, o Conquistador¹⁷,

¹³ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, pp. 705-6.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 179-80.

¹⁵ *Ibid.*, p. 706.

¹⁶ *Ibid.*, p. 709.

¹⁷ Nota do Tradutor: William I da Inglaterra, dito o Conquistador (William the Conqueror), também conhecido William II da Normandia, foi o primeiro rei normando da Inglaterra, do Natal de 1066 até a sua morte. Pressionando sua reivindicação à coroa inglesa, Guilherme invadiu a Inglaterra em 1066, conduzindo um exército de normandos, bretões, flamengos e franceses (de Paris e Île-de-France) à vitória sobre as forças inglesas do rei Harold II de Inglaterra na batalha de Hastings. Além disso, ele também suprimiu revoltas inglesas subsequentes. Essa sequência de eventos ficou conhecida como conquista normanda da Inglaterra. Seu reinado, que trouxe a cultura normando-francesa à Inglaterra,

por nenhum outro direito além da força, compelira estes proprietários camponeses a pagar aluguel em sua própria terra.

J. L. e Barbara Hammond tratavam a vila do século XVI e o sistema de campo aberto como sobreviventes da sociedade camponesa livre dos tempos Anglo-Saxões, com o senhorio sobreposto a eles. A classe senhorial via os direitos que ainda sobreviviam dos camponeses como um obstáculo ao progresso e à agricultura eficiente; uma revolução em seu próprio poder era uma maneira de quebrar a resistência camponesa. Consequentemente, a comunidade agrícola foi "*feita em pedaços... e reconstruída da maneira em que um ditador reconstrói um governo livre*"¹⁸.

A primeira expropriação em massa, equivalente a aproximadamente um quinto da terra arável da Inglaterra, foi o confisco dos Tudor¹⁹ da terra monástica e a subsequente distribuição dela entre os nobres favoritos. Isto foi um golpe contra as classes trabalhadoras de duas maneiras: primeiro porque muitos dos inquilinos da Igreja foram expulsos durante o subsequente processo de cercamento; e, segundo, porque a renda daquela terra tinha sido a maior fonte de auxílio aos pobres.

*A supressão dos monastérios, etc. lançou seus ocupantes no proletariado. As propriedades da igreja foram em grande parte doadas a gananciosos favoritos reais ou vendidas a preço nominal para fazendeiros e cidadãos especuladores que expulsaram, em massa, os sublocatários hereditários e juntaram suas terras em uma só.*²⁰

Os homens do rei, que devoraram a antiga propriedade dos monastérios, tiveram poucos escrúpulos sobre como tratavam seus novos inquilinos. De acordo com R. H.

influenciou o curso subsequente da Inglaterra na Idade Média. Os detalhes desta influência e a extensão das mudanças têm sido debatidos por acadêmicos por séculos. Além da óbvia mudança de governante, seu reinado também observou um programa de construção e fortificação, mudanças na língua inglesa, mudanças nos altos níveis da sociedade e da igreja, e a adoção de alguns aspectos da reforma da igreja continental. Vide: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_I_de_Inglaterra. Acessado em: 24 mai. 2016.

¹⁸ HAMMOND, J. L.; HAMMOND, Barbara. *The Village Labourer (1760-1832)*. London: Longmans, Green & Co., 1913. pp. 27-8, 35-6.

¹⁹ N. do T.: A dinastia Tudor ou Casa de Tudor foi uma casa real de origem Galesa descendente de Rhys ap Tewdwr, o último "rei dos Bretões", que governou o Reino da Inglaterra e seus domínios de 1485 até 1603. Seu primeiro monarca foi Henry VII, um descendente por parte de sua mãe de um ramo legitimado da casa real inglesa de Lancaster. A família Tudor subiu ao poder na esteira da Guerra das Rosas, que extinguiu a Casa de Lancaster, de quem os Tudors eram aliados. Henrique Tudor foi capaz de se estabelecer como um candidato não apenas para os tradicionais partidários Lancastrianos, mas também para os partidários descontentes da rival Casa de York, e tomou o trono em batalha, se tornando Henrique VII. Sua vitória foi reforçada pelo seu casamento com Elizabeth de York, simbolicamente unindo as antes beligerantes facções sob uma nova dinastia. Os Tudors estenderam seu poder além da Inglaterra moderna, realizando a completa união da Inglaterra com o Principado de Gales em 1542 e afirmando com sucesso a autoridade inglesa sob o Reino da Irlanda. No total, cinco monarcas Tudor governaram seus domínios por mais de um século. Henry VIII da Inglaterra foi o único herdeiro homem por linhagem masculina de Henrique VII a viver até a maturidade. Questões em torno da sucessão Real (incluindo o casamento e os direitos sucessórios das mulheres) se tornaram grandes temas políticos durante a era Tudor. A Casa de Stuart subiu ao poder em 1603 quando a linhagem Tudor se extinguiu, já que Elizabete I morreu sem filhos. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/House_of_Tudor. Acessado em: 24 mai. 2016.

²⁰ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 711.

Tawney,

Aluguéis extorsivos, despejos e as conversões de terras aráveis em pastos foram o resultado natural, pois os agrimensores aumentavam os valores a cada transferência e, a menos que o último comprador espremesse seus inquilinos, a transação não compensaria.

Por que, afinal, um senhorio deveria ser mais melindroso do que a Coroa? "Vós não sabeis", disse o donatário de um dos feudos de Sussex do monastério de Sião, em resposta a alguns camponeses que protestavam contra a apreensão de suas terras comuns, "que a graça do Rei derrubou todas as casas de monges, frades e freiras? Portanto, agora chegou o momento em que nós cavalheiros derrubaremos as casas de tão pobres patifes como vós sois".

Entre as vítimas, como casos ilustrativos, estavam os habitantes da vila cercada pela família Herbert para construir o parque em Washerne e os inquilinos de Whitby, cujos aluguéis anuais foram aumentados de £29 para £64.²¹

A expropriação da Igreja destruiu o sistema de financiamento da principal fonte do apoio de caridade para os pobres e incapacitados. O estado dos Tudor preencheu o vácuo com suas Leis dos Pobres²². O efeito foi como se, no mundo moderno, o estado tivesse expropriado as principais propriedades e títulos das fundações de caridade e as entregue para corporações da Fortune 500; e então criado um sistema de bem-estar às custas do pagador de impostos, com controles incomparavelmente mais draconianos sobre os pobres.²³

Ainda outra forma de expropriação foi o cercamento das terras comuns - à qual, novamente, os camponeses tinham, comunitariamente, um direito de propriedade tão absoluto quanto qualquer outro defendido pelos partidários dos "direitos de propriedade" atuais. Os cercamentos ocorreram em duas grandes ondas: a primeira, que se tornou um poderoso surto sob os Tudors e reduziu-se a uma goteira sob os Stuarts, foi o cercamento da terra para pastos de ovinos. A segunda, que consideraremos posteriormente, foi o cercamento dos campos abertos para a agricultura capitalista de larga escala.

A escala geral das expropriações foi bastante massiva. O número de inquilinos despojados após a dissolução dos monastérios foi de 50.000. A área cercada entre 1455 e

²¹ TAWNEY, R. H. *Religion and the Rise of Capitalism*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1926. p. 120.

²² N. do T.: No período final do século XV, medidas legais foram estabelecidas quanto a pobreza, que focavam em punir o indivíduo por atos como vagabundagem e mendicância. Em 1495, durante o reino de Henry VII da Inglaterra, o Parlamento aprovou o Vagabond Act (Ato do Vagabundo). Este ato determinava que os oficiais prendessem e mantivessem sob custódia "todas as pessoas vagabundas, ociosas e suspeitas vivendo de forma suspeita e, então, assim levadas para ficarem nos estoques, lá devem ficar por três noites e não ter nenhuma outra sustância além de pão e água; e, após os ditos três dias e três noites, serem tiradas e liberadas e serem ordenadas a evitarem a cidade". Diversos outros atos similares foram aprovados durante a dinastia Tudor. Para maiores informações vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Poor_law#Tudor_era. Acessado em: 24 mai. 2016.

²³ PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard. *Regulating the Poor*. New York: Vintage Books, 1971, 1993. pp. 3-42.

1605 foi "algo como meio milhão de acres". O número de despojados de terras cercadas entre 1455 e 1637 foi de 30-40.000. *"Isto pode bem ter representado uma cifra de mais de 10 por cento de todos os pequenos e médios proprietários e entre 10 e 20 por cento daqueles empregados por salários...; caso no qual as reservas de trabalho assim criadas teriam sido de dimensões comparáveis àquelas que existiam apenas nos piores meses da crise econômica dos anos 1930"*. Embora *"o número absoluto de pessoas afetadas em cada caso possa parecer pequeno para os padrões modernos, o resultado foi grande em proporção à demanda por trabalho contratado na época"*²⁴. E aqueles camponeses não sujeitos aos cercamentos foram vitimados pelos aluguéis extorsivos e por multas arbitrárias, que frequentemente resultavam neles sendo afugentados da terra pela incapacidade de pagar.²⁵

A expropriação da terra Realista durante o Interregno²⁶ seguiu um padrão similar àquele dos monastérios sob Henry VIII. Compradores de terra confiscadas, escreveu Christopher Hill, *"estavam ansiosos para assegurar rendimentos rápidos. Aqueles de seus inquilinos que não pudessem apresentar prova escrita de seus títulos estavam sujeitos a despejo"*²⁷. Os inquilinos de propriedades sequestradas reclamavam que os novos compradores *"tiram dos Inquilinos pobres todas as anteriores Imunidades e Liberdades de que antes eles gozavam..."*²⁸.

Outro grande roubo de terra camponesa foi a "reforma" da lei de terras no século XVII pelo Parlamento da Restauração²⁹. (A legislação pode ser atribuída mais de uma data, uma vez que, como toda a legislação aprovada durante o Interregno, ela teve que ser confirmada sob Charles II). Os direitos dos senhorios na teoria legal feudal foram transformados em direitos absolutos de propriedade privada; os inquilinos foram privados de todos os seus direitos tradicionais à terra que eles lavravam e foram transformados em inquilinos³⁰ no sentido moderno.

²⁴ DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. London: Routledge and Kegan Paul, Ltd, 1963. pp. 224-5, 224-5 (nota).

²⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System. Part I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974. p. 251 (nota).

²⁶ N. do T.: O Interregno na Inglaterra foi o período entre a execução de Charles I em 30 de janeiro de 1649 e a chegada de seu filho Charles II em Londres em 29 de maio de 1660, que marcou o início da Restauração. Durante o Interregno, a Inglaterra ficou sob diversas formas de governo republicano. Vide: [http://en.wikipedia.org/wiki/Interregnum_\(England\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Interregnum_(England)). Acessado em: 24 mai. 2016.

²⁷ HILL, Christopher. *The Century of Revolution: 1603-1714*. New York: W.W. Norton & Co., 1961. p. 147.

²⁸ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, p. 172.

²⁹ N. do T.: A restauração da monarquia inglesa começou quando as monarquias inglesa, escocesa e irlandesa foram todas restauradas sob Charles II depois do interregno que se seguiu à Guerra dos Três Reinos. O termo restauração é utilizado para descrever tanto o evento real pelo qual a monarquia foi restaurada, quanto o período de vários anos depois, em que um novo acordo político foi estabelecido. Ele é muito utilizado para cobrir todo o reinado de Charles II (1660-1685) e muitas vezes o breve reinado de seu irmão mais novo, James II (1685-1688). Em determinados contextos, pode ser usado para cobrir todo o período dos posteriores monarcas Stuart até a morte da rainha Anne e à ascensão do hanoveriano George I em 1714. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Restoration_\(England\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Restoration_(England)). Acessado em: 24 mai. 2016.

³⁰ N. do T.: Em inglês, "tenancy-at-will". Um inquilino num arrendamento de tal forma que nem o senhorio ou o inquilino podem rescindir o contrato a qualquer tempo, mediante aviso prévio razoável. Geralmente ocorre na ausência de um contrato de arrendamento.

Após a restauração dos Stuarts³¹, os aristocratas fundiários conduziram, por meios legais, um ato de usurpação, efetuado em todo lugar no Continente sem qualquer formalidade legal. Eles aboliram a posse feudal da terra, isto é, eles se livraram de todas as obrigações para com o Estado, "indemnizaram" o Estado através de impostos sobre o campesinato e o resto do povo, reivindicaram para si mesmos os direitos da propriedade privada moderna às terras às quais eles tinham somente título feudal e, finalmente, aprovaram essas leis do assentamento que, mutatis mutandis, tiveram o mesmo efeito sobre o trabalhador agrícola inglês que o édito do Tartar Boris Godunov³² sobre o campesinato russo.³³

(Os efeitos das leis do assentamento³⁴, como uma forma de controle social, serão tratadas

³¹ N. do T.: A Casa de Stewart (posteriormente galificado para Stuart), é uma casa real europeia. Fundada por Robert II da Escócia, os Stewarts se tornaram monarcas do Reino da Escócia durante o final do século XIV e, posteriormente, ocuparam o cargo de Reis de Inglaterra, Irlanda e Grã-Bretanha. Seus antepassados patriarcais (da Bretanha) ocuparam o cargo de Alto Administrador da Escócia desde o século XII, depois de chegar por meio da Inglaterra normanda. A dinastia herdou mais território, no século 17, que cobria todas as ilhas britânicas, incluindo o Reino Unido da Inglaterra e da Irlanda, além de manter uma reivindicação ao Reino da França. No total, nove monarcas Stewart governaram apenas a Escócia desde 1371 até 1603. Depois disso houve uma união das coroas sob James VI & I que se tornou o reclamante genealógico sênior à Coroa da extinta Casa de Tudor. Assim, houve seis monarcas Stewart que governaram a Inglaterra e a Escócia assim como a Irlanda (embora a era Stuart depois tenha sido interrompida por um interregno que durou de 1649 até 1660, como resultado das Guerras dos Três Reinos). Além disso, a fundação do Reino da Grã-Bretanha após os Atos de União, que uniram oficialmente Inglaterra e Escócia politicamente, a primeiro monarca foi Anne, Rainha da Grã-Bretanha. Após sua morte, os reinos passaram para a Casa de Hanover, sob os termos do Ato de Assentamento de 1701 e do Ato de Segurança de 1704, que privaram a linha legitimista católica dos Stewarts do direito de subir ao trono. https://en.wikipedia.org/wiki/House_of_Stuart. Acessado em: 24 mai. 2016.

³² N. do T.: Boris Fyodorovich Godunov foi o regente de facto da Rússia a partir de c.1585-1598 e, em seguida, o primeiro czar não Rurikid, de 1598 a 1605. O fim de seu reinado viu a Rússia se degradar em direção ao Tempo de Dificuldades. A reforma interna mais importante do Boris foi o decreto de 1597 proibindo os camponeses de irem de um proprietário de terras para outro, assim vinculando-os ao solo. O objeto do desse decreto-lei era garantir as receitas dos proprietários, mas levou à instituição da servidão em sua forma mais opressiva. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Boris_Godunov. Acessado em: 24 mai. 2016.

³³ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 713.

³⁴ N. do T.: A Lei de Ajuda aos Pobres (Poor Relief Act) de 1662 foi um ato do Parlamento Cavalier da Inglaterra. Foi um ato para a "Melhor Assistência aos Pobres deste Reino" (Act for the Better Relief of the Poor of this Kingdom) e também é conhecida como a Lei de Assentamento (Settlement Act) ou, mais honestamente, Lei de Assentamento e Remoção (Settlement and Removal Act).

A finalidade da lei foi estabelecer a paróquia à qual uma pessoa pertence (ou seja, o seu lugar de "assentamento") e, portanto, esclarecer qual paróquia era responsável por ele, caso ele tivesse necessidade da Assistência aos Pobres. Esta foi a primeira ocasião em que um documento provando domicílio tornou-se oficial: estes foram chamados "certificados de assentamento". Depois de 1662, quando um homem deixava sua paróquia estabelecida para mudar para outro lugar, ele tinha que levar seu Certificado de Assentamento, que garantia que sua paróquia natal iria pagar por seus custos "de remoção" (da paróquia de acolhimento) de volta para sua casa, caso ele precisasse da Assistência aos Pobres. Como as paróquias muitas vezes relutavam em emitir tais certificados, frequentemente as pessoas ficavam onde estavam - sabendo que em caso de emergência teriam direito à Taxa dos Pobres de sua paróquia.

A Lei de 1662 estipulava que, se uma pessoa pobre (ou seja, residente de um contrato de arrendamento com um valor tributável inferior a £10 por ano, que não fosse abrangida pelas outras categorias protegidas), se mantivesse residência na paróquia por quarenta dias sem perturbação, ela poderia adquirir o "direito de assentamento" naquela paróquia. No entanto, dentro desses 40 dias,

posteriormente.)

Como Christopher Hill coloca, "as posses feudais foram abolidas apenas para cima, não para baixo". Ao mesmo tempo que os senhorios tinham garantias contra toda incerteza e capricho vindo de cima, os camponeses foram colocados à mercê absoluta dos senhorios.

O Ato de 1660 insistia que ele não deveria ser interpretado para alterar ou mudar qualquer mandato por enfiteuse³⁵. Os enfiteutas não obtiveram nenhum direito absoluto de propriedade às suas terras arrendadas, permanecendo em abjeta dependência de seus senhorios, suscetíveis à impostos sucessórios arbitrários que podiam ser usados como um meio para despejar o recalcitrante. O efeito foi completado por um ato de 1677 que assegurou que a propriedade de pequenos locatários não vinculados³⁶ não deveria estar nem um pouco menos insegura do que aquela dos enfiteutas, a menos que apoiada por título legal. Então a maioria dos obstáculos aos cercamentos foi removida: a explosão da produção agrícola do final

sob qualquer reclamação local, dois juizes de paz poderiam remover o homem e devolvê-lo à sua paróquia natal. Como resultado, os chefes das paroquiais frequentemente despachavam seus pobres para outras paróquias, com instruções para permanecerem escondidos durante 40 dias antes de se revelarem. Esta lacuna foi fechada com o ato 1685 que obrigava os recém-chegados para se registrar com as autoridades paroquiais. Mas os oficiais paroquiais simpatizantes muitas vezes escondiam o registro e não revelavam a presença de recém-chegados até que o período de residência exigido tivesse acabado. Como resultado, a lei ficou ainda mais estrita em 1692, e os oficiais paroquiais foram obrigados a divulgar publicamente os registros da chegada, por escrito, na circular de domingo da igreja local, e ler para a congregação e que os 40 dias só começariam a contar a partir daí.

As Leis de Assentamento beneficiaram os donos de grandes propriedades que controlavam a habitação. Alguns proprietários de terra demoliam habitações vazias, a fim de reduzir a população de suas terras e impedir as pessoas de voltarem.

Também era comum o recrutamento de trabalhadores de paróquias vizinhas, para que pudessem ser facilmente demitidos. Magistrados poderiam ordenar às paróquias para que concedessem assistência aos pobres. No entanto, muitas vezes os magistrados eram proprietários de terras e, portanto, pouco propensos a emitirem ordens de assistência, que aumentariam a Taxa dos Pobres. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Poor_Relief_Act_1662. Acessado em: 24 mai. 2016.

³⁵ N. do T.: A posse por enfiteuse ("copyhold") era uma forma de posse feudal de terra, comum na Inglaterra da Idade Média até o século 19 e sobrevivendo de forma residual até 1922. As terras eram mantidas de acordo com o costume do feudo, e o modo de posse de terra recebeu seu nome do fato de que o "título de propriedade" recebido pelo inquilino era uma cópia da entrada relevante no rol do tribunal feudal. Um inquilino que ocupasse a terra dessa maneira era conhecido como um enfiteuta. Os privilégios concedidos a cada inquilino e os serviços exatos que ele deveria prestar ao senhor feudal em troca deles eram descritos no rol ou livro mantido pelo administrador, que fazia uma cópia da entrada relevante para o inquilino. Em consequência, estes inquilinos eram posteriormente chamados "copyholders", em contraste com "freeholders". Os direitos e deveres específicos dos enfiteutas variavam muito de um feudo para outro e muitos foram estabelecidos pelo costume, mas geralmente eles estabeleciam direitos de utilização de vários recursos da terra, tais como a madeira e o pasto, e era muito comum o pagamento de um imposto sobre a morte chamado de Heriot pela morte do enfiteuta. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Copyhold>. Acessado em: 24 mai. 2016.

³⁶ N. do T.: Em certas jurisdições, incluindo a Inglaterra, País de Gales e Escócia, uma locação não vinculada ("freeholder") é a propriedade de bens imóveis, sendo a terra e todas as estruturas de imóveis ligados a essas terras. Isto é o oposto de um arrendamento, em que a propriedade reverte para o proprietário da terra após o período de locação ter expirado. Para um imóvel ser uma locação não-vinculada deve possuir duas qualidades: a imobilidade; e os direitos de propriedade devem ser de duração indeterminada. Se o tempo de propriedade pode ser fixo e determinado, então ele não pode ser uma propriedade não-vinculada. Um locatário não-vinculado, ou aquele que está em propriedade plena, não era, portanto, um vassalo do senhor feudal como o enfiteuta ("copyholder"). Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Freehold_\(law\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Freehold_(law)). Acessado em: 24 mai. 2016.

*do século XVII e do século XVIII se reverteu em benefício aos grandes donos de terra e aos fazendeiros capitalistas, não aos proprietários camponeses... O século após o fracasso dos radicais em conquistar a segurança legal da posse dos homens de pequena estatura social é o século em que muitos pequenos donos de terra foram forçados a vender tudo em consequência dos aluguéis extorsivos, das multas pesadas, da tributação e da falta de recursos para competir com os fazendeiros capitalistas.*³⁷

Ao mesmo tempo, todas as obrigações feudais anteriormente pagas pela aristocracia como uma condição de sua propriedade foram substituídas por impostos sobre a população em geral.

*E então a abolição das posses militares na Inglaterra pelo Long Parliament³⁸, ratificada após a ascensão de Charles II³⁹, embora simplesmente uma apropriação das receitas públicas pelos proprietários feudais de terra, que assim se livraram da compensação pela qual eles mantinham a propriedade comum da nação e a jogaram sobre a população em geral na forma da taxa de todos os consumidores, têm há muito sido caracterizada, e ainda é suportada nos livros de direito, como um triunfo do espírito da liberdade. Contudo, aqui está a fonte da imensa dívida e da pesada tributação da Inglaterra.*⁴⁰

Após a "Revolução Gloriosa"⁴¹, pela qual o povo da Inglaterra foi libertado da tirania

³⁷ HILL, Christopher. *Reformation to the Industrial Revolution, 1530-1780*. London: Penguin Books, 1967. (Pelican Economic History of Great Britain, vol. II). p. 116.

³⁸ N. do T.: O Long Parliament da Inglaterra, após o fiasco do Short Parliament, foi criado em 03 de novembro de 1640 para aprovar legislação financeira, um passo necessário após os custos incorridos na Guerra dos Bispos. Ele recebeu seu nome do fato de que, através de um Ato do Parlamento, ela só poderia ser dissolvido com a concordância dos membros, e eles não concordaram com sua dissolução até após a Guerra Civil Inglesa e perto do fim do Interregno. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Long_Parliament. Acessado em: 24 mai. 2016.

³⁹ N. do T.: Charles II foi monarca dos três reinos da Inglaterra, Escócia e Irlanda. O pai de Charles II, o rei Charles I, foi executado em Whitehall em 30 de janeiro 1649, no auge da Guerra Civil inglesa. Embora o Parlamento da Escócia tenha proclamado Charles II rei da Grã-Bretanha e da Irlanda em Edimburgo, em 05 de fevereiro de 1649, o Parlamento Inglês, em vez disso, aprovou uma lei que tornou tal proclamação ilegal. A Inglaterra entrou no período conhecido como o Interregno Inglês ou Commonwealth Inglesa, e o país se tornou uma república de facto, liderada por Oliver Cromwell. Cromwell derrotou Charles II na Batalha de Worcester em 03 de setembro de 1651, e Charles fugiu para a Europa continental. Cromwell tornou-se ditador virtual da Inglaterra, Escócia e Irlanda, e Charles passou os próximos nove anos no exílio na França, as Províncias Unidas e Países Baixos espanhóis. A crise política que se seguiu à morte de Cromwell em 1658 resultou na restauração da monarquia, e Charles foi convidado a retornar à Grã-Bretanha. Em 29 de Maio de 1660, seu aniversário de 30 anos, foi recebido em Londres, para aclamação pública. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Charles_II_of_England. Acessado em: 24 mai. 2016.

⁴⁰ GEORGE, Henry. *Progress and Poverty*. New York: Walter J. Black, 1942. p. 320.

⁴¹ N. do T.: A Revolução Gloriosa, também chamada de Revolução de 1688, foi a derrubada do rei James II de Inglaterra (James VII da Escócia e James II da Irlanda) por uma aliança entre parlamentaristas ingleses com o stadtholder holandês William III de Orange-Nassau. A invasão bem-sucedida de William da Inglaterra com uma frota e exército holandês levou à sua ascensão ao trono Inglês como William III de Inglaterra, em conjunto com sua esposa Mary II da Inglaterra. As políticas de tolerância religiosa do rei James após 1685 encontraram uma crescente oposição por parte de membros de círculos políticos principais, que estavam preocupados com o catolicismo do rei e de seus laços estreitos com a França.

papista de James II⁴² para entrar nos suaves cuidados da Oligarquia Whig⁴³, ainda outra

A crise frente ao rei veio à tona em 1688, com o nascimento de seu filho, James Francis Edward Stuart, em 10 de Junho (calendário juliano). Isso mudou a linha de sucessão existente ao deslocar da herdeira presuntiva, sua filha Mary, uma protestante e esposa de William de Orange, para o jovem James como herdeiro aparente. O estabelecimento de uma dinastia católica romana nos reinos agora parecia provável. Alguns dos líderes mais influentes dos Tories uniram-se com os Whigs membros da oposição e decidiram resolver a crise, convidando William de Orange para a Inglaterra, que o stadtholder, que temia uma aliança anglo-francesa, tinha indicado como condição para uma intervenção militar.

A revolução acabou definitivamente com qualquer chance de reestabelecer o catolicismo na Inglaterra. Para os católicos britânicos, seus efeitos foram desastrosos, tanto social quanto politicamente: aos católicos foi negado o direito de votar e de se sentar no Parlamento de Westminster para mais de um século; a eles também foram negadas comissões no exército, e o monarca foi proibido de ser católico ou se casar com uma católica, esta última proibição permanecendo em vigor até 2013. A Revolução levou à tolerância limitada para dissidentes protestantes, apesar de que se passaria algum tempo antes eles tivessem plenos direitos políticos.

Argumentou-se, principalmente, pelos historiadores Whig, que a derrubada de James começou democracia parlamentar inglesa moderna: a Declaração de Direitos de 1689 tornou-se um dos documentos mais importantes da história política da Grã-Bretanha e desde então nunca mais o monarca deteve o poder absoluto. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Glorious_Revolution. Acessado em: 24 mai. 2016.

⁴² N. do T.: James II e VII foi o rei da Inglaterra e da Irlanda como James II e Rei da Escócia como James VII, a partir de 06 de fevereiro de 1685, até que ele foi deposto durante a Revolução Gloriosa de 1688. Ele foi o último monarca católico romano a reinar sobre os reinos da Inglaterra, Escócia e Irlanda. O segundo filho sobrevivente de Charles I, subiu ao trono após a morte de seu irmão, Charles II. Os membros da elite política e religiosa da Grã-Bretanha, cada vez mais suspeitavam-no de ser pró-francês e pró-católico e de ter projetos sobre como se tornar um monarca absoluto. Quando ele produziu um herdeiro católico, a tensão explodiu, e os principais nobres chamaram seu genro e sobrinho protestante, William III de Orange, para liderar um exército de invasão da Holanda, o que ele fez. James fugiu Inglaterra (e, portanto, presumiu-se ter abdicado) na Revolução Gloriosa de 1688. Ele foi substituído por sua filha protestante mais velha, Mary II, e seu marido, William III. James fez uma tentativa séria de recuperar suas coroas de William e Mary, quando ele desembarcou na Irlanda em 1689, mas, após a derrota das forças Jacobitas pelas forças Williamitas na Batalha de Boyne, em julho de 1690, James voltou para a França. Ele viveu o resto de sua vida como um pretendente em uma corte, patrocinado por seu primo e aliado, o rei Luís XIV.

James é mais conhecido por lutas com o Parlamento Inglês e suas tentativas de criar liberdade religiosa para ingleses católicos romanos e protestantes dissidentes contra os desejos do establishment Anglicano. No entanto, ele também continuou a perseguição dos Covenanters presbiterianos na Escócia. O Parlamento, em oposição ao crescimento do absolutismo que estava ocorrendo em outros países europeus, bem como a perda da supremacia legal para a Igreja da Inglaterra, viu a sua oposição como uma forma de preservar o que eles consideravam como as liberdades tradicionais inglesas. Essa tensão fez dos quatro anos do reinado de James uma luta pela supremacia entre o Parlamento Inglês e a Coroa, resultando em sua destituição, a aprovação do Bill of Rights e a sucessão de Hanover. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Glorious_Revolution. Acessado em: 24 mai. 2016.

⁴³ N. do T.: Os Whigs eram uma facção e, em seguida, se tornaram um partido político nos parlamentos da Inglaterra, Escócia, Grã-Bretanha e do Reino Unido. Entre os anos 1680 e 1850, disputaram o poder com seus rivais, os Tories. A origem dos Whigs está na monarquia constitucional e na oposição ao absolutismo. Os Whigs desempenharam um papel central na Revolução Gloriosa de 1688, e eram os inimigos permanentes dos reis e pretendentes Stuart, que eram católicos romanos. Os Whigs assumiram o controle total do governo em 1715 e permaneceram totalmente dominantes até que o rei George III, chegando ao trono em 1760, admitiu novamente os Tories. A "Supremacia Whig" (1715-1760) foi possibilitada pela sucessão Hanoveriana de George I em 1714 e a falha Jacobita em 1715 por parte dos rebeldes Tory. Os Whigs eliminaram completamente os Tories de todos os principais cargos do governo, do exército, da Igreja da Inglaterra, da profissão de advogado e das autoridades locais. O líder do Whigs era Robert Walpole, que manteve o controle do governo no período 1721-1742; seu protegido era Henry Pelham (1743-1754). Ambos os partidos começaram como agrupamentos ou tendências dispersas, mas tornaram-se bastante formais por volta de 1784, com a ascensão de Charles James Fox como o líder de um reconstituído partido

reforma foi introduzida. Num prenúncio da erroneamente chamada "privatização" dos nossos dias, a maior parte da terra da coroa, legitimamente a propriedade do povo trabalhador da Inglaterra, foi dividida entre os grandes senhores de terras.

*Eles inauguraram a nova era praticando, em uma escala colossal, roubos de terras estatais, roubos que tiveram sido previamente conduzidos mais modestamente. Estas propriedades foram doadas, vendidas à uma cifra ridícula ou mesmo anexadas a propriedades privadas através do confisco direto.... As terras da Coroa, assim fraudulentamente apropriadas, junto com o roubo das propriedades da Igreja... formam a base para os domínios principescos atuais da oligarquia inglesa.*⁴⁴

Além de suas "reformas" agrárias, o parlamento Whig sob William e Mary introduziram as Leis da Caça⁴⁵ como um meio de restringir a subsistência independente por parte das classes trabalhadoras. Caçar, para a população rural, tinha tradicionalmente sido uma fonte suplementar de comida. A lei de 1692, em seu preâmbulo, se referia especificamente à "*grande injúria*" pela qual "*artesãos, aprendizes, e outras pessoas devassas [!] negligenciam seu ofícios e empregos*" em favor da caça e da pesca.⁴⁶

Mesmo após as expropriações dos períodos dos Tudor e dos Stuart, a desapropriação do campesinato ainda estava incompleta. Uma quantidade significativa de terra ainda permanecia em mãos camponesas sob formas tradicionais de propriedade e continuaram a fornecer uma margem de independência para alguns. Após as expropriações dos Tudor, muitos vagabundos migraram para "*tais vilas de campos abertos que os permitiriam ocupar precariamente as margens das terras comuns ou baldias*". Um panfletista do século XVII observou que "*em todas ou na maioria das cidades em que os campos se encontram abertos e são usados em comum há um novo bando de intrusos arrivistas como residentes e habitantes de casas legais erguidas contra a lei...*". Ele se referia à reclamação comum dos empregadores, de que eles eram "*vadios que não serão*

"Whig" s contra o partido governante dos novos "Tories" sob William Pitt, o Jovem. Ambos os partidos foram fundados por políticos ricos, mais do que por votos populares; houve eleições para a Câmara dos Comuns, mas um pequeno número de homens controlava a maior parte dos eleitores. O partido Whig evoluiu lentamente durante o século 18. A tendência Whig apoiou as grandes famílias aristocráticas, a sucessão protestante de Hanover e a tolerância para com os protestantes não-conformistas (os "dissidentes", como os presbiterianos), enquanto alguns Tories apoiaram a reivindicação da exilada família real Stuart ao trono (Jacobitismo), e praticamente todos Tories apoiaram a Igreja Anglicana e a nobreza. Mais tarde, os Whigs atraíram o apoio dos interesses industriais emergentes e dos ricos comerciantes, enquanto os Tories atraíram o apoio dos interesses fundiários e da família real. Na primeira metade do século 19, no entanto, o programa político Whig passou a abranger não só a supremacia do parlamento sobre o monarca e o apoio ao livre comércio, mas a emancipação católica, a abolição da escravidão e da expansão do sufrágio. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Whigs_\(British_political_party\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Whigs_(British_political_party)). Acessado em: 24 mai. 2016.

⁴⁴ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 714.

⁴⁵ N. do T.: Leis da caça são estatutos que regulam o direito de caçar e apanhar ou matar certos tipos de peixes e animais silvestres. Seu escopo pode incluir o seguinte: restringir os dias para pescar ou caçar, restringir o número de animais por pessoa, restringir espécies exploradas, e limitar as armas e os materiais de pesca utilizados. As leis de caça podem fornecer uma estrutura legal para cobrar taxas de licença e outros tributos. Para a lei especificamente citada pelo autor, vide: <http://www.british-history.ac.uk/report.aspx?compid=46392>. Para um tratamento geral sobre esse tipo de legislação, vide https://en.wikipedia.org/wiki/Game_law. Ambos acessados em: 24 mai. 2016.

⁴⁶ PERELMAN, Michael. *Classical Political Economy: Primitive Accumulation and the Social Division of Labor*. Totowa, New Jersey: Rowman & Allanheld; London: F. Pinter, 1984, ca. 1983. pp. 48-9.

normalmente obtidos para trabalhar a menos que possam ter salários tão excessivos quanto eles mesmos desejem"⁴⁷. Consequentemente, a expropriação final mesmo destas últimas terras camponesas restantes era vital para o completo desenvolvimento do capitalismo.

A segunda onda de cercamentos, nos séculos XVIII e XIX, estava, portanto, intimamente ligada com o processo de industrialização. Sem contar os cercamentos antes de 1700, os Hammonds estimaram o total de cercamentos nos séculos XVIII e XIX entre um sexto e um quinto da terra arável na Inglaterra.⁴⁸ E. J. Hobsbawn e George Rudé, de forma menos conservadora, estimaram os cercamentos apenas entre 1750 e 1850 como tendo transformado "algo como um quarto da superfície cultivada de campos abertos, terras comuns, prados ou terras baldias em campos privados..."⁴⁹. Dobb estimou-os em tanto quanto um quarto ou metade da terra nos catorze condados mais afetados.⁵⁰ Dos 4000 Atos Privados de Cercamento a partir do início do século XVIII até 1845, dois terços envolviam "campos abertos pertencentes a camponeses" e o outro terço envolvia bosques comuns e brejo.⁵¹

Os cercamentos dos Tudor e dos Stuart foram executados por senhorios privados, de sua própria iniciativa, frequentemente às escondidas. Do século XVIII em diante, no entanto, eles foram executados pela lei, através de "atos de cercamento" parlamentares: "em outras palavras, decretos através dos quais os senhorios concediam a si mesmos a terra do povo como propriedade privada...". Marx citou estes atos como evidência de que as terras comuns, longe de serem a "propriedade privada dos grandes senhorios que tomaram o lugar dos senhores feudais", tinham, na verdade, exigido "um golpe de estado parlamentar... para sua transformação em propriedade privada"⁵².

As classes dominantes viam o direito tradicional dos camponeses à terra como uma fonte de independência econômica em relação ao capitalista e ao senhorio e, assim, como uma ameaça a ser destruída. Mandeville, em *Fable of the Bees*, escreveu sobre a necessidade de manter os trabalhadores tanto pobres quanto estúpidos, a fim de forçá-los a trabalhar:

Seria mais fácil, onde a propriedade está bem segura, viver sem dinheiro do que sem pobres; pois quem faria o trabalho? Assim como devem ser impedidos de passar fome, assim também não deveriam receber nada que valha a pena poupar. Se aqui e ali um da classe mais baixa, através de incomum diligência e apertando sua barriga, elevar-se acima da condição em que foi criado, ninguém deve impedi-lo; ...mas é do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres quase nunca deveria estar ociosa e também deveria estar continuamente gastando o que ganha... Aqueles que ganham a vida através de seu trabalho diário... não têm nada

⁴⁷ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, p. 226; Considerations Concerning Common Fields and Enclosures (1653). In _____. *Ibid*, p. 226.

⁴⁸ HAMMOND; HAMMOND. *The Village Labourer*, p. 42.

⁴⁹ HOBSBAWN, E. J.; RUDÉ, George. *Captain Swing*. New York: W.W. Norton & Company, 1968). p. 27.

⁵⁰ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, p. 227.

⁵¹ DEVELOPMENT as Enclosure: The Establishment of the Global Economy. *The Ecologist*, vol. 22, n. 4, pp. 133, jul./ago. 1992.

⁵² MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 715.

*a incitá-los a serem prestáveis além de suas necessidades, as quais é prudente aliviar, mas tolce curar... Para tornar a sociedade feliz e as pessoas mais fáceis sob as circunstâncias mais cruéis, é necessário que grandes números delas devam ser ignorantes assim como pobres...*⁵³

Um panfleto de 1739, citado por Christopher Hill, alertava que a única maneira de impor a diligência e a temperança era "*submetê-los à necessidade de trabalhar todo o tempo que eles possam dispensar do descanso e do sono, a fim de obter as necessidades comuns da vida*"⁵⁴.

Estas prescrições para manter produtivas as classes trabalhadoras foram ecoadas em um folheto de 1770, "Essay on Trade and Commerce":

*Que a humanidade em geral está naturalmente inclinada à facilidade e à indolência, fatalmente experimentamos ser verdade a partir da conduta de nossa população manufatureira, que não trabalha, na média, mais do que quatro dias em uma semana, a menos que as provisões sucedam de estar muito caras... Eu espero que tenha dito o suficiente para tornar aparente que o trabalho moderado de seis dias em uma semana não é nenhuma escravidão... Mas a nossa população adotou a noção de que, como homens ingleses, eles gozam de um privilégio inato de serem mais livres e independentes do que em qualquer país da Europa. Ora, esta ideia, na medida em que ela possa afetar a bravura de nossas tropas, pode ser de algum uso; mas quanto menos os manufatureiros pobres tenham dela, certamente tanto melhor para si mesmos e para o Estado. As pessoas trabalhadoras nunca deveriam se achar independentes de seus superiores.... É extremamente perigoso encorajar a ralé em um estado comercial como o nosso, em que, talvez, sete partes de oito do todo são pessoas com pouca ou nenhuma propriedade. A cura não será perfeita, até que nossos manufatureiros pobres estejam contentes em trabalhar seis dias pela mesma soma que eles agora ganham em quatro dias.*⁵⁵

O cercamento eliminou "*um perigoso centro de indisciplina*" e compeliu os trabalhadores a venderem seu trabalho nos termos dos senhores. Arthur Young, um cavalheiro de Lincolnshire, descreveu as terras comuns como "*um terreno fértil para 'bárbaros', 'nutrindo uma raça perniciosa de pessoas'*". "[Q]ualquer um que não seja um idiota sabe", ele escreveu, "*que as classes inferiores devem ser mantidas pobres, ou elas nunca serão laboriosas*". O relatório do Conselho de Agricultura para Shropshire, em 1794, ecoava esta queixa: "*o uso de terra comum por trabalhadores opera sobre a mente como um tipo de independência*"⁵⁶. A *Commercial and Agricultural Magazine* avisou, em 1800, que deixar o trabalhador "*possuir mais terra do que sua família pode cultivar às tardes*" significava que "*o fazendeiro não mais poderia depender dele para trabalho constante*"⁵⁷. Sir Richard Price comentou sobre a conversão de proprietários autossuficientes em "*um corpo de homens que ganham sua subsistência trabalhando para outros*". Como resultado,

⁵³ Citado em *Ibid.*, p. 610.

⁵⁴ HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 275.

⁵⁵ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 231.

⁵⁶ PERELMAN. *Classical Political Economy*, p. 38.

⁵⁷ THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage, 1963, 1966. pp. 219-20, 358.

haveria "talvez mais trabalho, porque haverá mais compulsão a ele"⁵⁸.

O Rev. J. Townsend, valoroso homem de Deus, igualmente escreveu (em "A Dissertation on the Poor Laws, By a Well-Wisher to Mankind"⁵⁹) sobre o benefício da pobreza em compelir os pobres a trabalhar.

A coação legal para trabalhar é tratada com demasiado incômodo, violência e barulho, cria má vontade, etc., ao passo que a fome é não só uma pressão pacífica, silenciosa, não remetida, mas, como o motivo mais natural para a diligência e o trabalho, ela evoca os esforços mais poderosos...

*Parece ser uma lei da natureza que os pobres devam ser, em um certo grau, improvidentes, que sempre possa haver alguns para exercer os mais servís, os mais sórdidos e os mais ignóbeis ofícios na comunidade. O estoque de felicidade humana é assim muito aumentado. Os mais delicados são assim liberados do trabalho penoso e podem perseguir chamados mais elevados, etc. e sem perturbações.*⁶⁰

Os únicos humanos cujo trabalho penoso importa, obviamente, são "os mais delicados" cuja "felicidade humana" é aumentada pela oportunidade de perseguir seus "chamados mais elevados", sem a perturbação de ter que sustentar a si mesmos através de seu próprio trabalho. O bom Reverendo era, de fato, um simpatizante da humanidade - exceto, talvez, dos 95% dela que labutavam abaixo de seu limiar de visibilidade.

A Survey (1807) de Gloucestershire comentava que entre "os maiores males para a agricultura estaria a colocar o trabalhador em um estado de independência". Pois, como outro observador do mesmo período observou, "Os fazendeiros, assim como os fabricantes, precisam de trabalhadores constantes - homens que não têm quaisquer outros meios de sustento além de seu trabalho diário, homens em quem eles possam confiar"⁶¹.

Os relatórios do Conselho de Agricultura, citados por Christopher Hill, continham elogios entusiasmados ao efeito disciplinador dos cercamentos. Os cercamentos das terras comuns forçaram os trabalhadores "a trabalhar todo dia do ano". Crianças "[seriam] postas a trabalhar mais cedo". Mais importante, graças à supressão da independência econômica, a "subordinação dos escalões inferiores da sociedade... estaria assim consideravelmente assegurada"⁶².

Claro, a supressão dos meios de subsistência independente não tomou apenas a forma de roubo de terras. Às vezes, a fiação e tecelagem em casa individuais era efetivamente proibida por lei, como uma interferência com a oferta de trabalho agrícola.⁶³

⁵⁸ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 716.

⁵⁹ N. do T.: "Uma dissertação sobre as Leis dos Pobres, Por um Simpatizante da Humanidade", em tradução livre.

⁶⁰ MARX. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1987-88. v. 29-30. p. 205.

⁶¹ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, p. 222.

⁶² HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 222.

⁶³ ASHTON, Trevor. *An Economic History of England: the 18th Century*. London: University Paperbacks, 1972. p. 115. Citado em PERELMAN. *Classical Political Economy*.

Conforme Kirkpatrick Sale elaborou sobre o mesmo tema:

Ao final do século XVIII, haviam dois tipos de máquinas capazes de produção têxtil sofisticada na Inglaterra. Uma era uma máquina de uma pessoa baseada em casa, construída em torno da máquina de fiar, aperfeiçoada já nos anos de 1760; a outra era uma máquina a vapor fabril baseada no motor de Watt e no filatório de Arkwright, introduzida nos anos 1770. A escolha de qual deveria sobreviver e se proliferar foi feita não sobre os méritos das máquinas em si, nem sequer sobre quaisquer fundamentos tecnológicos, mas sobre os desejos dos setores políticos e econômicos dominantes da sociedade inglesa da época. As máquinas centradas em casa, engenhosas o quanto fossem, não permitiam aos mercadores têxteis o mesmo tipo de controle sobre a força de trabalho, nem a mesma regularidade de produção, quanto as máquinas fabris. Gradualmente, portanto, elas foram eliminadas, seus fabricantes espremidos ao serem negados matéria-prima e financiamento, seus operadores suprimidos por leis que, sobre vários pretextos, tornaram a produção caseira ilegal.⁶⁴

Aparentemente, a receita para um "livre mercado", da forma em que o libertário vulgar médio usa o termo, é como se segue: 1) primeiro roube a terra das classes produtivas por decreto estatal e as transforme em trabalhadores assalariados; 2) aí, através de terrorismo estatal, impeça-os de se movimentar em busca de salários mais altos ou de se organizar para aumentar sua força de barganha; 3) finalmente, convença-os de que seus salários de subsistência refletem a produtividade marginal do trabalho em um "livre mercado".

Marx zombou dos apologistas burgueses (na pessoa de F. M. Eden⁶⁵), normalmente tão fanáticos pelos direitos de propriedade, por sua jovial aceitação do roubo passado da população trabalhadora:

A estoica paz de espírito com a qual o economista político considera a mais descarada violação dos "sagrados direitos de propriedade" e os atos mais grosseiros de violência contra as pessoas, tão logo sejam necessários para estabelecer as bases do modo capitalista de produção, é demonstrada pelo Sir F. M. Eden... Toda a série de roubos, ultrajes, e miséria popular que acompanharam a expropriação forçosa do povo, do último terço do século XV até o fim do século XVIII, levaram-no meramente à confortável conclusão, "A devida proporção entre terra arável e pasto deve ser estabelecida..."⁶⁶

Como sempre, a voz passiva é o último refúgio dos patifes.

Marx não era o único zombador do conto de fadas burguês da acumulação primitiva.

⁶⁴ SALE, Kirkpatrick. *Human Scale*. New York: Coward, McCann & Geoghegan, 1980. p. 162.

⁶⁵ N. do T.: Sir Frederick Morton Eden, 2nd Baronet de Maryland foi um escritor Inglês sobre pobreza e investigador social pioneiro. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Sir_Frederick_Eden,_2nd_Baronet. Acessado em: 24 mai. 2016.

⁶⁶ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, pp. 717-8.

Albert Jay Nock, esse padroeiro da *Old Right*⁶⁷, também tinha algumas palavras afiadas sobre o assunto - não apenas para os supostos apologistas do pseudo-"laissez-faire", mas para os defensores da ação estatal:

Os horrores da vida industrial da Inglaterra no último século forneceram um depoimento permanente para os viciados em intervenção positiva. O trabalho infantil e feminino nos moinhos e nas minas; Coketown e o Sr. Bounderby⁶⁸; salários de fome; horas mortais; condições vis e perigosas de trabalho; navios caixões comandados por rufiões - todos estes são atribuídos, sem hesitação, por reformistas e publicistas, a um regime de individualismo rude, concorrência desenfreada e laissez-faire. Isto é um absurdo patente, pois nenhum regime assim jamais existiu na Inglaterra. Eles se deviam à intervenção primária do Estado, por meio da qual a população da Inglaterra foi expropriada da terra; deviam-se à remoção estatal da terra da concorrência com a indústria pelo trabalho. Tampouco têm o sistema fabril e a "revolução industrial" o mínimo a ver com a criação destas hordas de seres miseráveis. Quando o sistema fabril veio, estas hordas já estavam lá, expropriadas, e elas foram para os moinhos pelo que quer que o Sr. Gradgrind ou o Sr. Plugson de Undershot⁶⁹ dessem a elas, porque elas não tinham qualquer escolha, além de mendigar, roubar ou passar fome. Sua miséria e degradação não jaziam à porta do individualismo; elas jaziam em nenhum lugar senão à porta do Estado.... Nossos

⁶⁷ N. do T.: A *Old Right* (literalmente, "velha direita") é um ramo do conservadorismo americano que esteve mais ativo no início do século 20 e se opôs tanto os programas domésticos do New Deal dos anos 1930 quanto a entrada dos EUA na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais. Muitos membros desta facção foram associados com os Republicanos do período entre guerras, liderados por Robert Taft e Herbert Hoover. Alguns eram Democratas. Eles eram chamados de "Old Right" para distingui-los dos seus sucessores da Nova Direita, como Barry Goldwater, que ganhou destaque na década de 1950 e 1960 e favoreceu uma política externa intervencionista para combater o comunismo internacional. Muitos membros da velha direita favoreciam o liberalismo clássico laissez-faire; alguns eram conservadores com orientações corporativas; outros eram ex-radicais que mudaram bruscamente para a direita; ainda outros, como os Southern Agrarians, eram tradicionalistas que sonhavam com a restauração de uma sociedade comunal pré-moderna. A devoção da *Old Right* ao anti-imperialismo estava em desacordo com a difusão da cultura progressista e da democracia global, a transformação de cima para baixo de heranças locais, a engenharia social e institucional da esquerda política e até mesmo alguns da direita moderna. A "Old Right" foi unificada por sua oposição ao que eles viam como o perigo da ditadura doméstica pelo presidente Franklin Roosevelt. A maioria foi unificada por sua defesa das desigualdades naturais, da tradição, do governo limitado e do anti-imperialismo, bem como seu ceticismo quanto à democracia e ao poder crescente de Washington. A velha direita por se desvaneceu enquanto movimento organizado, mas muitas ideias semelhantes são encontradas entre paleoconservadores e paleolibertários. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Old_Right_\(United_States\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Old_Right_(United_States)). Acessado em: 24 mai. 2016.

⁶⁸ N. do T.: O romance *Hard Times*, de Charles Dickens, se passa em Coketown, uma genérica cidade fabril do Norte Inglês, semelhante a Manchester em alguns aspectos, embora menor. Coketown pode ser parcialmente baseada na Preston do século XIX. O livro também inclui Josias Bounderby, um sócio de negócios do Sr. Gradgrind. Dado a gabar-se de ser um "self-made man", ele emprega muitos dos outros personagens centrais do romance. Ele ascendeu a uma posição de poder e riqueza de origem humilde (embora não tão humilde quanto alega). Ele se casa com a filha de Mr. Gradgrind, Louisa, cerca de 30 anos mais jovem, no que acaba por ser um casamento sem amor. Eles não têm filhos. Bounderby é insensível, egoísta e, finalmente, se revela ser um mentiroso e uma fraude. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Hard_Times. Acessado em: 24 mai. 2016.

⁶⁹ N. do T.: Personagem do livro *Past and Present*, de Thomas Carlyle, Plugson de Undershot é o típico comerciante Radical do meio do século 19, que descobre que nenhum Tory decente apertaria sua; mas no final do século encontrou a companhia a favor da livre concorrência com Tories da época. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Past_and_Present_\(book\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Past_and_Present_(book)). Acessado em: 24 mai. 2016.

fanáticos por intervenção positiva fariam bem em ler a história dos Atos de Cercamentos e o trabalho dos Hammonds, e ver o que podem fazer com eles."⁷⁰

Antes de fecharmos esta seção, deveríamos considerar a alegação de alguns apologistas de que estes atos de expropriação, de alguma forma, aumentaram a "eficiência". Como a de Eden acima, tais apologias, nos dias de hoje, frequentemente emanam das mesmas figuras que são as mais escandalizadas por qualquer ameaça ao direito absoluto da propriedade privada. Deixando de lado a ilegitimidade moral de tais justificativas consequencialistas do roubo, é difícil evitar ficar encantado com o paralelismo com Marx e Engels que, em uma versão distorcida da teoria Whig da história, viam a exploração e o roubo de classe como meios necessários para se criar as "forças produtivas", no caminho para o estado final de abundância.

Como Thomas Fuller desdenhosamente apontou, um aumento na riqueza geral daquele ser mítico chamado "sociedade", resultando de tal roubo, não necessariamente se traduzia numa qualidade maior de vida para aqueles roubados. Conte aos brejeiros⁷¹, disse ele,

*sobre o grande benefício para o público de que onde um lúcio ou um pato antes se alimentavam, agora um boi ou uma ovelha engordam; eles estarão prontos para replicar que, se eles forem pegos capturando um boi castrado ou uma ovelha, o rico dono os processa como criminosos; ao passo que aquele lúcio ou pato eram seus bens próprios, apenas às custas de capturá-los.*⁷²

E mesmo a maior eficiência da produção não é de maneira alguma auto-evidente. De acordo com Michael Perelman, no cultivo de cereais, a indústria com pá do século XVIII na Europa Oriental produziu um aumento de vinte a trinta vezes na produção de milho, comparada a um de apenas seis vezes do cultivo com arado. Quanto à horticultura vegetal, as hortas daquele tempo se comparam favoravelmente em produção mesmo à agricultura mecanizada contemporânea nos Estados Unidos. Um jardineiro em Paris produzia 44 toneladas de vegetais por acre; por comparação, na América em 1979, a produção média por acre era de 15 toneladas de cebolas ou 8.6 toneladas de tomates (as duas safras mais produtivas em termos de peso por unidade de área).⁷³

Tais formas intensivas de cultivo eram, de fato, menos eficientes, se consideradas em termos de produção por homem-hora, em vez de em produção por acre. Mas o trabalho era uma mercadoria em oferta abundante; este trabalho "supérfluo" foi "liberado", através da expropriação, de uma vida de subsistência adequada, a fim de que pudesse ser permitido passar fome sem obstáculos. Como Perelman disse, o cultivo em pequena escala suprimido pelo estado era *"uma alternativa viável ao trabalho assalariado"*⁷⁴. Mas esse era

⁷⁰ NOCK, Albert Jay. *Our Enemy, the State*. Delavan, Wisconsin: Hallberg Publishing, 1983. p. 106 (nota).

⁷¹ N. do T.: Em inglês, "fen" é o nome local para uma área individual de pântanos ou ex-pântanos e também designa o tipo de pântano típico de uma região". O termo original neste trecho, "fenmen", se referem às pessoas que trabalham nessas áreas.

⁷² HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 121.

⁷³ PERELMAN. *Classical Political Economy*, pp. 41-2.

⁷⁴ *Ibid.* p. 42.

precisamente o ponto. A real "eficiência" visada era a eficiência em esfoliar as classes produtivas. Como veremos mais tarde neste capítulo, as classes dominantes têm consistentemente estado dispostas a adotar formas menos eficientes de produção, em termos materiais, a fim de tornar o controle do processo de produção mais factível.

B. Preempção da Terra nas Sociedades Coloniais

No Novo Mundo, assim como no Velho, conforto ou independência demais por parte das classes trabalhadoras poderiam ser um grande inconveniente para "a nação" ou para "o povo" (cujas entidades, presumivelmente, não incluíam os Hilotas que de fato produziam as coisas consumidas pela "nação" ou pelo "povo"). A resposta do capitalista (com o poder do estado "às suas costas"), nas colônias assim como no Velho Mundo, foi (como Marx coloca) *"tirar de seu caminho, através da força, os modos de produção e apropriação baseados no trabalho independente do produtor"*⁷⁵.

As sociedades coloniais sempre tiveram uma desvantagem, do ponto de vista das classes dominantes: a disponibilidade generalizada de terra barata. Adam Smith observou que nas colônias Norte Americanas, onde terras acessíveis estavam prontamente disponíveis, o preço do trabalho era muito alto porque o trabalhador médio preferia a independência ao emprego: *"nem os grandes salários, nem a fácil subsistência que aquele país proporciona aos artífices podem suborná-los a trabalhar para outras pessoas em vez de para si mesmos"*⁷⁶.

E. G. Wakefield, em *View of the Art of Colonization*, escreveu sobre a posição inaceitavelmente fraca da classe empregadora nas colônias, onde o trabalho autônomo com sua própria propriedade estava prontamente disponível. O trabalho era escasso mesmo a altos salários.⁷⁷

*Nas colônias, trabalhadores para contratação são escassos. A escassez de trabalhadores para contratação é a reclamação universal das colônias. É a causa primeira tanto dos altos salários, que deixam o trabalhador colonial à vontade, quanto dos salários exorbitantes que às vezes molestem o capitalista.*⁷⁸

Onde a terra é barata e todos os homens são livres, onde todos a quem assim lhes apetece podem obter um pedaço de terra para si mesmos, não apenas o trabalho é muito caro, no que diz respeito à parte do trabalhador no produto, mas a dificuldade é obter o trabalho combinado a qualquer preço.

Este ambiente também prevenia a concentração de riqueza, conforme Wakefield comentou: *"Poucos, mesmo aqueles cujas vidas são incomumente longas, conseguem*

⁷⁵ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 752.

⁷⁶ SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago, London, Toronto: Encyclopedia Britannica, 1952.

⁷⁷ WAKEFIELD, E. G. *A View of the Art of Colonization*. New York: Augustus M. Kelley, 1849, 1969. (Reprints of Economic Classics), p. 166.

⁷⁸ WAKEFIELD. *England and America* II:5, cit. em MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 755.

acumular grandes massas de riqueza"⁷⁹. Como resultado, as elites coloniais solicitaram à pátria-mãe trabalho importado e restrições à colonização da terra. De acordo com o discípulo de Wakefield, Herman Merivale, havia um "*desejo urgente por trabalhadores mais baratos e mais subservientes - de uma classe a quem o capitalista pudesse ditar os termos, em vez tê-los ditados a si por eles*"⁸⁰.

Defrontado com esta situação, o capitalista poderia recorrer a um de dois expedientes. Um deles era o uso de trabalho escravo e presidiário, que examinaremos em maior detalhe numa seção posterior. O outro era a preempção da propriedade sobre a terra pelo regime colonial. A preempção política da terra foi acompanhada por uma negação de acesso a apropriadores comuns - tanto colocando-se o preço da terra fora de seu alcance quanto excluindo-os completamente. Wakefield sugeriu que, uma vez que "[b]em no início de uma colônia, toda a terra necessariamente pertence ao governo ou está sob sua jurisdição", o governo poderia remediar a escassez de trabalho assalariado barato controlando o acesso à terra.⁸¹

Ao mesmo tempo em que excluía as classes trabalhadoras da terra virgem, o estado nas sociedades coloniais concedia grandes extensões de terra às classes privilegiadas: a especuladores de terra, companhias de mineração, madeireiras e agrícolas, ferrovias, etc. As concessões de terra nos Estados Unidos colonial estavam em uma escala comparável àquela de William I após a Conquista. Cadwallader Colden, ao classificar a população em seu *State of the Province of New York* (1765), colocou "os Proprietários de Grandes Extensões de Terra", de 100.000 até mais de um milhão de acres, no ápice da pirâmide social. De acordo com James Truslow Adams, em *Provincial Society, 1690-1763* (1927), ao Capt. John Evens, um favorito do Governador Fletcher de Nova Iorque, foi concedida "*uma área de extensão indeterminada entre trezentos e cinquenta e seiscentos mil acres...*". Embora mais tarde lhe tenha sido oferecido £10.000 por esta terra, sua quitação anual era de apenas vinte xelins (isto é, £1). O Governador Bellmont mais tarde alegou que quase três quartos da terra disponível haviam sido concedidos a trinta pessoas durante o mandato de Fletcher. Lord Courney, governador de 1702-08, igualmente expediu grandes concessões, frequentemente chegando às centenas de milhares de acres, mas preferia dá-las a companhias de especuladores de terra. Na Nova Inglaterra, em contrapartida, Adams escreveu que o padrão anterior de concessões de terra a colonos para o estabelecimento de povoados levou a padrões mais igualitários de propriedade de terra. Infelizmente este padrão foi mais tarde suplantado pelas concessões de terra em larga escala a especuladores, tanto como indivíduos quanto como companhias, para venda posterior a colonos.⁸²

Essa grilagem de terras foi central para a história Americana desde o princípio, como Albert Jay Nock apontou: "*...desde o tempo do primeiro assentamento colonial até os dias de hoje, os Estados Unidos têm sido considerados um campo praticamente ilimitado para a*

⁷⁹ WAKEFIELD. *England and America* I:131, cit. Em *Ibid.*, pp. 756-7.

⁸⁰ MERIVALE, Herman. *Lectures on Colonisation and Colonies*, cit. em *Ibid.*, p. 757.

⁸¹ WAKEFIELD. *A View of the Art of Colonization*, pp. 332-3.

⁸² NASH, Gary B. *Class and Society in Early America*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1970. pp. 23, 33, 46.

especulação de valores de locação"⁸³.

*Se nosso desenvolvimento geográfico tivesse sido determinado de uma maneira natural, pelas demandas de uso em vez de pelas demandas de especulação [isto é, apropriada individualmente através do trabalho, como lockeanos, georgistas e mutualistas concordam ser justo], nossa fronteira ocidental ainda não estaria nem perto do Rio Mississippi. Rhode Island é o membro da União mais altamente populado, ainda assim pode-se dirigir de um fim dela ao outro em uma de suas estradas "diametrais" e dificilmente ver um sinal de ocupação humana.*⁸⁴

Uma das causas da Revolução Americana foi a "tentativa... de limitar o exercício dos meios políticos no que dizia respeito aos valores de locação" por parte da Grã-Bretanha (a saber, a proibição, em 1763, dos assentamentos a oeste da bacia do Atlântico). Isto prevenia a preempção da terra por especuladores em conluio com o estado.⁸⁵ Os livros de história convencionais, claro, retrataram isso como uma ofensa principalmente contra o apropriador individual, em vez de contra as grandes companhias de terra. Muitas das principais figuras no final do período colonial e começo do período republicano eram proeminentes investidores destas companhias de terra: por exemplo, Washington nas Companhias de Ohio, Mississippi e Potomac; Patrick Henry na Companhia Yazoo; Benjamin Franklin na Companhia Valdalia, etc.⁸⁶

Para que ninguém tire a conclusão de que a prática de se limitar o acesso da população à terra foi uma prática apenas do Império Inglês emperucado de Warren Hastings e Lord North⁸⁷, deveríamos ter em mente que ela foi seguida no "novo" Império também:

*A percepção da mesma verdade [declarada por Wakefield] tem, em tempos mais recentes, levado administradores coloniais em certas partes da África a reduzir as reservas tribais nativas e impor a taxação sobre os nativos que permanecem na reserva, com o objetivo de manter a oferta de trabalho para o empregador branco.*⁸⁸

⁸³ NOCK. *Our Enemy, the State*, p. 67.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 67 (nota).

⁸⁵ *Ibid.*, p. 69.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 71.

⁸⁷ N. do T.: Frederick North, segundo conde de Guilford, mais conhecido pelo seu título de cortesia, Lord North, que ele usou de 1752 até 1790, foi primeiro-ministro da Grã-Bretanha de 1770 a 1782. Ele comandou a Grã-Bretanha durante a maior parte da Guerra da Independência Americana. Ele também assumiu uma série de outros cargos de gabinete, incluindo o secretário do Interior e ministro das Finanças. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Frederick_North,_Lord_North. Acessado em 07 jun. 2016.

Warren Hastings, proeminente estadista Inglês, foi o primeiro governador-geral de Bengala, de 1772 a 1785, ele foi notoriamente acusado de corrupção e cassado em 1787, mas depois de um longo julgamento, foi absolvido em 1795. Foi nomeado Conselheiro Privado em 1814. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Warren_Hastings. Acessado em 07 jun. 2016.

⁸⁸ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, p. 222.

C. Repressão Política e Controle Social na Revolução Industrial

Mesmo após a expropriação de sua terra, a classe trabalhadora não estava suficientemente impotente. O estado ainda tinha que regular o movimento do trabalho, servir como um intercâmbio do trabalho em favor dos capitalistas e manter a ordem. E historicamente, esta função era mais vital quando o poder de barganha do trabalho ameaçava aumentar: *"era de se esperar que os esforços do Estado para controlar os salários e para restringir a liberdade de movimentação do trabalhador em uma sociedade capitalista fossem maiores quando a reserva de trabalho estivesse esgotada do quando ela estivesse inchada"*⁸⁹. Thorold Rogers descreveu a lei desde o período Tudor até a revogação dos Atos das Associações⁹⁰ em 1824 como

*uma conspiração... para enganar o trabalhador inglês quanto a seus salários, para atá-lo ao solo, para privá-lo de esperança e para degradá-lo à pobreza irremediável... Por mais de dois séculos e meio, a lei inglesa e aqueles que administraram a lei estavam engajados em triturar o trabalhador inglês à mais baixa insignificância, em erradicar toda expressão ou ato que indicasse qualquer descontentamento organizado e em multiplicar as penalidades sobre ele quando ele pensasse sobre seus direitos naturais.*⁹¹

Como vimos anteriormente, a liquidação do sistema da Igreja de assistência aos pobres deixou um vazio a ser preenchido pela dura regulamentação da classe trabalhadora pelo estado Tudor. O ato de Henry VIII em 1530 licenciou pedintes que eram velhos ou enfermos, ao passo que previa o chicoteamento e aprisionamento de "vagabundos fortes o suficiente para trabalhar". O Ato 27 de Henry VIII reforçava o estatuto com corte de orelha para os infratores duas vezes reincidentes e execução para três vezes. O Ato I de Edward VI (1547) condenava qualquer um que recusasse trabalho a ser escravo para quem quer que o denunciasse. O ato de 1572 de Elizabeth I prescrevia a execução de pedintes não licenciados na segunda infração, a menos que alguém os "levasse em serviço". Os estatutos só foram revogados ao final do século XVI, pelo Ato 12 de Anne, cap. 23, quanto já haviam feito seu trabalho. *"Desta maneira as pessoas do campo foram primeiro forçosamente expropriadas do solo, expulsas de suas casas, transformadas em vagabundos e então chicoteadas, marcadas, torturadas por leis grotescamente terríveis, até que tivessem a disciplina necessária para o sistema de salários"*⁹².

A revogação da legislação Tudor pela Rainha Anne não pôs, de maneira alguma, um fim à regulamentação imposta pelo estado à movimentação da classe trabalhadora. As leis de assentamento⁹³ haviam sido criadas nesse meio tempo e foram mais tarde

⁸⁹ *Ibid.*, pp. 23-4.

⁹⁰ N. do T.: "Combination Acts" em inglês. Dois atos do parlamento inglês, aprovados em 1799 e 1825, que proibiam sindicatos, greves e outros tipos de ações e organizações trabalhistas. Vide http://en.wikipedia.org/wiki/Combination_Act_1799 e http://en.wikipedia.org/wiki/Combination_Act_1825. Acessado em 09 jun. 2016.

⁹¹ ROGERS, T. *Six Centuries of Work and Wages*, cit. em *Ibid.*, p. 233.

⁹² MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, pp. 723-6.

⁹³ N. do T.: "Laws of Settlement" em inglês. Um ato do parlamento inglês que definia a que paróquia ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Par%C3%B3quia_\(divis%C3%A3o_administrativa\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Par%C3%B3quia_(divis%C3%A3o_administrativa))) cada pessoa

suplementadas pelas Leis das Associações e pelo estado policial de Pitt⁹⁴. O governo continuou a estabelecer salários máximos também.

O Ato de Assentamento data de 1662. Tinha havido uma boa quantidade de movimentação das classes inferiores durante o Interregno, caracterizada pela tendência das *"pessoas pobres... a se assentarem naquelas paróquias em que há o melhor estoque, as maiores terras comuns ou baldias para construir casas e os maiores bosques para eles queimarem ou destruírem"*. Como essa citação do preâmbulo poderia sugerir, o Ato tinha a intenção de remediar tal mobilidade excessiva. Sob seus termos, dois juízes de paz em cada condado tinham poderes para expulsar qualquer recém-chegado a uma paróquia sem recursos independentes e para devolvê-lo a sua paróquia de origem. A legislação era explicitamente direcionada contra camponeses e ocupadores⁹⁵ das terras comuns e foi evidentemente seguida *"pela destruição das casas erguidas nos tempos livres do interregno"*⁹⁶

Em uma citação anterior neste capítulo, Marx se referiu às "leis dos assentamentos" como análogas ao "édito de Tartar Boris Godunov" em seus efeitos sobre a população trabalhadora inglesa. Tivesse ele estado mais familiarizado com os eventos nos Estados Unidos na época em que escreveu, ele poderia ter se referido aos Códigos Negros⁹⁷ como

pertencia e exigia comprovantes sancionados pelo governo para que esta pessoa pudesse se mudar. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Poor_Relief_Act_1662. Acessado em 09 jun. 2016.

⁹⁴ N. do T.: William Pitt, o Jovem foi um político britânico do final do século XVIII e início do século XIX. Ele se tornou o mais jovem primeiro-ministro em 1783 com a idade de 24. Ele deixou o cargo em 1801, mas foi primeiro-ministro de novo desde 1804 até sua morte em 1806. Ele também foi o Chanceler do Tesouro durante todo seu governo. Ele é conhecido como "o mais novo" para distingui-lo de seu pai, William Pitt, o Velho, que já havia servido como primeiro-ministro.

O mandato de primeiro-ministro do Pitt mais novo, que surgiu durante o reinado de George III, foi dominado por grandes eventos na Europa, incluindo a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Pitt, embora muitas vezes referido como Tory, ou "novo Tory", chama-se a si mesmo de "Whig independente" e foi em geral oposto ao desenvolvimento de um sistema político-partidário rigoroso.

Ele é mais conhecido por liderar a Grã-Bretanha nas grandes guerras contra a França e Napoleão. Pitt era um administrador excepcional que trabalhou para a eficiência e para a reforma, colocando uma nova geração de administradores em circulação. Ele aumentou os impostos para pagar a grande guerra contra a França e reprimiu o radicalismo. Para enfrentar a ameaça de apoio irlandês à França, ele projetou os Atos de União de 1800 e tentou (mas não conseguiu) obter a Emancipação Católica como parte da União. Pitt criou o "novo conservadorismo", que reviveu o Partido Tory e permitiu-lhe permanecer no poder pelo próximo quarto de século. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/William_Pitt_the_Younger. Acessado em 09 jun. 2016.

⁹⁵ N. do T.: A ocupação (em inglês, "squatting") consiste em ocupar uma área abandonada ou desocupada de terras e/ou um edifício - geralmente residencial - de que o posseiro não é dono, não aluga e tampouco tem, de outra forma, permissão legal para usar. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Squatting>. Acessado em 09 jun. 2016.

⁹⁶ HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, pp. 141-2.

⁹⁷ N. do T.: Nos Estados Unidos, os Códigos Negro foram leis aprovadas por estados do Sul, em 1865 e 1866, após a Guerra Civil. Essas leis tiveram a intenção e o efeito de restringir a liberdade dos afro-americanos e de obrigá-los a trabalhar em uma economia laboral baseada em salários baixos e dívida. Desde o início de 1800, muitas leis, tanto no Norte quanto no Sul discriminavam sistematicamente os negros livres. No Sul, "códigos de escravos" colocavam restrições significativas sobre os negros americanos que não eram eles próprios escravos. Um dos principais objetivos dessas leis foi a manutenção do sistema de supremacia branca que tornou a escravidão possível.

Com as proibições legais da escravidão ordenadas pela Proclamação de Emancipação, pelos atos de legislatura estadual e, eventualmente, a Décima Terceira Emenda, os estados do Sul adotaram novas leis para regular a vida negra. A característica que definia os Códigos Negros era a

uma analogia melhor. Tivesse ele vivido até o século XX, ele poderia ter citado os sistemas de passaportes internos da África do Sul ou da União Soviética. Os controles do estado britânico sobre a movimentação da população durante a Revolução Industrial eram um sistema de controle totalitário comparável a todos esses.

Sob as Leis dos Pobres⁹⁸ e as Leis dos Assentamentos, um membro da classe trabalhadora inglesa estava restrito à paróquia de seu nascimento, a menos que um oficial de outra paróquia lhe concedesse uma autorização para lá residir. O estado mantinha a disciplina de trabalho impedindo os trabalhadores de votar com seus pés. Era difícil persuadir as autoridades paroquiais a conceder a um homem um certificado lhe dando o direito de se mudar para outra paróquia para buscar trabalho. Mesmo na rara ocasião em que tal certificado era concedido, equivalia a um sistema de peonagem em que a residência contínua do trabalhador na nova paróquia estava condicionada à manutenção da boa vontade de seu empregador. Os trabalhadores eram forçados a ficarem quietos e a venderem seu trabalho num mercado de compradores. Adam Smith ousou dizer que havia *"raramente um homem pobre de quarenta anos na Inglaterra... que não tenha, em alguma parte da sua vida, se sentido oprimido da maneira mais cruel por esta mal planejada lei dos assentamentos"*⁹⁹.

À primeira vista, isto pareceria também ser inconveniente para os empregadores em paróquias com escassez de trabalho.¹⁰⁰ As fábricas eram construídas em fontes de energia hidráulica, geralmente distantes de centros populacionais. Eram necessários milhares de trabalhadores, a serem importados de longe. Mas o estado resolveu o problema colocando a si mesmo como intermediário e fornecendo às paróquias pobres em trabalho um excedente barato de trabalho de outros lugares, privando os trabalhadores da capacidade de barganhar por melhores termos por sua própria conta. Esta prática equivaleu, em praticamente todos os sentidos do termo, a um mercado de escravos:

Sem dúvida, em certas épocas de atividade febril, o mercado de trabalho demonstra lacunas significantes. Em 1834, por exemplo. Mas então os fabricantes propuseram aos Comissários da Lei dos Pobres que eles mandassem a "população excedente" dos distritos agrícolas para o norte, com a explicação de "que os fabricantes a absorveriam e a esgotariam". "Agentes eram apontados com o

lei vadiagem, que permitia que as autoridades locais prendessem os libertos e os entregassem ao trabalho involuntário. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Black_Codes_\(United_States\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Black_Codes_(United_States)). Acessado em 09 jun. 2016.

⁹⁸ N. do T.: As Leis dos Pobres inglesas foram um sistema de assistência aos pobres que existiu na Inglaterra e no País de Gales e que se desenvolveu a partir de leis do final da Idade Média e da era Tudor, tendo sido codificadas entre 1587 e 1598. O sistema da Lei dos Pobres existiu até o surgimento do Estado de bem-estar moderno, após a Segunda Guerra Mundial.

As origens do sistema Inglês de Leis dos Pobres podem ser traçadas aos estatutos medievais que lidavam com mendigos e com a vadiagem, mas foi só durante o período Tudor que o sistema das Leis dos Pobres foi codificado. Mosteiros, a principal fonte de assistência aos pobres, haviam sido dissolvidos pela Reforma dos Tudors, fazendo com que a assistência aos pobres passasse de uma base largamente voluntária para um imposto obrigatório que era coletado no nível paroquial. No início, a legislação estava preocupada com vagabundos e em fazer com que os aptos trabalhassem, especialmente enquanto o trabalho estava em baixa oferta após a Peste Negra. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Poor_relief. Acessado em 09 jun. 2016.

⁹⁹ SMITH. *Wealth of Nations*, pp. 59-61.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 60.

consentimento dos Comissários da Lei dos Pobres... Um escritório foi estabelecido em Manchester, ao qual listas eram enviadas daqueles trabalhadores nos distritos agrícolas que desejavam emprego e seus nomes eram registrados em livros. Os fabricantes compareciam a estes escritórios e selecionavam tais pessoas da forma como escolhessem; ...eles davam instruções para tê-las despachadas a Manchester e elas eram enviadas, etiquetadas como fardos de mercadorias, através de canais ou com transportadores, outras vagando pela estrada e muitas delas eram encontradas no caminho perdidas e quase mortas de fome. Este sistema havia crescido até se tornar um comércio regular. Esta Casa dificilmente acreditará, mas eu os direi que este tráfico de carne humana era tão bem mantido, elas eram tão normalmente vendidas a estes... fabricantes quanto escravos são vendidos ao algodão cultivado nos Estados Unidos".¹⁰¹

Aí está: o estado Tudor sem os chicoteamentos, cortes de orelha e execuções; os Códigos Negros sem os linchamentos.

Crianças trabalhadoras, que não estavam, em todo caso, em qualquer posição de barganha, eram uma mercadoria popular nestes mercados de escravos pobres. De acordo com John Fielden ("The Curse of the Factory System", 1836).

Nos condados de Derbyshire, Nottinghamshire e, mais particularmente, em Lancashire, as máquinas recentemente inventadas eram usadas em grandes fábricas construídas às margens de córregos capazes de girar a roda d'água. Milhares de mãos foram repentinamente necessárias nestes lugares afastados das cidades.... Os dedos pequenos e ágeis de criancinhas sendo de muito longe os mais necessários, instantaneamente surgiu o costume de se obter aprendizes vindos das casas de trabalho¹⁰² paroquiais de Londres, Birmingham e outros lugares.¹⁰³

A ajuda "raramente era conferida sem que a paróquia reivindicasse o direito exclusivo de dispor, ao seu bel prazer, de todas as crianças da pessoa que recebia a ajuda", de acordo com o Comitê sobre Aprendizes Paroquiais, 1815.¹⁰⁴ Frances Trollope estimou que 200.000 crianças, no total, foram forçadas ao trabalho fabril.¹⁰⁵ Mesmo quando os comissários da Lei dos Pobres encorajavam a migração para paróquias pobres em trabalho, eles desencorajavam os homens adultos e a "[p]referência era dada às 'viúvas com grandes famílias de crianças ou artesãos... com grandes famílias'". Além disso, a disponibilidade de trabalho barato através dos comissários da lei dos pobres era deliberadamente usada para deprimir os salários; fazendeiros demitiam seus próprios

¹⁰¹ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 273; todo material entre aspas é do discurso de Ferrand na Câmara dos Comuns em 27 de April de 1863.

¹⁰² N. do T.: Uma casa de trabalho ("workhouse") na Inglaterra e no País de Gales era um lugar onde se oferecia alojamento e emprego às pessoas incapazes de se sustentar. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Workhouse>. Acessado em 09 jun. 2016.

¹⁰³ Cit. em *Ibid*, p. 746.

¹⁰⁴ HAMMOND, J. L.; HAMMOND, Barbara. *The Town Labourer (1760-1832)*. London: Longmans, Green & Co., 1917. v. 1. pp. 44, 147.

¹⁰⁵ HOFFMAN II, Michael A. *They Were White and They Were Slaves: The Untold History of the Enslavement of Whites in Early America*, 4th ed. Dresden, New York: Wiswell Ruffin House, 1992. p. 16.

diaristas e, em vez deles, solicitavam ajuda aos superintendentes.¹⁰⁶

Embora as Leis das Associações teoricamente se aplicassem aos mestres assim como aos operários, na prática elas eram impostas apenas contra os últimos.¹⁰⁷ "Um Trabalhador Fiador de Algodão" - um panfletista citado por E. P. Thompson¹⁰⁸ - descrevia "uma abominável combinação existente entre os mestres", na qual os trabalhadores que haviam deixado seus mestres por causa de discordâncias sobre salários eram efetivamente colocados na lista negra. As Leis das Associações exigiam que os suspeitos respondessem a interrogatórios sob juramento, autorizava os magistrados a dar julgamento sumário e permitia o confisco sumário de fundos acumulados para ajudar as famílias dos grevistas.¹⁰⁹ Em outras palavras, os trabalhadores sujeitos aos magistrados da Lei das Associações eram privados de todas as proteções de devido processo do direito comum. Os trabalhadores, longe de possuírem os muito proclamados "direitos do homem inglês", eram jogados em cortes com prerrogativas tão arbitrárias quanto a *Star Chamber*.¹¹⁰

Ao mesmo tempo, as leis estabelecendo as taxas máximas de pagamento equivaliam a um sistema estatal forçado de combinação para os mestres. Nas palavras imortais de Adam Smith, "[q]uando quer que a legislatura tente regular as diferenças entre mestres e seus empregados, seus conselheiros são sempre os mestres"¹¹¹.

No meio do século XIX, um examinador superficial poderia concluir, as reformas "progressistas" do estado finalmente começaram a remediar todos estes males. Mas como os historiadores do liberalismo social corporativo nos mostraram a respeito das reformas "progressistas" do século XX, estas "reformas" foram, na verdade, empreendidas no interesse da classe dominante. Seu efeito atenuante sobre as condições de trabalho, na medida real, mas limitada, em que elas ocorreram, foram um efeito colateral de seu propósito principal de aumentar a estabilidade política e de colocar a classe trabalhadora sob um controle social mais efetivo.¹¹²

A respeito da legislação do dia de dez horas, por exemplo, Marx a descreveu como uma tentativa dos capitalistas de regular a "*ganância por trabalho excedente*"; elas serviam para regular a economia no interesse da classe capitalista como um todo, de uma maneira que só poderia ser realizada agindo-se através do estado. Com a concorrência não limitada

¹⁰⁶ THOMPSON. *The Making of the English Working Class*, pp. 223-4.

¹⁰⁷ SMITH. *Wealth of Nations*, p. 61; HAMMOND; HAMMOND. *The Town Labourer*, v. 1, p. 74.

¹⁰⁸ THOMPSON. *The Making of the English Working Class*, pp. 199-202.

¹⁰⁹ HAMMOND; HAMMOND. *The Town Labourer*, pp. 123-7.

¹¹⁰ N. do T.: A Star Chamber (em latim: Camera stellata) era um tribunal do direito Inglês que se reunia no Palácio Real de Westminster desde o final do século 15 até 1641. Ela era composta de Conselheiros Privados, bem como por juízes de direito comum e suplementava as atividades do direito comum e dos tribunais de equidade em matéria civil e penal. O tribunal foi criado para garantir a justa aplicação das leis contra pessoas de destaque, aqueles tão poderosos que os tribunais comuns nunca os condenariam por seus crimes.

As sessões do Tribunal eram realizadas em segredo, sem acusações e sem testemunhas. As provas eram apresentadas por escrito. Com o tempo, evoluiu para uma arma política, um símbolo do uso indevido e do abuso de poder por parte da monarquia e dos tribunais ingleses. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Star_Chamber. Acessado em 09 jun. 2016.

¹¹¹ SMITH. *Wealth of Nations*, p. 61.

¹¹² Vide PIVEN; CLOWARD. *Regulating the Poor*, sobre como estes propósitos foram servidos pela legislação de bem-estar social e trabalhista do século XX.

pelo estado, a questão das condições de trabalho apresenta um dilema do prisioneiro para o capitalista individual; é do interesse da classe capitalista como um todo que a exploração do trabalho seja mantida em níveis sustentáveis, mas é do interesse do capitalista individual ganhar uma vantagem imediata sobre a concorrência usando sua própria força de trabalho até o ponto de ruptura. Como veremos no Capítulo 6 adiante sobre a ascensão do capitalismo monopolista, o real efeito de tais regulamentações é coordenar as práticas de trabalho através de um cartel imposto pelo estado, de maneira que estas práticas não mais sejam uma questão de concorrência entre as firmas.

*Estes atos refreiam a paixão do capital por uma drenagem ilimitada da força de trabalho, ao forçosamente limitar o dia de trabalho através de regulamentações estatais, feitas por um estado que é governado pelo capitalista e pelo senhorio. Afora o movimento da classe trabalhadora, que diariamente se tornava mais ameaçador, a limitação do trabalho fabril era ditada pela mesma necessidade que espalhou guano sobre os campos ingleses.*¹¹³

Marx se referiu, mais tarde no mesmo capítulo, a um grupo de 26 firmas cerâmicas de Staffordshire, incluindo Josiah Wedgwood¹¹⁴, peticionando o Parlamento em 1863 por "algum decreto legislativo"; a razão era que a concorrência prevenia os capitalistas individuais de voluntariamente limitar o tempo de trabalho das crianças, etc., tão benéfico quanto fosse para eles coletivamente: "*Tanto quanto deploremos os males antes mencionados, não seria possível preveni-los através de qualquer esquema de acordo entre os fabricantes... Levando todos estes ponto em consideração, chegamos à convicção que algum decreto legislativo é necessário*". Tentativas por parte dos empregadores de limitar o dia de trabalho voluntariamente para nove ou dez horas, em seu interesse coletivo, sempre chegavam a nada porque o empregador individual achava do seu interesse violar o acordo.¹¹⁵

Quanto aos sindicatos: mesmo após as Leis das Associações terem sido revogadas em 1825, a posição dos trabalhadores era diferente daquela dos mestres em relação ao contrato. "*As provisões dos estatutos trabalhistas quanto aos contratos entre mestres e operários, quanto a notificação e afins, que apenas permitem uma ação civil contra o mestre que quebre o contrato, mas, ao contrário, permitem uma ação criminal contra o operário que quebre o contrato, estão até esta hora (1873) em pleno vigor*"¹¹⁶.

Em 1871, os sindicatos foram oficialmente reconhecidos por Ato do Parlamento. Mas outro ato da mesma data (o Ato para emendar a Legislação Penal relativa à Violência, às Ameaças e ao Molestamento)¹¹⁷ teve o efeito de que "*os meios que os trabalhadores*

¹¹³ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 247.

¹¹⁴ N. do T.: Josiah Wedgwood foi um ceramista Inglês, fundador da empresa Wedgwood, creditado pela industrialização da produção de cerâmica. Um abolicionista proeminente, Wedgwood é lembrado por seu medalhão anti-escravidão "Não sou eu um homem e um irmão?". Ele era um membro da família Darwin-Wedgwood. Ele era o avô de Charles Darwin e Emma Darwin. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Josiah_Wedgwood. Acessado em 09 jun. 2016.

¹¹⁵ *Ibid.*, 276 (nota).

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 729.

¹¹⁷ N. do T.: Em inglês, Criminal Law Amendment Act de 1871 (34 e 35 Vict. C.32). É uma lei do Parlamento do Reino Unido aprovada pelo governo liberal de W.E. Gladstone. Foi aprovada no mesmo dia em que a Lei Sindical de 1871. William Edward Hartpole Lecky descreveu as implicações

*poderiam usar em uma greve ou lock-out*¹¹⁸ foram retirados das leis comuns a todos os cidadãos e colocados sob uma legislação penal de exceção, a interpretação da qual cabia aos próprios mestres, em sua qualidade de juizes de paz¹¹⁹. Assim, o estado ao mesmo tempo permitiu a negociação coletiva e proibiu a negociação coletiva fora das avenidas prescritas e reguladas pelo estado. Da mesma maneira, a grande "vitória do trabalho" no Wagner Act¹²⁰ foi seguida, em pouco tempo, pelo Taft-Hartley¹²¹, que criminalizou a maioria das táticas pelas quais as vitórias do CIO¹²² no começo dos anos trinta foram ganhas

da Lei: "... [a Lei] infligia um castigo de três meses de prisão, com trabalhos forçados, a qualquer um que tentasse coagir outro para fins comerciais através do uso de violência pessoal; através de ameaças tais que justificassem que magistrado detivesse o homem para manter a paz; ou pela persistência em seguir uma pessoa de um lugar para outro, escondendo suas ferramentas, roupas ou outros bens, observando e assediando sua casa, ou seguindo-lhe ao longo de qualquer rua ou estrada, com duas ou mais outras pessoas de uma forma desordenada. Estas últimas cláusulas foram dirigidas contra a prática de piquetes". Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Criminal_Law_Amendment_Act_1871. Acessado em 09 jun. 2016.

¹¹⁸ N. do T.: Greve de fabricantes em coalização, mediante o fechamento simultâneo das suas fábricas, o Lockout é a recusa por parte da entidade patronal em ceder aos trabalhadores os instrumentos de trabalho necessários para a sua atividade. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Lockout_\(industry\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Lockout_(industry)). Acessado em 09 jun. 2016.

¹¹⁹ *Ibid.*, pp. 729-30.

¹²⁰ N. do T.: O National Labor Relations Act ("Lei de Relações Nacionais de Trabalho", em tradução livre) de 1935, também conhecido como a "Wagner Act" em homenagem ao senador Robert F. Wagner de Nova Iorque, é uma lei fundamental do direito do trabalho dos EUA, que garante os direitos básicos dos funcionários do setor privado de se organizarem em sindicatos, negociarem coletivamente por melhores condições de trabalho e de tomarem ações coletivas, incluindo greve, se necessário. A lei também criou o National Labor Relations Board ("Conselho Nacional de Relações Trabalhistas"), que realiza eleições que podem exigir que os empregadores se envolvam em negociações coletivas com os sindicatos. A lei não se aplica aos trabalhadores abrangidos pela Railway Labour Act ("Lei Trabalhista Ferroviária"), empregados agrícolas, empregados domésticos, supervisores, trabalhadores dos governos federal, estaduais ou locais, contratantes independentes e alguns parentes próximos de empregadores individuais. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/National_Labor_Relations_Act. Acessado em 09 jun. 2016.

¹²¹ N. do T.: O Labor Management Relations Act ("Lei das Relações de Gestão do Trabalho"), de 1947, mais conhecido como a Taft-Hartley Act, é uma lei federal dos Estados Unidos que restringe as atividades e o poder dos sindicatos. A lei, ainda vigente, foi patrocinada pelo senador Robert Taft e pelo deputado Fred A. Hartley, Jr., e tornou-se lei, superando o veto do presidente norte-americano Harry S. Truman em 23 de junho de 1947. A Lei Taft-Hartley alterava o National Labor Relations Act (NLRA; informalmente o Wagner Act) que o Congresso aprovara em 1935.

A Lei Taft-Hartley proibiu greves jurisdicionais, greves relâmpago, greves de solidariedade ou políticas, boicotes secundários, piquetes secundários e em massa, fábricas totalmente sindicalizadas e doações em dinheiro pelos sindicatos para campanhas políticas federais. Também exigiu que dirigentes sindicais assinassem depoimentos de não comunismo com o governo. Fábricas sindicalizadas foram fortemente restringidas e os estados foram autorizados a aprovar leis de direito de trabalho que proibissem fábricas totalmente sindicalizadas. Além disso, o ramo executivo do governo federal poderia obter liminares fura-greve legais, se um ataque iminente ou em curso colocasse em perigo a saúde ou a segurança nacional, um teste que tem sido interpretado de forma ampla pelos tribunais. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Labor_Management_Relations_Act_of_1947. Acessado em 09 jun. 2016.

¹²² N. do T.: O Congresso das Organizações Industriais (CIO, na sigla em inglês), proposto por John L. Lewis, em 1928, era uma federação de sindicatos que organizavam trabalhadores em sindicatos industriais nos Estados Unidos e no Canadá de 1935 a 1955. A Lei Taft-Hartley de 1947 exigia que dirigentes sindicais jurassem que não eram comunistas. Muitos líderes do CIO se recusaram a obedecer essa exigência, mais tarde considerada inconstitucional. O CIO se fundiu com a Federação Americana do Trabalho para formar a AFL-CIO em 1955.

O CIO apoiava Franklin D. Roosevelt e a coalizão do New Deal, e estava aberto para os afro-americanos. Tanto o CIO quanto sua rival, a AFL, cresceram rapidamente durante a Grande Depressão. A rivalidade pelo domínio era amarga e às vezes violenta. O CIO (Comitê de

independentemente do estado. E, no processo, como Hilaire Belloc tão brilhantemente explicou, para o trabalhador, o contrato foi substituído pelo status - um passo na retrógrada grande marcha em direção à servilização industrial da população assalariada.¹²³ Vale a pena citar novamente um comentário de Adam Smith, um século mais cedo: "*Quando quer que a legislatura tente regular as diferenças entre mestres e seus operários, seus conselheiros são sempre os mestres*"¹²⁴.

O estilo de vida da classe trabalhadora sob o sistema fabril, com suas novas formas de controle social, era um rompimento radical com o passado. Ele envolvia uma drástica perda de controle sobre seu próprio trabalho. O calendário de trabalho do século XVII ainda tinha sido fortemente influenciado pelo costume medieval. Embora houvessem surtos de trabalho árduo entre a plantação e a colheita, períodos intermitentes de trabalho leve e a proliferação de dias santos se combinaram para reduzir a média de tempo de trabalho bem abaixo daquela de nossos próprios dias. E o ritmo de trabalho era geralmente determinado pelo sol e pelos ritmos biológicos do trabalhador, que levantava após uma noite decente de sono e se sentava para descansar quando tinha vontade. O camponês que tinha acesso à terra comum, mesmo quando queria uma renda extra de trabalho assalariado, poderia aceitar trabalho de forma ocasional e então voltar a trabalhar para si mesmo. Isto era um grau inaceitável de independência, de um ponto de vista capitalista.

*No mundo moderno, a maioria das pessoas tem que se adaptar a algum tipo de disciplina e observar os horários de outras pessoas, ...ou trabalhar sob as ordens de outras pessoas, mas temos que lembrar que a população que foi arremessada no ritmo brutal da fábrica havia ganho sua vida em relativa liberdade e que a disciplina das primeiras fábricas era particularmente selvagem... Nenhum economista da época, ao estimar os ganhos ou perdas do emprego fabril, jamais admitiu a tensão e a violência que um homem sofria em seus sentimentos quando ele passava de uma vida em que ele podia fumar ou comer, ou cavar ou dormir como lhe aprouvesse, para uma em que alguém virava a chave sobre ele e por quatorze horas ele não tinha sequer o direito de assoviar. Era como entrar na vida sem ar e sem riso de uma prisão.*¹²⁵

Como Oppenheimer sugeriu na citação anterior neste capítulo, o sistema fabril não poderia ter sido imposto sobre os trabalhadores sem primeiro ter-se lhes privado das alternativas e forçosamente lhes negado o acesso a qualquer fonte de independência econômica. Nenhum ser humano intacto, com um senso de liberdade e dignidade, teria se submetido à disciplina da fábrica. Steven Marglin comparava a fábrica têxtil do século XIX,

Organização Industrial) foi fundado em 9 de novembro de 1935, por oito sindicatos internacionais pertencentes à Federação Americana do Trabalho. Na sua declaração de propósito, o CIO disse que havia sido formado para incentivar a AFL a organizar os trabalhadores nas indústrias de produção em massa por indústria. O CIO não conseguiu mudar a política AFL por dentro. Em 10 de setembro de 1936, a AFL suspendeu todos os 10 sindicatos CIO (mais dois se juntaram no ano anterior). Em 1938, esses sindicatos formaram o Congresso de Organizações Industriais como uma federação sindical rival. Em 1955, o CIO voltou a AFL, formando a nova entidade conhecida como a Federação Americana do Trabalho-Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO). Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Congress_of_Industrial_Organizations. Acessado em 09 jun. 2016.

¹²³ BELLOC, Hilaire. *The Servile State*. Indianapolis: Liberty Classics, 1913, 1977.

¹²⁴ SMITH. *Wealth of Nations*, p. 61.

¹²⁵ HAMMOND; HAMMOND. *The Town Labourer*, v. 1, pp. 33-4.

formada por crianças pobres compradas no mercado de escravos das casas de trabalho, às fábricas Romanas de tijolos e cerâmica que eram operadas por escravos. Em Roma, a produção fabril era incomum nas manufaturas dominadas por homens livres. O sistema fabril, através da história, tem sido possível apenas com uma força de trabalho privada de qualquer alternativa viável.

*Os fatos sobreviventes... fortemente sugerem que se o trabalho era organizado ao longo de linhas de fábrica era, em tempos Romanos, determinado não por considerações tecnológicas, mas pelo poder relativo das duas classes produtoras. Homens livres e cidadãos tinham poder o suficiente para manter uma organização de guilda. Os escravos não tinham poder algum - e acabavam nas fábricas.*¹²⁶

O problema com o velho sistema de "doméstico"¹²⁷, em que os trabalhadores camponeses produziam têxteis em regime contratual, era que ele eliminava apenas o controle do trabalhador sobre o produto. O sistema fabril, ao também eliminar o controle do trabalhador sobre o processo de produção, introduziu as vantagens adicionais da disciplina e da supervisão, com os trabalhadores organizados sob um fiscal.

*...a origem e o sucesso da fábrica jaziam não na superioridade tecnológica, mas na substituição do controle do trabalhador pelo do capitalista sobre o processo e sobre a quantidade de produção, na mudança da escolha do operário de uma sobre quanto trabalhar e produzir, baseada em suas preferências por lazer e bens, para uma sobre trabalhar ou não absolutamente, que, claro, dificilmente é muito uma escolha.*¹²⁸

Marglin tomou o clássico exemplo de Adam Smith da divisão do trabalho na fabricação de alfinetes e o virou de ponta-cabeça. A maior eficiência resultava não da divisão do trabalho como tal, mas da divisão e sequenciamento do processo em tarefas separadas a fim de reduzir o tempo de montagem. Isto poderia ter sido realizado por um único trabalhador camponês separando as várias tarefas e então efetuando-as sequencialmente (isto é, esticando o fio para toda uma operação de produção, depois endireitando-o, depois cortando-o, etc.).

sem a especialização, o capitalista não tinha qualquer papel essencial a desempenhar no processo de produção. Se cada produtor pudesse, ele mesmo, integrar as tarefas componentes da manufatura de alfinetes em um produto comercializável, ele logo teria descoberto que ele não tinha nenhuma necessidade de lidar com o mercado de alfinetes através da intermediação do botador para fora. Ele poderia vender diretamente e apropriar para si mesmo o lucro que o capitalista

¹²⁶ MARGLIN, Steven A. What Do Bosses Do? The Origins and Functions of Hierarchy in Capitalist Production - Part I. *Review of Radical Political Economics*, vol. 6, n. 2, versão 1974.

¹²⁷ N. do T.: O Sistema doméstico ou putting-out vigorou a partir da Idade Moderna quando os burgueses passaram a ser considerados empresários e ofereciam aos artesãos as ferramentas necessárias para a produção de determinados produtos (cuja matéria-prima já era fornecida pelos burgueses) que era realizada, geralmente, em suas próprias casas. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Putting-out_system. Acessado em 09 jun. 2016.

¹²⁸ Ibid.

*derivava da mediação entre o produtor e o mercado.*¹²⁹

Este princípio está no centro da história da tecnologia industrial dos últimos duzentos anos. Mesmo dada a necessidade de fábricas para algumas formas de manufatura em larga escala e intensivas em capital, normalmente há uma escolha entre tecnologias produtivas alternativas dentro da fábrica. A indústria tem consistentemente escolhido tecnologias que desqualificam os trabalhadores e deslocam a tomada de decisão para cima na hierarquia gerencial. Já em 1835, o Dr. Andrew Ure (o pai ideológico do Taylorismo), argumentava que quanto mais qualificado o trabalhador, "*mais obstinado e... um componente menos adaptado de um sistema mecânico*" ele se tornava. A solução era eliminar processos que exigiam "*destreza e firmeza peculiares da mão... do ardiloso operário*" e substituí-los por um "*mecanismo tão autorregulador que uma criança possa supervisioná-lo*"¹³⁰. E o princípio foi seguido por todo o século XX. William Lazonick, David Montgomery, David Noble e Katherine Stone produziram um excelente conjunto de obras sobre este tema. Muito embora os experimentos corporativos em auto-gestão do trabalhador aumentem a moral e a produtividade e reduzam lesões e o absenteísmo para além das mais ousadas esperanças da gerência, eles normalmente são abandonados por medo da perda de controle.

Christopher Lasch, em seu prefácio ao *America by Design* de Noble, caracterizou o processo de desqualificação desta maneira:

O capitalista, tendo expropriado a propriedade do trabalhador, gradualmente expropriou seu conhecimento técnico também, afirmando seu próprio domínio sobre a produção...

*A expropriação do conhecimento técnico do trabalhador tinha como uma consequência lógica o crescimento da administração moderna, na qual o conhecimento veio a ser concentrado. Conforme o movimento do gerenciamento científico dividiu a produção em seus procedimentos componentes, reduzindo o trabalhador a um apêndice da máquina, uma grande expansão do pessoal técnico e de supervisão aconteceu a fim de fiscalizar o processo produtivo como um todo.*¹³¹

A expropriação do campesinato e a imposição do sistema de trabalho fabril não foram realizadas sem resistência; os trabalhadores sabiam exatamente o que estava sendo feito com eles e o que eles haviam perdido. Durante os anos 1790, quando a retórica dos Jacobinos¹³² e de Tom Paine¹³³ era muito difundida entre a classe trabalhadora radicalizada,

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ URE, Andrew. *Philosophy of Manufactures*. In THOMPSON. *Making of the English Working Class*, p. 360.

¹³¹ NOBLE, David. *America by Design: Science, Technology, and the Rise of Corporate Capitalism*. New York: Alfred A. Knopf, 1977. pp. xi-xii.

¹³² N. do T.: O Clube Jacobino é o clube político mais célebre da Revolução Francesa. O clube deve seu nome ao Convento dos Jacobinos, onde se instalou em 1789. A palavra designava os Dominicanos, após a colocação de seu convento principal ser feita na Rua Saint-Jacques (Jacques = jacobus em latim vulgar). Os jacobinos foram dos mais radicais partidários da Revolução Francesa que, apesar de liderarem a França apenas por um ano, entre 1793 e 94, deixaram uma marca de audácia e sanguinarismo que espantou o mundo. Foram apontados como o primeiro grupo revolucionário moderno, inspirador de uma série de outros movimentos do seu tempo. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_Jacobino. Acessado em 09 jun. 2016.

os governantes do "berço da liberdade" viviam em terror de que o país fosse varrido pela revolução. Os sistemas de controles de estado policial sobre a população lembravam um regime de ocupação. Os Hammonds se referiram à correspondência entre os magistrados do norte do país e o Home Office¹³⁴, em que a lei era francamente tratada "*como um instrumento não de justiça, mas de repressão*", e as classes trabalhadoras "*aparec[iam]... conspicuamente como uma população hilota*"¹³⁵.

...à luz dos papéis do Home Office, ...nenhum dos direitos pessoais inerentes aos ingleses possuía qualquer realidade para as classes trabalhadoras. Os magistrados e seus escriturários não reconheciam nenhum limite aos seus poderes sobre a liberdade e os movimentos dos homens trabalhadores. As Leis da Vadiagem¹³⁶ pareciam suplantar toda a Carta das liberdades de um inglês. Elas foram usadas para pôr na prisão qualquer homem ou mulher da classe trabalhadora que parecesse ao magistrado um personagem inconveniente ou perturbador. Elas ofereciam a maneira mais fácil e mais rápida de se proceder contra qualquer um que tentasse coletar dinheiro para as famílias de trabalhadores vítimas de lock-out ou

¹³³ N. do T.: Thomas Paine foi um político britânico, além de panfletário, revolucionário, radical, inventor, intelectual e um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América. Viveu na Inglaterra até os 37 anos, quando imigrou para as colônias britânicas na América, em tempo de participar da Revolução Americana. Suas principais contribuições foram os amplamente lidos "Common Sense" (1776), advogando a independência colonial americana do Reino da Grã-Bretanha, e "The American Crisis" (1776–1783), uma série de panfletos revolucionários. Depois, Paine influenciou bastante a Revolução Francesa. Escreveu "Rights of Man" (1791), um guia das ideias Iluministas. Mesmo não falando francês, foi eleito para a Convenção Nacional Francesa em 1792. Os Girondinos o viam como aliado, assim os Montagnards, especialmente Robespierre, o viam como inimigo. Em dezembro de 1793, ele foi aprisionado em Paris, e solto em 1794. Tornou-se notório por "The Age of Reason" (1793–94), um livro advogando Deísmo e argumentando contra a religião institucionalizada (doutrinas cristãs), e promovia a razão e o livre pensar, motivo pelo qual foi ridicularizado na América. Na França, também escreveu o panfleto "Agrarian Justice" (1795), discutindo as origens da propriedade, e introduziu o conceito de renda mínima. Paine permaneceu na França durante o início da Era Napoleônica, mas condenava a ditadura de Napoleão, chamando-o de "o mais completo charlatão que já existiu". A convite do Presidente Thomas Jefferson, em 1802 ele retornou aos Estados Unidos. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_Paine. Acessado em 09 jun. 2016.

¹³⁴ N. do T. O Home Office (HO) é um departamento ministerial do Governo do Reino Unido, responsável pela imigração, segurança e ordem pública. Como tal, é responsável pela polícia, vistos e imigração, e o Serviço de Segurança (MI5). Também é responsável pela política do governo sobre questões relacionadas à segurança, como drogas, combate ao terrorismo, e cartões de identificação. Antigamente, era responsável pelo Serviço Prisional e Serviço de Reinserção Social, mas estes foram transferidos para o Ministério da Justiça. Ele continua a ser conhecido, especialmente em documentos oficiais e quando referido no Parlamento, como Home Department. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Home_Office. Acessado em 09 jun. 2016.

¹³⁵ HAMMOND; HAMMOND. *Town Labourer*, p. 72.

¹³⁶ N. do T.: O Vagrancy Act de 1824 foi um ato do Parlamento do Reino Unido, que tornou crime dormir na rua ou mendigar. Qualquer um na Inglaterra e no País de Gales que fosse encontrado como sem-teto ou na tentativa de mendigar dinheiro de subsistência poderia ser preso. Os críticos, tais como William Wilberforce, condenaram a lei por ser um crime muito geral porque não considerava as circunstâncias quanto ao motivo que uma pessoa poderia ser colocada em tal situação. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Vagrancy_Act_1824. Acessado em 09 jun. 2016.

O Vagrancy Act de 1838 foi um ato do Parlamento do Reino Unido, sancionada em 29 de julho de 1838. Ela alterou o Vagrancy Act de 1824 para prever que qualquer pessoa liberada da custódia e aguardando um apelo contra uma condenação no âmbito dessa lei e que não reaparecer para o julgamento da apelação poderia ser presa novamente. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Vagrancy_Act_1838. Acessado em 09 jun. 2016.

*disseminar literatura que os magistrados achavam indesejável.*¹³⁷

Os "bobbies"¹³⁸ de Peel - uma força policial profissional - substituiu o sistema de posse comitatus¹³⁹ porque o último era inadequado para controlar uma população de trabalhadores cada vez mais descontentes. Na época do ludismo¹⁴⁰ e de outras perturbações, os oficiais da coroa eram advertidos de que "*pôr em efeito o Ato de Vigilância e Defesa*"¹⁴¹ *seria pôr armas nas mãos dos mais poderosamente desafetos*". No princípio da guerra com a França, Pitt acabou com a prática de aquartelar o exército em tabernas, misturado com a população em geral. Em vez disso, os distritos manufatureiros eram cobertos com quarteis, como "*puramente uma questão de polícia*". As áreas manufatureiras "*vieram a se assemelhar a um país sob ocupação militar*"¹⁴².

O estado policial de Pitt foi suplementado por uma vigilância semiprivado, na honrada tradição dos camisas negras¹⁴³ e esquadrões da morte desde então. Por exemplo,

¹³⁷ *Ibid.*, p. 80.

¹³⁸ N. do T.: Gíria inglesa para policial, baseada no nome do político inglês Robert ("Bobbie") Peel, fundador da força policial inglesa. Sir Robert Peel foi um estadista conservador britânico, que serviu como primeiro-ministro do Reino Unido de 10 de dezembro de 1834 a 8 de Abril 1835, e também de 30 de agosto de 1841 to 29 de junho de 1846. Enquanto ministro do Interior, Peel ajudou a criar o conceito moderno da força policial, levando a um novo tipo de funcionário conhecido como "bobbie" (na Inglaterra) e "peelers" (na Irlanda), seus homônimos pessoais. Como primeiro-ministro, Peel emitiu o Manifesto Tamworth (1834), durante seu breve primeiro período no cargo, levando à formação do Partido Conservador a partir de um Partido Tory despedaçado; em seu segundo governo, ele revogou as Leis do Milho. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_Peel. Acessado em 09 jun. 2016.

¹³⁹ N. do T.: Posse Comitatus é a autoridade, outorgada pela lei comum ou por uma estatutária, de um xerife de condado, ou outro oficial da lei, de recrutar qualquer homem sadio para ajudá-lo a manter a paz ou para perseguir e prender um criminoso. Originalmente encontrado no direito comum inglês, geralmente é obsoleto; no entanto, ele sobrevive nos Estados Unidos, onde é o equivalente a aplicação da lei de convocar a milícia para fins militares. O termo deriva da Posse Comitatus Latina, "o poder da comunidade". Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Posse_comitatus. Acessado em 09 jun. 2016.

¹⁴⁰ N. do T.: O ludismo (ou luddismo) foi um movimento que ia contra a mecanização do trabalho proporcionado pelo advento da Revolução Industrial. Adaptado aos dias de hoje, o termo ludita (do inglês luddite) identifica toda pessoa que se opõe à industrialização intensa ou a novas tecnologias, geralmente vinculadas ao movimento operário anarcoprimitivista. As reclamações contra as máquinas e a sua substituição em relação à mão-de-obra humana, já eram normais. Mas foi em 1811, na Inglaterra, que o movimento operário estourou, ganhando uma dimensão significativa. O nome deriva de Ned Ludd, personagem criada a fim de disseminar o ideal do movimento operário entre os trabalhadores. Os luditas chamaram muita atenção pelos seus atos. Invadiram fábricas e destruíram máquinas, que, segundo os luditas, por serem mais eficientes que os homens, tiravam seus trabalhos, requerendo, contudo, movimentos operários e duras horas de jornada de trabalho. Os luditas ficaram lembrados como "os quebradores de máquinas". Vide: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludismo>. Acessado em 09 jun. 2016.

¹⁴¹ N. do T.: "Um Ato de Preservação mais eficaz da Paz, impondo os deveres de Vigilância e Defesa, até o primeiro dia de março de 1814, em locais onde os Distúrbios prevaleçam ou sejam apreendidos". Este ato é em resposta aos motins para quebrar máquinas e os atos de violência e assassinato por parte dos luditas, especialmente os ataques a usina de Joseph Foster em Horbury, Wakefield e ao moinho Rawfold em Liversedge, ambos ocorridos em abril de 1812, bem como interrupções em outras partes do país.

¹⁴² *Ibid.*, pp. 91-2.

¹⁴³ N. do T.: A Milícia Voluntária para a Segurança Nacional foi um grupo paramilitar da Itália fascista que mais tarde passou a ser uma organização militar. Devido a cor de seu uniforme, seus membros ficaram conhecidos como camisas negras (em italiano: Camicie nere). Provavelmente inspirado pelos camisas-vermelhas de Garibaldi, sua atividade está enquadrada a partir do período entre guerras até

a "Associação para a Proteção da Propriedade contra Republicanos e *Levellers*¹⁴⁴" - uma associação anti-jacobina da pequena aristocracia e donos de moinhos - condiziam buscas casa a casa e organizavam queimas de efígies de Guy Fawkes¹⁴⁵ contra Paine; "Pela Igreja e pelo Rei" as turbas aterrorizavam os suspeitos radicais.¹⁴⁶

Thompson caracterizou este sistema de controle como um "*apartheid político e social*", e argumentou que "*a revolução que não aconteceu na Inglaterra foi plenamente tão devastadora*" quanto a que aconteceu na França.¹⁴⁷

D. Colonialismo e Escravidão; Mercantilismo e a Criação do "Mercado Mundial"

A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, a escravização e o sepultamento da população aborígine em minas, o início da conquista e do saqueamento das Índias Orientais, a transformação da África em um viveiro para a caça comercial de negros sinalizavam a aurora rósea da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são os principais momentos da acumulação primitiva. Sobre seus calcanhares caminha a guerra comercial das nações Europeias, com o globo enquanto teatro...

*.... Os tesouros capturados fora da Europa através da pilhagem, da escravização e do assassinio indisfarçados flutuaram de volta para a pátria mãe e lá foram transformados em capital.*¹⁴⁸

Devemos encontrar novas terras das quais possamos facilmente obter matérias-primas e, ao mesmo tempo, explorar o trabalho escravo barato dos nativos das colônias que está disponível. As colônias também forneceriam um terreno de

o fim da Segunda Guerra Mundial. O termo é aplicado a diferentes grupos que imitavam o uniforme, como os blackshirts da União Britânica de Fascistas e a SS do partido nazista alemão. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Camisas_negras. Acessado em 09 jun. 2016.

¹⁴⁴ N. do T.: Os Levellers ("niveladores", em tradução livre) foram um movimento político durante a Guerra Civil Inglesa que enfatizava a soberania popular, o sufrágio estendido, a igualdade perante a lei, e tolerância religiosa, todos os quais foram expressas no manifesto "Acordo do Povo". Eles vieram a ter proeminência no final da Primeira Guerra Civil Inglesa e foram mais influentes antes do início da Segunda Guerra Civil. As visões e o apoio dos Leveller eram encontrados na população da cidade de Londres e, em alguns regimentos do New Model Army. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Levellers>. Acessado em 09 jun. 2016.

¹⁴⁵ N. do T.: Guy Fawkes, também conhecido como Guido Fawkes, o nome que ele adotou enquanto lutava pelos espanhóis nos Países Baixos, era membro de um grupo de católicos ingleses provinciais que planejou a falha Conspiração da Pólvora ("Gunpowder Plot") de 1605. A Conspiração da Pólvora de 1605, em séculos anteriores muitas vezes chamada de Conspiração da Traição da Pólvora ou de Traição Jesuíta, foi uma fracassada tentativa de assassinato contra o rei James I da Inglaterra e VI da Escócia por um grupo de católicos ingleses provinciais liderada por Robert Catesby. O plano era explodir a Câmara dos Lordes, durante a Declaração de Abertura do Parlamento da Inglaterra em 05 de novembro de 1605, como o prelúdio de uma revolta popular na região de Midlands, durante a qual a filha de nove anos de idade de James, a princesa Elizabeth, deveria ser instalada como a chefe Católica do estado. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Guy_Fawkes. Acessado em 09 jun. 2016.

¹⁴⁶ Planting the Liberty Tree. In: THOMPSON. Making of the English Working Class, cap. 5.

¹⁴⁷ Ibid., pp. 197-8.

¹⁴⁸ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 741.

*despejo para os bens excedentes produzidos em nossas próprias fábricas.*¹⁴⁹

Além de sua transformação da sociedade nacional, o estado auxiliou a acumulação de capital através do mercantilismo. O "mercado global" moderno não foi criado por forças do livre mercado. Assim como a produção capitalista na Europa Ocidental, ele foi uma criação artificial do estado, imposta por uma revolução vinda de cima. O mercado global foi estabelecido pela conquista Europeia da maior parte do mundo e pela supremacia naval das potências Europeias Ocidentais. A manufatura para servir a um mercado global foi encorajada pela intervenção estatal para impedir a entrada de bens estrangeiros, dar à frota Europeia um monopólio do comércio exterior e acabar com a concorrência estrangeira através da força. Uma vez que o processo de criação de um mercado global único tem sido tão intimamente identificado, desde a metade do século XVII, com a hegemonia da Grã-Bretanha sobre as outras potências Europeias Ocidentais, nos focaremos no mercantilismo e na política colonial britânicas nesta seção. Nossa pesquisa aqui não tem a intenção de ser sequer uma visão sistemática dos vários temas subsidiários na evolução do colonialismo; como a citação panorâmica de Marx acima sugere, o assunto é demasiado amplo para nós sequer tocarmos brevemente em todos seus principais subtópicos. O que se segue é apenas um olhar bastante irregular sobre alguns dos aspectos mais interessantes do assunto que chamaram nossa atenção em especial.

As guerras Holandesas¹⁵⁰ durante o Interregno e o reino de Charles II estabeleceram a Inglaterra como a potência mercantilista dominante no mundo. O transporte comercial holandês foi largamente eclipsado, e "*o núcleo de todos os assentamentos posteriores na Índia*" foram ganhos dos holandeses. No processo, o valor das ações da Companhia das Índias Orientais¹⁵¹ aumentaram em nove vezes. A Companhia das Índias Orientais, estabelecida por carta régia desde Cromwell¹⁵², não apenas gozava de laços íntimos com o

¹⁴⁹ RHODES, Cecil. In: DEVELOPMENT as Enclosure, p. 134.

¹⁵⁰ N. do T.: As chamadas Guerras Anglo-Holandesas, também referidas como Guerras Anglo-Neerlandesas, foram uma série de conflitos navais que se desenvolveram entre o século XVII e o XVIII entre o Reino Unido, (mais tarde Reino da Grã-Bretanha, durante a quarta guerra) e a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos pelo controle das rotas marítimas. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Anglo-Dutch_Wars. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁵¹ N. do T.: A Companhia das Índias Orientais (East India Company, em inglês), era uma sociedade anônima inglesa e, mais tarde, britânica, formada para perseguir o comércio com as Índias Orientais, mas que acabou negociando principalmente com o subcontinente indiano e China de Qing. Originalmente licenciada como "Governador e Companhia de Mercadores de Londres em comércio com as Índias Orientais", a empresa ascendeu até ser responsável por metade do comércio mundial, particularmente em produtos básicos, incluindo algodão, seda, corante índigo, sal, salitre, chá e ópio. A empresa recebeu uma Carta Régia da Rainha Elizabeth em 31 de dezembro de 1600, tornando-a a mais antiga entre várias Companhias das Índias Orientais europeias formadas de forma semelhante. Ricos comerciantes e aristocratas detinham as ações da Companhia. O governo não possuía ações e tinha apenas um controle indireto. A empresa eventualmente acabou por governar vastas áreas da Índia com os seus próprios exércitos privados, exercendo o poder militar e assumindo funções administrativas. Apesar da intervenção frequente do governo, a empresa tinha problemas recorrentes com suas finanças e acabou dissolvida em 1874. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/East_India_Company. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁵² N. do T.: Oliver Cromwell foi um líder militar e político Inglês e, mais tarde Lord Protector da Commonwealth da Inglaterra, Escócia e Irlanda. Ele foi eleito membro do Parlamento por Huntingdon em 1628 e por Cambridge no Curto (1640) e no Longo (1640-1649) Parlamntos. Ele entrou na Guerra Civil inglesa do lado dos "Roundheads" ou parlamentaristas. Apelidado de "Old Ironsides", ele foi rapidamente promovido da liderança de uma única tropa de cavalaria a ser um dos principais comandantes do New Model Army, desempenhando um papel importante na derrota das forças

estado inglês, mas agia como representante dele; ela tinha o apoio financeiro e militar do estado por trás de seu domínio.¹⁵³

Além da supremacia naval decorrente destas guerras e das colônias holandesas adicionadas aos domínios ingleses, a posição britânica foi ainda mais consolidada pelo Ato de Navegação¹⁵⁴.

*O monopólio imperial criado pelo Ato de Navegação permitiu aos mercadores comprar barato exportados ingleses e coloniais e vendê-los caro no exterior, comprar bens estrangeiros baratos e vendê-los caro na Inglaterra. Isto aumentou os lucros dos mercadores e forçou a renda nacional do consumo para o capital, especialmente para a indústria artificialmente estimulada da construção de embarcações, que estourou. Graças às novas construções e aos prêmios capturados na guerra, acredita-se que a tonelagem da frota inglesa tenha mais do que dobrado entre 1640 e 1686.*¹⁵⁵

O comércio realizado sob tais condições monopolísticas era uma fonte muito mais lucrativa de acumulação do que a indústria, fornecendo enormes somas de capital para investimento na revolução industrial do final do século XVIII.¹⁵⁶

Expoentes modernos do "livre mercado" geralmente tratam o mercantilismo como uma tentativa "equivocada" de promover algum interesse nacional unificado, adotado por uma sincera ignorância dos princípios econômicos. Na verdade, os arquitetos do mercantilismo sabiam exatamente o que eles estavam fazendo. O mercantilismo era extremamente eficiente para seu real propósito: tornar ricos os interesses dos abastados

monarquistas. Cromwell foi um dos signatários do mandado de execução do rei Charles I em 1649 e dominou a curta vida da Commonwealth da Inglaterra como membro do Parlamento Rump (1649-1653). Durante este período, uma série de Leis Penais foram aprovadas contra os católicos romanos (uma minoria significativa na Inglaterra e na Escócia, mas a grande maioria na Irlanda), e uma quantidade substancial de sua terra foi confiscada. Em 20 de abril de 1653, ele fechou o Parlamento Rump à força, criando uma assembleia nomeada de vida curta, conhecida como Parlamento de Barebone, antes de ser convidado por seus colegas líderes para governar como Lord Protector da Inglaterra (que incluía Wales na época), Escócia e na Irlanda a partir de 16 de dezembro 1653. Como governante, ele executou uma política externa agressiva e eficaz. Ele morreu de causas naturais em 1658 e foi enterrado na abadia de Westminster, sendo seguido pelo governo de curta duração de seu filho Richard Cromwell. Os monarquistas voltaram ao poder em 1660 e desenterraram seu cadáver, o penduraram em correntes e o decapitaram. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Oliver_Cromwell. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁵³ HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 129.

¹⁵⁴ N. do T.: Os Atos de Navegação foram uma série de leis que restringiam o uso de navios estrangeiros para o comércio entre a Grã-Bretanha e suas colônias. Eles começaram em 1651 e terminaram 200 anos mais tarde. Eles refletiam a política do mercantilismo, que procurou manter todos os benefícios do comércio dentro do Império e minimizar a perda de ouro e prata para os estrangeiros. Proibiram as colônias de negociar diretamente com a Holanda, Espanha, França, e suas colônias.

Em 1651, a assinatura desses Atos contribuiu decisivamente para o crescimento econômico, impulsionando o capitalismo inglês, ao favorecer a indústria naval e a burguesia mercantil. Constituiu-se em uma das mais importantes atitudes políticas tomadas pelo governo puritano de Cromwell, que havia derrubado a Monarquia em 1649 e que transformou a Inglaterra numa república ditatorial por cerca de dez anos. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Navigation_Acts. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 127.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 128.

fabricantes às custas de todos os outros. Adam Smith consistentemente atacava o mercantilismo, não como um produto de um erro econômico, mas como uma tentativa bastante inteligente por parte de interesses poderosos de se enriquecer através do poder coercivo do estado.

Apesar da teórica preocupação do mercantilismo com a balança comercial, seu interesse prático era com os *termos* favoráveis do comércio - comprar barato e vender caro.¹⁵⁷ E isto era bastante racional, dada a existência de mercados externos cativos. Defensores modernos do livre comércio assumem um mundo mítico de soberania do consumidor, em que o capital doméstico não tem nenhum poder compulsivo sobre os mercados externos. Mas isto é falso mesmo do mundo de hoje, que dirá do mundo dos séculos XVII e XVIII.

*A razão pela qual uma demanda externa inelástica deveria ter sido tão facilmente assumida não está, a princípio, muito clara. Uma razão principal pela qual eles imaginavam que os exportados poderiam ser forçados sobre outros países a um preço aumentado, sem a diminuição da quantidade, era provavelmente porque eles estavam pensando não em termos das condições do século XIX, em que mercados alternativos estavam geralmente disponíveis para um país, mas de uma situação em que uma pressão considerável, senão uma efetiva coerção, poderia ser aplicada aos países com quem se fazia a maior parte de seu comércio.*¹⁵⁸

Embora as oportunidades para a pilhagem doméstica tenham sido largamente esgotadas (pelo menos por enquanto), as possibilidades da força bruta em domínios estrangeiros eram impressionantes:

*Quanto ao mercado interno, a experiência tinha presumivelmente ensinado [aos legisladores] que tais medidas [busca de renda¹⁵⁹ regulatória e troca desigual às custas de outros capitalistas] poderiam rapidamente chegar a um limite, especialmente quando o campo já estava congestionado com privilégios e regulamentações monopolísticas. Aqui havia pouca chance de um mercador, ao expandir seus limites, economizar às custas de outro; e o comércio interno era consequentemente considerado como produzindo pouca chance de ganho a partir de mais regulamentação. Mas em terras virgens do outro lado dos mares, com populações nativas a serem espoliadas e escravizadas e colonizadores a serem economicamente arregimentados, a situação parecia completamente diferente e os prospectos do comércio forçado e da pilhagem devem ter parecido abundantemente ricos.*¹⁶⁰

¹⁵⁷ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, p. 202.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 203-4.

¹⁵⁹ N. do T.: Na economia, rent-seeking ou busca de renda é uma tentativa de derivar renda econômica da manipulação do ambiente social ou político no qual as atividades econômicas ocorrem, em vez de agregar valor. Um exemplo de rent-seeking é a limitação do acesso a cargos qualificados imposta pelas guildas medievais. Muitos estudos atuais sobre rent-seeking focam nos esforços para capturar vários privilégios de monopólio decorrentes da regulação governamental da competição de livre iniciativa. O próprio termo deriva, no entanto, da antiga prática de apropriar uma porção da produção ao ganhar a propriedade ou controle da terra. Vide: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rent-seeking>. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 210.

Em sua dependência do estado para impor o intercâmbio desigual, os mercadores capitalistas estavam agindo na tradição de seus ancestrais, os oligarcas que haviam assumido o controle das guildas artesanais e das cidades no final da Idade Média e se estabeleceram como intermediários entre os artesãos urbanos e os camponeses rurais.

*Conforme um escritor disse sobre ela, esta era a antiga 'política da cidade, magnificada nos assuntos do Estado'. Era uma política de monopólio similar àquela que, em um estágio anterior, as cidades haviam seguido em suas relações com a zona rural à sua volta, e que os mercadores e mercadores-manufatureiros das companhias privilegiadas haviam seguido em relação aos trabalhadores artesãos.*¹⁶¹

A Irlanda foi um ensaio geral antecipado para uma série de temas atrozes que iriam ser recorrentes por toda a história do colonialismo. A Irlanda, durante e após a conquista de Cromwell, experimentou uma taxa de mortalidade comparável aos Campos de Morte¹⁶² de Pol Pot ou do Timor Leste após a invasão de Suharto¹⁶³.

As sociedades coloniais da Austrália e do Novo Mundo dependiam fortemente de trabalho escravo de um tipo ou de outro. De acordo com Wakefield, quando a terra barata estava disponível nas colônias, a única maneira para o capitalista obter trabalho com algum lucro era empregar trabalho presidiário ou escravo. Embora, como vimos anteriormente, Wakefield preferisse uma política governamental de artificialmente aumentar os preços para expulsar os trabalhadores do mercado de terras, ele reconheceu a escravidão como um imprevisto necessário quando o trabalho fosse escasso em relação à terra.¹⁶⁴

Como foi o caso do uso de uma guerra de terror em grande escala para assegurar o controle da Irlanda e expropriar a terra dos nativos, o uso em larga escala do trabalho escravo em colônias estrangeiras teve como pioneiro (ao menos nos domínios britânicos)

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 206.

¹⁶² N. do T.: Os Campos de morte ("Killing Fields", em inglês) são uma série de locais no Camboja, onde um grande número de pessoas foi morto e enterrado pelo regime comunista do Khmer Rouge, durante seu domínio do país 1975-1979, imediatamente após o final da guerra civil do Camboja (1970-1975). Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Killing_Fields. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁶³ N. do T.: A invasão indonésia do Timor Leste começou em 7 de dezembro de 1975, quando os militares indonésios invadiram Timor Leste sob o pretexto de anticolonialismo. A derrubada de um governo popular e brevemente liderado pela Fretilin posteriormente provocou uma ocupação violenta durante um quarto de século em que se estima que entre cerca de 100,000 a 180,000 soldados e civis tenham sido mortos ou tenham morrido de fome. A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação em Timor Leste documentou uma estimativa mínima de 102.000 mortes relacionadas ao conflito em Timor Leste ao longo de todo o período de 1974 a 1999, incluindo 18.600 mortes violentas e 84.200 mortes por doença e fome; as forças indonésias e os seus auxiliares combinados foram responsáveis por 70% das mortes. Durante os primeiros meses da ocupação, os militares indonésios enfrentaram resistência insurgência pesada no interior montanhoso da ilha, mas a partir de 1977-1978, os militares adquiridos novo armamento avançado dos Estados Unidos, Austrália e de outros países, para destruir quadro da Fretilin. No entanto, as duas últimas décadas do século viram contínuos embates entre grupos timorenses indonésios quanto ao estatuto de Timor Leste, até 1999, quando a maioria dos timorenses votou pela independência em um referendo de uma missão das Nações Unidas no Timor Leste, o que foi finalmente alcançado em 2002. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Indonesian_invasion_of_East_Timor e https://en.wikipedia.org/wiki/Indonesian_occupation_of_East_Timor. Acessados em 10 jun. 2016.

¹⁶⁴ WAKEFIELD. *A View of the Art of Colonization*, p. 324-6.

Cromwell. Uma das primeiras fontes de escravos foi o derrotado povo irlandês, junto com os inimigos internos do Protetorado¹⁶⁵. Ser "Barbadosado" apareceu como um novo verbo, se referindo ao maciço tráfico de criminosos políticos transportada àquela ilha.

Os Estados Unidos foram construídos sobre trabalho escravo. A maior parte das pessoas está mais ou menos ciente da importância da escravidão Africana no Novo Mundo (como Joshua Gee escreveu em 1729, "[t]odo este grande aumento em nosso tesouro provém principalmente do trabalho dos negros nas plantations"¹⁶⁶). Por essa razão e para não minimizar sua significância ou sua absoluta brutalidade, nos focamos aqui no trabalho coagido de condenados e de servos por dívida¹⁶⁷, sobre os quais, em geral, se sabe muito menos. Dada a escala da escravidão negra e do trabalho branco de condenados e servos por dívida, é provável que a vasta maioria dos americanos em 1776 fossem descendentes daqueles trazidos para cá acorrentados.

Abbot Smith, um especialista na história do trabalho presidiário e por dívida, estima que de metade a dois terços dos imigrantes brancos das colônias da América do Norte pertenciam a uma dessas categorias.¹⁶⁸ Embora as estimativas da medida de tal imigração variem, todas são bastante altas. De acordo com *History of the United States* de Edward Channing, 10.000 membros da classe baixa britânica foram sequestrados para transporte em 1670. Um panfleto de 1680 fornece a mesma cifra.¹⁶⁹ Apenas na Virgínia, Thomas Wertenbaker estimou que algo entre 1.500 e 2.000 entraram na colônia anualmente entre 1635 e 1705. O trabalho servil por dívida foi a base da produção nas colônias de tabaco durante todo o século XVII.¹⁷⁰

Do final do século XVII em diante, a economia de tabaco passou a depender principalmente de escravos negros, como um meio de controle social. As mal desenvolvidas

¹⁶⁵ N. do T.: Na história da Inglaterra, Escócia e Irlanda, dá-se o nome de O Protetorado, Ditadura Cromwell ou República Puritana à Commonwealth da Inglaterra, Escócia e Irlanda sob o governo de um Lord Protector, no período 1653-1659. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Protetorado. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁶⁶ HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 185.

¹⁶⁷ N. do T.: O trabalho servil por dívida era um sistema de trabalho, permitindo aos jovens pagarem a sua passagem para o Novo Mundo trabalhando para um empregador por um certo número de anos. Foi amplamente utilizado no século XVIII nas colônias britânicas na América do Norte e em outros lugares. Foi especialmente usado como um caminho para jovens pobres na Grã-Bretanha e nos estados alemães para conseguir passagem para as colônias americanas. Eles trabalhavam por um número fixo de anos e, então, estariam livres para trabalhar por conta própria. O empregador comprava a escritura do capitão de mar que trazia os jovens. Alguns trabalhavam como agricultores ou ajudantes para esposas da fazenda, alguns eram aprendizes de artesãos. Ambos os lados estavam legalmente obrigados a cumprir os termos, que eram impostos por tribunais americanos locais. Fugitivos eram procurados e devolvidos. Cerca de metade dos imigrantes brancos para as colônias americanas nos séculos XVII e XVIII eram servos por dívida. Durante o final do século XVII e início do XVIII, crianças pobres da Inglaterra e da França eram sequestradas e vendidas para o trabalho servil no Caribe por um período mínimo de cinco anos, mas a maioria das vezes os seus contratos eram comprados e vendidos várias vezes e alguns trabalhadores nunca alcançaram sua liberdade. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Indentured_servant. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁶⁸ LEYBURN, James G.. *The Scotch-Irish: A Social History*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina Press, 1962. p. 176.

¹⁶⁹ HOFFMAN II. *They Were White and They Were Slaves*, pp. 55, 77.

¹⁷⁰ WERTENBAKER, Thomas J. *The First Americans: 1607-1690*. Chicago: Quadrangle Books, 1971. pp. 24-5.

distinções legais entre o trabalho negro e o branco, combinadas com o tratamento brutal de ambos e sua íntima associação nas *plantations* ameaçavam a aristocracia fundiária com a solidariedade birracial de classe. Esta ameaça se tornava concreta de tempos em tempos na forma de revoltas - especialmente a Rebelião de Bacon¹⁷¹, em que trabalhadores brancos e negros juntos quase derrubaram o governo colonial. Como resultado, o status legal dos escravos negros foi legalmente formalizado em códigos de escravos¹⁷² na década de 1670, e o "privilégio da pele branca" e a ideologia racista foram usados como meio para dividir e conquistar. A mudança para o trabalho negro na *plantation* reduziu a ameaça de guerra social. Mesmo assim, servos por dívida e condenados continuaram a ser uma parte principal da força de trabalho branca, e o início do transporte em larga-escala de criminosos após 1718 ameaçaram a trêmula paz social uma vez mais.¹⁷³

Quanto ao século XVIII, deixando de lado os servos por dívida voluntários, Arthur Ekirch estimou que "em torno de 50.000" condenados foram transportados vindos das Ilhas Britânicas.¹⁷⁴ Somente os trabalhadores condenados já representavam "tanto quanto um quarto de todos os emigrantes britânicos para a América colonial..."¹⁷⁵. Para que ninguém alegue que tal servidão era involuntária apenas para aqueles culpados de crimes, deveríamos ter em mente a natureza de suas ofensas. O típico transportado era um contraventor¹⁷⁶, "um trabalhador homem jovem levado ao crime por necessidade econômica...". A maioria dos crimes era roubo de propriedade, praticado por membros das classes "mais vulneráveis às perturbações econômicas" - descendentes dos mesmos "vagabundos robustos" jogados nas estradas pela primeira expropriação em larga escala do campesinato, dois séculos antes. Durante as recessões econômicas, estima-se que entre 20% e 45% da população inglesa "pode ter carecido dos meios para comprar pão o suficiente ou de outra forma se alimentar". Mesmo em tempos comparativamente bons, a proporção não caía abaixo de 10%.¹⁷⁷ Gregory King, "o estatístico pioneiro", estimou que mais de metade da população ganhava menos do que consumia e eram sustentados pelas

¹⁷¹ N. do T.: A Rebelião de Bacon foi uma rebelião armada, em 1676, de colonos da Virgínia, liderados por Nathaniel Bacon, contra o governador William Berkeley. A estrutura política desorganizada na fronteira da colônia, combinada com o acúmulo de queixas, ajudou a motivar uma revolta popular contra Berkeley, que não conseguiu resolver as demandas dos colonos em relação à sua segurança. Cerca de mil virginianos de todas as classes se levantaram em armas contra Berkeley, atacando os nativos americanos, perseguindo Berkeley de Jamestown, na Virgínia, e, finalmente, incendiando a capital. A rebelião foi reprimida pela primeira vez por alguns navios mercantes armados de Londres cujos capitães estavam do lado de Berkeley e das forças lealistas. Forças do governo da Inglaterra chegaram logo depois e passaram vários anos derrotando bolsões de resistência e reformando o governo colonial para colocá-lo mais diretamente sob o controle real. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Bacon%27s_Rebellion. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁷² N. do T.: Códigos de escravos eram as leis de cada estado norte-americano, que definiam o status dos escravos e os direitos dos mestres. Estes códigos davam aos escravagistas poder absoluto sobre o escravo. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Slave_codes. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁷³ EKIRCH, A. Roger. *Bound for America: The Transportation of British Convicts to the Colonies, 1718-1775*. Oxford, UK: Clarendon Paperbacks, 1987. pp. 134-40.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 1.

¹⁷⁵ N. do T.: Do inglês "petty criminal". Uma contravenção ("petty crime") é qualquer ato criminoso "menor" em alguns sistemas jurídicos de direito comum. Contravenções são geralmente punidas menos severamente do que delitos graves, mas, teoricamente, mais do que as infrações administrativas e contra-ordenações. Muitas contravenções são punidas com multas. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Misdemeanor>. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 27.

¹⁷⁷ *Ibid.*, pp. 55, 58.

taxas dos pobres^{178, 179}.

Também vale a pena manter em mente que o sistema legal daquela época estava nas mãos de juízes de paz, que representavam o interesse da pequena aristocracia contra a esmagadora maioria da população. E, uma vez que um pobre entrava nesse sistema legal, a culpa não era, de maneira alguma, uma condição necessária para ser transportado. JPs assumiam o direito de sentenciar ao transporte mesmo as pessoas absolvidas, se eles não pudessem encontrar "*avaís de bom comportamento*"¹⁸⁰.

Outro grande grupo que estava suscetível ao transporte involuntário sem ter cometido qualquer ofensa eram as crianças. Sir Thomas Smythe e Sir Edwin Sandys, da Virginia Company¹⁸¹, peticionaram o Conselho de Londres em 1618 que remediasse a escassez de trabalho nas *plantations* americanas permitindo o transporte de crianças "vadias". De acordo com os termos do consequente projeto de lei, as crianças de oito anos ou mais estavam sujeitas à captura e transporte. Os garotos estavam sujeitos a dezesseis anos de servidão e as garotas, a quatorze. Os vereadores da cidade foram autorizados a ordenar que os condestáveis¹⁸² apreendessem crianças "vadiando" pelas ruas e as entregassem ao hospital-prisão de Bridewell¹⁸³, com remessa pendente para a América. Além destas "vadias", as crianças dos indigentes também eram postas a serviço, sob pena de corte do auxílio aos pobres para os pais recalcitrantes. Embora o projeto de lei ostensivamente fornecesse terra àqueles que tivessem completado seu tempo de serviço, uma inspeção da colônia da Virgínia em 1625 não encontrou quase nenhum dos

¹⁷⁸ N. do T.: Na Inglaterra e no País de Gales, a taxa dos pobres era um imposto sobre propriedade cobrado em cada paróquia, que era usado para fornecer assistência aos pobres. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Poor_rate. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁷⁹ HOFSTADTER, Richard. *America at 1750: A Social Portrait*. New York: Vintage Books, 1973. Pp. 34-5.

¹⁸⁰ HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 143.

¹⁸¹ N. do T.: "Virginia Company" se refere coletivamente a uma sociedade anônima licenciada por James I em 10 de abril de 1606 com o objetivo de fixar assentamentos na costa da América do Norte. As duas empresas, uma chamada de "Virginia Company of London" (ou "London Company") e "Virginia Company of Plymouth" (ou "Plymouth Company") operavam com licenças idênticas, mas em diferentes territórios. Uma área de sobreposição de território foi criada em que não era permitido às duas empresas a estabelecer colônias no prazo de cem milhas uma da outra. Enquanto corporações, as empresas foram habilitadas pela Coroa para governarem a si mesmas, e elas eventualmente concederam o mesmo privilégio à sua colônia. Em 1624, a Virgínia Company faliu; no entanto, a sua concessão de autogoverno para a colônia não foi revogada e, ou por apatia, indecisão, ou propósito deliberado, a Coroa permitiu que o sistema continuasse. Assim ficou estabelecido o princípio de que uma colônia real deveria ser autorregulada, e isso fundamentou a gênese da democracia na América. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Virginia_Company. Acessado em 10 jun. 2016.

¹⁸² N. do T.: Nos Estados Unidos, assim como em outros países de língua inglesa, o Condestável (do inglês Constable) pode se referir a um servidor do estado com designações policiais e jurídicas. É uma função mais comum em pequenas cidades e condados do interior. Vide: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Condest%C3%A1vel>. Acessado em 13 jun. 2016.

¹⁸³ N. do T.: O Bridewell Palace, em Londres, foi construído como residência do rei Henrique VIII e foi uma de suas casas no início de seu reinado por oito anos. Dada à City of London Corporation por seu filho Rei Edward VI para uso como um orfanato e local de correção para mulheres rebeldes, Bridewell mais tarde se tornou a primeira prisão a ter um médico designado. Por volta de 1556 parte dela havia se tornado uma prisão conhecida como Bridewell Prison. O nome 'Bridewell' posteriormente se tornou um apelido ocasionalmente usado para uma delegacia de polícia ou à prisão na Inglaterra e na Irlanda. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Bridewell_Palace. Acessado em 13 jun. 2016.

transportados entre 1619 e 1620 ainda vivos.¹⁸⁴

As taxas de mortalidade eram altas para os trabalhadores condenados e servos por dívida em geral, tanto para adultos quanto para crianças. A começar pela viagem transatlântica em si, uma taxa de mortalidade de 20% era considerada como aceitável, embora frequentemente fosse muito mais alta. Os custos operacionais dos trabalhadores brancos eram muito mais baixos do que aqueles dos escravos africanos, uma vez que o custo de captura era bem mais baixo.¹⁸⁵

Os números de servos por dívida que completavam seus tempos de serviço com sucesso e recebiam a terra garantida por lei, se houvessem quaisquer, eram igualmente pequenos. Como era o caso das crianças no parágrafo anterior, apenas uma minoria dos servos por dívida realmente recebia a terra que era garantida a eles sob seu contrato. Em Maryland, por exemplo, dos 5000 servos por dívida que entraram na colônia entre 1679 e 1680, menos de 1300 receberam seus 50 acres. Mais de 1400 morreram em serviço, e o resto foi defraudado.¹⁸⁶ Os mestres frequente e deliberadamente pioravam as condições de trabalho para os servos por dívida ao final de seus tempos de serviço, a fim de induzi-los a fugir e abrir mão de sua terra ou dinheiro. Além disso, os mestres podiam adicionar anos ao tempo de serviço por crimes relativamente pequenos. Um de tais crimes era casar sem a permissão do mestre ou ter filhos fora do casamento - mesmo quando o mestre era o pai. Não é preciso dizer que tais crianças nasciam na servidão e ali ficavam até que atingissem a idade adulta. Metade dos servos por dívida, somando-se as colônias, não sobreviviam ao seu tempo de serviço.¹⁸⁷

Um dos serviços mais lucrativos que o estado fornecia aos fabricantes britânicos era a supressão da produção concorrente nas colônias.

*Medidas não apenas de coerção aplicada ao comércio colonial, afim de que ele servisse primariamente às necessidades do país pai, mas também para controlar a produção colonial, se tornaram uma preocupação especial da política no final do século XVII e na primeira metade do século XVIII... Foram dados passos para proibir a fabricação colonial de mercadorias que competiam com os produtos exportáveis da indústria inglesa e para proibir a exportação de determinados produtos coloniais para outros mercados que não a Inglaterra.*¹⁸⁸

Embora ele estivesse errado ao descrevê-los como "[u]m pré-requisito essencial" para a revolução industrial, Christopher Hill estava correto em sua afirmação de que "*mercados coloniais monopolistas grandes e estáveis*" eram um importante meio de promover os interesses industriais.¹⁸⁹

A conquista da Índia, em que as autoridades da Índia, seguida pela destruição da indústria têxtil bengali (fabricantes dos tecidos de maior qualidade do mundo), foi motivada,

¹⁸⁴ HOFFMAN II. *They Were White and They Were Slaves*, pp. 72-3.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 80.

¹⁸⁶ *Ibid.*, pp. 85-6.

¹⁸⁷ *Ibid.*, pp. 85-90.

¹⁸⁸ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, p. 205.

¹⁸⁹ HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 191.

em grande parte, por tais preocupações.¹⁹⁰ Embora os fabricantes bengalis ainda não tivessem adotado os métodos de produção movidos a vapor, eles provavelmente o teriam feito, tivesse a Índia se mantido política e economicamente independente. Na época da conquista, conforme Chomsky a descreve,

A Índia era comparável à Inglaterra em desenvolvimento industrial. O conquistador se industrializava enquanto a indústria indiana era destruída por regulamentações e interferências britânicas.... Não tivessem [tais medidas] sido tomadas, escreveu Horace Wilson em seu History of British Índia em 1826, "os moinhos de Paisley e Manchester teriam sido parados em seus primórdios e dificilmente poderiam ter sido novamente postos em movimento, mesmo com a energia do vapor. Eles foram criados pelo sacrifício das manufaturas indianas."

Sob o governo britânico, o centro têxtil de Daca foi depopulado de 150.000 para 30.000.¹⁹¹ Jawaharlal Nehru, em seu trabalho de 1944, *The Discovery of India*, correlacionou o nível de pobreza nas partes da Índia com o período de tempo que os britânicos estiveram lá. O outrora próspero território de Bengala, o primeiro a ser colonizado, é hoje ocupado por Bangladesh e pela área de Calcutá.¹⁹²

O antigo sistema mercantilista tendo realizado sua missão, na metade do século XIX, a ideologia oficial britânica mudou para o "livre comércio". A ideologia do livre comércio tem sido adotada pela classe capitalista, historicamente, quanto eles estavam seguramente em posse dos frutos do mercantilismo passado e desejavam impedir que potências comerciais concorrentes surgissem na periferia através dos mesmos métodos. Claro, o "livre comércio" de fato adotado pela Grã-Bretanha, como veremos no Capítulo Sete, estava muito mais próximo do "livre comércio" neomercantilista de Palmerston¹⁹³ do que o genuíno livre comércio liberal dos Cobdenitas¹⁹⁴. Embora os E.U.A., enquanto contraparte moderna da Grã-Bretanha, sejam bastante clamorosos em seu apoio ao "livre comércio", os sistemas

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 191.

¹⁹¹ CHOMSKY, Noam. *World Orders Old and New*. New York: Columbia University Press, 1998. p. 115.

¹⁹² CHOMSKY. *Keeping the Rabble in Line*. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1994. p. 87.

¹⁹³ N. do T.: Henry John Temple, 3º Visconde Palmerston, conhecido popularmente como Lord Palmerston, foi um estadista britânico que serviu duas vezes como primeiro-ministro em meados do século XIX. Popularmente apelidado de "Pam", ele esteve no escritório do governo quase continuamente desde 1807 até sua morte em 1865, começando sua carreira parlamentar como um Tory e concluindo-a como um Liberal. Ele é mais lembrado por sua direção de política externa britânica em meio a um período em que a Grã-Bretanha estava no auge de seu poder, servindo mandatos tanto como Secretário de Relações Exteriores quanto como Primeiro Ministro. Algumas de suas ações agressivas, atualmente por vezes denominadas como liberal-intervencionistas, foram altamente controversas na época e permanecem assim até hoje. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Henry_John_Temple,_3rd_Viscount_Palmerston. Acessado em 13 jun. 2016.

¹⁹⁴ N. do T.: Seguidores de Richard Cobden foi um industrial inglês e estadista Radical e Liberal, associado a duas grandes campanhas de livre comércio, o Anti-Corn Law League e o Tratado Cobden-Chevalier. Quando jovem, Cobden era um viajante comercial de sucesso que se tornou coproprietário de uma fábrica de impressão de chita altamente rentável em Manchester, uma cidade com a qual ele iria se tornar fortemente identificado. No entanto, ele logo encontrou-se mais engajado na política, e suas viagens o convenceram das virtudes do livre comércio (anti-proteção) como a chave para a melhoria das relações internacionais. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_Cobden. Acessado em 13 jun. 2016.

industriais americano, alemão e japonês foram criados pelas mesmas políticas mercantilistas, com enormes tarifas sobre bens industriais. O "livre comércio" foi adotado por potências industriais seguramente estabelecidas, que usaram o "laissez-faire" como uma arma ideológica para impedir que potenciais rivais seguissem a mesma trajetória de industrialização.

Embora tenhamos nos concentrado, nesta seção, nas primeiras ondas de colonialismo e em seus efeitos sobre o período formativo do capitalismo industrial, o registro de escravidão, roubo e devastação foi pelo menos tão grande sob o "Novo Colonialismo" do final do século XIX. A exploração do Terceiro Mundo, sob a última forma de colonialismo, envolvia transferências de riqueza em larga escala para o mundo desenvolvido e resultou, como consequência, em vastos superlucros.

No Novo Colonialismo, assim como no Antigo, um objeto central da política era *"tirar de seu caminho, pela força, os modos de produção e apropriação baseados no trabalho independente do produtor"*. De acordo com David Korten,

*Um dos principais desafios enfrentados pelos administradores coloniais era forçar aqueles que obtinham seu sustento a partir de suas próprias terras e áreas comuns a entregar suas terras e trabalho ao desenvolvimento da plantation, isto é, torná-los dependentes de uma economia monetária, de modo que seus recursos, trabalho e consumo pudessem gerar lucros aos colonizadores.*¹⁹⁵

Isto foi realizado, antes de tudo, pela *"remoção das comunidades indígenas da maior parte de seus territórios tradicionais"*: reivindicando as terras não cultivadas ou comuns, as florestas e as pastagens como propriedade da administração colonial e revogando os direitos tradicionais de acesso; e, em segundo lugar, pelos impostos por cabeça para compelir os agricultores de subsistência a entrar na economia monetária.

Em toda parte das colônias, se tornou prática padrão declarar toda a terra "não cultivada" como sendo propriedade da administração colonial. De um só golpe, as comunidades locais foram privadas do direito legal às terras que elas haviam tradicionalmente reservado para pousio e para as florestas, pastagens e córregos dos quais elas dependiam para caça, coleta, pesca e pastoreio.

Onde, como frequentemente era o caso, as autoridades coloniais descobriam que as terras que eles buscavam explorar já estavam "cultivadas", o problema era remediado ao se restringir a população indígena a tratos de terra de baixa qualidade, considerados inadequados para o assentamento Europeu. No Quênia, tais "reservas" eram "estruturadas para permitir que os Europeus, que representavam menos do que um por cento da população, tivessem acesso total aos planaltos agricolamente ricos que constituíam 20 por cento do país. Na Rodésia do Sul"¹⁹⁶, colonos brancos, que constituíam apenas cinco por cento da população, se tornaram

¹⁹⁵ KORTEN, David. *When Corporations Rule the World*. West Hartford, Connecticut: Kumarian Press, 1995; San Francisco, California: Berrett-Koehler Publishers, 1995). p. 252.

¹⁹⁶ N. do T.: Rodésia do Sul foi o nome da colônia britânica situada a norte do Rio Limpopo e da União Sul-Africana que existiu na África austral entre 1888 e 1979 e que deu origem ao atual Zimbabwe. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rod%C3%A9sia_do_Sul. Acessado em 13 jun. 2016

*os novos proprietários de dois terços da terra...". Uma vez asseguradas, as terras comuns apropriadas pela administração colonial eram tipicamente arrendadas para interesses comerciais de plantações, mineradoras e madeireiras ou vendidas para colonos brancos.*¹⁹⁷

O último tema continuou mesmo em tempos pós-coloniais, quando o agronegócio corporativo dependia de regimes autoritários do Terceiro Mundo para expulsar os camponeses da terra necessária para a produção de culturas comerciais em larga escala.¹⁹⁸

Ao mesmo tempo, para aliviar a escassez de trabalho, as autoridades coloniais (especialmente na África Ocidental Francesa e Inglesa) recorriam ao trabalho forçado para resolver a escassez de trabalho. Descobriu-se, no entanto, que a tributação era um meio muito mais eficiente para se chegar ao mesmo fim. Na África e na Ásia coloniais, impostos de votação e impostos especiais sobre o consumo de produtos básicos eram usados para forçar os agricultores de subsistência a venderem seu trabalho na economia monetária a fim de pagá-los.¹⁹⁹

Conclusão: "O Mundo que Perdemos"--E Vamos Retomar

O capitalismo não foi, de forma alguma, um "livre mercado" se desenvolvendo natural ou pacificamente a partir da civilização da alta Idade Média. Como Oppenheimer argumentou, o capitalismo, enquanto sistema de exploração de classe, foi um sucessor direto do feudalismo e ainda exibe as cicatrizes de nascimento de suas origens no feudalismo tardio.

Medievalistas românticos como Chesterton e Belloc recontam um processo na alta Idade Média, através do qual a servidão gradualmente desapareceu e os camponeses haviam se transformado em locatários não vinculados *de facto* que pagavam uma quitação nominal. O sistema feudal de classe estava se desintegrando e sendo substituído por um muito mais libertário e menos explorador. Immanuel Wallerstein argumentou que o provável resultado teria sido "*um sistema de pequena escala de produtores relativamente iguais, nivelando ainda mais as aristocracias e descentralizando as estruturas políticas*"²⁰⁰.

Embora tais medievalistas sem dúvida idealizassem consideravelmente esse mundo, ele ainda era bem superior ao mundo dos séculos XVI e XVII. Kropotkin descreveu, em termos que evocam William Morris²⁰¹, a rica vida da Alta Idade Média, "*com sua viril afirmação do indivíduo e que teve sucesso em criar uma sociedade através da livre*

¹⁹⁷ DEVELOPMENT as Enclosure, p. 134.

¹⁹⁸ Ibid., pp. 138-9.

¹⁹⁹ Ibid., p. 135-7.

²⁰⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*. London, New York: Verso, 1983. pp. 41-2.

²⁰¹ N. do T.: William Morris foi um designer têxtil, poeta, romancista, tradutor e militante socialista inglês. Associado ao Movimento de Artes e Ofícios Britânicos, ele foi um dos principais contribuintes para o renascimento das artes têxteis e métodos de produção tradicionais britânicos. Suas contribuições literárias ajudaram a estabelecer o gênero da fantasia moderna, ao passo em que ele desempenhou um papel significativo na propagação do movimento socialista em seu início na Grã-Bretanha. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/William_Morris. Acessado em 13 jun. 2016.

federação de homens, de vilas e de cidades"²⁰². "Nestas cidades, abrigadas por suas liberdades conquistadas, inspiradas pelo espírito do livre acordo e da livre iniciativa, toda uma nova civilização cresceu e prosperou de uma maneira inigualada até hoje"²⁰³. As cidades livres eram virtualmente independentes; embora a coroa as "concedesse" um alvará em teoria, na realidade o alvará era tipicamente apresentado ao rei e ao bispo da diocese mais próxima como um *fait accompli*, quando "os habitantes de um burgo em particular se sentiam estar suficientemente protegidos por suas muralhas..."²⁰⁴.

Os pré-requisitos técnicos da revolução industrial haviam sido antecipados pelos artesãos especializados nas comunidades urbanas, pelos estudiosos nas universidades e pelos pesquisadores nos monastérios²⁰⁵; mas a atmosfera de barbarismo após o triunfo do estado centralizado retrocedeu o progresso técnico em séculos. O século XIX foi, em um sentido, uma "renascença" técnica e industrial, construída sobre as façanhas da Alta Idade Média, após um hiato prolongado; mas, por causa dos séculos intervenientes de guerra contra a sociedade, a tecnologia industrial foi introduzida em uma sociedade baseada na exploração brutal e no privilégio, ao invés de florescer em uma sociedade em que ela poderia ter beneficiado a todos.

A Renascença, da forma em que aconteceu, argumentou G. K. Chesterton, foi apenas um fantasma anêmico do que ela poderia ter sido, tivesse ela ocorrido sob uma democracia de guildas e proprietários camponeses. Tivessem Wat Tyler²⁰⁶ e John Ball²⁰⁷ sido bem-sucedidos, especulou Chesterton,

nosso país provavelmente teria tido uma história tão feliz quanto é possível à natureza humana. A Renascença, quando viesse, teria vindo como educação popular e não como a cultura de um clube de estética. A Nova Aprendizagem poderia ter sido tão democrática quanto a velha aprendizagem nos velhos tempos da Oxford e da Paris medievais. A requintada arte de Cellini poderia ter sido senão o mais alto grau do artesanato de uma guilda. O drama Shakespeariano poderia ter sido encenado por trabalhadores em palcos de madeira montados na rua, como Punch and Judy²⁰⁸, a execução mais refinada do teatro de mistério²⁰⁹, da forma em

²⁰² KROPOTKIN, Peter. *The State: Its Historic Role*. Disponível em: <http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/state/state_toc.html>. Acesso em: 12 nov. 2003. sec. IV.

²⁰³ *Ibid.*, sec. V.

²⁰⁴ *Ibid.*, sec. IV.

²⁰⁵ Vide GIMPEL, Jean. *The Medieval Machine: The Industrial Revolution of the Middle Ages*. New York: Penguin, 1977.; também KROPOTKIN. *Mutual Aid: A Factor of Evolution*. New York: Doubleday, Page & Co., 1909. pp. 297-8.

²⁰⁶ N. do T.: Wat Tyler foi o líder da Revolta Camponesa de 1381. Ele liderou um grupo de dez mil manifestantes camponeses que foram a Londres exigir uma audiência com o rei e se opor à instituição de um imposto. Embora a breve rebelião tenha feito sucesso no início, Tyler foi morto por agentes do rei Ricardo II durante as negociações em Smithfield, em Londres. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Wat_Tyler. Acessado em 13 jun. 2016.

²⁰⁷ N. do T.: John Ball foi um padre lollardo inglês, líder da revolta camponesa de 1381. Ele tornou-se famoso como pregador, divulgando e esclarecendo as doutrinas de John Wycliffe, mas sobretudo com a sua insistência nos princípios de igualdade social. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/John_Ball_\(priest\)](https://en.wikipedia.org/wiki/John_Ball_(priest)). Acessado em 13 jun. 2016.

²⁰⁸ N. do T.: Punch and Judy é um tradicional show de marionetes popular figurando Mr. Punch and sua esposa, Judy. A performance consiste em uma sequência de cenas curtas, cada uma representando uma interação entre dois personagens, mais tipicamente o violento Punch e um outro

*que era encenado por uma guilda.*²¹⁰

O real avanço, o real humanismo e progresso da Alta Idade Média têm sido negligenciados, e o barbarismo e o retrocesso da era do estado absoluto disfarçados como um renascimento da civilização. Em suma, a história não foi apenas reescrita, mas virada de cabeça para baixo pelos vitoriosos.

Quantas mentiras foram acumuladas pelos historiadores Estatistas, a soldo do Estado, nesse período!

De fato, não aprendemos todos na escola, por exemplo, que o Estado havia realizado o grande serviço de criar, a partir das ruínas da sociedade feudal, uniões nacionais que haviam previamente sido tornadas impossíveis pelas rivalidades entre cidades?...

*E, ainda assim, agora aprendemos que, apesar de todas as rivalidades, as cidades medievais já haviam trabalhado por quatro séculos em direção à construção destas uniões, através da federação, livremente consentida, e que elas foram bem-sucedidas.*²¹¹

Em 1650, a tendência igualitária inicial que Wallerstein observara havia sido revertida. Enquanto isso, o que ele chama de "o sistema-mundo capitalista" havia sido estabelecido em resposta à crise do feudalismo e aos salários crescentes.

A crise socioeconômica enfraqueceu a nobreza de maneira que os camponeses continuamente aumentavam sua parte do excedente, desde 1250 até 1450 ou 1500.... Foi o aumento do padrão de vida do estrato inferior, se movendo na direção de uma relativa equalização de rendas... que, para o estrato superior, representou a real crise...

Não havia maneira de sair dela sem uma drástica mudança social. Esta maneira... foi a criação de um sistema-mundo capitalista, uma nova forma de apropriação do excedente. A substituição do modo feudal pelo modo capitalista foi o que constituiu a reação senhorial; foi um grande esforço sócio-político por parte do estrato governante para reter seus privilégios coletivos, mesmo que eles tivessem que aceitar uma reorganização fundamental da economia.... Haveriam algumas

personagem. Tal evento é frequentemente associado com a tradicional cultura litorânea britânica. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Punch_and_Judy. Acessado em 13 jun. 2016.

²⁰⁹ N. do T.: O teatro de mistérios está entre as primeiras peças formalmente desenvolvidas na Europa medieval. O teatro de mistérios medieval focava na representação de histórias da Bíblia, com igrejas como palcos e com acompanhamento de música antífona. Ele se desenvolveu entre os séculos XX e XVI, atingindo o auge de sua popularidade no século XV, antes de ser tornar obsoleta com ascensão do teatro profissional. O nome deriva do mistério usado em seu sentido de milagre, mas uma derivação ocasionalmente citada é de Ministerium, ou seja, artesanato, e assim os "mistérios" ou peças encenadas pelas corporações de ofício. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Mystery_play. Acessado em 13 jun. 2016.

²¹⁰ CHESTERTON, G. K. *A Short History of England*. New York: John Lane Company, 1917. pp 163-4.

²¹¹ KROPOTKIN. *The State*, sec. VII.

famílias, isso era claro, que teriam prejuízos com tal mudança; mas muitas não teriam. Além disso, e mais importante, o princípio de estratificação não foi meramente preservado; ele deveria ser reforçado também.

*A descoberta de que o padrão de vida do estrato inferior Europeu baixou a partir de 1500 até pelo menos 1800... não demonstra quão bem-sucedida foi a estratégia, se assim ela pode ser chamada, de transformação econômica?*²¹²

Sobre este último ponto, de acordo com Maurice Dobb, a estratégia foi de fato bem-sucedida. Nos dois séculos antes da dinastia Tudor, os salários haviam dobrado em termos de trigo. Após 1500, eles caíram mais do que o suficiente para reverter esse ganho. Parte desta queda nos salários reais foi resultado da revolução de preço dos anos 1500, que equivaleram a um programa de investimento forçado: *"Na medida em que os salários nominais deixaram de subir conforme o nível de preço das mercadorias subia, todos os empregadores e donos de capital foram anormalmente enriquecidos às custas do padrão de vida da classe trabalhadora"*²¹³.

Havia, como escreveu Wallerstein, *"um nível razoavelmente alto de continuidade entre as famílias que haviam sido o estrato alto"* em 1450 e em 1650. O capitalismo, longe de ser *"a derrubada de uma aristocracia retrógrada por parte de uma burguesia progressista"*, *"foi trazido à existência por uma aristocracia que se transformou em uma burguesia porque o velho sistema estava se desintegrando"*²¹⁴. Em *The Modern World-System*, ele descreveu o processo como de um "aburguesamento" da nobreza²¹⁵ - especialmente na Inglaterra, onde *"a aristocracia, para sobreviver, teve que aprender as maneiras e parcialmente se fundir com a burguesia"*.

Como Wallerstein sugeriu acima, algumas famílias da antiga aristocracia fundiária tiveram prejuízos; aqueles elementos adaptáveis que sobreviveram absorveram grandes elementos da burguesia em suas fileiras. A nova classe agrícola surgiu no século XV como um resultado do fato de que a aristocracia fundiária havia falhado em se tornar uma casta, e a pequena nobreza havia falhado em se tornar uma nobreza inferior. Nesta nova classe, a velha distinção entre a aristocracia e a pequena nobreza estava perdendo sua significância. Wallerstein citou Perez Zagorin sobre a tendência dos homens *"em posição de distribuir capital na agricultura, no comércio e na indústria"* de adquirir *"o comando da vida social"*. Esta classe combinada, que também incluía os antigos oligarcas mercantes que foram astutos o suficiente para investir em métodos modernos de produção, se enriqueceu às custas de um campesinato cada vez mais proletarizado.²¹⁶

A análise de Christopher Hill sobre a transformação da classe fundiária assemelha-se, em grande medida, àquela de Wallerstein. Os grandes proprietários de terra que prosperaram na nova economia foram aqueles que se adaptaram à *"nova sociedade em*

²¹² WALLERSTEIN. *The Modern World System - Part II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980. p. 31.

²¹³ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, pp. 235-6.

²¹⁴ WALLERSTEIN. *Historical Capitalism*, pp. 105-6.

²¹⁵ WALLERSTEIN. *The Modern World System - Part I*, pp. 62, 286.

²¹⁶ *Ibid.*, pp. 245-6, 256; ZAGORIN, Perez. The Second Interpretation of the English Revolution. *Journal of Economic History*, 3 set. 1959. Cit. em *Ibid.*, p. 256.

que o dinheiro era o rei". Eles tinham menos interesse nos assuntos da corte, nas despesas ostensivas e, em vez disso, voltavam sua atenção para o gerenciamento imobiliário, os aluguéis extorsivos, a concessão de direitos de mineração, etc. No século XVII, os elementos da antiga aristocracia fundiária que haviam sido incapazes de fazer essa transição haviam em grande parte desaparecido. A aristocracia sobrevivente consistia quase inteiramente daqueles "*capazes de tirar vantagem da revolução intelectual e técnica no gerenciamento imobiliário*"²¹⁷.

A Guerra Civil²¹⁸, da maneira em que Wallerstein a entendia, foi entre a antiga e a nova classe fundiária. A primeira, a decadente classe rentista que infestava a corte real, foi derrotada; a última continuou, na qualidade de oligarquia Whig, para atingir a supremacia política em 1689.²¹⁹ Embora a Guerra Civil tenha sido seguida por um ressurgimento do interesse fundiário, este interesse consistia da nova classe agrícola capitalista: aqueles elementos da antiga aristocracia fundiária que haviam adotado métodos capitalistas de produção agrícola e aprendido a prosperar numa economia capitalista, juntamente com mercadores-capitalistas, *yeoman*²²⁰ e a pequena aristocracia que tivera capital suficiente para investir na revolução capitalista. Wallerstein contrastava isto com a França, em que a antiga aristocracia da corte havia mantido sua supremacia.²²¹ Estes pontos são ecoados, em parte, por Arno Mayer²²², que argumentou em favor de uma continuidade entre a aristocracia fundiária e a classe dominante capitalista.

Alguns apologistas do capitalismo tentam minimizar a continuidade entre as classes dominantes fundiária e industrial e enfatizam as origens plebeias dos capitalistas industriais no século XIX. Por exemplo:

Os primeiros industriais eram, na maior parte, homens que tiveram sua

²¹⁷ HILL. *Reformation to the Industrial Revolution*, p. 50.

²¹⁸ N. do T.: A Guerra Civil inglesa (1642-1651) foi uma série de conflitos armados e manobras políticas entre parlamentares ("Roundheads", "Cabeças Redondas") e monarquistas ("Cavaliers") no Reino da Inglaterra principalmente quanto à forma de seu governo. A primeira (1642-1646) e segunda (1648-1649) guerras opôs os partidários do rei Carlos I contra os partidários do Parlamento Longo, enquanto a terceira (1649-1651) viu confrontos entre partidários do rei Charles II e apoiantes do Parlamento Rump. A guerra terminou com a vitória parlamentar na Batalha de Worcester em 03 de setembro de 1651.

O resultado global da guerra foi triplo: o julgamento e a execução de Carlos I; o exílio de seu filho, Charles II; e a substituição da monarquia inglesa primeiramente pela Comunidade de Inglaterra (1649-1653) e, em seguida, pelo Protetorado (1653-1659), sob o domínio pessoal de Oliver Cromwell. O monopólio da Igreja da Inglaterra sobre o culto cristão na Inglaterra terminou com os vencedores consolidando a Ascendência Protestante estabelecida na Irlanda. Constitucionalmente, as guerras estabeleceram o precedente de que um monarca inglês não pode governar sem a aprovação do Parlamento, embora este conceito tenha sido legalmente estabelecido apenas como parte da Revolução Gloriosa, em 1688. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/English_Civil_War. Acessado em: 13 jun. 2016.

²¹⁹ WALLERSTEIN. *The Modern World System - Part I*, p. 283.

²²⁰ N. do T.: Yeoman é um termo inglês que costuma se referir a um fazendeiro que cultivava sua própria terra e, historicamente, a um proprietário menor de terras na Inglaterra, abaixo dos membros da landed gentry, porém com direitos políticos. De maneira mais geral, yeoman pode ser um indicador de posição ou classe social, de acordo com o período histórico ou o lugar. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Yeoman>. Acessado em: 13 jun. 2016.

²²¹ *Ibid.*, p. 290.

²²² MAYER, Arno. *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. New York: Pantheon Books, 1981.

*origem no mesmo estrato social do qual seus trabalhadores vinham. Eles viviam muito modestamente, gastavam apenas uma fração de seus rendimentos com suas casas e colocavam o resto de volta no negócio. Mas, conforme os empreendedores ficaram mais ricos, os filhos de empresários bens sucedidos começaram a se introduzir nos círculos da classe dominante.*²²³

Como Maurice Dobb apontou, no entanto, embora muito do empreendedorismo da revolução industrial fosse, de fato, realizado pelos "*novos homens...*, *desprovidos de privilégio ou de posição social*", eles eram, não obstante, fortemente dependentes do antigo dinheiro para seu capital de investimento. Embora as novas indústrias fossem, em certa medida, construídas por homens das classes humildes de mestres artesãos e pequenos fazendeiros com pequenas poupanças, a grande massa de capital através da qual a indústria foi financiada vinha das "*casas mercantes e de centros mercantis como Liverpool*". Estes humildes novatos foram capazes de fazer dinheiro a partir de suas pequenas poupanças apenas através do favor e do patronato da antiga classe dominante. "[O] antagonismo entre o estrato capitalista mais antigo e os nouveaux riches da nova indústria nunca ia muito fundo"²²⁴.

O capital de investimento disponível para a revolução industrial era a pilhagem acumulada de séculos de roubos prévios por parte da classe dominante. Ele foi acumulado pelas oligarquias capitalistas mercantes do final da Idade Média, que assumiram o controle das guildas democráticas e roubaram tanto os artesãos urbanos quanto os camponeses rurais através do comércio desigual. Ele foi acumulado pelos mercantilistas que executaram uma política similar de troca desigual em uma escala global. Ele foi acumulado por uma classe dominante fundiária de fazendeiros capitalistas que expropriaram o campesinato e se tornaram a oligarquia Whig. Foi por essa antiga elite monetária que os novos homens do dinheiro do século XIX foram cooptados.

Mas quaisquer que sejam suas origens de classe, os capitalistas industriais do século XIX se beneficiaram massivamente da coerção anterior por parte das oligarquias fundiária e mercantilista. Os termos perniciosos sob os quais as classes trabalhadoras inglesas vendiam seu trabalho foram estabelecidos pela expropriação de sua terra e por controles sociais autoritários como as Leis do Assentamento e a Lei de Associação. E os termos favoráveis sob os quais a indústria têxtil britânica vendeu sua produção foram estabelecidos pelo papel das forças armadas Britânicas em criar o "mercado mundial" e suprimir a concorrência estrangeira.

Poder-se-ia argumentar que os capitalistas industriais foram beneficiários passivos de tais políticas e não desempenharam qualquer papel em sua formação: por exemplo, Mises, que os retratou como oferecendo "salvação" àqueles reduzidos à miséria pelo movimento dos cercamentos, um legado do qual eles eram inocentes de qualquer cumplicidade.²²⁵ Poder-se-ia argumentar que os capitalistas industriais teriam preferido operar em um ambiente em que os trabalhadores tivessem acesso independente aos meios de produção e subsistência, pudessem aceitar o trabalho ou deixá-lo e pudessem, portanto,

²²³ MISES. *Human Action*, p. 622.

²²⁴ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, pp. 22, 277-8.

²²⁵ MISES. *Human Action*, p. 620.

se dar ao luxo de conduzir negociações mais duras no mercado salarial. Poder-se-ia argumentar que eles teriam preferido vender seus produtos em face à vigorosa concorrência das indústrias têxteis indiana e egípcia. Poder-se-ia fazer tais argumentos, sem dúvida, e encontrar muitos crédulos o suficiente para acreditar neles.

O capitalismo nunca foi estabelecido por meio do livre mercado. Ele sempre foi estabelecido por uma revolução vinda de cima, imposta por uma classe dominante com suas origens no Antigo Regime - ou, como Christopher Hill ou Immanuel Wallerstein poderiam colocar, por uma classe dominante pré-capitalista que havia sido transformada em uma forma capitalista. Na Inglaterra, foi a aristocracia fundiária; na França, a burocracia de Napoleão III²²⁶; na Alemanha, os Junkers²²⁷; no Japão, os Meiji²²⁸. Nos Estados Unidos, a abordagem mais próxima de uma evolução burguesa "natural", a industrialização foi realizada por uma aristocracia mercantilista dos magnatas do transporte e senhorios Federalistas.²²⁹

O processo através do qual a civilização da Alta Idade Média, de proprietários camponeses, corporações de ofício e cidade livres, foi derrubada foi vividamente descrito por Kropotkin.²³⁰ Antes da invenção da pólvora, as cidades livres repeliam os exércitos reais na maior parte das vezes e ganhavam sua independência dos encargos feudais. E estas cidades frequentemente faziam causa comum com os camponeses em suas lutas pelo controle da terra. O estado absolutista e a revolução capitalista que ele impôs se tornaram possíveis apenas quando a artilharia pôde reduzir cidades fortificadas com um alto grau de eficiência, e o rei pôde fazer guerra contra seu próprio povo.²³¹ E, na sequência desta conquista, a Europa de William Morris foi deixada devastada, depopulada e miserável.

No decurso do século XVI, os bárbaros modernos desejavam destruir toda

²²⁶ N. do T.: Carlos Luís Napoleão Bonaparte foi o 1º Presidente da Segunda República Francesa e Imperador do Segundo Império Francês como Napoleão III. Era sobrinho e herdeiro de Napoleão Bonaparte. Foi o primeiro presidente francês eleito por voto direto. Entretanto, ele foi impedido de concorrer a um segundo mandato pela constituição e pelo parlamento, organizando um golpe em 1851 e assumindo o trono como imperador no final do ano seguinte. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Napole%C3%A3o_III_de_Fran%C3%A7a. Acessado em: 13 jun. 2016.

²²⁷ N. do T.: Junker é um título honorífico de nobreza, derivado do alto alemão médio Juncherre, que significa "jovem nobre" ou "jovem senhor" (derivação de jung e Herr). Junkers, derivado do título de nobreza Junker, veio a referir-se, especialmente no uso popular, aos membros da nobreza fundiária na Prússia do século XIX. Eles possuíam grandes propriedades que eram mantidas e trabalhadas por camponeses com poucos direitos. Eles foram um fator militar, político e diplomático importante na Prússia e, depois de 1871, na Alemanha. O mais famoso Junker foi chanceler Otto von Bismarck. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Junker_\(Prussia\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Junker_(Prussia)). Acessado em: 13 jun. 2016.

²²⁸ N. do T.: O Período Meiji ou Era Meiji constitui-se no período de trinta e cinco anos do Imperador Meiji do Japão, que se estendeu de 11 de maio de 1867 a 28 de dezembro de 1902. Nessa fase, o Japão conheceu uma acelerada modernização, vindo a constituir-se em uma potência mundial. A unidade política do país permitiu a centralização da administração pública e a intervenção do Estado na economia. Isso, por sua vez, possibilitou reformas econômicas que consistiram na eliminação de entraves e resquícios do modo de produção feudal, na liberação da mão-de-obra, e na assimilação da tecnologia ocidental, preparando o Japão para o capitalismo. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_Meiji. Acessado em: 13 jun. 2016.

²²⁹ HARRINGTON, Michael. *The Twilight of Capitalism*. [S.l.]: Simon and Schuster, 1976.

²³⁰ KROPOTKIN. *Mutual Aid*, pp. 215-22, 226-7, 230.

²³¹ Vide, por exemplo, PETTINGILL, John S. Firearms and the Distribution of Income: A Neo-Classical Model. *Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n. 2, pp. 1-10, verão 1981.

aquela civilização das cidades da Idade Média. Estes bárbaros não conseguiram aniquilá-la, mas retardar seu progresso em pelo menos dois ou três séculos. Eles a lançaram em uma direção diferente, contra a qual a humanidade está lutando neste momento, sem saber como escapar.

*Eles sujeitaram o indivíduo. Eles privaram-no de todas as suas liberdades, eles esperavam que ele esquecesse todas as suas uniões baseadas no livre acordo e na livre iniciativa. Sua meta era nivelar toda a sociedade a uma submissão comum ao mestre. Eles destruíram todos os laços entre os homens, declarando que o Estado e Igreja apenas deviam doravante criar a união entre seus súditos; que a Igreja e o Estado apenas têm a tarefa de zelar pelos interesses industrial, comercial, judicial, artístico e emocional, pelos quais os homens do século XII estavam acostumados a se unir diretamente.*²³²

O papel do Estado nascente no séculos XVI e XVII, em relação aos centros urbanos, era destruir a independência das cidades; pilhar as ricas guildas de mercadores e artesãos; concentrar em suas mãos o comércio exterior das cidades e arruiná-lo; pôr as mãos sobre a administração interna das guildas e sujeitar o comércio interno, assim como todas as manufaturas, em cada detalhe, ao controle de uma tropa de oficiais - e, desta maneira, matar a indústria e as artes; tomando o controle das milícias locais e de toda a administração municipal, esmagando os fracos no interesse dos fortes através da tributação e arruinando os países através de guerras.

*Obviamente, a mesma tática foi aplicada às vilas e aos camponeses. Uma vez que o Estado se sentiu forte o suficiente, ele avidamente começou a destruir a comuna da vila, arruinando os camponeses em suas garras e saqueando as terras comuns.*²³³

Claro, as comunas urbanas também foram subvertidas por dentro. Com a ajuda dos ascendentes monarcas absolutos, as guildas e as cidades foram gradualmente tomadas por oligarquias de mercadores capitalistas e atacadistas e se transformaram, de associações democráticas de mestres artesãos, em "*corporações fechadas dos mercadores mais ricos, que buscavam monopolizar o comércio atacadista*" entre os artesãos da cidade e os camponeses. Estes mercadores capitalistas vieram a controlar os governos das cidades assim como as guildas. A governança democrática das comunas municipais foi substituída pela oligarquia, em que o direito de voto foi cada vez mais restringido e os cargos públicos formalmente proibidos a todos exceto os burgueses ricos. Estes oligarcas ficaram ricos com trocas desiguais, lucrando às custas tanto dos trabalhadores da cidade quanto dos camponeses que compravam seus bens; os artesãos foram proibidos por lei de vender seus produtos diretamente fora dos muros da cidade.²³⁴

O resultado do processo, tanto da subversão interna quanto do ataque externo, foi que a Europa foi saqueada como um território conquistado, e as pessoas vivendo nela

²³² KROPOTKIN. *The State*, sec. VI.

²³³ *Ibid.* Sec. VIII.

²³⁴ DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*, pp. 88-124.

foram tratadas como um inimigo ocupado. O contraste entre a Europa antes e depois desta espoliação não poderia ter sido maior:

No século XVI, a Europa estava coberta de ricas cidades, cujos artesãos, pedreiros, tecelões e cinzeladores²³⁵ produziam maravilhosas obras de arte; suas universidades estabeleciam os fundamentos da ciência empírica moderna, suas caravanas cobriam os continentes, seus navios sulcavam os mares e rios.

O que restou dois séculos mais tarde? Cidades com algo entre 50.000 e 100.000 habitantes e que (como foi o caso de Florença) tinham uma proporção maior de escolas e, nos hospitais comunitários, camas em relação à população do que é o caso com as mais bem-dotadas cidades hoje, se tornaram burgos podres. Suas populações foram dizimadas ou deportadas, o Estado e a Igreja assumiram sua riqueza. A indústria estava se extinguindo sob o controle rígido dos empregados do Estado; o comércio morto. Mesmo as estradas que haviam até então ligado estas cidades se tornaram intransitáveis no século XVII.²³⁶

Peter Tosh²³⁷ tinha uma música chamada "Four Hundred Years"²³⁸. Embora a classe trabalhadora branca não tenha sofrido nada perto da brutalidade da escravidão negra, não obstante houve "quatrocentos anos" de opressão para todos nós sob o sistema de capitalismo de estado estabelecido nos séculos XVI e XVII. Sempre, desde o nascimento dos primeiros estados, seis mil anos atrás, a coerção política tem permitido que uma classe dominante ou outra viva do trabalho de outras pessoas. Mas desde o início do período moderno, o sistema de poder tem se tornado cada vez mais consciente, unificado e global em escala. O atual sistema de capitalismo estatal transnacional, sem rivais desde o colapso do sistema burocrático de classes soviético, é um produto direto desse confisco de poder, dessa revolução vinda de cima, "quatrocentos anos" atrás. Orwell entendeu o contrário. O passado é uma "bota pisando sobre um rosto humano". Se o futuro será mais do mesmo, depende do que fizermos agora.

Apêndice: Da "Necessidade" da Acumulação Primitiva

Uma falha central do Marxismo (ou pelo menos da variedade vulgar) tem sido tratar a evolução de formas sociais e políticas particulares como consequências naturais de um dado modo de produção.

Nenhuma formação social jamais é destruída antes que todas as forças produtivas

²³⁵ N. do T.: Gravura é uma imagem obtida através da impressão de uma matriz artesanal. O material da matriz pode variar, e classifica o tipo da gravura. Cinzeladores são quem fazem gravuras. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Engraving>. Acessado em: 13 jun. 2016.

²³⁶ KROPOTKIN. *The State*, sec. VII.

²³⁷ N. do T.: Peter Tosh (nascido Winston Hubert McIntosh) foi um músico de reggae jamaicano. Junto com Bob Marley e Bunny Wailer, ele foi um dos principais membros da banda The Wailers (1963-1974). Depois que ele se estabeleceu como um artista solo de sucesso e um promotor de Rastafari. Ele foi assassinado em 1987, durante uma invasão de domicílio. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Peter_Tosh. Acessado em: 13 jun. 2016.

²³⁸ N. do T.: "Quatrocentos Anos", em inglês. Música do álbum Soul Rebels (1970) do The Wailers. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Soul_Rebels. Acessado em: 13 jun. 2016.

*para as quais ela é suficiente tenham se desenvolvido, e novas relações superiores de produção nunca substituem as mais antigas antes que as condições materiais para sua existência tenham amadurecido dentro da estrutura da antiga sociedade. A humanidade, desta maneira, inevitavelmente define para si apenas tais tarefas quanto ela seja capaz de resolver, uma vez que um exame mais detalhado sempre mostrará que o problema em si surge apenas quando as condições materiais para sua solução já estão presentes ou pelo menos em curso de formação. Em linhas gerais, os modos de produção Asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser designados como épocas que marcam o progresso no desenvolvimento econômico da sociedade.*²³⁹

Para os Marxistas, uma forma "superior" ou mais progressista de sociedade só poderia vir a existir quando as forças produtivas sob a forma existente da sociedade tivessem atingido seu desenvolvimento mais completo possível sob essa sociedade. Tentar criar uma sociedade livre e não-exploradora antes que seus pré-requisitos técnicos e produtivos tivessem sido atingidos seria tolice.²⁴⁰

De acordo com Marx, as classes trabalhadoras eram capazes, por si mesmas, de atingir apenas uma "consciência pequeno-burguesa" (para parafrasear Lenin). Ele citava, com aparente aprovação, a declaração paternalista e elitista de Owen, de sentido semelhante:

*Sem grandes capitais, grandes estabelecimentos não teriam sido formados; os homens não poderiam ter sido treinados para conceber a PRATICIDADE DE REALIZAR NOVAS COMBINAÇÕES, A FIM DE ASSEGURAR UM CARÁTER SUPERIOR A TODOS e a produção de mais riqueza anualmente do que qualquer um poderia conceber.*²⁴¹

Em outras palavras, os trabalhadores eram atávicos demais para perceberem as vantagens da cooperação e combinação voluntárias, de reunir seus recursos para produção em larga escala, sem capitalistas com visão de futuro repreendendo-os e forçando-os a aumentar as forças produtivas. Ao citar o paternalista Owen com todo sinal de aprovação, Marx implicou que a produção industrial era impossível até que os produtores fossem roubados de sua propriedade nos meios de produção e guiados como animais para dentro das fábricas.

Isto ecoava sua afirmação anterior, em *The Poverty of Philosophy*, de que o desenvolvimento das forças de produção era impossível sem o antagonismo de classe.

No exato momento em que a civilização começa, a produção começa a ser fundada sobre o antagonismo de ordens, de estados, de classes e, finalmente, sobre o antagonismo do trabalho acumulado e do trabalho imediato.... Sem antagonismo, sem progresso.... Até agora as forças produtivas têm sido desenvolvidas em virtude

²³⁹ MARX. *A Contribution to the Critique of Political Economy*, p. 263.

²⁴⁰ Em justiça, Michael Harrington argumentou que esse trabalho era uma simplificação deliberada e não faz justiça à complexidade do pensamento de Marx como um todo. *Twilight of Capitalism*, pp. 37-41.

²⁴¹ *Six Lectures at Manchester*, cit. em MARX. *Grundrisse*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1986-87. v. 28-29. p. 99.

deste sistema de antagonismos de classe.²⁴²

*Ao levantar tal questão [como aquela de Proudhon, quanto a por que a classe trabalhadora inglesa não recebera todos os ganhos de seu aumento de 27 vezes na produtividade] estar-se-ia, naturalmente, supondo que os ingleses poderiam ter produzido esta riqueza sem as condições históricas em que ela foi produzida, tais como: a acumulação privada de capital, a moderna divisão do trabalho, oficinas automáticas, concorrência anárquica, o sistema salarial - em suma, tudo que é baseado no antagonismo de classe. Agora, estas foram precisamente as condições de existência necessárias para o desenvolvimento das forças produtivas e do excedente deixado pelo trabalho. Portanto, para obter este desenvolvimento das forças produtivas e este excedente deixado pelo trabalho, teve que haver classes que lucravam e classes que decaíam.*²⁴³

A liberdade era impossível até que a escravidão houvesse criado as condições materiais para ela. De fato, Engels colocou isso em tantas palavras, louvando as conquistas "progressistas" da escravidão e das sucessivas formas de exploração de classe como pré-condições necessárias do socialismo (tanto quanto teólogos Cristãos louvam a *felix culpa*, ou "feliz culpa" de Adão, por tornar possível o estado beatífico da humanidade redimida).

*Foi a escravidão que primeiro tornou possível a divisão de trabalho entre a agricultura e a indústria em uma escala maior e, assim, também o Helenismo, o florescimento do mundo antigo.... Sem a escravidão, sem estado grego, sem a arte e ciência grega; sem escravidão, sem Império Romano. Mas, sem a base estabelecida pelo Helenismo e pelo Império Romano, sem a Europa moderna também. Não deveríamos nunca esquecer que todo o nosso desenvolvimento econômico, político e intelectual pressupõe um estado de coisas em que a escravidão foi tão necessária quanto era universalmente reconhecida. Neste sentido, temos o direito de dizer: Sem a escravidão da antiguidade, sem o socialismo moderno.*²⁴⁴

Que as formas próprias de auto-organização das classes trabalhadoras não poderiam ter sido a base para a industrialização, nem é preciso dizer:

*Vidrarias, papeleiras, siderúrgicas, etc. não podem ser organizadas sobre princípios de guilda. Elas requerem produção em massa; vendas em um mercado geral; riqueza monetária por parte do empreendedor... [S]ob as velhas relações de propriedade e produção, estas condições não podem ser congregadas.*²⁴⁵

Então a produção industrial, por definição, é algo que não pode ser livremente organizada pelos produtores. O inferno na terra é historicamente necessário.

Uma economia de simples troca, em que o trabalho fosse dono de seus meios de

²⁴² MARX. *The Poverty of Philosophy*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1976. v. 6. p. 132.

²⁴³ *Ibid.*, p. 159.

²⁴⁴ ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1987. v. 25. p. 168.

²⁴⁵ MARX. *Grundrisse*, p. 435.

produção, era incapaz de se mover para além de uma pequena indústria por sua própria iniciativa.

Este modo de produção [pequena indústria] pressupõe o parcelamento do solo e a dispersão dos outros meios de produção. Como ele exclui a concentração destes meios de produção, então ele também exclui a cooperação, a divisão do trabalho dentro de cada processo separado de produção, o controle sobre e a aplicação produtiva das forças da Natureza pela sociedade e o livre desenvolvimento das capacidades produtivas sociais. Ele é compatível apenas com um sistema de produção e com uma sociedade que se movem dentro de limites estritos e mais ou menos primitivos. Perpetuá-lo seria, como Pecqueur corretamente diz, "decretar a mediocridade universal".²⁴⁶

A questão óbvia que salta à mente é "Por quê?". Por que as guildas de artesãos não poderiam funcionar como um meio para mobilizar capital para produção em larga escala, da mesma forma que uma corporação? Por que os camponeses de uma vila não poderiam cooperar na compra e no uso de equipamento mecanizado de agricultura? Talvez porque, na ausência de uma classe dominante "progressista", eles simplesmente não conseguiriam ter um juízo perfeito. Ou talvez só porque sim.

A posição anarquista, em contrapartida, é que a exploração e o domínio de classe não são inevitáveis em nenhum momento; elas dependem da intervenção do estado, que não é absolutamente necessária. Relações sociais e econômicas justas são compatíveis com qualquer nível de tecnologia; o progresso tecnológico pode ser atingido e novas tecnologias integradas à produção em qualquer sociedade, através do trabalho livre e da cooperação voluntária. Igualmente, qualquer tecnologia é passível de aplicações tanto libertárias quanto autoritárias, dependendo da natureza da sociedade a que ela é integrada.

Todos os pré-requisitos técnicos para máquinas a vapor haviam sido alcançados pelos artesãos especializados da Alta Idade Média. Como Kropotkin escreveu,

Uma vez que as grandes descobertas do século XV foram feitas, especialmente a da pressão da atmosfera, apoiadas por uma série de avanços na filosofia natural - e eles foram feitos sob a organização da cidade medieval, - uma vez que estas descobertas foram feitas, a invenção do motor a vapor e toda a revolução que a conquista de uma nova energia implicava tinham necessariamente que se seguir. Se as cidades medievais tivessem vivido para levar suas descobertas a esse ponto, as consequências éticas da revolução efetuada pelo vapor poderiam ter sido diferentes; mas a mesma revolução nas técnicas e na ciência teria inevitavelmente ocorrido. Permanece, de fato, uma questão aberta se a decadência geral das indústrias, que se seguiu à ruína das cidades livres e foi especialmente notável na primeira parte do século XVIII, não retardou consideravelmente a aparição da máquina a vapor, assim como a consequente revolução nas artes.²⁴⁷

Não tivessem a expropriação do campesinato e o esmagamento das cidades livres

²⁴⁶ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, p. 749.

²⁴⁷ KROPOTKIN. *Mutual Aid*, p. 297.

ocorrido, uma revolução industrial a vapor ainda teria ocorrido - mas a principal fonte de capital para a industrialização teria estado nas mãos de guildas democráticas. O sistema de mercado teria se desenvolvido sobre a base da posse do produtor sobre os meios de produção. Não tivessem as elites mesopotâmica e egípcia calculado seis mil anos atrás que o campesinato produzia um excedente e poderia ser ordenado como gado, pessoas livres ainda teriam trocado seu trabalho e inventado maneiras, através da cooperação voluntária, de tornar seu trabalho mais fácil e mais produtivo. O parasitismo não é necessário para o progresso.

Pelo contrário, a acumulação primitiva impediu a causa do progresso industrial pelo menos tanto quanto ela o auxiliou. Em vez de promover a causa da inovação que de outra forma não teria ocorrido, é mais exato dizer que a acumulação primitiva *criou* uma situação em que a classe trabalhadora poderia ser motivada apenas através de compulsão. *Dada* a separação do trabalho do capital, o único meio para se industrializar e adotar a produção em larga escala era através do empobrecimento do trabalho até que sua única escolha estivesse entre aceitar trabalho em quaisquer termos oferecidos e morrer de fome. Isto não é dizer que a industrialização só poderia ter ocorrido sob estas circunstâncias - apenas que o sistema salarial, uma vez criado, estava limitado às possibilidades definidas por sua própria lógica interna.

A separação entre o trabalho e o capital, como tem sido verdadeiro de tantos aspectos do capitalismo de estado, levou à irracionalidade. Os trabalhadores foram privados da motivação intrínseca para aumentar a eficiência e a produtividade de seus métodos de trabalho, que teria existido numa economia de produção possuída e organizada pelo trabalhador. As desutilidades e benefícios do trabalho, não sendo completamente internalizadas pelo trabalhador, os donos do capital não puderam encontrar uma força de trabalho suficiente disposta a trabalhar.

Na verdade, a classe dominante não simplesmente impôs, a partir de cima, uma revolução que não poderia ter ocorrido de outra forma. Antes, ela impediu todas as possibilidades alternativas de industrialização vindas de baixo. Na medida em que a única fonte de capital de investimento para a produção de máquinas vinha de cima, foi porque os interesses mercantis que controlavam as guildas e as cidades haviam tornado impossível que a classe trabalhadora alcançasse os mesmos resultados através de associação horizontal e de mobilização e reunião de seu próprio crédito. Como vimos anteriormente, a massa de capital de investimento usada na revolução industrial veio dos mercadores capitalistas, que o haviam tomado dos produtores diretos através do roubo. Em tal situação de soma zero, as classes trabalhadoras necessariamente tinham menos reservas à sua disposição. Ao mesmo tempo, as qualidades democráticas das guildas foram ativamente suprimidas e se tornaram incapazes de servir como veículo para que os artesãos mobilizassem seu próprio capital a partir de baixo.

É nesse contexto que deveríamos considerar a extensas passagens no *Grundrisse* sobre o papel da usura e do capital mercante em preparar o caminho para o capitalismo. As oligarquias mercantes, com a ajuda do estado, foram capazes de impedir, deslocar economicamente ou suprimir a auto-organização do crédito e de proibir o comércio direto entre produtores e consumidores, enquanto acumulavam grandes massas de capital mercante através de um monopólio imposto pelo estado. Foi apenas como resultado deste

legado que o capital mercante foi capaz de tomar controle da oferta de matérias-primas para o trabalho artesanal, controlar o comércio atacadista de seus produtos e, desta maneira, organizar a produção sob o sistema doméstico.

Capítulo Cinco: O Estado e o Capitalismo na Era do "Laissez-Faire"

O Século XIX é comumente descrito, tanto por liberais paternalistas e social democratas quanto pelos tipos de "libertários" vulgares que se envolvem principalmente com apologias pró-corporativas, como uma era de "laissez-faire". Mas usar tal termo em referência a esse período é uma farsa absoluta. Já vimos, em nosso capítulo anterior sobre a acumulação primitiva, como o capitalismo do século XIX refletiu a violenta reconstrução da sociedade através de uma revolução estatista vinda de cima. Além disso, foi sobre o século XIX, alegadamente "laissez-faire", que Benjamin Tucker escreveu, quando ele identificou as quatro grandes formas de privilégio legal sobre as quais o capitalismo, enquanto um sistema estatista de exploração, dependia. Examinaremos estes quatro privilégios, centrais para a estrutura do capitalismo "laissez-faire", neste capítulo. Além disso, examinaremos uma quinta forma de intervenção estatal em grande parte ignorada por Tucker, muito embora tenha sido central para o desenvolvimento do capitalismo durante todo o século XIX: os subsídios aos transportes.

Tanto socialistas de estado quanto rainhas do bem-estar corporativo, por razões quase idênticas, têm um interesse comum em manter o mito do século XIX laissez-faire. Os defensores do estado regulatório de bem-estar têm que fingir que as injustiças da economia capitalista resultam do mercado não controlado, ao invés da intervenção estatal no mercado; de outra forma, eles não poderiam justificar seu próprio poder como remédio. Os apologistas das grandes empresas, por outro lado, têm que fingir que o estado regulatório de bem-estar foi algo forçado sobre eles por ideólogos anti-empresas, ao invés de algo em que eles próprios desempenharam um papel central em criar; de outra forma, seus piores medos poderiam se efetuar, e o estado intervencionista poderia realmente ser podado. "Laissez-faire" é, portanto, o que Albert Jay Nock o chamou: um "termo impostor"¹.

Os horrores da vida industrial da Inglaterra no último século forneceram um depoimento permanente para os viciados em intervenção positiva. O trabalho infantil e feminino nos moinhos e nas minas; Coketown e o Sr. Bounderby²; salários de fome; horas mortais; condições vis e perigosas de trabalho; navios caixões comandados por rufiões - todos estes são atribuídos, sem hesitação, por reformistas e publicistas, a um regime de individualismo rude, concorrência desenfreada e laissez-faire. Isto é um absurdo patente, pois nenhum regime assim jamais existiu na Inglaterra. Eles se deviam à intervenção primária do Estado, por meio da qual a população da Inglaterra foi expropriada da terra; deviam-se à remoção estatal da

¹ NOCK, Albert Jay. *Our Enemy, the State*. Delavan, Wisconsin: Hallberg Publishing, 1983. p. 97.

² Nota do Tradutor: O romance *Hard Times*, de Charles Dickens, se passa em Coketown, uma genérica cidade fabril do Norte Inglês, semelhante a Manchester em alguns aspectos, embora menor. Coketown pode ser parcialmente baseada na Preston do século XIX. O livro também inclui Josias Bounderby, um sócio de negócios do Sr. Gradgrind. Dado a gabar-se de ser um "self-made man", ele emprega muitos dos outros personagens centrais do romance. Ele ascendeu a uma posição de poder e riqueza de origem humilde (embora não tão humilde quanto alega). Ele se casa com a filha de Mr. Gradgrind, Louisa, cerca de 30 anos mais jovem, no que acaba por ser um casamento sem amor. Eles não têm filhos. Bounderby é insensível, egoísta e, finalmente, se revela ser um mentiroso e uma fraude. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Hard_Times. Acessado em: 24 mai. 2016.

*terra da concorrência com a indústria pelo trabalho... A economia de Adam Smith não é a economia do individualismo; ela é a economia dos senhores de terras e proprietários de moinhos.*³

A. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: O Monopólio da Terra

Tucker classificava, como uma das quatro formas de monopólio, a *proteção governamental de "títulos de terra que não se baseiam na ocupação pessoal e no cultivo"*⁴. Uma grande quantidade de material que ele teria incluído sob esse título já foi tratada, em vez disso, como parte de nossa análise da acumulação primitiva no último capítulo. Esse material não será duplicado; para os propósitos do presente capítulo, será suficiente apontar que o confisco e o monopólio de terras pelas classes dominantes nos primeiros dias do capitalismo têm efeitos contínuos ainda hoje.

A acumulação primitiva descrita no capítulo anterior foi apenas um exemplo de um fenômeno histórico geral: conforme os georgistas Oppenheimer e Nock apontaram, o estado, durante toda a história, tornou possível a exploração controlando politicamente o acesso à terra. O último, ao se referir à franca perspectiva de classe dominante de Wakefield, comentou que *"a exploração econômica é impraticável até que a expropriação da terra tenha ocorrido"*⁵. A breve pesquisa de Henry George, em *Progress and Poverty*, sobre as intromissões da classe dominante nas terras do campesinato, é uma boa introdução. A história da república romana de Lívio⁶, por exemplo, é dominada pela luta entre os plebeus e os senhores de terra patrícios. As grandes propriedades fundiárias da aristocracia foram retiradas do domínio público, originalmente propriedade comum de todo o povo romano⁷.

O sistema de regularização fundiária na Europa medieval foi estabelecido, igualmente, através do confisco de terras por parte das classes feudais dominantes. Através dos meios políticos, elas reclamaram propriedade legal sobre as terras já ocupadas e trabalhadas pelo campesinato e o compeliram a pagar aluguel sobre suas próprias terras. Através de meios políticos, igualmente, elas reclamaram propriedade sobre terras vazias e controlaram o acesso a elas sem jamais terem-na diretamente ocupado e trabalhado elas mesmas. Como Adam Smith escreveu, *"Uma grande parte delas não estava cultivada; mas nenhuma parte delas, quer cultivada ou não, foi deixada sem um proprietário. Todas elas foram absorvidas, e a maior parte por alguns poucos grandes proprietários"*⁸.

³ *Ibid.*, p. 106 (nota).

⁴ TUCKER, Benjamin R. State Socialism and Anarchism. In: _____. *Instead of a Book, By a Man Too Busy to Write One*, Gordon Press facsimile. New York:[s.n.], 1897, 1973. p. 12.

⁵ NOCK. *Our Enemy, the State*, p. 41 (nota).

⁶ N. do T.: Tito Lívio, conhecido simplesmente como Lívio, é o autor da obra histórica intitulada *Ab urbe condita* ("Desde a fundação da cidade"), onde tenta relatar a história de Roma desde o momento tradicional da sua fundação 753 a.C. até ao início do século I da Era Cristã. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tito_L%C3%ADvio. Acessado em: 27 jun. 2016.

⁷ GEORGE, Henry. *Progress and Poverty*. New York: Walter J. Black, 1942. p. 312; INGALLS, Joshua King. *Social Wealth: The Sole Factors and Exact Ratios in Its Acquirement and Apportionment*. New York: Social Science Publishing Co., 1885. pp. 145-50.

⁸ SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago, London, Toronto: Encyclopedia Britannica, 1952. p. 165.

Este mal estava em vias de ser remediado na Baixa Idade Média. Por meios como a posse por enfiteuse, a Europa ocidental estava evoluindo em direção a um sistema em que o camponês era o proprietário *de facto*, tendo que pagar apenas uma quitação nominal determinada pelo costume; depois que esse aluguel nominal fosse pago, ele poderia tratar a terra, na prática, como sua própria. Tivesse se permitido que esse sistema se desenvolvesse sem violência, a Europa hoje poderia ser um continente de pequenos proprietários. Mas como vimos no capítulo anterior, não seria assim.

Com este último, no entanto, já se foi lidado. Neste capítulo examinaremos as formas estatistas de propriedade sobre a terra enquanto fenômeno geral. Embora a acumulação primitiva já recontada seja considerada injusta por todas as principais teorias libertárias de propriedade (pelo menos na medida em que elas reconhecem sua ocorrência), estas teorias não concordam, de maneira alguma, sobre qual seria a base apropriada para a propriedade. Nossa próxima ordem do dia, portanto, é um exame comparativo das principais teorias de propriedade sobre a terra.

O princípio da propriedade privada sobre a terra, por si só, não carrega consigo, por necessidade, nenhum conjunto particular de regras sobre a posse da terra. Nozick apontou que qualquer teoria de "justiça da propriedade" tem que incluir três tópicos principais: 1) uma teoria da *"aquisição original das propriedades, a apropriação de coisas não possuídas"*; 2) *"a transferência de propriedades de uma pessoa a outra"*; e 3) *"princípios que determinam como uma pessoa pode desapossar-se de uma propriedade, devolvendo-a a um estado não possuído"*⁹. Ou, como Tucker colocava, *"A questão não é se devemos ser capazes de vender ou adquirir no 'mercado aberto' qualquer coisa que possuímos legitimamente, mas como chegamos à posse legítima"*¹⁰. Liberais de livre mercado estão divididos entre si sobre como responder a esta questão.

Há três principais teorias rivais sobre a justiça da propriedade entre libertários de livre mercado - a Lockean, a Georgista e a mutualista - com o lockeanismo predominando. Da maneira em que Bill Orton caracterizou suas diferenças, as três escolas concordam bem de perto sobre a aquisição da propriedade (isto é, pela apropriação através do trabalho), mas diferem consideravelmente sobre as regras de transferência e abandono¹¹. Todas as três escolas concordam que a única maneira legítima de se apropriar de terras sem dono é a apropriação através da ocupação e da alteração pessoais e diretas: como Locke coloca, através da mistura do trabalho.

Em contraposição aos Lockeanos, Georgistas e mutualistas concordam em ver a terra, em algum sentido, como um patrimônio comum que não pode ser permanentemente alienado das propriedades comuns de forma absoluta¹². Ambos diferem dos Lockeanos na

⁹ NOZICK, Robert. *Anarchy, State, and Utopia*. U.S.A.: Basic Books, 1974. pp. 150-1.

¹⁰ TUCKER. An Alleged Flaw in Anarchy. In: _____. *Instead of a Book*, p. 212.

¹¹ ORTON, Bill. Re: On the Question of Private Property. *Anti-State.com Forum*, 26 ago. 2003. [Nota do Editor: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

¹² N. do T.: Em inglês, "in fee simple". Na lei inglesa, esse termo caracteriza uma propriedade absoluta, uma forma de propriedade não-vinculada. O título alodial, ou seja, de propriedade sem restrições, é reservado aos governos em uma estrutura de direito civil. O título de propriedade absoluta representa uma participação acionária na propriedade real, embora ela seja limitada pelos

medida em que a apropriação através da mistura do trabalho remove permanentemente a terra deste patrimônio comum. Ambos grupos veem os direitos comuns da humanidade à terra como inalienáveis, e o direito individual de posse ou usufruto como sendo, em algum sentido, uma administração em prol da comunidade humana em geral. Os Georgistas, no entanto, atribuem à comunidade um papel mais ativo em exercer seus direitos de propriedade supremos sobre as terras comuns do que os mutualistas e tratam a comunidade como proprietários associados das terras comuns em um sentido mais ativo. Os mutualistas, por outro lado, tendem a ver a terra desocupada simplesmente como terras comuns não apropriadas sobre as quais os direitos de propriedade supremos da humanidade estão latentes e que o indivíduo está livre para usar como lhe aprouver, sem se explicar para nenhum representante dos direitos coletivos; mas o direito comum latente do resto da humanidade proíbe o indivíduo de reivindicar mais terra do que ele pode usar pessoalmente, às custas do interesse comum, e requer que seu título de posse seja revertido aos comuns quando ele deixar de ocupar e usar a terra. Em relação ao status teórico da terra, portanto, mutualistas e Georgistas têm mais em comum uns com os outros do que com os Lockeanos.

Em relação ao tratamento prático dos títulos fundiários existentes, por outro lado, Georgistas e Lockeanos mainstream têm mais em comum uns com os outros, e mutualistas (e, até certo ponto, Lockeanos radicais) são um estranho no ninho. Mutualistas e (entre os Lockeanos) os Rothbardianos de esquerda concordam que quaisquer títulos atuais sobre a terra que não tenham sido estabelecidos através de tal apropriação pelo trabalho são inválidos e que a terra mantida por tal título deveria ser considerada como não apropriada e aberta à apropriação pelo primeiro apropriador a misturar seu trabalho a ela. Lockeanos da mais mainstream direita libertária estão mais dispostos a aceitar os títulos de propriedade existentes como válidos com base na convenção ou em direitos positivos, com interesse na estabilidade. Georgistas consideram a injustiça pela qual os títulos existentes foram adquiridos como relativamente insignificantes; o remédio apropriado não seria anular os títulos fundiários existentes, mas, através da coleta comunitária de aluguel, anular os benefícios injustos de manter tais títulos. O remédio Georgista de um imposto único, em grande parte, pressupõe um mercado em valores fundiários que lida com títulos e transferências em termos mais ou menos Lockeanos.

Sobre como a terra, uma vez adquirida através da mistura do trabalho, deve ser transferida e sobre o que constitui o abandono, as três escolas diferem radicalmente. Os Lockeanos acreditam que a terra, uma vez apropriada de forma justa a partir de um estado não apropriado, pode ser dada, vendida ou alugada pelo proprietário de direito e que a propriedade é mantida independentemente de se o dono original mantém a posse ou aluga para outro ocupante. Dada a justiça do título fundiário existente, um novo dono pode estabelecer a propriedade legítima através de uma simples transferência de título, independentemente de se ele pessoalmente ocupa e usa a terra. A ocupação e uso diretos são necessários apenas para a apropriação inicial, não para transferências subsequentes de propriedade. Georgistas, além de concordar com os Lockeanos sobre a apropriação inicial, também estão geralmente de acordo com os padrões Lockeanos de transferência, contanto que o princípio do recolhimento comunitário do aluguel da terra seja seguido.

poderes do governo de tributação, domínio eminente, poder de polícia, e confisco. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/Fee_simple. Acessado em: 27 jun. 2016.

Mutualistas, no entanto, advogam um padrão muito diferente para estabelecer a propriedade durante transferências subsequentes. Para os mutualistas, ocupação e uso são o único padrão legítimo para se estabelecer propriedade sobre a terra, independentemente de quantas vezes ela tenha mudado de mãos. Um proprietário existente pode transferir a propriedade por venda ou presente; mas o novo proprietário só pode estabelecer um título legítimo sobre a terra através de sua própria ocupação e uso. Uma mudança na ocupação equivale a uma mudança na propriedade. O aluguel de senhorio absenteísta e a exclusão de apropriadores de terras desocupadas por parte de um senhor absenteísta são ambos considerados ilegítimos pelos mutualistas. O real ocupante é considerado o dono de uma extensão de terra e qualquer tentativa de recolher aluguel por parte de um autoproclamado senhor é considerada como uma invasão violenta do direito absoluto de propriedade do possessor.

Nenhum destes conjuntos alternativos de regras para a alocação da propriedade é correto de forma auto-evidente. Nenhuma reivindicação de propriedade pode ser logicamente deduzida do princípio de auto-propriedade sozinho, sem o "*invólucro*" de um sistema de propriedade" ou um sistema de "*regras de alocação*"¹³. Nenhum desses sistemas, seja Lockeano, Georgista ou Mutualista, pode ser provado correto. Qualquer prova requer um conjunto comum de regras de alocação, e um conjunto particular de regras de alocação de propriedade só pode ser estabelecido através de consenso social, não por dedução a partir do axioma da auto-propriedade.¹⁴ (No entanto, uma vez que todas as três tradições deduzem sua teoria de apropriação por *homesteading* a partir do princípio de auto-propriedade, de maneira tão similar, poderia ser mais preciso dizer que a teoria da apropriação através do trabalho, comum aos diferentes invólucros, é mais plausivelmente dedutível da auto-propriedade e menos dependente da convenção do que as regras em relação à transferência e ao abandono.)

Em todo o caso, há uma grande sobreposição prática em suas posições. Por um lado, a "pegajosidade" da propriedade é uma questão de grau:

*Em ambos os sistemas [isto é, o "grudento" (Lockeano) e o "não-grudento" (socialista/usufruto)], existem, na prática, exceções bem conhecidas. Sistemas de propriedade grudenta reconhecem o abandono e a recuperação; o usufruto permite que as pessoas se ausentem durante algum período de graça, sem renunciarem à propriedade e, claro, permite o comércio. Você poderia mesmo ver os dois sistemas como um contínuo de um limite alto a um baixo para determinar o que constitui "abandono".*¹⁵

Ou, como Orton coloca em outro lugar, a pegajosidade é uma questão de grau, em vez de uma diferença qualitativa entre a propriedade capitalista e socialista. Elas são "*a mesma coisa... com parâmetros diferentes*" para a quantidade de tempo necessária para

¹³ ORTON. Cohen's Argument. *Free-Market.net Forum*, 1 jan. 2001. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

¹⁴ ORTON. Re: On the Question of Private Property. *Anti-State.com Forum*, 30 ago. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

¹⁵ ORTON. Yet Another Variation. *Anti-State.com Forum*, 7 dez. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

estabelecer o abandono.¹⁶

Por outro, uma vez que os três sistemas concordam sobre o padrão de legitimidade para se apropriar propriedades sem dono, muito da propriedade existente é ilegítima para todas as três perspectivas, na medida em que uma grande porção foi adquirida por outros meios que não o uso pessoal. Murray Rothbard, por exemplo, apontou para a ilegitimidade da maioria da apropriação histórica da terra, mesmo para padrões Lockeanos:

Como o título de um indivíduo a um fator dado pela natureza será determinado? Se Colombo desembarca em um novo continente, é legítimo que ele proclame todo o novo continente como seu, ou mesmo aquele setor "até onde seus olhos podem ver"? Claramente, isto não seria o caso na sociedade livre que estamos postulando. Colombo ou Crusoé teriam que usar a terra, "cultivá-la" de alguma maneira, antes que pudesse se afirmar que ele é dono dela... Se há mais terra do que pode ser utilizada por uma oferta limitada de trabalho, então a terra não utilizada deve simplesmente se manter não apropriada até que um primeiro usuário chegue à cena. Qualquer tentativa de reclamar um novo recurso que alguém não usa teria que ser considerado invasivo ao direito de propriedade de quem quer que o primeiro usuário viesse a ser.¹⁷

Rothbard mais tarde argumentou, em *Power and Market*, que a terra apropriada por uma mera concessão do estado era uma concessão de poder monopolista análoga àquela de um senhor feudal, permitindo que o detentor do título cobrasse um imposto ou aluguel sobre o primeiro apropriador legítimo da terra e o forçasse a pagar tributo pelo direito de ocupá-la.

Problemas e dificuldades surgem sempre que o princípio de "primeiro usuário, primeiro proprietário" não é cumprido. Em quase todos os países, os governos têm reivindicado a propriedade da terra nova e nunca utilizada. No livre mercado, os governos nunca poderiam possuir terra originalmente. Este ato de apropriação por parte do governo já planta as sementes para a distorção das alocações do mercado, quando a terra é posta em uso. Assim, suponha que o governo dispõe de terras públicas para vendê-las em leilão pelo maior lance. Já que o governo não tem um direito de propriedade válido, tampouco o tem quem compra do governo. Se o comprador é o "dono", como muitas vezes acontece, mas não usa ou fixa residência à terra, então se torna um especulador de terras em sentido pejorativo. Pois o usuário verdadeiro, ao chegar, é forçado a alugar ou comprar a terra deste especulador, que não tem título válido à área. Não pode ter título válido porque o título deriva do estado, que também não tinha título válido no sentido de livre mercado...¹⁸

O mesmo era verdadeiro da apropriação feudal da terra em áreas colonizadas mais antigas:

¹⁶ ORTON. Property (Wolf De Voon). *Anti-State.com Forum*, 07 jul. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

¹⁷ ROTHBARD, Murray. *Man, Economy and State: A Treatise on Economic Principles*. Auburn University, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1993. p. 147.

¹⁸ ROTHBARD. *Power and Market: Government and the Economy*. Kansas City: Sheed Andrews and Mcmeel, 1970, 1977. p. 132.

A afinidade do arrendamento com os impostos é ainda mais estreita no caso de concessões de terra "feudais". Vamos postular um caso típico dos primórdios feudais: uma tribo conquistadora invade um território de camponeses e estabelece um estado para governá-los. Ela poderia cobrar impostos e fazer que a este se seguissem os lucros. Mas também poderia fazer algo mais, e é importante notar que não há diferença essencial entre as duas possibilidades. Poderia dividir toda a terra em concessões individuais de "propriedade" para cada membro da tribo conquistadora. Então, em lugar de ou em adição a uma agência de tributação central, haveria uma série de agências regionais de coleta de rendas. Mas as consequências seriam exatamente as mesmas.¹⁹

Claramente, o padrão consensual de apropriação através de trabalho ainda deixa muito para a convenção: Quanto trabalho é necessário para se apropriar quanta terra? É necessário alterar fisicamente ou usar cada metro quadrado em um pedaço de terra que se reivindica? A apropriação através do trabalho ocorre através do trabalho contratado de outrem ou é através da apropriação pessoal apenas? A exclusão do estado de se apropriar de terras através do trabalho de seus "servos" poderia também, parece, excluir a apropriação indireta da terra através do trabalho daqueles em a soldo de um capitalista privado. O padrão trabalho, dependendo do rigor de sua interpretação, significaria que um conjunto habitacional pertenceria aos trabalhadores da construção que o construíram e não ao contratante que comprou a terra e contratou o trabalho. Ainda assim, o padrão Lockeano de apropriação através do trabalho exclui uma grande quantidade do que Jerome Tuccille chamou de "roubo de terras", ou subir uma montanha e reivindicar toda a terra que você pode ver²⁰, e percorre uma boa parte do caminho em direção a remediar os males associados por Georgistas e mutualistas ao senhorio como tal.

Sob o regime de "primeiro usuário, primeiro proprietário", os georgistas estariam errados ao afirmar que nenhum trabalho havia se mesclado com as terras naturais para justificar a propriedade privada do solo. Pois então, a terra não poderia ser apropriada, a menos que fosse utilizada pela primeira vez e pudesse ser originalmente apropriada para a posse apenas na proporção do uso. A "mescla" de trabalho com a natureza pode assumir a forma de extração, preenchimento, limpeza, pavimentação ou preparação do local para o uso. O cultivo do solo é apenas um tipo possível de utilização. A reivindicação de uso para a terra poderia ser certificada por tribunais caso qualquer disputa surgisse a respeito da titularidade...

...[A]lguas das acusações que os Georgistas levantaram contra a especulação da terra são verdadeiras, não porque a especulação imobiliária é ruim per se, mas porque o especulador chegou a possuir a terra, não por título válido, mas através do governo, que inicialmente atribuiu o título a si mesmo. De modo que, agora, o preço de venda (ou, alternativamente, o aluguel) pago pelo futuro usuário realmente se torna o pagamento de um imposto para a permissão de uso da terra..²¹

¹⁹ *Ibid.*, p. 133.

²⁰ TUCCILLE, Jerome. "Bits and Pieces". *The Libertarian Forum*, 1 nov. 1970. p. 3.

²¹ ROTHBARD. *Power and Market*, pp. 131-2.

De acordo com Mises, o latifúndio em grande escala sempre foi o resultado de monopólios fundiários criados pelo estado e não da agregação de pequenos pedaços de terra através de processos de mercado.

Em nenhum lugar e em tempo algum a propriedade em larga escala da terra veio a existir através das forças econômicas no mercado. Ela é o resultado do esforço militar e político. Fundada pela violência, ela tem sido mantida pela violência e por ela apenas. Tão logo os latifúndios sejam levados à esfera das transações de mercado, eles começam a desmoronar até que, por fim, desapareçam completamente. Nem em sua formação, nem em sua manutenção, têm operado as forças econômicas. As grandes fortunas fundiárias não surgiram através da superioridade econômica da propriedade em grande escala, mas através da anexação violenta, fora da área do comércio... A origem não-econômica das fortunas fundiárias é claramente revelada pelo fato de que, por via de regra, a expropriação através da qual elas foram criadas não altera de maneira alguma a forma de produção. O antigo dono permanece no solo, sob um título legal diferente, e continua a realizar a produção.²²

Embora a expressão "conto de fadas burguês" não apareça em nenhum lugar na citação acima, o sentido está tão claro quanto se o fizesse.

Além do acordo entre as três escolas sobre a ilegitimidade moral de muito da propriedade sobre a terra existente, há muito acordo entre elas, também, quanto às consequências exploradoras da apropriação estatista da terra. Oppenheimer argumentava que o monopólio da terra pelos grandes senhores contribuía para o sistema de troca desigual através do qual todo trabalho era explorado - não apenas o trabalhador agrícola ou camponês, mas o trabalhador industrial também.

A economia de trocas se torna pervertida por um compromisso com a economia escravagista. Na "economia pura", ninguém poderia sonhar em se apropriar de mais terra do que ele e sua família pudessem lavrar; tal apropriação pressupõe um sistema escravagista. Ainda assim, a economia de trocas realmente tolerou a grande propriedade fundiária, essa instituição econômica dos meios políticos, como legítima e em pé de igualdade com a propriedade surgida do trabalho realizado pessoalmente. No sistema híbrido que combina o sistema feudal transformado com a economia de trocas - esta é a definição do capitalismo - a harmonia está distorcida por dois efeitos interrelacionados da grande propriedade fundiária (feudal): o poder do campo de comprar produtos urbanos é enfraquecido pela exploração e pela subsequente ineficiência; e o mercado de trabalho urbano é inundado, e os salários pressionados para baixo, pelos escravos e servos ou trabalhadores agrícolas que escapam da pressão para a liberdade das cidades. Em um sistema harmonioso, em que a terra não fosse apropriada, um trabalhador urbano demandaria e conseguiria tanto quanto ele pudesse de outra forma receber como camponês independente em terra livre; na estrutura híbrida, o salário é pressionado para baixo daquele de um servo agrícola. Isto torna a propriedade

²² MISES, Ludwig von. *Socialism*. New York: Yale University Press, 1951. p. 375.

*capital urbana um meio de exploração junto com a grande propriedade fundiária: os sem propriedade sofrem uma dedução de seu salário original, o produto de seu trabalho, para o lucro dos grandes proprietários.*²³

Rothbard também apontou os efeitos exploradores do monopólio estatal da terra, que resultava no aumento dos aluguéis da terra em uso e na diminuição das taxas salariais.

*A venda governamental de “suas” terras não utilizadas aos especuladores, portanto, restringe o uso de novas terras, distorce a alocação de recursos e mantém a terra fora do uso que teria, não fosse pela penalidade “fiscal” de pagar um preço de compra ou renda ao especulador. Manter as terras fora de uso aumenta o valor marginal do produto e dos aluguéis das terras remanescentes, além de diminuir o valor marginal da produção do trabalho, diminuindo, assim, os níveis salariais.*²⁴

Mais especificamente, leis de "conservação" desempenhavam um papel chave no monopólio da terra, ao forçosamente reter recursos do mercado e, assim, aumentar os preços dos recursos que os proprietários de terra *realmente* vendiam. Elas serviam exatamente à mesma função que as restrições de produção em qualquer outro tipo de monopólio.

*As leis de conservação, portanto, também devem ser vistas como outorga de privilégios monopolísticos. Um eminente exemplo é a política do governo americano, desde o fim do século XIX, de “reservar” vastos trechos de “domínio público” – isto é, de várias propriedades de terra governamentais... Florestas, em especial, são reservadas ostensivamente com o propósito de conservação. Qual é o efeito de retirar trechos imensos de madeira da produção? Conferir privilégio monopolístico, e, portanto, estabelecer um preço restricionista sobre as terras privadas concorrentes e sobre a madeira concorrente.*²⁵

Mas isso é contar apenas metade da história. Além de retirar a terra da produção, o estado dá aos capitalistas favorecidos *acesso preferencial* a ela. Enormes extensões de terra são concedidas a interesses madeireiros, petrolíferos, minerários e pecuários, a taxas politicamente determinadas. Por exemplo, a maior parte da devastação das sequoias gigantes no Noroeste do Pacífico ocorre em terras pertencentes ao governo e são lucrativas somente porque as companhias madeireiras não têm que comprar a terra em um mercado competitivo. Igualmente, o debate sobre a perfuração no ANWR²⁶ não é sobre *vender* a

²³ HEIMANN, Eduard. Franz Oppenheimer's Economic Ideas. *Social Research*, New York, vol. 11, n. 1, p. 28, fev. 1944.

²⁴ ROTHBARD. *Power and Market*, pp. 132-3.

²⁵ *Ibid.*, p. 68.

²⁶ N. do T.: O Arctic National Wildlife Refuge (Refúgio Nacional da Vida Selvagem no Ártico) é um refúgio nacional de vida selvagem no nordeste do Alasca, Estados Unidos. É composto por 19,286,722 acres (78,050.59 km²) na região do Encosta Norte do Alasca. A questão de se explorar petróleo no ANWR tem sido uma controvérsia política e da mídia em curso nos Estados Unidos desde 1977. É a maior região selvagem protegida nos Estados Unidos e foi criado pelo Alaska National Interest Lands Conservation Act de 1980. A seção 1002 do ato adiou uma decisão sobre a gestão da exploração e desenvolvimento de 1.500.000 acres de petróleo e gás (6,1 x 10⁹ m²) na planície costeira, conhecida como a "área da 1002". A controvérsia envolve a exploração de petróleo

terra para as companhias petrolíferas. É sobre dar a elas acesso preferencial, negado a cidadão comuns, e deixá-las pagar um precinho camarada pelo privilégio.²⁷

Estes dois aspectos, retenção e acesso preferencial, às vezes se encaixam muito bem. Os principais beneficiários da política de conservação foram "as estradas de ferro do Oeste, cujas terras foram concedidas" e os proprietários das madeiras existentes. As concessões de terra para as ferrovias incluíam não apenas os direitos de passagem para suas estradas, mas trechos de quinze milhas de cada lado da linha também. Ao cobrar dos colonos pelos direitos de apropriação, incluindo as propriedades comerciais mais desejáveis nas novas cidades ferroviárias, as ferrovias obtiveram uma grande renda proveniente da especulação de terras, além do seu negócio primário de realmente operar as ferrovias. Políticas governamentais de conservação aumentaram ainda mais o preço das propriedades de terra das ferrovias e, junto com ele, adicionaram ainda mais às suas rendas provenientes da especulação imobiliária. O valor das áreas de exploração de madeira, igualmente, foi aumentado pela retenção da terra. As indústrias ferroviária e madeireira, conseqüentemente, foram grandes contribuidoras do movimento de conservação.²⁸

Além da pura injustiça envolvida no roubo estatal de terras e na contínua exploração das classes produtivas por senhores parasitas, isso tem sido um grande entrave ao progresso. Isso era verdadeiro do sistema feudal de propriedade fundiária no Velho Mundo. A propriedade da terra, não estando nas mãos daquelas que a trabalhavam, nem o senhor nem o camponês tinham um incentivo para melhorá-la.

Raramente acontece de um grande proprietário ser um grande renovador.... Melhorar a terra com lucro, como todos os outros projetos comerciais, exige uma atenção exata às pequenas poupanças e pequenos ganhos, da qual um homem nascido com grande fortuna... raramente é capaz. A situação de tal pessoa naturalmente o dispõe a cuidar do ornamento que agrada seu desejo, do que do lucro do qual ele tem tão pouca necessidade... Ele embeleza talvez quatrocentos ou quinhentos acres na vizinhança de sua casa, a dez vezes o custo que a terra vale após todas as suas melhorias; e descobre que, se ele tivesse que melhorar toda sua propriedade da mesma maneira, e ele tem pouco gosto por qualquer outra, ele seria um falido antes que terminasse a décima parte dela...

*Mas se grandes melhorias devam raramente ser esperadas de grandes proprietários, elas devem ser muito menos esperadas quando eles empregam escravos como seus trabalhadores.... Uma pessoa que não pode adquirir nenhuma propriedade, não pode ter qualquer outro interesse além de comer tanto e trabalhar tão pouco quanto possível. Qualquer trabalho que ele faça além do que é suficiente para comprar sua própria manutenção pode ser retirado dele através da violência apenas e não através de qualquer interesse seu próprio.*²⁹

nesta subsecção da ANWR. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Arctic_Refuge_drilling_controversy. Acessado em: 28 jun. 2016.

²⁷ Vide JACKSON, Bernie. The Fine Art of Conservation. *The Freeman*: Ideas on Liberty, vol. 48, n. 10, out. 1998.

²⁸ ROTHBARD. *Power and Market*, p. 70.

²⁹ SMITH. *Wealth of Nations*, pp. 166-7.

Mesmo entre os camponeses não reduzidos à servidão ou à vilania, que apenas pagavam uma porção de sua produção como aluguel e mantinham o resto, os aluguéis reduziam o incentivo marginal de se trabalhar ou melhorar a terra.³⁰ Como evidência para essas alegações, Smith desafiava o leitor a comparar a condição das grandes propriedades na mesma família por gerações, com aquela das propriedades de pequenos proprietários na mesma vizinhança.³¹

Procedemos agora para uma descrição mais detalhada dos princípios únicos da posição mutualista sobre a posse da terra. O padrão de "ocupação e uso" para a propriedade de Tucker foi diretamente influenciado pela teoria da terra de J. K. Ingalls nos Estados Unidos; mas seus antecedentes remontam a muito antes - pelo menos até Godwin e Proudhon.

O socialista Ricardiano Hodgskin, em *The Natural and Artificial Right of Property Contrasted*, parecia, em muitos lugares, identificar o direito natural com o cultivo direto; sua distinção apresentava uma impressionante semelhança com a posterior distinção de Nock entre a propriedade "criada pelo trabalho" e "criada pela lei"³²:

*Em todas estas circunstâncias, em relação às quais o direito de propriedade pode ser considerado como o objeto principal da legislação, eu não vejo qualquer garantia ou proteção particular do direito natural de propriedade... Àqueles através de cujo trabalho combinado a terra é cultivada e a colheita recolhida, a natureza dá cada gavela e cada talo que eles escolham coletar; a lei, no entanto, leva quase tudo embora.*³³

*Nunca a lei empregou quaisquer meios que fossem para proteger a propriedade que a natureza concede aos indivíduos; pelo contrário, ela é um grande sistema de meios inventados para se apropriar, de uma maneira peculiar e injusta, das dádivas da natureza. Ela extorque uma receita para o governo, - ela compele o pagamento de aluguel, - ela impõe a doação de dízimos, mas ela não garante ao trabalho sua produção e sua recompensa.*³⁴

Ao contrastar a natureza de classe dos direitos naturais e artificiais, Hodgskin tendia a identificar o primeiro com o camponês e o último com o senhor, de maneiras que certamente deixariam um libertário-lito moderno como (digamos) Milton Friedman nervoso: "O direito de propriedade, que está agora armando o proprietário de terras e o capitalista contra o camponês e o artesão será, na verdade, o grande assunto de discórdia para esta e para a próxima geração..."³⁵. Ele ia tão longe quanto a descrever o estado como o poder organizado dos proprietários de terras e o garantidor de seu direito de possuir a terra sem realmente cultivá-la:

³⁰ *Ibid.*, p. 168.

³¹ *Ibid.*, p. 167.

³² NOCK. *Our Enemy, the State*, p. 80.

³³ HODGSKIN, Thomas. *The Natural and Artificial Right of Property Contrasted*. London: B. Steil, 1832. pp. 53-4.

³⁴ *Ibid.*, pp. 55-6.

³⁵ *Ibid.*, p. 15.

Entre as classes legislativas incorporadas ao governo e o constituindo devemos colocar a aristocracia fundiária. Na verdade, a aristocracia fundiária e o governo são um - o último não sendo nada além do que os meios organizados de preservar o poder e os privilégios da primeira.... Seu [do proprietário de terras] direito a possuir a terra, não a possuir o produto de seu próprio trabalho, é tão admiravelmente protegido quanto se pode ser efetivado pela lei. Um outro não pode sequer caminhar sobre ela e todos os animais selvagens e frutos que ela mantiver são ditos pela lei serem seus. A natureza faz disso uma condição para o homem ter terras, que ele deve ocupá-la e cultivá-la ou ela não produzirá nada... O mero proprietário de terras não é um trabalhador e ele nunca foi sequer alimentado, exceto através da violação do direito natural de propriedade. Paciente e perseverantemente, no entanto, a lei tem se esforçado para manter seus privilégios, poder e riqueza.³⁶

Ainda assim, para ser justo, deveríamos acrescentar que a posição de Hodgskin é ambígua. É difícil, às vezes, em um país como a Grã-Bretanha, com tanta bagagem feudal em sua presente distribuição de propriedade de terra, distinguir entre a crítica à aristocracia fundiária e a crítica à propriedade absenteísta como tal, ou entre a tributação e a renda. Assumir que ele identificava a renda com a tributação em todas as circunstâncias, como fazia Tucker, é uma petição de princípio.

As passagens acima realmente parecem implicar, entretanto, que o cultivo é um título contínuo da terra e de sua produção, mesmo no presente, e não meramente um meio de se apropriar dela inicialmente. Mas a maior parte das grandes posses de terra na Inglaterra na época caem sob a condenação dos Lockeanos (especialmente Rothbardianos de esquerda) também.

Hodgskin citou uma versão bastante radical de Locke sobre a teoria da apropriação através do trabalho, em linguagem que poderia sugerir a alguns uma interpretação razoavelmente literal da necessidade de trabalhar a terra.

Ele [Locke] diz com precisão, "tanta terra quanto um homem lavra, planta e melhora, cultiva e pode usar, o produto de tanto é sua propriedade" - "Esta é a medida da propriedade sobre a terra, que a natureza bem definiu pela extensão do trabalho do homem e pelas conveniências da vida; o trabalho de homem algum poderia subjugar ou se apropriar de tudo, nem poderia seu gozo consumir mais do que uma pequena parte, de maneira que seria impossível, desta forma, usurpar o direito de outro, ou adquirir para si mesmo uma propriedade em prejuízo de seus vizinhos". Infelizmente, no entanto, este admirável princípio não tem a menor influência sobre os legisladores ao repartir aquilo que, a propósito, não é deles, a terra das novas colônias...

Existem muitas coisas sobre o direito de propriedade sobre a terra... que deveriam ser profundamente meditadas por aqueles que... aspiram influenciar as opiniões e os destinos de seus semelhantes. Você deve ter o senso, por exemplo, de que a quantidade de terra necessária para cada indivíduo, de acordo com o

³⁶ *Ibid.*, p. 52.

*princípio citado há pouco do Sr. Locke, deve variar com as qualidades e a situação do solo, com a habilidade e conhecimento das pessoas; e, em suma, com as sucessivas mudanças na condição da humanidade... Na multiplicação da humanidade, ...nas melhorias em habilidade e conhecimento, assim como nas diversidades do solo e do clima, encontramos princípios que continuamente modificam a apropriação da terra e alteram a quantidade à qual um homem pode apropriadamente dedicar seu trabalho.*³⁷

Pouco depois, em uma passagem um tanto densa, Hodgskin lançou dúvidas sobre se o trabalho de supervisão de um senhor-fazendeiro com diversas fazendas era um título natural suficiente à sua propriedade, ou se o tamanho conducente a eficiência ótima de uma empreitada tão grande tinha qualquer influência no tamanho do que um indivíduo poderia se apropriar por meios naturais:

*Talvez você possa supor que a coleção de muitas pequenas fazendas nas mãos de um fazendeiro, - um processo que, por alguns anos, esteve acontecendo neste país [com um pouco de ajuda, como vimos], embora pareça ter parado agora, - é uma exceção a estas observações. Eu estou falando, no entanto, da quantidade de terra da qual uma habilidade cada vez maior obtém uma quantidade suficiente de subsistência e da decrescente superfície à qual, conforme o trabalho se torna mais habilidoso, ele estará necessariamente confinado, não da quantidade de terra que um capitalista ou fazendeiro, comandando o serviço de qualquer dado número de trabalhadores, acha no presente mais conveniente contratar. De que tamanho as fazendas devem ser, na presente condição da sociedade, é uma questão deveras distinta da quantidade de terra necessária para fornecer a um indivíduo os meios de subsistência e, portanto, determinar o direito natural de propriedade sobre a terra...*³⁸

Qualquer argumento consequencialista relativo à restrição que este "direito natural da propriedade sobre a terra" poderia exercer sobre as economias de escala pode ser respondido, obviamente, com uma negação de que a propriedade por parte de "um capitalista", como na "presente condição da sociedade", seja o único meio pelo qual "qualquer dado número de trabalhadores" possa combinar seus esforços em um empreendimento em comum.

Mas até aí, o próprio Locke era ambíguo; ele (e, especialmente, sua Ressalva) foram colocados em usos muito mais radicais do que muitos Lockeanos modernos aprovariam.

J.K. Ingalls, provavelmente a mais forte influência direta sobre a teoria da terra de Tucker, pedia pela "revogação de todas as leis em relação à propriedade da terra, deixando a 'ocupação e uso', como era originalmente, como o único título à terra"³⁹. Assim como mais tarde o Georgista Franz Oppenheimer, ele via a história em termos dos "caminhos pelos quais o direito natural do homem sobre o solo tem sido usurpado em todas as terras por uma classe dominante que, mais cedo ou mais tarde, buscou a cobertura de uma pretensa

³⁷ *Ibid.*, pp. 61-3.

³⁸ *Ibid.*, p. 67.

³⁹ INGALLS. *Social Wealth*, p. 287.

lei para sancionar atos ilícitos, de maneira que pudessem gozar da posse tranquila do domínio obtido pela violência"⁴⁰. O domínio absoluto sobre a terra, à exclusão do resto da humanidade, era possível apenas através do poder coercivo do estado, estabelecido através da "lei do mais forte" ou dos "direitos do vencedor" - essencialmente a mesma coisa descrita por Oppenheimer como "os meios políticos".⁴¹

Ingalls, assim como Henry George, enfatizava a prática original, comum à todas as sociedades humanas, de tratar a terra como uma propriedade comunal a ser atribuída a cultivadores individuais apenas em uma base usufrutuária. Mesmo sob as usurpações dos senhores, durante a maior parte da história do estado, a sujeição da comuna camponesa à aristocracia fundiária ainda era coletiva. O campesinato continuava, na Europa medieval, na Rússia, na Índia, etc. a cultivar a terra em comum e a pagar tributo ao estado ou ao senhor enquanto uma comunidade.⁴²

Conforme descrito na Introdução à Parte II desta obra, a teoria mutualista da exploração enfatiza o papel do privilégio em restringir o acesso do trabalho aos meios de produção e em compelir o trabalho, através do processo de troca desigual, a pagar tributo às classes proprietárias, aceitando menos do que seu produto como salário. O trabalho de Ingalls sobre o senhorio é um excelente estudo de caso da operação deste princípio no que se refere especificamente à terra. Ingalls citou Adam Smith sobre o produto do trabalho como o salário natural do trabalho, nos tempos anteriores à apropriação da terra. Ele contrastava isto à teoria dos salários de subsistência de Ricardo, na qual o preço do trabalho era determinado pelo custo de reprodução. A diferença entre os dois, na visão de Ingalls, resultava do controle da terra pelo senhor, em vez de pelo cultivador.⁴³ Ou, como sugerimos anteriormente, a distinção de Marx entre o preço da força de trabalho e o valor do produto do trabalho se mantém apenas após as classes trabalhadoras terem sido privadas de sua propriedade sobre os meios de produção. O preço da força de trabalho é determinado pelo seu custo de reprodução, não enquanto qualidade inerente do trabalho assalariado, mas apenas onde o trabalho é vendido em um regime de troca desigual.

Um rendimento sobre a terra ou sobre o capital, como tal, só poderia existir através do privilégio. Apenas através do privilegio estatal à propriedade do capital e da terra foi possível que o capitalista ou o senhor cobrassem do trabalho um tributo para o acesso aos meios de produção e, desta forma, obtivessem um acréscimo cumulativo ao longo do tempo.⁴⁴ A expansão do capital através da mágica dos juros compostos não é, como os Marxistas acreditam, uma propriedade do mercado. A lei natural do mercado é que o trabalho receba seu produto completo. E, embora ele tenha escrito em uma época anterior aos marginalistas terem explicado completamente o princípio da desutilidade do trabalho, Ingalls implicitamente assumia o princípio. Em termos bastante similares aos de nossa própria análise no Capítulo 2, Ingalls contrastava o preço normal de uma mercadoria em um livre mercado (um preço apenas suficiente para compensar o trabalho pela desutilidade de sua atividade), com as rendas monopolistas resultantes aos proprietários do capital e da

⁴⁰ *Ibid.*, p. 139.

⁴¹ *Ibid.*, p. 133.

⁴² *Ibid.*

⁴³ *Ibid.*, p. 132.

⁴⁴ *Ibid.*, pp. 248-9.

terra, que não levavam em conta os seus reais custos ou sua desutilidade ao adquiri-los:

*Quando um homem compra um casaco ou um jantar, ele o considera como de valor suficiente para pagar seu preço justo, sem qualquer consideração quanto a se isso o possibilitará receber uma renda sem trabalho. E isto é verdadeiro de quase tudo consumido por homens individuais e suas famílias ou pelo mundo em geral. É apenas o comerciante, o banqueiro ou o senhor que medem o preço pelo lucro, pelo juro, ou pela renda que explorarão.*⁴⁵

Em outras palavras, como afirmamos no Capítulo 2, o poder de receber uma renda sobre o capital ou sobre a terra, sem recebê-la através do trabalho, só pode entrar no cálculo do "custo de oportunidade", através do qual o lucro líquido e a renda são calculados, quando, primeiro, o estado possibilitou tal renda imerecida, através de sua aplicação do privilégio legal.

Ingalls, assim como Tucker, devotou uma boa quantidade de energia a enfrentar as teorias de Henry George. Assim como Tucker, ele minimizava a importância da renda econômica como tal e a via como um mero efeito colateral do fenômeno geral da renda senhorial - em suas palavras, a renda econômica "*mal poderia constituir uma dificuldade, caso a ocupação criasse o único título à terra*"⁴⁶. Na verdade, ele foi além de Tucker em sua negação de que a renda econômica existiria sem o senhorio:

Em vez de analisar a renda, ele [George] parece considerá-la como um poder misterioso que cria valor independente do trabalho e como algo que ele pode tributar em qualquer grau sem tirar dos salários naturais do trabalho; ao passo que ela se deve completamente à propriedade exclusiva da terra, como ele próprio frequentemente afirma...

*De acordo com Ricardo, a renda não é um tributo arbitrário arrecadado sobre a indústria por direito usurpados, mas meramente o excesso de produto, da melhor terra sobre a pior, conforme a última vier a ser cultivada ou posta a outro uso sob as exigências da população crescente.... Enquanto a terra estiver sob um domínio exclusivo, ela [a teoria Ricardiana da renda diferencial] pode servir de uma certa maneira para explicar como a taxa de renda é determinada em relação a terras particulares. Mas isto não é, de forma alguma, o limite de seu uso pelos seguidores de Ricardo, entre os quais o Sr. George deve ser incluído. Sempre se procura efetuar a inferência de que ela também revela uma lei econômica sob a qual apenas a renda é desenvolvida. Ela assume que a renda não surge até que o aumento da população force o uso de solos menos produtivos. Na verdade, a operação é diretamente o reverso disto.*⁴⁷

Ingalls, ao fazer tal afirmação não qualificada, de fato foi longe demais. Ele próprio virtualmente admitiu isso, ao conceder que o excedente de um produtor existiria para donos de terras superiores, mesmo em um regime de propriedade baseada na ocupação: "O

⁴⁵ *Ibid.*, p. 252.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 74.

⁴⁷ *Ibid.*, pp. 68-9.

homem com terra de mais fácil lavoura ou solo mais produtivo será capaz, sem dúvida, de obter o mesmo preço para seus grãos ou frutos que o homem com um solo mais pobre e colheitas menores"⁴⁸.

Ainda assim, Ingalls fez de fato um bom argumento a favor da alegação de que os males da renda diferencial eram exacerbados pela renda do senhor e derivavam parcialmente dela. Por exemplo, ele escreveu, a senhoriagem absenteísta, por si própria, compelia o cultivo de terras marginais a um grau que não ocorreria, estivessem todas as terras vazias abertas ao cultivo, e, desta maneira, aumentava o diferencial entre a melhor e a pior terra em cultivo.⁴⁹

Ele também apontava o fato, comumente negligenciado nas explicações simplificadas da teoria de renda de Ricardo, de que a terra era passível de uma série de diferentes usos e de que um pedaço de terra que fosse de qualidade inferior para produzir uma cultura poderia ser de qualidade melhor do que a média para uma cultura diferente. A separação da terra para seu uso mais produtivo, entre uma variedade de usos concorrentes, tenderia a reduzir o diferencial de produtividade entre os locais.⁵⁰ Além disso, a qualidade original da terra não melhorada era comparativamente menos importante, em um grau considerável, do que as melhorias introduzidas pelo trabalho do cultivador (por exemplo, a adubação e a rotação de culturas), ao determinar sua fertilidade. George argumentara, em diferentes passagens de *Progress and Poverty*, que aumentos na população tanto aumentavam a renda, ao trazer terras menos produtivas ao cultivo, quanto tornavam a terra marginal mais produtiva do que antes pela aplicação do trabalho humano - duas tendências contraditórias.⁵¹

Estes argumentos, de fato, roubavam da teoria Georgista da renda diferencial muito de sua força - mas apenas na medida em que a teoria Georgista era embasada nas diferenças em fertilidade do solo. Mas o tratamento Georgista da renda se referia não apenas às diferenças em fertilidade, mas às em vantagens de localização também. Sobre excedentes do produtor que resultavam para os ocupantes da terra mais favoravelmente situada em relação ao seu mercado, Ingalls tinha pouco ou nada a dizer. Mas muito embora Ingalls não tenha falado diretamente sobre esse ponto, a senhoriagem absenteísta tinha um efeito a este respeito também, ao promover a renda diferencial. A renda resultante da terra com vantagens de localização é artificialmente aumentada pela capacidade dos senhores de manterem a terra urbana vaga fora do mercado. O fenômeno é análogo ao descrito acima, em relação à retirada da terra mais fértil do cultivo pelos senhores absenteístas, ao aumentar a renda diferencial da terra em localizações superiores.

Como Tucker o declarava, o princípio da posse por ocupação exigia a proteção "*de todas as pessoas que desejem cultivar a terra, à posse de qualquer terra que elas cultivem, sem distinção entre as classes existentes de senhores, inquilinos e trabalhadores e a recusa positiva do poder protetor de prestar seu auxílio ao recolhimento de qualquer renda que seja...*". Este sistema deveria ser realizado pela recusa das pessoas comuns a pagar

⁴⁸ *Ibid.*, p. 74.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 69.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 71.

⁵¹ *Ibid.*, pp. 71-2.

aluguel ou impostos, desta maneira "*compel[indo] o Estado a revogar todos os chamados títulos de terra agora existentes*".⁵²

Como Bill Orton argumentou nas citações anteriores, nenhum "invólucro" de regras de posse de terras pode ser deduzido auto-evidentemente do direito de auto-propriedade; além disso, nenhum sistema de regras de transferência e abandono pode ser logicamente derivado mesmo de um padrão consentido de apropriação através do trabalho. Podemos, no entanto, avaliar os vários conjuntos de regras com fundamentos prudenciais e consequencialistas, na medida em que eles promovam outros valores compartilhados ou promovam resultados conducentes a padrões comumente aceitos de equidade. Em minha opinião, o sistema mutualista de posse por ocupação-e-uso tem uma vantagem sobre ambos os sistemas Lockeano ortodoxo e Georgista na equidade de sua operação.

Tanto o sistema mutualista quanto o Georgista, ao contrário do sistema Lockeano, lidam com a escassez única da terra, caracterizada pelo ditado de que "não se faz mais dela"; ambos lidam com a objeção ética de extrair um rendimento da retenção de um recurso que não se criou com seu próprio trabalho. Os Lockeanos às vezes respondem que o mesmo argumento se aplica a *toda* a matéria que se retrabalha através de seu próprio trabalho e, na verdade, os próprios átomos no corpo do próprio trabalhador. O problema com esta resposta é que os átomos nas matérias-primas podem ser renovados e recombinaados e (dado um período de tempo grande o suficiente) reproduzidos em resposta a virtualmente qualquer nível de demanda. O mesmo não é verdadeiro do espaço disponível em um *local* de propriedade (deixando de lado querelas sobre reivindicações de pântanos, agricultura oceânica, colônias espaciais, etc.). Colocado de uma forma mais sofisticada, o argumento para a escassez da terra não é tanto de que a terra não é a criação do trabalho humano, mas que a área local disponível é fixa (ou virtualmente fixa) para uma área em particular. Mesmo dadas as querelas sobre reivindicação de pântanos, etc., a oferta de área local é extremamente inelástica em face da demanda em comparação à oferta de bens móveis.

Ao mesmo tempo, o mutualismo tem uma vantagem sobre o georgismo em que ele reconhece o direito individual absoluto de propriedade, contanto que ele seja estabelecido e mantido apenas pela ocupação pessoal. Os Georgistas, ao reivindicar o direito de tributar aumentos no valor da terra, reivindicam um direito por parte da "comunidade" de penalizar o ocupante pelas ações de seus vizinhos, sobre as quais ele não tem qualquer controle. Meus vizinhos, ao reivindicar o direito de me tributar por aumentos no valor da minha terra, resultando de atividades que eles empreenderam por sua própria conta, lembram os espertalhões que lavam para-brisas nos cruzamentos e então exigem pagamento por este "serviço" não solicitado.

Além da inconsistência desta reivindicação com noções normalmente aceitas de equidade, ela tem dificuldades práticas adicionais. Por exemplo, ela exige alguma forma de aparato coercivo para avaliar e recolher aluguel em nome da "comunidade" - ao contrário do mutualismo, que simplesmente requer associações voluntárias para defender o ocupante em sua posse. (Para ser justo, no entanto, de acordo com o "invólucro" Georgista de

⁵² TUCKER. The Land for the People. *Liberty*, 22 jun. 1882. In: _____. *Instead of a Book*, pp. 299-300.

direitos de propriedade, isto não é coercitivo no sentido de iniciação de força, porque os direitos últimos de propriedade estão localizados na comunidade e a comunidade está simplesmente regulando o acesso a suas próprias terras comuns.) Além disso, ao financiar serviços sociais com aluguel, em vez de com taxas de uso, o Georgismo falha em falar sobre as irracionalidades produzidas ao se divorciar o custo do preço. Georgistas estão inclinados a exagerar o número de bens públicos ou "monopólios territoriais" - assumindo que sequer exista algum. É conducente à eficiência econômica que, se qualquer serviço puder ser financiando por taxas de uso, ele deveria o ser. O custo do resto dos bens públicos, assumindo que exista algum, provavelmente será de custo insuficiente para absorver todo a renda da terra coletada.

A versão de Tucker da posse de terra mutualista deixa algumas questões abertas ou, pelos menos, inadequadamente respondidas. Talvez a mais importante tenha sido levantada por "Egoist", em correspondência com a *Liberty*. Egoist apontou a aparente contradição entre o trabalho assalariado e a propriedade baseada na ocupação: *"...se a produção é realizada em grupos, como ela é agora, quem é o ocupador legal da terra? O empregador, o gerente ou o conjunto daqueles envolvidos no trabalho cooperativo? O último parecendo ser a única resposta racional..."*⁵³. Tucker, infelizmente, não respondeu a este item em particular na carta de Egoist e, portanto, não podemos ter certeza de como ele teria lidado com esta questão. É, claramente, algo que pode ser respondido, pelo menos, tanto pelo consenso social local quanto pela dedução lógica a partir de um princípio.

Uma outra questão apenas parcialmente respondida é aquela da renda econômica. Tucker deu pouca atenção para questões de renda econômica provenientes da fertilidade superior ou das vantagens de localização. Ele acreditava que a renda do senhor absenteísta a superava de longe em importância, que ela poderia ser seguramente deixada em paz contanto que o senhorio fosse abolido.

Foi Oppenheimer, ironicamente um Georgista, que demonstrou por que a maior parte da renda derivada das vantagens de localização e de fertilidade seriam relativamente insignificantes em um sistema de posse por ocupação e uso. Oppenheimer, assim como Tucker, admitia que rendas poderiam se reverter para a terra a partir de vantagens na fertilidade ou na localização, sem resultar de qualquer relação exploradora existente. Mas, ao passo que titulares de tais terras poderiam ter que trabalhar menos pelo mesmo rendimento, ele acreditava que as forças do mercado ainda preveniriam grandes concentrações de riqueza que resultassem da titularidade a terras superiores. Oppenheimer considerava a renda por acre como menos importante do que a renda total revertida para um único dono.

Oppenheimer chega ao ponto de afirmar que, em um sistema em que a terra não utilizada seja livremente acessível, a renda não pode sobreviver. A terra que trouxesse renda seria particionada através da herança; ao passo que terra que não trouxesse renda permaneceria não particionada nas mãos de um herdeiro, os outros herdeiros assumindo novas terras. Desta forma, os tamanhos das propriedades estariam em proporção inversa a sua capacidade de renda e quanto menor a propriedade, mais intensivamente ela seria cultivada até que as rendas fossem

⁵³ TUCKER. The Distribution of Rent. *Liberty*, 23 fev. 1884. In: _____. *Ibid.*, p. 340.

*eliminadas pelos retornos decrescentes.*⁵⁴

Ainda assim, isto é relevante principalmente para a renda diferencial embasada na localização ou na fertilidade superiores da terra - não para recursos naturais escassos como minerais.

Como vimos, argumentos a favor da superioridade de um conjunto de regras de propriedade sobre outro podem ser estabelecidos apenas em bases consequencialistas (isto é, com base em avaliações prudenciais de como eles iriam levar a resultados consistentes com ideias comumente aceitas de "equidade") e não deduzidas de um princípio. Qualquer sociedade descentralizada pós-estado, seguindo-se ao colapso do poder central, será provavelmente uma panarquia caracterizada por uma ampla variedade de sistemas locais de propriedade. Para que elas coexistam pacificamente, todos os três sistemas de propriedade devem refletir o entendimento de seus proponentes mais esclarecidos. Aqueles que defendem cada sistema de propriedade devem estar dispostos a admitir que ele não é auto-evidentemente verdadeiro ou, pelo menos, dispostos a aquiescer com o sistema defendido pelo consenso da maioria em cada área em particular.

Bill Orton, que favorece a propriedade Lockean (ou "grudenta"), fez algumas observações provocadoras sobre como metassistemas de propriedade coexistiram no passado e especulações sobre como eles provavelmente o farão no futuro. Os três principais metassistemas que examinamos nesta seção concordam que a agressão é ruim. A razão pela qual entram em conflito é que diferem grandemente em como definem "agressão". Acusações de agressão ou iniciação de força, de acordo com Orton, resultam de invólucros conflitantes de propriedade. *"A liberdade (e a iniciação de força) é definida em termos de direitos de propriedade..."*⁵⁵

*... (quase) ninguém alega iniciar força. Quando as pessoas acusam outras de diferentes persuasões políticas de iniciarem força, elas estão usando seus próprios invólucros de propriedade, seus próprios padrões de propriedade. A julgar a partir de seu próprio invólucro de propriedade, ela não está realmente iniciando força. Por exemplo, se você defende a propriedade grudenta, então ocupações são um na-na-não. Se você defende a propriedade por posse, ocupações são tudo bem. A concepção de "força" é diferente, devido a diferentes sistemas de propriedade.*⁵⁶

No passado, proponentes de um ou outro metassistema por vezes careceram da tolerância necessária para coexistir pacificamente com os outros sistemas de propriedade. E hoje, muitos socialistas libertários e anarco-capitalistas veem a própria existência de outros sistemas de propriedade como uma afronta.

Sim, existem alguns anarco-socialistas que atacariam pessoas que usassem a propriedade grudenta, e existem alguns anarco-capitalistas que atacariam pessoas que usassem a propriedade de usufruto. Se você não acredita nesta última, reveja os comentários

⁵⁴ HEIMANN. Franz Oppenheimer's Economic Ideas, p. 30.

⁵⁵ ORTON. Property and Panarchy. *Free-Market.net Forum*, 20 dez. 2000. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

⁵⁶ ORTON. Cohen's Argument.

*relacionados a povos aborígenes - você vê alegações de que é okay saquear suas terras de caça porque... eles não têm obras, eles não reconhecem a propriedade privada da terra, etc. Mas a propriedade é objetiva - não importa se eles a reconhecem. Ou eles a separaram das terras comuns [não apropriadas], misturaram seu trabalho e personalidade com ela..., ou eles não o fizeram.*⁵⁷

*Dizer "todos os anarquistas de mercado" são tolerantes a arranjos de usufruto é grosseiramente equivocado. As pessoas nesse mesmíssimo fórum "justificaram" a grilagem americana de terras indígenas com base em argumentos como: "eles não reconhecem a propriedade grudenta, eles não a reivindicam oficialmente, então eles não têm quaisquer direitos de propriedade". Outros randroids raivosos consideram arranjos "coletivistas" de usufruto como francamente perversos e que devem ser obliterados. Não se enganem, existem sim muitos anarquistas de mercado intolerantes.*⁵⁸

Orton expressou esperança por uma coexistência pacífica de sistemas de propriedade, após uma "separação entre a propriedade e o estado":

Se o ancapistão virasse anticapitalista, eu provavelmente não perceberia. Acredito que sem um Estado, o capitalismo e o socialismo são harmoniosos e não-conflitantes. Certamente, você pode chamar de sindical ou mútuo, enquanto eu chamo de firma com transferência restrita de propriedade. Você pode chamar de comuna enquanto eu chamo de família. Tanto faz.

Claro, criar hipóteses de que todo mundo terá a mesma ideologia econômica após a separação entre a Econ. e o Estado é como dizer que todo mundo se tornará ateu após a separação entre a Igreja e o Estado. Não, assim como existem várias religiões e denominações e cultos com o desestabelecimento, similarmente haverão todos os tipos de arranjos econômica com a ausência de estado. Haverá mais e não menos experimentos econômicos, assim como o número de cultos religiosos proliferou. Desta forma, a resposta à sua questão muito provavelmente acabará por ser: Se mude para o próximo quarteirão ou um quilômetro à frente na rua, ou simplesmente altere as pessoas com quem você lida.

*Mas a principal resposta seria: Quem se importa? Os comunas são iguazinhos aos capitalistas para mim. Quem se importa com a escola econômica do cara que planta suas batatas e assa seu pão?*⁵⁹

Eu cheguei à conclusão de que tanto socialistas quanto capitalistas se beneficiariam de uma sociedade sem estado. Mesmo se houver predominância de uma forma ou outra, eu acho que seria fácil e suave começar um enclave minoritário. Certamente um passeio de mais fácil do que ir contra um Estado! Mas

⁵⁷ ORTON. Which is MORE important--market or anarchy? *Anti-State.com Forum*, 23 ago. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

⁵⁸ ORTON. Re: Anarch-Socialism. *Anti-State.com Forum*, 1 abr. 2004. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

⁵⁹ ORTON. Re: Poll: What if An-capistan turned anticapitalist? *Anti-State.com Forum*, 31 jan. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

*eu duvido seriamente de que qualquer forma particular de propriedade dominará. Haverá todo tipo de arranjo de propriedade que você possa imaginar e muitos mais que você não pode. Quando a religião foi separada do estado, quando ela se tornou anarquista, todo mundo se tornou ateu? A Igreja Católica, ou qualquer outra igreja ou religião dominou?*⁶⁰

A coexistência de diferentes sistemas de propriedade em uma panarquia exigiria um acordo entre todas as partes para respeitarem as regras estabelecidas pelo consenso da maioria em cada área, junto com um sistema de arbitragem para disputas:

Agora, sobre a disputa em questão [entre trabalhadores sindicalistas e um capitalista expropriado], as teorias de propriedade dos disputantes são diferentes, então "quem é o agressor" é controverso. Pela teoria do usufruto, o capitalista que retorna é o agressor; pela teoria grudenta os trabalhadores sindicalistas são os agressores. Não pode haver qualquer resolução teórica interna.

Para evitar violência, algum tipo de moderação ou arbitragem é quase certamente necessário. Os disputantes poderiam concordar sobre um árbitro sábio, um sem viés a favor ou contra qualquer dos dois tipos de sistema de propriedade, para resolver a questão. Por exemplo, Wolf De Voon, que deixou claro que ele acha que a propriedade se resume mais ou menos ao que os vizinhos permitirem. Ele provavelmente julgaria embasado no costume local e nas expectativas das partes envolvidas. Por exemplo, se a fábrica fosse localizada em uma área em que a propriedade grudenta domina, em que o capitalista tinha uma expectativa razoável de propriedade grudenta, em que o povo local esperava o mesmo, e os trabalhadores sindicalistas chegassem de uma cultura 'estrangeira' esperando dar uma de espertos, então ele provavelmente julgaria em favor do capitalista. Por outro lado, se a fábrica estivesse localizada em uma área em que o usufruto domina, e virtualmente todos os habitantes locais esperam e agem de acordo com o usufruto, e o capitalista, representante a cultura 'estrangeira', estava tentando dar um golpe de propriedade, então ele provavelmente decidiria em favor dos trabalhadores sindicalistas.

*Nenhum sistema de propriedade pode ser provado correto. A prova requer concordância sobre um conjunto de axiomas. Capitalistas e sindicalistas não concordam sobre os axiomas em relação à propriedade, então a prova é impossível. Então é força ou arbitragem, e todos sabemos qual é melhor no longo prazo.*⁶¹

B. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: O Monopólio do Dinheiro

Em todo sistema de exploração de classe, uma classe dominante controla o acesso aos meios de produção a fim de extrair tributo do trabalho. O monopólio do senhor de terras, que examinamos na última seção, é um exemplo deste princípio. E até o século XIX,

⁶⁰ ORTON. Re: Yet Another Variation.... *Anti-State.com Forum*, 8 dez. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

⁶¹ ORTON. Re: On the Question of Private Property. *Anti-State.com Forum*, 30 ago. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

o controle da terra era provavelmente a forma mais importante de privilégio através da qual o trabalho era forçado a aceitar menos do que seu produto como salário. Mas, no capitalismo industrial, possivelmente a importância do senhorio foi superada em importância pelo monopólio do dinheiro. Sob esta última forma de privilégio, o licenciamento estatal de bancos, exigências de capitalização e outras barreiras de entrada ao mercado permitem que os bancos cobrem um preço de monopólio por empréstimos, na forma de taxas de juros usurárias. Desta forma, o acesso do trabalho ao capital é restringido, e o trabalho é forçado a pagar tributo na forma de taxas de juros artificialmente altas.

Anarquistas individualistas como William Greene⁶² e Benjamin Tucker viam o monopólio do dinheiro como central ao sistema capitalista de privilégio. Como Tucker apontava, o banco capitalista, no caso de um "empréstimo" segurado, não empresta nada de fato. O banqueiro *"investe pouco ou nenhum capital próprio e, portanto, não empresta nenhum a seus clientes, uma vez que a garantia que eles lhe fornecem constitui o capital sobre o qual ele opera..."*⁶³. O que o banqueiro realmente faz é desempenhar o simples serviço de disponibilizar a propriedade do "tomador de empréstimo" de forma líquida. E, por causa das leis estatais, que restringem a execução deste "serviço" àqueles com suficiente capital disponível para atender suas exigências de capitalização, ele é capaz de cobrar um preço usurário por isso.

O processo de obter uma licença bancária do governo, seja federal ou estadual, foi descrito por Karl Hess e David Morris em *Neighborhood Power*:

*Primeiro, se consegue um certificado que dá permissão para levantar capital para o banco e esboça quais condições precisam ser satisfeitas a fim de receber uma licença. O passo dois é conseguir a licença, após ter satisfeito as condições. As condições são numerosas, mas a mais importante é que uma dada quantidade de capital de depósito deve ser levantada em um período específico de tempo. A fim de conseguir a permissão para levantar capital, um grupo deve provar que há uma razão para se ter outro banco, que ele pode servir uma função necessária e que ele tem uma chance viável de ser bem-sucedido.*⁶⁴

Em um mercado bancário genuinamente livre, qualquer agrupamento voluntário de indivíduos poderia formar um banco cooperativo e emitir notas bancárias mutuais contra qualquer forma de colateral que escolhessem, com a aceitação destas notas como moeda sendo uma condição de filiação. Tucker e Greene usualmente tratavam a terra como a forma mais provável de colateral, mas, em um certo ponto, Greene especulou que um banco mutual poderia escolher honrar não apenas a propriedade comercializável como colateral, mas a *"garantia... [de] produção futura"*⁶⁵. Mas, assumindo que o banco mutual se limitasse a tornar líquida a propriedade de seus membros, não haveria, estritamente falando, *"qualquer empréstimo que fosse"*.

⁶² GREENE, William B. *Mutual Banking*. New York: Gordon Press, 1849, 1974.

⁶³ TUCKER. *Economic Hodge-Podge. Liberty*, 08 out. 1887. In: _____. *Instead of a Book*, p. 206.

⁶⁴ HESS, Karl; MORRIS, David. *Neighborhood Power: The New Localism*. Boston: Beacon Press, 1975. p. 81.

⁶⁵ GREENE. *Mutual Banking*, p. 73.

*O chamado tomador de empréstimo, assim simplesmente, mudaria a face de seu próprio título de forma a torná-lo reconhecível para o mundo em geral e sem qualquer outra despesa além do mero custo da alteração. Isto é, o homem tendo capital ou bom crédito que... fosse a um... banco... e obtivesse uma certa quantidade de suas notas através do processo comum de hipotecar propriedade ou de conseguir descontar um papel comercial endossado, apenas trocaria seu próprio crédito pessoal... pelo crédito do banco, conhecido e recebível para produtos entregues em todo o Estado ou nação ou, talvez, no mundo. E, por essa conveniência, o banco o cobraria apenas o custo-trabalho de seu serviço de efetivar a troca de créditos, em vez das ruinosas taxas de desconto pelas quais, sob o presente sistema de monopólio, os bancos privilegiados tributam os produtores de propriedade não privilegiada ao ponto de tomar suas casas.*⁶⁶

Estivesse a propriedade em posse da classe trabalhadora liberada para mobilização na forma de capital através de tais meios e os produtores autorizados a organizar seu próprio crédito sem obstáculos, os recursos a seu dispor seriam enormes. Como Alexander Cairncross observou, *"o trabalhador dos Estados Unidos tem a seu dispor um estoque maior de capital em casa do que na fábrica onde ele é empregado..."*⁶⁷.

Crédito barato abundante alteraria drasticamente o equilíbrio de poder entre capital e trabalho, e os retornos sobre o trabalho substituiriam os retornos sobre o capital como a forma dominante de atividade econômica. De acordo com Robertson,

Sobre a taxa de juros monopolista pelo dinheiro que... nos é forçada pela lei, é embasado todo o sistema de juros sobre o capital, que permeia todos os negócios modernos.

Com o free banking, os juros sobre títulos de todos os tipos e os dividendos sobre as ações cairiam à cobrança bancária mínima de juros. O chamado aluguel de casas... cairiam ao custo de manutenção e substituição.

*Toda aquela parte do produto que agora é tomada pelos juros pertenceria ao produtor. O capital, como quer que seja... definido, praticamente deixaria de existir enquanto um fundo produtor de renda, pela simples razão de que, se o dinheiro, com o qual se compra o capital, pudesse ser obtido por metade de um por cento, o próprio capital não poderia render qualquer preço mais alto.*⁶⁸

E o resultado seria uma posição de barganha drasticamente melhorada para inquilinos e trabalhadores contra os donos da terra e do capital. De acordo com Gary Elkin, o anarquismo de livre mercado de Tucker carregava certas implicações inerentemente socialistas libertárias:

⁶⁶ TUCKER. Apex or Basis. *Liberty*, 10 dec. 1881. In: _____. *Instead of a Book*, p. 194.

⁶⁷ CAIRNCROSS, Alexander. Economic Schizophrenia. *Scottish Journal of Political Economy*, fev. 1950. Cit. em PERELMAN, Michael. *Classical Political Economy: Primitive Accumulation and the Social Division of Labor*. Totowa, New Jersey: Rowman & Allanheld; London: F. Pinter, 1984, ca. 1983. p. 27.

⁶⁸ ROBERTSON, J. B. *The Economics of Liberty*. Minneapolis: Herman Kuehn, 1916. pp. 80-1.

*É importante notar que, por causa da proposta de Tucker de aumentar o poder de barganha dos trabalhadores através do acesso ao crédito mutual, o seu chamado Anarquismo individualista não é apenas compatível com o controle dos trabalhadores, mas de fato o promoveria. Pois se o acesso ao crédito mutual aumentasse o poder de barganha dos trabalhadores na medida em que Tucker alegava que o faria, eles então seriam capazes de (1) exigir e conseguir a democracia no local de trabalho e (2) reunir seu crédito e comprarem e serem donos coletivamente das empresas.*⁶⁹

Dada a melhoria na posição de barganha dos trabalhadores, "a capacidade dos capitalistas de extrair mais-valia do trabalho dos empregados seria eliminada ou, pelo menos, grandemente reduzida"⁷⁰. Conforme a compensação pelo trabalho se aproximasse do valor adicionado, os retornos sobre o capital fossem reduzidos pela concorrência de mercado e o valor das ações corporativas, conseqüentemente, despencassem, o trabalhador se tornaria um coproprietário de facto de seu local de trabalho, mesmo se a empresa permanecesse nominalmente de propriedade dos acionistas.

Taxas de juros próximas a zero aumentariam a independência do trabalho em todos os tipos de maneiras interessantes. Para mencionar uma, qualquer um com uma hipoteca de vinte anos à 8% atualmente poderia, na ausência de usura, quitá-la em dez anos. A maioria das pessoas aos 30 anos seria dona de suas casas, livres e desembaraçadas. Entre isto e a não-existência de dívidas de cartão de crédito a juros altos, duas das grandes fontes de ansiedade para se manter seu emprego a qualquer custo desapareceriam. Além disso, muitos trabalhadores teriam grandes poupanças ("dinheiro do vai pro inferno"⁷¹). Números significativos se aposentariam aos quarenta ou cinquenta, reduziriam para meio período ou abririam negócios; com empregos competindo por trabalhadores, o efeito do poder de barganha seria revolucionário.

Sob o capitalismo industrial, argumentava Tucker, o dinheiro monopolista reforçava o monopólio da terra e do capital. A renda de localização, como tal, dependia principalmente da aplicação de títulos de propriedade absenteístas. A disponibilidade de toda a terra desocupada para a apropriação faria com que a renda sobre a terra, como tal, caísse a zero, através da concorrência. Mas em áreas construídas, o valor das melhorias e das construções pesa mais do que o da localização em si. Ninguém pagaria aluguel em uma casa quando ele poderia conseguir os recursos, sem juros, para construir a sua própria. E da mesma forma, ninguém aceitaria significativamente menos do que o produto de seu trabalho em troca do uso dos meios de produção, quando ele e seus companheiros de trabalho pudessem mobilizar o capital sem juros para os seus próprios meios. "Nesta situação", como Gary Elkin escreveu, "seria absurdo que os trabalhadores pagassem a outra pessoa (isto é, um capitalista) mais pelo uso das ferramentas e dos equipamentos do

⁶⁹ ELKIN, Gary. Benjamin Tucker - Anarchist or Capitalist? Disponível em: <http://flag.blackened.net/daver/anarchism/tucker/an_or_cap.html>. Acesso em: 28 out. 2003.

⁷⁰ ELKIN. Mutual Banking. O original que Elkin publicado na web está fora do ar, mas foi reproduzido em um post no Google Groups alt.politicscommunism, 12 jul. 1999. Disponível em: <<https://groups.google.com/d/msg/alt.politicscommunism/c8z9ESklbiY/DBzgqQsfsJ>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

⁷¹ N. do T.: "go to hell money", no original. Poupança reservada para poder sair do emprego caso ele não lhe satisfaça.

*que uma taxa igual aos seus custos de depreciação e manutenção, somados aos custos dos impostos (se quaisquer) e dos serviços envolvidos em lhes alojar*⁷².

Além de tudo isso, sistemas bancários centrais desempenham um serviço adicional para os interesses do capital. Primeiro de tudo, uma das principais exigências dos capitalistas financeiros é evitar a inflação, a fim de permitir retornos previsíveis sobre o investimento. Este é, ostensivamente, o propósito primário do *Federal Reserve* e de outros bancos centrais. Mas pelo menos tão importante é o papel dos bancos centrais em promover o que eles consideram um nível "natural" de desemprego - até os anos 1990, em torno de seis por cento. A razão é que, quando o desemprego desce muito abaixo desta cifra, o trabalho se torna cada vez mais desfaçado e pressiona por melhores salários e condições de trabalho e mais autonomia. Os trabalhadores estão dispostos a levar muito menos desaforo para casa quando sabem que podem encontrar um emprego pelo menos tão bom quanto, no dia seguinte. Por outro lado, nada é tão efetivo em "por juízo na cabeça" do que saber que as pessoas estão fazendo fila para tomar seu emprego.

A "prosperidade" de Clinton foi uma aparente exceção a este princípio. Como o desemprego ameaçava a cair abaixo da marca de quatro por cento, uma minoria do *Federal Reserve* se agitou para aumentar as taxas de juros e tirar a pressão "inflacionária" colocando alguns milhões de trabalhadores na rua. Mas como Greenspan testemunhou ante o *Senate Banking Committee*⁷³, a situação era única. Dado grau de insegurança no emprego na economia de alta tecnologia, houve uma *"contenção atípica no aumento de remunerações"*. Em 1996, mesmo com um mercado de trabalho apertado, 46% dos trabalhadores em grandes firmas temiam demissões - comparado a apenas 25% em 1991, quando o desemprego estava muito maior.

*A relutância dos trabalhadores em deixar seus empregos para buscar outra ocupação, conforme o mercado de trabalho apertava, forneceu mais evidência de tal preocupação, assim como a tendência em direção a contratos sindicalizados de trabalho mais longos. Por muitas décadas, os contratos raramente excediam três anos. Hoje, pode-se apontar para contratos de cinco e seis anos - contratos que são comumente caracterizados por uma ênfase na segurança empregatícia e que envolvem apenas aumentos modestos de salário. O baixo nível de interrupções de trabalho dos últimos anos também atesta a preocupação com a segurança empregatícia.*⁷⁴

Desta forma, a disposição dos trabalhadores, durante o "boom" de Clinton, de

⁷² Ibid.

⁷³ N. do T.: "Comitê Bancário do Senado", em tradução livre. Tem jurisdição sobre assuntos relacionados a bancos e bancários, controles de preços, seguro de depósito, promoção e controle das exportações, política monetária federal, ajuda financeira para comércio e indústria, emissão de resgate de notas, moeda e cunhagem, habitação pública e privada, desenvolvimento urbano e transporte de massa, e contratos com o governo. O Comitê é um dos vinte comitês permanentes do Senado dos Estados Unidos. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/United_States_Senate_Committee_on_Banking,_Housing,_and_Urban_Affairs. Acessado em: 30 jun. 2016.

⁷⁴ US SENATE COMMITTEE ON BANKING, HOUSING, AND URBAN AFFAIRS. Testimony of Chairman Alan Greenspan. Washington, D. C., 26 fev. 1997. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/hh/1997/february/testimony.htm>>. Acesso em 27 abr. 2016.

trocarem menores aumentos nos salários por maior segurança no emprego parece estar razoavelmente bem documentada. Para os patrões, a economia de alta tecnologia é a próxima grande coisa depois do alto desemprego para manter o juízo em nossas cabeças. "Combater a inflação" se traduz operacionalmente em aumentar a insegurança no trabalho e deixar os trabalhadores menos propensos a entrar em greve ou procurar por novos empregos.

C. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: Patentes

Embora Tucker incluísse patentes e tarifas entre seus quatro grandes privilégios, ele as abordava de maneira extremamente individualista, essencialmente como uma fonte de preços de monopólio ao consumidor. Ele ignorava, na maior parte do tempo, os efeitos das patentes e das tarifas sobre a estrutura empresarial e seu papel em promover a cartelização no final do século XIX. Patentes e tarifas, juntamente com subsídios ao transporte (uma forma de intervenção governamental que Tucker ignorou em sua própria época) lançaram juntas os alicerces, no século XIX, para o que viria a se tornar o capitalismo monopolista do século XX.

O privilégio das patentes tem sido usado em uma escala massiva para promover a concentração de capital, erigir barreiras de entrada e manter um monopólio da tecnologia avançada nas mãos de corporações ocidentais. É difícil sequer imaginar quão mais descentralizado a economia seria sem ele.

Embora libertários de direita de todas as estirpes sejam comumente estereotipados como apologistas das grandes empresas, Murray Rothbard não foi tímido em denunciar as patentes como uma violação fundamental dos princípios do livre mercado:

O homem que não comprou uma máquina e que chega à mesma invenção independentemente, será, no livre mercado, perfeitamente capaz de usar e vender sua invenção. As patentes impedem um homem de usar sua invenção, muito embora toda a propriedade seja sua e ele não tenha roubado a invenção, seja explícita ou implicitamente, do primeiro inventor. As patentes, portanto, são concessões, feitas pelo Estado, de privilégio de monopólio exclusivo e são invasões aos direitos de propriedade no mercado.⁷⁵

Às vezes se argumenta, em resposta a ataques às patentes como forma de monopólio, que "toda propriedade é um monopólio". Verdade, até esse ponto; mas a propriedade sobre a terra, mesmo quando embasada apenas na ocupação, é um monopólio pela natureza do caso. Um pedaço de terra só pode ser ocupado e usado por um dono por vez, porque ele é finito. Pela natureza, duas pessoas não podem ocupar o mesmo espaço físico ao mesmo tempo. A "propriedade intelectual", ao contrário, é um monopólio artificial sobre o direito de realizar uma certa ação - arranjar elementos materiais ou símbolos em uma configuração particular - que, de outra forma, não é restrita, por necessidade, a uma pessoa por vez. E, ao contrário da propriedade sobre bens tangíveis e sobre a terra, a defesa da qual é uma consequência natural necessária da tentativa de se manter a posse, a

⁷⁵ ROTHBARD. *Man, Economy, and State*, p. 655.

aplicação de "direitos de propriedade" sobre ideias exige a invasão do espaço de outra pessoa.

[O] *direito de propriedade de todos é defendido na lei libertária, sem uma patente. Se alguém tem uma ideia ou plano e constrói uma invenção, e ela é roubada de sua casa, o furto é um ato de roubo, ilegal sob a lei geral. Por outro lado, as patentes, na verdade, invadem os direitos de propriedade daqueles descobridores independentes de uma ideia ou de uma invenção, que fizeram a descoberta após o patenteador...*

*As patentes, portanto, invadem, e não defendem, os direitos de propriedade.*⁷⁶

As patentes fazem uma diferença astronômica nos preços. Até o começo dos anos 1970, por exemplo, a Itália não reconhecia patentes de remédios. Como resultado, a Roche Products cobrava da saúde pública britânica um preço mais de 40 vezes maior pelos componentes patenteados de Librium e Valium do que o cobrado por concorrentes na Itália.⁷⁷

Patentes suprimem a inovação tanto quanto a encorajam. Chakravarthi Raghavan apontou que se exige que cientistas pesquisadores, os que de fato realizam o trabalho de inventar, renunciem aos direitos de patentes, como condição de emprego, ao passo que patentes e programas de segurança industrial impedem o compartilhamento de informação e suprimem a concorrência em melhorias adicionais sobre invenções patenteadas.⁷⁸ Rothbard argumentava, de maneira similar, que as patentes eliminam "*o estímulo competitivo a mais pesquisas*", porque a inovação incremental baseada nas patentes dos outros é impedida e porque o titular pode "*descansar sobre seus louros por todo o período da patente*", sem medo de um concorrente aperfeiçoar sua invenção. E elas dificultam o progresso tecnológico porque "*invenções mecânicas são descobertas de leis naturais, em vez de criações individuais, e, conseqüentemente, invenções similares independentes ocorrem a todo tempo. A simultaneidade das invenções é um fato histórico familiar*"⁷⁹.

O regime de propriedade intelectual sob a Rodada Uruguai⁸⁰ do GATT⁸¹ vai muito

⁷⁶ ROTHBARD. *Power and Market*, p. 71.

⁷⁷ RAGHAVAN, Chakravarthi. *Recolonization: GATT, the Uruguay Round & the Third World*. Penang, Malaysia: Third World Network, 1990. p. 124.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 118.

⁷⁹ ROTHBARD. *Man, Economy, and State*, pp. 655, 658-9.

⁸⁰ N. do T.: A Rodada Uruguai ou Ronda Uruguai foi iniciada em setembro de 1986 e durou até abril de 1994. Baseada no encontro ministerial de Genebra do GATT (1982), foi lançada em Punta del Este, no Uruguai, seguida por negociações em Montreal, Genebra, Bruxelas, Washington e Tóquio. A rodada culminou com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a incorporação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (conhecido como GATT) em sua estrutura, entre outros acordos. Vide http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodada_Uruguai. Acessado em: 01 jul. 2016.

⁸¹ N. do T.: O Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em inglês: General Agreement on Tariffs and Trade, GATT) foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários. Está na base da criação da Organização Mundial de Comércio. É um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas, além de regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais. Vide:

além da lei de patentes tradicional em suprimir a inovação. Um benefício da lei de patentes tradicional, pelo menos, era que ela exigia que uma invenção sob patente fosse levada a público. Por pressão dos EUA, no entanto, "segredos comerciais" foram incluídos no GATT. Como resultado, será exigido que governos ajudem a suprimir informações não protegidas formalmente por patentes.⁸²

E as patentes não são necessárias como um incentivo para inovar. De acordo com Rothbard, a invenção é motivada não apenas pelas semi-rendas revertidas à primeira firma a introduzir uma inovação, mas pela ameaça de ser superada em funcionalidades do produto ou em produtividade por seus concorrentes. *"Em uma concorrência ativa... nenhuma empresa pode se dar ao luxo de ficar atrás de seus concorrentes. A reputação de uma firma depende de sua habilidade de se manter à frente, de ser a primeira no mercado com novas melhorias em seus produtos e novas reduções em seus preços"*⁸³.

Isto é confirmado pelo testemunho de F. M. Scherer ante a FTC⁸⁴ em 1995.⁸⁵ Scherer falou sobre uma pesquisa com 91 companhias em que apenas sete *"conferiram alta significância à proteção de patentes como um fator em seus investimentos de P & D"*. A maioria delas descrevia as patentes como *"a menos importante das considerações"*. A maioria das companhias considerava sua principal motivação nas decisões de P & D como sendo *"a necessidade de se manter competitivo, o desejo de produção eficientes e o desejo de expandir e diversificar suas vendas"*. Em outro estudo, Scherer não encontrou qualquer efeito negativo sobre os gastos em P & D como resultado do licenciamento compulsório de patentes. Uma pesquisa com firmas dos EUA descobriu que 86% das invenções teriam sido desenvolvidas sem patentes. No caso dos automóveis, equipamento de escritório, produtos de borracha e têxteis, a cifra foi 100%.

A única exceção foram os remédios, nos quais 60% supostamente não teriam sido inventados. Eu suspeito de autoengano ou dissimulação por parte dos entrevistados, no entanto. Por exemplo, as companhias farmacêuticas conseguem uma porção anormalmente alta de seu financiamento de P & D do governo, e muitos de seus produtos mais lucrativos foram desenvolvidos inteiramente às custas do governo. A vantagem de reputação de ser o primeiro em um mercado é considerável. Por exemplo, no final dos anos 1970 se descobriu que a estrutura da indústria e o comportamento de precificação eram muito similares entre os remédios com e sem patente. Ser a empresa precursora de um remédio não patenteado permitia que a companhia mantivesse uma fatia de mercado de 30% e cobrasse preços

http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Geral_de_Tarifas_e_Com%C3%A9rcio. Acessado em: 01 jul. 2016.

⁸² RAGHAVAN. *Recolonization*, p. 122.

⁸³ ROTHBARD. *Power and Market*, p. 74.

⁸⁴ N. do T.: A Federal Trade Commission (FTC) é uma agência independente do governo dos Estados Unidos, criada em 1914 pelo Federal Trade Commission Act. Sua principal missão é a promoção da defesa do consumidor e a eliminação e prevenção de práticas empresariais anticompetitivas, como o monopólio coercitivo. O Federal Trade Commission Act foi um dos principais atos do presidente Woodrow Wilson contra os cartéis. Cartéis e a quebra deles eram preocupações políticas significativas durante a Era Progressista. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Federal_Trade_Commission. Acessado em: 01 jul. 2016.

⁸⁵ FEDERAL TRADE COMMISSION. *Hearings on Global and Innovation-Based Competition*. Washington, D. C., 21 nov. 1995. Disponível em: <https://www.ftc.gov/sites/default/files/documents/public_events/global-innovation-based-competition-hearings/gc112195.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

superiores.

A injustiça dos monopólios de patentes é exacerbada pelo financiamento governamental da pesquisa e da inovação, com a indústria privada colhendo lucros monopolistas de tecnologia que ela não gastou um centavo para desenvolver. Em 1999, estender o crédito tributário para pesquisa e experimentação era, juntamente com extensões de uma série de outras preferências tributárias corporativas, considerada a atividade mais urgente da liderança do Congresso. Hastert⁸⁶, quando perguntado se quaisquer elementos da lei fiscal eram essenciais, disse: "*Eu acho que as extensões [da preferência tributária] são coisas nas quais teremos que trabalhar*". O Presidente do Comitê Orçamentário do Congresso⁸⁷ Bill Archer acrescentou, "*antes que o ano termine... faremos as extensões em um projeto de lei bem enxuto, que não inclua nada além disso*". Uma extensão do crédito para pesquisa e experimentação (retroativo a 1º de julho de 1999) foi orçada em \$13.1 bilhões. (Este crédito torna a alíquota do imposto sobre gastos com P & D menor que zero).⁸⁸

O *Government Patent Policy Act*⁸⁹ de 1980, com emendas de 1984 e 1986, permitia que a indústria privada mantivesse as patentes sobre os produtos desenvolvidos com o dinheiro de P & D do governo - e então cobrasse dez, vinte, ou trinta vezes o custo de produção. Por exemplo, o AZT foi desenvolvido com dinheiro do governo e estava no domínio público depois 1964. A patente foi entregue para a Burroughs Wellcome Corp.⁹⁰

Como se as cartas já não estivessem suficientemente marcadas, as companhias farmacêuticas, em 1999, ainda fizeram lobby no Congresso para estender certas patentes

⁸⁶ N. do T.: John Dennis "Denny" Hastert é um político americano, lobista e membro do Partido Republicano, que foi o 59º orador da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, servindo de 1999 a 2007. Ele representou 14º distrito congressional de Illinois por vinte anos, 1987 a 2007. Ele é o orador que serviu durante mais tempo na história do Partido Republicano. Hastert foi reeleito para um décimo primeiro mandato no Congresso nas eleições gerais de 2006. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Dennis_Hastert. Acessado em: 01 jul. 2016.

⁸⁷ N. do T.: "Ways and Means Committee", no original, é a comissão chefe da definição tributária dos da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. O Comitê tem jurisdição sobre todos os impostos, tarifas e outras medidas de aumento das receitas, bem como uma série de outros programas. Vide: http://en.wikipedia.org/wiki/United_States_House_Committee_on_Ways_and_Means. Acessado em: 01 jul. 2016.

⁸⁸ CITIZENS FOR TAX JUSTICE. GOP Leaders Distill Essence of Tax Plan: Surprise! It's Corporate Welfare. Washington, D.C. 14 set. 1999. Disponível em: <<http://www.ctj.org/pdf/corp0999.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2001.

⁸⁹ N. do T.: O Bayh-Dole Act ou Patent and Trademark Law Amendments Act é a legislação dos Estados Unidos que lida com a propriedade intelectual resultantes de pesquisa financiada pelo governo federal. A principal mudança feita por Bayh-Dole foi na propriedade de invenções feitas com financiamento federal. Antes do Bayh-Dole Act, os contratos e concessões de financiamento federais para pesquisa obrigava os inventores (onde que que trabalhassem) a atribuir as invenções que fizeram usando o financiamento federal para o governo federal. O Bayh-Dole permite que uma universidade, empresa de pequeno porte, ou instituição sem fins lucrativos opte por buscar a propriedade de invenção, com preferência sobre governo. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Bayh%E2%80%93Dole_Act. Acessado em: 01 jul. 2016.

⁹⁰ LEWIS, Chris. Public Assets, Private Profits. *Multinational Monitor*, jan./fev. 1993, pp. 8-11. Separata de: *Project Censored Yearbook 1994*. New York: Seven Stories Press, 1994.

em dois anos através de um ato especial de lei privada.⁹¹

As patentes foram usadas, durante todo o século XX, "*para contornar leis antitruste*", de acordo com David Noble. Elas foram "*compradas em grandes quantidades para suprimir a concorrência*", o que também resultou na "*supressão da invenção em si*"⁹². Edwin Prindle, um advogado corporativo de patentes, escreveu, em 1906:

*As patentes são o melhor e mais eficaz meio de controlar a concorrência. Elas ocasionalmente dão comando absoluto sobre o mercado, permitindo que seu proprietário indique o preço sem levar em conta o custo de produção.... As patentes são a única forma legal de monopólio absoluto.*⁹³

A troca ou reunião de patentes entre concorrentes tem historicamente sido um método chave para cartelizar indústrias. Isto foi verdadeiro especialmente das indústrias de aparelhos elétricos, comunicações e química. G. E. e Westinghouse expandiram-se até dominar o mercado de manufatura elétrica na virada do século, em grande parte através do controle de patentes. Em 1906, elas abreviaram a litigação de patentes entre si ao reunir suas patentes. A G.E., por sua vez (que mais tarde viria a se tornar a sé patriarcal de Gerard Swope), tinha sido formada em 1892 pela consolidação das patentes dos interesses de Edison e Thomson-Houston.⁹⁴ A AT&T também se expandiu "*primariamente através de estratégias de monopólio de patentes*". A indústria química dos Estados Unidos era marginal até 1917, quando o Procurador-Geral Mitchell Palmer apreendeu as patentes alemãs e as distribuiu entre as principais companhias químicas dos Estados Unidos. A Du Pont conseguiu licenças de 300 das 735 patentes.⁹⁵

As patentes também estão sendo usadas em uma escala global para fixar as corporações transnacionais em um monopólio permanente da tecnologia produtiva. A provisão mais totalitária da Rodada Uruguai são provavelmente suas provisões sobre "propriedade industrial". O GATT estendeu tanto o escopo quanto a duração das patentes para muito além de qualquer coisa jamais vislumbrada na lei de patentes original. Na Inglaterra, as patentes duravam originalmente quatorze anos - o tempo necessário para treinar dois trabalhadores em sequência (e, por analogia, o tempo necessário para entrar em produção e colher o lucro inicial por originalidade). Por esse padrão, dados os tempos de treinamento menores exigidos atualmente e o menor tempo de vida da tecnologia, o período de monopólio deveria ser menor. Em vez disso, os EUA buscam estendê-lo para cinquenta anos.⁹⁶ De acordo com Martin Khor Kok Peng, os EUA são os participantes mais absolutistas da Rodada Uruguai em relação à "propriedade intelectual", ao contrário da Comunidade Europeia, e pretendiam estender suas provisões a processos biológicos, para

⁹¹ GROVE, Benjamin. Gibbons Backs Drug Monopoly Bill. *Las Vegas Sun*, 18 fev. 2000. Disponível em: <<http://lasvegassun.com/news/2000/feb/18/gibbons-backs-drug-monopoly-bill/>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

⁹² NOBLE, David. *America by Design: Science, Technology, and the Rise of Corporate Capitalism*. New York: Alfred A. Knopf, 1977. pp. 84-109.

⁹³ *Ibid.*, p. 90.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 92.

⁹⁵ *Ibid.*, pp. 10, 16.

⁹⁶ RAGHAVAN. *Recolonization*, pp. 119-20.

proteção de animais e plantas.⁹⁷

As provisões para biotecnologia são, na verdade, uma maneira de aumentar as barreiras comerciais e forçar os consumidores a subsidiar as CTNs⁹⁸ envolvidas no agronegócio. Os EUA pretendem aplicar patentes a organismos geneticamente modificados, efetivamente pirateando o trabalho de várias gerações de reprodutores do Terceiro Mundo em isolar os genes benéficos de variedades tradicionais e as incorporar em novos OGMs⁹⁹ - e talvez mesmo forçar a aplicação dos direitos de patente contra a variedade tradicional que foi fonte de material genético. Por exemplo, a Monsanto tentou usar a presença de seu DNA em uma lavoura como evidência *prima facie* de pirateamento - quando é muito mais provável que a variedade deles tenha sofrido polinização cruzada e contaminado a lavoura do fazendeiro em questão, contra sua vontade. A agência Pinkerton, a propósito, desempenha um papel preponderante em investigar tais acusações - isso mesmo, o mesmo pessoal que têm dispersado greves e chutado seus organizadores escada abaixo no último século. Até mesmo bandidos de coturno têm que se diversificar para sobreviver na economia global.

O mundo desenvolvido tem pressionado com particular força para proteger indústrias que dependem ou produzem "tecnologias genéricas" e para restringir a difusão de tecnologias de "uso dual". O acordo entre os EUA e Japão sobre semicondutores, por exemplo, é um "*acordo de comércio controlado, de cartel*". Lá se vai o "livre comércio".¹⁰⁰

A lei de patentes tradicionalmente exigia que o titular trabalhasse na invenção em um país a fim de receber a proteção da patente. A lei do Reino Unido permitia o licenciamento compulsório após três anos se uma invenção não estivesse sendo trabalhada, ou sendo trabalhada completamente, e a demanda estivesse sendo atendida "de forma substancial" pela importação; ou onde o mercado de exportação não estivesse sendo atendido por causa da recusa do patenteador em conceder licenças em termos razoáveis.¹⁰¹

A motivação central do regime de propriedade intelectual do GATT, no entanto, é manter permanentemente o monopólio coletivo da tecnologia avançada pela CTNs e impedir que uma concorrência independente jamais surja no Terceiro Mundo. Isso iria, como Martin Khor Kok Peng escreve, "*efetivamente impedir a difusão de tecnologia ao Terceiro Mundo e aumentaria tremendamente os royalties monopolísticos das CTNs, ao mesmo tempo que inibe o desenvolvimento potencial da tecnologia do Terceiro Mundo*". Apenas um por cento das patentes mundiais são detidas pelo Terceiro Mundo. Das patentes concedidas na década de 1970 pelos países de Terceiro Mundo, 84% eram detidas por estrangeiros. Mas menos de 5% das patentes de propriedade estrangeira eram realmente usadas na produção. Como vimos antes, o propósito de ter uma patente não é

⁹⁷ PENG, Martin Khor Kok. *The Uruguay Round and Third World Sovereignty*. Penang, Malaysia: Third World Network, 1990. p. 28.

⁹⁸ N. do T.: Corporações Transnacionais, "TNCs" na sigla em inglês.

⁹⁹ N. do T.: Organismos Geneticamente Modificados, "GMO" na sigla em inglês.

¹⁰⁰ ERNST, Dieter. *Technology, Economic Security and Latecomer Industrialization*. In RAGHAVAN. *Recolonization*, pp. 39-40.

¹⁰¹ *Ibid.*, pp. 120, 138.

necessariamente usá-la, mas impedir qualquer outra pessoa a use.¹⁰²

Raghavan resumiu bem o efeito sobre o Terceiro Mundo:

*Dados os vastos desembolsos em P e D e investimentos, assim como o curto ciclo de vida de alguns destes produtos, as principais Nações Industrializadas estão tentando impedir a emergência de concorrência controlando... os fluxos de tecnologia para as outras. A rodada Uruguai está sendo usada para criar monopólios de exportação para os produtos das Nações Industrializadas e obstruir ou desacelerar o surgimento de rivais concorrentes, particularmente nos países do Terceiro Mundo recém-industrializados. Ao mesmo tempo, as tecnologias de indústrias senescentes do Norte estão sendo exportadas para o Sul sob condições de receitas rentistas garantidas.*¹⁰³

Os propagandistas corporativos piamente denunciam os antiglobalistas como inimigos do Terceiro Mundo, que procuram usar barreiras comerciais para manter um estilo de vida ocidental afluyente às custas das nações pobres. As medidas acima - barreiras comerciais - para suprimir permanentemente a tecnologia do Terceiro Mundo e manter o Sul como uma grande fábrica de suor desmentem esta preocupação "humanitária". Este não é um caso de opiniões divergentes ou de um sincero mal entendimento errôneo dos fatos. Deixando de lado falsas sutilezas, o que vemos aqui é o puro mal em funcionamento - a "bota pisando num rosto humano para sempre" de Orwell. Se quaisquer arquitetos desta política acreditam que ela seja em prol do bem-estar humano em geral, isso apenas mostra a capacidade da ideologia em justificar o opressor para si mesmo e em permitir que ele durma à noite.

D. Os Quatro Grandes Monopólios de Tucker: Tarifas

Assim como com as patentes, estamos interessados aqui nos aspectos das tarifas que Tucker negligenciou: seu efeito em promover a cartelização da indústria. No próximo capítulo, sobre o surgimento do capitalismo monopolista, veremos os efeitos completos do que Schumpeter chamava de "capitalismo monopolista dependente de exportação". O termo se refere a um sistema econômico em que a indústria se carteliza por detrás de barreiras de proteção ou tarifárias; vende sua produção domesticamente por um preço monopolista significativamente maior do que o nível de equilíbrio de mercado, a fim de obter superlucros às custas do consumidor; e descarta no exterior seu produto invendável, diminuindo seu preço abaixo do custo se necessário.

A tarifa era comumente chamada de "a mãe dos trustes" pelos populistas de um século atrás, por causa da maneira em que ela facilitava a colusão entre grandes produtores domésticos e a criação de oligopólios. Mises, em *Human Action*, descreveu a dependência dos cartéis das barreiras tarifárias (especialmente ao interagir com outros monopólios impostos pelo estado, como as patentes). Claro, para manter sua ênfase "pró-empresas" usual, Mises tratava as grandes firmas industriais, na pior das hipóteses, como

¹⁰² PENG. *The Uruguay Round and Third World Sovereignty*, pp. 29-30.

¹⁰³ RAGHAVAN. *Recolonization*, p. 96.

beneficiárias passivas de uma política protecionista do estado que visava primariamente o aumento dos salários do trabalho. Isto se assemelha à sua visão dos primeiros capitalistas industriais e não-implicação deles no processo de acumulação primitiva, no capítulo anterior.

De acordo com a descrição de Kolko em *The Triumph of Conservatism*, os grandes trustes na virada do século XX não foram capazes de manter sua fatia de mercado contra as empresas menores e mais eficientes. A estabilização da maioria das indústrias em um padrão oligopolista foi possível, afinal, apenas com a ajuda adicional das regulamentações anticompetitivas da Era "Progressista". O fato de que os trustes eram tão instáveis, não obstante os efeitos cartelizantes das tarifas e das patentes, falam por si só sobre o nível de intervenção necessária para manter o capitalismo monopolista. Mas sem a influência combinada de tarifas, patentes e subsídios ferroviários, é improvável que eles tivessem sido capazes de fazer sequer uma tentativa crível de organizar tais trustes em primeiro lugar.

E. Subsídios aos Transportes

Uma forma de intervenção governamental contemporânea que Tucker ignorou quase completamente foram os subsídios aos transportes. Isto parece estranho à primeira vista, uma vez que as "melhorias internas" foram uma questão controversa durante todo o século XIX e foram uma parte central da agenda mercantilista dos Whigs¹⁰⁴ e do Partido Republicano da Era Dourada¹⁰⁵. De fato, Lincoln tinha anunciado o começo de sua carreira

¹⁰⁴ N. do T.: O Partido Whig era um partido político ativo no meio do século XIX nos Estados Unidos da América. Considerado integrante do Segundo Sistema Partidário e operando a partir do início da década de 1830 até meados da década de 1850, o partido foi formado em oposição às políticas do presidente Andrew Jackson e seu Partido Democrata. Em particular, os Whigs apoiavam a supremacia do Congresso sobre a Presidência e favoreciam um programa de modernização e protecionismo econômico. Este nome foi escolhido para ecoar os Whigs Americanos de 1776, que lutaram pela independência, e porque "Whig" era então um rótulo amplamente reconhecida de escolha para as pessoas que se identificavam como oposição à tirania.

O partido foi finalmente destruído pela questão de permitir ou não a expansão da escravidão para os territórios. Com profundas fissuras no partido sobre esta questão, a facção anti-escravidão impediu a nomeação para um mandato completo de seu próprio incumbente, presidente Fillmore, na eleição presidencial de 1852; em vez disso, o partido nomeou o general Winfield Scott. A maioria dos líderes do partido Whig eventualmente saiu da política (como Abraham Lincoln o fez temporariamente) ou mudou de partido. A base de eleitorais do Norte se juntou majoritariamente ao novo Partido Republicano. Nas eleições presidenciais de 1856, o partido foi praticamente extinto. No Sul, o partido desapareceu, mas a ideologia Whig como uma orientação política persistiu por décadas, e desempenhou um papel importante na definição das políticas de modernização dos governos estaduais durante a Reconstrução. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/Whig_Party_\(United_States\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Whig_Party_(United_States)). Acessado em: 01 jul. 2016.

¹⁰⁵ N. do T.: A Era Dourada, na história dos Estados Unidos, é o final do século XIX, a partir da década de 1870 até cerca de 1900. O termo foi cunhado pelo escritor Mark Twain em *The Gilded Age: A Tale of Today* (1873), que satirizava uma era de graves problemas sociais mascarado por uma cobertura dina de ouro.

A Era Dourada foi uma era de rápido crescimento econômico, especialmente no Norte e Oeste. Salários americanos, especialmente para trabalhadores qualificados, eram muito mais elevados do que na Europa, o que atraiu milhões de imigrantes. No entanto, a Era Dourada também foi uma época de pobreza conforme os imigrantes europeus pobres chegavam. As estradas de ferro eram a grande indústria, mas o sistema fabril, a mineração, e as finanças e aumentaram em importância. A imigração da Europa, da China e dos estados do Leste levou ao rápido crescimento do Oeste, baseada na agricultura, pecuária e mineração. Os sindicatos se tornaram importantes em

com um abraço "curto, mas doce" no programa de Henry Clay: um banco nacional, uma tarifa alta e melhorias internas. Esta negligência, no entanto, era condizente com a inclinação de Tucker. Ele estava preocupado primariamente com a forma em que o privilégio promovia lucros monopolistas através de trocas injustas no nível individual e não a maneira em que afetava a estrutura geral de produção. O tipo de intervenção governamental sobre a qual mais tarde James O'Connor escreveria, que promovia o acúmulo e a concentração subsidiando diretamente os custos operacionais de grandes empresas, em grande parte escaparam à sua observação.

No final da seção anterior, notamos que a falha do movimento de truste refletia a insuficiência dos subsídios para ferrovias, das tarifas e das patentes sozinhos para manter o poder monopolista. Mas, sem as "melhorias internas" subsidiadas pelo governo do século XIX, é duvidoso que muitas das firmas industriais de escala nacional teriam sequer existido, quanto mais sido capazes de fazer tentativas de colusão.

Adam Smith argumentou mais de duzentos anos atrás em favor de se internalizar os custos da infraestrutura de transporte através de taxas ao usuário.

Não parece necessário que o gasto dessas obras públicas deva ser custeado a partir dessa receita pública, como é comumente chamada, a arrecadação e aplicação da qual é, na maioria dos países, atribuída ao poder executivo. A maior parte de tais obras públicas pode facilmente ser assim gerenciada de forma a proporcionar uma particular receita suficiente para custear seu próprio gasto, sem trazer qualquer fardo sobre a receita geral da sociedade...

Quando as carruagens que passam sobre uma estrada ou uma ponte e as fragatas que velejam por sobre um canal navegável pagam pedágio em proporção ao seu peso ou sua tonelagem, elas pagam pela manutenção destas obras públicas exatamente em proporção ao uso e desgaste que ocasionam. Parece dificilmente possível inventar uma maneira mais equitativa de manter tais obras. Este imposto ou pedágio, embora seja adiantado pelo transportador, também é, afinal, pago pelo consumidor, de quem ela deve ser sempre cobrada no preço dos produtos...

Não parece despropositado que o gasto extraordinário que a proteção de qualquer ramo de comércio possa ocasionar seja custeado por um tributo moderado sobre esse ramo em particular; por uma multa moderada, por exemplo, a ser paga

áreas industriais. Duas grandes depressões nacionais - o Pânico de 1873 e o Pânico de 1893 - interromperam o crescimento e causaram convulsões sociais e políticas. O Sul, após a Guerra Civil, americana permaneceu economicamente devastado; sua economia tornou-se cada vez mais ligada à produção de algodão e tabaco, que sofria de preços baixos. Os negros no Sul, que é onde a maioria dos negros viviam nos EUA, foram despojados de direitos de voto e de poder político, e eram economicamente desfavorecidos.

O cenário político foi notável na medida em que, apesar de alguma corrupção, a participação era muito elevada e as eleições entre os equilibrados partidos estavam próximas em número. As questões dominantes eram culturais (especialmente em relação a proibição, a educação e os grupos étnicos e raciais) e econômicas (tarifas e oferta de dinheiro). Com o rápido crescimento das cidades, as máquinas políticas cada vez mais assumiram o controle da política urbana. Sindicatos batalhavam pelo dia de trabalho de 8 horas; reformadores da classe média exigiam reforma dos serviços públicos, da proibição, e o sufrágio feminino. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Gilded_Age. Acessado em: 01 jul. 2016.

*pelos comerciantes quando eles importam pela primeira vez, ou, o que é mais igual, por uma obrigação em particular de tantos por cento sobre os bens que eles importam para dentro ou exportam para fora dos países em particular com os quais seja realizado.*¹⁰⁶

Mas não é assim que as coisas funcionam sob o que os neoliberais gostam de chamar de "capitalismo de livre mercado". Gastar com redes de transporte e comunicação a partir das receitas gerais, em vez de tributos e taxas sobre o usuário, permite que as grandes empresas "externalizem seus custos" sobre o público e escondam seus verdadeiros gastos operacionais. Chomsky descrevia esta garantia capitalista estatal dos custos de remessa de forma bastante precisa:

*Um fato bem conhecido sobre o comércio é que ele é altamente subsidiado com enormes fatores de distorção do mercado... O mais óbvio é que toda forma de transporte é altamente subsidiada.... Uma vez que o comércio naturalmente exige transporte, os custos de transporte entram no cálculo da eficiência do comércio. Mas há enormes subsídios para reduzir os custos do transporte, através da manipulação dos custos de energia e todo tipo de funções que distorcem o mercado.*¹⁰⁷

Cada onda de concentração de capital nos Estados Unidos se seguiu a um sistema de infraestrutura publicamente subsidiado de algum tipo. O sistema ferroviário nacional, largamente construído em terras grátis ou abaixo do custo doadas pelo governo, foi seguido pela concentração na indústria pesada, nos petroquímicos e nas finanças. Albert Nock ridicularizava os liberais corporativos de seu tempo, que sustentavam a corrupção das companhias ferroviárias como exemplos da falha do "individualismo grosseiro" e do "laissez-faire".

*Hoje em dia é moda, mesmo entre aqueles que deveriam saber melhor, considerar o "individualismo grosseiro" e o laissez-faire responsáveis pelo tumulto de inflação do valor de ações, abatimentos, cortes de taxas, falências fraudulentas e similares, que predominavam em nossa prática ferroviária após a Guerra Civil, mas ambos não tinham nada mais a ver com isso do que têm com a precisão dos equinócios. O fato é que nossas ferrovias, com poucas exceções, não cresceram em resposta a nenhuma demanda econômica real. Elas foram empreendimentos especulativos permitidos pela intervenção estatal, pelo loteamento dos meios políticos na forma de concessão de terras e subsídios; e, de todos os males alegados contra nossa prática ferroviária, não há sequer um que não seja diretamente restreável a esta intervenção primária.*¹⁰⁸

O sistema de telecomunicações moderno remonta à associação Bell Patent, organizada em 1875; os vários sistemas Bell foram consolidados na AT&T em 1900. Sem a aplicação governamental de seu gigantesco arsenal de patentes sobre virtualmente todos os aspectos da telefonia, uma infraestrutura centralizada de comunicação teria sido

¹⁰⁶ SMITH. *Wealth of Nations*, pp. 315, 319.

¹⁰⁷ CHOMSKY, Noam. How Free is the Free Market? *Resurgence*, no. 173, nov./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.drugtext.org/Economics/how-free-is-the-free-market.html>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

¹⁰⁸ NOCK. *Our Enemy, the State*, p. 102.

impossível em qualquer escala próxima da atual.¹⁰⁹ E isso deixando de fora completamente o papel das franquias governamentais e das concessões de direito de passagem no surgimento do monopólio da AT&T.

Os próximos grandes projetos de transporte foram o sistema rodoviário nacional, começando com o sistema de rodovias nacionais designadas, nos anos 1920, e culminando com o sistema interestadual de Eisenhower; e o sistema de aviação civil, construído quase inteiramente com dinheiro federal. O resultado foi uma concentração massiva no varejo, na agricultura e processamento alimentício.

O projeto mais recente desses foi a infraestrutura da *worldwide web*, originalmente construída pelo Pentágono. Ela permite, pela primeira vez, a direção de operações globais em tempo real a partir de uma única sede corporativa e está acelerando a concentração de capital em uma escala global. Para citar Chomsky novamente, "*A revolução das telecomunicações... é... outro componente estatal da economia internacional que não se desenvolveu através de capital privado, mas através do público pagando para se destruir...*"¹¹⁰.

A economia corporativa centralizada depende, para sua existência, de um sistema de preços de remessa que é artificialmente distorcido pela intervenção governamental. Para compreender completamente o quão dependente a economia corporativa é da socialização dos custos de transporte e comunicação, imagine o que aconteceria se os combustíveis de caminhões e aeronaves fossem tributados o suficiente para pagar o custo completo de manutenção e os novos custos de construção de rodovias e aeroportos; e se os abonos por esgotamento de combustíveis fósseis fossem removidos. Alguém seriamente acredita que o Wal-Mart poderia continuar a vender mais barato que varejistas locais, ou que o agronegócio corporativo poderia destruir a agricultura familiar?

É falacioso dizer que a infraestrutura subsidiada pelo estado "cria eficiências" ao tornar possível a produção em larga escala para um mercado nacional. O fato de que um sistema de infraestrutura grande e centralizado só pode vir a existir quando o estado o subsidia ou o organiza a partir de cima, ou de que tal ação estatal faz com ele exista em uma escala maior do que de outra forma existiria, indica que os custos de transação são tão altos que os benefícios *não valem a pena* para as pessoas que gastam seu próprio dinheiro. Não há nenhuma demanda por parte de consumidores dispostos a gastar seu próprio dinheiro, aos custos reais de fornecer os serviços, os riscos e tudo mais, sem a intervenção estatal.

Se a produção na escala promovida pelos subsídios de infraestrutura fosse realmente eficiente para compensar a *real* distribuição dos custos, os fabricantes teriam apresentado uma demanda efetiva suficiente para tal remessa de longa distância, aos custos reais, para pagar por ela sem a intervenção governamental. Por outro lado, uma aparente "eficiência" que apresenta um balanço contábil positivo somente mudando e escondendo seus custos reais não é "eficiência" nenhuma. Os custos não podem ser

¹⁰⁹ NOBLE. *America by Design*, pp. 91-2.

¹¹⁰ CHOMSKY. *Class Warfare: Interviews with David Barsamian*. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1996. p. 40.

destruídos. Mudá-los não faz de nenhum deles menos um custo - apenas significa que, uma vez que eles não estão sendo pagos pelo beneficiário do serviço, ele lucra às custas de outra pessoa. Não Existe Almoço Grátis.

Libertários de direita intelectualmente honestos admitem isso francamente. Por exemplo, Tibor Machan escreveu no *The Freeman* que

Algumas pessoas dirão que a proteção rigorosa dos direitos [contra o domínio eminente] levaria a pequenos aeroportos, na melhor das hipóteses e a muitas restrições sobre a construção. Claro - mas o que tem de tão errado nisso?

Talvez a pior coisa sobre a vida industrial moderna tenha sido o poder das autoridades políticas de conceder privilégios especiais a algumas empresas para que violem os direitos de terceiros cuja permissão seria custosa demais para se obter. A necessidade de obter essa permissão, de fato, impede seriamente o que a maioria dos ambientalistas vê como industrialização desenfreada - de fato, imprudente.

O sistema de direitos de propriedade privada - em que... todos... os tipos de... atividade humana devem ser conduzidos dentro de seu próprio domínio exceto onde a cooperação dos outros tenha sido ganha voluntariamente - é o maior moderador das aspirações humanas.... Em suma, as pessoas podem atingir metas que não são capazes de atingir com seus próprios recursos apenas convencendo outras, através de argumentos e trocas justas, a cooperar.¹¹¹

¹¹¹ MACHAN, Tibor. On Airports and Individual Rights. *The Freeman*: Ideas on Liberty, fev. 1999. p. 11.

Capítulo Seis: A Ascensão do Capitalismo Monopolista

Introdução

Embora o capitalismo de estado do século XX (em contraste com a variante anterior, erroneamente chamada de "laissez faire", em que o caráter estatista do sistema estava amplamente disfarçado como um framework legal "neutro") tenha tido suas origens no meio do século XIX, ele recebeu grande ímpeto como uma ideologia de elite durante a depressão dos anos 1890. Dessa época em diante, os problemas de superprodução e superacumulação, o perigo da guerra de classes doméstica e a necessidade do estado para resolvê-los figuraram bastante na percepção da elite corporativa. O mercado desregulado era cada vez mais visto como destrutivo e ineficiente. A mudança no consenso da elite nos anos 1890 (em direção ao liberalismo corporativo e à expansão comercial exterior) foi tão profunda quanto aquela dos anos 1970, quando a reação às greves selvagens, a "crise de governabilidade" e a iminente "escassez de capital" levaram a elite do poder a abandonar o liberalismo corporativo em favor do neoliberalismo.

Martin Sklar comentou que a "reconstrução corporativa do capitalismo americano" que surgiu da Depressão dos anos 1890 foi uma revolução tão fundamental na vida americana quanto haviam sido a Guerra Civil e a Reconstrução.

Ainda assim, apesar de todo o amargo e raivoso conflito que gerou e apesar de sua rapidez e enormidade de escala, ela procedeu de forma relativamente pacífica e dentro do framework das instituições políticas existentes. Por quê?

.... Ao contrário da grande crise sociopolítica das décadas de 1850 e 1860, que foi resolvida por uma reconstrução nacional que exigiu uma guerra civil e revolução, a reconstrução corporativa não exigiu nem guerra civil nem revolução, mas sim reorganização política e reforma.¹

A resposta para a questão de Sklar, em minha opinião, é que a reconstrução corporativa dos anos 1890 ocorreu sem uma transformação política violenta precisamente porque a "guerra civil e revolução" de 1861 a 1877 já tinha estabelecido todos os pré-requisitos políticos para uma reconstrução corporativa pacífica da economia. A retirada e subsequente transformação política do Sul, seguida pela ascendência dos "redentores", com sua orientação nacional-capitalista, deu aos Republicanos terreno político incontestável e uma carta branca para impor a agenda econômica Whig completa. A economia corporativa foi tornada possível por altas tarifas industriais e pelo subsídio em grande escala para "melhorias internas" -- junto com a personalidade corporativa, o "devido processo substantivo" e o resto do regime legal nascido da Décima Quarta Emenda. A criação desse último regime legal foi análoga, em uma

¹ SKLAR, Martin J. *The Corporate Reconstruction of American Capitalism, 1890-1916: The Market, the Law, and Politics*. Cambridge, New York e Melbourne: Cambridge University Press, 1988. pp. 20-1

escala menor, ao regime legal de Bretton Woods e do GATT, que forneceu uma estrutura política para o capitalismo global após a Segunda Guerra Mundial.

O surgimento de uma economia dominada por firmas operando em escala continental e de indústrias em que relativamente poucas firmas predominavam não foi uma consequência natural dos anos 1890. Isso evoluiu ao longo das duas ou três décadas anteriores, como resultado do triunfo Whig-Republicano em 1861-77. E as crises econômicas da década de 1890, para as quais o corporatismo plenamente desenvolvido foi uma resposta, foram elas mesmas um resultado das tendências desestabilizadoras da evolução corporativa anterior. As crescentes escala geográfica, centralização e níveis de acumulação características da organização empresarial americana durante as décadas anteriores culminaram na crise total de superacumulação e subconsumo da década de 1890.

Como o próprio Martin Sklar apontou, o processo de "concentração industrial", que ele distinguiu da reconstrução corporativa, estivera acontecendo por algum tempo antes da década de 1890. E os anos 1880 foram uma década de acumulação sem precedentes que continuou até a década de crise dos anos 1890.² A crise dos anos 1890 foi o resultado desta concentração e superacumulação; mas elas, por sua vez, foram o resultado da intervenção capitalista de estado Whig-Republicana e não do mercado "desregulado" ou "competitivo".

A classe dominante americana, portanto, estava errada ao ver as crises de superprodução e de capital excedente como "*consequências naturais ou inevitáveis de uma sociedade de mercado*"³. Não obstante, da Depressão dos anos 1890 em diante, durante a maior parte do Século XX, as soluções corporatistas para essas tendências de crise dominaram a política econômica do estado. Mas cada medida corporativista subsequente, ela mesma adotada para resolver os problemas anteriores de superacumulação, exacerbou ainda mais os problemas da superacumulação.

Mas a reorganização corporativa em uma larga escala de operações não foi, por si mesma, uma solução para o problema de excedente. Ela intensificou o problema de certas formas decisivas: Ela elevou preços ou os tornou menos elásticos e, assim, limitou a demanda em relação à capacidade; ela restringiu o fluxo da poupança para investimentos concorrentes, mas, ao mesmo tempo, facilitou a acumulação concentrada de fundos de investimento em tesouros corporativos e mobilizou fundos de investimento através da criação de mercados de capital organizados para títulos negociáveis e através da atividade de casas bancárias de investimento e de sociedades fiduciárias, que cresceram em número e tamanho com a emergência do capitalismo corporativo. A reorganização corporativa pode ser dita ter tratado, sem curar, o mal da "superprodução", do ponto de vista de diagnóstico do sistema de propriedade capitalista; precisamente ao fazê-lo, ela reforçou a tendência em direção à

² *Ibid.*, p. 44.

³ STROMBERG, Joseph R. The Role of State Monopoly Capitalism in the American Empire. *Journal of Libertarian Studies*, vol. 15, n. 3, p. 64, verão 2001. Disponível em: <<https://mises.org/library/role-state-monopoly-capitalism-american-empire>>. Acessado em: 27 abr. 2016.

*superpoupança e à geração de capital excedente, na ausência de uma vigorosa expansão internacional do sistema de investimento. Ela, assim, tornou o descarte do excedente e o acesso a saídas crescentes para investimento internacional uma questão ainda mais urgente de política, tanto no setor privado quanto no governo.*⁴

O resultado final foi uma espiral em direção a ainda mais estatismo, culminando no corporativismo do New Deal e da economia permanente de guerra da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria.

No âmbito da política externa, o problema de superacumulação e subconsumo levou ao regime conhecido como "capitalismo monopolista dependente de exportações", dependente do que William A. Williams chamou de uma política de "Império de Portas Abertas". Estudaremos a história do capitalismo monopolista, da forma em que ele afetou a política externa dos EUA, no Capítulo 7.

Os remédios do estado para a crise de superacumulação e subconsumo (primariamente o gerenciamento Keynesiano de demanda, a política trabalhista corporatista e o estado de bem-estar), em si mesmos, levaram a tendências opostas de crise: à crise de subacumulação e a crise fiscal do estado. As maneiras em que estas tendências conflitantes de crise interagem e seu provável resultado final são assunto do Capítulo 8.

O assunto primário deste capítulo é o surgimento do capitalismo monopolista em si e as políticas do estado para cartelizar a economia. Os efeitos dos subsídios e regulamentações do estado são 1) encorajar a criação de instalações produtivas em uma escala tão grande que não são viáveis em um livre mercado e que não conseguem dispor de seu produto completo domesticamente; 2) promover preços monopolistas acima dos níveis de equilíbrio de mercado; e 3) estabelecer barreiras de entrada no mercado e colocar firmas novas ou menores em desvantagem competitiva, de modo a negar saídas domésticas adequadas para o capital de investimento. O resultado é uma crise de superprodução e capital excedente e um processo espiralante de estatismo crescente, conforme interesses corporativos politicamente conectados agem através do estado para resolver a crise. A melhor análise singular deste processo da qual estou ciente está em "The Role of State Monopoly Capitalism in the American Empire"⁵ de Joseph Stromberg.

A. Corporativismo Liberal, Cartelização Regulatória e o Estado de Guerra Permanente.

O argumento de Stromberg, com o qual estamos fortemente em dívida, é embasado na teoria austríaca da cartelização regulatória de Murray Rothbard. Economistas da escola austríaca, especialmente Rothbard e seus seguidores na esquerda Rothbardiana, assumiram

⁴ SKLAR. *Corporate Reconstruction of American Capitalism*, pp. 72-3.

⁵ Vide nota 3 acima.

uma visão do capitalismo de estado em muitos aspectos semelhante àquela da New Left. Isto é, ambos os grupos o retratam como um movimento do capital organizado de larga escala para obter seus lucros através da intervenção estatal na economia, embora as regulamentações implicadas neste projeto sejam usualmente vendidas ao público como restrições "progressistas" às grandes empresas. Este paralelismo entre as análises da New Left e da Direita libertária foi capitalizado por Rothbard em sua abertura para a Esquerda. Em projetos tais como seu periódico *Left and Right* e na antologia *A New History of Leviathan* (coeditada com Ronald Radosh da New Left), ele buscou uma aliança da Esquerda com a Direita libertárias contra o estado corporativo.

Rothbard tratava o "coletivismo de guerra" da Primeira Guerra Mundial como um protótipo do capitalismo de estado do século XX. Ele o descreveu como

*uma nova ordem, marcada pelo governo forte e por intervenção e planejamento governamentais extensos e generalizados, com o propósito de fornecer uma rede de subsídios e privilégios monopolistas para os interesses das empresas e, especialmente, das grandes empresas. Em particular, a economia poderia ser cartelizada sob a égide do governo, com preços aumentados e a produção fixada e restringida, no clássico padrão de monopólio; e os contratos militares e outros do governo poderiam ser canalizados para as mãos de produtores corporativos favorecidos. O trabalho, que se tornara cada vez mais indisciplinado, poderia ser domado e freado a serviço desta nova ordem monopolista estatal, através do dispositivo de promover um sindicalismo adequadamente cooperante e trazendo os líderes sindicais dispostos para o sistema de planejamento enquanto parceiros minoritários.*⁶

Esta visão do capitalismo de estado, compartilhada igualmente por pessoas da New Left e por Rothbardianos, vai frontalmente contra a estrutura ideológica americana dominante. Antes que possamos analisar o capitalismo monopolista do século XX, devemos nos livrar deste conhecimento convencional pernicioso, comum à esquerda e à direita do *mainstream*. Tanto "conservadores" quanto "liberais" das linhas principais compartilham a mesma visão espelhada do mundo (mas com os "mocinhos" e "vilões" invertidos), na qual o crescimento do estado de bem-estar e regulatório refletia um desejo de restringir o poder das grandes empresas. De acordo com esta versão comumente aceita da história, os programas Progressista e do New Deal foram forçados aos interesses corporativos a partir de fora e contra seus desejos. Nesta imagem do mundo, o grande governo é um "poder de oposição" populista contra os "monarquistas econômicos". Esta imagem do mundo é compartilhada por randroids e meninos de Chicago na direita, que fulminam contra a "pilhagem" por parte dos coletivistas "anticapitalistas"; e por liberais da NPR⁷ que confundem o New Deal com a Segunda Vinda de

⁶ ROTHBARD, Murray. War Collectivism in World War I. In: ROTHBARD; RADOSH, Ronald (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972. pp. 66-7.

⁷ Nota do Tradutor: A National Public Radio (NPR) é uma rede de rádio pública dos Estados Unidos, mantida por recursos públicos e privados e por doações dos ouvintes. Vide : <https://en.wikipedia.org/wiki/NPR>. Acessado em : 10 ago. 2016

Cristo. É a ideologia oficial do establishment da escola pública, cujos textos de história recontam lendas heroicas de um TR⁸ "destruidor de trustes" combatendo os "malfeitores de grande riqueza" e da cruzada de Upton Sinclair contra os empacotadores de carne. Está expressa em termos quase idênticos nos textos da educação domiciliar de direita que lamentam a derrota das empresas nas mãos do estado coletivista ou descrevem o New Deal como um exemplo das massas votando a seu próprio favor às custas do tesouro público.

O entendimento convencional da regulamentação governamental foi sucintamente declarado por Arthur Schlesinger Jr., o principal porta-voz do liberalismo corporativo: "*O liberalismo na América foi habitualmente o movimento por parte de outros setores da sociedade para restringir o poder da comunidade empresarial*"⁹. Liberais do *mainstream* e conservadores podem discordar sobre quem é o "vilão" neste cenário, mas estão amplamente de acordo com a motivação anti-empresas. Por exemplo, Theodore Levitt da *Harvard Business Review* lamentava em 1968: "*As empresas não ganharam nem conseguiram o que queriam realmente em relação a sequer um único artigo de legislação regulatória ou social proposta nos últimos três quartos de século*"¹⁰.

O problema com essas avaliações convencionais é que elas são um inverso quase exato da verdade. A New Left produziu quantidades massivas de evidências do contrário, virtualmente demolindo a versão oficial da história americana. (O problema, como na maioria dos casos de "mudança de paradigma", é que a realidade de consenso não sabe ainda que está morta). Acadêmicos como James Weinstein, Gabriel Kolko e William Appleman Williams, em suas análises históricas do "liberalismo corporativo", demonstraram que as principais forças por trás das "reformas" tanto Progressista quanto do New Deal foram poderosos interesses corporativos. O que se segue tem a intenção de servir apenas como uma breve pesquisa sobre o desenvolvimento do regime corporativo liberal e como uma introdução à análise da New Left (e austríaca) dele.

A despeito da aura de "idealismo" de Schlesinger em torno do estado regulatório/de bem-estar do século XX, ele foi de fato inventado pelo Socialismo Junker da Prússia - a obra desse conhecido abraçador de árvores New Age, Bismarck. A linha principal do movimento socialista na virada do século (isto é, a parte ainda controlada por trabalhadores de verdade e não cooptada por intelectuais fabianos) denunciava a tendência de se igualar tais medidas ao socialismo, em vez de chamá-las de "socialismo de estado" - intervenção estatal na economia em nome dos capitalistas. A *International Socialist Review*, em 1912, por exemplo, alertou os trabalhadores para que não fossem enganados em identificar a segurança social ou a nacionalização da indústria com o "socialismo". Programas estatais tais como compensação de

⁸ N. do T.: Theodore "Teddy" Roosevelt foi um estadista norte-americano, filho de Theodore Roosevelt e Martha Bulloch. Foi o vigésimo quinto vice-presidente e o vigésimo sexto presidente dos Estados Unidos, de 1901 a 1909. Roosevelt assumiu a presidência após a morte do então titular, William McKinley, sendo o mais jovem presidente dos Estados Unidos. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Theodore_Roosevelt. Acessado em: 10 ago. 2016.

⁹ SCHLESINGER, JR, Arthur. *The Age of Jackson*. Boston: Houghton-Mifflin, 1946., p. 505.

¹⁰ LEVITT, Theodore. "Why Business Always Loses". Citado em: DOMHOFF, G. William. *The Higher Circles: The Governing Class in America*. New York: Vintage Books, 1971. p. 157.

trabalhadores, seguro de saúde e velhice eram apenas medidas para fortalecer e estabilizar o capitalismo. E a nacionalização simplesmente refletia a percepção do capitalismo de "*que ele pode realizar certas porções do processo produtivo mais eficientes através de seu governo do que através de corporações privadas... Algumas cabeças confusas acham que isso será o Socialismo, mas o capitalista sabe melhor*"¹¹. Friedrich Engels havia assumido a mesma visão sobre a propriedade pública:

*Em um estágio posterior, esta forma [a companhia de capital social] também se torna insuficiente: o representante oficial da sociedade capitalista - o estado - terá, em última análise, que assumir a direção da produção. Esta necessidade de conversão para a propriedade estatal é sentida, primeiro, nas grandes instituições de relacionamento e comunicação - o serviço postal, os telégrafos, as ferrovias.*¹²

O surgimento do "liberalismo corporativo" como uma ideologia na virada do século XX foi brilhantemente detalhado em *The Corporate Ideal in the Liberal State* de James Weinstein.¹³ Ele foi refletido no chamado movimento "Progressista" nos EUA e pelo fabianismo, o paralelo britânico mais próximo. A ideologia era, de muitas maneiras, uma expressão da visão de mundo dos *apparatchiks* da "Nova Classe", cujos principais valores eram o planejamento e o culto ao "profissionalismo" e que viam as ordens inferiores como matéria-prima humana a ser gerenciada para seu próprio bem. Esta classe está bastante próxima da base social do movimento Ingsoc que Orwell descreveu em 1984:

*A nova aristocracia era composta, em sua maior parte, de burocratas, cientistas, técnicos, organizadores sindicais, especialistas em publicidade, sociólogos, professores, jornalistas e políticos profissionais. Estas pessoas, cujas origens estão na classe média assalariada e nos graus superiores da classe trabalhadora, foram moldadas e reunidas pelo mundo estéril da indústria monopolista e do governo centralizado.*¹⁴

A chave da eficiência, para a Nova Classe, era remover tanto quanto possível da vida do âmbito da "política" (isto é, da interferência por parte de não profissionais) e colocá-la sob o controle das autoridades competentes. A "democracia" foi remodelada como um ritual periódico de legitimação, com o indivíduo retornando entre eleições ao seu papel apropriado de se sentar e ficar calado. Em virtualmente todas as áreas da vida, o cidadão médio deveria ser transformado do pequeno proprietário autossuficiente e engenhoso de Jefferson em um cliente de uma burocracia ou outra. O sistema educacional foi projetado para torná-lo um recipiente passivo e facilmente administrado de "serviços" de uma instituição após a outra. Em cada área

¹¹ LA MONTE, Robert Rives. You and Your Vote. *International Socialist Review*, ano XIII, n. 2, ago. 1912.; EDITORIAL. *International Socialist Review*, ano XIII, no. 6, dez 1912..

¹² ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. In: MARX, Karl; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1987. v. 25. p. 265.

¹³ WEINSTEIN, James. *The Corporate Ideal in the Liberal State: 1900-1918*. Boston: Beacon Press, 1968.

¹⁴ ORWELL, George. 1984. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1949, 1981. (Signet Classics). p. 169.

da vida, como Ivan Illich escreveu, o cidadão/súdito/recurso era ensinado a "*confundir processo e substância*".

Saúde, aprendizado, dignidade, independência e esforço criativo são definidos como pouco mais do que o desempenho das instituições que alegam servir a estes fins, e sua melhoria é feita depender de alocar mais recursos para o gerenciamento de hospitais, escolas e outras agências em questão.

Como um corolário deste princípio, o público foi ensinado a "ver medicar a si mesmo como irresponsável, aprender por sua própria conta como pouco confiável e a organização comunitária, quando não paga por aqueles com autoridade, como uma forma de agressão ou subversão"¹⁵.

Este fenômeno geral, em que uma matéria-prima humana passiva era gerenciada por burocracias de "serviço", foi descrito por Edgar Friedenberg como "clientela conscrita".

Embora eles sejam chamados de "clientes", os membros de clientelas conscritas não são considerados como fregueses pelas burocracias que os servem, uma vez que não são livres para retirar ou reter sua freguesia ou para procurar em outros lugares pelo serviço. Eles são tratados como a matéria-prima humana que a organização do serviço precisa para desempenhar sua função social e continuar sua existência. Não são necessárias muitas horas de observação - ou presença - em uma escola pública para aprender, a partir da maneira como o lugar realmente é administrado, que os alunos estão ali em prol da escola, não o contrário...

[O gasto com a escola pública] é dinheiro gasto fornecendo bens e serviços para pessoas que não têm nenhuma voz em determinar o que estes bens e serviços devem ser ou como eles devem ser administrados; e para aqueles que não têm qualquer poder legal de reter sua clientela se recusando a frequentar, mesmo que eles e seus pais sintam que o que a escola fornece é desagradável ou prejudicial. A eles se fornecem livros-texto que, ao contrário de qualquer outra obra, da Bíblia até a mais desprezível pornografia, nenhum homem compraria para sua satisfação pessoal. Eles não são, precisamente, "livros comerciais"; antes, são adotados para o uso compulsório de centenas de milhares de outras pessoas por comitês, nenhum membro dos quais teria comprado uma única cópia para sua própria biblioteca.

Embora Friedenberg tratasse as escolas públicas como o exemplo mais óbvio de uma clientela conscrita, elas não eram, de forma alguma, o único membro dessa classe: "*Em última análise, as burocracias com clientelas conscritas se tornam verdadeiras clientes umas das outras, mutualmente dependentes para referência de casos. Elas criam condições em um sistema que geram clientes para outro...*". Por exemplo, as escolas processam matéria-prima humana a ser assumida pelas burocracias dos "recursos humanos" da indústria privada (com a transição

¹⁵ ILLICH, Ivan. *Deschooling Society*. [S.l.:s.n.], 1970. p. 1-3 Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B98Qdzsez5oHbllEdnU4NnMtUHC>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

tornada tão imperceptível quanto possível pelo movimento da escola-para-o-trabalho), ou pelas burocracias do estado de bem-estar e do complexo prisional-industrial.¹⁶

Embora a ideologia corporativa liberal esteja associada com a visão de mundo da Nova Classe, ela tem intersecções, de muitas maneiras, com aquela dos empregadores "esclarecidos" que viam o paternalismo como uma maneira de conseguir mais dos trabalhadores. Muito da liderança corporativa na virada do século

*revelava uma concepção contundentemente firme de uma abordagem feudal benevolente à firma e seus trabalhadores. Ambos deveriam ser dominados e coordenados a partir do escritório central. Nessa veia, eles estavam dispostos a estender... tais coisas como novas moradias, pensões por velhice, pagamentos por morte, tabelas salariais e horários de trabalho e departamentos com responsabilidade sobre o bem-estar, a segurança e o saneamento.*¹⁷

A mania da Nova Classe por planejamento e racionalidade se refletia dentro da corporação no culto Taylorista/Fordista ao "gerenciamento científico", no qual o trabalhador era desqualificado e o controle do processo de produção era deslocado para cima para a hierarquia de colarinho branco de gerentes e engenheiros.¹⁸

Esta nova intersecção de interesses entre os planejadores sociais progressistas e a administração corporativa se refletiu, organizacionalmente, na National Civic Federation, cujo propósito era reunir os elementos mais esclarecidos e socialmente responsáveis dos negócios, do trabalho e do governo.¹⁹ Se, como Big Bill Haywood disse sobre a convenção de fundação da IWW, aquele corpo era "o Congresso Continental da classe trabalhadora", então a NCF era certamente o Congresso Continental da Nova Classe. Os temas do liberalismo corporativo, como David Noble os descreveu, eram *"a cooperação ao invés do conflito, a harmonia natural de interesse entre o trabalho e o capital, e o gerenciamento efetivo e a administração como os meios em direção à prosperidade e ao bem-estar geral"*²⁰.

¹⁶ FRIEDENBERG, Edgar Z. *The Disposal of Liberty and Other Industrial Wastes*. Garden City, New York: Anchor, 1976. pp. 2-6.

¹⁷ WILLIAMS, William Appleman. *The Contours of American History*. Cleveland e New York: The World Publishing Company, 1961. p. 382.

¹⁸ Há um amplo conjunto de obras históricas e de engenharia industrial sobre este tema. Vide, por exemplo: BRAVERMAN, Harry. *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. 25th Anniversary ed. New York: Monthly Review Press, 1998; LAZONICK, William. *Business Organization and the Myth of the Market Economy*. New York: Cambridge University Press, 1991; LAZONICK. *Competitive Advantage on the Shop Floor*. New York: Cambridge University Press, 1990; MARGLIN, Steven A. What Do Bosses Do? The Origins and Functions of Hierarchy in Capitalist Production--Part I. *Review of Radical Political Economics*, vol. 6, n. 2, verão 1974; MONTGOMERY, David. *The Fall of the House of Labor*. New York: Cambridge University Press, 1979; MONTGOMERY. *Workers' Control in America*. New York: Cambridge University Press, 1979; NOBLE, David. *America by Design: Science, Technology, and the Rise of Corporate Capitalism*. New York: Alfred A. Knopf, 1977; NOBLE. *Forces of Production: A Social History of Industrial Automation*. New York: Alfred A. Knopf, 1984.

¹⁹ Vide WEINSTEIN. *The Corporate Ideal in the Liberal State: 1900-1918*. Boston: Beacon Press, 1968..

²⁰ NOBLE. *America by Design*, p. 181.

Os intelectuais da Nova Classe, a despeito de seu papel proeminente em formular a ideologia, foram cooptados como sócios decididamente minoritários da elite corporativa. Como Hilaire Belloc e William English Walling perceberam, "Progressistas" e Fabianos valorizavam a arregimentação e o controle centralizado muito mais do que seus projetos econômicos alegadamente "socialistas". Eles reconheciam, em sua maior parte, que a expropriação dos capitalistas era impossível no mundo real. Os grandes capitalistas, por sua vez, reconheciam o valor do bem-estar e do estado regulatório para manter a estabilidade e o controle sociais e para tornar possível a extração política de lucros em nome de valores igualitários. O resultado foi uma barganha do diabo através da qual se garantiu à classe trabalhadora um nível mínimo de conforto e segurança, em troca do qual se permitiu que as grandes corporações extraíssem lucros através do estado. Sobre o intelectual "Progressista", Belloc escreveu:

Que existam leis que façam a habitação, alimentação, vestimenta e recreação apropriadas da massa proletária serem incumbentes à classe possuidora e que a observância de tais regras seja imposta, através de inspeção e punição, àqueles a quem ele finge beneficiar e tudo com que ele realmente se importa será alcançado.²¹

A Nova Classe, seu apetite por poder saciado com pequenos despotismos nos departamentos de educação e de serviços humanitários, foi colocada para trabalhar em sua missão primária de cartelizar a economia para o lucro da classe corporativa dominante. Sua retórica "populista" foi aproveitada para vender o capitalismo de estado para as massas. Esses brutamontes superstruídos serviram admiravelmente a seus mestres na capacidade de idiotas úteis.

Mas quaisquer que sejam as motivações "idealistas" dos próprios engenheiros sociais, seu programa foi implementado na medida em que avançava os interesses materiais do capital monopolista. Kolko usava o termo "capitalismo político" para descrever os objetivos gerais das grandes empresas, perseguidos através do estado "Progressista":

Capitalismo político é a utilização de veículos políticos para alcançar condições de estabilidade, previsibilidade e segurança - para conseguir racionalização - na economia. Estabilidade é a eliminação da concorrência mutuamente destrutiva e das flutuações erráticas na economia. Previsibilidade é a capacidade, com base em meios politicamente estabilizados e protegidos, de planejar a ação econômica futura com base em expectativas razoavelmente calculáveis. Por segurança eu quero dizer proteção contra os ataques políticos latentes em qualquer estrutura política formalmente democrática. Eu não dou à racionalização sua definição frequente enquanto melhoria da eficiência, da produção ou da organização interna de uma companhia; eu quero dizer com o termo, em vez disso, a organização da economia e das esferas política e social mais amplas de maneira que permitirá que as corporações funcionem em um ambiente

²¹ BELLOC, Hilaire. *The Servile State*. Indianapolis: Liberty Classics, 1913, 1977. pp. 146-7.

*previsível e seguro, permitindo lucros razoáveis no longo prazo.*²²

Da virada do século XX em diante, houve uma série de tentativas por parte de líderes corporativos de se criar alguma estrutura institucional através da qual a competição de preços pudesse ser regulamentada e suas respectivas fatias de mercado estabilizadas. "Foi então", escreveu Paul Sweezy,

*que os empresários dos E.U.A. entenderam a natureza autodestrutiva do corte de preços como arma competitiva e começaram o processo de bani-lo através de uma complexa rede de leis (corporativas e regulatórias), instituições (por exemplo, associações comerciais) e convenções (por exemplo, liderança de preços) da prática empresarial normal.*²³

Mas tentativas meramente privadas de cartelização antes da Era Progressista - isto é, os chamados "trustes" - foram falhas miseráveis, de acordo com Kolko. A tendência dominante na virada do século - a despeito dos efeitos das tarifas, patentes, subsídios às ferrovias e outras formas existentes de estatismo - era a concorrência. O movimento de truste foi uma tentativa de cartelizar a economia através de meios voluntários, tais como fusões, aquisições e conluio de preços. Mas os trustes, sobre-alavancados e super-capitalizados, eram ainda menos eficientes do que antes e constantemente perdiam fatias de mercado para seus concorrentes menores e mais eficientes. A Standard Oil e a U.S. Steel, imediatamente após suas formações, começaram um processo de erosão das fatias de mercado. Em face desta falha retumbante, as grandes empresas agiram através do estado para se cartelizarem - daí a agenda regulatória Progressista. *Ironicamente, ao contrário do consenso dos historiadores, não foi a existência de monopólio que fez com que o governo federal interviesse na economia, mas a ausência dele*²⁴.

O FTC Act²⁵ e o Clayton Act²⁶ reverteram a longa tendência em direção à concorrência e à perda de fatia de mercado e tornaram a estabilidade possível.

²² KOLKO, Gabriel. *The Triumph of Conservatism: A Reinterpretation of American History 1900-1916*. New York: The Free Press of Glencoe, 1963. p. 3.

²³ SWEEZY, Paul M. Competition and Monopoly. *Monthly Review*, vol. 33, n. 1, pp. 1-16, mai. 1981. pp. 1-16.

²⁴ KOLKO. *Triumph of Conservatism*, p. 5.

²⁵ N. do T.: O Federal Trade Commission Act de 1914 (FTC Act) estabeleceu a Federal Trade Commission (FTC). O ato, aprovado como lei por Woodrow Wilson em 1913, proíbe métodos de concorrência desleal e atos ou práticas desleais que afetem o comércio. A lei também cria a Federal Trade Commission, um conselho de cinco membros, para regular práticas de negócio questionáveis. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Federal_Trade_Commission_Act. Acessado em: 10 ago. 2016.

²⁶ N. do T.: O Clayton Antitrust Act de 1914, era uma parte da lei antitruste dos Estados Unidos, com o objetivo de agregar ainda mais substância ao regime lei antitruste dos EUA; o Clayton Act procurou impedir práticas anti-concorrenciais na sua incipiência. Esse regime começou com o Sherman Antitrust Act de 1890, a primeira lei federal que proibiu práticas consideradas prejudiciais para os consumidores (monopólios, cartéis e trustes). O Clayton Act especificava um determinado comportamento proibido, o esquema de execução de três níveis, as isenções e as medidas corretivas. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Clayton_Antitrust_Act. Acessado em: 10 ago. 2016.

As provisões das novas leis, atacando concorrentes desleais e a discriminação de preços, significaram que o governo agora tornaria possível que muitas associações comerciais estabilizassem, pela primeira vez, os preços dentro de suas indústrias e fizessem do oligopólio efetivo uma nova fase da economia.²⁷

A Federal Trade Commission criou uma atmosfera hospitaleira para as associações comerciais e seus esforços para impedir o corte de preços.²⁸ Os dois textos legislativos conseguiram o que os trustes haviam sido incapazes de fazer: eles permitiram que um punhado de firmas em cada indústria estabilizasse sua fatia de mercado e mantivesse uma estrutura oligopolista entre si. Este padrão oligopolista se manteve estável desde então.

Foi durante a guerra [isto é, a Primeira Guerra Mundial] que um oligopólio funcional efetivo e acordos de preço e de mercado se tornaram operacionais nos setores dominantes da economia americana. A rápida difusão de poder na economia e a entrada relativamente fácil [isto é, as condições que o movimento de truste falhou em suprimir] virtualmente cessaram. Apesar da interrupção de novas promulgações legislativas importantes, a união das empresas com o governo federal continuou por toda a década de 1920 e daí em diante, usando as bases estabelecidas na Era Progressista para estabilizar e consolidar as condições dentro de várias indústrias. E, sobre as mesmas bases progressistas e explorando a experiência com as agências de guerra, Herbert Hoover e Franklin Roosevelt mais tarde formularam programas para salvar o capitalismo americano. O princípio de utilização do governo federal para estabilizar a economia, estabelecido no contexto do industrialismo moderno durante a Era Progressista, se tornou a base do capitalismo político em suas muitas ramificações posteriores.²⁹

Além disso, as diversas regulamentações de segurança e de qualidade introduzidas durante esse período também tiveram o efeito de cartelizar o mercado. Elas serviram essencialmente ao mesmo propósito que as tentativas, na economia de guerra de Wilson, de reduzir a variedade de estilos e características disponíveis nas linhas de produtos, em nome da "eficiência". Qualquer ação, por parte do estado, para impor um padrão uniforme de qualidade (por exemplo, segurança) de maneira geral necessariamente elimina essa característica enquanto questão competitiva entre as firmas. Assim, a indústria está parcialmente cartelizada, na mesmíssima medida que teria acontecido, tivessem todas as firmas nela adotado um padrão uniforme de qualidade e concordassem em parar de concorrer nessa área. Uma regulamentação, em essência, é um cartel imposto pelo estado, no qual os membros concordam em parar de concorrer em uma área particular de qualidade ou segurança e, em vez disso, aceitar um padrão uniforme. E, ao contrário de cartéis não impostos pelo estado, que são instáveis, nenhum membro pode buscar uma vantagem desertando. Similarmente, o fornecimento de serviços pelo estado (o financiamento de P&D, por exemplo) os remove enquanto componentes do preço na concorrência de custo entre firmas e os coloca no domínio

²⁷ *Ibid.*, p. 268.

²⁸ *Ibid.*, p. 275.

²⁹ *Ibid.*, p. 287.

dos rendimentos garantidos igualmente a todas as firmas no mercado. Quer seja através de regulamentações ou de subsídios estatais diretos a várias formas de acumulação, as corporações agem através do estado para realizar algumas atividades conjuntamente e para restringir a concorrência a áreas selecionadas.

E Kolko forneceu evidências abundantes de que a principal força por trás de toda esta agenda legislativa foram as grandes empresas. O Meat Inspection Act³⁰, por exemplo, foi aprovado primariamente a mando dos grandes empacotadores de carne. Na década de 1880, escândalos repetidos envolvendo carne contaminada haviam resultado em firmas dos EUA sendo excluídas de diversos mercados europeus. Os grandes empacotadores de carne se voltaram para o governo dos EUA para conduzir inspeções na carne exportada. Ao realizar esta função conjuntamente, através do estado, eles removeram a inspeção de qualidade enquanto uma questão concorrencial entre si, e o governo dos EUA forneceu um selo de aprovação de forma muito similar à que uma associação comercial faria - mas às custas públicas. O problema com este regime inicial de inspeção era que apenas os maiores empacotadores estavam envolvidos no comércio de exportação; inspeções obrigatórias, portanto, deram uma vantagem competitiva para as pequenas firmas que supriam apenas o mercado doméstico. O principal efeito do Meat Inspection Act de Roosevelt foi trazer os pequenos empacotadores para dentro do regime de inspeção e, assim, acabar com a incapacidade competitiva que ele impunha sobre as grandes firmas. Upton Sinclair serviu simplesmente como um figurante involuntário para a indústria de empacotamento de carne.³¹ Este padrão se repetiu, em sua forma essencial, em virtualmente todos os componentes da agenda regulatória "Progressista".

O mesmo lema reaparece no New Deal³². O cerne de apoio das empresas ao New Deal eram, como Ronald Radosh descreveu, "*importantes grandes empresários moderados e advogados com mentalidade liberal de grandes empresas corporativas*"³³. Thomas Ferguson e Joel Rogers os descreveram, mais especificamente, como "*um novo bloco de poder de indústrias capital-intensivas, bancos de investimento e bancos comerciais internacionalmente*

³⁰ O Federal Meat Inspection Act (FMIA) de 1906 é um Ato do Congresso dos Estados que opera para evitar que carnes e produtos derivados adulterados ou mal rotulados sejam vendidos como alimento e para garantir que as carnes e produtos derivados são abatidos e processados sob condições sanitárias. Estes requisitos também se aplicam a produtos de carne importados, que devem ser inspecionados de acordo com padrões estrangeiros equivalentes. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Federal_Meat_Inspection_Act. Acessado em: 10 ago. 2016.

³¹ *Ibid.*, pp. 98-108.

³² N. do T.: O New Deal (cuja tradução literal em português seria "novo acordo" ou "novo trato") foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão. O nome dessa série de programas foi inspirado no Square Deal, nome dado pelo anterior Presidente Theodore Roosevelt à sua política econômica. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/New_Deal. Acessado em: 10 ago. 2016.

³³ RADOSH, Ronald. The Myth of the New Deal. In: ROTHBARD; RADOSH (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972. pp. 154-5.

orientados"³⁴.

O trabalho era uma parte relativamente menor do pacote total de custos de tais empresas; ao mesmo tempo, a indústria capital-intensiva, como Galbraith apontou em sua análise da "tecnoestrutura", dependia da estabilidade e da previsibilidade de longo prazo para planejar a produção de alta tecnologia. Portanto, esse segmento de grandes empresas estava disposto a trocar salários mais altos pela paz social no local de trabalho.³⁵ As raízes desta facção podem ser traçadas aos empregadores relativamente "progressistas" descritos por James Weinstein em seu relato sobre a National Civic Federation³⁶ na virada do século, que estavam dispostos a participar de negociações coletivas sobre salários e condições de trabalho, em troca de controle administrativo incontestável do local de trabalho.³⁷

Esta atitude estava na raiz do contrato social Taylorista/Fordista, no qual os burocratas trabalhistas concordaram em deixar a administração administrar, contanto que o trabalho ganhasse uma fatia adequada do bolo.³⁸ Tal entendimento foi mais enfaticamente do interesse das grandes corporações. O movimento de greves no trabalho na indústria automobilística e as greves organizadas entre os estivadores da costa Oeste foram virtualmente revoluções entre os trabalhadores operários do chão da fábrica. Em muitos casos, elas estavam virando greves gerais regionais. O Wagner Act³⁹ domesticou esta revolução e a colocou sob o controle de burocratas trabalhistas profissionais.

O sindicalismo industrial, do ponto de vista do empregador, tinha a vantagem, sobre o sindicalismo de ofício, de fornecer um único agente de barganha com o qual a administração

³⁴ FERGUSON, Thomas; ROGERS, Joel. *Right Turn*. New York: Hill and Wang, 1986. p. 46; esta linha de análise é mais intensivamente perseguida em FERGUSON, Thomas. *Golden Rule: The Investment Theory of Party Competition and the Logic of Money-Driven Political Systems*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

³⁵ FERGUSON. *Golden Rule*, p. 117 e seq.; GALBRAITH, John Kenneth. *The New Industrial State*. New York: Signet Books, 1967. pp. 25-37, 258-9, 274, 287-9.

³⁶ N. do T.: A National Civic Federation (Federação Cívica Nacional, em português) era uma organização econômica norte-americana fundada em 1900, que congregava representantes eleitos do grande capital e do trabalho organizado, bem como defensores dos consumidores, numa tentativa de amenizar os conflitos laborais. Favoreceu a reforma progressista moderada e procurou resolver litígios que surgiam entre a indústria e o trabalho organizado. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/National_Civic_Federation. Acessado em: 10 ago. 2016.

³⁷ WEINSTEIN. *Corporate Ideal in the Liberal State*, esp. os dois primeiros capítulos.

³⁸ MONTGOMERY. *Workers' Control in America*, pp. 49-57.

³⁹ N. do T.: O National Labor Relations Act de 1935 (também conhecido como Wagner Act, em referência ao Senador por Nova Iorque Robert F. Wagner) é um estatuto fundamental do direito trabalhista dos Estados Unidos, que garante direitos básicos dos trabalhadores do setor privado de organização em sindicatos, de negociação coletiva por melhores condições de trabalho e de ação coletiva, incluindo greve, se necessário. A lei também criou o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (National Labor Relations Board, NLRB), que realiza eleições que podem exigir que os empregadores se envolvam em negociação coletiva com os sindicatos. A lei não se aplica aos trabalhadores que estão abrangidos pelo Railway Labor Act, empregados agrícolas, empregados domésticos, supervisores, trabalhadores do governo federal, estadual ou local, contratantes independentes e alguns parentes próximos dos empregadores individuais. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/National_Labor_Relations_Act. Acessado em: 10 ago. 2016.

pudesse lidar. Uma das razões para a popularidade dos "sindicatos da empresa" entre as grandes corporações, além das óbvias vantagens na maleabilidade, era o fato de que eles eram uma alternativa à série de sindicatos de ofício da AFL⁴⁰. Mesmo em termos de maleabilidade, os sindicatos industriais dos anos trinta tinham algumas das vantagens dos sindicatos da empresa. Ao colocar a negociação coletiva sob a égide da legislação trabalhista federal, a administração corporativa foi capaz de usar a liderança sindical para disciplinar seu próprio operariado e de usar as cortes federais como um mecanismo de execução.

Os defensores do New Deal elaboraram... um meio de integrar o grande trabalho ao estado corporativo. Mas apenas sindicatos que fossem organizados por indústria e que tivessem paralelos, em sua estrutura de organização, da própria indústria poderiam desempenhar o papel apropriado. Um estado corporativo bem-sucedido exigia um movimento sindicalista industrial seguro para funcionar. Também exigia uma liderança sindical que compartilhasse do desejo de operar a economia a partir de cima, nas conferências formais com os líderes de outros grupos econômicos funcionais, particularmente os líderes corporativos. Os sindicatos da CIO⁴¹... forneceram tal liderança sindical.⁴²

Membros moderados da elite corporativa também obtiveram mais tranquilidade com a experiência britânica anterior de aceitar a negociação coletiva. A negociação coletiva não afetava a distribuição de riqueza, por um lado: "Os ganhos do trabalho foram feitos devido ao crescimento geral na riqueza e às custas do consumidor, o que significaria pequenos empresários, pensionistas, fazendeiros e empregados de colarinho branco não sindicalizados".

⁴⁰ N. do T.: A American Federation of Labor (AFL, Federação Americana do Trabalho) foi uma federação nacional de sindicatos nos Estados Unidos. Foi fundada em Columbus, Ohio, em maio de 1886 por uma aliança de sindicatos de ofício descontentes com os Knights of Labor (Cavaleiros do Trabalho), uma associação trabalhista nacional. A AFL foi o maior agrupamento de sindicatos nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, mesmo após a criação do Congresso de Organizações Industriais (CIO, Congress of Industrial Organizations) por sindicatos que foram expulsos pela AFL em 1935, por causa de oposição dela ao sindicalismo industrial. Ao passo a Federação tenha sido fundada e dominada por sindicatos de ofício ao longo dos primeiros cinquenta anos da sua existência, muitos de seus sindicatos de ofício filiados voltaram-se para a organização com base em sindicatos industriais para enfrentar o desafio da CIO na década de 1940. Em 1955, a AFL fundiu-se com seu rival de longa data, o Congresso de Organizações Industriais, para formar a AFL-CIO, uma federação que permanece em vigor até hoje. Juntamente com a nova união, a AFL compreende a mais duradoura e mais influente federação trabalhista nos Estados Unidos. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/American_Federation_of_Labor. Acessado em: 10 ago. 2016.

⁴¹ N. do T.: O Congress of Industrial Organizations (CIO, Congresso das Organizações Industriais), era uma federação de sindicatos que organizava os trabalhadores em sindicatos industriais nos Estados Unidos e no Canadá de 1935 a 1955. O CIO foi fundada em 9 de novembro de 1935, por oito sindicatos internacionais pertencentes à American Federation of Labour. O CIO não conseguiu mudar a política AFL a partir de dentro. Em 10 de setembro de 1936, a AFL suspendeu todos os 10 sindicatos do CIO (mais dois haviam se juntado no ano anterior). Tanto o CIO quanto sua rival AFL cresceram rapidamente durante a Grande Depressão. A rivalidade pelo domínio era amarga e por vezes violenta. O CIO apoiou Franklin D. Roosevelt e a Coalização do New Deal e estava aberto aos afro-americanos. O CIO se fundiu novamente com a Federação Americana do Trabalho para formar a AFL-CIO em 1955. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Congress_of_Industrial_Organizations. Acessado em: 10 ago. 2016.

⁴² RADOSH. "The Myth of the New Deal", pp. 178-9, 181.

(Para não mencionar o grande contingente de trabalhadores não qualificados e lumpenproletariados sem alavancagem de negociação contra as classes empregadoras). E os ingleses descobriram que firmas em uma posição de oligopólio, com uma demanda relativamente inelástica, eram capazes de passar os custos aumentados do trabalho para o consumidor virtualmente sem quaisquer custos para si mesmas.⁴³

O Wagner Act serviu a propósitos centrais da elite corporativa. Em alguma medida ele foi uma resposta à pressão das massas, vinda de baixo. Mas a decisão sobre se e como responder, a forma da resposta e a implementação da resposta, todas estavam firmemente nas mãos da elite corporativa. De acordo com Domhoff (escrevendo em *The Higher Circles*), "Os benefícios para o capital foram diversos: maior eficiência e produtividade do trabalho, menos rotatividade do trabalho, o disciplinamento da força de trabalho pelos sindicatos trabalhistas, a possibilidade de planejar os custos do trabalho no longo prazo e o amortecimento das doutrinas radicais"⁴⁴. James O'Connor descreveu desta maneira: "Do ponto de vista do capital monopolista, a principal função dos sindicatos era... inibir atividades disruptivas e espontâneas do operariado (por exemplo, greves violentas e desaceleramentos) e manter a disciplina trabalhista em geral. Em outras palavras, os sindicatos eram... os garantidores da 'prerrogativas administrativas'"⁴⁵. Os objetivos de estabilidade e produtividade tinham maior probabilidade de serem atingidos por tal compacto social Taylorista limitado do que por um retorno à violência trabalhista e à repressão estatal do final do século XIX.

Em *The Power Elite and the State*, Domhoff apresentou uma tese ligeiramente mais matizada.⁴⁶ Era verdade, ele admitia, que uma maioria das grandes corporações se opôs ao Wagner Act, da forma em que ele foi de fato apresentado. Mas os princípios básicos da negociação coletiva incorporados nele haviam sido o resultado de décadas de teoria e prática corporativa liberal, trabalhado através de redes políticas em que grandes corporações "progressistas" haviam desempenhado um papel de liderança; a National Civic Federation, conforme Weinstein descreveu sua carreira, foi um típico exemplo de tais redes. Os motivos daqueles na administração Roosevelt que moldaram o Wagner Act estavam de fato de acordo com a convencionalidade do liberalismo corporativo. Embora eles possam ter sido ambivalentes sobre a forma específica da legislação trabalhista de FDR⁴⁷, Swope e seus companheiros corporativos de viagem desempenharam o principal papel na formulação dos princípios por trás dela. O que quer que líderes empresariais individuais pensassem do Wagner, ele foi elaborado por advogados corporativos mainstream que eram produtos do clima

⁴³ DOMHOFF. *Higher Circles*, p. 223.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 225.

⁴⁵ O'CONNOR, James. *Fiscal Crisis of the State*. New York: St. Martin's Press, 1973. p. 23.

⁴⁶ DOMHOFF. *The Power Elite and the State: How Policy is Made in America*. New York: Aldine de Gruyter, 1990. pp. 65-105.

⁴⁷ N. do T.: Franklin Delano Roosevelt foi o 32.º presidente dos Estados Unidos (1933-1945), cumpriu quatro mandatos e morreu durante o último. Do Partido Democrata, foi o primeiro presidente a conseguir mais de dois mandatos e será o único devido à 22.ª emenda, que limita o número de mandatos consecutivos a dois. Durante sua estadia na Casa Branca, teve de enfrentar o período da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Franklin_Delano_Roosevelt. Acessado em: 10 ago. 2016.

ideológico criado por aqueles mesmos líderes empresariais; e ele foi elaborado tendo em vista seus interesses. Embora ele não tenha sido aceito pelas grandes empresas como um todo, ele foi em grande parte a criação de representantes dos interesses das grandes empresas, cujo entendimento do propósito do ato foi em grande parte o mesmo daqueles delineados na citação de Domhoff acima de *The Higher Circles*. E, embora ele tenha sido projetado para conter a ameaça ao poder da classe trabalhadora, ele gozou de amplo apoio da classe trabalhadora como o melhor negócio que tinham probabilidade de conseguir. Finalmente, o segmento sulista da classe dominante estava disposto a acompanhá-lo porque ele eximia especificamente os trabalhadores agrícolas.

Entre outros benefícios da legislação trabalhista, os interesses corporativos foram capazes de invocar os poderes policiais do estado para impor um caráter autoritário às relações de trabalho. No sistema cada vez mais estatista, apontou Bukharin em sua análise do capitalismo de estado quase um século atrás,

os trabalhadores [ficam] formalmente vinculados ao estado imperialista. Com efeito, empregados de empresas estatais, mesmo antes da guerra, eram privados de uma série dos direitos mais elementares, como o direito de se organizar, de fazer greve, etc... Com o capitalismo de estado produzindo em quase toda a linha de produção importante para o estado, assim como quase todos os ramos da produção servindo diretamente aos interesses da guerra, a legislação proibitiva é estendida a todo o campo das atividades econômicas. Os trabalhadores são privados do direito de se mudarem, do direito de fazerem greve, do direito de pertencerem aos assim chamados partidos "subversivos", do direito de escolher uma empresa, etc. Eles são transformados em escravos ligados, não à terra, mas à fábrica.⁴⁸

A relevância desta linha de análise para a América pode ser vista com um olhar superficial para a resposta de Cleveland⁴⁹ à greve na Pullman, o Railway Labor Relations Act⁵⁰

⁴⁸ BUKHARIN, Nikolai. *Imperialism and World Economy*. [S.l.]: International Publishers, 1929[1915-1917]. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1917/imperial/>>. Acessado em: 28 out. 2003.

⁴⁹ N. do T.: Stephen Grover Cleveland foi o 22º e o 24º presidente dos Estados Unidos. Cleveland foi o líder do grupo Democratas do Bourbon, que se opunham às altas tarifas, à Prata Livre, à inflação, ao imperialismo e aos subsídios para os negócios, fazendeiros ou veteranos de guerra. Suas batalhas por reformas políticas e conservadorismo fiscal lhe transformaram no ícone dos conservadores norte-americanos da época. Cleveland foi elogiado por sua honestidade, independência, integridade e comprometimento com os princípios do liberalismo clássico. Ele lutou fortemente contra corrupção política, clientelismo e caciquismo. Sua intervenção na Greve da Pullman em 1894 para manter as ferrovias funcionando enfureceu vários trabalhadores por todo o país e o partido em Illinois; seu apoio ao padrão-ouro e oposição à Prata Livre deixou a ala agrária do Partido Democrata alienada. Além disso, críticos reclamaram que ele não tinha imaginação e parecia oprimido pelos desastres econômicos – depressões e greves – que assolavam a nação durante seu segundo mandato. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grover_Cleveland. Acessado em: 10 ago. 2016.

⁵⁰ N. do T.: O Railway Labor Act (Lei do Trabalho Ferroviário) é uma lei federal dos Estados Unidos que rege as relações de trabalho nas indústrias de estradas de ferro e companhias aéreas. A lei, aprovada em 1926 e alterada em 1934 e 1936, visa substituir as greves por negociação, arbitragem e mediação

e o Taft-Hartley⁵¹ (que, nas palavras de James O'Connor, "*incluía uma proibição a boicotes secundários e, conseqüentemente, tentava 'ilegalizar' a solidariedade de classe...*"⁵²), e as ameaças de Truman e Bush de usar soldados como fura-greves, respectivamente, nas greves dos metalúrgicos e dos estivadores.

O Social Security Act⁵³ foi a outra parte principal da agenda do New Deal. Em *The Higher Circles*, Domhoff descreveu seu funcionamento numa linguagem muito similar à de sua caracterização do Wagner Act. Seu resultado mais importante

*do ponto de vista da elite do poder, foi uma restabilização do sistema. Ele colocou um piso sob a demanda do consumidor, elevou as expectativas das pessoas para o futuro e dirigiu as energias políticas de volta para os canais convencionais... A distribuição de riqueza não mudou, o poder de tomada de decisão permaneceu nas mãos dos líderes da classe superior, e os princípios básicos que envolviam o conflito foram estabelecidos por membros moderados da elite do poder.*⁵⁴

Em sua obra posterior *The Power Elite and the State*, Domhoff empreendeu uma análise muito mais minuciosa, com uma revisão da literatura de seus críticos Marxistas estruturalistas, que essencialmente verificava sua posição anterior.⁵⁵

O estado de bem-estar social do New Deal e da Great Society⁵⁶, de acordo com

como meios de resolver disputas trabalhistas. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Railway_Labor_Act. Acessado em: 10 ago. 2016.

⁵¹ N. do T.: O Labor Management Relations Act, de 1947, mais conhecido como Taft-Hartley Act é uma lei federal dos Estados Unidos que restringe as atividades e o poder dos sindicatos. A lei, ainda vigente, foi patrocinada pelo senador Robert A. Taft e pelo deputado Fred A. Hartley, Jr. e tornou-se lei, superando o veto do presidente dos EUA, Harry S. Truman, em 23 de junho de 1947; líderes trabalhistas chamaram-na de "lei do trabalho escravo", ao passo que o presidente Truman argumentou que era uma "intrusão perigosa à liberdade de expressão" e que entrava em "conflito com princípios importantes da nossa sociedade democrática". No entanto, Truman iria posteriormente usá-la doze vezes durante a sua presidência. O Taft-Hartley Act alterou a Lei Nacional de Relações Trabalhistas (NLRA, National Labor Relations Act; informalmente Wagner Act) que o Congresso aprovara em 1935. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Labor_Management_Relations_Act_of_1947. Acessado em: 11 ago. 2016.

⁵² O'CONNOR, James. *Accumulation Crisis*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 75.

⁵³ N. do T.: O Social Security Act foi um ato legislativo de bem-estar social que criou o sistema de Segurança Social nos Estados Unidos. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Social_Security_Act. Acessado em: 11 ago. 2016.

⁵⁴ DOMHOFF. *Higher Circles*, p. 218.

⁵⁵ DOMHOFF. *Power Elite and the State*, p. 44-64.

⁵⁶ N. do T.: A Great Society ("Grande Sociedade") foi um conjunto de programas domésticos nos Estados Unidos lançados pelo presidente democrata Lyndon B. Johnson em 1964-1965. O objetivo principal foi a eliminação da pobreza e da injustiça racial. Novos grandes programas de despesas, que abordavam educação, cuidados médicos, problemas urbanos e de transporte foram lançados durante este período. O programa e suas iniciativas foram posteriormente promovidos por ele e por seus colegas democratas no Congresso na década 1960 e nos anos seguintes. A Great Society, em escopo e extensão, se assemelhava à agenda doméstica New Deal de Franklin D. Roosevelt. Ao passo alguns dos programas foram eliminados ou tiveram seu financiamento reduzido, muitos deles, incluindo o Medicare, Medicaid, o Older Americans Act e o financiamento federal à educação, perduram até hoje. Os programas da Grande

Frances Piven e Richard Cloward, serviu a uma função similar àquela da Segurança Social: ele atenuou o perigo do radicalismo político de massa resultante da falta de moradia e da fome. Além disso, também forneceu controle social ao colocar a classe inferior sob a supervisão de um exército de assistentes sociais e assistentes de bem-estar intrusivos e paternalistas.⁵⁷ E, assim como a Segurança Social, colocou um piso sob a demanda agregada.

Na medida em que as provisões de bem-estar e trabalhistas do New Deal de FDR beneficiaram as pessoas comuns, a situação lembra uma parábola de Tolstoy:

Eu vejo a humanidade como um rebanho de gado dentro de um recinto cercado. Fora da cerca estão verdes pastos e abundância para o gado comer, ao passo que dentro da cerca não existe de fato capim suficiente para o gado. Consequentemente, o gado está pisoteando a pouca grama que há e escornando uns aos outros até a morte em sua luta pela existência.

Eu vi o dono do rebanho vir até eles e, quando ele viu sua condição deplorável, ficou cheio de compaixão por eles e pensou em tudo que poderia fazer para melhorar suas condições.

Então ele reuniu seus amigos e lhes pediu para lhe ajudarem a cortar a grama de fora da cerca e jogá-la por cima da cerca para o gado. E isso eles chamaram de Caridade.

Então, já que os bezerros estavam se extinguindo e não estavam crescendo para se tornar gado útil, ele providenciou para que cada um deles bebesse um litro de leite toda manhã de jejum.

Já que eles estavam morrendo nas noites frias, ele colocou belos estábulos, bem drenados e bem ventilados, para o gado.

Já que eles estavam escornando uns aos outros na luta pela existência, ele colocou cortiça nos chifres do gado, de modo que os ferimentos que eles causassem uns aos outros não fossem tão sérios. Então, ele reservou uma parte do recinto para os touros e vacas velhas acima dos 70 anos de idade.

Na verdade, ele fez tudo em que podia pensar para melhorar a condição do gado e, quando eu lhe perguntei por que ele não fez a única coisa óbvia, quebrar a cerca e deixar o gado sair, ele respondeu: "Se eu deixar o gado sair, eu não serei mais capaz de tirar leite dele."⁵⁸

Os defensores capitalistas do estado de bem-estar são como um fazendeiro esclarecido que entende que seus animais produzirão mais para ele, no longo prazo, se forem bem tratados.

Hilaire Belloc especulou que a servidão industrial, em seu Estado Servil, só seria

Sociedade se expandiram sob as administrações dos presidentes republicanos Richard Nixon e Gerald Ford. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Great_Society. Acessado em: 11 ago. 2016.

⁵⁷ PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard. *Regulating the Poor*. New York: Vintage Books, 1971, 1993.

⁵⁸ TOLSTOY, Leo. "Parable". Disponível em: http://socialismoryourmoneyback.blogspot.com.br/2009/03/parable-by-leo-tolstoy_16.html>. Acessado em: 10 fev. 2016.

estável se o Estado sujeitasse a subclasse não empregável a um tratamento "corretivo" em campos de trabalho forçado e forçasse todos, mesmo os marginalmente empregáveis, a um emprego, como um impedimento ao parasitismo deliberado e à simulação de doença. A sociedade iria "se encontrar" sob a "necessidade",

*uma vez que o princípio do salário mínimo for concedido, associado ao princípio de suficiência e segurança, de controlar aqueles a quem o salário mínimo exclui da área de emprego normal.*⁵⁹

Esta sociedade seria organizada sobre o padrão do estado de bem-estar social esqualido e decadente de Anthony Burgess, no qual "todo mundo que não for uma criança ou não estiver com uma criança deve estar empregado". Mas a especulação de Belloc não foi inútil; uma vez que Fabianos como os Webbs e H.G. Wells haviam proposto justamente tais campos de trabalho para a classe inferior em sua utopia paternalista.⁶⁰

Embora ainda estejamos longe de uma exigência formal de se estar empregado ou ser sujeito a trabalho corretivo pelo Estado, uma série de políticas interrelacionadas do Estado têm essa tendência. Por exemplo, a imposição de seguro desemprego compulsório, com o Estado como um árbitro de quando se qualifica para recebê-lo:

*Um homem foi compelido pela lei a reservar somas de seus salários como seguro contra o desemprego. Mas ele não é mais o juiz de como tais somas devem ser usadas. Elas não estão em sua posse.... Elas estão nas mãos de um oficial do governo. "Eis aqui trabalho oferecido a você a vinte e cinco xelins por semana. Se você não o aceitar, você certamente não terá direito ao dinheiro que você foi compelido a reservar. Se você o aceitar, a soma ainda ficará a seu crédito e da próxima vez que, em meu julgamento, seu desemprego não for devido à sua teimosia e sua recusa a trabalhar, eu lhe permitirei receber um pouco de seu dinheiro: caso contrário, não."*⁶¹

Ainda outra medida com esta tendência é o "workfare"⁶², junto com subsídios aos empregadores que contratam a classe inferior como trabalho serviçal. Leis de vadiagem e restrições legais a serviços de lotação, abrigos temporários autoconstruídos, etc. servem para reduzir a gama de opções para subsistência independente. E, finalmente, o complexo prisional-industrial, enquanto "empregador" para quase metade de seus "clientes", culpados apenas de transações consensuais de mercado, é, com efeito, um campo de trabalho forçado absorvendo um grande segmento da classe inferior.

O auge do capitalismo de estado de FDR foi (claro) o complexo militar-industrial que surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial e continuou desde então. Desde então ele tem sido

⁵⁹ BELLOC. *Servile State*, p. 189.

⁶⁰ MCCARTHY, John P. *Hilaire Belloc: Edwardian Radical*. Indianapolis: Liberty Press, 1978., cap. 6.

⁶¹ BELLOC. *Servile State*, p. 190-1.

⁶² N. do T.: "workfare" é um sistema de bem-estar que requer que quem recebe benefícios execute algum trabalho ou participe de capacitação para o trabalho.

descrito como "keynesianismo militar" ou uma "economia permanente de guerra". Um primeiro passo para perceber a escala monumental do efeito da economia de guerra é considerar que o valor total de fábricas e equipamento nos Estados Unidos aumentou em cerca de dois-terços (de US\$40 para US\$60 bilhões) entre 1939 e 1945, a maior parte dele um "presente" do pagador de impostos, em fundos de investimento forçados, fornecidos às maiores corporações do país.⁶³ O lucro estava virtualmente garantido na produção de guerra através de contratos de "custo acrescido".⁶⁴ Além disso, 67% do gasto federal em P&D foi canalizado através dos 68 maiores laboratórios privados (40% disso aos dez maiores), com as patentes resultantes sendo entregues às companhias que realizavam a pesquisa sob contrato do governo.⁶⁵

A desmobilização da economia de guerra após 1945 chegou muito próximo de jogar o setor industrial, sobreconstruído e dependente do governo, em uma renovada depressão. Por exemplo, em *Harry Truman and the War Scare of 1948*, Frank Kofsky descreveu a indústria aeronáutica espiralando ao vermelho após o fim da guerra e à beira da falência, quando foi resgatada pelo novo ataque de gastos de Truman com bombardeiros pesados para a Guerra Fria.⁶⁶

A Guerra Fria restaurou a forte dependência da economia corporativa sobre o estado enquanto fonte de vendas garantidas. Charles Nathanson argumentou que "*uma conclusão é inescapável: grandes firmas com enormes agregações de capital corporativo devem sua sobrevivência após a Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria...*"⁶⁷. Por exemplo, David Noble apontou que jatos civis jumbo nunca teriam existido sem os contratos do governo para bombardeiros pesados. Os ciclos de produção para o mercado civil sozinhos eram pequenos demais para pagar pelas complexas e dispendiosas ferramentas mecânicas. O 747 é, essencialmente, um subproduto da produção militar.⁶⁸

Os setores da indústria pesada e de alta tecnologia receberam um canal de vendas virtualmente garantido, não apenas através de aquisições das forças armadas dos EUA, mas através de concessões de garantias de empréstimo para vendas militares no exterior sob o Programa de Assistência Militar⁶⁹. Embora apologistas do complexo militar-industrial tenham

⁶³ MILLS, C. Wright. *The Power Elite*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2000 (1956). p. 101.

⁶⁴ EAKINS, David W. Business Planners and America's Postwar Expansion. In: HOROWITZ, David (Ed.). *Corporations and the Cold War*. New York e London: Monthly Review Press, 1969. p. 148.

⁶⁵ DOMHOFF. *Who Rules America?*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1967. p. 121.

⁶⁶ KOFKY, Frank. *Harry Truman and the War Scare of 1948*. New York: St. Martin's Press, 1993.

⁶⁷ NATHANSON, Charles E. The Militarization of the American Economy. In: HOROWITZ, David (Ed.). *Corporations and the Cold War*. New York e London: Monthly Review Press, 1969. p. 214.

⁶⁸ NOBLE. *America by Design*, p. 6-7.

⁶⁹ N. do T.: O Mutual Defense Assistance Act foi um ato do Congresso dos Estados Unidos assinado pelo presidente Harry S. Truman, em 6 de outubro de 1949. Para a política externa americana, foi a primeira legislação de ajuda externa militar dos EUA da era da Guerra Fria, inicialmente para a Europa. O Ato seguiu a assinatura de Truman do Economic Cooperation Act (Plano Marshall), em 3 de abril de 1948, que previa a reconstrução econômica não militar e auxílio ao desenvolvimento da Europa. Conforme a Guerra Fria se desenvolvia, estes atos faziam parte da política americana de contenção do comunismo. Eles forneceram de maneira importante assistência em defesa a qualquer aliado que pudesse ser atacado pela União Soviética ou por um de seus aliados, enquanto outros programas

tentado enfatizar a fração relativamente pequena da produção total representada pelos bens militares, faz mais sentido comparar o volume das aquisições militares à quantidade de capacidade ociosa. Os ciclos de produção militares que equivalem a uma percentagem menor da produção total poderiam absorver uma grande parte do excesso total de capacidade de produção e ter um efeito enorme sobre a redução dos custos unitários. Além disso, a taxa de lucro sobre contratos militares tende a ser um bocado maior, dado o fato de que bens militares não têm qualquer preço "padrão" de mercado e o fato de que os preços são estabelecidos por meios políticos (como escândalos periódicos no Pentágono deveriam nos informar).⁷⁰

Mas a importância do estado como comprador era eclipsada por seu relacionamento com os próprios produtores, como Charles Nathanson apontou. O processo de pesquisa e desenvolvimento foi fortemente militarizado pelo "complexo militar-P&D" da Guerra Fria. A P&D militar frequentemente resulta em tecnologias básicas de uso geral com amplas aplicações civis. Tecnologias originalmente desenvolvidas para o Pentágono frequentemente se tornaram a base para categorias inteiras de bens de consumo.⁷¹ O efeito geral foi "[eliminar] substancialmente a principal área de risco do capitalismo: o desenvolvimento e a experimentação de novos processos de produção e de novos produtos"⁷².

Este é o caso dos eletrônicos, em especial, em que muitos produtos originalmente desenvolvidos pela P&D militar "se tornaram as novas áreas de crescimento comercial da economia"⁷³. Transistores e outras formas de circuitos miniaturizados foram desenvolvidos primariamente com dinheiro de pesquisa do Pentágono. O governo federal era o mercado primário para grandes computadores mainframe nos primeiros dias da indústria; sem contratos governamentais, a indústria poderia nunca ter tido ciclos de produção suficientes para adotar a produção em massa e reduzir os custos unitários o suficiente para entrar no mercado privado. E a própria infraestrutura para a worldwide web foi criada pela DARPA do Pentágono, originalmente como um sistema redundante de comunicação global que pudesse sobreviver a uma guerra nuclear. Qualquer comentário implicado sobre a carreira de Bill Gates é, claro, não intencional.

No geral, Nathanson estimou, a indústria dependia do financiamento militar para cerca de 60% de seus gastos em pesquisa e desenvolvimento; mas esta cifra é consideravelmente subestimada pelo fato de que uma parte significativa do gasto nominalmente civil em P&D é destinado a desenvolver aplicações civis para a tecnologia militar.⁷⁴ Também é subestimado pelo fato de que a P&D militar é frequentemente usada para desenvolver tecnologias de produção (como sistemas automatizados de controle na indústria de ferramentas mecânicas) que se tornam a base de métodos de produção em todo o setor civil.

forneceram assistência econômica não militar. Vide:
https://en.wikipedia.org/wiki/Mutual_Defense_Assistance_Act. Acessado em 11 ago. 2016.

⁷⁰ NATHANSON. The Militarization of the American Economy, p. 208.

⁷¹ Ibid., p. 208.

⁷² Ibid., p. 230.

⁷³ Ibid., p. 230.

⁷⁴ Ibid., pp. 222-5.

Seymour Melman descreveu a "economia permanente de guerra" como uma economia privada planejada centralmente que incluía a maior parte das indústrias de manufatura pesada e de alta tecnologia. Esta "economia controlada pelo estado" era embasada nos princípios de "maximização de custos e subsídios governamentais"⁷⁵.

*Ela pode recorrer à verba federal para capital virtualmente ilimitado. Ela opera em um mercado isolado e monopolista que torna as firmas capitalistas de estado, isolada ou conjuntamente, impermeáveis à inflação, ao fraco desempenho de produtividade, ao fraco projeto de produto e ao fraco gerenciamento da produção. O padrão de subsídio tornou as firmas capitalistas de estado à prova de falhas. Esse é o substituto capitalista de estado para os clássicos mecanismos autocorretivos da firma competitiva, minimizadora de custos e maximizadora de lucros.*⁷⁶

B. A Teoria da Elite do Poder.

O capitalismo de estado do século XX diferia fundamentalmente do capitalismo erroneamente chamado de "laissez-faire" do século XIX em dois sentidos: 1) o crescimento dos laços organizacionais diretos entre corporações e o estado, e a circulação de pessoal administrativo entre eles; e 2) o eclipse da extração de mais-valia do trabalho através do processo de produção (como descrito pelo Marxismo clássico) pela extração de "superlucros" a) do consumidor através do processo de troca e b) do pagador de impostos através do processo fiscal.

Embora textos de microeconomia geralmente descrevam o funcionamento das curvas de oferta e demanda como se a natureza dos atores de mercado estivesse inalterada desde a época de Adam Smith, na verdade, o surgimento da grande corporação como o tipo dominante de ator econômico foi uma revolução tão profunda quanto qualquer outra na história. Ela ocorreu em paralelo ao surgimento do estado "positivo" (isto é, o estado regulatório centralizado onipotente) no século XIX e começo do século XX. E, vitalmente importante lembrar, os dois fenômenos se reforçavam mutuamente. Os subsídios, privilégios e outras intervenções do estado no mercado foram a principal força por trás da centralização da economia e da concentração de poder produtivo. Por sua vez, a necessidade da economia corporativa de estabilidade, de racionalidade e de lucros garantidos pelo estado foi a força central por trás do crescimento contínuo do estado leviatã.

O surgimento do estado centralizado e da corporação centralizada criou um sistema em que os dois estão conectados organizacionalmente e são operados essencialmente pelas mesmas elites recirculantes (um estudo das carreiras de David Rockefeller, Avarell Harriman ou Robert McNamara deveria ser instrutivo sobre o último ponto). Este fenômeno foi mais

⁷⁵ MELMAN, Seymour. *The Permanent War Economy: American Capitalism in Decline*. New York: Simon and Schuster, 1974. p. 11.

⁷⁶ *Ibid*, p. 21.

habilmente descrito pela escola da "elite do poder" de sociologia, particularmente C. Wright Mills e G. William Domhoff.

De acordo com Mills, a classe capitalista não foi suplantada por uma "revolução gerencialista", como James Burnham alegara; mas a estrutura da elite foi ainda mais profundamente afetada pela revolução corporativa. A plutocracia deixou de ser uma "classe" social no sentido descrito por Marx: uma formação social autônoma ou massa amorfa de famílias ricas, perpetuada largamente através de linhas familiares de transmissão e de laços sociais informais, com seus elos organizacionais de propriedade de firmas claramente secundários à sua existência no âmbito "social". A plutocracia não era mais apenas algumas centenas de famílias ricas que ocorriam de investir seu antigo dinheiro em uma firma ou outra. Antes, Mills a descrevia como *"a reorganização gerencial das classes proprietárias dentro do estrato mais ou menos unificado dos ricos corporativos"*⁷⁷. Em vez de uma coleção amorfa de famílias ricas, nas quais as reivindicações legais a um rendimento da propriedade eram a característica definidora, a classe dominante veio a ser definida pela estrutura organizacional através da qual ela ganhava sua riqueza. Era por causa desta nova importância das formas institucionais da estrutura do poder que Mills preferia o termo "elite do poder" a "classe dominante": *"'Classe' é um termo econômico; 'domínio', um político. A frase, 'classe dominante', assim, contém a teoria de que uma classe econômica domina politicamente"*⁷⁸.

Domhoff, que reteve mais da ideia Marxista tradicional de classe do que o fez Mill, descreveu a situações desta maneira:

*A classe superior, como um todo, não faz o domínio. Em vez disso, o domínio de classe é manifestado através das atividades de uma ampla variedade de organizações e instituições. Estas organizações e instituições são financiadas e dirigidas por aqueles membros da classe superior que têm o interesse e a capacidade de se envolverem na proteção e no reforço da posição social privilegiada de sua classe. Líderes dentro da classe superior se juntam a empregados de alto nível nas organizações que controlam para constituir o que será chamado de elite do poder. Esta elite do poder é o grupo de liderança da classe superior como um todo, mas não é a mesma coisa que a classe superior, pois nem todos os membros da classe superior são membros da elite do poder e nem todos os membros da elite do poder são parte da classe superior. São membros da elite do poder que tomam parte nos processos que mantêm a estrutura de classe.*⁷⁹

Ao passo que Mills virtualmente substituiu a ideia tradicional de uma classe dominante por aquela da transcendente elite do poder, Domhoff via a elite do poder como um braço de ação da classe superior; este braço de ação incorporava tanto elementos da própria classe superior, que eram ativos nas empresas e no governo, quanto seus servos gerenciais.⁸⁰

⁷⁷ MILLS. *Power Elite*, p. 147.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 277 (nota).

⁷⁹ DOMHOFF. *Who Rules America Now?* Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1983, 1997. p. 2.

⁸⁰ DOMHOFF. *Who Rules America?*, pp. 9-10.

Numa linguagem bastante similar àquela de Domhoff, Martin Sklar descreveu a "reconstrução corporativa do capitalismo americano", da maneira em que ela afetava a natureza da classe dominante, assim:

Foi característico da transição do capitalismo competitivo para o corporativo nos Estados Unidos que, embora todas as alianças familiares e a riqueza baseada na família continuassem a ser não menos importantes do que antes, as famílias ativamente envolvidas na engenharia da transição mudaram sua base de renda, poder e prestígio da empresa proprietária para a corporação burocrática, usualmente multifuncional e multilocal na operação e para o portfólio diversificado de investimento.⁸¹

Por causa da reorganização da classe dominante, a gerência corporativa sênior foi incorporada, como sócios minoritários, na elite do poder. Em oposição a teorias da "revolução gerencial", a gerência sênior é mantida firmemente subordinada, através de laços sociais informais e do processo de socialização corporativo, às metas dos donos. Mesmo um Welch ou Eisner entende que sua carreira depende de ser um "jogador de equipe" e os objetivos do time são estabelecidos pelos Rockefellers e Du Ponts.⁸² A reorganização corporativa da economia levou a elos organizacionais permanentes entre grandes corporações, agências corporativas, institutos de pesquisa e dinheiro de fundações e resultou na plutocracia funcionando *organizacionalmente* em uma base de classe.⁸³

A teoria da elite do poder de Mills e Domhoff havia sido antecipada, de muitas maneiras, por Bukharin. Ele escreveu, em linguagem que prefigurava Mills, sobre as elites corporativa e estatal que se interseccionavam:

Com o crescimento da importância do poder estatal, sua estrutura interna também muda. O estado se torna mais do que nunca antes um "comitê executivo das classes dominantes". É verdade que o poder estatal sempre refletiu os interesses dos "estratos superiores", mas, na medida em que a própria camada do topo era uma massa mais ou menos amorfa, o aparato estatal organizado se defrontava com uma classe (ou classes) desorganizada(s) cujos interesses ele incorporava. As coisas são totalmente diferentes agora. O aparato estatal não apenas incorpora os interesses das classes dominantes em geral, mas também seu desejo coletivamente expresso. Ele não mais se defronta com membros atomizados das classes dominantes, mas suas organizações. Assim, o governo é de fato transformado em um "comitê", eleito pelos representantes de organizações de empreendedores, e se torna a mais alta força condutora do truste capitalista de estado.⁸⁴

Em uma passagem que poderia ter sido escrita por Mills, Burkharin descreveu a rotação

⁸¹ SKLAR. *Corporate Reconstruction of American Capitalism*, p. 27.

⁸² MILLS. *Power Elite*, pp. 118-146; vide também material sobre a socialização corporativa em DUGGER, William M. *Corporate Hegemony*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1989.

⁸³ MILLS. *Power Elite*, pp. 147-70.

⁸⁴ BUKHARIN. *Imperialism and World Economy*, cap. XI.

de pessoal entre escritórios "privados" e "públicos" do diretório entrelaçado das burocracias estatal e capitalista:

*A burguesia não perde nada em mudar a produção de uma de suas mãos para a outra, uma vez que o poder estatal atual contemporâneo não é nada além de uma companhia de empreendedores de um tremendo poder, encabeçada inclusive pelas mesmas pessoas que ocupam as posições de liderança nos escritórios bancários e sindicais.*⁸⁵

É o pano de fundo comum de classe das elites estatal e corporativa, e a constante circulação delas entre instituições, que sublinham a total ridicularidade de controlar o poder corporativo através de panaceias tais como reformas de "eleições limpas". A promoção de metas corporativas por legisladores de alto nível é o resultado principalmente, não de contribuições indiretas e outras formas de vilania caricaturalmente corrupta, mas do pano de fundo cultural e da visão de mundo dos legisladores. Mills comentou ironicamente sobre as "lamentáveis audiências" a respeito da confirmação de líderes corporativos apontados a cargos governamentais:

*O ponto revelador... não é o cinismo em relação à lei e em relação aos legisladores nos níveis intermediários de poder que eles demonstram, nem sua relutância em dispor de seu estoque pessoal. O ponto interessante é quão possível é para tais homens se despojarem de seu envolvimento com o mundo corporativo, em geral, e com suas próprias corporações, em particular. Não apenas seu dinheiro, mas seus amigos, seus interesses, seu treinamento - suas vidas, em suma - estão profundamente envolvidas neste mundo... O ponto não é tanto os interesses financeiros ou pessoais em uma dada corporação, mas a identificação com o mundo corporativo.*⁸⁶

Embora os Marxistas estruturalistas tenham criado uma dicotomia artificial entre sua posição e aquela dos elitistas institucionais como Mill e Domhoff⁸⁷, eles estão inteiramente corretos em apontar que a liderança política não tem que estar sujeita, de qualquer maneira grosseira, ao controle corporativo. Em vez disso, a própria estrutura da economia corporativa e as situações que ela cria compelem a liderança a promover os interesses corporativos por uma percebida "necessidade objetiva". Dados não apenas o pano de fundo e as suposições da elite política, mas também a dependência da estabilidade política sobre a econômica, as políticas que estabilizam a economia corporativa e garantem canais de venda e lucros estáveis são as únicas alternativas imagináveis. E, independente de quão "progressistas" sejam as metas ostensivas do estado regulatório, o imperativo organizacional fará dos gerentes e diretores da economia corporativa a principal fonte dos dados processados e da especialização técnica de que os legisladores dependem.

⁸⁵ *Ibid.*, cap. XIII.

⁸⁶ Mills, *Power Elite*, 285.

⁸⁷ Para um excelente resumo das diferenças dos estruturalistas para os liberais corporativos e teóricos da elite, vide DOMHOFF. *Power Elite and the State*, op. cit., pp. 1-44. O resto do livro é uma série de estudos de caso, com revisões da literatura de interpretações estruturalistas e autonomistas do estado, da maioria das iniciativas regulatórias do século XX.

O controle do público sobre a estrutura geral do sistema, além disso, está severamente restringido pelo fato de que as pessoas que trabalham dentro do aparato corporativo e estatal inevitavelmente têm uma vantagem em tempo, informação, capacidade de atenção e controle de agenda sobre os teoricamente "soberanos" de fora, em cujo nome elas agem. Os próprios órgãos de reprodução cultural - o sistema escolar estatista, a imprensa corporativa, etc. - moldam o entendimento de "senso comum" do público sobre o que é possível e sobre o que deve ser relegado às trevas exteriores do "extremismo". Enquanto correspondentes internacionais de agências e redes de notícias escreverem suas cópias em quartos de hotel a partir de comunicados do governo, e metade das polegadas de colunas nos jornais forem geradas por departamentos de relações públicas governamentais e corporativos, o entendimento "moderado" estará sempre condicionado pela cultural institucional.

Ao fazer uso do modelo de "Elite do Poder" de Mills e Domhoff, deve-se estar preparado para enfrentar as inevitáveis acusações de "conspiracionista" de certos quadrantes. A teoria da Elite do Poder, apesar de uma semelhança superficial com algumas teorias da conspiração direitistas, tem diferenças-chaves delas. As últimas tomam como força motriz primária da história sectos pessoais unidos em torno de alguma ideologia esotérica ou gratuitamente má.⁸⁸ Ora, a concentração de poder político e econômico sob o controle de elites pequenas e entrelaçadas é, de fato, possível que resulte em laços pessoais informais e, portanto, tenha como efeitos colaterais conspirações esporádicas (a teoria de *Day of Deceit* de Stinnett sobre Pearl Harbor é um dos principais exemplos). Mas tal conspiração não é necessária ao funcionamento do sistema - ela simplesmente ocorre como um fenômeno secundário e, ocasionalmente, acelera ou intensifica processos que acontecem, na maior parte das vezes, automaticamente. Embora o CFR⁸⁹ seja um excelente representante da elite política internacional, e um pouco do networking e da coordenação informais das políticas sem dúvida sejam feitas através dele, ele é essencialmente uma organização secundária, cujos membros são *ex officio* representantes das principais instituições que regulam a vida nacional. O fenômeno primário é a concentração institucional de poder, que coloca tais pessoas em contato umas com as outras, em primeiro lugar, em suas capacidades oficiais.

C. Capital Monopolista e Superlucros

Procedemos agora para a segunda diferença entre o capitalismo monopolista do século XX e as variantes anteriores do capitalismo: o crescimento da extração de mais-valia através da troca. No modelo de "capitalismo monopolista" de Paul Baran e Paul Sweezy, as figuras centrais no grupo da *Monthly Review*, o sistema corporativo pode manter níveis estáveis de

⁸⁸ Vide o capítulo de Domhoff sobre a teoria da conspiração direitista, "Dan Smoot, Phyllis Schlafly, Reverend McBirnie, and Me" in *Higher Circles*, pp. 281-308.

⁸⁹ O Council on Foreign Relations ou CFR é uma entidade sediada em Nova Iorque, EUA, voltada para a política internacional. Segundo seus representantes, trata-se de uma entidade dedicada a aumentar a compreensão norte-americana sobre o mundo e contribuir com ideias para a política internacional dos EUA. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Council_on_Foreign_Relations. Acessado em: 30 ago. 2016.

lucro ao passar seus custos para o consumidor. Os custos trabalhistas aumentados da manufatura pesada sindicalizada são pagos, em última análise, pelos setores não-cartelizados da economia (o mesmo é verdade sobre o imposto de renda corporativo e sobre o resto do fardo da tributação "progressiva", embora os autores não a mencionem neste contexto). O capitalismo não é mais predominantemente, como Marx havia assumido no século XIX, um sistema de concorrência. Como resultado, o grande setor corporativo da economia se torna imune à lei de Marx da tendência de queda da taxa de lucro.⁹⁰

A diferença crucial entre [o capitalismo competitivo e o capitalismo monopolista] é bem conhecida e pode ser resumida na proposição de que, sob o capitalismo competitivo, a empresa individual é uma "tomadora de preços", ao passo que, sob o capitalismo monopolista, a grande corporação é uma "criadora de preços".⁹¹

A colusão direta entre as firmas em um mercado oligopolista, seja aberta ou oculta, não é exigida. A "liderança de preços", embora seja o meio mais comum através do qual as corporações informalmente chegam a um acordo sobre os preços, é apenas um de muitos.

A liderança de preços... é apenas a principal espécie de um gênero muito maior.... Contanto que algum padrão razoavelmente regular seja mantido, tais casos podem ser descritos como formas modificadas de liderança de preços. Mas há muitas outras situações nas quais nenhuma regularidade dessas é discernível: qual firma inicia as mudanças de preço parece ser arbitrário. Isto não significa que o ingrediente essencial da colusão tácita esteja ausente. A firma que inicia pode simplesmente estar anunciando para o resto da indústria, "Pensamos que chegou a hora de aumentar (ou diminuir) o preço, no interesse de todos nós". Se as outras concordarem, elas seguirão. Se não o fizerem, elas se manterão firmes e a firma que havia feito o primeiro movimento rescindir sua mudança inicial de preços. É esta disposição de rescindir se uma mudança inicial não for seguida que distingue a situação de colusão tácita de uma situação de guerra de preços. Contanto que as firmas aceitem esta convenção... se torna relativamente fácil para o grupo como um todo tatear seu caminho até o preço que maximiza o lucro da indústria.... Se estas condições forem satisfeitas, podemos seguramente assumir que o preço estabelecido em qualquer momento é uma aproximação razoável do preço teórico de monopólio."⁹²

Desta maneira, as firmas em um mercado oligopolista podem determinar conjuntamente seu preço de uma forma muito parecida como uma única firma monopolista o faria. A resultante sobretaxa de preço repassada ao consumidor é bastante significativa. De acordo com um estudo da FTC nos anos 1960, "se indústrias altamente concentradas fossem desconcentradas ao ponto em que as quatro maiores firmas controlassem 40% ou menos das vendas de uma

⁹⁰ BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Monopoly Capitalism: An Essay in the American Economic and Social Order*. New York: Monthly Review Press, 1966. pp. 72, 77.

⁹¹ *Ibid.*, pp. 53-4.

⁹² *Ibid.*, pp. 61-2.

indústria, os preços caíam cerca 25% ou mais"⁹³.

Esta forma de colusão tácita não está, de forma alguma, livre de colapsos. Quando uma firma desenvolve uma liderança em algum processo ou tecnologia nova, ou adquire uma fatia de mercado grande o suficiente ou um custo de produção baixo o suficiente, ao ponto de estar imune à retribuição, pode bem ser que ela inicie uma guerra de conquista sobre sua indústria.⁹⁴ Tais suspensões das regras do jogo são identificadas, por exemplo, com mudanças revolucionárias como a blitz do Wal-Mart sobre o mercado de varejo. Mas em meio a tais rupturas, os mercados oligopolistas frequentemente conseguem funcionar por anos sem uma concorrência de preços séria. Como mencionado antes, as provisões sobre "concorrência desleal" do Clayton Act foram projetadas para impedir o tipo de guerra de preço catastrófica que pudesse desestabilizar os mercados oligopolistas.

Os teóricos do "capital monopolista" introduziram uma grande inovação no Marxismo clássico, ao tratar o lucro monopolista como um excedente extraído do consumidor no processo de troca e não do trabalhador no processo de produção. Esta inovação foi antecipada pelo Austro-Marxista Hilferding em sua descrição dos superlucros resultantes das tarifas:

*A tarifa produtiva, assim, dá ao cartel um lucro extra, acima e além daquele que resulta da própria cartelização, e lhe dá o poder de cobrar um imposto indireto sobre a população doméstica. Este lucro extra não se origina mais na mais-valia produzida pelos trabalhadores empregados nos cartéis; tampouco é uma dedução do lucro das outras indústrias não cartelizadas. É um tributo extraído de todo o corpo de consumidores domésticos.*⁹⁵

Baran e Sweezy foram bastante explícitos em reconhecer o papel organizador central do estado no capitalismo monopolista. Eles descreveram a função política do estado regulatório de maneiras bastante similares às de Kolko:

Agora, sob o capitalismo monopolista, é tão verdadeiro quanto o foi no tempo de Marx que o "poder executivo do... estado é simplesmente um comitê para administrar os assuntos comuns de toda a classe burguesa". E os assuntos comuns de toda a classe burguesa incluem uma preocupação com que nenhuma indústria que desempenhe um papel importante na economia e na qual grandes interesses proprietários estejam envolvidos seja nem lucrativa demais, nem lucrativa de menos. Grandes lucros extras são conseguidos não apenas às custas dos consumidores, mas também de outros capitalistas (energia elétrica e serviços telefônicos, por exemplo, são custos básicos de todas as indústrias) e, além disso, eles podem provocar e, em tempos de instabilidade política, de fato provocam demandas por ações antimonopolistas genuinamente efetivas

⁹³ GREEN, Mark J. et al. (Eds.). *The Closed Enterprise System*. Relatório do Grupo de Estudos de Ralph Nader sobre Aplicação do Antitruste. New York: Grossman Publishers, 1972. p. 14.

⁹⁴ BARAN; SWEEZY. *Monopoly Capitalism*, pp. 63, 68-9.

⁹⁵ HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital*. Edição e tradução de Tom Bottomore. London e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1910 (1981). p. 308.

[Eles prosseguem apontando a agricultura e as indústrias extrativistas como exemplos do caso oposto, em que a intervenção estatal especial é necessária para aumentar os baixos lucros de uma indústria centralmente importante]... *Torna-se, portanto, uma responsabilidade do estado, sob o capitalismo monopolista, garantir, tanto quanto possível, que os preços e as margens de lucro nas indústrias desviantes sejam colocados sob a administração geral das grandes corporações.*

Este é o pano de fundo e a explicação dos inúmeros esquemas e mecanismos regulatórios que caracterizam a economia americana hoje... Em cada caso, claro, algum propósito digno supostamente é servido - proteger os consumidores, conservar os recursos naturais, salvar a agricultura familiar - mas apenas os ingênuos creem que estas metas de bela sonoridade têm algo mais a ver com o caso do que as flores que desabrocham na primavera... Tudo isto é plenamente compreensível uma vez que se entende o princípio básico de que, sob o capitalismo monopolista, a função do estado é servir aos interesses do capital monopolista....

Consequentemente, o efeito da intervenção governamental no mecanismo de mercado da economia, qualquer que seja seu propósito ostensivo, é fazer o sistema funcionar mais, não menos, como um que seja constituído exclusivamente de corporações gigantes agindo e interagindo [de acordo com um sistema de preços monopolistas]...⁹⁶

É interessante, a este respeito, comparar o efeito da legislação antitruste nos EUA com aquela da nacionalização nas "democracias sociais" europeias. Na maioria dos casos, as firmas afetadas por ambas as políticas envolvem infraestruturas ou recursos de importância central, dos quais a economia corporativa como um todo depende. A nacionalização no Velho Mundo é usada primariamente no caso da energia, transporte e comunicação. Nos EUA, os casos antitruste mais famosos foram contra a Standard Oil, AT&T e Microsoft: todos casos em que preços excessivos em uma firma poderiam prejudicar os interesses do capital monopolista como um todo. E a recente "desregulamentação", da maneira em que foi aplicada às indústrias de caminhões e aeronáutica, foi igualmente a serviço daqueles interesses corporativos gerais prejudicados pelos preços monopolistas do transporte. Em todos estes casos, o estado agiu de maneira ocasional, como um comitê executivo em nome de toda a economia corporativa, ao frustrar a mendacidade de algumas corporações poderosas.

D. Socialização dos Custos como uma Forma de Cartelização

O traço comum em todas essas linhas de análise é que uma porção sempre crescente de funções da economia capitalista tem sido realizada através do estado. De acordo com James O'Connor, as despesas estatais sob o capitalismo monopolista podem ser divididas em "capital social" e "despesas sociais".

⁹⁶ BARAN; SWEEZY. *Monopoly Capitalism*, pp. 64-6.

Capital social são gastos exigidos para a acumulação privada lucrativa; ele é indiretamente produtivo (em termos Marxistas, o capital social indiretamente expande a mais-valia). Há dois tipos de capital social: o investimento social e o consumo social (em termos Marxistas, capital social constante e capital social variável) ... Investimento social consiste de projetos e serviços que aumentam a produtividade de uma dada quantidade de força de trabalho e, outros fatores sendo iguais, aumentam a taxa de lucro... Consumo social consiste de projetos e serviços que diminuem os custos de reprodução do trabalho e, outros fatores sendo iguais, aumentam a taxa de lucro. Um exemplo disto é a segurança social, que expande os poderes sociais da força de trabalho enquanto simultaneamente diminui os custos do trabalho. A segunda categoria, despesas sociais, consiste de projetos e serviços que são exigidos para se manter a harmonia social - para cumprir a função de "legitimação" do estado... O melhor exemplo é o sistema de bem-estar, que é projetado principalmente para manter a paz social entre trabalhadores desempregados.⁹⁷

De acordo com O'Connor, tais despesas estatais neutralizam a decrescente taxa de lucro direta que Marx previu. O capital monopolista é capaz de externalizar muitos de seus gastos operacionais para o estado; e, uma vez que as despesas do estado indiretamente aumentam a produtividade do trabalho e do capital às custas do pagador de impostos, a taxa aparente de lucro aumenta.

*Inquestionavelmente, o crescimento do setor monopolista depende da expansão contínua do investimento social e dos projetos de consumo social que, em parte ou no todo, aumentam indiretamente a produtividade do ponto de vista do capital monopolista. Em suma, o capital monopolista socializa cada vez mais custos de produção.*⁹⁸

O'Connor listou diversas maneiras nas quais o capital monopolista externaliza seus custos operacionais para o sistema político:

*A produção capitalista se tornou mais interdependente - mais dependente da ciência e da tecnologia, de funções trabalhistas mais especializadas e da divisão do trabalho mais extensa. Consequentemente, o setor monopolista (e, em um grau muito menor, o setor competitivo) exige números cada vez maiores de trabalhadores técnicos e administrativos. Também exige quantidades cada vez maiores de infraestrutura (capital operacional físico) - transporte, comunicação, P&D, educação e outras instalações. Em suma, o setor monopolista exige cada vez mais investimento social em relação ao capital privado.... O capital monopolista não arca com os custos do investimento social (ou capital social constante), mas, antes, estes são socializados e recaem sobre o estado.*⁹⁹

Como já sugerido por nossa referência anterior a O'Connor, essas formas de despesa

⁹⁷ O'CONNOR. *Fiscal Crisis of the State*, pp. 6-7.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 24.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 24.

estatal têm o efeito de promover diversas das "influências neutralizantes" à taxa de lucro decrescente que Marx descreveu no Volume 3 do *Capital*. A segunda de tais influências que Marx listou, por exemplo, era a "depressão de salários abaixo do valor da força de trabalho". Através do bem-estar social, da educação financiada pelo pagador de impostos e de outros meios de subsidiar o custo de reprodução da força de trabalho, o estado reduz o custo sustentável mínimo da força de trabalho que deve ser pago pelos empregadores. Isto é verdadeiro, igualmente, sobre a terceira influência de Marx: o "barateamento dos elementos do capital constante". O estado, ao subsidiar muitos dos custos operacionais de grandes corporações, desloca artificialmente seus balanços ainda mais para o azul. A quarta influência listada, "relativa superpopulação", é promovida pelos subsídios estatais à adoção de formas capital-intensivas de produção e à educação da mão de obra tecnicamente capacitada às custas do governo - com o efeito de aumentar artificialmente a oferta de trabalho em relação à demanda e, assim, reduzir seu poder de barganha no mercado de trabalho.¹⁰⁰

Deveríamos brevemente recordar aqui nosso exame anterior de como tal socialização de despesas serve para cartelizar a indústria. Ao externalizar tais custos para o estado, através do sistema tributário geral, o capital remove essas despesas enquanto questão de concorrência entre firmas individuais. É como se todas as firmas em uma indústria formassem um cartel para administrar estes custos em comum e concordassem em não os incluir na sua concorrência de preços. Os custos e benefícios são aplicados uniformemente a toda a indústria, removendo-os enquanto desvantagem competitiva para algumas firmas.

Embora bata de frente com o mito "progressista", as grandes empresas não são, de maneira alguma, uniformemente opostas ao seguro nacional de saúde e outras formas de seguro social. Atualmente, corporações gigantes no setor do capital monopolista têm a maior probabilidade de fornecer seguros a seus empregados; e tais seguros são um dos componentes que mais rápido crescem dos custos trabalhistas. Consequentemente, as firmas que já estão fornecendo este serviço às suas próprias custas são as beneficiárias lógicas de um sistema nacionalizado. O efeito de tal sistema nacional de saúde seria remover o custo deste benefício enquanto desvantagem competitiva para as companhias que o forneciam. Mesmo se o estado exigisse apenas que grandes corporações no setor monopolista fornecessem seguro de saúde, seria uma melhoria na atual situação, do ponto de vista do capital monopolista: o seguro de saúde deixa de ser um componente da concorrência de preços entre as maiores firmas. Um sistema nacional de saúde fornece uma vantagem competitiva para as firmas de uma nação às custas de seus concorrentes estrangeiros, que têm que financiar seus próprios benefícios de saúde para empregados - daí a hostilidade do capital americano à saúde nacional canadense e suas repetidas tentativas de combatê-lo através da OMC. Os efeitos cartelizantes de se socializar os custos do seguro social, igualmente, foram uma razão pela qual um segmento significativo do capital monopolista apoiou a agenda de Seguro Social de FDR.

Daniel Gross, embora o tratando erroneamente como um afastamento da suposta

¹⁰⁰ MARX; ENGELS. *Capital* vol. 3. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1998. v 37. pp. 234-5.

tradicional hostilidade das grandes empresas em relação ao estado de bem-estar social, fez o mesmo ponto sobre o apoio mais recente das grandes empresas ao seguro social governamental.¹⁰¹ Grandes corporações americanas, ao sustentar o fardo do seguro de saúde e de outros benefícios para o empregado, que estão à cargo do estado na Europa e no Japão, estão em desvantagem competitiva, tanto contra companhias de lá, quanto contra as firmas menores aqui.

O candidato presidencial democrata Dick Gephardt, ou melhor, seu porta-voz, Jim English, admitiu uma motivação corporativa liberal para o seguro de saúde financiado pelo estado em seu discurso do Dia do Trabalho de 2003. A cobertura obrigatória para o empregador proposta por Gephardt, com um crédito tributário de 60% para o custo, eliminaria (disse ele) a concorrência de companhias que atualmente não fornecem seguro de saúde como um benefício para o empregado. Ela também reduziria a concorrência de firmas em países com um sistema de pagador único.¹⁰²

Outra causa "progressista" do dia, a reforma da governança corporativa, serve igualmente aos interesses da elite. É estranho que tanto da indignação populista contra as corporações nos dias de hoje esteja centrada, não nos acionistas bilionários, mas em sua ajuda contratada. É um populismo equivocado que aceita a imagem ilusória da propriedade acionária como um "socialismo de fundo de pensão" ou um "capitalismo do povo". Embora as ações estejam de fato distribuídas mais amplamente, uma grande maioria delas ainda é de propriedade de uma fração razoavelmente pequena da população. Então, toda a agitação para controlar o mal comportamento da alta administração, supostamente em nome do trabalhador médio cujo 401k¹⁰³ está afundando, é um engodo. O principal efeito da legislação de "responsabilidade corporativa" é proteger os ativos de David Rockefeller e sua laia contra a depreciação através de crimes de colarinho branco.

O nível de treinamento técnico necessário para manter o sistema corporativo existente em funcionamento, o nível atual de intensividade de capital da produção e o nível atual de esforços de P&D dos quais ele depende, nenhum deles se pagaria em um livre mercado. O sistema de educação do estado fornece uma força de trabalho técnica às custas públicas e, quando quer que seja possível, super-produz especialistas técnicos no nível necessário para garantir que os trabalhadores técnicos estejam dispostos a aceitar trabalho nos termos do empregador. Sobre este resultado, O'Connor cita Veblen: o estado responde à "*necessidade de uma livre oferta de subordinados treinados, a salários razoáveis...*"¹⁰⁴ do capital. Começando

¹⁰¹ GROSS, Daniel. Socialism, American Style: Why American CEOs covet a massive European-style social-welfare state. *Slate*, 1 ago. 2003. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/business/moneybox/2003/08/socialism_americanstyle.html>. Acessado em: 11 fev. 2016.

¹⁰² C-SPAN, 1 set. 2003.

¹⁰³ N. do T.: 401(k) é o nome de um tipo de plano de aposentadoria patrocinado pelo empregador, adotado nos Estados Unidos e outros países, e recebe este nome em razão da seção do Código Fiscal norte-americano, em que está previsto. Vide: [https://pt.wikipedia.org/wiki/401\(k\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/401(k)). Acessado em: 05 set. 2016.

¹⁰⁴ O'CONNOR. *Fiscal Crisis of the State*, p. 111.

com o Morrill Act¹⁰⁵ de 1862, que subsidiou faculdades de agricultura e mecânica, o governo federal subscreveu uma grande parte dos custos de reprodução do trabalho técnico.¹⁰⁶ Em pesquisa e desenvolvimento, igualmente, o apoio federal remonta, pelo menos, às estações agrícolas e experimentais do final do século XIX, criadas nos termos do Hatch Act¹⁰⁷ de 1887.¹⁰⁸

A cartelização e a socialização do custo de se reproduzir uma força de trabalho tecnicamente sofisticada e seus subsídios para a P&D tornam possível um nível técnico de produção bem maior do que se sustentaria em um livre mercado. A G. I. Bill¹⁰⁹ foi uma parte integral da escala ineditamente alta de capitalismo estatal criada durante e após a Segunda Guerra Mundial.

O conhecimento e as habilidades tecno-administrativas, ao contrário de outras formas de capital sobre as quais os capitalistas privados reivindicam propriedade, não podem ser monopolizadas por um ou alguns interesses industriais-financeiros. As descobertas da ciência e da tecnologia transbordam por sobre os limites de corporações e indústrias particulares, especialmente na época de comunicações em massa, processamento eletrônico de informação e mobilidade internacional do trabalho. O capital na forma de conhecimento reside nas competências e habilidades da própria

¹⁰⁵ N. do T.: Os Morrill Land-Grant Acts são estatutos dos Estados Unidos que permitiram a criação de "land-grant colleges". Uma "land-grant college" é uma instituição de ensino superior nos Estados Unidos designada por um estado para receber os benefícios dos Morrill Acts, que financiavam instituições de ensino através da concessão de terras controladas pelo governo federal aos estados para que eles a vendesse, para levantar fundos para o estabelecimento de faculdades "land-grant" (concessão de terras). A missão destas instituições, como estabelecido no ato de 1862, é focar no ensino de agricultura prática, ciência, ciência militar e engenharia, como uma resposta à revolução industrial e em contraste com a prática histórica da educação superior de focar em um currículo abstrato de artes liberais. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Morrill_Land-Grant_Acts. Acessado em: 05 set. 2016.

¹⁰⁶ NOBLE. *America by Design*, p. 24 et seq.

¹⁰⁷ N. do T.: O Hatch Act de 1887 deu fundos federais, inicialmente de US\$ 15.000 cada, para faculdades "land-grant" estaduais, a fim de criar uma série de estações experimentais agrícolas, bem como passar adiante novas informações, especialmente nas áreas de minerais do solo e crescimento de plantas. O projeto de lei foi nomeado em homenagem ao congressista William Hatch, que presidiu o Comitê da Câmara da Agricultura no momento que o projeto foi apresentado. As estações agrícolas estatais criadas sob este ato estavam geralmente ligadas a essas faculdades e universidades "land-grant" estaduais fundadas sob o Morrill Act de 1862, com poucas exceções. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Hatch_Act_of_1887. Acessado em: 05 set. 2016.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 132.

¹⁰⁹ O Servicemen's Readjustment Act de 1944, conhecido informalmente como a G.I. Bill, foi uma lei que forneceu uma gama de benefícios para os veteranos que retornavam da Segunda Guerra Mundial (comumente referidos como "G.I.'s"). Benefícios incluíam hipotecas de baixo custo, empréstimos com juros baixos para abrir uma empresa, pagamentos em dinheiro de mensalidades e despesas para frequentar a universidade, o ensino médio ou técnico, assim como um ano de compensação por desemprego. Isso estava disponível para todo veteranos que tivesse estado em dever ativo durante os anos de guerra por pelo menos cento e vinte dias e não houvesse sido desonrosamente desligado; combate não era exigido. Por volta de 1956, aproximadamente 2.2 milhões de veteranos haviam usado os benefícios de educação da G.I. Bill a fim de frequentar faculdades ou universidades, e um adicional de 5.6 milhões usaram estes benefícios para algum tipo de programa de treinamento. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/G.I._Bill. Acessado em: 05 set. 2016.

classe trabalhadora. No contexto de um livre mercado de força de trabalho... nenhuma corporação, ou indústria, ou grupo de interesse industrial-financeiro pode se dar ao luxo de treinar sua própria força de trabalho ou canalizar os lucros para a quantidade necessária de P&D. As patentes proporcionam alguma proteção, mas não há qualquer garantia de que os empregados-chave de uma corporação em particular não buscarão posições em outras corporações ou indústrias. O custo de perder força de trabalho treinada é especialmente alto em companhias que empregam trabalhadores técnicos cujas habilidades são específicas de processos industriais particulares - habilidades pagas pela companhia em questão. Assim, o treinamento no trabalho (OJT, on-the-job training) é pouco usado, não porque seja tecnicamente ineficiente..., mas porque não compensa.

Tampouco qualquer corporação ou interesse industrial-financeiro consegue pagar para desenvolver sua própria P&D ou treinar o pessoal administrativo cada vez mais necessário para planejar, coordenar e controlar os processos de produção e distribuição. Em última análise, o estado é exigido para coordenar a P&D por causa dos altos custos e da incerteza de se conseguir resultados utilizáveis.¹¹⁰

Na melhor das hipóteses, do ponto de vista do empregador, o estado cria um "exército de reserva" de trabalho científico e técnico - como William Appleman Williams descreveu, a elite *"cuidou para que os especialistas fossem uma inundação no mercado"*¹¹¹. Na pior, quando há uma escassez de tal trabalho, o estado pelo menos absorve o custo de produzi-lo e o remove enquanto componente dos custos de produção da indústria privada. Nos dois casos, *"quanto maior a socialização dos custos do capital variável, menor será o nível dos salários nominais e... tanto maior a taxa de lucro no setor monopolista"*¹¹². E, uma vez que o setor do capital monopolista é capaz de repassar seus impostos para o consumidor ou para o setor de capital competitivo, o efeito é que *"os custos de se treinar a força de trabalho técnica são satisfeitos pelos impostos pagos pelo setor competitivo do capital e pelo trabalho"*¹¹³.

O currículo das escolas "públicas" pode, de maneira muito mais justa, ser descrito como educação servil do que liberal. Seu objetivo é um produto humano que seja capaz de preencher as necessidades técnicas do capital corporativo e do estado, mas ao mesmo tempo seja dócil e complacente e incapaz de qualquer análise crítica sobre o sistema de poder a que ele serve. O movimento educacional público e a criação dos primeiros sistemas escolares estatais, lembre-se, coincidiram com o surgimento da necessidade do sistema fabril de uma força de trabalho que fosse treinada em obediência, pontualidade e hábitos regulares. A competência técnica e uma "boa atitude" em relação a autoridade, combinadas com doze anos de condicionamento em não se destacar nem fazer onda, eram a meta dos educadores públicos.

¹¹⁰ O'CONNOR. *Fiscal Crisis of the State*, p. 112.

¹¹¹ WILLIAMS, William Appleman. A Profile of the Corporate Elite. In: ROTHBARD; RADOSH (eds.). *New History of Leviathan*, p. 5.

¹¹² O'CONNOR. *Fiscal Crisis of the State*, p. 124.

¹¹³ *Ibid.*, p. 160.

Mesmo as despesas do bem-estar social, embora O'Connor as classificasse como despesas completamente improdutivas, são, na verdade, outro exemplo do estado subscrevendo os custos do capital variável. Alguns socialistas amam especular que, se fosse possível, os capitalistas diminuiriam as taxas vigentes de remuneração de sobrevivência àquela necessária para manter os trabalhadores vivos apenas quando estivessem empregados. Mas, uma vez que isso implicaria em fome durante períodos de desemprego, o salário vigente deve cobrir as contingências do desemprego; de outra maneira, os salários seriam menos do que o custo mínimo de reprodução do trabalho. Sob o estado de bem-estar social, contudo, o próprio estado absorve o custo de prever tais contingências de desemprego, de modo que o prêmio de incerteza é removido enquanto um componente dos salários na "barganha do mercado" de Adam Smith.

E, deixando isto de lado, mesmo enquanto "despesa social" pura, o sistema de bem-estar social age primariamente (nas palavras de O'Connor) para "*controlar politicamente a população excedente*"¹¹⁴. Os subsídios do estado à acumulação de capital constante e à reprodução do trabalho tecno-científico fornecem um incentivo para formas muito mais capital-intensivas de produção do que teriam surgido em um livre mercado e, assim, contribuem para o crescimento de uma subclasse permanente de trabalho excedente;¹¹⁵ o estado intervém e assume o custo mínimo necessário para impedir a falta de moradia e a fome em grande escala, que desestabilizariam o sistema, e para manter a supervisão rigorosa da subclasse através da burocracia de serviços humanos.¹¹⁶

O efeito geral da intervenção do estado na economia, então, é remover esferas cada vez maiores de atividade econômica do âmbito da concorrência em preço ou qualidade e organizá-las coletivamente através do capital organizado como um todo.

Fizemos, neste capítulo, um estudo parcial do problema da superacumulação e da intensificação do capitalismo de estado em resposta a essa crise. No capítulo seguinte, examinaremos uma outra resposta à mesma crise, a política de imperialismo externo para se descartar a produção excedente no exterior. E no Capítulo Oito, veremos que estas políticas capitalistas de estado não apenas intensificam o problema de superacumulação, mas, ao mesmo tempo, criam tendências contrárias de crise em direção à subacumulação; de modo que o capitalismo de estado está constantemente equilibrado sobre o fio de uma navalha entre crises de super e subacumulação.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 69.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 161.

¹¹⁶ PIVEN; CLOWARD. *Regulating the Poor*.

Capítulo Sete -- Capitalismo Monopolista e Imperialismo

Introdução: A Reação da Elite à Crise (Com Digressão sobre a Má-distribuição de Renda)

William Appleman Williams resumiu a lição da década de 1890 desta maneira: "*Por causa de sua natureza dramática e extensa, a Crise dos anos 1890 suscitou, em muitos setores da sociedade americana, o espectro do caos e da revolução*"¹. As elites econômicas americanas a viram como o resultado da superprodução e do capital excedente e criam que ela só poderia ser resolvida através do acesso a uma "nova fronteira". Sem acesso garantido a mercados externos, a produção estaria por demais abaixo da capacidade, os custos unitários se elevariam e o desemprego poderia atingir níveis perigosos.

A seriedade da última ameaça foi sublinhada pelo radicalismo dos anos 1890. A Greve da Pullman², da Homestead³ e a formação da Western Federation of Miners⁴ (precursora da IWW⁵) foram sinais dos níveis perigosos de agitação trabalhista e consciência de classe. O

¹ WILLIAMS, William Appleman. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: Dell Publishing Company, 1959, 1962. pp. 21-2.

² Nota do Tradutor: A greve da Pullman foi uma greve ferroviária nacional nos Estados Unidos em 11 de maio de 1894. Ela colocou a American Railway Union (ARU) contra a Pullman Company, as principais ferrovias e o governo federal dos Estados Unidos, sob o presidente Grover Cleveland. A greve e boicote pararam a maior parte do tráfego de carga e de passageiros da nação a oeste de Detroit, Michigan. O conflito começou em Pullman, Chicago, em 11 de maio, quando quase 4000 funcionários da fábrica da Pullman Company começaram uma greve ilegal em resposta às recentes reduções nos salários. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Pullman_Strike. Acessado em: 22 set. 2016.

³ N. do T.: A Greve da Homestead foi uma paralisação industrial e greve que teve início em 30 de junho de 1892, culminando em uma batalha entre os grevistas e agentes de segurança privados da empresa Pinkerton, em 6 de julho de 1892. Esta foi uma das mais sérias disputas trabalhistas da história dos Estados Unidos. A disputa ocorreu na região de Pittsburgh, na cidade de Homestead, Pennsylvania, entre a Associação dos Trabalhadores do Ferro, Aço e Amalgamados (a AA) e a Companhia de Aço Carnegie. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Homestead_Strike. Acessado em: 22 set. 2016.

⁴ N. do T.: A Western Federation of Miners (WFM) era um sindicato radical que ganhou uma reputação pela militância nas minas do oeste dos Estados Unidos e da British Columbia. Seus esforços para organizar tanto mineiros quanto trabalhadores de fundição a trouxe a conflitos graves - e muitas vezes batalhas campais - tanto com empregadores quanto com autoridades governamentais. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Western_Federation_of_Miners. Acessado em: 22 set. 2016.

⁵ N. do T.: Industrial Workers of the World —Trabalhadores Industriais do Mundo— (IWW ou os Wobblies) é um sindicato adepto da teoria sindicalista revolucionária (democracia laboral e autogestão trabalhadora), que tem sua origem nos Estados Unidos ainda que também esteja presente em outros países como Canadá, Austrália, Irlanda e no Reino Unido, e historicamente esteve também presente no Chile, no México e no Japão. Seus anos de maior notoriedade e influência vão de 1905 até 1920, quando a organização foi duramente reprimida pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, notadamente durante os chamados Palmer Raids (entre novembro de 1919 e janeiro de 1920). IWW ressurgiu décadas depois, nos anos de 1960, e, no século XXI, tem experimentado um importante crescimento. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Industrial_Workers_of_the_World. Acessado em: 22 set. 2016.

Exército de Coxey⁶ marchou em Washington, um pequeno aperitivo dos tipos de radicalismo que poderiam ser produzidos pelo desemprego. O movimento anarquista tinha um componente estrangeiro crescente, mais radical do que a antiga facção nativa, e o Partido do Povo⁷ parecia ter uma chance séria de ganhar as eleições nacionais. Em certo ponto, Jay Gould, o porta-voz dos barões gatunos, estava ameaçando uma greve de capital (muito parecida com aquelas da Venezuela recentemente), se os populistas chegassem ao poder. Em 1894, o empresário F. L. Stetson avisava, "*Estamos no limiar de uma noite muito escura, a menos que um retorno da prosperidade comercial alivie o descontentamento popular*"⁸.

Deveríamos notar, de passagem, que, de uma perspectiva mutualista, as raízes da superacumulação vão muito mais fundo do que a descrição de Stromberg da cartelização sob o capitalismo monopolista. A origem da superprodução e da superacumulação está nos privilégios legais do capitalismo "laissez-faire", descrito sob os títulos dos "Quatro Grandes Monopólios" de Tucker no penúltimo capítulo.

J. A. Hobson, em seu brilhante capítulo sobre "A Raiz Econômica Primária do Imperialismo"⁹, atribuiu o problema à má distribuição do poder de compra. Rendas cada vez maiores tinham sido concentradas nas mãos da plutocracia, que era incapaz de dispor delas em qualquer quantidade concebível de luxo; o resultado foi que "*um processo de poupança automática se estabeleceu...*". Isto teve o efeito de exacerbar o problema do acúmulo excessivo de capital, expandindo as instalações de produção ainda mais para produzir ainda mais saída para a qual não havia qualquer demanda. "*O poder de produção ultrapassou em muito a taxa real de consumo...*"¹⁰. O excesso de acumulação e o déficit na demanda, interrompendo o circuito do capital e criando o que Marx chamou de uma crise de realização, levaram a um ciclo econômico em agravamento.

Em resposta a sua pergunta retórica sobre *por que* a superpoupança e o subconsumo ocorriam e o consumo não conseguia manter o ritmo da capacidade produtiva, Hobson apontou para o sistema social.

Mas pode-se perguntar, "Por que haveria qualquer tendência à superpoupança?"

⁶ N. do T.: O Exército de Coxey foi uma marcha de protesto de trabalhadores desempregados dos Estados Unidos, liderada pelo empresário de Ohio Jacob Coxey. Eles marcharam sobre Washington D.C. em 1894, o segundo ano de uma depressão econômica de quatro anos que era a pior na história dos Estados Unidos até aquele momento. Oficialmente denominada *Army of Commonwealth in Christ*, seu apelido veio de seu líder e foi mais duradouro. Foi a primeira marcha de protesto popular significativa em Washington. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Coxey%27s_Army. Acessado em: 22 set. 2016.

⁷ N. do T.: People's Party, também conhecido como Populist Party ou Populistas, foi um partido político agrário-populista nos Estados Unidos. Durante alguns anos, entre 1891 e 1896, ele desempenhou um grande papel como uma força de esquerda na política americana. Ele se fundiu no Partido Democrata em 1896; um pequeno remanescente independente sobreviveu até 1908. Era altamente crítico do capitalismo, especialmente dos bancos e das ferrovias e se aliou ao movimento trabalhista. Vide: [https://en.wikipedia.org/wiki/People%27s_Party_\(United_States\)](https://en.wikipedia.org/wiki/People%27s_Party_(United_States)). Acessado em: 22 set 2016.

⁸ *Ibid.*, p. 26.

⁹ N. do T.: "The Economic Taproot of Imperialism", no original.

¹⁰ HOBSON, J. A. *Imperialism: A Study*. London: Archibald Constable & Co., 1905. p. 66.

Por que os donos do poder de consumo reteriam uma quantidade maior para a poupança do que pode ser empregado de maneira aproveitável?" Uma outra maneira de colocar a mesma questão é esta, "Por que a pressão dos desejos presentes não manteria o ritmo de toda possibilidade de satisfazê-los?" A resposta a estas questões pertinentes nos leva à questão maior da distribuição de riqueza. Se uma tendência a distribuir renda ou poder de consumo de acordo com necessidades está em operação, é evidente que o consumo aumentaria com todo aumento do poder produtivo, pois as necessidades humanas são ilimitadas e não haveria qualquer excesso de poupança. Mas é bem diferente em um estado de sociedade econômica em que a distribuição não tem qualquer relação fixa com as necessidades, mas é determinada por outras condições que atribuem a algumas pessoas um poder de consumo vastamente excessivo para suas necessidades ou possíveis usos, ao passo que outros estão destituídos de poder de consumo o suficiente para satisfazer mesmo as demandas completas da eficiência física.¹¹

A superpoupança resulta quase inteiramente da renda excedente dos ricos.¹²

A pergunta permanece, qual é a razão para essa má distribuição de renda? Hobson se aproximou de, sem nunca atingir, uma explicação adequada.

Descobre-se, por análise, que a superpoupança, que é a raiz econômica do imperialismo, consiste de aluguéis, lucros monopolistas e outros elementos imerecidos ou excessivos dos proventos, que, não sendo ganhos através do trabalho da cabeça ou das mãos, não têm qualquer raison d'être. Não tendo qualquer relação natural com o esforço de produção, não impelem seus clientes a qualquer satisfação ou consumo correspondes: formam uma riqueza excedente, que, não tendo qualquer lugar apropriado na economia normal de produção e consumo, tende a se acumular como poupança excessiva.¹³

Hobson propôs, em resposta a esta deficiência, a que seria mais tarde chamada de solução Keynesiana:

Que qualquer reviravolta na maré das forças político-econômicas desvie destes proprietários seu excesso de rendimentos e o faça fluir, seja para os trabalhadores em salários mais altos ou para a comunidade em impostos, de forma que ele será gasto em vez de poupado... não haverá qualquer necessidade de lutar por mercados externos ou áreas externas de investimento....

Onde a distribuição de renda é tal que permite que todas as classes da nação convertam seus desejos sentidos em uma demanda efetiva de mercadorias, não pode haver nenhuma superprodução, nenhum subemprego de capital e trabalho e nenhuma

¹¹ *Ibid.*, p. 73.

¹² *Ibid.*, pp. 74-5.

¹³ *Ibid.*, pp. 75-6.

*necessidade de lutar por mercados externos.*¹⁴

A referência de Hobson ao divórcio entre o consumo e o esforço de produção poderia ter sido escrita por Tucker. A recompensa natural do trabalho, quando o estado não privilegia em especial a propriedade de terra e do capital, é seu produto. Quando o trabalho recebe seu produto completo em pagamento pelo trabalho feito, a desutilidade do trabalho está diretamente relacionada a seu produto através do preço de mercado. O trabalhador é capaz de decidir quanto trabalhar, baseado em quanto ele quer consumir - e parar de trabalhar quando suas necessidades forem satisfeitas. Qualquer poupança é feita refletir na própria decisão do trabalhador de trabalhar menos no futuro, seja vivendo da poupança atual ou investindo-a em produção mais eficiente. Nada supérfluo jamais é criado. Mas sob o sistema capitalista de privilégio, o divórcio entre o esforço e o consumo resulta na mesma irracionalidade que qualquer outra violação do princípio do custo que governa os livres mercados. Uma vez que a desutilidade e o benefício do trabalho não são ambos completamente internalizados pelo trabalhador, ele é incapaz de governar a produção em relação ao consumo. O trabalhador produz um excedente porque a relação de mercado entre esforço e consumo está distorcida e ele não recebe o sinal de mercado para parar o trabalho quando tiver satisfeito suas próprias necessidades. Uma vez que o trabalho paga tributo para acessar os meios de produção, a produção total necessária para receber um dado nível de consumo é sempre maior do que a quantidade consumida; enquanto a classe rentista recolhe um rendimento excedente pelo qual não trabalharam. As classes produtivas, portanto, criam um excedente, não para seu consumo próprio, mas para ser empilhada por uma classe privilegiada que não consegue dispor de todo ele.

No final, Hobson falhou em isolar as "raízes primárias" deste fenômeno. Suas análises repetidamente roçaram a verdadeira natureza do problema, sem jamais atingi-lo diretamente. O problema não é a falha em distribuir a renda de acordo com a "necessidade", mas de acordo com o trabalho: o trabalho não recebe seu produto completo como uma recompensa. E a solução não é a redistribuição Keynesiana de renda, por parte do estado, dos ricos para os pobres, mas um fim para a redistribuição estatista existente de renda dos pobres para os ricos. Thomas Hodgskin penetrou mais próximo da real raiz do problema algumas gerações mais cedo:

Os desejos dos indivíduos, que o trabalho tem a intenção de gratificar, são os guias naturais para suas exerceções. No instante em que eles são compelidos a trabalhar para outrem, este guia os abandona e suas exerceções são ditadas pela ganância e pela avareza e pelas falsas esperanças de seus mestres. Os desejos que brotam de nossa organização e acompanham o poder de trabalhar, sendo criados pela mesma mão que cria e molda todo o universo, ...é razoável supor que elas guiariam em todos os momentos as exerceções do trabalhador, de modo a garantir uma oferta de necessidades e conveniência, e nada mais.... Através deste sistema [de avareza e ganância dos mestres] a mão é separada da boca e o trabalho é colocado em movimento para

¹⁴ *Ibid.*, pp. 76-7.

*gratificar a vaidade e a ambição, não os desejos naturais da existência animal. Quando olhamos para a história comercial de nosso país e vemos as falsas esperanças de nossos mercadores e fabricantes levando a convulsões comerciais periódicas, somos compelidos a concluir que elas não tinham a mesma fonte que o regular e harmonioso mundo exterior. Os capitalistas não têm nenhum guia para suas exerceções porque a natureza rejeita e se opõe a sua dominação sobre o trabalho. Princípios de prosperidade nacional, seguidos de bancarrota e ruína, têm a mesma fonte, então, que a fraude e a falsificação. Com o nosso direito legal [em contraste com o natural] de propriedade estamos em débito por estes clarões de falsa riqueza e pânico real, que tão frequentemente abalam, até seu âmago, todo o mundo comercial.*¹⁵

A concentração da economia na forma corporativa, em anos subsequentes, apenas intensificou estas tendências inerentes em direção à crise.

Não obstante, a despeito de seu entendimento deficiente das razões para a crise, tanto empresas quanto o governo ressoaram com alegações de que a capacidade produtiva dos EUA tinha ultrapassado a capacidade de consumo do mercado doméstico e que o governo tinha que tomar medidas ativas para obter saídas. Procedemos a um breve levantamento das observações típicas de líderes empresariais e governamentais nos anos seguintes à depressão da década de 1890. Ao ler as citações ao longo das próximas páginas, vale a pena ter em mente que elas não são os delírios de ideólogos Marxistas; elas são sim as reflexões mensuradas de empresários sãos e conservadores. A teoria do imperialismo foi a criação, não de Lenin, mas de líderes corporativos.

Em 1897, o presidente da NAM, Theodore C. Search, disse, "*Muitos de nossos fabricantes superaram ou estão superando seus mercados domésticos e a expansão de nosso comércio internacional é nossa única promessa de alívio*"¹⁶. No mesmo ano, Albert J. Beveridge proclamou: "*As fábricas americanas estão produzindo mais do que as pessoas americanas conseguem usar; o solo americano está produzindo mais do que elas conseguem consumir. O destino escreveu nossa política por nós; o comércio do mundo deve e será nosso*"¹⁷. Como o Escritório de Comércio Exterior do Departamento de Estado colocou em 1898,

*Parece estar concedido que todo ano seremos confrontados com um excedente crescente de bens manufaturados para a venda em mercados exteriores, se for para os operários e artesãos americanos se manterem empregados o ano todo. A ampliação do consumo externo de produtos de nossos moinhos e oficinas se tornou, portanto, um problema sério de estadismo assim como de comércio.*¹⁸

Em 1900, o antigo Secretário de Estado, John W. Foster, escreveu, "*veio a ser uma*

¹⁵ HODGSKIN, Thomas. *The Natural and Artificial Right of Property Contrasted*. London: B. Steil, 1832. pp. 155-6.

¹⁶ WILLIAMS. *Tragedy of American Diplomacy*, p. 27.

¹⁷ *Ibid.*, p. 17.

¹⁸ *Ibid.*, p. 17.

necessidade encontrar mercados novos e ampliados para nossos produtos agrícolas e manufaturados. Não podemos manter nossa presente prosperidade industrial sem eles"¹⁹.

O governador de Ohio, McKinley, surgiu como um porta-voz para este consenso americano, propondo uma combinação de tarifas protecionistas e tratados de reciprocidade para abrir mercados externos para a produção excedente americana com ajuda do estado.²⁰ Como palestrante em uma reunião de organização da Associação Nacional dos Fabricantes em 1895, ele disse:

*Queremos nossos mercados para nossos produtos manufaturados e agrícolas... [N]ós queremos um mercado externo para nossos produtos excedentes.... Queremos uma reciprocidade que nos dará mercados externos para nossos produtos excedentes e, por sua vez, que abrirá nossos mercados a estrangeiros para aqueles produtos que eles produzem e nós não.*²¹

O imperialismo de McKinley e Roosevelt e a resultante Guerra Hispano-Americana foram consequências naturais desta orientação. Não foram, contudo, a única ou óbvia forma de política estatal para se assegurar mercados externos. Muito mais típica da política dos EUA nos anos seguintes foi a orientação esboçada nas *Open Door Notes* de John Hay (a primeira foi escrita em 1899), que Williams chamou de "Império de Portas Abertas".

A. Imperialismo de Portas Abertas ao Longo da Década de 1930.

O imperialismo de Portas Abertas consistia em usar o poder político dos EUA para garantir acesso a mercados e recursos externos em termos favoráveis aos interesses corporativos americanos, sem depender do mando político direto. Sua meta central foi obter para as mercadorias dos EUA, em cada mercado nacional, um tratamento igual àquele concedido a qualquer outra nação industrial. Mais importantemente, isto implicou num engajamento ativo por parte do governo dos EUA em demolir as esferas existentes de influência ou preferência econômica das potências imperiais. O resultado, na maioria dos casos, foi tratar como hostis aos interesses de segurança dos EUA qualquer tentativa em larga-escala de autarquia ou qualquer outra política cujo efeito fosse retirar uma grande área da disposição das corporações dos EUA. Quando a potência tentando tais políticas era um igual, como o Império Britânico, a reação dos EUA era meramente uma de frieza calculada. Quando era percebida como um inferior, como o Japão, os EUA recorria a medidas mais forçadas, como os eventos no final da década de 1930 indicam. E qualquer que fosse o grau de igualdade entre nações avançadas em seu acesso aos mercados do Terceiro Mundo, estava

¹⁹ WILLIAMS. *The Contours of American History*. Cleveland e New York: The World Publishing Company, 1961. p. 368.

²⁰ STROMBERG. The Role of State Monopoly Capitalism in the American Empire. *Journal of Libertarian Studies*, vol. 15, n. 3, pp. 61-3, verão 2001. Disponível em: <<https://mises.org/library/role-state-monopoly-capitalism-american-empire>>. Acessado em: 27 abr. 2016.

²¹ WILLIAMS. *Contours of American History*, pp. 363-4.

claro que as nações do Terceiro Mundo ainda deveriam ser subordinadas ao Ocidente industrializado em um sentido coletivo. De fato, se poderia pensar que Kautsky tinha as Portas Abertas em mente ao formular sua teoria do "ultraimperialismo", na qual as nações capitalistas desenvolvidas cooperavam para explorar o Terceiro Mundo coletivamente.²²

Este sistema de Portas Abertas foi o ancestral direto do sistema neoliberal de hoje, que é falsamente chamado de "livre comércio" na apologética dos intelectuais da corte. Ele dependia da administração ativa da economia mundial pelos estados dominantes e da intervenção continuada para se policiar a ordem econômica internacional e aplicar sanções contra estados que não cooperassem. Woodrow Wilson, em uma palestra na Columbia University em 1907, disse:

*Uma vez que o comércio ignora as fronteiras nacionais, e o fabricante insiste em ter o mundo como um mercado, a bandeira de sua nação deve segui-lo, e as portas das nações que estão fechadas devem ser postas abaixo.... Concessões obtidas por financiadores devem ser salvaguardadas por ministros de estado, mesmo se a soberania das nações relutantes for ultrajada no processo. Colônias devem ser obtidas ou plantadas, a fim de que nenhum canto útil do mundo possa ser negligenciado ou deixado sem uso. A própria paz se torna uma questão de conferência e de combinações internacionais.*²³

Wilson avisou durante a eleição de 1912 que "Nossas indústrias se expandiram a tal ponto que elas se explodirão se não conseguirem encontrar uma saída livre [isto é, garantida pelo estado] para os mercados do mundo"²⁴.

Em um discurso de 1914 para a National Foreign Trade Convention, o Secretário de Comércio Redfield seguiu praticamente o mesmo tema:

*...aprendemos a lição agora, que nossas fábricas são tão grandes que sua produção em capacidade máxima é maior do que o mercado da América consegue absorver continuamente. Sabemos agora que se operarmos em capacidade máxima o tempo todo, devemos fazê-lo em razão dos pedidos que recebemos de terras além-mar. Fazer menos que isso significa lares na América em que os maridos estão sem trabalho; fazer isso significa que as fábricas que estão fechadas meio período.*²⁵

²² SKLAR, Martin J. *The Corporate Reconstruction of American Capitalism, 1890-1916: The Market, the Law, and Politics*. Cambridge, New York e Melbourne: Cambridge University Press, 1988. P. 82; KAUTSKY, Karl. Imperialism and the War. Traduzido por William E. Bohn. *International Socialist Review*, nov. 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

²³ WILLIAMS. *Tragedy of American Diplomacy*, p. 66.

²⁴ SKLAR. Woodrow Wilson and the Political Economy of Modern United States Liberalism. In: ROTHBARD, Murray; RADOSH, Ronald (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972. p. 27.

²⁵ Ibid., p. 40.

Sob o sistema de Portas Abertas, o estado e seus empréstimos desempenharam um papel central na exportação de capital. O propósito primário de empréstimos internacionais, historicamente, foi de financiar a infraestrutura que é um pré-requisito para o estabelecimento de empresas em países estrangeiros. Como Edward E. Pratt, chefe do Bureau of Foreign and Domestic Commerce, disse em 1914:

*...não poderemos nunca esperar realizar os grandes prêmios do comércio internacional até que estejamos preparados para emprestar capital para nações estrangeiras e para empresas estrangeiras. Os grandes prêmios... são os desenvolvimentos público e privado de grandes proporções, ...a construção de ferrovias, a construção de instalações de serviços públicos, a melhoria de portos e docas, ...e muitas outras que demandam capital em grandes quantidades.... Normalmente se diz que o comércio segue a bandeira. É muito mais verdadeiro dizer que o comércio segue o investimento ou o empréstimo.*²⁶

Estava, contudo, para além dos recursos de firmas ou capitalistas de risco individuais ou do sistema bancário descentralizado levantar as somas necessárias para estas tarefas. Um dos propósitos de se criar um sistema de banco central (o Federal Reserve Act de 1914) foi tornar possível a mobilização em larga escala do capital de investimento para empreendimentos além-mar. Sob o New Deal, a mobilização começou a tomar a forma de empréstimos diretos do estado.²⁷ As políticas financeiras do estado, além de promoverem a acumulação de capital para investimento estrangeiro, também garantem o consumo estrangeiro dos produtos dos EUA. Como John Foster Dulles disse em 1928, "*Devemos financiar nossas exportações emprestando para estrangeiros os recursos para pagar por elas...*"²⁸. Estas duas funções foram aperfeiçoadas no sistema de Bretton Woods após a Segunda Guerra Mundial.

B. O Sistema de Breton Woods: O Ápice do Império de Portas Abertas

A administração do segundo Roosevelt via a garantia de acesso americano a mercados estrangeiros como vital para acabar com a Depressão e com a ameaça de revolta interna que vinha junto com ela. O Secretário de Estado Assistente Francis Sayre, presidente do Comitê Executivo sobre Políticas Comerciais de Roosevelt avisou: "*A menos que possamos exportar e vender lá fora nossa produção excedente, devemos enfrentar um deslocamento violento de toda nossa economia doméstica*"²⁹. A política contínua de FDR de um Império de Portas Abertas, confrontada com a retirada de grandes áreas do mercado mundial pelas políticas autárquicas da Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental e pela Fortaleza Europa, levou à entrada americana na Segunda Guerra Mundial e culminou no estabelecimento pós-guerra do que Samuel Huntington chamou de um "sistema de ordem mundial", garantido tanto pelas instituições globais de governança econômica, como o FMI, quanto por uma

²⁶ Ibid., p. 62 (nota).

²⁷ WILLIAMS. *Tragedy of American Diplomacy*, p. 179.

²⁸ Ibid., p. 123.

²⁹ Ibid., 170.

superpotência política e militar hegemônica.

Em 1935, um memorando do Departamento de Guerra descreveu a emergente ameaça japonesa em termos primariamente econômicos. A hegemonia japonesa sobre a Ásia, avisava, teria *"uma influência direta sobre aquelas pessoas da Europa e da América que dependem do intercâmbio e do comércio com esta área para seu sustento"*. A Alemanha, similarmente, foi definida como uma "agressora" por causa de suas políticas comerciais na América Latina.³⁰

Após a queda da Europa ocidental, na primavera de 1940, o Secretário de Estado Assistente Breckinridge Long alertou que *"toda encomenda comercial será encaminhada para Berlim e executadas sob suas ordens em algum lugar na Europa, e não nos Estados Unidos"*, resultando em *"preços decrescentes e lucros declinantes aqui e uma diminuição de nosso padrão de vida, com os consequentes distúrbios sociais e políticos"*³¹.

A partir do Verão de 1940, o CFR e o Departamento de Estado realizaram um estudo conjunto para determinar a parcela mínima do mundo que os EUA teriam que integrar com a sua própria economia a fim de providenciar recursos e mercados suficientes para a estabilidade econômica; ele também explorava as opções de políticas para se reconstruir o mundo pós-guerra.³² O grupo do estudo descobriu que o sistema continental da Alemanha era bem mais autossuficiente em recursos e mais capaz de autarquia do que os Estados Unidos eram. A economia dos EUA não poderia sobreviver, em sua forma existente, sem acesso aos recursos e mercados, não apenas do Hemisfério Ocidental, mas do Império Britânico e do Extremo Oriente (juntos chamados de Grande Área). Mas a última região foi rapidamente sendo incorporada à esfera econômica de influência do Japão. FDR tomou a decisão política de contestar o poder japonês no Extremo Oriente e, se necessário, iniciar uma guerra. No final, no entanto, ele manobrou com sucesso o Japão a atirar primeiro.³³ A política americana que emergiu dessas lutas foi de assegurar controle sobre os mercados e recursos da "Grande Área" global através de instituições de governança econômica global, refletidas no sistema Bretton Woods do pós-guerra.

O problema de acesso a mercados e recursos estrangeiros era central para o planejamento de políticas dos EUA para um mundo pós-guerra. Dados os imperativos estruturais do "capitalismo monopolista dependente de exportações", o medo de uma depressão pós-guerra era real. O ímpeto original em direção à expansão no final do século XIX refletia o fato de que a indústria, com encorajamento do estado capitalista, tinha se expandido

³⁰ SMITH, Robert Freeman. American Foreign Relations, 1920-1942. In: BLEDSSTEIN, Barton J. (Ed.). *Towards a New Past: Dissenting Essays in American History*. New York: Vintage Books, 1967, 1968. p. 247.

³¹ Ibid.

³² O resto deste parágrafo, salvo indicação em contrário, é embasado em SHOUP, Laurence H.; MINTER, William. *Shaping a New World Order: The Council on Foreign Relations' Blueprint for World Hegemony, 1939-1945*. In: SKLAR, Holly (Ed.). *Trilateralism: The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*. Boston: South End Press, 1980. pp. 135-56.

³³ STINNETT, Robert. *Day of Deceit: The Truth About FDR and Pearl Harbor* (New York: Free Press, 1999).

para bem além da capacidade dos mercados domésticos de consumirem sua produção. Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a economia estatista capitalista tinha sérios problemas em operar ao nível de produção necessário para a utilização completa da capacidade e do controle de custo. A política militar-industrial durante a guerra exacerbou grandemente o problema de superacumulação, aumentando o valor das plantas e dos equipamentos em dois terços, às custas do pagador de impostos. O fim da guerra, se seguido pelo padrão tradicional de desmobilização, resultaria em uma redução drástica nos pedidos para esta indústria superconstruída, ao mesmo tempo em que mais de dez milhões de trabalhadores eram despejados de volta na força de trabalho civil. E quatro anos de restrições forçadas sobre o consumo haviam criado um vasto acúmulo de poupança sem qualquer saída na já superconstruída economia doméstica.

Em novembro de 1944, Dean Acheson falou para a comissão do Congresso sobre Política e Planejamento Econômico no Pós-Guerra. Ele enfatizou as consequências, se a guerra fosse seguida por um deslize de volta para a depressão: *"parece claro que estamos diante de um tempo muito ruim, na medida do que concerne à situação econômica e social do país. Não podemos passar por outros dez anos como os dez anos ao final dos anos vinte e começo dos anos trinta, sem ter as consequências de mais amplo alcance sobre nosso sistema econômico e social"*. O problema, ele disse, eram os mercados, não a produção. *"Você não tem um problema de produção... A coisa importante são os mercados. Temos que ver que o que o país produz é usado e é vendido sob arranjos financeiros que tornam sua produção possível"*. Salvo a introdução de uma economia de comando, com controles sobre a renda e a distribuição para garantir o consumo doméstico de tudo que era produzido, disse Acheson, a única maneira de atingir a produção máxima e o pleno emprego era através do acesso a mercados estrangeiros.³⁴

Uma faceta central da política econômica do pós-guerra, como refletida nas agências do Bretton Woods, era a intervenção estatal para se garantir mercados para a produção total da indústria dos EUA e canais lucrativos para o capital excedente. O Banco Mundial foi projetado para subsidiar a exportação de capital para o Terceiro Mundo, financiando a infraestrutura sem a qual as instalações produtivas de propriedade Ocidental não poderiam ser estabelecidas ali. De acordo com a estimativa de Gabriel Kolko de 1988, quase dois terços dos empréstimos do Banco Mundial desde sua concepção haviam ido para infraestrutura de transporte e energia.³⁵ Um elogioso relatório do Departamento do Tesouro se referiu a tais projetos de infraestrutura (compreendendo em torno de 48% dos empréstimos no Ano Fiscal de 1980) como "externalidades" para as empresas e falava ardorosamente sobre os benefícios de tais projetos em promover a expansão dos negócios para grandes áreas de mercado e a consolidação e comercialização da agricultura.³⁶

³⁴ WILLIAMS. *Tragedy of American Diplomacy*, pp. 235-6.

³⁵ KOLKO, Gabriel. *Confronting the Third World: United States Foreign Policy 1945-1980*. New York: Pantheon Books, 1988. p. 120.

³⁶ UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY. *United States Participation in the Multilateral Development Banks in the 1980s*, Washington, D.C., 1982. p. 9.

Além do benefício de se construir *"uma infraestrutura interna que é um pré-requisito vital para o desenvolvimento de recursos e investimentos privados diretos dos Estados Unidos"*, tais bancos (já que eles têm que ser reembolsados em dólares dos EUA) exigem que as nações mutuárias *"exportem bens capazes de adquiri-los, o que quer dizer, matérias-primas..."*³⁷.

O Fundo Monetário Internacional foi criado para facilitar a compra de bens americanos no exterior, prevenindo lapsos temporários no poder de compra resultantes da escassez de divisas estrangeiras. Ele era *"uma grande instituição internacional de câmbio e de concessão de crédito a que poderia recorrer, de maneira relativamente fácil, qualquer país que temporariamente estivesse com pouco de qualquer dada moeda estrangeira, devido a desequilíbrios comerciais"*³⁸.

O sistema de Bretton Woods em si, contudo, não foi nem de longe suficiente para garantir os níveis de vazão necessários para manter as instalações produtivas operando em capacidade máxima ou para absorver o excesso de fundos de investimento. Primeiro o Plano Marshall³⁹ e depois a economia permanente de guerra da Guerra Fria vieram ao resgate.

O Plano Marshall foi idealizado em reação à crise econômica iminente predita pelo Conselho de assessores Econômicos no começo de 1947 e à falha da Europa Ocidental de *"se recuperar da guerra e assumir seu lugar no esquema americano de coisas"*. O Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, Clayton, declarou que o problema central que confrontava os Estados Unidos era a disposição de seu *"grande excedente"*⁴⁰. Dean Acheson defendeu o Plano Marshall em um discurso em maio de 1947:

*A necessidade extrema de países estrangeiros para os produtos americanos provavelmente... continuará sem diminuição em 1948, ao passo que a capacidade dos países estrangeiros de pagar em mercadorias será apenas ligeiramente aumentada... O que estes fatos da vida internacional significam para os Estados Unidos e para a política externa dos Estados Unidos? ...os Estados Unidos terão que empreender financiamentos adicionais de emergência para as compras internacionais, se for para que os países estrangeiros continuem comprando, em 1948 e 1949, as mercadorias que eles precisam para sustentar a vida e ao mesmo tempo reconstruir suas economias...*⁴¹

³⁷ KOLKO. *The Roots of American Foreign Policy: An Analysis of Power and Purpose*. Boston: Beacon Press, 1969. p. 72.

³⁸ DOMHOFF, G. William. *The Power Elite and the State: How Policy is Made in America*. New York: Aldine de Gruyter, 1990. p. 166.

³⁹ N. do T.: O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Marshall. Acessado em: 23 set. 2016.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 271.

⁴¹ LIGGIO, Leonard P. *American Foreign Policy and National Security Management*. In ROTHBARD; RADOSH (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972. p. 249.

Um partidário do New Deal comparou implicitamente a expansão econômica externa ao capitalismo de estado doméstico como formas análogas de descarte de excedente: "*é como se estivéssemos construindo uma TVA*⁴² *toda terça*"⁴³.

A economia permanente de guerra, no entanto, tinha uma outra vantagem sobre projetos como a TVA, que produziam valor de uso para a população civil: uma vez que ela não produzia bens de consumo, ela não adicionava ao excedente não descartável, nem competia com a produção do capital privado nos mercados de consumo. Nas aptas palavras de Immanuel Goldstein: "*Mesmo quando as armas de guerra não são destruídas, sua manufatura ainda é um modo conveniente de gastar mão de obra sem produzir nada que se possa consumir*". A guerra é uma maneira de "*de libertar na estratosfera ou afundar nas profundezas do mar*" o excesso de produção e capital.⁴⁴

Além facilitar a exportação de bens e capital, as agências do Bretton Woods desempenham um papel central na disciplina de regimes recalcitrantes. Há um considerável corpo de literatura radical na Esquerda sobre o uso da dívida como uma arma política para impor política pró-corporativas (por exemplo, o infame "programa de ajuste estrutural") a governos do Terceiro Mundo, análoga à função histórica da dívida em manter mineiros e arrendatários em seus lugares.⁴⁵ Cheryl Payer comparava a dívida do Terceiro Mundo com a escravidão por dívida individual, em que a meta da última não era "*nem recolher a dívida de uma vez por todas, nem matar o empregado de fome, mas sim manter o trabalhador permanentemente preso através de sua dívida com seu empregador...*"⁴⁶. David Korten argumentou similarmente:

O próprio processo de empréstimo que criou o endividamento que deu ao Banco Mundial e ao FMI o poder de ditar as políticas dos países mutuários representava um ataque flagrante aos princípios da prestação de contas democrática. Contratos de

⁴² N. do T.: A Tennessee Valley Authority (TVA) é uma empresa de propriedade federal nos Estados Unidos, criada por carta do Congresso em maio de 1933 para prover navegação, controle de enchentes, geração de energia, fabricação de fertilizantes e o desenvolvimento econômico no Vale do Tennessee, uma região particularmente afetada pela Grande Depressão. A empresa foi resultado dos esforços do senador George W. Norris de Nebraska. A TVA foi concebida não só como um provedor, mas também como uma agência de desenvolvimento econômico regional que usaria especialistas federais e eletricidade para modernizar rapidamente a economia e a sociedade da região. Foi a primeira grande agência de planejamento regional do governo federal e continua a ser a maior. Sob a liderança de David Lilienthal ("Mr. T.V.A."), a TVA se tornou um modelo para os esforços governamentais dos EUA para buscar ajudar na modernização das sociedades agrárias no mundo em desenvolvimento. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Tennessee_Valley_Authority. Acessado em: 23 set. 2016.

⁴³ WILLIAMS. *Tragedy of American Diplomacy*, p. 272.

⁴⁴ ORWELL, George. 1984. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1949, 1981. (Signet Classics). p. 157.

⁴⁵ PAYER, Cheryl. *The Debt Trap: The International Monetary Fund and the Third World*. New York: Monthly Review Press, 1974; BELLO, Walden. Structural Adjustment Programs: 'Success' for Whom?. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward (Eds.). *The Case Against the Global Economy*. [S.l.]: Sierra Club Books, 1997; FRANKLIN, Bruce. Debt Peonage: The Highest Form of Imperialism?. *Monthly Review*, vol. 33, n. 10, pp. 15-31, mar. 1982.

⁴⁶ PAYER. *Debt Trap*, pp. 48-9.

empréstimos, seja com o Banco Mundial, com o FMI, com outras instituições oficiais de empréstimo ou com bancos comerciais são rotineiramente negociados em segredo entre funcionários bancários e um punhado de funcionários do governo - que, em muitas instâncias não são, eles próprios, eleitos ou responsáveis para com as pessoas em cujo nome eles estão obrigando o tesouro nacional a credores estrangeiros. Mesmo em democracias, os procedimentos de empréstimo geralmente contornam os processos normais de apropriação de corpos legislativos democraticamente eleitos. Assim, as agências governamentais são capazes de aumentar suas próprias verbas sem aprovação legislativa, muito embora o corpo legislativo tenha que apresentar as receitas para cobrir o reembolso. Empréstimos internacionais também possibilitam que os governos aumentem os gastos atuais sem a necessidade de aumentar os impostos atuais - uma característica que é especialmente popular entre tomadores de decisão abastados. Os mesmos funcionários que aprovam os empréstimos frequentemente se beneficiam diretamente através da participação em contratos e "comissões" de contratantes agradecidos. O sistema cria um poderoso incentivo para emprestar a mais.⁴⁷

Uma outra maneira em que as agências do Bretton Woods exercem poder político sobre regimes recalcitrantes é a retenção punitiva de ajuda. Esta poderosa arma política foi usada por vezes para minar democracias eletivas cujas políticas entravam em conflito com os interesses corporativos e para recompensar ditaduras complacentes. Por exemplo, o Banco Mundial recusou emprestar para o governo de Goulart no Brasil; mas após a instalação de uma ditadura militar pelo golpe de 1964, os empréstimos do Banco ficaram na média de US\$73 milhões por ano pelo resto da década e atingiram quase meio bilhão no meio da década de 1970. O Chile, antes e depois do golpe de Pinochet, seguiu um padrão similar.⁴⁸ Ou, como o Embaixador Korry alertou, no equivalente destes últimos dias de um interdito papal, "*Nem uma porca, nem um parafuso chegarão ao Chile sob Allende. Uma vez que Allende chegue ao poder, faremos tudo dentro de nosso poder para condenar o Chile e todos os chilenos a extrema privação e pobreza*"⁴⁹.

The Debt Trap de Cheryl Payer é uma excelente pesquisa histórica sobre o uso de crises de endividamento para forçar países a arranjos de prontidão, para precipitar golpes ou provocar repressão militar. Além de seu uso contra Goulart e Allende, como mencionado acima, ela oferece estudos de caso do golpe de Suharto na Indonésia e a declaração de lei marcial de Marcos nas Filipinas. Walden Bello, em *Development Debacle*⁵⁰, entra em uma profundidade muito maior sobre as Filipinas em específico, embasado em uma extensa documentação da colaboração do Banco Mundial com Marcos em defesa da repressão

⁴⁷ KORTEN, David. *When Corporations Rule the World*. West Hartford, Connecticut: Kumarian Press, 1995; San Francisco, California: Berrett-Koehler Publishers, 1995). p. 166.

⁴⁸ RICH, Bruce. The Cuckoo in the Nest: Fifty Years of Political Meddling by the World Bank. *The Ecologist*, vol. 24, n. 1, p. 10, jan./fev. 1994.

⁴⁹ SKLAR, Holly. Overview. In: _____ (Ed.). *Trilateralism: The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*. Boston: South End Press, 1980. pp. 28-9.

⁵⁰ BELLO. *Development Debacle: The World Bank in the Philippines*. San Francisco: Institute for Food & Development Policy, 1982.

autoritária que precedeu seus programas de austeridade.

Entre as muitas características do chamado programa de ajuste estrutural, mencionado acima, a política de "privatização" (através da venda de ativos estatais para "Reconstrucionistas de última hora", como Sean Corrigan diz abaixo) se destaca. Joseph Stromberg descreveu o processo, da forma em que foi usado pela Autoridade Provisória do Iraque, como *"leilões engraçados, que equivalem a novas expropriações por parte dos investidores domésticos e estrangeiros..."*. Tais leilões de propriedades estatais irão *"provavelmente levar... a uma alienação massiva de recursos para as mãos de seletos interesses estrangeiros"*⁵¹.

A promoção de governos tecnocratas no Terceiro Mundo, que não prestam contas, estão isolados da pressão popular e são intimamente ligados a elites financeiras internacionais, tem sido uma meta central das agências do Bretton Woods desde a Segunda Guerra Mundial.

*A partir dos anos 1950, um foco primário da política do Banco [Mundial] foi a "construção de instituições", que mais frequentemente assume a forma da promoção da criação de agências autônomas dentro dos governos, que seriam mutuárias contínuas do Banco Mundial. Tais agência foram intencionalmente estabelecidas para serem financeiramente independentes de seus governos hóspedes, assim como responsáveis politicamente de forma mínima - exceto, claro, ao Banco.*⁵²

O Banco Mundial criou o Instituto de Desenvolvimento Econômico em 1956, especificamente para aculturar as elites do Terceiro Mundo com os valores do sistema de Bretton Woods. Ele oferecia um curso de seis meses em "teoria e prática de desenvolvimento", cujos 1300 alunos em 1971 incluíam primeiros-ministros, ministros de planejamento e ministros de finanças.⁵³

*A criação dessas redes de patronagem foi uma das estratégias mais importantes do Banco Mundial para se inserir nas economias políticas dos países do Terceiro Mundo. Operando de acordo com suas próprias constituições e regras (frequentemente redigidas em resposta a sugestões do Banco) e compostas por tecnocratas emergentes simpáticos ao Banco, mesmo em dívida com ele, as agências que ele financiava serviram para criar uma fonte constante e confiável do que o Banco mais precisa - propostas de empréstimo financiáveis. Elas também forneceram ao Banco bases de poder críticas, através das quais ele foi capaz de transformar economias nacionais, de fato sociedades inteiras, sem os procedimentos enfadonhos da avaliação e discussão democráticas de alternativas.*⁵⁴

⁵¹ STROMBERG. Experimental Economics, Indeed. *Mises Daily*, 7 jan. 2004. Disponível em: <<https://mises.org/library/experimental-economics-indeed>>. Acessado em: 27 abr. 2016.

⁵² RICH. Cuckoo in the Nest, p. 9.

⁵³ Ibid., p. 9-10.

⁵⁴ Ibid., p. 10.

Apesar do vasto corpo de literatura acadêmica sobre as questões discutidas nesta passagem, talvez a descrição mais adequada delas seja um comentário conciso de um libertário de livre mercado, Sean Corrigan:

Será que ele [o Secretário do Tesouro americano O'Neill] não sabe que toda a estratégia oportunista do Tesouro do FMI-EUA de dominância de amplo espectro é embasada em promover endividamento improdutivo liderado pelo governo no exterior, a taxas de juros cada vez mais usurárias e, então - seja antes ou, mais frequentemente hoje em dia, depois do ponto de falência - resgatar os bancos Ocidentais que foram os agentes provocadores desta Operação Overlord financeira⁵⁵, com dólares recém-emitados, em detrimento dos cidadãos do país?

Será que ele não está ciente que, subsequente ao colapso, deve-se permitir que estes Recontrucionistas de última hora arrebatam e comprem o controle proprietário dos recursos e capitais produtivos tornados ridiculamente baratos pela desvalorização ou pelo total colapso financeiro?

Será que ele não entende que ele deve coagir simultaneamente a nação alvo a fazer suar seu povo para produzir bens exportação a fim de pagar a dívida recém refinanciada, além de acumular reservas excessivas em dólar como um suposto baluarte contra futuros ataques especulativos (geralmente financiado pelos mesmos empréstimos dos bancos ocidentais aos seus colegas das Forças Especiais nos fundos de macro hedge) - garantindo, assim, que o mercantilismo reverso da Rubinomics⁵⁶ seja mantido?⁵⁷

A economia americana poderia ter tido acesso aos recursos que ela estava disposta a comprar em termos mutuamente satisfatórios e ter colocado à venda seu próprio excedente naqueles países dispostos a comprá-lo, sem o aparato de um mercantilismo corporativo

⁵⁵ Operação Overlord foi o codinome para a Batalha da Normandia, uma operação aliada que iniciou a invasão bem-sucedida da Europa Ocidental, ocupada pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. A operação teve início em 6 de junho de 1944, com os desembarques da Normandia (Operação Netuno, vulgarmente conhecido como Dia-D). Um ataque aéreo de 1200 aviões precedeu um desembarque anfíbio, envolvendo mais de 5000 embarcações. Cerca de 160000 homens cruzaram o canal da Mancha em 6 de junho, e, com isso, mais de três milhões de aliados estavam na França até o final de agosto. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Operação_Overlord. Acessado em: 23 set. 2016.

⁵⁶ N. do T.: Rubinomics, uma junção das palavras "Rubin" e "economics", foi originalmente usado para descrever coletivamente as políticas econômicas do ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. É assim chamado por causa de Robert E. Rubin, o ex-Secretário do Tesouro dos Estados Unidos. A Rubinomics enfatiza o efeito que o equilíbrio do orçamento do governo tem sobre as taxas de juro de longo prazo. Os impostos devem coincidir com os gastos do governo, a longo prazo, e cortes de impostos financiados com déficit são uma forma contraprodutiva de aumentar o crescimento. Isto pode ser visto como uma forma da teoria fiscal sobre o nível de preços - a política fiscal que afeta de inflação de longo prazo (como expresso por taxas de juros de longo prazo). Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/Rubinomics>. Acessado em: 23 set. 2016.

⁵⁷ CORRIGAN, Sean. You Can't Say That!. *LewRockwell.com*, 6 ago. 2002. Disponível em: <https://www.lewrockwell.com/2002/08/sean-corrigan/the-carlyle-group-cleans-up/>. Acessado em: 26 abr. 2016.

transnacional. Tal estado de coisas teria sido de livre comércio genuíno. O que a elite americana realmente queria, contudo, foi habilmente declarado por Thomas Friedman em um de seus lapsos de franqueza:

Para o globalismo funcionar, a América não pode ter medo de agir como a superpotência onipotente que é... A mão invisível do mercado nunca funcionará sem um punho invisível - o McDonald's não pode prosperar sem a McDonnell Douglas, projetista do F-15. E o punho invisível que mantém o mundo seguro para as tecnologias do Vale do Silício é chamado de Exército, Força Aérea, Marinha e Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.⁵⁸

Não era verdade que a economia corporativa americana já estivera em qualquer perigo real de perder acesso às matérias-primas de que precisava, na ausência de uma política externa ativista para assegurar o acesso a estes recursos. Como defensores do livre mercado frequentemente apontam, países com riqueza mineral desproporcional - digamos, grandes reservas de petróleo - são forçados a concentrar uma grande parte de sua atividade econômica na extração e venda desses recursos. E, uma vez que eles os vendam, as mercadorias entram num mercado mundial em que é virtualmente impossível controlar quem eventualmente as compra. A verdadeira questão, de acordo com Baran e Sweezy, é que a economia corporativa americana dependia do acesso aos recursos do Terceiro Mundo em termos favoráveis, estabelecidos pelos Estados Unidos, e estes termos favoráveis dependiam da sobrevivência de regimes maleáveis.

Mas isso [um genuíno livre comércio de recursos com o Terceiro Mundo em termos mutuamente aceitáveis] não é o que realmente interessa às gigantes corporações multinacionais que dominam a política americana. O que elas querem é controle monopolista sobre fontes estrangeiras de abastecimento e sobre mercados estrangeiros, que permitam que elas comprem e vendam em termos especialmente privilegiados, mudem os pedidos de uma subsidiária para outra, favoreçam este ou aquele país, dependendo de qual tem as políticas tributárias, trabalhistas ou outras mais vantajosas - em uma palavra, elas querem fazer negócios em seus próprios termos e em qualquer lugar que escolham. E, por isso, o que elas precisam não é de parceiros comerciais, mas de "aliados" e clientes dispostos a ajustar suas leis e políticas às exigências das Grandes Empresas americanas.⁵⁹

O "sistema de ordem mundial" imposto pelos EUA desde a Segunda Guerra Mundial e louvado nas observações de Friedman sobre a "mão visível" é quase o reverso da noção liberal clássica de livre comércio. Esta nova versão de "livre comércio" é aptamente caracterizada em uma passagem de Christopher Layne e Benjamin Schwarz:

A visão de que a interdependência econômica obriga o engajamento estratégico global

⁵⁸ FRIEDMAN, Thomas. What the World Needs Now. *New York Times*, New York, 28 mar. 1999.

⁵⁹ BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Monopoly Capitalism: An Essay in the American Economic and Social Order*. New York: Monthly Review Press, 1966. p. 201.

dos Estados Unidos coloca uma ironia nos argumentos internacionalistas liberais sobre as virtudes do livre comércio, que mantinham que remover o estado de transações internacionais seria um antídoto para a guerra e para o imperialismo....

...Em vez de se subscrever à visão liberal clássica de que o livre comércio leva à paz, a comunidade política externa espera que o poder militar americano imponha a harmonia, de modo que o livre comércio possa ter lugar. Desta forma, os compromissos de segurança dos EUA são vistos como uma pré-condição indispensável para a interdependência econômica.⁶⁰

Oliver MacDonagh apontou que a concepção neoliberal moderna, longe de concordar com a ideia de Cobden de livre comércio, se assemelhava ao "sistema parmerstoniano" que os Cobdenitas tanto desprezavam. Cobden objetava, entre outras coisas, ao "envio de uma frota 'para proteger os interesses britânicos' em Portugal", às "operações de promoção de empréstimos e cobrança de dívidas em que o nosso Governo se envolve, quer como principal ou como agente" e, em geral, a toda "intervenção em nome dos credores britânicos no exterior". Cobden favorecia o crescimento "natural" do livre comércio, em contraste com a abertura forçada de mercados. Livre mercadistas genuínos se opunham à confusão de "livre comércio" com "meros aumentos de comércio ou com a 'abertura' forçada de mercados"⁶¹.

Não posso resistir a citar a prescrição, apenas meio em tom de gozação, de Joseph Stromberg, sobre "How to Have Free Trade"⁶²:

Para muitos no Establishment político e da política externa dos EUA, a fórmula para ter um livre comércio seria algo assim: 1) Encontre uma superpotência global; 2) faça essa superpotência juntar as cabeças de todos os oponentes e céticos até que todo mundo esteja jogando com as mesmas regras; 3) refira-se a esta nova ordem imperial como "livre comércio"; 4) fale um bom bocado sobre "democracia". Esse é o fim da história, exceto por esses possíveis corolários como 1) nunca permita que surjam pretendentes rivais que possam aspirar a coadministrar o sistema de "livre comércio"; 2) a superpotência global legitimamente encarregada da ordem mundial deve também controlar o sistema monetário mundial...

A fórmula delineada acima decididamente não era a visão liberal de livre comércio dos séculos XVIII e XIX. Defensores do livre comércio como Richard Cobden, John Bright, Frederic Bastiat e Condry Raguét acreditavam que o livre comércio é a ausência de barreiras para que bens cruzem fronteiras, mais particularmente a ausência de impostos especiais - tarifas -, que deixam os bens importados artificialmente caros, frequentemente para o benefício de interesses especiais envoltos na bandeira, sob

⁶⁰ LAYNE, Christopher; SCHWARTZ, Benjamin. American Hegemony Without an Enemy. *Foreign Policy*, vol. 92, outono 1993. pp. 12-3.

⁶¹ MACDONAGH, Oliver. The Anti-Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review*, vol. 14, n. 3, pp. 489-501, 1962.

⁶² N. do T.: "Como ter um livre comércio" em português.

slogans de nacionalismo econômico...

Defensores clássicos do livre comércio nunca pensaram ser necessário preparar milhares de páginas de regulamentações detalhadas para implementar o livre comércio. Eles não viam qualquer necessidade de afinar uma espécie de Gleichschaltung (coordenação) das leis trabalhistas de diferentes nações, das regulamentações ambientais e da série de outras questões tratadas pelo NAFTA, pelo GATT e assim por diante. Claramente, há uma diferença entre o livre comércio, considerado como o repúdio, por meio de tratado ou mesmo unilateralmente, das barreiras existentes para o comércio, e o "livre comércio" moderno que parece exigir caminharões de regulamentações ponderadas por legiões de burocratas.

Esta mudança radical no sentido aceito de livre comércio tem paralelos perfeitos com outras redefinições de conceitos, características do século XX, como "guerra", "paz", "liberdade" e "democracia", para citar apenas alguns. No caso do livre comércio, eu acho que podemos deduzir que quando, a partir de 1932, o Partido Democrata - com sua retórica tradicional sobre livre comércio no sentido mais antigo - assumiu o projeto dos Republicanos de neomercantilismo e império econômico, foi natural para eles levarem-no adiante sob o slogan do "livre comércio". Eles não eram apegados a tarifas, o que, na sua opinião, entrava no caminho da implementação do Império de Portas Abertas. Como um governo Bourbon espanhol do século XVIII, eles representavam um comércio mais livre dentro de um sistema mercantilista existente ou projetado. Eles teriam concordado, também, com Lord Palmerston, que disse em 1841, "É assunto do governo abrir e garantir as estradas do comerciante"....

Aqui, John A. Hobson... estava diretamente na linha do verdadeiro pensamento de livre comércio. Hobson escreveu que os empresários deveriam assumir seus próprios riscos ao investir no exterior. Eles não tinham direito nenhum de recorrer a seus governos para "abrir e garantir" seus mercados.⁶³

E, aliás, é duvidoso que a concorrência das superpotências com os Soviéticos tenha muito a ver com o papel dos EUA em moldar o "sistema de ordem mundial" do pós-guerra ou em agir como uma "potência hegemônica" para manter esse sistema de ordem. Layne e Schwarz citaram o NSC-68⁶⁴ no sentido de que a política de "tentar desenvolver uma

⁶³ STROMBERG. Free Trade, Mercantilism and Empire. *Anti-War Blog*, 28 fev. 2000. Disponível em: <<http://www.antiwar.com/stromberg/s022800.html>>. Acessado em: 28 out. 2003.

⁶⁴ N. do T.: O Relatório do Conselho de Segurança Nacional 68 (National Security Council Report 68, NSC-68) era um documento de políticas ultrassecreto de 58 páginas, criado pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, apresentado ao presidente Harry S. Truman em 14 de abril de 1950. Foi uma das declarações mais importantes da política americana na Guerra Fria. Nas palavras do estudioso Ernest R. May, o NSC-68 "forneceu o modelo para a militarização da Guerra Fria entre 1950 e para o colapso da União Soviética no início da década de 1990". O NSC-68 e suas posteriores amplificações defendiam uma grande expansão no orçamento militar dos Estados Unidos, o desenvolvimento de uma bomba de hidrogênio e o aumento da ajuda militar aos aliados dos Estados Unidos. Ele tornou a contenção da expansão comunista mundial uma alta prioridade. O NSC-68 rejeitava

comunidade internacional saudável" era "uma política que nós provavelmente perseguiríamos mesmo que não houvesse nenhuma ameaça soviética".

*Subjacente à estratégia de ordem mundial dos EUA está a crença de que a América deve manter o que é, em essência, um protetorado militar em regiões economicamente fundamentais, para garantir que as relações comerciais e financeiras vitais da América não sejam interrompidas por agitação política. Este tipo de estratégia economicamente determinada, articulada pela elite da política externa, ironicamente (talvez inconscientemente) adota uma interpretação semi-marxista ou, mais corretamente, leninista das relações exteriores americanas.*⁶⁵

Os planejadores de políticas que projetaram o sistema de Bretton Woods e o resto da estrutura pós-guerra da ordem mundial, aparentemente, deram pouca ou nenhuma atenção para a questão do papel prospectivo da Rússia Soviética no mundo. O registro que aparece, em vez disso, no relato fortemente documentado de Shoup e Minter, é cheio de referências aos EUA como um sucessor da Grã-Bretanha como garantidor de uma ordem política e econômica mundial e à hegemonia global dos EUA como um objetivo de guerra (mesmo antes de os EUA entrar na guerra). Já em 1942, quando a continuidade da existência da Rússia Soviética era bastante duvidosa, os formuladores de políticas norte-americanos estavam fazendo referência a "dominação após a guerra", "Pax Americana" e "controle mundial". Para citar William G. Domhoff, *"a definição do interesse nacional que conduziu a essas intervenções foi concebida nos anos de 1940 a 42 por planejadores corporativos, em termos do que eles viam como as necessidades do sistema capitalista americano, bem antes do comunismo ser sua principal preocupação"*⁶⁶.

Considerar a continuidade do padrão de intervenção dos EUA no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, com a sua diplomacia de canhoneiras nos anos 20 e 30, ou com as suas ações como a única superpotência do mundo desde a queda do comunismo, também deveria ser instrutivo. Na verdade, desde o colapso da URSS, os EUA têm lutado freneticamente para encontrar (ou criar) um outro inimigo suficiente para justificar a continuação seu papel de polícia do mundo.

Apesar dos excessos retóricos periódicos de Chomsky, sua caracterização da era pós-guerra estava essencialmente correta: *"Colocando complexidades de segunda ordem de lado, para a URSS, a Guerra Fria foi primariamente uma guerra contra seus satélites e, para os EUA, uma guerra contra o Terceiro Mundo. Para cada um, ela serviu para consolidar um sistema particular de privilégio doméstico e de coerção"*⁶⁷.

Se qualquer coisa, a Guerra Fria com a União Soviética aparece quase como uma

as políticas alternativas de distensão amigável ou reversão agressiva da União Soviética. Vide: <https://en.wikipedia.org/wiki/NSC-68>. Acessado em: 23 set. 2016.

⁶⁵ LAYNE; SCHWARTZ. *American Hegemony Without an Enemy*, pp. 5, 12.

⁶⁶ DOMHOFF. *Power Elite and the State*, p. 113.

⁶⁷ CHOMSKY, Noam. *Detering Democracy*. New York: Hill and Wang, 1991, 1992. p. 28.

reflexão tardia para o planejamento americano de uma ordem pós-guerra. Longe de ser a causa do papel dos Estados Unidos como garantidor de um sistema de ordem mundial, o Império Soviético agiu como um estraga-prazeres para os planos pré-existent dos EUA de agir como uma única superpotência global. Historicamente, qualquer poder rival que tenha se recusado a ser incorporado na Grande Área ou que tenha incentivado outros países (através de "deserção interna") a se retirar da Grande Área, foi visto como um "agressor". Citando Domhoff mais uma vez,

*.... Creio que o anticomunismo se tornou um aspecto essencial da política externa apenas depois que a União Soviética, a China e seus aliados do Partido Comunista se tornaram os desafiantes da concepção de Grande Área do interesse nacional. Em certo sentido..., eles simplesmente substituíram os fascistas da Alemanha e do Japão enquanto inimigos do sistema econômico e político internacional considerado essencial pelos líderes americanos.*⁶⁸

Da mesma forma, como a última frase de Domhoff na citação acima sugere, qualquer país que tenha interferido com a tentativa dos EUA de integrar os mercados e os recursos de qualquer região do mundo em sua ordem econômica internacional tem sido visto como uma "ameaça". O Grupo Econômico e Financeiro do projeto de planejamento pós-guerra do CFR/Departamento de Estado produziu, em 24 de julho de 1941, um documento (E-B34), alertando para a necessidade de os Estados Unidos "*defender a Grande Área*", não apenas contra ataques externos por parte da Alemanha, mas contra a "*deserção interna*", particularmente contra países como o Japão (que, juntamente com o resto da Ásia oriental, foi considerado como parte da Grande Área) empenhados em "*destruir a área por suas próprias razões políticas*"⁶⁹. A centralidade dessa consideração é ilustrada pelo relatório de um grupo de estudo de 1955 do Centro Woodrow Wilson, que apontou para a ameaça de "*uma grave redução da base de recursos e oportunidades de mercado potenciais do Ocidente devido à subtração das áreas comunistas e sua transformação econômica de maneiras que reduzem sua vontade e capacidade de complementar as economias industriais do Ocidente*"⁷⁰.

Uma forma de se defender contra a "deserção interna" é garantir que os países do Terceiro Mundo tenham o tipo certo de governo. Isso pode ser feito através do apoio a regimes autoritários ou ao que os neoconservadores chamam de "democracia". A qualidade chave para as elites do Terceiro Mundo, em ambos os casos, é uma orientação em direção ao que Thomas Barnett chama de "conectividade". O principal perigo apresentado por "regimes fora da lei", de acordo com Barnett, reside em estarem desconectados "*do mundo globalizado, de seus conjuntos de regras, das suas normas e de todos os laços que unem os países juntos em dependência mútua e certa*"⁷¹.

⁶⁸ DOMHOFF. *Power Elite and the State*, p. 145.

⁶⁹ *Ibid.*, pp. 160-1.

⁷⁰ ELLIOT, William Yandell (Ed.). *The Political Economy of American Foreign Policy*. [S.l.]: Holt, Rinehart & Winston, 1955. p. 42.

⁷¹ BARNETT, Thomas. The Pentagon's New Map. *Esquire*, mar. 2003. Disponível em <<http://thomaspmbarnett.com/the-pentagons-new-map/>>. Acessado em: 26 jul. 2004.

A versão neoconservadora da democracia é mais ou menos o que Noam Chomsky entende por "democracia de espectadores": um sistema no qual o público se envolve em rituais de legitimação periódicos chamados "eleições", escolhendo a partir de uma gama limitada de candidatos, todos representando a mesma elite. Tendo assim cumprido seu dever democrático, o público retorna às ligas de boliche e eventos sociais da igreja e a outros exemplos de "sociedade civil" e deixam a mecânica da política para seus apostadores tecnocratas - que passam imediatamente a receber ordens do Banco Mundial e do FMI. Esta forma de democracia é quase sinônima do que os neoconservadores chamam de "império da lei", o que implica uma boa dose da racionalidade burocrática weberiana. A estabilidade e a previsibilidade associadas a tais "democracias" é, do ponto de vista de negócios, muito preferível à confusão de ditaduras ou de esquadrões da morte.

A política "pró-democrática" americana no Terceiro Mundo, tradicionalmente, identificou a "democracia" com o eleitoralismo e pouco mais. Na América Central, por exemplo, um país é visto como uma "democracia" se seu governo *"chegou ao poder através de eleições livres e justas"*. Mas essa política ignora a dimensão vital da participação popular, *"incluindo a liberdade de expressão de opiniões, a interação cotidiana entre governo e os cidadãos, a mobilização de grupos de interesse"*, etc. O "objetivo subjacente" das políticas pró-democracia é *"manter a ordem básica do que ... são sociedades bastante antidemocráticas"*. A democracia é uma forma de *"aliviar a pressão por mudanças mais radicais"*, mas apenas através de *"formas limitadas, top-down de mudança democrática que não arrisquem perturbar as estruturas tradicionais de poder das quais os Estados Unidos têm sido aliados"*⁷². A política de democracia em El Salvador, mais especificamente, promoveu uma forma de "democracia", através do regime Duarte, que não tocava no poder dos militares ou da elite agrária.⁷³

As elites americanas preferem a "democracia" sempre que possível, mas irão recorrer a ditaduras quando em apuros. Os muitos, muitos casos em que o Programa de Assistência dos EUA, a Escola das Américas, a CIA, o Banco Mundial e o FMI e outros da lista de suspeitos habituais colaboraram apenas nesse expediente são narrados, em detalhes brutais, por William Blum em *Killing Hope*.⁷⁴

Mesmo um regime comunista autoritário é preferível, como um derradeiro último recurso, a uma democracia que persiga uma agenda genuinamente populista, como o regime de Arbenz na Guatemala. Para evitar este último desenvolvimento, os EUA correrão o risco de que um país se submeta a genuínos marxista-leninistas. É óbvio que a preocupação principal por trás da intervenção típica no Terceiro Mundo não era o perigo de uma aliança entre esse país e o poder estratégico soviético. Tivesse o anticomunismo sido a preocupação principal do governo dos EUA, e não o controle econômico, sua política teria sido muito diferente.

⁷² CAROTHERS, Thomas. The Reagan Years: The 1980s. In: LOWENTHAL, Abraham F. (Ed.). *Exporting Democracy*. [S.l.]: Johns Hopkins, 1991. pp. 117-8.

⁷³ *Ibid.*, pp. 96-7.

⁷⁴ BLUM, William. *Killing Hope: U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1995.

Embora houvesse muitas variedades de capitalismo consistentes com a política anticomunista que os Estados Unidos... procuravam avançar, o que era axiomático no credo americano era que a forma de capitalismo que eles advogavam para o mundo deveria ser integrada de tal maneira que os seus empresários desempenhassem um papel essencial nela. Uma e outra vez, eles estavam prontos para sacrificar a maneira mais eficaz de se opor ao comunismo, a fim de promover seus próprios interesses nacionais. Neste sentido, o seu papel vital mundo não era simplesmente de resistir à esquerda, mas principalmente de impor sua própria dominação....

...[E]ra seu confronto com elementos nacionalistas, tão diversos quanto eles fossem, que revelava mais sobre a cruzada global dos EUA, pois, tivesse o medo do comunismo sozinho sido a motivação do seu comportamento, o número de obstáculos a seus objetivos teria sido infinitamente menor.⁷⁵

Um regime comunista autoritário, como os suínos da Revolução dos Bichos, pode ser bastante razoável para lidar com os seus vizinhos agricultores. O "paraíso dos trabalhadores" chinês, um dos refúgios favoritos das fábricas de suor estrangeiras, é um excelente exemplo.

A principal necessidade, como vimos acima, é que a política econômica de um país do Terceiro Mundo fosse feita por uma elite nacional que estivesse isolada com segurança da prestação de contas real à população nativa e, ao mesmo tempo, fosse dócil aos objetivos políticos e valores das elites transnacionais em órgãos como o Banco Mundial e o FMI. Nos últimos dois anos, temos visto que isso é verdade sobre o novo regime no Afeganistão, chefiado por um homem conhecido por sua história de colaboração com as últimas agências; sobre o governo de ocupação iraquiano, ou Autoridade Provisória do Iraque, uma alta prioridade do qual foi a adoção de novas leis para impor direitos de autorais internacionais.

C. Capitalismo Monopolista Dependente de Exportações (Com Digressão sobre Economia de Escala)

De acordo com Stromberg e os austríacos, o problema crônico da produção excedente não foi um resultado natural do livre mercado, mas sim de uma economia cartelizada. Como vimos anteriormente, J.A. Hobson argumentou que "o excesso de poupança" foi causado por "rendas, lucros monopolistas e outros lucros excessivos imerecidos" e pediu, de um modo proto-keynesiano, para que o Estado interviesse e resolvesse o problema da "má-distribuição do poder de consumo"⁷⁶. Aqueles que fazem tais argumentos são comumente dispensados, na direita libertária, como ignorantes da Lei de Say.

Mas a Lei de Say se aplica somente a um mercado livre. Como Stromberg aponta, uma

⁷⁵ KOLKO. *Confronting the Third World*, pp. 117, 123.

⁷⁶ HOBSON. *Imperialism*, pp. 75-6.

verdadeira má distribuição do poder de consumo resulta da intervenção do estado para transferir a riqueza de seus verdadeiros produtores para uma classe dominante politicamente conectada. E o trabalho dos neomarxistas sobre a superacumulação nos mostrou que os males que o keynesianismo foi concebido para remediar, em uma economia capitalista de estado, são bastante reais. O Estado promove a acumulação de capital em uma escala para além da qual sua produção pode ser absorvida (a seus preços cartelizados) pela demanda privada; e, portanto, o capital depende do Estado para dispor desse excedente.

Um dos primeiros a descrever diversos aspectos do fenômeno foi Hilferding, em *Finance Capital*:

A redução da produção significa a cessação de todos os novos investimentos de capital, e a manutenção de preços elevados torna os efeitos da crise mais severos para todas aquelas indústrias que não são cartelizadas ou não totalmente cartelizadas. Seus lucros cairão de forma mais acentuada ou suas perdas serão maiores do que é o caso nas indústrias cartelizadas e, em consequência, elas serão obrigadas a fazer maiores cortes na produção. Como resultado, a desproporcionalidade aumentará, as vendas da indústria cartelizada sofrerão mais, e torna-se evidente que, apesar da grave obstrução da produção, a "superprodução" persiste e tem até aumentado. Qualquer nova limitação da produção significa que mais capital estará ocioso, enquanto os custos fixos permanecem os mesmos, de modo que o custo por unidade subirá, reduzindo, assim, os lucros ainda mais, apesar da manutenção de preços elevados.⁷⁷

Todos os elementos estão aqui em forma bruta: a expansão das instalações de produção a uma escala para além da qual o mercado irá suportar; a necessidade de restringir a produção para manter os preços, conflitante com a necessidade simultânea de manter a produção alta o suficiente para utilizar a capacidade plena e manter baixos os custos unitários; a incapacidade da economia de absorver a produção completa da indústria cartelizada a preços de monopólio.

Mas, como Hilferding apontou na mesma passagem, a tendência natural, em tal situação, na ausência de barreiras à entrada, seria que concorrentes entrassem no mercado e baixassem o preço de monopólio: "*Os preços elevados atraem pessoas de fora, que podem contar com baixos custos de capital e de trabalho, uma vez que todos os outros preços caíram; desta forma, elas estabelecem uma forte posição competitiva e começam a vender mais barato do que o cartel*"⁷⁸. Isto, Rothbard argumentou, é o que normalmente acontece quando os empreendimentos cartelizadores não são apoiados pelo Estado: eles são quebrados ou por deserção interna ou por novos operadores. Isto é, de fato, o que Gabriel Kolko descreveu que realmente aconteceu com o movimento de truste na virada do século. Portanto, o capital organizado depende do estado para impor um monopólio artificial sobre o mercado interno.

Ao restringir as quotas de produção para o consumo doméstico, o cartel elimina a

⁷⁷ HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital*. Edição e tradução de Tom Bottomore. London e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1910 (1981). p. 297.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 297.

*concorrência no mercado interno. A supressão da concorrência sustenta o efeito de uma tarifa protecionista de aumentar os preços, mesmo numa fase em que a produção há muito tempo já superou a demanda. Assim, torna-se um dos principais interesses da indústria cartelizada tornar a tarifa protecionista uma instituição permanente, que, em primeiro lugar, assegure a existência contínua do cartel e, segundo, permita que o cartel venda seu produto no mercado interno com um lucro extra.*⁷⁹

E, Hilferding continuava, a indústria cartelizada é forçada a dispor do produto excedente, que não venderá no mercado interno a um preço de monopólio, despejando-a em mercados estrangeiros.

*O aumento dos preços no mercado interno... tende a reduzir as vendas de produtos cartelizados e, desta forma, entra em conflito com a tendência à redução dos custos através da expansão da escala de produção.... Mas, se um cartel já estiver bem estabelecido, ele tentará compensar o declínio do mercado interno aumentando suas exportações, a fim de continuar a produção como antes e, se possível, em uma escala ainda maior. Se o cartel é eficiente e capaz de exportar... seu preço real de produção... irá corresponder ao preço do mercado mundial. Mas um cartel também está em uma posição de vender abaixo de seu preço de produção, porque ele obteve um lucro extra, determinado pelo nível da tarifa protecionista, a partir das suas vendas no mercado interno. Ele é capaz, portanto, de usar uma parte deste lucro extra para expandir suas vendas no exterior vendendo mais barato que seus concorrentes. Se for bem-sucedido, ele pode, em seguida, aumentar sua produção, reduzir seus custos e, desse modo, uma vez que os preços internos permanecem inalterados, obter lucro adicional extra.*⁸⁰

Além disso, antecipando as várias teorias marxistas sobre o imperialismo, Hilferding argumentou que este imperativo de se dispor do excedente do produto no exterior exige que o estado ativista busque mercados estrangeiros em condições favoráveis para o capital nacional. Uma dessas políticas estatais é a promoção ou concessão de empréstimos no exterior, seja por empréstimos estatais diretos ou através de políticas bancárias que centralizam o sistema bancário e, assim, facilitam a acumulação de grandes somas de capital para empréstimos estrangeiros. Tais empréstimos poderiam ser usados para aumentar o poder de compra de um país e aumentar suas importações; mas, mais importante, eles poderiam ser usados para a construção de infraestruturas de transporte e de energia que o capital ocidental requer para a construção de instalações de produção em um país subdesenvolvido.⁸¹ Claro, esse investimento de capital estrangeiro direto em um país, ao contrário do mero comércio, exigia uma influência política mais direta sobre assuntos internos do país para proteger os investimentos da expropriação e da agitação trabalhista.⁸²

O estado poderia também intervir para criar uma força de trabalho assalariada em

⁷⁹ *Ibid.*, p. 308.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 309.

⁸¹ *Ibid.*, p. 317-8.

⁸² *Ibid.*, p. 321.

países atrasados expropriando terras, recriando assim o processo de acumulação primitiva no Ocidente. Além disso, a tributação pesada poderia ser usada para forçar um campesinato à economia monetária, fazendo-o trabalhar (ou trabalhar mais) no mercado de trabalho capitalista para levantar o dinheiro dos impostos. Este foi um padrão comum, Hilferding escreveu: no Terceiro Mundo, como antes no Ocidente, "*quando a necessidade de expansão do capital encontra obstáculos que só poderiam ser superados demasiado lenta e gradualmente por meios puramente econômicos, ele recorre ao poder do estado e o usa para a expropriação forçada, a fim de criar o proletariado assalariado livre necessário*"⁸³.

De um modo geral, os países do Terceiro Mundo oferecem inúmeras vantagens para o capital à procura de uma maior taxa de retorno:

*O estado garante que o trabalho humano nas colônias esteja disponível em termos que tornem possíveis lucros extras.... A riqueza natural das colônias, do mesmo modo, torna-se uma fonte de lucros extras ao diminuir os preços das matérias-primas.... A expulsão ou aniquilação da população nativa, ou, no caso mais favorável, a sua transformação de pastores e caçadores em escravos por dívida ou seu confinamento em pequenas áreas restritas como camponeses, cria, de um só golpe, terra livre que tem apenas um preço nominal.*⁸⁴

Em *Imperialism*, Bukharin retornou várias vezes ao tema da política governamental na promoção do monopólio, através de dispositivos como tarifas, empréstimos estatais, etc. Em uma passagem sobre os efeitos dos empréstimos externos, Bukharin antecipou o uso atual da ajuda externa e crédito do Banco Mundial/FMI como armas coercivas em nome de corporações americanas:

*A transação é geralmente acompanhada por uma série de estipulações, em primeiro lugar, a que impõe ao país mutuário o dever de fazer pedidos ao país credor (compra de armas, munições, dreadnaughts, equipamentos ferroviários, etc.) e o dever de autorizar concessões para a construção de ferrovias, bondes, linhas de telégrafo e telefone, portos, exploração de minas, madeiras, etc.*⁸⁵

Como Kwame Nkrumah zombou, a chamada "ajuda externa", sob o neocolonialismo, teria sido chamada de investimento externo nos dias colonialismo ao estilo antigo.⁸⁶

Schumpeter, o teórico em quem Stromberg se baseia mais fortemente, descreveu o sistema como "*capitalismo monopolista dependente de exportações*":

⁸³ *Ibid.*, p. 319-20.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 328.

⁸⁵ BUKHARIN, Nikolai. *Imperialism and World Economy*. [S.l]: International Publishers, 1929[1915-1917]. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1917/imperial/>>. Acessado em: 28 out. 2003. cap. VII.

⁸⁶ NKUMAH, Kwame. *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. New York: International Publishers, 1965. p. 51.

A união em um cartel ou truste confere vários benefícios ao empreendedor - uma economia de custos, uma posição mais forte contra os trabalhadores - mas nenhuma delas se compara com esta vantagem: uma política de preços monopolistas, possível, em qualquer grau considerável, somente por trás de uma tarifa protecionista adequada. Ora, o preço que traz o máximo de lucro monopolista está, geralmente, muito acima do preço que seria fixado pelos flutuantes custos competitivos, e o volume que pode ser comercializado a esse preço máximo está, geralmente, muito abaixo da produção que seria técnica e economicamente viável. Sob livre concorrência, essa produção seria produzida e oferecida, mas um truste não pode oferecê-la, pois ela só pode ser vendida a um preço competitivo. No entanto, o truste tem que a produzir - ou aproximadamente tanto quanto - caso contrário, as vantagens da empresa em grande escala continuam por explorar e os custos unitários provavelmente serão antieconomicamente altos.... [O truste] se desenreda deste dilema, produzindo a produção máxima que seja economicamente viável, assegurando, assim, baixos custos e a oferecendo no mercado doméstico protegido apenas na quantidade correspondente ao preço de monopólio - na medida em que a tarifa permitir; enquanto o restante é vendido, ou "despejado" no exterior a um preço inferior...⁸⁷

Este processo de "dumping" ilustrava a "lei do excedente de Carnegie": "cada fabricante preferia perder um dólar operando na capacidade máxima e segurando mercados ao vender a preços mais baixos, do que perder dois dólares operando a menos que a capacidade máxima ou fechar e correr o risco de perder mercados..."⁸⁸.

Ao descrever as vantagens das colônias para o capitalismo monopolista, Schumpeter essencialmente refutou seu próprio argumento comtiano (discutido abaixo neste artigo) a favor do status de "alienígena" do imperialismo em relação ao capitalismo.

Nessa luta entre os produtos e capitais "despejados", não é mais uma questão de indiferença quem constrói uma determinada estrada de ferro, quem é dono de uma mina ou de uma colônia. Agora que a lei dos custos não está mais operando, torna-se necessário lutar por tais propriedades com um esforço desesperado e com todos os meios disponíveis, incluindo aqueles que não são de caráter econômico, tais como a diplomacia

.... Neste contexto, a conquista de colônias assume um significado totalmente diferente. Países não-monopolistas, especialmente aqueles que aderem ao livre comércio, colhem pouco lucro de uma política dessas. Mas é uma questão diferente com os países que operam em um papel monopolista face a face suas colônias. Não havendo concorrência, eles podem usar o trabalho nativo barato sem ele deixar de ser

⁸⁷ SCHUMPETER, Joseph. Imperialism. In: _____. *Imperialism, Social Classes: Two Essays* by Joseph Schumpeter. Tradução de Heinz Norden, introdução de Hert Hoselitz. New York: Meridian Books, 1955. pp. 79-80.

⁸⁸ SKLAR. *Corporate Reconstruction of American Capitalism*, p. 58.

*barato; eles podem comercializar os seus produtos, mesmo nas colônias, a preços de monopólio; eles podem, finalmente, investir o capital que só iria deprimir a taxa de lucro em casa*⁸⁹

Stromberg explicou: "*Para os fabricantes americanos obterem as economias de escala disponíveis, eles tiveram que produzir muito mais de seus produtos do que poderiam ser vendidos nos EUA*"⁹⁰.

Um ponto que Stromberg não aborda adequadamente aqui é que a economia de escala, pelo menos em termos dos custos de produção internos, requer apenas a utilização completa das instalações existentes. Mas o tamanho das instalações era, em si, o resultado de políticas capitalistas de estado. O fato de que a demanda doméstica não era suficiente para suportar a produção necessária para atingir tais economias de escala reflete o fato de que a *escala de produção era grande demais*. E isso, por sua vez, foi o resultado de políticas estatais que incentivaram o gigantismo e o sobre-investimento.

A economia produtiva de escala é "ilimitada" apenas quando o estado absorve as deseconomias da produção em larga escala. Economias gerais de escala refletem um pacote de custos. E esses custos são eles próprios influenciados por subsídios diretos e indiretos que distorcem os preços enquanto sinal preciso do custo real da prestação de um serviço. Se o estado não tivesse permitido que as grandes empresas externalizassem muitos de seus custos operacionais (em especial os de transporte de longa distância) para o público através de subsídios (especialmente do transporte subsidiado), a economia de escala teria sido atingida em um nível muito mais baixo de produção. Os subsídios do estado têm o efeito de deslocar artificialmente a economia de escala para cima até níveis mais altos de produção do que um livre mercado pode suportar. O capitalismo de estado permite que os interesses corporativos controlem elementos do pacote total de custos através de meios políticos; mas o resultado são novos desequilíbrios que, por sua vez, exigem novas intervenções estatais.

Para ser justo, Schumpeter abordou esta questão de passagem, assim como o fez Stromberg ao citá-lo: "*uma empresa que não pudesse sobreviver na ausência do império havia sido 'expandida para além dos limites economicamente justificáveis'*"⁹¹. Como esta citação indica, Schumpeter lidou, embora de forma inadequada, com a medida em que o tamanho corporativo era o efeito da intervenção estatal. Ele concordou com Rothbard que a cartelização ou o monopólio, como tal, não poderiam existir sem o estado.

O monopolismo de exportação não surge a partir das leis inerentes do desenvolvimento capitalista. O caráter do capitalismo leva à produção em larga escala, mas, com poucas exceções, a produção em larga escala não conduz ao tipo de concentração ilimitada que não deixaria nada além de uma ou apenas algumas empresas em cada setor. Pelo contrário, qualquer planta esbarra em limites para seu crescimento em uma

⁸⁹ SCHUMPETER. Imperialism, pp. 82-3.

⁹⁰ STROMBERG. Role of State Monopoly Capitalism, p. 65.

⁹¹ Ibid., p. 71.

*determinada localidade; e o crescimento de combinações que fariam sentido sob um sistema de livre comércio encontra limites de eficiência organizacional. Para além desses limites, não há tendência de combinação no sistema competitivo.*⁹²

Ainda assim, Stromberg superestima significativamente as vantagens da produção em larga escala em um livre mercado. Com a exceção de algumas formas de produção, o pico da economia de escala é alcançado em níveis relativamente baixos de produção. Na agricultura, por exemplo, um estudo da USDA descobriu, em 1973, que a economia de escala era maximizada em uma fazenda de um homem totalmente mecanizada.⁹³

Walter Adams e James Brock, dois especialistas em economia de escala, citaram vários estudos que mostram que "*os tamanhos das plantas ideais tendem a ser bastante pequenos, em relação ao mercado nacional*". De acordo com um estudo, mesmo levando em conta as eficiências do tamanho da empresa, as fatias de mercado das três maiores empresas, em nove das doze indústrias, excediam a eficiência máxima em um fator de algo entre dois e dez. Mas a economia de escala produtiva era principalmente uma função do tamanho da planta, não da dimensão das empresas multiplanta. Quaisquer eficiências do poder de barganha fornecido pela grande dimensão da empresa eram compensadas pelo aumento dos custos administrativos e de controle e de outras deseconomias.⁹⁴ Na verdade, Seymour Melman argumentou que os custos administrativos aumentados de empresas multi-unidade e multiprodutos são astronômicos. Elas estão propensas a muitas das mesmas deficiências - dados falsificados vindos de baixo e elaborados sistemas formais de controle, com os sistemas de policiamento anexos - que a indústria estatal nos países comunistas.⁹⁵

Descrevendo as ineficiências das grandes empresas, Kenneth Boulding ecoou Melman, mas em linguagem mais colorida:

*Há uma grande quantidade de evidências de que quase todas as estruturas organizacionais tendem a produzir imagens falsas no tomador de decisão e que, quanto maior e mais autoritária a organização, maior a chance de que os seus decisores no topo estejam operando em mundos puramente imaginários.*⁹⁶

Na indústria mais intensiva em capital, automóveis, o pico da economia de escala foi atingido em um nível de produção equivalente a 3-6% da fatia de mercado.⁹⁷ E mesmo esse nível de produção é necessário apenas porque as mudanças anuais de modelo (que sem dúvida não pagariam por si mesmas sem os subsídios do capitalismo de estado) exigem que

⁹² SCHUMPETER. *Imperialism*, p. 88.

⁹³ BAILEY, W. R. *The One-Man Farm*. Citado em: STAVRIANOS, L. S. *The Promise of the Coming Dark Age*. San Francisco: W. H. Freeman and Co., 1976. p. 38.

⁹⁴ ADAMS, Walter; BROCK, James. *The Bigness Complex*. New York: Pantheon Books, 1986. pp. 33-4, 45-6.

⁹⁵ MELMAN, Seymour. *Profits without Production*. New York: Alfred A. Knopf, 1983. p. 80.

⁹⁶ Citado em: STEIN, Barry. *Size, Efficiency, and Community Enterprise*. Cambridge, Massachusetts: Center for Community Economic Development, 1974. p. 5.

⁹⁷ ADAMS; BROCK. *Bigness Complex*, pp. 38-9.

uma fábrica de automóveis desgaste as matrizes de um ciclo de produção em um único ano. Caso contrário, o pico da economia de escala seria alcançado em uma planta com uma produção de apenas 60.000 por ano.⁹⁸

Em todo caso, estes números se referem apenas à economia produtiva de escala. O aumento dos custos de distribuição começa a contrabalançar o aumento das economias de produção, de acordo com a lei de Borsodi, muito antes que o pico da economia produtiva de escala seja atingido. De acordo com um estudo de F.M. Scherer citado por Adams e Brock, uma planta que produzisse a um terço do nível de eficiência máxima de produção experimentaria apenas um aumento de 5% nos custos unitários.⁹⁹ Isto é mais do que compensado pela redução dos custos de transporte para um mercado menor.

O ponto desta digressão é que o tamanho das empresas existentes reflete o papel do estado em subsidiar o aumento do tamanho, ao subscrever as ineficiências do gigantismo empresarial - como Rothbard apontou, as maneiras em que "*nosso estado corporativo usa o poder coercitivo de taxação, seja para acumular capital social ou para reduzir os custos corporativos*"¹⁰⁰. Uma genuína economia de livre mercado seria muito menos centralizada, com produção primariamente para mercados locais.

Além do problema da produção excedente, a economia capitalista de estado produz um segundo problema: o do capital excedente. Não só o preço de monopólio limita a demanda doméstica e, assim, restringe as oportunidades de expansão em casa; mas a indústria não-cartelizada é seriamente desfavorecida como uma fonte de retornos sobre o capital e, portanto, as oportunidades de investimento rentável são limitadas fora dos setores cartelizados.

De acordo com Hilferding, "*ao passo que o ímpeto de aumentar a produção é muito forte nas indústrias cartelizadas, os altos preços do cartel impedem qualquer crescimento do mercado doméstico, de modo que a expansão no exterior oferece a melhor chance de atender à necessidade de aumentar a produção*"¹⁰¹. Bukharin mais tarde descreveu o capital excedente como um resultado direto da cartelização, em linguagem bastante similar. No Capítulo VII de *Imperialism and World Economy*, ele escreveu:

Os volumes de capital que buscam emprego atingiram dimensões inéditas. Por outro lado, os cartéis e os trustes, enquanto organização moderna do capital, tendem a colocar certos limites ao emprego do capital, através da fixação do volume de produção. Quanto às seções não cartelizadas da indústria, torna-se cada vez menos lucrativo investir o capital nelas. Pois as organizações monopolistas podem superar a tendência à redução da taxa de lucro recebendo superlucros monopolistas, em detrimento das

⁹⁸ GREEN, Mark J. et al. (Eds.). *The Closed Enterprise System*. Relatório do Grupo de Estudos de Ralph Nader sobre Aplicação do Antitruste. New York: Grossman Publishers, 1972. pp. 243-4.

⁹⁹ ADAMS; BROCK. *The Bigness Complex*, pp. 45-6.

¹⁰⁰ ROTHBARD, Murray. *Confessions of a Right-Wing Liberal*. In: SILVERMAN, Henry J. (Ed.). *American Radical Thought: The Libertarian Tradition*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Co., 1970. p. 305.

¹⁰¹ HILFERDING. *Finance Capital*, p. 325.

*indústrias não cartelizadas. A partir da mais-valia criada a cada ano, uma porção, aquela que foi criada nos ramos não cartelizados da indústria, está sendo transferida para os coproprietários de monopólios capitalistas, ao passo que a parte daqueles de fora diminui continuamente. Assim, todo o processo leva o capital para além das fronteiras do país.*¹⁰²

Teóricos do capital monopolista fizeram contribuições valiosas para a questão do capital e produção excedentes. Por exemplo, o produto excedente da indústria cartelizada aumenta drasticamente a importância do "esforço de vendas" - o que Galbraith chamou de "gestão da demanda específica" para dispor do produto.¹⁰³ Isso ressalta a importância do estado no problema do escoamento dos excedentes: sem a intervenção estatal para criar a infraestrutura nacional da mídia de massa e de seus mercados anexos de publicidade em massa, a gestão de demanda específica teria sido impossível.

Uma questão que Stromberg negligencia é o papel interno do estado em dispor diretamente dos excedentes. O papel das compras do Estado em absorver a produção excedente, através de gastos tanto militares quanto domésticos, foi uma parte fundamental do modelo de "capitalismo monopolista" de Baran e Sweezy. Suas grandes despesas com "defesa" e com outras coisas fornecem um mercado interno garantido para a produção excedente, análoga àquele fornecido pelos mercados estrangeiros garantidos pelo estado. Ao fornecer tal mercado interno, o estado aumenta a percentagem da capacidade de produção que pode ser usada de uma forma consistente.¹⁰⁴

Paul Mattick elaborou sobre este tema em um artigo de 1956. A economia corporativa superconstruída, escreveu ele, defrontou-se com o problema de que "[a] formação de capital privado... encontra a sua limitação na decrescente demanda de mercado". O Estado teve que absorver parte da produção excedente; mas tinha que fazê-lo sem competir com as corporações no mercado privado. Em vez disso, "[a] produção induzida pelo governo é canalizada para campos não-mercantis - a produção não-competitiva de obras públicas, armamentos, supérfluos e resíduos"¹⁰⁵. Como resultado necessário deste estado de coisas,

contanto que o princípio da produção de capital competitivo prevaleça, a produção em constante crescimento será, em crescente medida, uma "produção pela produção", não beneficiando nem o capital privado, nem a população em geral.

Este processo é um pouco obscurecido, é verdade, pela rentabilidade aparente do capital e pela falta de desemprego em grande escala. Tal como o estado de prosperidade, a rentabilidade também é, agora, amplamente manipulada pelo governo. Os gastos e impostos do governo são geridos de modo a fortalecer as grandes empresas às custas da economia como um todo....

¹⁰² BUKHARIN. *Imperialism and World Economy*, cap. VII.

¹⁰³ BARAN; SWEEZY. *Monopoly Capitalism*, pp. 112-41.

¹⁰⁴ *Ibid.*, pp. 112, 142-77, 207-17.

¹⁰⁵ MATTICK, Paul. *The Economics of War and Peace. Dissent*, vol. 111, n. 4, outono 1956. p. 377.

*A fim de aumentar a escala de produção e de acumulação de capital, o governo cria "demanda" ao ordenar a produção de bens não comercializáveis, financiados por empréstimos governamentais. Isto significa que o governo se aproveita dos recursos produtivos pertencentes ao capital privado que de outra forma ficariam ociosos.*¹⁰⁶

Tal consumo de produção, embora nem sempre diretamente rentável para a indústria privada, serve a uma função análoga ao "despejo" externo abaixo do custo, ao permitir que a economia corporativa obtenha economias de produção em larga escala em níveis de produção além da capacidade dos consumidores privados de absorver.

É interessante considerar como muitos segmentos da economia têm um mercado garantido para a sua produção, ou uma "clientela conscrita" no lugar de consumidores dispostos. O "complexo industrial militar" é bem conhecido. Mas e a educação estatal e os sistemas penais? E o complexo automobilístico-caminhoneiro-rodoviário ou o complexo da aviação civil? O escoamento dos excedentes no exterior ("o capitalismo monopolista dependente de exportações") e o escoamento dos excedentes domésticos (compras governamentais) são formas diferentes do mesmo fenômeno.

Marx descreveu as principais novas formas de indústria como influências neutralizantes contra a queda da taxa de lucro. Baran e Sweezy, de igual modo, consideravam as "invenções que marcaram época" como contrapesos parciais para o excedente sempre crescente. O seu principal exemplo de tal fenômeno foi a ascensão da indústria automobilística na década de 1920, que (juntamente com o programa rodoviário) veio a definir a economia americana na maior parte do meio do século XX.¹⁰⁷ O boom da alta tecnologia da década de 1990 foi um evento semelhantemente revolucionário. É revelador considerar a medida em que ambas as indústrias, automobilística e computacional, muito mais do que a maioria das indústrias, foram os produtos diretos do capitalismo de estado. Mais recentemente, na administração Bush, para considerar apenas uma indústria (a de produtos farmacêuticos), duas grandes iniciativas políticas a beneficiaram fornecendo saídas financiadas pelo estado para a sua produção: a chamada "benefício do remédio com receita" e o fornecimento de medicamentos contra a Aids para países africanos carentes. Em uma outra indústria, o financiamento de P&D de Bush para motores de combustível a hidrogênio está permitindo que as empresas de automóveis desenvolvam a tecnologia sucessora do motor a gasolina (com patentes incluídas) às custas do público; isso não só subsidia a sua transição para a viabilidade em um mundo pós-combustível fóssil, mas lhes dá o monopólio sobre a tecnologia sucessora. "Destruição criativa" é o nosso nome do meio.

¹⁰⁶ *Ibid.*, pp. 378-9.

¹⁰⁷ BARAN; SWEETZY. *Monopoly Capitalism*, p. 220.

Capítulo Oito--Tendências de Crise

Introdução

A tendência de crise subjacente ao capitalismo monopolista, como vimos nos Capítulos Seis e Sete, é a superacumulação. Nesses capítulos, examinamos o surgimento do liberalismo corporativo como uma resposta às crises gêmeas de superacumulação e subconsumo. A incapacidade de se desfazer do produto completo de uma indústria superconstruída, a preços de mercado, é inerente ao sistema. A função primária do estado, sob o capitalismo monopolista, é dispor desse produto excedente e permitir que a indústria opere em capacidade máxima.

Existem, contudo, tendências secundárias de crise, resultantes das tentativas de solução do estado para a tendência primária de crise de superacumulação. As políticas do estado, de assumir os custos de operação da economia corporativa e de pacificar a subclasse, levaram a gastos crescentes, quebras nas receitas e uma crise fiscal crônica. Mas ainda mais fundamental do que esta crise fiscal é a crise de acumulação resultante das políticas corporativas liberais. Políticas Keynesianas e do estado de bem-estar social e o contrato social com os sindicatos empresariais aumentam o nível de consumo às custas da acumulação; desta forma, paradoxalmente, a resposta do estado à superacumulação leva diretamente a uma crise de subacumulação.

A. Crise de Acumulação

As políticas liberais corporativas adotadas para lidar com o subconsumo contêm as sementes de uma tendência oposta de crise: subacumulação. O sindicalismo trabalhista, o Keynesianismo e outros meios de aumentar a demanda agregada também reduzem os fundos disponíveis para investimento.

A tributação para sustentar o estado de bem-estar social e outras formas do que James O'Connor chamou de "consumo público" reduz o pool de fundos disponíveis para investimento privado. Ao mesmo tempo, o aumento do poder de barganha do trabalho, resultante do pacto liberal corporativo, aumenta a porção do produto consumido pelos trabalhadores.

A resistência do trabalhador a cortes nos salários durante crises, a implementação sindical de benefícios de desemprego suplementares que expandiam a demanda, "benefícios criadores de empregos" que reduziam as horas de trabalho, a expansão do crédito ao consumidor, a aposentadoria precoce e o aumento nas pensões, e a resistência do operariado à racionalização da produção, entre outros fatores, aumentaram o emprego e a demanda da classe trabalhadora por bens salariais...¹

¹ O'CONNOR, James. *Accumulation Crisis*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 97.

Na medida em que o valor da força de trabalho é socialmente determinado, o aumento no poder de barganha do trabalho e a revolução das expectativas crescentes aumentam o custo do capital variável e reduzem a massa de mais-valia disponível para reinvestimento. Sob o pacto liberal corporativo, de acordo com O'Connor,

*a cesta de consumo médio se tornou grande demais, e seu valor de conteúdo, alto demais; a cesta de consumo social se tornou grande demais, e seu "valor de conteúdo" igualmente; as lutas de classe, na forma individual, dentro da lei do valor e contra ela, interferiram com os processos capitalistas por meio dos quais a força de trabalho era produzida e reproduzida como capital variável.*²

O efeito de ambas as tendências é aumentar o nível geral de consumo e criar um déficit de novos investimentos.

Isso é potencialmente catastrófico para a sobrevivência do capitalismo. O capitalismo, paradoxalmente, exige acumulação renovada e constante, mesmo quando sofre as consequências da superacumulação passada. Uma solução temporária para a superacumulação é o novo investimento; o último é essencial para manter lucrativo o capital anteriormente acumulado. Como Marx apontou no Volume Três do *Capital*, a taxa decrescente de lucro devida à superacumulação pode ser compensada pelo aumento da produtividade do trabalho (isto é, pela taxa de "mais-valia relativa"). Isto é realizado através de novos investimentos em processos melhorados. Para parafrasear Al Smith, a solução para a crise de superacumulação é mais acumulação. A economia fica equilibrada delicadamente, como em um esquema de Ponzi, com mais acumulação subsidiada sendo necessária para tornar lucrativo o capital superacumulado existente. E cada uma dessas novas ondas de acumulação, para ser lucrativa, exigirá ela própria ainda mais acumulação. Assim as soluções estatistas para a superacumulação diretamente impedem a acumulação suplementar necessária para manter lucrativos os antigos investimentos.

O estado pode também responder engolindo capital excedente com saídas improdutivas, como o gasto militar; mas isto também reduz a taxa de acumulação que, paradoxalmente, é necessária para resolver os problemas da superacumulação prévia.

B. Crises Fiscal e de Insumos

Os níveis de gasto estatal necessários para assumir os custos operacionais do capital e tornar produtivo o investimento criam uma crise fiscal, paralela à crise de acumulação.

A intervenção capitalista de estado em larga escala, geralmente identificada com Whigs e Republicanos no meio do século XIX, levou a uma centralização da economia nas mãos de grandes produtores. Este sistema era inerentemente instável e exigiu ainda mais intervenção

² *Ibid.*, p. 8.

estatal para resolver suas contradições. O resultado foi o capitalismo de estado plenamente desenvolvido do século XX, no qual o estado desempenhava um papel direto em subsidiar e cartelizar a economia corporativa. Apesar de tal intervenção, no entanto, o capitalismo de estado ainda era instável. Conforme a cartelização regulatória avançou a partir da era "Progressista", os problemas de superprodução e capital excedente foram ainda mais intensificados pelas forças descritas por Stromberg nos últimos dois capítulos, com o estado recorrendo a um expansionismo externo cada vez maior, feito uma bola de neve, e a um corporativismo doméstico para resolvê-los. Eles eventualmente levaram ao estado corporativo do New Deal, a uma guerra mundial em que os EUA se estabeleceram (nas palavras de Samuel Huntington) como uma "potência hegemônica em um sistema de ordem mundial" e a uma economia de alta tecnologia quase totalmente militarizada.

Uma taxa de lucro positiva, sob o capitalismo de estado do século XX, foi possível apenas porque o estado assumiu tamanha parte do custo de reprodução do capital constante e variável e realizou um "investimento social" que aumentava a eficiência do trabalho e do capital e, conseqüentemente, a taxa de lucro sobre o capital.³ E as demandas do capital monopolista ao estado não são estáveis ao longo do tempo, mas aumentam constantemente:

...a socialização dos custos do capital de investimento social e de consumo social aumenta ao longo do tempo e é cada vez mais necessária para a acumulação lucrativa por parte do capital monopolista. A razão geral é que o aumento no caráter social da produção (especialização, divisão do trabalho, interdependência, o crescimento de novas formas sociais de capital, tais como educação, etc.) ou proíbe ou torna não lucrativa a acumulação privada de capital constante e variável.⁴

O'Connor não lidou adequadamente com a razão primária para a crise fiscal: o papel crescente do estado em desempenhar funções de reprodução do capital remove um segmento cada vez maior da economia do sistema de preços de mercado. A remoção do sistema de feedback dos preços, que em um livre mercado vincula a quantidade demandada à quantidade oferecida, leva a demandas sempre crescentes por serviços estatais. Quando o consumo de algum fator é subsidiado pelo estado, o consumidor é protegido do custo real de fornecê-lo e é incapaz de fazer uma decisão racional sobre o quanto usar. Assim o setor capitalista de estado tende a adicionar insumos de produção de maneira extensiva, em vez de intensiva; isto é, ele usa os fatores em quantidades maiores, em vez de usar as quantidades existentes de forma mais eficiente. O sistema capitalista de estado gera demandas por novos insumos do estado de forma geométrica, ao passo que a capacidade do estado de fornecer novos insumos aumenta apenas aritmeticamente. O resultado é um processo de uma bola de neve de irracionalidade, no qual as intervenções do estado desestabilizam o sistema ainda mais, exigindo ainda mais intervenção estatal, até que as exigências do sistema de insumos estabilizantes excedam os recursos do estado. Nesse ponto, o sistema capitalista de estado atinge um ponto de ruptura.

³ Vide material de O'CONNOR. *Fiscal Crisis of the State*. New York: St. Martin's Press, 1973., no Capítulo Seis, acima.

⁴ O'CONNOR. *Fiscal Crisis*, p. 8.

Provavelmente, o melhor exemplo deste fenômeno é o sistema de transporte. Os subsídios estatais para rodovias, aeroportos e ferrovias, ao distorcerem o feedback de custo para os usuários, destroem o elo entre a quantia fornecida e a quantia demandada. O resultado, entre outras coisas, é um sistema de rodovias interestaduais que gera congestionamentos mais rápido do que se pode construir ou expandir o sistema para acomodar os congestionamentos. O custo de reparação dos leitos de estradas e pontes em deterioração mais urgente é diversas vezes maior do que a quantia apropriada para esse propósito. Na aviação civil, pelo menos antes dos ataques de 11 de setembro, o resultado eram aviões empilhados taxiando no aeroporto de O'Hare. Simplesmente não há nenhuma maneira de resolver estas crises construindo-se mais rodovias ou aeroportos. A única solução é financiar o transporte com taxas de utilização baseadas nos custos, de modo que o usuário perceba o verdadeiro custo de fornecer os serviços que ele consome. Mas esta solução implicaria na destruição da economia corporativa centralizada existente. Por exemplo, quando o Reino Unido experimentou estradas com pedágio como um método de financiamento, a tentativa de fazer os usuários pagarem o custo total dos serviços de transporte que consumiam resultou apenas em caminhoneiros sendo conduzidos a estradas secundárias.

Caminhoneiros [que devem pagar £10] não estão particularmente felizes com a maneira que estão sendo removidos da estrada pela cobrança, e isso retornará para o contribuinte, porque os caminhões causam problemas massivos de manutenção para a malha rodoviária.

Se a companhia privada que opera a estrada - Midland Expressway Ltd - colocar esses caminhões em nossa malha rodoviária pública através dos preços, vamos pagar a conta dessa manutenção.⁵

A mesma lei de consumo excessivo e escassez se manifesta no caso da energia. Quando o estado subsidia o consumo de recursos como combustíveis fósseis, as empresas tendem a adicionar insumos de forma extensiva, em vez de usar os insumos existentes de forma mais intensiva. Uma vez que os incentivos para conservação e economia estão artificialmente distorcidos, a demanda ultrapassa a oferta. Mas o problema da energia é complicado ainda mais pelas reservas finitas de combustíveis fósseis. De acordo com um artigo no *Oil and Gas Journal* no ano passado,

...O mundo está exaurindo suas reservas de petróleo a um ritmo sem precedentes, com fontes que podem ser restringidas pela capacidade de produção global até 2010, "mesmo não assumindo qualquer crescimento da demanda", disseram analistas da Douglas-Westwood Ltd., uma empresa de consultoria de energia industrial com base em Canterbury, Inglaterra.

"O petróleo deixará permanentemente de ser abundante", disseram analistas da Douglas-Westwood no Relatório de Oferta Mundial de Petróleo emitido mais cedo este

⁵ HEAD to Head: M6 Toll Road. *BBC News*, 9 dez. 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/3303629.stm>. Acessado em: 10 dez. 2003.

mês. "Oferta e demanda serão forçadas a se equilibrar - mas a um preço".

Os choques econômicos resultantes rivalizarão com aqueles dos anos 1970, uma vez que os preços do petróleo "poderiam duplicar ou triplicar dentro de 2 ou 3 anos conforme o mundo passa da abundância para a escassez de petróleo. O mundo está enfrentando um futuro de grandes aumentos no preço do petróleo, que ocorrerão mais cedo do que muitas pessoas acreditam", concluiu o relatório.

"As reservas mundiais conhecidas e estimadas 'ainda por se descobrir' não conseguem satisfazer nem mesmo o nível atual de produção de cerca de 74 milhões de barris/dia para além de 2022. Qualquer crescimento na atividade econômica global serve apenas para aumentar a demanda e trazer adiante o ano do pico", disse o relatório.

Um crescimento anual de 1% na demanda mundial por petróleo poderia fazer com a produção global de óleo cru chegasse a um pico de 83 milhões de b/d em 2016, disseram analistas da Douglas-Westwood. Um crescimento de 2% na demanda poderia causar um pico de produção de 87 milhões de b/d por volta de 2011, ao passo que 3% de crescimento moveria esse pico de produção já para 2006, disseram.

Um crescimento zero da demanda atrasaria o pico da produção mundial de petróleo apenas até 2022, disse o relatório da Douglas-Westwood.

No entanto, a Agência Internacional de Energia recentemente previu que a demanda mundial por petróleo atingiria 119 milhões de b/d por volta de 2020.⁶

Durante a escassez do final dos anos 70, Warren Johnson previu que a crise energética prolongada levaria, por meio das forças de mercado, a uma descentralização radical da economia e a um retorno ao localismo.⁷ Como qualquer outro tipo de intervenção do Estado, subsídios para transporte e energia levam a uma irracionalidade cada vez maior, culminando em colapso.

Outros ramos centralizados do sistema capitalista de estado produzem resultados semelhantes. O agronegócio corporativo, por exemplo, requer várias vezes mais aplicação de pesticidas sintéticos por acre para produzir os mesmos resultados que em 1950 - em parte, por causa da resistência dos insetos e, em parte, porque os pesticidas matam não apenas as pragas de insetos, mas seus inimigos naturais na cadeia alimentar. Ao mesmo tempo, as monoculturas gigantes, típicas do sistema agroindustrial, são particularmente propensas a

⁶ WORLD Oil Supplies Running Out Faster than Expected. *Oil and Gas Journal*, 12 ago. 2002. Vide também MONBIOT, George. Bottom of the Barrel. *The Guardian*, 2 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.monbiot.com/2003/12/02/the-bottom-of-the-barrel/>>. Acessado em: 19 fev. 2016.; CAMPBELL, Colin J.; LAHERRÈRE, Jean H. The End of Cheap Oil. *Scientific American*, mar. 1998; PORTER, Adam. Is the world's oil running out fast? *BBC News*, 7 jun. 2004. Disponível on-line em: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/3777413.stm>>. Acessado em: 15 mai. 2004.

⁷ JOHNSON, Warren. *Muddling Toward Frugality*. San Francisco: Sierra Club Books, 1978.

insetos e pragas que se especializam em determinadas culturas. O uso de fertilizantes químicos, pelo menos as variedades mais comuns de NPK simples, retira do solo elementos vestigiais - um fenômeno observado há muito tempo por Max Gerson. As cargas químicas nestes fertilizantes, conforme se acumulam, alteram a qualidade osmótica do solo - ou o deixam mesmo tóxico. A dependência de tais fertilizantes, em vez de adubos verdes e compostos tradicionais, degrada severamente a qualidade do solo enquanto sistema biológico vivo: por exemplo, o esgotamento de micorrizas que funcionam em simbiose com sistemas radiculares para ajudar a absorção de nutrientes. O efeito cumulativo de todas essas práticas é pressionar o solo ao ponto do colapso biológico. O solo argiloso duro em muitas plantações do agronegócio é praticamente estéril biologicamente, muitas vezes com menos de uma única minhoca por jarra cúbica de solo. O resultado, assim como com pesticidas químicos, é uma quantidade cada vez maior de insumos fertilizantes para produzir resultados decrescentes.

Em todos os casos, a regra básica é que, sempre que a economia se desvia do preço de mercado como princípio de alocação, ela se desvia, nessa medida, da racionalidade. Em uma longa série de índices, a economia capitalista de estado utiliza recursos ou fatores de forma muito mais intensiva do que seria possível se as grandes corporações estivessem pagando o custo delas mesmas. A economia é muito mais intensiva em transporte do que o um mercado livre poderia sustentar, como já vimos. Também é mais intensiva em capital e mais intensivamente dependente do trabalho técnico-científico do que seria rentável se todos os custos fossem arcados pelos beneficiários. A economia é muito mais centralizada, capital-intensiva e de alta tecnologia do que de outra forma seria. Tivessem as grandes empresas corporativas pago por esses insumos elas mesmas, elas teriam chegado ao ponto de utilidade marginal zero de insumos adicionais muito mais cedo.

Ao mesmo tempo em que a demanda por insumos econômicos estatais aumenta, o capitalismo de estado também produz todos os tipos de patologias sociais que exigem "gastos sociais" para conter ou corrigir. Ao subsidiar as formas de produção mais intensivas em capital, ele promove o desemprego e o crescimento de uma classe inferior. Mas, igualmente importante, ele enfraquece as próprias estruturas sociais - família, igreja, vizinhança, etc. - das quais depende para a reprodução de uma ordem social saudável.

Aqueles que acreditam que a produção de mercado e de commodities, como tal, inevitavelmente suga todas as relações sociais para dentro do "nexo monetário" e mina a estabilidade das instituições sociais autônomas estão errados. Mas essa crítica, embora não seja válida para o mercado como tal, é válida para o capitalismo de estado, onde o estado é conduzido a esferas sempre novas, a fim de estabilizar o sistema corporativo. A intervenção do estado no processo de reprodução do capital humano (ou seja, a educação pública e a educação técnica e profissional sustentada por impostos) e o auxílio estatal para formas de centralização econômica que atomizam a sociedade, resultam na destruição da sociedade civil e na substituição, pela intervenção direta do Estado, das atividades realizadas anteriormente por instituições autônomas. A destruição da sociedade civil, por sua vez, leva a ainda mais intervenções estatais para lidar com as patologias sociais resultantes.

A crítica de livre mercado desses fenômenos tem paralelos próximas àquela de Ivan Illich em *Tools For Conviviality*⁸. Illich argumentava que a adoção de tecnologias seguiu um padrão caracterizado por dois limiares (ou "divisores d'água"). O primeiro limiar era um de grande utilidade marginal para incrementos adicionais da nova tecnologia, com um grande aumento na qualidade de vida global na medida em que ela era introduzida. Mas, eventualmente, um segundo limiar foi atingido, em que novos aumentos produziam desutilidades. As tecnologias continuaram a ser adotadas, para além do nível em que prejudicavam positivamente a sociedade; áreas inteiras da vida foram sujeitadas à maior especialização, profissionalização e controle burocrático; e formas mais antigas de tecnologia, que permitiam um controle mais autônomo, individual e local, foram ativamente removidas à carimbadas. Em todas essas áreas da vida, o efeito foi destruir as instituições e as maneiras de fazer as coisas em escala humana, passíveis de controle por uma pessoa média.

Em medicina, o primeiro limiar foi identificado com a introdução de técnicas sépticas, antibióticos e outras tecnologias elementares que reduziram drasticamente a taxa de mortalidade. O segundo foi identificado com a dependência intensiva de medicamentos e procedimentos extremamente caros, com resultados apenas marginalmente positivos (para não mencionar iatrogenias), a transformação da medicina em um sacerdócio regido pelas burocracias "profissionais" e a perda, por parte das pessoas comuns, do controle sobre sua própria saúde. O automóvel chegou ao segundo limiar quando se tornou impossível para a maioria das pessoas trabalhar ou fazer compras a uma distância que se pudesse percorrer a pé ou de bicicleta a partir de onde moravam. O carro deixou de ser um luxo e tornou-se uma necessidade para a maioria das pessoas; um estilo de vida independente dele já não era mais uma opção.

Aqueles que criticam esses aspectos da nossa sociedade ou que expressam simpatias pelas maneiras da vida mais antigas e de menor escala são comumente julgados como nostálgicos, românticos - mesmo luditas. E tais críticas estão, de fato, na maioria das vezes, junto com pedidos de regulamentação governamental de algum tipo para proteger a qualidade de vida, restringindo a introdução de tecnologias disruptivas. Os piores entre tais críticos idealizam a prática "nativa americana" de considerar os efeitos de uma tecnologia por "seis gerações" antes de permitir que ela seja adotada. O próprio Illich caiu nesta categoria geral, considerando estas questões como sendo um assunto adequado para o controle político de base ("reconstrução convivial").

Mas, na verdade, é bem possível lamentar a perda da sociedade em escala humana ("América de Norman Rockwell"), e ressentir-se do triunfo da profissionalização e do automóvel, o tempo todo aderindo estritamente aos princípios do livre mercado. Pois o governo, longe de ser a solução para esses males, tem sido a sua causa. Illich errou em tratar o primeiro e o segundo limiares, respectivamente, como divisores de águas de utilidade e desutilidade sociais, sem considerar o mecanismo de coerção que é necessário para a desutilidade social sequer existir. Numa sociedade em que todas as transações são

⁸ ILLICH, Ivan. *Tools for Conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.

voluntárias, nada parecido com "desutilidade social" é possível. A desutilidade social líquida só pode ocorrer quando aqueles que se beneficiarão pessoalmente da introdução de novas tecnologias para além do segundo limiar são capazes de forçar os outros a arcarem com as desutilidades. Como já vimos em nossas citações da análise de O'Connor, este é o caso no que diz respeito a uma grande parte da tecnologia. O lucro é privatizado, enquanto o custo é socializado. Tivessem os que se beneficiaram da maior dependência do automóvel, por exemplo, sido obrigados a internalizar todos os custos, o carro não seria introduzido para além do ponto em que as desutilidades globais se igualavam às utilidades globais. Como Kaveh Pourvand elegantemente colocou em uma comunicação privada, a intervenção do Estado promove a adoção de determinadas tecnologias para além do ótimo de Pareto.⁹ A coerção ou o uso dos "meios políticos" é a única maneira na qual uma pessoa pode impor uma desutilidade sobre uma outra.

O sistema capitalista de estado exige, assim, insumos estatais cada vez maiores, sob a forma de subsídios à acumulação, e uma intervenção cada vez maior para conter os efeitos sociais nocivos do capitalismo de estado. Juntamente com as pressões políticas para conter o crescimento da tributação, essas demandas levam a (como o título de O'Connor indica) uma *"crise fiscal do estado"*, ou *"uma tendência de as despesas do Estado aumentarem mais rapidamente do que os meios de as financiar"*.¹⁰ A *"lacuna estrutural" ...entre os gastos estatais e as receitas do estado* é satisfeita através de financiamento deficitário crônico, com os inevitáveis resultados inflacionários. Sob o capitalismo de estado *"as tendências de crise se deslocam, é claro, do sistema econômico para o administrativo..."*. Esta crise deslocada se expressa através de *"inflação e uma crise permanente nas finanças públicas"*.¹¹

O problema é intensificado pelo financiamento desproporcional dos gastos do Estado através de impostos sobre o setor competitivo (incluindo os impostos sobre o setor do capital monopolista que são repassados para o setor competitivo), bem como a promoção dos lucros do capital monopolista em detrimento do setor competitivo. Esta depressão do setor competitivo simultaneamente reduz seu poder de compra e sua força como base de tributação e agrava as crises tanto das finanças estatais quanto da escassez de demanda.

A crise de insumos sob o capitalismo de estado é agravada ainda mais pela promoção, por parte do estado, das ineficiências do grande tamanho. A maioria das grandes corporações foram ampliadas para muito além dos níveis Pareto-ótimos pela intervenção governamental em subsidiar as despesas operacionais e esconder o custo da ineficiência da organização em grande escala.

Além disso, as empresas existentes são forçadas a ser ainda mais hierarquizadas e autoritárias do que de outra forma seriam, por causa das ações passadas do estado. Não só foram as classes produtoras originalmente roubadas de sua propriedade sobre os meios de

⁹ POURVAND, Kaveh. E-mail privado, 29 out. 2003.

¹⁰ O'CONNOR. *Fiscal Crisis of the State*, p. 9.

¹¹ HABERMAS, Jurgen. *Legitimation Crisis*. Tradução de Thomas McCarthy. United Kingdom: Polity Press, 1973, 1976. pp. 61, 68.

produção, como o estado interveio de forma contínua para diminuir o poder de barganha do trabalho e aumentar a taxa de exploração. Por exemplo, considere a ação da classe dominante nos anos 70 para quebrar o poder do trabalho organizado, colocar um teto sobre os salários reais e desviar os recursos do consumo de massa para o investimento. O resultado foi a estagnação dos salários, o aumento da carga de trabalho (também conhecido como "aumento de produtividade") e a necessidade de todos os tipos de mecanismos de vigilância e controle interno dentro da empresa para manter na linha a força de trabalho cada vez mais descontente.

Essas grandes corporações têm as características internas de uma economia planificada. O fluxo de informação é sistematicamente distorcido ao se subir na cadeia de comando, com cada degrau na hierarquia dizendo ao próximo acima o que ele quer ouvir. E cada degrau da gestão, com base em dados sem sentido (para não mencionar absolutamente nenhum conhecimento direto do processo de produção), envia decisões irracionais e idiotas de volta para baixo na cadeia de comando. A única coisa que mantém as grandes organizações hierárquicas funcionando é o fato de que os trabalhadores produtivos na parte inferior realmente sabem alguma coisa sobre seus próprios trabalhos e têm bom senso suficiente para ignorar a política e mentir a respeito, para que a produção possa evoluir lentamente a despeito da interferência dos patrões.

Quando um gerente sênior decide adotar uma "reforma" ou "melhorar" o processo de alguma forma, ele normalmente baseia a sua decisão em recomendações dos gerentes seniores de outras organizações, que adotaram políticas semelhantes. Naturalmente, esses gerentes seniores não têm qualquer conhecimento real, eles mesmos, dos resultados reais da política, porque a sua própria informação é baseada em dados filtrados abaixo. Não só a gerência sênior de uma organização vive em um mundo imaginário, como resultado da informação distorcida vinda de baixo; como seu mundo imaginário é retirado ainda mais da realidade pela cultura profissional que compartilha com a gerência sênior em todos os outros lugares. *"...em uma hierarquia rígida, ninguém questiona as ordens que parecem vir de cima, e aqueles que estão no topo estão tão isolados da situação real de trabalho, que nunca veem o que está acontecendo abaixo"*¹².

A raiz do problema, em todos esses casos, é que os seres humanos individuais só conseguem tomar decisões eficientes de forma ótima quando internalizam todos os custos e benefícios de suas próprias decisões. Em uma grande hierarquia, as consequências das decisões irracionais e mal informadas dos parasitas no topo são arcadas pelas pessoas na parte inferior, que realmente estão fazendo o trabalho. E as pessoas que fazem o trabalho, que tanto sabem o que está acontecendo quanto sofrem os efeitos nocivos de decisões por parte aqueles que não sabem o que está acontecendo, não têm qualquer controle direto sobre a tomada de decisões.

Robert Anton Wilson descreveu em termos grandiosos como o ônus da ignorância dos trabalhadores confronta ônus da onisciência da gestão:

¹² SHEA, Robert; WILSON, Robert Anton. *The Illuminatus! Trilogy*. New York: Dell Publishing Co., Inc., 1975. p. 388.

Cada logograma autoritário divide a sociedade, uma vez que divide o indivíduo, em metades alienadas. Aqueles na parte inferior sofrem o que eu chamarei de ônus da ignorância. A atividade sensorial natural do biograma - o que a pessoa vê, ouve, cheira, prova, sente e, acima de tudo, o que o organismo como um todo, ou como um todo potencial, quer - é sempre irrelevante e imaterial. O logograma autoritário, não o campo da experiência sentida, determina o que é relevante e material... A pessoa age, não pela experiência pessoal e pelas avaliações do sistema nervoso, mas pelas ordens superiores...

Aqueles no topo da pirâmide autoritária, contudo, sofrem um igual e oposto ônus da onisciência.... Eles devem tentar fazer o ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir e tomar decisão por toda a sociedade.

Mas um homem com uma arma é informado apenas do que as pessoas assumem que não vai provocá-lo a puxar o gatilho. Dado que toda autoridade e governo são baseados na força, a classe mestra, com seu ônus de onisciência, enfrenta a classe servil, com o seu ônus de ignorância, precisamente como um assaltante enfrenta sua vítima. A comunicação só é possível entre iguais. A classe dominante nunca abstrai informação suficiente da classe servil para saber o que está realmente acontecendo no mundo em que a produtividade real da sociedade ocorre.... O resultado só pode ser desorientação progressiva entre os governantes.¹³

A única coisa que mantém as organizações funcionando é o fato de que as pessoas da base, que sabem como fazer o trabalho, têm o bom senso de ignorar as diretivas vindas de cima; isso e o fato de que cada organização está competindo contra outras organizações prejudicadas pela mesma cultura institucional. A "*genialidade de nossas burocracias centralizadas tem sido*", como Paul Goodman colocou, "*como elas se interligam para formar um establishment de acreditação mútua de tomadores de decisão com interesses comuns e um estilo em comum*..."¹⁴.

Na verdade, as empresas crescem até tamanha dimensão e complexidade interna que já não compensa sequer tentar controlar os custos de tais operações internas. Isso seria bom em um livre mercado, onde uma empresa como um todo internalizasse todos os seus próprios custos e benefícios. Nesse caso, os custos de ineficiência da complexidade interna e da falta de controle de custos seriam pesados contra outras eficiências compensatórias, e o crescimento pararia no ponto em que eles se cancelassem. Mas a questão é diferente quando elas continuam crescendo porque o estado as protege das ineficiências de seu próprio tamanho. Mises destacou que grandes corporações privadas estavam propensas aos mesmos problemas de cálculo econômico que uma economia planificada. Quanto maior for uma corporação, tanto mais das suas decisões internas são administrativas em vez de transações

¹³ *Ibid.*, p. 498.

¹⁴ GOODMAN, Paul. *People or Personnel e Like a Conquered Province*. New York: Vintage Books, 1963, 1965. p. 357.

de mercado, e tanto mais elas estão removidas dos preços reais do mercado. Um planejador corporativo interno, alocando recursos administrativamente, depende indiretamente dos preços externos do mercado como fonte de informações, da mesma forma como um planejador estatal em uma economia gerida pelo estado.

Nos locais de trabalho espanhóis após a revolução de 1936, os custos unitários diminuíram drasticamente, e a produção aumentou. O motivo foi que o poder fluiu de baixo para cima, e as pessoas que faziam as decisões eram diretamente responsáveis perante as pessoas que faziam o trabalho. Como resultado, todas as consequências da ação foram muito mais integralmente interiorizadas por aqueles que tomavam decisões.

Este princípio aplica-se não só a empresas com fins lucrativos, mas a universidades, instituições de caridade e outras grandes organizações da "sociedade civil". O paradigma da Nova Classe de "gestão profissional" afetou a estrutura de todas as grandes organizações na sociedade capitalista de estado. Em todos os casos, a organização ou está sujeita ao controle externo por parte de um conselho de curadores ou a uma gestão interna top-down. Paul Goodman descreveu brilhantemente essa tendência, na maneira em que ela opera em uma ampla variedade de organizações. Essas organizações estão sob o domínio de uma gestão profissionalizada e de administradores seniores politicamente selecionados com "salários de prestígio". Uma vez que a organização distribui os custos e benefícios da ação entre pessoas diferentes, as massas de trabalhadores produtivos dentro dela já não são motivadas pelos prazeres intrínsecos do trabalho. Em vez disso, o pessoal deve estar sujeito à compulsão administrativa ou a outras formas de motivação extrínseca.

Na minha opinião, a causa saliente da inépcia na promoção e em todas as práticas de contratação é que, em condições centralizadas, cada vez menos pessoas sabem o que é um bom serviço no trabalho. A aparência de competência pode contar mais do que a realidade, e leva uma vida de trabalho para fabricar uma aparência ou, mais geralmente, para se adaptar à expectativa comum. Assim como há a dependência de motivações extrínsecas, há grande dependência de marcas extrínsecas de competência: testes, perfis, publicações, boatos entre as esposas, um curriculum vitae chamativo. No entanto, não há um método alternativo de seleção. Em condições descentralizadas, em que um homem sabe o que se passa e se engaja em toda a empresa, o requerente pode apresentar uma obra-prima para o exame e ele tem pares funcionais que podem decidir se querem ele na guilda.¹⁵

...O que incha os custos em empresas operadas nos entrelaçados sistemas centralizados da sociedade, sejam eles comerciais, oficiais, ou institucionais sem fins lucrativos, são todos os fatores de organização, procedimento e motivação que não sejam diretamente determinadas pela função e pelo desejo para realizá-lo....

Mas quando as empresas podem ser operadas autonomamente por

¹⁵ GOODMAN. *People or Personnel e Like a Conquered Province*, pp. 83-4.

*profissionais, artistas e operários intrinsecamente comprometidos com o trabalho, há economias ao longo de toda a linha. As pessoas se viram com os meios. Elas gastam em valor, não em convenções. Elas improvisam procedimentos de forma flexível conforme a oportunidade se apresenta e intervêm em situações de emergência. Elas não vigiam o relógio. As habilidades disponíveis de cada pessoa são colocadas em uso. Elas evitam o status e, quando em apuros, aceitam salários de subsistência. A administração e as despesas gerais são ad hoc. A tarefa tende a ser vista em sua essência, em vez de em abstrato.*¹⁶

Este é o estilo de organização em que a esmagadora maioria das pessoas trabalha. A maioria das pessoas tem pouca ou nenhuma influência em suas condições ou métodos de trabalho e não tem nenhum motivo para fazê-lo "bem", além da necessidade de um salário e o medo de ser despedida. Na verdade, as pessoas que avaliam a qualidade do seu trabalho não têm nenhuma ideia de em que a qualidade poderia realmente consistir.

Quando o chefe com salário prestigioso de uma grande organização se aposenta, ele nunca é substituído por um trabalhador da produção, de dentro da organização, que realmente entende o processo e pode tomar decisões inteligentes. Em vez disso, os administradores ou diretores escolhem entre uma grande variedade de currículos aventureiros com um histórico de ocupar posições de alta gerência em outras grandes organizações. O novo chefe é alguém que absorveu completamente a cultura profissional da alta gestão, mas nunca se envolveu no trabalho genuinamente produtivo em sua vida.

Quando o pessoal de uma organização não tem interesse direto em sua finalidade, a motivação intrínseca deve ser substituída pela compulsão externa. Esta passagem de "The Dispossessed" de Ursula LeGuin é uma excelente ilustração:

Atro uma vez havia lhe explicado como isso era gerenciado, como os sargentos podiam dar ordens para os soldados, como os tenentes podiam dar ordens aos soldados e aos sargentos, como os capitães... e assim por diante até os generais, que podiam dar ordem a todas as outras pessoas e não precisavam recebê-las de ninguém, exceto do comandante supremo. Shvek ouvira com um desgosto incrédulo. "Você chama isso de organização?" ele inquirira. "Você sequer a chama de disciplina? Mas ela não é nenhum dos dois. É um mecanismo coercitivo de ineficiência extraordinária - um tipo de motor a vapor do sétimo milênio! Com uma estrutura tão rígida e frágil o que poderia ser feito que valesse a pena fazer?" Isso havia dado a Atro a chance de discutir o valor da guerra como a criadora de coragem e virilidade e extirpadora dos inaptos, mas a própria linha de seu argumento o havia forçado a admitir a eficácia das guerrilhas, organizadas de baixo para cima, autodisciplinadas. "Mas isso só funciona quando as pessoas pensam que elas estão lutando por algo que é seu - sabe, suas casas, ou uma noção ou outra", disse o velho homem. Shvek havia abandonado a discussão. Ele agora a continuava, no porão que escurecia, entre as caixas empilhadas

¹⁶ *Ibid.*, p. 113.

*de produtos químicos sem rótulo. Ele explicava para Atro que ele agora entendia por que o Exército era organizado como o era. Era de fato bastante necessário. Nenhuma forma racional de organização serviria ao propósito. Ele simplesmente não havia entendido que o propósito era possibilitar que homens com metralhadoras matassem homens desarmados e mulheres de maneira fácil e em grandes quantidades quando ordenados a fazê-lo.*¹⁷

Paul Goodman usava a universidade para ilustrar o princípio. Ao contrário da universidade medieval, que era uma associação auto-organizada de acadêmicos e estudantes, a universidade moderna reflete um propósito imposto de fora. Como resultado,

*as necessidades sociais existem na escola como "objetivos da administração" e isto acrescenta muitas complicações: os acadêmicos têm que ser motivados, disciplinados, avaliados. Mas quando os estudantes que querem ser advogados ou médicos encontram para si uma faculdade, ou quando mestres com algo importante para professar atraem discípulos, o caso é mais simples: os objetivos são implícitos e não há nenhum problema de motivação.*¹⁸

Ao se tornar a forma padrão de organização nas instituições dominantes e mais influentes de nossa sociedade, o paradigma burocrático na indústria, na educação e no bem-estar efetivamente expulsa ou impede formas alternativas de organização com base em controle de baixo para cima e descentralização. *"Ninguém será capaz de imaginar uma coisa dessas. Em breve, ...a inevitabilidade do centralismo será auto-comprovada. Um sistema destrói seus concorrentes ao ocupar os meios e canais, e, em seguida, prova que é o único modo concebível de operar".*¹⁹

C. Crise de Legitimação

O capitalismo de estado envolve "[r]e-acoplar o sistema econômico ao político ... O aparelho de Estado não mais, como no capitalismo liberal, apenas assegura as condições gerais de produção..., mas agora está ativamente engajado nelas"²⁰. Ou seja, o capitalismo abandona o modelo "laissez-faire" de envolvimento do estado, principalmente através da aplicação de um quadro jurídico geral, e recorre, em vez disso, a laços organizacionais diretos e a contribuições estatais diretas para o setor privado.

Na medida em que a relação de classe foi, ela mesma, repolitizada, e o estado assumiu o controle das tarefas de substituição de mercado, assim como de complementação do mercado..., a dominação de classe já não pode mais assumir a forma anônima da lei do

¹⁷ LEGUIN, Ursula. *The Dispossessed*. New York: Harper Paperbacks, 1974. pp. 305-6.

¹⁸ GOODMAN. *Compulsory Miseducation e The Community of Scholars*. New York: Vintage Books, 1962, 1964. p. 213

¹⁹ GOODMAN. *People or Personnel*, p. 70.

²⁰ HABERMAS. *Legitimation Crisis*, p. 36.

*valor. Em vez disso, ela agora depende de constelações factuais de poder, de se e como a produção de mais-valia pode ser garantida através do setor público e de com o que os termos do compromisso de classe se parecerão.*²¹

A intervenção direta do estado em nome das elites corporativas se torna cada vez maior e mais impossível de esconder. Isso contradiz de maneira fundamental a ideologia oficial do "capitalismo de livre mercado", na qual o estado age simplesmente como um garantidor neutro de uma ordem social em que os mais merecedores vencem pelos seus próprios esforços. Por isso, ela mina a base ideológica da qual a sua legitimidade popular depende. Assim, em paralelo com a crise fiscal do Estado, o capitalismo de estado se move, de igual modo, para o que Habermas chamou de "crise de legitimação".

*De acordo com as concepções burguesas, que permaneceram constantes desde os primórdios da lei natural moderna até os discursos eleitorais contemporâneos, as recompensas sociais devem ser distribuídas com base na realização individual.... Uma vez que tem sido reconhecido, mesmo entre a população em geral, que a força social é exercida nas formas da troca econômica, o mercado perdeu sua credibilidade como um... mecanismo justo para a distribuição de oportunidades de vida em conformidade com o sistema.*²²

Quando o sistema capitalista de estado finalmente chega ao seu limite, o estado se torna incapaz de aumentar ainda mais os insumos dos quais o sistema depende. As contradições fundamentais do sistema, deslocadas do campo político/administrativo, voltam, com uma vingança, na forma de crise econômica. O sistema capitalista de estado atingirá o seu ponto de ruptura.

D. Reação Neoliberal e Repressão Política

A elite corporativa americana reagiu, em 1970, à combinação das crises fiscal, de acumulação e de legitimação através da adoção de uma agenda neoliberal de reduzir o consumo e subsidiar nova acumulação. Junto com essas novas políticas, ela adotou as formas de controle político necessárias para forçá-las a uma população recalcitrante.

Até o final da década de 1960, a perspectiva de elite foi governada pelo pacto social do New Deal. O estado corporativo iria comprar estabilidade e aquiescência popular à exploração imperialista no exterior garantindo um nível de prosperidade e segurança para a classe média. Em troca de melhores salários, os sindicatos iriam reforçar o controle da administração sobre o local de trabalho. Como Richard K. Moore colocou, a prosperidade garantiria a passividade pública.²³ Mas, a partir da era do Vietnã, o pensamento da elite passou por uma profunda mudança.

²¹ *Ibid.*, p. 68.

²² *Ibid.*, p. 81.

²³ MOORE, Richard K. Escaping the Matrix. *Whole Earth*, verão 2000, p. 53.

Elas concluíram, a partir da experiência dos anos 1960, que o contrato social tinha falhado. Além de níveis sem precedentes de ativismo nos direitos civis e nos movimentos anti-guerra e da mudança geral em direção ao radicalismo entre os jovens, os cidadãos como um todo também se tornaram menos controláveis. Houve uma proliferação de organizações ativistas, mídia alternativa, organizações de direitos sociais, ativismo comunitário, etc.

Intelectuais de elite, como Samuel P. Huntington, lamentaram a diminuição drástica do nível de confiança no governo e em outras grandes instituições entre o público em geral. Em *Crisis of Democracy*, escrito por Huntington e por outros como um artigo inaugural para a Trilateral Institution (um excelente barômetro do pensamento da elite), os autores argumentam que o sistema entrou em colapso com a sobrecarga de demanda, por causa de um excesso de democracia. A análise de Huntington é tão ilustrativa do pensamento da elite naquela época que o citaremos longamente.

Para Huntington, o papel da América em manter o sistema global capitalista de estado dependia de um sistema interno de poder; este sistema de poder, diferentemente designado neste trabalho como liberalismo corporativo, liberalismo da Guerra Fria e estado de bem-estar-bélico, assumia uma vontade pública geral de ficar fora dos assuntos do governo. Durante as duas primeiras décadas ou mais após a Segunda Guerra Mundial, os EUA haviam funcionado como "*o poder hegemônico em um sistema de ordem mundial*"²⁴. E isso só foi possível por causa de uma estrutura interna de autoridade política em que o país "*era regido pelo presidente em exercício, com o apoio e cooperação de indivíduos-chave e de grupos no ramo Executivo, na burocracia federal, no Congresso, e, o mais importante, em empresas, bancos, escritórios de advocacia, fundações e meios de comunicação, que constituem o establishment privado*"²⁵.

A posição dos Estados Unidos como defensor do capitalismo global exigia que o seu governo tivesse a capacidade "*de mobilizar seus cidadãos para a consecução dos objetivos sociais e políticos e de impor disciplina e sacrifício aos seus cidadãos, a fim de atingir esses objetivos*"²⁶. O mais importante, essa capacidade exigia que a democracia fosse em grande parte nominal e que os cidadãos estivessem dispostos a deixar grandes decisões substantivas sobre a natureza da sociedade norte-americana para as autoridades qualificadas. Ela exigia, em outras palavras, "*alguma medida de apatia e falta de envolvimento por parte de alguns indivíduos e grupos*"²⁷.

Infelizmente, essas exigências estavam sendo gravemente prejudicadas por "*um colapso dos meios tradicionais de controle social, uma deslegitimação dos meios políticos e de*

²⁴ HUNTINGTON, Samuel P.; CROZIER, Michael J.; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy*. Relatório sobre a Governabilidade de Democracias para a Trilateral Commission: Triangle Paper 8. New York: New York University Press, 1975. pp. 105-6.

²⁵ *Ibid.*, p. 92.

²⁶ *Ibid.*, pp. 7-8.

²⁷ *Ibid.*, pp. 113-5.

outros meios de autoridade e uma sobrecarga de demanda sobre o governo, excedendo sua capacidade de resposta"²⁸.

A essência da onda democrática da década de 1960 era um desafio geral aos sistemas existentes de autoridade, públicos e privados.... Dentro da maioria das organizações, a disciplina foi aliviada e as diferenças de status tornaram-se turvas. Cada grupo reivindicou seu direito de participar igualmente - e talvez mais do que igualmente - nas decisões que lhe afetavam....

A contestação da autoridade permeava a sociedade. Na política, ela se manifestava em um declínio na confiança do público e na confiança nos líderes e instituições políticas, uma redução no poder e na eficácia das instituições políticas..., uma nova importância para a mídia "adversária" e para a intelligentsia "crítica" nos assuntos públicos e um enfraquecimento da coerência, propósito e autoconfiança da liderança política."²⁹

A tarefa das elites tradicionais do capitalismo de estado, em face da crise da democracia, era restaurar essa "medida de apatia e não-envolvimento", e, assim, tornar o sistema mais uma vez "governável".³⁰

Em resposta aos protestos contra a guerra e aos conflitos raciais, LBJ³¹ e Nixon³²

²⁸ *Ibid.*, pp. 7-8.

²⁹ *Ibid.*, pp. 74-6.

³⁰ *Ibid.*, pp. 113-5.

³¹ Nota do Tradutor: Lyndon Baines Johnson, comumente LBJ, foi um político norte-americano e o 36º presidente dos Estados Unidos, cargo que assumiu após servir como o 37º vice-presidente dos Estados Unidos. Membro do Partido Democrata do Texas, Johnson fez parte da Câmara dos Representantes entre 1937-49 e do Senado entre 1949-61. Após não ter conseguido a indicação para presidente em 1960, ele recebeu a oferta de John F. Kennedy para ser seu *running mate* na eleição de 1960. Johnson ascendeu à presidência após o assassinato de Kennedy em 23 de novembro de 1963, completando o mandato de Kennedy e sendo eleito por conta própria com uma grande margem na eleição de 1964. Johnson recebeu grande apoio dos Democratas e, enquanto presidente, foi responsável por criar a legislação da "Grande Sociedade", que incluía leis que confirmavam os direitos civis, radiodifusão pública, Medicare, Medicaid, proteção ambiental, auxílio a educação e sua "Guerra a Pobreza". Ele era conhecido por sua personalidade autoritária e o "tratamento Johnson", sua coerção de políticos poderosos para avançar legislações. Durante os primeiros anos de sua presidência, a economia cresceu e milhões de americanos saíram da pobreza, especialmente por causa dos seus projetos de estímulo econômicos e sociais.

Johnson adotou uma política externa voltada ao anticomunismo. Ele aumentou a participação norte-americana na Guerra do Vietnã, indo de dezesseis mil soldados na região em 1963 para 550 mil no início de 1968, aumentando as fatalidades e diminuindo as chances de paz. O envolvimento gerou vários movimentos anti-guerra, principalmente em universidades de todo o país. Revoltas começaram a ocorrer em várias cidades, e os crimes nas grandes cidades aumentaram em 1965, e seus oponentes passaram a exigir medidas de lei e ordem. O Partido Democrata dividiu-se em várias facções e, após não ter ido bem na convenção de Nova Hampshire em 1968, Johnson não conseguiu a indicação para tentar a reeleição, tendo que desistir da corrida presidencial em 1968. O Republicano Richard Nixon acabou por sucedê-lo. O legado de sua presidência divide opiniões. Muitos historiadores argumentam que seu governo marcou o pico do liberalismo americano após a era do New Deal. Johnson é bem avaliado por

começaram a criar um quadro institucional para a coordenação de políticas de um estado policial nos níveis mais altos, para se certificar de que qualquer desordem desse tipo, no futuro, pudesse ser tratada de forma diferente. Este processo culminou no *Civil Disturbance Plan 55-2, Garden Plot do Departamento de Defesa*, que envolvia vigilância doméstica por parte dos militares, planos de contingência para a cooperação militar com a polícia local na supressão de distúrbios em todos os cinquenta estados, planos para a prisão preventiva em massa e exercícios conjuntos da polícia com o exército regular. O Senador Sam Ervin, da Subcomissão de Assuntos Constitucionais, afirmou que *"a Inteligência Militar tinha estabelecido um sistema de vigilância intrincado, abrangendo centenas de milhares de cidadãos americanos. Os membros do comitê haviam visto um plano mestre - Garden Plot - que deu uma visão de olhos de águia sobre a estratégia do Exército-Guarda Nacional-polícia"*. (Claro, grande parte do aparato necessário para a prisão preventiva de "subversivos" já estava em vigor desde a Lei McCarran de Segurança Interna³³ da era Truman.)

A princípio, os exercícios do Garden Plot focaram principalmente no conflito racial. Mas, a partir de 1970, os cenários assumiram um toque diferente. As equipes conjuntas, constituídas por policiais, soldados e espiões, começaram a praticar batalhas contra grandes grupos de manifestantes. A Califórnia, sob a liderança de Ronald Reagan, estava entre os participantes mais entusiasmados nos jogos de guerra do Garden Plot.

muitos estudiosos e historiadores devido as suas políticas domésticas e a assinatura de diversas leis, incluindo de direitos civis, controle de armas e seguridade social. Apesar dos avanços internos, muitos o desqualificam como um bom presidente devido ao fiasco da guerra do Vietnã. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lyndon_B._Johnson. Acessado em: 29 set. 2016.

³² N. do T.: Richard Milhous Nixon foi o 37.º presidente dos Estados Unidos (1969-1974) e o único presidente norte-americano a renunciar ao mandato. Em 1953, foi eleito vice-presidente enquanto Dwight Eisenhower se elegia presidente dos Estados Unidos. Em 1960, fora derrotado pelo democrata John Kennedy na eleição presidencial, por menos de 80 mil votos de diferença e por pequena margem no Colégio Eleitoral. Persistente, voltou a candidatar-se pelo Partido Republicano em 1968, vencendo a eleição contra o democrata Hubert Humphrey. Em 1972, foi reeleito com esmagadora maioria no Colégio Eleitoral (520 votos a 17) sobre o oponente George McGovern. Nixon negociou a retirada das forças dos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã, aproximou o país da República Popular da China e viajou a Moscou, onde deu impulso às negociações com a União Soviética sobre a redução de armamento. Ele sempre se posicionou de forma contrária à difusão do comunismo, considerando-o uma ideologia nociva. Na política interna, Nixon travou dura luta contra a inflação, mediante o controle de preços e salários e a redução dos gastos públicos. Renunciou em 9 de agosto de 1974, em virtude do escândalo Watergate, pouco antes da votação pelo Congresso da cassação de seu mandato - o impeachment. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Nixon. Acesso em: 29 set. 2016.

³³ N. do T.: O Internal Security Act de 1950, também conhecido como a Lei de Controle de Atividades Subversivas ou Lei McCarran, em homenagem a seu principal patrocinador Sen. Pat McCarran (D-Nevada), é uma lei federal dos Estados Unidos. Foi promulgada por sobre veto do presidente Harry Truman. O ato exigia que organizações comunistas se registrassem junto ao Procurador Geral dos Estados Unidos e criou o Conselho de Controle de Atividades Subversivas para investigar pessoas suspeitas de envolvimento em atividades subversivas ou de outra forma na promoção da criação de uma "ditadura totalitária", seja fascista ou comunista. Os membros desses grupos não poderiam tornar-se cidadãos e, em alguns casos, foram impedidos de entrar ou sair do país. Cidadãos encontrados em violação poderiam perder sua cidadania em cinco anos. O ato também continha um estatuto de detenção de emergência, dando ao presidente a autoridade para apreender e deter "cada pessoa contra a qual há motivos razoáveis para crer que tal pessoa provavelmente vá se envolver em, ou provavelmente irá conspirar com outras pessoas para, participar de atos de espionagem ou sabotagem". Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/McCarran_Internal_Security_Act. Acesso em: 29 set. 2016.

...o *Garden Plot* [posteriormente] evoluiu para uma série de exercícios de treinamento anuais, com base em planos de contingência para erodir revoltas e manifestações, sendo desenvolvidos, por fim, para todas as grandes cidades nos Estados Unidos. Os participantes dos exercícios incluíam funcionários-chave de todas as agências de aplicação da lei no país, bem como da Guarda Nacional, das Forças Armadas e representantes da comunidade de inteligência. De acordo com o plano, equipes conjuntas reagiriam a uma variedade de cenários com base em informações recolhidas através de espionagem política e de informantes. O objetivo era acabar com a agitação urbana.³⁴

O pacto social do New Deal com o trabalho organizado foi reavaliado à luz dos novos eventos. O país foi varrido por uma onda de greves no início da década de 1970, na mineração de carvão, na indústria automobilística e nos correios. Estas perturbações indicaram que os sindicatos comerciais já não podiam manter seu operariado sob controle e que o sistema fordista não estava cumprindo o seu propósito de manter o controle social no local de trabalho.

Ao mesmo tempo, a imprensa econômica foi inundada por artigos sobre a iminente "escassez de capital" e por apelos à transferência de recursos do consumo para a acumulação de capital, através de uma redução radical do estado de bem-estar e de uma aniquilação do trabalho organizado. Essa mudança se refletiu em think-tanks tradicionalmente liberais corporativos como a Brookings³⁵ e o CED³⁶, que produziram, ambos, estudos reconhecendo a necessidade de impor limites sobre o consumo, no interesse da acumulação; por exemplo, o estudo de 1976 da Brookings Institution, *Setting National Priorities: The Next Ten Years*.³⁷

Revistas de negócios previram com franqueza que um limite máximo para os salários

³⁴ MORALES, Frank. U.S. Military Civil Disturbance Planning: The War at Home. *Covert Action Quarterly* vol. 69, primavera-verão 2000. Disponível em: <<https://cryptome.org/garden-plot.htm>>. Acessado em: 25 fev. 2016.

³⁵ N. do T.: A Brookings Institution é um think-tank americano com base em Washington, D.C., EUA. Um dos think-tank mais antigos de Washington, a Brookings realiza pesquisa e educação em ciências sociais, principalmente em economia, política metropolitana, governança, política externa e economia e desenvolvimento globais. Sua missão declarada é "fornecer recomendações práticas e inovadoras que promovam três grandes objetivos: fortalecer a democracia americana; promover o desenvolvimento econômico e social do bem-estar, da segurança e das oportunidades de todos os americanos e garantir um sistema internacional mais aberto, seguro, próspero e cooperativo". A Brookings afirma que sua equipe "representa diversos pontos de vista" e descreve-se como não-partidária, ao passo que os meios de comunicação, por vezes, descrevem a Brookings como "liberal". Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Brookings_Institution. Acessado em: 29 set. 2016.

³⁶ N. do T.: O Committee for Economic Development of The Conference Board (CED) é uma organização política pública, liderada por empresas, com sede em Washington, DC. A sua composição consiste principalmente de executivos seniores de uma variedade de indústrias e setores dos EUA. Juntamente com seus membros, o CED visa apoiar e promover a livre iniciativa, melhorar a educação e os cuidados de saúde, financiar campanha de reforma, melhorar a governança corporativa e melhorar a saúde fiscal dos Estados Unidos. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Committee_for_Economic_Development. Acessado em: 29 set. 2016.

³⁷ BOYTE, Harry C. *The Backyard Revolution: Understanding the New Citizen Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1980. 226 (nota).

reais seria difícil de forçar ao público no ambiente político existente.³⁸ Por exemplo, um artigo na edição de 12 de outubro de 1974 da *Business Week* avisava que

*Algumas pessoas, obviamente, terão que se virar com menos... [D]e fato, cidades e estados, o mercado de hipotecas de casas, pequenas empresas e o consumidor receberão todos menos do que querem... [V]ai ser uma pílula difícil para muitos americanos engolirem - a ideia de ter que se virar com menos, de modo que as grandes empresas possam ter mais... Nada que esta nação, ou qualquer outra nação, tenha feito na história moderna se compara em dificuldade com o trabalho de venda que agora deve ser feito para fazer as pessoas aceitarem a nova realidade.*³⁹

Isso só aumentava o imperativo de reduzir o excesso de democracia e tornar o Estado menos vulnerável à pressão popular.

As corporações abraçaram toda a gama de possibilidades anti-sindicais do Taft-Hartley, arriscando apenas as simbólicas multas do NLRB. Elas aumentaram drasticamente os recursos de gestão dedicados à vigilância e ao controle do local de trabalho, uma necessidade por causa do descontentamento por conta de salários estagnados e de volumes de trabalho crescentes (também conhecidos como aumento da "produtividade").⁴⁰ Não surpreendentemente, a violência no local de trabalho ("ficar surtado") se intensificou juntamente com os níveis gerais de descontentamento do empregado. A utilização de sistemas de vigilância interna e de perfis de personalidade para detectar insatisfações e eliminar aqueles com atitudes ruins em relação à autoridade, para não mencionar rastrear os culpados de sabotagem quieta e discreta, se tornaram uma preocupação central dos novos tcheckistas⁴¹ nos departamentos de Recursos Humanos.

Os salários em percentagem do valor acrescentado diminuíram drasticamente desde a década de 1970, e os salários reais ficaram virtualmente achatados. Virtualmente todos os aumentos da produtividade do trabalho foram canalizados para o lucro e para o investimento, em vez de para os salários. A nova escalada militar da Guerra Fria, do final dos anos 70 em diante, ainda transferiu mais recursos públicos para a indústria.

Uma série de eventos, como a queda de Saigon, o movimento não-alinhado e a Nova Ordem Econômica Internacional foram tomados como sinais de que o império corporativo transnacional estava perdendo o controle. A comunidade de segurança nacional via o "sistema de ordem mundial" da América sob crescente pressão dos movimentos de libertação nacional. Um excelente exemplo da visão das elites da política externa sobre o futuro próximo é o trabalho do analista da RAND, Guy Pauker, que escreveu, em 1977, sobre uma "possível crise

³⁸ *Ibid.*, pp. 13-6, junto com as notas em pp. 225-9.

³⁹ *Ibid.*, pp. 225-6 (nota).

⁴⁰ GORDON, David M. *Fat and Mean: The Corporate Squeeze of Working Americans and the Myth of Management Downsizing*. New York: The Free Press, 1996.

⁴¹ N. do T.: Membros da Tcheka, polícia secreta Soviética. Vide: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tcheka>. Acessado em: 29 set. 2016.

da ordem mundial na década de 1980⁴².

A escalada de intervenção de Reagan na América Central foi uma resposta parcial a esta percepção. Mas mais importante ainda, o colapso da União Soviética acabou com todas as restrições externas ao sistema global projetado durante a Segunda Guerra Mundial e privou a resistência interna a esse sistema do patrocínio da União Soviética. Na sequência deste arrebatamento de vitória total das garras da derrota, a Rodada do Uruguai do GATT acabou com todas as barreiras para as empresas transnacionais comprarem economias inteiras, trancou o ocidente em um controle monopolista da tecnologia moderna e criou um governo mundial em nome das corporações globais.

Isso foi, na sua essência, o desenvolvimento que James O'Connor havia previsto em 1984 - anos antes da queda do Muro de Berlim e da implosão da URSS:

Algumas pessoas que pensaram ou escreveram sobre o assunto [a crise global do capitalismo] acreditam que uma resolução da crise que favoreça os interesses capitalistas internacionais exigirá uma maior reestruturação da divisão do trabalho e da economia internacional em geral, de maneiras que permitirão que o capital restabeleça o controle político e social sobre o trabalho global e sobre estados-nação pequeno-burgueses chave (por exemplo, a resolução das lutas de classe e nacionais no Oriente Médio, na África do Sul e na América Central em favor dos interesses de empresas multinacionais).⁴³

Nesse meio tempo, os EUA estavam se movendo em direção a uma polarização radical de renda. O efeito geral da reação neoliberal foi a diluir as linhas entre o centro e a periferia imperial: a burguesia compradora, vivendo em setores de luxo fortemente fortificados das cidades do Terceiro Mundo, coexistia com as comunidades muradas da América enquanto elementos do centro; ao mesmo tempo, algo semelhante a uma sociedade do Terceiro Mundo surgiu em partes do que tradicionalmente era o Primeiro Mundo. O interior da cidade e o campo despovoado, os locais da miséria urbana e rural, respectivamente, foram objeto de uma crescente vigilância e brutalidade sob o pretexto da guerra contra as drogas. "A maior parte do mundo foi transformado em uma periferia; o centro imperial se resumiu à própria elite capitalista..."⁴⁴.

Conforme as elites políticas tentavam transformar o país em uma sociedade de duas camadas, uma versão mais amável e mais delicada do padrão do Terceiro Mundo, a ameaça de descontentamento público forçou o governo a níveis cada vez maiores de autoritarismo.

O meio mais óbvio de controle social, numa sociedade descontente, é uma força

⁴² PAUKER, Guy. *Military Implications of a Possible World Order Crisis in the 1980s*, R-2003-AF. Santa Monica: Rand Corporation, 1977.; PAUKER. *Sources of Instability in Developing Countries*, P-5029. Santa Monica: Rand Corporation, 1973.

⁴³ O'CONNOR. *Accumulation Crisis*, pp. 1-2.

⁴⁴ MOORE. *Escaping the Matrix*, p. 56.

policial forte, semi-militarizada. A maior parte da periferia tem sido gerida por tais por séculos. Isso era óbvio para planejadores da elite no Ocidente, foi adotado como política e agora tem sido amplamente implementado....

Para que a força policial reforçada pudesse manter o controle em condições de agitação de massas, os planejadores da elite também perceberam que grande parte da Bill of Rights teria que ser neutralizada.... O projeto de neutralização de direitos tem sido amplamente implementado, como exemplificado por ataques armados no meio da noite, práticas ultrajantes de busca e apreensão, leis contra conspiração excessivamente amplas, invasão de privacidade por atacado, encarceramento em massa e o aumento do trabalho escravo carcerário.

"O Rubicão", Moore conclui, "foi cruzado - as técnicas de opressão há muito comuns na periferia do império estão sendo importados para o centro"⁴⁵.

Com a ajuda da Guerra às Drogas e das Guerras sortidas às Quadrilhas, ao Terrorismo, etc., o aparato de repressão continuou a crescer. A Guerra às Drogas transformou a Quarta Emenda em papel higiênico; o confisco civil, com a ajuda de informantes na cadeia, dá à polícia o poder de roubar a propriedade sem a apresentação de acusações - uma fonte lucrativa de fundos para helicópteros e coletes de kevlar. As equipes da SWAT levaram à militarização das forças policiais locais, e o treinamento cruzado com as forças armadas tem levado muitos departamentos de polícia urbanos a ver a população local como um inimigo sob ocupação.⁴⁶

O antigo compadre de Reagan na Califórnia, Giuffrida⁴⁷, ressurgiu nos anos 80 como chefe da FEMA⁴⁸, onde trabalhou com Oliver North⁴⁹ para afinar o Garden Plot. North, como elo

⁴⁵ Ibid. p. 57; Vide também SMITH, Sam. How You Became the Enemy. *Progressive Review*, 1997. Disponível em: <<http://www.mega.nu/ampp/enemy.html>>. Acessado em: 15 abr. 2001.

⁴⁶ WEBER, Diane Cecilia. Warrior Cops: The Ominous Growth of Paramilitarism in American Police Departments. *Cato Briefing Paper*, n. 50, 26 ago. 1999. Disponível em: <<http://www.cato.org/pubs/briefs/bp-050es.html>>. Acessado em 15 abr 2001.

⁴⁷ N. do T.: Louis Onorato Giuffrida foi o primeiro diretor da administração de Ronald Reagan da Federal Emergency Management Agency, de 1981 a 1985. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Louis_O._Giuffrida. Acessado em: 25 set. 2016.

⁴⁸ N. do T.: A Agência Federal de Gestão de Emergências (Federal Emergency Management Agency, abreviada como FEMA) é uma agência do governo dos Estados Unidos da América, subordinada ao Departamento de Segurança Interna, tendo sido criada por uma Ordem Executiva em 1 de abril de 1979. O objetivo principal da FEMA é coordenar as respostas a desastres que ocorram nos Estados Unidos e que superem os recursos das autoridades locais e do estado. O governador do estado no qual o desastre acontecer deve declarar estado de emergência e solicitar formalmente ao Presidente que a FEMA e o governo federal respondam ao desastre. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%A2ncia_Federal_de_Gest%C3%A3o_de_Emerg%C3%A2ncias. Acessado em: 29 set. 2016.

⁴⁹ N. do T.: Oliver Laurence "Ollie" North (7 de outubro de 1943, San Antonio) é um ex coronel dos fuzileiros navais dos Estados Unidos. Atualmente é um comentarista político conservador, apresentador de televisão, historiador militar e autor de livros. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Oliver_North. Acessado em: 29 set. 2016.

de ligação do NSC⁵⁰ com a FEMA de 1982 a 84, desenvolveu um plano "para suspender a constituição no caso de uma crise nacional, tal como guerra nuclear, dissidência interna violenta e generalizada ou oposição nacional a uma invasão militar dos EUA no exterior"⁵¹. O Garden Plot, curiosamente, foi implementado localmente durante os motins de Rodney King⁵² e talvez também em protestos antiglobalização recentes.⁵³ A Delta Force⁵⁴ forneceu informações e consultas nesses lugares e em Waco^{55, 56}.

⁵⁰ N. do T.: O Conselho de Segurança Nacional (National Security Council ou NSC, em inglês) é uma organização administrativa diretamente subordinada ao presidente dos Estados Unidos. Seu papel é assessorar, coordenar e, algumas vezes, provocar a ação em questões de política externa, segurança nacional e questões estratégicas em geral. O Conselho de Segurança Nacional é um ator pouco conhecido da política externa dos Estados Unidos, apesar de sua importância central nessa área. O conselho reúne, na forma de seu estatuto jurídico, os seguintes membros, todos oriundos do alto escalão do governo estadunidense: vice-presidente, secretário de estado (exerce função equivalente à dos ministros das relações exteriores de outros países, como o Brasil), secretário de defesa e conselheiro de segurança nacional, além do próprio presidente do país. Este último preside também o conselho, cuja administração, ao seu turno, é de incumbência do conselheiro de segurança nacional. Outros membros podem ser convidados, independentemente de prévia indicação estatutária, conforme as necessidades observadas a cada tempo. Vide: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Seguran%C3%A7a_Nacional_\(Estados_Unidos\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_de_Seguran%C3%A7a_Nacional_(Estados_Unidos)). Acessado em: 29 set. 2016.

⁵¹ CHARDY, Alfonso. Reagan Aides and the 'Secret' Government. *Miami Herald*, Washington, D.C., 5 jul. 1987. Disponível em: http://www.theforbiddenkknowledge.com/hardtruth/secret_white_house_plans.htm. Acessado em: 26 abr. 2016.; vide também REYNOLDS, Diana. The Rise of the National Security State: FEMA and the NSC. *Covert Action Information Bulletin*, n. 33, inverno 1990. Reproduzido por The Public Eye em http://www.publiceye.org/liberty/fema/Fema_1.html. Acesso 15 abr. 2001.

⁵² N. do T.: Os distúrbios de Los Angeles em 1992 foram desencadeados em 29 de abril de 1992, quando um júri absolveu oficiais do Departamento de Polícia de Los Angeles, três brancos e um hispânico, acusados de agressão contra o motorista negro Rodney King após uma perseguição em alta velocidade. A agressão dos policiais foi filmada. Milhares de pessoas na área de Los Angeles se revoltaram ao longo dos seis dias após o veredito provocando um conflito racial. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dist%C3%BArbios_de_Los_Angeles_em_1992. Acessado em: 29 set. 2016.

⁵³ MORALES. U.S. Military Civil Disturbance Planning; ROSENBERG, Paul. *The Empire Strikes Back: Police Repression of Protest From Seattle to L.A.* Los Angeles: L. A. Independent Media Center, 2000. Disponível em: <http://www.protestarchive.org/R2KLegal/pdf/empire-strikes.pdf>. Acessado em: 25 fev. 2016.; COCKBURN, Alexander. The Jackboot State: The War Came Home and We're Losing It. *Counterpunch*, 10 mai. 2000. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2000/05/10/the-jackboot-state/>. Acessado em: 25 fev. 2016.

⁵⁴ N. do T.: Força Delta é o nome popular dado à unidade reconhecida como 1st Special Forces Operational Detachment - Delta (1st SFOD-D), a principal força contraterrorismo e de operações especiais do Exército dos Estados Unidos. É a unidade mais sofisticada em campo que o Exército dos Estados Unidos dispõe, junto com o DEVGRU da Marinha dos Estados Unidos e as unidades de suporte e inteligência do Pentágono, CIA e NSA. Foi formada no padrão da unidade britânica Special Air Service (SAS), que é o mais utilizado entre as Forças Especiais ao redor do mundo. A Força Delta treina continuamente com unidades especiais de países aliados, como a Special Air Service do Reino Unido e Sayeret Matkal de Israel, além de treinar unidades estrangeiras quando for de interesse político americano, como houve na Colômbia. Até há pouco tempo esta unidade foi omitida pelo governo americano, mas recentemente o Pentágono mudou a postura e reconheceu sua existência, embora dados sobre seu quadro de serviço, missões que realiza, baixas e nomes, sejam guardados em sigilo. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Delta_Force. Acessado em: 29 set. 2016.

⁵⁵ N. do T.: O Cerco de Waco foi um cerco realizado pelo governo dos Estados Unidos, que começou em 28 de fevereiro de 1993, quando o Bureau of Alcohol, Tobacco, and Firearms tentou cumprir um mandado de busca na sede (denominada "Monte Carmelo" em função do lugar bíblico) do Ramo

O aparelho do estado policial se intensificou ainda mais durante a administração Clinton, com a passagem da chamada Lei Antiterrorismo⁵⁷ em 1996. A lei de Clinton, sem dúvida mais perigosa do que qualquer coisa já feita por Ashcroft⁵⁸, deu autoridade absoluta ao Presidente para declarar qualquer organização "terrorista" por decreto executivo e, em seguida, para confiscar seus ativos sem o devido processo legal. Desde então, se agarrando à oportunidade apresentada pelos ataques de 11/9, o Departamento de Justiça de Ashcroft foi capaz de forçar (através do Patriot Act⁵⁹ dos EUA) toda uma extensa lista de medidas de estado policial desejadas pelo FBI que o Congresso estivera relutante em engolir cinco anos antes.

O crescimento do estado policial pós-11/9 se encaixa muito bem com a reação pré-11/9 contra o movimento antiglobalização, que, desde Seattle, tinha substituído o chamado movimento constitucionalista ou de milícia como uma das principais preocupações do executivo federal.⁶⁰ John Timoney, comissário de polícia da Filadélfia durante o motim da polícia de

Davidiano, uma propriedade a 14 km a lés-nordeste de Waco, Texas. Um tiroteio resultou nas mortes de quatro agentes e seis seguidores de David Koresh. Seguiu-se um cerco de 51 dias, que terminou em 19 de abril, quando um incêndio destruiu o conjunto. Setenta e seis pessoas (24 delas com nacionalidade britânica) faleceram no incêndio, assim como mais de 20 crianças, duas grávidas e o próprio Koresh. Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cerco_de_Waco. Acessado em: 29 set. 2016.

⁵⁶ US Army Intel Units Spying on Activists. *Intelligence Newsletter*, n. 381, 5 abr. 2000. Disponível em: <https://groups.yahoo.com/neo/groups/smygo/conversations/messages/47>. Acessado em: 25 fev. 2016.

⁵⁷ N. do T.: Omnibus Counterterrorism Act de 1995, introduzido pelo senador Joe Biden em nome da Administração Clinton em fevereiro daquele ano. Ele continha provisões de aprimoramento no Direito Penal e na Lei de Imigração, controles sobre explosivos plásticos, materiais nucleares e angariação de fundos, entre outras na assistência antiterrorismo. De acordo com o resumo do Presidente Clinton, o projeto foi concebido para estabelecer jurisdição criminal federal sobre atos de terrorismo internacional. Grupos de defesa da liberdade civil se opuseram ao projeto de lei sobre a alegação de que violaria as liberdades civis fundamentais, incluindo o direito de confrontar o próprio acusador. Outra fonte de oposição foi a capacidade de o Governo utilizar informações de fontes secretas em processos de deportação de suspeitos de terrorismo. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Omnibus_Counterterrorism_Act_of_1995. Acessado em: 29 set. 2016

⁵⁸ N. do T.: John David Ashcroft é um político norte-americano do Missouri, foi senador pelo Missouri entre 1995 a 2001, procurador-geral dos Estados Unidos entre 2001 a 2005, governador do Missouri entre 1985 a 1993, procurador do Missouri entre 1977 a 1985 e auditor do Missouri entre 1973 a 1974. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/John_Ashcroft. Acessado em: 29 set. 2016.

⁵⁹ N. do T.: USA PATRIOT Act referido nos editoriais em português como "Lei Patriótica", é o Decreto que foi assinado pelo presidente George W. Bush logo depois do 11 de setembro de 2001, em 26 de outubro de 2001. Permite, entre outras medidas, que órgãos de segurança e de inteligência dos EUA interceptem ligações telefônicas e e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo, sem necessidade de qualquer autorização da Justiça, sejam elas estrangeiras ou americanas. Após várias prorrogações durante o governo de George Bush, em 27 de julho de 2011, o presidente Barack Obama sancionou a extensão do USA PATRIOT Act por mais quatro anos - até 27 de julho de 2015. USA PATRIOT Act é o acrônimo "Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act de 2001" (em português algo como Ato de Unir e Fortalecer a América Providenciando Ferramentas Apropriadas e Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo). Vide: https://pt.wikipedia.org/wiki/USA_PATRIOT_Act. Acessado em: 29 set. 2016.

⁶⁰ REDDEN, Jim. Police State Targets the Left. *The ZohShow: Newsbytes*, 2 mai. 2000. Disponível em: <http://r2klegal.protestarchive.org/media/jr-022101.html>. Acessado em: 26 fev. 2016.; REDDEN. *Snitch*

agosto de 2000 na Convenção Nacional Republicana⁶¹, tem sido um colaborador próximo do Diretor de Segurança Interna, Tom Ridge. Antes de 11/9, Timoney era um inimigo barulhento da conspiração "anarquista internacional" para interromper reuniões da globalização e defendeu o uso do estatuto RICO⁶² e de táticas policiais federais agressivas para quebrar o movimento antiglobalização. Em agosto de 2000, ele fez o que era sem dúvida o uso mais drástico, completo e criativo de espionagem policial, assédio, detenção preventiva de ativistas com acusações forjadas, de qualquer oficial de polícia local envolvido na luta contra o movimento pós-Seattle.⁶³ Como chefe de polícia de Miami, ele supervisionou os tumultos recentes da polícia, durante a reunião da ALCA. O nome de Timoney veio à tona periodicamente na mídia em ligação com a Homeland Security, frequentemente com rumores de ser considerado para um posto de tenente superior sob Ridge. As disposições sobre "terrorismo econômico" do Ato Patriota dos EUA, sem dúvida, aplicam-se a muitas das táticas de ação direta utilizadas pelos Wobblies e outros sindicatos radicais; quanto tempo levará até que as leis de "sindicalismo criminoso" de oitenta anos atrás sejam ressuscitadas sob este disfarce?

Uma inovação especialmente criativa da Guerra às Drogas, desde então aplicada a todos os tipos de outras áreas, é transformar todos com quem lidamos em agentes da polícia. Bancos rotineiramente relatam movimentos "suspeitos" de dinheiro; em programas "conheça o seu cliente", os varejistas relatam compras de itens que podem concebivelmente ser utilizados em combinação para a fabricação de medicamentos; bibliotecas estão sob pressão de reportar leitores de material "subversivo"; programas da DARE transformam crianças em informantes da polícia.

A mídia e a cultura popular também fazem a sua parte. Nos dramas policiais, "*'direitos' são uma piada, os acusados são sociopatas desprezíveis, e nenhum criminoso jamais é levado à justiça até que algum nobre policial ou procurador dobre um pouco as regras*"⁶⁴. Enquanto isso, as escolas, através da "socialização em grupos de pares" (também conhecida como a sociedade de quartéis) do DARE e da "tolerância zero", estão moldando um público treinado desde a infância para acreditar que o caminho para o sucesso é agradar figuras de autoridade,

Culture: How Citizens are Turned into the Eyes and Ears of the State. Venice, California: Feral House, 2000.

⁶¹ Vide ROSENBERG. *The Empire Strikes Back*.

⁶² N. do T.: O Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act, comumente conhecido como RICO Act ou simplesmente RICO, é uma lei federal dos Estados Unidos que prevê sanções penais estendidas e uma causa de ação civil para atos praticados como parte de uma organização criminal em curso. O RICO Act se concentra especificamente na extorsão, e permite que os líderes de um sindicato possam ser julgados pelos crimes que eles pediram a outros para cometer ou os assistiram a cometer, fechando uma brecha percebida que permitia que uma pessoa que instruiu alguém para, por exemplo, cometer assassinato, ser isentada do julgamento porque não chegou a cometer o crime pessoalmente. Embora seu uso original na década de 1970 tenha sido de processar a máfia, bem como outros que estavam ativamente envolvidos no crime organizado, a sua aplicação mais tarde foi mais generalizada. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Racketeer_Influenced_and_Corrupt_Organizations_Act. Acessado em: 29 set. 2016.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ MOORE. *Escaping the Matrix*, p. 57.

evitar fazer baderna e fazer e acreditar no que lhes é dito - e que todo problema ou situação de perplexidade deve ser tratado correndo-se até alguém em posição de autoridade.

A tecnologia computacional e de mídia digital aumentaram o potencial de vigilância a níveis orwellianos. A existência de enormes bases de dados computacionais, programas de vigilância como Echelon e Carnivore e experimentação policial com combinações de câmeras públicas, tecnologia de reconhecimento facial digital e bancos de dados de fotos digitais, tornaram, entre si, um estado de vigilância total tecnicamente viável. Embora balões de ensaio como o Total Information Awareness sejam ocasionalmente lançados, o público ainda resiste aos passos finais rumo a uma base de dados universal de vigilância ou de um cartão de identificação nacional. Sem dúvida Ashcroft já tem o projeto de legislação para implementá-los à mão na gaveta da escrivaninha, a ser apresentado depois que o próximo ataque terrorista conveniente restaurar a atitude de servilismo apropriada entre o público em geral.

Uma resposta comum àqueles que temem tal capacidade (vindo da espécie de "conservador por um governo pequeno" que normalmente é cheio de zelo para com o Estado de segurança nacional) é desafiar defensores das liberdades civis a produzir "um exemplo" de como (por exemplo) o Ato Patriota dos EUA foi abusado. Mas os poderes que o governo tem em papel e o que poderia escolher fazer com eles se jamais achasse "conveniente" são muito mais importantes do que o uso que se fez deles até agora. Todos os direitos que temos foram originalmente forçados ao governo a partir de baixo, não concedidos pelo governo por boa vontade. A única garantia que temos para esses direitos, em última instância, é a nossa capacidade de exercê-los contra a vontade do governo e nossa capacidade de resistir se ele tentar restringi-los.

O argumento da "ladeira escorregadia" usado contra o controle de armas é igualmente aplicável aqui: quanto mais o exercício de um direito é regulado, licenciado e monitorado, menos crível é a capacidade do público de exercer esse direito contra a vontade do governo, e mais esse direito se torna, na prática, um privilégio concedido pelo governo. O governo federal tem percorrido um longo caminho para criar a estrutura legal e institucional completa necessária para a ditadura, independentemente de se ele opta por exercê-la; Ashcroft deseja claramente percorrer a maior parte do resto do caminho nessa trilha. O próprio fato de que o governo está ocupado adquirindo a capacidade de nos seguir e de manter nosso discurso e associações sob vigilância e de suspendê-las ao golpe da caneta de um presidente torna essas liberdades menos seguras. O efeito é tornar essas liberdades uma concessão do governo, dependendo da continuação da sua boa vontade.

Há, no entanto, limites embutidos a essas tendências em direção à repressão e ao estatismo; eles jazem no potencial de crise de legitimação detalhado na seção anterior. Muitos aspectos da própria reação neoliberal, como o debate politicamente carregado sobre "reforma da previdência", são exemplos das contradições do capitalismo sendo traduzidas para o âmbito administrativo, como Habermas previu.

E. Limites Embutidos à Efetividade da Reação Neoliberal

Mesmo em períodos de crise de acumulação e de estagnação, como a década de 1970, o capital está tão sobreacumulado que a indústria não pode dispor do seu produto lucrativamente, em um mercado livre, operando a plena capacidade. A superacumulação é a tendência de crise subjacente e mais fundamental de todos os tempos.

Como vimos, paradoxalmente, uma solução para a crise de superacumulação é ainda mais acúmulo para aumentar a rentabilidade dos investimentos antigos. O termo "crise de acumulação" refere-se não aos níveis absolutos de acumulação de capital, mas a taxas insuficientes de acumulação adicional para tornar investimentos antigos rentáveis. Mas essa "solução", embora proteja o desastre no curto prazo, agrava ainda mais o problema da superacumulação no longo prazo, o que exige, por sua vez, um acúmulo ainda maior no futuro para manter os investimentos de hoje rentáveis. O sistema torna-se cada vez mais superacumulado e dependente de níveis cada vez maiores de acumulação futura.

Uma vez que a superacumulação é crônica e fundamental, mesmo em períodos de crise de acumulação, há limites para a viabilidade da reação neoliberal. O Estado só pode reverter os ganhos sociais e econômicos do trabalho de forma limitada. Assim, apesar do reconhecimento neoliberal das glórias do "capitalismo de livre mercado", a reação da década de 1970 não era em direção a menos envolvimento do Estado na economia. Foi somente em direção a menos apoio do Estado para a demanda agregada e menos acomodações para com o trabalho organizado. E, mesmo assim, não foi possível reduzir o poder de barganha do trabalho aos níveis pré-New Deal, porque era necessário, para remediar os problemas de subacumulação, evitar provocar uma nova crise de realização.

Assim, o sistema capitalista de estado está equilibrado sobre a ponta de uma faca. Há uma tensão permanente entre os requisitos da realização e da produção completa e os da acumulação adicional; ou, como James O'Connor colocou, "*contradições econômicas (e sociais e políticas) entre as condições de produção de valor e mais-valia, por um lado, e a demanda efetiva e o valor de realização, por outro*"⁶⁵. Soluções liberais corporativas para a crise de superacumulação impedem a acumulação adicional necessária para tornar os investimentos existentes rentáveis. Mas a mudança neoliberal dos fundos de consumo para o investimento ameaça a demanda agregada necessária para absorver a produção a plena capacidade e ameaça ativar a tendência à superacumulação, que está sempre latente no sistema capitalista de estado.

Neste estado de tensão permanente, algo tem de ceder. Uma saída é uma recessão ou depressão grave que, desvalorizando radicalmente as acumulações existentes de capital, aumenta a relação de mais-valia para capital constante e, portanto, restaura uma taxa saudável de lucro. Após a destruição massiva de valores capitais na depressão, aqueles que saírem por cima estão na posição de começar uma nova onda de acumulação. Para os capitalistas que

⁶⁵ O'CONNOR. *Accumulation Crisis*, p. 58.

sobrevivem, é uma "solução"; mas do ponto de vista da classe capitalista como um todo, é uma catastrófica, para não mencionar perigosa e politicamente custosa. Um sistema econômico que "resolve" a tensão entre acumulação e realização através de oscilações cada vez mais graves do ciclo de negócios soa perigosamente próximo do capitalismo tardio previsto por Marx.

A crise fiscal do Estado também é crônica. Não importa o quanto o estado de bem-estar seja reduzido e os sindicatos sejam castrados, a economia exige insumos governamentais crescentes para tornar o capital rentável. Mesmo durante os períodos de crise de acumulação, como os anos 1970, o capital é, não obstante, superacumulado ao ponto de ser inútil sem intervenção estatal maciça. Mas tais gastos estatais, através da redução do conjunto de fundos privados disponíveis para o investimento privado, também intensifica a tendência em direção a crises de acumulação.

A economia corporativa, em seus níveis atuais de acumulação e centralização, é simplesmente incapaz de operar em plena capacidade e dispor de seu produto completo sem insumos estatais maciços e participação estatal maciça na economia. E tais intervenções, por sua própria natureza, desestabilizam a economia corporativa de forma a exigir ainda mais intervenção. Como resultado, o perigo de crises de acumulação e fiscal é inerente mesmo nas formas mínimas de intervenção estatal, que são, elas próprias, absolutamente necessárias para evitar a tendência primária de crise de superacumulação e subconsumo. É impossível evitar as crises de acumulação e de realização sem níveis de consumo e de gastos estatais que colocam em perigo os níveis adequados de nova acumulação. E qualquer transferência de recursos do consumo para o investimento suficiente para assegurar níveis adequados de acumulação nova irá ameaçar o nível de demanda necessária para absorver a produção da indústria operando a plena capacidade. É virtualmente impossível conduzir um caminho intermediário entre as duas tendências de crise.

Pode não ser completamente fantasioso discernir, na história dos últimos cem anos, um ciclo político de longo prazo da intervenção estatal na economia: um ciclo político de negócios oscilante de reações alternadas às crises de superacumulação e subacumulação. O'Connor parecia estar insinuando um ciclo político desses quando escreveu que *"crises históricas criaram o capital em larga escala e a classe trabalhadora/assalariada, que criaram formas e conteúdos socialdemocratas de estado - todos os quais estavam na raiz da moderna crise de acumulação"*.⁶⁶

A reação neoliberal da década de 1970 e a subsequente polarização da riqueza e da renda sem dúvida criaram novas tendências de crise em direção à superacumulação. A crise iminente foi ocultada na década de 1990 pela indústria de alta tecnologia, em grande parte criada pelo estado. Esta nova indústria mitigou uma nova crise de superacumulação fornecendo uma grande e rentável saída para o capital excedente: um ciclo de investimento de onda longa, comparável à indústria automobilística no meio do século. Ainda assim, a polarização da renda e a canalização de todos os aumentos de produtividade para mais

⁶⁶ *Ibid.*, p. 225.

investimentos prenunciou uma nova crise de superprodução e subconsumo.

As recentes especulações de Richard K. Moore sobre um silencioso "golpe" anti-neoconservador atualmente em curso são bastante interessantes neste contexto. Moore suspeita que, por trás da guerra de mil cortes de vazamentos sobre o escândalo Plame, Abu Ghraib, etc., há um movimento por parte de militares uniformizados, da CIA e de carreiristas do Departamento de Estado (para não mencionar grande parte do establishment corporativo) para remover a panelinha de Bush do poder.⁶⁷ Eu mesmo me pergunto se o establishment político dos EUA está reavaliando não só a agenda da política externa do PNAC, mas o próprio consenso neoliberal. Existe uma mudança política de longo prazo em andamento, comparável à do início dos anos 70 - mas desta vez volta para o liberalismo corporativo? Seria interessante, a este respeito, ver a avaliação de Thomas Ferguson sobre o fluxo de dinheiro das empresas para os respectivos partidos.

F. Neoconservadorismo como Tentativa de Defesa Contra a Crise de Legitimação

Como James O'Connor argumentou, a ideologia individualista é uma parte fundamental da crise de acumulação. Na sua forma moderna de individualismo consumista (a "revolução das expectativas crescentes"), ela aumenta a pressão por maiores salários e gastos sociais. O individualismo consumista está no coração do sistema de legitimação do pacto social taylorista/fordista do New Deal. "Se eles nos pagarem bem, deixaremos os chefes gerirem". O trabalhador sacrifica o trabalho criativo como uma expressão da individualidade e, ao invés disso, encontra sua individualidade através da "busca da felicidade" na esfera do consumo.

Mais importante, o individualismo político mais antigo, sobrevivente da cultura política americana tradicional, é um impedimento à transformação autoritária necessária para transferir recursos do consumo para a acumulação e para acabar com as exigências excessivas e a pressão democrática sobre o estado. Os valores individualistas da população em geral estão no centro da crise de legitimidade que limita a ação estatal em nome do capital organizado.

A ideologia autoritária do neoconservadorismo ("conservadorismo do governo grande", "conservadorismo da grandeza nacional") é uma tentativa parcial de superar o individualismo tradicional americano. No lugar dos direitos inalienáveis da pessoa humana e da responsabilidade absoluta do Estado para com os cidadãos, ele enfatiza o serviço e o sacrifício ao estado. Por exemplo, considere a lamentação de Max Boot sobre a fácil vitória na Operation Enduring Freedom⁶⁸ em novembro de 2001 e sobre o nível inadequado de vítimas para

⁶⁷ MOORE. about those torture photos. Cyberjournal, 19 mai. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040816074400/http://cyberjournal.org/cj/show_archives/?id=%27811%27&batch=%2716%27&lists=%27cj%27>. Acessado em: 8 ago. 2004. Richard K. Moore convida comentários sobre estas visões; ele pode ser contatado por e-mail em richard@cyberjournal.org

⁶⁸ N. do T.: A Operação Liberdade Duradoura (em inglês: Operation Enduring Freedom, OEF) é o nome oficial dado pelo Governo dos Estados Unidos da América para a resposta militar aos Ataques de 11 de

demonstrar o espírito marcial adequado. Embora os neoconservadores falem muito sobre "independência" e "liberdade", no léxico neocon independência e liberdade são redefinidas como tudo o que o indivíduo é convidado a sacrificar. Qualquer que seja a guerra total que o estado esteja lutando atualmente é, por definição, para "defender a nossa liberdade".

Há, no entanto, contradições embutidas na solução neoconservadora. Os conceitos de liberdade e justiça têm algum conteúdo cultural residual que está além da capacidade dos intelectuais da corte de extirpar. Transformar a cultura e reescrever a história não é tão fácil como Orwell os fez ser. Na verdade, o neoconservadorismo apela aos valores tradicionais e aos símbolos legitimadores da América de Norman Rockwell, buscando enxertá-los na nova ideologia. O neoconservadorismo frequentemente apela a valores populistas e ao ressentimento contra elites e parasitas, embora os alvos sejam cuidadosamente escolhidos (universitários, mães de assistência social, "chefes sindicais", "advogados", etc.) de modo a não representar qualquer perigo para o real sistema de poder. É de se duvidar que o público sequer engoliria o novo conteúdo autoritário do neoconservadorismo, se ele não fosse enfeitado com uma retórica populista mais antiga.

Existem autocontradições inerentes no neoconservadorismo, na medida em que as suas estirpes autoritárias não podem ser adaptadas nem mesmo a uma versão fortemente redigida dos valores americanos mais antigos. O neoconservadorismo, da mesma forma que estirpes mais antigas do conservadorismo mais genuinamente dentro da tradição americana, se engaja num frequente reconhecimento de um governo pequeno, um fortalecimento da "sociedade civil", etc. Na eleição de 2000, Dick Cheney frequentemente afirmou que "o governo nunca deixou ninguém rico" (o socialismo de estádio e os seguidores teatrais na Halliburton KBR não obstante). Os figurantes mais bajuladores do estado de guerra total e do estado policial doméstico, como Ann Coulter, apimentam sua retórica com apelos à Décima Emenda para que se restaure a autonomia dos estados e municípios e com denúncias de interferência das elites do governo nas famílias.

A tarefa torna-se ainda mais difícil na medida em que as ideias de justiça e equidade têm algum conteúdo real. A propaganda neoconservadora não pode inventar novos valores; ela só pode desorientar os valores existentes para alvos selecionados distorcendo ou ocultando provas factuais. Mas, na medida em que toda a propaganda deve apelar para os verdadeiros valores, o público pode isolar esses valores da mensagem da propaganda e dirigir os princípios para alvos novos e mais adequados, bem mais próximos de onde as reais elites vivem. Na medida em que o "elitismo" e o "parasitismo" têm um conteúdo real, há sempre o perigo de que o público perceberá a contradição entre a prática e a pregação e decidirá que os termos podem ser mais apropriadamente aplicados à real elite do poder. Uma vez que os padrões de "justiça" e "equidade" são usados como uma arma de propaganda, essas armas podem se voltar contra seus detentores anteriores. A linguagem populista e libertária usada contra "elites" acadêmicas

setembro de 2001, a chamada "Guerra ao Terror". O principal alvo na oportunidade foi o Afeganistão, e é a esse que o autor se refere. No entanto, posteriormente, a operação foi desdobrada em novas missões nas Filipinas, no Chifre da África, no Saara, no Caribe e América Central e no Quirguistão. Vide: https://en.wikipedia.org/wiki/Operation_Enduring_Freedom. Acessado em: 29 set. 2016.

e de bem-estar social selecionadas possui conteúdo de valor objetivo e apela para normas universais de justiça; quando a ação da elite em outras áreas da política viola estas normas objetivas de equidade, o perigo é que o público vá perceber a escolha oportunista de alvos da "elite" como imprópria. O termo popular "bem-estar corporativo" é apenas um exemplo disso.

E a situação também é complicada pelo fato de que a elite dominante nunca será tão internamente coesa quanto o Partido Interno de Orwell. O estado pode ser a comissão executiva da classe dominante; mas a classe dominante tem muitas facções (por exemplo, as disputas entre indústrias intensivas em trabalho e intensivas em capital, a indústria orientada para o mercado doméstico e para a exportação, etc., que estavam no coração dos alinhamentos partidários no século XX). Não importa o quanto uma facção da elite empresarial tente redefinir os valores americanos tradicionais e suprimir seu conteúdo antigo, a outra facção terá um interesse em reinfundir seu antigo valor de conteúdo e usá-lo como uma arma contra os seus inimigos na elite.

G. A Escola de Frankfurt: Fascismo e o Abandono da Lei do Valor

Uma solução aparente é remover cada vez mais completamente do mercado o lado dos custos da contabilidade, com os pagadores de impostos absorvendo os custos operacionais e tornando o capital mais rentável. O processo geral por trás das políticas oscilantes do estado para responder a super e subacumulação é um envolvimento cada vez maior e a movimentação de porções cada vez maiores da economia, do âmbito do mercado para o âmbito da administração estatal.

Teoricamente, não existe limite. O Estado pode continuar a resolver crises de sobre e subacumulação deslocando custos e receitas do mercado para a esfera política, por tempo indeterminado, até que o resultado final seja uma economia corporativa de propriedade privada na mesma posição em relação à população trabalhadora e pagadora de impostos que a classe dominante no modo asiático. O papel da troca e da realização de mercadorias no mercado diminuirá de forma constante até que os capitalistas sejam o estado e a economia seja um único e gigante latifúndio operado por escravos. Os proprietários da economia corporativa operam diretamente através do Estado, como no modo asiático ou no feudalismo, para explorar a população em geral através de meios totalmente políticos.

Alguns membros da Escola de Frankfurt viam o fascismo como uma tentativa de fazer exatamente isso. De acordo com Horkheimer e Adorno, Neumann e Pollock, o nazismo refletiu uma evolução na qual os capitalistas cada vez mais agiam através do estado. Eles especularam que tal sociedade poderia, no futuro, abandonar completamente a produção de mercadorias e a lei do valor. Em algum ponto, nesse cenário, o mercado seria substituído pela administração estatal, e os capitalistas extrairiam um excedente do trabalho diretamente através do estado. Quando esse ponto fosse atingido, o mercado teria sido completamente transformado em uma economia de propriedade e gestão estatal, e os capitalistas não mais seriam capitalistas. Em vez disso, eles seriam donos da economia do estado, em virtude do

seu controle do estado.

Frederick Pollock descreveu este fenômeno como o desaparecimento, junto com "o mercado autônomo", das "chamadas leis econômicas": "*A substituição dos meios econômicos pelos meios políticos como a última garantia para a reprodução da vida econômica muda o caráter de todo o período histórico. Ela significa a transição de uma era predominantemente econômica para uma essencialmente política*"⁶⁹.

Infelizmente para a classe dominante capitalista, esta possibilidade é em grande parte teórica. A estabilidade de todo governo repousa, em última instância, sobre o consentimento público. E, embora o grau em que a opinião pública pode ser moldada pela hegemonia ideológica de uma classe dominante seja de fato notável, há limites práticos à capacidade de legitimar ideologias para alcançar a aquiescência popular.

Há também limites físicos absolutos. Crises de insumos como transporte e energia, com toda a probabilidade, seriam ainda mais agudas sob o pós-capitalismo. Alocá-los inteiramente por meios políticos, em vez de apenas parcialmente, seria simplesmente remover completamente a função racionalizadora dos preços de mercado. O exemplo da economia soviética é instrutivo. Ela removeu em grande parte a lei do valor enquanto consideração na alocação de insumos para a economia. No entanto, as irracionalidades inerentes, resultantes de se ignorar a lei do valor, levaram a um desperdício cada vez maior de insumos e a insumos cada vez maiores para se alcançar os mesmos resultados. Os planejadores estatais não tinham qualquer maneira de sequer saber quantos recursos eles estavam desperdiçando, porque não havia qualquer base para o cálculo econômico racional. O resultado final foi um colapso.

Finalmente, existem restrições políticas externas. Mesmo no caso da sociedade de classes pós-capitalista temida pela Escola de Frankfurt, um sistema desses certamente atingiria os limites físicos de expansão antes do controle militar e político total do planeta. Tivesse a Alemanha Nazista conseguido derrotar os Aliados militarmente e empurrar as forças soviéticas para fora da Rússia europeia, ainda é pouco provável que Hitler tivesse sido capaz de manter o controle permanente de populações subjugadas do Canal Inglês até os Urais. É ainda menos provável que uma América pós-capitalista e seus aliados do mundo desenvolvido, independentemente do seu grau de superioridade militar e técnica, pudessem segurar o mundo inteiro.

E, apesar do cinismo de Orwell, é pouco provável que potências nucleares companheiras da América agissem como facilitadoras do império global ou que as grandes potências se comprometessem a uma obrigação tácita de não desafiar os interesses fundamentais uns dos outros. É muito mais provável que as grandes potências nucleares,

⁶⁹ POLLOCK, Frederick. *State Capitalism. Studies in Philosophy and Social Science*, vol. IX, n. 3, 1941.; NEUMANN, Franz. *Behemoth*. [S.l.:s.n.], 1942.; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialectic of Enlightenment*. [S.l.:s.n.], 1944. Todos citados em HARRINGTON, Michael. *The Twilight of Capitalism*. [S.l.]: Simon and Schuster, 1976. pp. 216-18.

Rússia e China, promovessem os seus próprios interesses, desafiando o domínio americano/Ocidental e incentivassem a deserção e a insurgência no Terceiro Mundo.

Além do mais, a especulação de Orwell sobre os motivos do Partido Interno na Oceania é psicologicamente incrível. É improvável, se nada mais, que qualquer classe dominante fosse capaz de manter a coesão interna e a moral para se comportar com a crueldade necessária, a longo prazo, para controlar um mundo hostil. Ao passo que a elite dominante sem dúvida atrai mais do que seu quinhão de sociopatas, as classes dominantes como um todo não conseguem manter um domínio estável sem nenhuma ideologia legitimadora além do auto-interesse consciente ou do amor ao poder em si.

H. Crise Política Global do Imperialismo

Até certo ponto, como vimos acima, uma política neoliberal no Terceiro Mundo é uma solução tanto para a crise de acumulação quanto para o excesso de democracia no Primeiro Mundo. A luta de classes é transferida do Primeiro para o Terceiro Mundo, e o Terceiro Mundo é usado como uma base de ataque ao primeiro. As corporações transnacionais amortizam antigos investimentos no Primeiro Mundo, usam a indústria decadente de lá como uma vaca de dinheiro para apoiar os investimentos novos e mais lucrativos no Terceiro Mundo.

Tal como acontece com outros aspectos da reação neoliberal, no entanto, existem limites embutidos. As políticas neoliberais no Terceiro Mundo contêm as sementes de uma crise política global. É quase certo que essa será uma crise aguda no médio prazo. Mas, mesmo no curto prazo, os riscos para a ordem capitalista global são muito reais.

Em algum momento, os efeitos do neoliberalismo (e especialmente a versão expandida da Rodada Uruguai) podem vir a causar instabilidade política em tantos países do Terceiro Mundo e o surgimento de tantas outras figuras populistas ou nacionais como Chávez e Lula, que um movimento coordenado entre vários desses países surgirá.

Se vários países significativos do 3M encenassem um repúdio surpresa coordenado das suas dívidas nacionais e se retirassem das agências do Bretton Woods, os efeitos sobre o sistema neoliberal seriam devastadores.

É interessante que nós vimos um quase colapso do poder central na Argentina, com o surgimento de uma variedade de órgãos econômicos e políticos de autogoverno de base; e regimes populistas anti-neoliberais no Brasil e na Venezuela - tudo num espaço de poucos anos. Conforme os impactos da Rodada Uruguai e de outras políticas neoliberais se façam sentir no Terceiro e no Quarto mundos, com a resultante agitação política e o surgimento de movimentos populistas e nacionalistas, podemos esperar cada vez mais essas deserções. Em algum momento, esses países provavelmente pararão de negociar com o FMI individualmente e tentarão uma ação conjunta de algum tipo.

Imagine se vários países importantes do Terceiro Mundo fizessem uma retirada assim coordenada das instituições do Bretton Woods e repudiassem suas dívidas internacionais. Eles poderiam combinar isso com outras reformas genuinamente de livre mercado, como a revogação das disposições do GATT sobre propriedade intelectual e propriedade industrial, de modo que a concorrência de propriedade nativa pudesse surgir contra as corporações Ocidentais e fosse autorizada a adotar tecnologias de produção modernas sem restrição. Se o poder interno das oligarquias feudais fosse quebrado nestes países e, com ele, a sua convivência com o agronegócio Ocidental, a terra poderia ser doada aos verdadeiros cultivadores camponeses ou trabalhadores agrícolas. Uma série de países poderia entrar em um acordo para legalizar bancos mutuais, LETS e todos os outros sistemas voluntários de crédito ou dinheiro - e, possivelmente, organizar uma moeda respaldada por ativos do estado de algum tipo para o comércio entre si, como uma alternativa à dependência do dólar. Eles poderiam anunciar uma política, finalmente, de deixar de subsidiar com receitas estatais os projetos de infraestrutura de que o capital Ocidental dependia para ser rentável em seus países: isso significaria que todos os serviços de eletricidade, transporte, etc., seriam pagos por empresas ocidentais com base nos custos. Em vez de "privatizar" as empresas estatais, leiloando-as para cleptocratas e empresas transnacionais, eles poderiam transformá-las em cooperativas tanto de produtores, quanto de consumidores - uma forma de privatização pelo menos tão genuína quanto o saque comumente praticado, mas que nunca parece ser adotada na versão de Jeffrey Sachs de reforma de "livre mercado".

Se isso parece muito fantasioso, considere a recente proposta do Brasil para uma área de livre comércio entre o grupo de países em desenvolvimento do G-20 - sem o aval dos Suspeitos do Costume. O objetivo, disse o presidente do Brasil, era "*explorar plenamente o potencial entre nós, que não depende de concessões dos países ricos...*"⁷⁰.

Tal movimento poderia até mesmo se coordenar junto aos países da OPEP ou à China na adoção do Euro como um meio para o comércio internacional - o equivalente a uma bomba atômica monetária sobre os EUA.

Se qualquer país empreendesse tais medidas, a CIA provavelmente iria começar as tentativas de desestabilização imediatas, como fez com o Chile de Allende ou com a Venezuela de Chávez; mas se vários países fizessem uma tal retirada do sistema corporativo mundial simultaneamente, prometessem um ao outro apoio mútuo e pedissem o apoio das pessoas do resto do mundo, poderia ser mais do que os EUA conseguiriam suportar. Esse último incluiria mobilizar o descontentamento popular contra regimes não favoráveis por todo o Terceiro e Quarto mundos, promovendo calotes e retiradas por parte de ainda mais países e uma oposição radical dentro do centro do próprio Império.

Com as sérias divisões políticas entre o capital internacional, tal movimento poderia até atrair o apoio de uma grande potência rival dos EUA. Os europeus, russos ou chineses teriam bastante probabilidade de ignorar qualquer tentativa dos EUA de impor sanções comerciais.

⁷⁰ BRAZIL proposes creation of G-20 free trade area. *China View*, Brasília, 13 dez. 2003. Disponível em <http://news.xinhuanet.com/english/2003-12/13/content_1229296.htm>. Acessado em: 14 dez. 2003.

Qualquer "bloco euroasiático" aspirante a rival, composto de tais potências poderia, de fato, acolher o movimento como uma forma de alavancagem estratégica, da mesma forma que a URSS acolheu o antigo movimento não-alinhado.

Parte Três--Práxis

Capítulo Nove: Fins e Meios

A. Princípios Organizadores

O Princípio do Custo. O princípio do custo é central para a economia mutualista. Isso significa que todos os custos e benefícios de uma ação deveriam ser internalizados no ator responsável por isso - ou, em outras palavras, que a pessoa que consome bens e serviços deve pagar o custo total de produzi-los. O princípio do custo não exige um governo autoritário para repartir os custos de acordo com os benefícios. Ele exige apenas um mercado não coercitivo, em que todas as transações sejam voluntárias. Dado isso, os agentes do mercado irão se envolver apenas em operações em que os benefícios são suficientes para pagar os custos reais. A coisa mais importante é evitar custos ocultos, ou externalidades, não refletidos no preço.

Cada um dos males do capitalismo que examinamos na Parte Dois deste livro pode ser traçado, em certo sentido, a uma violação do princípio do custo. Em todos os casos, os benefícios da ação foram divorciados do custo, de modo que a pessoa que se beneficia de uma determinada forma de ação não arca com os custos associados.

O governo, em sua essência, é um mecanismo de externalização de custos. Ao externalizar custos, o governo permite que os privilegiados vivam às custas dos não privilegiados. Mas toda essa intervenção leva à irracionalidade e ao custo social. Por exemplo:

Dado que o trabalho não mantém o seu próprio produto e que a desutilidade e o resultado do trabalho não são internalizados pelo mesmo indivíduo, há uma crise de superprodução e subconsumo e uma necessidade de uma maior intervenção do estado para eliminar o produto excedente.

Dado que o trabalho não possui seus meios de produção, o processo de acumulação de capital trabalha contra o trabalho em vez de para ele. Em vez do investimento ser a decisão de um trabalhador de consumir menos do seu próprio produto hoje, a fim de trabalhar menos ou consumir mais amanhã, ele é a decisão de um chefe de investir um pouco do produto do trabalhador de hoje para que ele possa receber ainda menos do seu produto amanhã. Em vez de um melhor padrão de vida para o trabalhador-proprietário, o aumento da produtividade resulta em riqueza fácil para o proprietário e desemprego para o trabalhador.

Dado que as grandes corporações não pagam o custo integral dos fatores que consomem, elas consomem irracionalmente e de forma ineficiente; dado que os custos de ineficiência da larga escala são externalizados para o pagador de impostos, elas são capazes de crescer além do ponto de máxima eficiência. Ao mesmo tempo que os bens americanos são produzidos a muitas vezes os custos de energia e de transporte realmente necessários, o país enfrenta escassez crônica de energia e gargalos de transporte.

É somente através do livre mercado, organizado com base na troca voluntária, que o princípio do custo pode ser realizado. A lei de custo opera através do mecanismo competitivo, através do qual os produtores entram no mercado quando o preço é menor que o custo e deixam-no no caso oposto. Em um livre mercado, o preço de um bem ou serviço é um sinal do custo implicado em fornecê-lo. Dado que os custos estão sobre a mesa, refletidos no preço, em vez de escondidos, as pessoas (incluindo as firmas empresariais) só consumirão bens e serviços pelas quais estejam dispostas a pagar.

Conforme Proudhon apontou, não há nenhuma maneira de saber o custo real ou valor de troca de qualquer coisa produzida fora do mercado.

*Quanto custa o tabaco vendido pela administração? Quanto ele vale? Você pode responder à primeira destas perguntas: você só precisa chamar na primeira loja de tabaco que vir. Mas você não pode me dizer nada sobre a segunda, porque você não tem padrão de comparação e está proibido de verificar experimentalmente os itens do custo da administração.... Portanto, o ramo do tabaco, tornado um monopólio, necessariamente custa mais à sociedade do que o que traz a ela; é uma indústria que, em vez de subsistir por seu próprio produto, vive de subsídios...*¹

Eis aqui uma imagem excelente do funcionamento do princípio do custo na sociedade de contrato voluntário de Proudhon:

*Sua lei... é serviço por serviço, produto por produto, empréstimo por empréstimo, seguro por seguro, crédito por crédito, segurança por segurança, garantia por garantia. É a antiga lei da retaliação, ...como se fosse virada de cabeça para baixo e transferida... para o direito econômico, para as tarefas do trabalho e para os bons ofícios da livre fraternidade. Dela dependem todas as instituições mutualistas, o crédito mútuo, a ajuda mútua, a educação mútua; garantias recíprocas de aberturas, de trocas e de trabalho por bens de boa qualidade e com preços justos.*²

Como esta citação implica, a troca justa está intimamente ligada com a reciprocidade, uma característica definidora do princípio de custo.

¹ PROUDHON, Pierre Joseph. *System of Economical Contradictions or, The Philosophy of Misery*. Tradução de Benjamin Tucker. Boston: Benjamin R. Tucker, 1888. pp. 232-3.

² PROUDHON. *On the Political Capacity of the Working Classes* (1865). In: _____. *Selected Writings of Proudhon*. Edição de Stewart Edwards, tradução de Elizabeth Fraser. Garden City, New York: Anchor, 1969. p. 117.

O que é realmente o Contrato Social? Um acordo do cidadão com o governo? Não, isso não significaria nada além da continuação da ideia [de Rousseau]. O contrato social é um acordo de homem com homem; um acordo a partir do qual deve resultar o que chamamos de sociedade. Nisto, a noção de justiça comutativa, primeiro apresentada pelo fato primitivo da troca, ...é substituída pela de justiça distributiva.... Traduzindo estas palavras, contrato, justiça comutativa, que são a linguagem da lei, para a linguagem dos negócios, e você tem o comércio, isto é, em seu mais alto significado, o ato pelo qual o homem e homem declaram-se essencialmente produtores e abdicam de toda pretensão de governar um ao outro.

Justiça comutativa, o reino do contrato, o sistema industrial ou econômico, tais são os diferentes sinônimos da ideia de que, por sua acessão, deve acabar com os velhos sistemas de justiça distributiva, do reino da lei ou, em termos mais concretos, do domínio feudal, governamental ou militar....

...O contrato é, portanto, essencialmente recíproco, ele não impõe nenhuma obrigação sobre as partes, exceto a que resulta de sua promessa pessoal de entrega recíproca; ele não está sujeito a nenhuma autoridade central....

Podemos acrescentar que o contrato social de que agora estamos falando nada tem em comum com o contrato de associação através do qual... a parte contratante entrega uma parte de sua liberdade e se submete uma obrigação irritante e muitas vezes perigosa, na esperança mais ou menos bem fundamentada de um benefício. O contrato social é da natureza de um contrato de troca: não só ele deixa a parte livre, ele adiciona à sua liberdade; não só ele lhe deixa todos os seus bens, ele adiciona à sua propriedade; ele não prescreve nenhum trabalho; ele incide apenas sobre a troca.³

Cooperação Voluntária e Livre Associação. Como nossa citação anterior de Proudhon sugere, o princípio do custo e a reciprocidade na troca dependem da observância de dois outros princípios mutualistas: a cooperação voluntária e a livre associação. Como vimos na Parte Um, a lei do valor funciona através da concorrência e da livre decisão dos agentes do mercado de transferir o poder de compra e os recursos entre alternativas concorrentes. É somente através de tal ação que o preço é capaz de sinalizar a quantidade de trabalho socialmente necessária incorporada nos bens e serviços.

Proudhon defendeu a abolição do estado territorial centralizado e sua substituição por uma sociedade organizada com base no contrato e na federação. Estes estavam necessariamente implícitos no princípio do custo. Em *The Principle of Federation*, Proudhon usou algumas palavras difíceis para descrever o princípio de custo: sinalagmático (quando as partes contratantes se comprometem a obrigações recíprocas) e comutativo (quando a troca envolve bens ou serviços de igual valor). Estes requisitos podem ser atendidos apenas em

³ PROUDHON. *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century*. Tradução de John Beverly Robinson. New York: Haskell House Publishers, 1923, 1969 [1851]. pp. 112-5.

condições de igualdade de troca, em que cada participante pudesse livremente obter valor por valor, sem ser obrigado a aceitar algo a menos. E a igualdade de troca só é possível com entrada livre no mercado e concorrência.

As relações sociais organizadas sobre essa base de reciprocidade exigiam uma federação: um "estado" que exercesse apenas os poderes revogáveis que o indivíduo lhe conferisse e apenas na medida em que o indivíduo expressamente consentisse com eles. O indivíduo permanecia soberano e possuidor de todos os seus direitos inalienáveis, voluntariamente abrindo mão apenas aqueles cursos de ação necessários para obter o objeto do contrato em que ele entrou livremente.⁴

Mais recentemente, a maioria dos anarquistas de livre mercado adotaram o "princípio de não-agressão" como a base em torno da qual organizar uma sociedade libertária.

A maioria dos anarco-capitalistas (com algumas honrosas exceções) automaticamente imaginam uma sociedade de mercado baseada na não agressão como tendo a empresa comercial capitalista como a forma dominante de organização. Mas, como veremos mais adiante neste capítulo, isso não é motivo necessário para isso. Mutualistas preferem cooperativas de trabalhadores e consumidores, o mutual, os bens comuns e o coletivo voluntário à corporação capitalista enquanto agente do mercado. E, exceto para o tipo de libertário vulgar que instintivamente vê as grandes empresas como o "bom moço", não há nenhuma razão para não aceitar essas formas como válidas de livre associação.

B. Chegando lá

Desde Proudhon, o mutualismo tendeu a ser identificado com uma abordagem gradualista. O gradualismo envolve, ao mesmo tempo, dois tipos de ação: 1) criar a base institucional para uma nova sociedade dentro da já existente; e 2) gradualmente reverter o estado através de pressão externa e suplantá-lo com nossas formas alternativas de organização, até que ele seja totalmente abolido.

Proudhon caracterizava esta abordagem de devolver as funções estatais às associações voluntárias como a dissolução do estado dentro do corpo social. Ela exigia dois cursos simultâneos de ação: primeiro, "*organizar as forças econômicas ...*"; e segundo

*dissolver, submergir, e fazer desaparecer o sistema político ou governamental no sistema econômico, através da redução, simplificação, descentralização e supressão, uma após a outra, de todas as rodas da grande máquina que é chamada de Governo ou de Estado.*⁵

O objetivo final era que a distinção entre "público e privado" se tornasse insignificante:

⁴ PROUDHON. *The Principle of Federation*. Tradução de Richard Vernon. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1979 [1863]. pp. 37-8.

⁵ PROUDHON. *General Idea of the Revolution*, p. 133.

"que as massas que são governadas, ao mesmo tempo, governassem, e que a sociedade fosse a mesma coisa que o Estado, e as pessoas, a mesma coisa que o governo"⁶. Isto significava que "a noção de Contrato" sucederia aquela de governo

É a organização industrial que colocaremos no lugar do governo...

No lugar de leis, colocaremos contratos. - Não mais leis votadas por uma maioria, nem mesmo unanimemente; cada cidadão, cada cidade, cada união industrial faz suas próprias leis.

*No lugar de poderes políticos, colocaremos forças econômicas.*⁷

Os Wobblies usavam a frase "construir a estrutura da nova sociedade dentro da casca da antiga" para descrever este processo. Mas Proudhon, os antecipando, usou estas imagens vívidas:

*Debaixo da máquina governamental, à sombra das instituições políticas, fora da vista de estadistas e padres, a sociedade está produzindo seu próprio organismo, lenta e silenciosamente; e construindo uma nova ordem, a expressão de sua vitalidade e autonomia...*⁸

Brian A. Dominick, em seu brilhante "An Introduction to Dual Power Strategy", o descreveu desta maneira:

De um modo geral, o poder dual é a organização revolucionária da sociedade em sua forma pré-insurrecional. É o segundo poder - a segunda sociedade - operando nas sombras do establishment dominante. Ele busca se tornar uma infraestrutura em si mesma, as bases de um futuro alternativo...

A grande tarefa do poder dual das bases é procurar e criar espaços sociais e preenchê-los com instituições e relações libertadoras. Onde há espaço para nós agirmos por nós mesmos, formamos instituições propícias a não apenas catalisar a revolução, mas também às condições atuais de uma vida plena, incluindo a autogestão econômica e política no mais alto grau possível. Nós não buscamos tomar o poder, mas aproveitar a oportunidade em relação ao exercício do nosso poder.

Assim, o poder dual das bases é uma situação em que uma comunidade autodefinida criou para si um sistema político/econômico que é uma alternativa operacional ao establishment estatal/capitalista dominante. O poder dual consiste em instituições alternativas que supram as necessidades da comunidade, tanto materiais quanto sociais, incluindo alimentação, vestuário, habitação, assistência médica,

⁶ PROUDHON. *Political Contradictions* (1863-4). In: _____. *Selected Writings*, p. 117.

⁷ PROUDHON. *General Idea of the Revolution*, pp. 126, 245-6.

⁸ *Ibid.*, p. 243.

*comunicação, energia, transporte, oportunidades educacionais e organização política. O poder dual é necessariamente autônomo e concorrente em relação ao sistema dominante, visando usurpar o domínio do último e, finalmente, substituí-lo.*⁹

Tal projeto exige auto-organização no nível das bases para construir uma "infraestrutura social alternativa". Ele implica em coisas como cooperativas de produtores e consumidores, sistemas LETS e bancos mutuais, uniões industriais sindicalistas, associações de inquilinos e greves de aluguel, associações de bairro, programas de vigilância comunitária (não afiliados à polícia) e vigilância contra a polícia (*cop-watch*), tribunais voluntários para arbitragem civil, agricultura apoiada pela comunidade, etc. O projeto "municipalista libertário" de devolver as funções do governo local para o nível de bairro e mutualizar os serviços sociais também cai sob este título - mas com serviços que estão sendo mutualizados ao invés de municipalizados.

Peter Staudenmaier, em um workshop sobre cooperativas em Ann Arbor, se referiu a essas formas alternativas de organização como "contrapoder social". O contrapoder social assume as formas concretas de "política prefigurativa" e "contra-instituições".

*Política prefigurativa é um termo chique que apenas significa viver os seus valores hoje em vez de esperar até "depois da revolução" - na verdade, isso significa começar a revolução aqui e agora, na medida do possível. Isso pode ser chamado de aspecto cotidiano do contrapoder social. E contra-instituições, das quais as cooperativas muitas vezes são um exemplo, são os aspectos estruturais do contrapoder social.*¹⁰

Jonathan Simcock, no site *Total Liberty*, descreveu uma visão do Anarquismo Evolutivo que incluía

*... Cooperativas de Trabalhadores, Cooperativas Habitacionais, auto-emprego, esquemas LETS, Moedas Alternativas, Bancos Mutuais, Uniões de Crédito, comissões de inquilinos, Cooperativas de Alimentos, Hortas, organizações voluntárias, protesto pacífico e ação direta não-violenta e uma série de atividades semelhantes são os meios pelos quais as pessoas começam a "se comportar de maneira diferente", a ir além da teoria anarquista e começar a construir os elementos de uma nova sociedade.*¹¹

Desde a época de Proudhon, os mutualistas têm assumido uma abordagem gradualista a esse processo:

A revolução social, como a de 89, que a democracia da classe trabalhadora está continuando sob os nossos olhos, é uma transformação espontânea que ocorre ao

⁹ DOMINICK, Brian A. An Introduction to Dual Power Strategy. *Anarchist Communitarian Network*, ca. 2004. Disponível em: <<http://left-liberty.net/?p=265>>. Acessado em: 29 fev. 2016.

¹⁰ STAUDENMAIER, Peter. Anarchism and the Cooperative Ideal. *The Communitarian Anarchist*, vol. 1, n. 1, ca. 2000..

¹¹ SIMCOCK, Jonathan. Editorial for Current Edition. *Total Liberty* vol. 1, n. 3, outono 1998. Disponível em: <<http://www.spunk.org/library/pubs/tl/sp001872.html>>. Acessado em: 22 ago. 2004.

longo de todo o corpo político. Ela é a substituição de um sistema pelo outro, um novo organismo substituindo aquele que está desgastado. Mas essa mudança não ocorre em questão de minutos.... Ela não acontece ao comando de um homem que tem sua própria teoria pré-estabelecida ou ao ditame de algum profeta. Uma revolução verdadeiramente orgânica é um produto da vida universal.... É uma ideia que é a princípio muito rudimentar e que germina como uma semente; uma ideia que não é, a princípio, de maneira alguma notável, uma vez que é embasada na sabedoria popular, mas que... repentinamente cresce da forma mais inesperada e enche o mundo com a sua instituição.¹²

Compare isto com a merecidamente famosa descrição de Landauer:

O Estado é uma condição, uma certa relação entre os seres humanos, um modo de comportamento, nós o destruimos ao contrair outros relacionamentos, ao nos comportarmos de forma diferente um em relação ao outro.... Nós somos o Estado e continuamos a ser o Estado, até que tenhamos criado as instituições que formem uma comunidade real...¹³

Em termos concretos, a classe trabalhadora estava organizando a nova sociedade

Parcialmente [através d]o princípio de associação, através do qual, por toda a Europa, estão se preparando para organizar companhias operárias legais para competir com os interesses burgueses e, em parte [através d]o princípio mais geral e mais generalizado do MUTUALISMO, através do qual a Democracia da classe trabalhadora, colocando um prêmio sobre a solidariedade e sobre os grupos, está preparando o caminho para a reconstrução política e econômica da sociedade¹⁴

Tucker tinha sua própria imagem do processo. De acordo com James J. Martin, Tucker sugeriu esta "ação remediadora":

Que, em qualquer cidade, um número considerável de anarquistas comece uma economia paralela, dentro da estrutura daquela em torno deles, tentando incluir em suas fileiras representantes de todas as profissões. Aqui eles podem exercer a sua produção e distribuição sob o princípio do custo, baseando seu crédito e sistema de troca em seu próprio banco mútuo, que emitiria uma moeda sem juros para os membros do grupo "para a condução de seu comércio" e auxiliaria na disposição de seu capital cada vez maior ao iniciar novos empreendimentos. Era a crença de Tucker que tal sistema iria prosperar dentro da casca do velho e chamaria cada vez mais a atenção e a participação de outros membros da população urbana, gradualmente transformando

¹² PROUDHON. *Political Capacity of the Working Class*. In: _____. *Selected Writings*, p. 177.

¹³ Citado em GAMBONE, Larry. *For Community: the Communitarian Anarchism of Gustav Landauer*. Montreal: Red Lion Press, 2001.

¹⁴ PROUDHON. *Political Capacity of the Working Class*. In: _____. *Selected Writings*, p. 180-1.

toda a cidade em uma "grande colmeia de trabalhadores anarquistas".¹⁵

O gradualismo muitas vezes é falsamente identificado como "reformista" por anarquistas revolucionários. Isto não é, na maioria dos casos, uma avaliação precisa. Na verdade, a própria distinção entre anarquismo "reformista" e revolucionário é, em muitos aspectos, artificial. O termo "reformista", em estrito rigor, deve-se aplicar apenas àqueles cujo objetivo final é algo menos do que a abolição do estado e do sistema de classe que ele defende. No século XIX, havia várias escolas de abolicionismo, diferindo quanto aos meios pelos quais eles tencionavam abolir a escravidão e quanto à escala de tempo durante a qual eles vislumbravam fazer isso. Mas todos elas eram abolicionistas, no sentido de que elas não teriam ficado satisfeitas com qualquer ponto de parada antes de um fim a toda escravidão. Um "reformista", estritamente falando, teria sido alguém que pretendesse alterar escravidão para torná-la mais humana, deixando sua essência exploradora intacta.

A distinção entre reforma e revolução é sobretudo uma questão de ênfase. Por exemplo, a maioria dos marxistas revolucionários concorda com Engels em que grande parte do trabalho do socialismo será construído dentro do capitalismo, até que nenhum desenvolvimento progressivo mais seja possível. Só nesse ponto a transformação da "quantidade em qualidade" terá lugar, e a nova sociedade estourará para fora da casca mais antiga que a restringe. E mesmo aqueles que acreditam que a transição do capitalismo para o socialismo pode ser em grande parte gerida de maneira pacífica provavelmente reconhecem que alguma interrupção ocorrerá no momento da ruptura final.

O mesmo vale para anarquistas. Por exemplo, Brian Dominick rejeita a tendência a identificar "revolução" exclusivamente com o período de insurreição. Pelo menos tão importante, como parte do processo geral de revolução, são os anos antes da insurreição final:

A criação e a existência deste segundo poder marcam a primeira etapa da revolução, aquela durante a qual existem dois sistemas sociais lutando pelo apoio das pessoas; um por sua lealdade cega e acrítica; o segundo por sua participação ativa e consciente.¹⁶

Na verdade, o processo primário de "revolução" é a construção do tipo de sociedade que queremos, aqui e agora. A insurreição se torna necessária apenas quando e na medida em que o estado tenta dificultar ou impedir nosso processo revolucionário de construção.

Além da agitação revolucionária, a própria formação de um sistema de poder dual no presente é, na verdade, um dos objetivos da estratégia de poder dual - procuramos criar uma situação de poder dual através da construção de instituições políticas, econômicas e outras alternativas sociais para satisfazer as necessidades das nossas comunidades de uma maneira essencialmente autossuficiente. A independência

¹⁵ MARTIN, James J. *Men Against the State: The Expositors of Individualist Anarchism in America, 1827-1908*. Colorado Springs: Ralph Myles, Publisher, 1970. p. 249.

¹⁶ DOMINICK. "Introduction to Dual Power Strategy".

em relação ao estado e ao capital são os principais objetivos da dualidade de poder, assim como o é a interdependência entre os membros da comunidade. A situação de poder dual, em seu estado de pré-insurrecional, também é conhecida como "infraestrutura social alternativa".

E, novamente, ao passo que uma sociedade pós-insurrecional que tenha, de maneira geral, superado as contradições indicadas pelo termo "poder dual" é o objetivo final dessa estratégia, a criação da infraestrutura social alternativa é um fim desejável em si mesmo. Uma vez que nós não temos nenhuma maneira de prever a insurreição, é importante para a nossa própria paz de espírito e empoderamento enquanto ativistas que criemos situações no presente que reflitam os princípios das nossas eventuais visões. Temos que criar por nós mesmos, agora, os tipos de instituições e relacionamentos, na medida do possível, sobre os quais vamos basear ainda mais ativismo. Devemos liberar espaço, para nós e para as gerações futuras, à sombra do sistema dominante, não só para a construção de uma nova sociedade, mas dentro dos quais viver vidas mais livres e pacíficas hoje.¹⁷

Em outras palavras, mutualismo significa construir o tipo de sociedade que queremos, aqui e agora, embasadas na organização comunitária da cooperação voluntária e da ajuda mútua - em vez de esperar pela revolução. Um personagem em *The Star Fraction* de Ken MacLeod fez uma descrição do socialismo que poderia ter vindo de um mutualista:

*...o que sempre quisemos dizer com o socialismo não era algo que você forçava às pessoas, eram as pessoas se organizando como quisessem em cooperativas, coletivos, comunas, sindicatos.... E se o socialismo é realmente melhor, mais eficiente do que capitalismo, então ele pode competir bem pra caralho com o capitalismo. Por isso, decidimos, esqueça todos os estatistas de m*rda e a violência: o melhor lugar para o socialismo é o mais próximo de um mercado livre que você puder conseguir!¹⁸*

Rothbard costumava citar com aprovação a alegação de Leonard Read de que, se ele tivesse um botão mágico que eliminasse de imediato o governo, ele o apertaria sem hesitação. Mas deveria ser óbvio que, independentemente de se reconhecer ou não a validade do gradualismo, o estado não vai, na verdade, ser abolido do dia para a noite. E mesmo que tivéssemos um "botão mágico" que magicamente fizesse com que todos os funcionários, armas e edifícios do estado desaparecessem, qual seria o resultado? Se a maioria do público ainda tivesse uma mentalidade estatista, e se não houvesse instituições libertárias alternativas no lugar para assumir as funções do estado, um estado ainda mais autoritário rapidamente preencheria o vácuo. Como Benjamin Tucker argumentou,

Se o governo fosse abrupta e totalmente abolido amanhã, provavelmente se seguiria uma série de conflitos físicos acerca da terra e de muitas outras coisas, que termina em

¹⁷ Ibid.

¹⁸ MACLEOD, Ken. *The Star Fraction*. Publicado como parte da trilogia *The Fall Revolution*. New York: SFBC, 1995, 2001. p. 244.

reação e em um renascimento da antiga tirania.

Ele pedia, em vez disso, pela abolição gradual de governo, "*começando com a queda dos monopólios do dinheiro e da terra e se estendendo daí para um campo após o outro, ...acompanhado de tão constante aquisição e firme difusão da verdade social*" que o público enfim estaria preparado para aceitar a última etapa de substituição do governamental pelo livre contrato, mesmo na área da proteção policial.¹⁹

Na prática, independente de argumentos semânticos sobre reformismo versus revolução, a maioria dos anarquistas concorda que o nosso objetivo final é a abolição do estado, que é improvável que isso aconteça da noite para o dia e que, entretanto, nós devemos fazer o que pudermos para construir uma nova sociedade a partir de onde estamos agora. Somos, portanto, confrontados com a tarefa de empurrar o sistema dado na direção que queremos e empurrar até chegarmos ao nosso objetivo final de abolir o estado completamente. Isso significa, para recapitular: 1) trabalho educativo; 2) construção de contra-instituições; e 3) pressionar o estado, a partir de fora, a se retirar da sociedade e reduzir suas atividades.

Nossa ênfase deve ser na construção desta sociedade, tanto quanto possível sem buscar confronto direto com a autoridade do estado. Mas eu não sou um pacifista político, no sentido de excluir tal confronto por princípio. Não importa o quão diligentemente trabalhemos "dentro da casca da antiga" sociedade, em algum momento vamos ter que sair da casca. Neste ponto, ou o estado iniciará a força, a fim de abortar a nova sociedade, ou ele estará desmoralizado a ponto de entrar em colapso rapidamente sob seu próprio peso, como os regimes leninistas em 1989-91. Mas de qualquer forma, a transição final provavelmente será abrupta e dramática, um pouco bagunçada e quase certamente irá envolver pelo menos alguma violência.

Sobre a questão revolucionária, acho que deveríamos ter dois princípios orientadores. O primeiro foi formulado por Ed Stamm em sua declaração sobre os protestos anti-OMC de dezembro 1999: "*qualquer atividade revolucionária deve ter massivo apoio popular*"²⁰. Isso ocorrerá, por si só, se os nossos esforços educativos e organizadores forem bem-sucedidos. Isso nunca vai ser realizado por vanguardismo ou "propaganda pelo ato". Em segundo lugar, ela não deveria ser tentada até que tenhamos construído tanto quanto pudermos dentro da estrutura existente. As dores de parto não ocorrem até que a gestação esteja concluída. Há alguns aspectos de uma sociedade sem estado - por exemplo, o controle completo da indústria pelos trabalhadores ou a propriedade da terra com base apenas na ocupação e uso - que não podem ser plenamente realizados antes da destruição final do atual sistema de poder. Mas devemos conseguir tudo o que pudermos aquém disso antes de começarmos o impulso final.

Mas por que as classes dominantes permitiriam sequer uma reversão fragmentada do aparelho estatal? Por que elas não prefeririam repressão até mesmo a uma perda parcial de

¹⁹ TUCKER, Benjamin R. Protection, and Its Relation to Rent. *Liberty*, 27 out. 1888. In: _____. *Instead of a Book, By a Man Too Busy to Write One*. Gordon Press facsimile. New York:[s.n.], 1897, 1973. p. 329.

²⁰ STAMM, Ed. Anarchists Condemn Anti-WTO Riots. *The Match!*, primavera 2000. p. 5.

privilégio? A resposta é que elas vão usar repressão aberta e em grande escala apenas como um último recurso. (Mesmo se estivermos na fase de abertura de tal repressão na sequência do 11/09, o estado irá provavelmente mantê-la discreta e esporádica tanto tempo quanto possível). É improvável que tal repressão tenha sucesso para além do curto prazo, e ela poderia muito bem resultar em uma perda total de energia sob circunstâncias extremamente sangrentas. As classes dominantes frequentemente estão dispostas a fazer negócios de curto prazo para preservar seu poder de longo prazo. Muito embora as elites dominantes tenham tomado a iniciativa de criar o estado de bem-estar social do New Deal, por exemplo, elas o fizeram apenas enquanto mal necessário, para evitar o mal bem maior da insurreição pública. E, claro, não podemos subestimar as falhas humanas da negação e da falta de visão, o desejo de adiar o inevitável o maior tempo possível. As classes dominantes são tão propensas quanto qualquer outra pessoa à "síndrome do sapo fervido".

Muitos anarquistas se opõem, por princípio, a esse uso do processo político para fins anarquistas. Não é ético, dizem eles, que os anarquistas participem no processo político. A votação implica em selecionar um representante para exercer força coercitiva em nosso nome; e apelar a esses representantes para a ação é, com efeito, um reconhecimento de sua legitimidade. Esta é uma opinião partilhada por muitas variedades de anarquistas. No extremo esquerdo do espectro, anarco-sindicalistas preferem ignorar o estado; daí a cisão dos Wobblies com De Leon e a eliminação da "cláusula política" do Preâmbulo da IWW. Muitos voluntaristas e anarco-capitalistas (Wendy McElroy, por exemplo, e o falecido Samuel Edward Konkin, do Movimento da Esquerda Libertária) também tomaram esta posição. Joe Peacott, um anarquista individualista que ainda abraça o legado anticapitalista disso, da mesma forma, considera a ação estatal moralmente ilegítima.²¹ O único caminho aceitável é retirar todas as autorizações e legitimidade do estado, até que "o último a sair apague as luzes".

O problema com esta linha de argumentação é que o estado é um instrumento de exploração por uma classe dominante. E exploradores não podem, enquanto grupo, ser eticamente "educados" a abandonar a exploração, porque eles têm um interesse próprio muito racional em sua continuação. Coleman McCarthy pode realizar aulas de "estudos da paz" e citar Tolstoy e "o rabino Cristo" até que ele fique roxo, mas não é provável que ele convença a maioria da classe dominante que é melhor eles trabalharem pelo seu sustento.

Se a maioria das pessoas comuns simplesmente retirar seu consentimento e abandonar o processo político por completo, a classe dominante só vai deixar a pretensão de controle popular e recorrer à repressão aberta. Enquanto elas controlarem o aparelho do Estado, uma pequena minoria de crédulos das classes produtoras, juntamente com policiais e militares de coturno bem pagos, lhes permitirão controlar a população através do terror. A maioria dos trabalhadores italianos podem ter apoiado as ocupações de fábricas em 1920, mas isso não impediu os camisas negras, pagos com dinheiro capitalista, de restaurar o controle dos patrões.

Em *For Community*, um panfleto sobre Gustav Landauer, Larry Gambone alegou que já

²¹ Eu não vou entrar na disputa polêmica, ideologicamente carregada e infrutífera sobre se um anarco-capitalista pode legitimamente reivindicar o rótulo de anarquista individualista.

não era mais possível meramente agir fora estado enquanto o se trata como irrelevante. Fazer isso implicava no risco de que "*você pode acabar como o pessoal em Waco*". Um "*movimento antipolítico para desmantelar o estado*" era necessário.²²

Em algum momento, antes da dissolução final do Estado, o seu mecanismo deve ser apreendido e formalmente liquidado.

Mesmo o anarco-capitalista Murray Rothbard era realista sobre a necessidade de o estado desempenhar um papel em liquidar si mesmo, sob algumas circunstâncias. Isto foi igualmente verdadeiro sobre seu pensamento em ambas as extremidades de sua longa carreira intelectual. Em 1970, no auge da aliança estratégica dele e de Karl Hess com a New Left, Rothbard foi bastante receptivo à ideia de nacionalizar a indústria capitalista de estado nominalmente "privada" como um prelúdio para colocá-la sob a propriedade sindicalista de trabalhadores-apropriadores, emitindo ações pro-rata para os contribuintes, ou algum outro procedimento não especificado.²³

Em 1992, durante a associação paleolibertária com Lew Rockwell e o Mises Institute que ocupou seus últimos anos, ele fez uma proposta semelhante no contexto da "privatização" pós-comunista: os regimes pós-comunistas deveriam liquidar bens do estado, devolvendo-os aos seus legítimos donos quando possível ou, quando isso fosse impossível (a maior parte do tempo, no setor industrial), transferindo a propriedade para trabalhadores-apropriadores. Rothbard foi impávido com queixas de que ele estava propondo agir por meio do estado e, portanto, defendendo a ação do estado. "*Em um sentido profundo, livrar-se de um estado socialista requer que esse estado realize um ato final, rápido e glorioso de autoimolação, após o qual ele desaparece da cena*"²⁴.

Mas eu não estou pedindo que "políticos anarquistas" concorram a um cargo e exerçam o poder político, como aqueles que serviram no Generalitat da Catalunha. Nosso envolvimento na política deve assumir a forma de grupos de pressão e lobby, para submeter o estado a tanta pressão quanto possível, a partir de fora.

Uma abordagem gradualista ao desmantelamento e substituição do estado por novas formas de organização social não significa que nós recebemos igualmente qualquer redução particular na atividade estatal, independentemente de seu lugar na estratégia global da classe dominante. A ordem na qual o estado é revertido é tão importante quanto sequer revertê-lo.

Temos de avaliar a situação estratégica e agir em conformidade. O estatismo não existe por si só. O estado é um meio para um fim: a exploração. O estado é o meio pelo qual classes privilegiadas vivem da riqueza dos outros. O estado e as partes que o controlam refletirão os

²² GAMBONE. *For Community*.

²³ ROTHBARD, Murray. Confiscation and the Homestead Principle. *The Libertarian Forum*, 15 jun. 1969. p. 3.

²⁴ ROTHBARD. How and How Not to Desocialize. *The Review of Austrian Economics*, vol. 6, n. 1, 1992. p. 77.

interesses das classes privilegiadas. Portanto, qualquer proposta de política proveniente do aparelho estatal e dos principais partidos políticos, independente de quão convincentemente elas cooptem a retórica libertária, será destinada a servir os interesses de alguma facção da classe dominante, de alguma forma lhes permitindo viver do trabalho das classes produtoras.

O que chamamos de "capitalismo" não é nem mesmo uma aproximação grosseira de um livre mercado. Tem sido um sistema fundamentalmente estatista de poder desde o seu início no fim da Idade Média. Desde o início, ele permitiu que elementos do mercado existissem em seus interstícios, mas apenas na medida em que servissem os interesses de classe representada pelo estado. Os elementos de mercado que existiram sob o capitalismo de estado dos últimos seiscentos anos mais ou menos foram seletivamente cooptados, distorcidos e incorporados em um quadro estrutural mais amplo de estatismo.

O sistema existente é um sistema de classes, dependente do estado para a sua sobrevivência. A política da classe dominante, no quadro geral, combina aspectos autoritários e libertários, misturando elementos de liberdade à estrutura autoritária global quando eles atendem o propósito geral. É lógico, portanto, que não podemos avaliar cada política em particular em termos de se reduz ou aumenta o poder do estado em relação ao seu alcance limitado apenas, sem levar em conta como ele serve à agenda global de poder e exploração. Como o Supremo Juiz John Marshall argumentou, a indulgência e a omissão do estado refletem seus interesses positivos, tanto quanto o fazem suas ações. O estado permite maior ou menor latitude em diferentes áreas, mas apenas de acordo com uma estratégia global que visa beneficiar os interesses da classe dominante.

A função central do estado é permitir que algumas pessoas vivam às custas dos outros, através da coerção. E ambos os principais partidos são capitalistas de estado até o osso. Então é lógico que, em um sistema definido por sua natureza capitalista de estado, cada faceta particular da política fiscal ou da regulamentação se destine a promover os interesses das elites capitalistas de estado que se enriquecem por meios políticos. E qualquer redução em particular nos impostos ou nas regulamentações promovidas por qualquer uma das partes se destina, no contexto mais amplo da política do estado como um todo, a promover os interesses capitalistas de estado.

Dizer que qualquer redução de imposto em particular deve ser saudada como uma vitória, fora do contexto do que ela significa na estratégia global dos capitalistas de estado é como os romanos dando boas-vindas à retirada do centro de Hannibal em Canas como "um passo na direção certa", o primeiro passo para uma retirada Púnica geral da Itália.

Eu não defendo a extensão do estado em qualquer área da vida, mesmo que temporariamente ou por razões táticas - sem exceções. E eu não vou ficar satisfeito com menos do que o objetivo final de eliminar o estado completamente. Mas, dado o fato de que nós concordamos que o incrementalismo é uma estratégia viável, faz uma grande diferença em que ordem dismantelar o estado. Uma vez que todas as suas funções visam, direta ou indiretamente, promover a extração política de lucros, é lógico que os suportes mais centrais e

estruturais do subsídio e do privilégio de que o capitalismo de estado depende deveriam ser os primeiros a ir; aqueles que o tornam marginalmente mais suportável para as classes mais baixas deveriam ser os últimos a ir.

Benjamin Tucker era firmemente a favor desta abordagem. Ele acreditava que a abolição do governo em estágios deveria seguir a ordem com menor probabilidade de produzir transtorno ou injustiça ao trabalho. Dado que a abolição do estado significava sua dissolução gradual no organismo econômico, "[a] *questão diante de nós não é... quais medidas e meios de interferência estamos justificados em instituir, mas quais daqueles já existente devemos primeiro podar*"²⁵. Por exemplo, ele se refere com aprovação ao aviso de Proudhon de que a abolição da tarifa antes do monopólio do dinheiro seria "*uma política cruel e desastrosa*", jogando no desemprego aqueles empregados na indústria protegida, "*sem o benefício da insaciável demanda por trabalho que um sistema monetário competitivo criaria*"²⁶.

Mais recentemente, Roderick Long faz uma observação semelhante em declarações sobre uma estratégia gradualista de abolição o Estado. No caso da desregulamentação, ele apresenta o caso de uma empresa com o monopólio imposto pelo governo que está, ao mesmo tempo, sujeita a controles de preços. A questão frente ao candidato a dismantelador do estado é abolir ou não o monopólio e os controles de preços ao mesmo tempo e, se não, qual abolir primeiro. Se eles forem abolidos simultaneamente, a corporação recém "desregulamentada" estará na posição de cobrar lucros monopolistas até tempo suficiente tenha decorrido para que os concorrentes entrem no mercado e minem o seu preço. Esta é uma injustiça para com os consumidores. Long conclui que a alternativa mais justa é "*Remover o privilégio de monopólio agora, e os controles de preços mais tarde*".

*Mas é ético continuar a impor controles de preços sobre o que é agora uma empresa privada, uma concorrente entre outras? Talvez seja. Considere o fato de que a posição privilegiada da Amalgamated Widgets no mercado não é o resultado nem de seus próprios esforços, nem do acaso; ao contrário, é o resultado da agressão sistemática por parte do governo em seu favor. Pode-se argumentar, então, que uma restrição temporária aos preços da empresa poderia ser justificada, a fim de impedi-la de tirar vantagem indevida de uma posição que ganhou através da violência injusta contra inocentes.*²⁷

Este princípio está sujeito a uma aplicação muito mais ampla. A maioria dos anarquistas mutualistas e individualistas concordam que o principal propósito das atividades do estado tem sido servir aos interesses exploradores da classe dominante. A maioria também concorda que políticas "de coração mole", como o estado de bem-estar, têm servido principalmente para moderar (às custas do pagador de impostos em geral) os resultados mais desestabilizadores da troca desigual. O efeito geral é roubar a grande maioria da população ativa, através da troca

²⁵ TUCKER. Voluntary Co-Operation. *Liberty*, 24 mai. 1890. In: _____. *Instead of a Book*, p. 104-5.

²⁶ TUCKER. State Socialism and Anarchism. In: *Ibid.*, p. 13.

²⁷ LONG, Roderick T. Dismantling Leviathan From Within, Part II: The Process of Reform. *Formulations*, vol. 3, n. 1, outono 1995. Disponível em: <<http://freenation.org/a/f3113.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

desigual nos mercados de consumo e de trabalho, de muito do produto de seu trabalho e, então, gastar uma pequena parte desse ganho ilícito para garantir um mínimo de subsistência aos elementos da subclasse com maior probabilidade de causar um tumulto. (Claro que, mesmo no caso da subclasse, o que eles recebem em pagamentos de previdência social provavelmente não é o suficiente para compensar o que perderam através de políticas do estado para reduzir o poder de barganha do trabalho e aumentar o limiar de subsistência).

Indiscutivelmente, portanto, a plutocracia, como a principal beneficiária da coerção do estado, não tem nenhuma objeção moral legítima a ser a última classe a deixar de pagar impostos enquanto o estado é desmontado. E ela igualmente não tem nenhuma objeção moral legítima, se a classe trabalhadora for a última, nesse processo de transição, a perder os benefícios da ação do estado.

Uma proposta de política específica deve ser avaliada, não só em termos do seu libertarianismo intrínseco, mas no contexto de todo o sistema de poder, em como promove ou dificulta os interesses de classe que predominam nesse sistema. Devemos, como Chris Sciabarra colocou em sua descrição do método dialético de Marx, "*compreender a natureza de uma parte ao vê-la sistemicamente - isto é, como uma extensão do sistema dentro do qual ela está inserida*"²⁸. Partes individuais recebem seu caráter do todo do qual fazem parte.

Arthur Silber, trabalhando a partir do princípio de libertarianismo contextual de Sciabarra, explica a abordagem bastante bem:

...há dois métodos básicos de pensar que muitas vezes podemos ver na maneira em que as pessoas abordam qualquer questão. Um deles é o que poderíamos chamar de uma abordagem contextual: pessoas que usam este método olham para qualquer questão específica no contexto global em que ele surge ou no sistema em que está inserida....

A outra abordagem fundamental é se concentrar nos princípios básicos envolvidos, mas com pouca (ou nenhuma) atenção dada ao contexto global em que os princípios estão sendo analisados. Desta forma, esta abordagem trata princípios como Formas de Platão....

...[M]uitos libertários defendem esse ponto de vista "atomista" da sociedade. Para eles, é como se a sociedade em que se vive fosse completamente irrelevante para uma análise de qualquer problema que fosse. Para eles, tudo que é preciso se entender são os princípios políticos fundamentais envolvidos. Para eles, essa é a totalidade da discussão....

E assim, como outro exemplo, a aliança entre libertários que utilizam uma abordagem como a minha com os liberais em relação à guerra contra o terrorismo. Nós

²⁸ SCIABARRA, Chris Matthew. *Total Freedom: Toward a Dialectical Libertarianism*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000. p. 88.

tendemos a nos concentrar nas questões sistêmicas complexas envolvidas, no estatismo corporativo, no sucesso improvável de qualquer esforço para "planejar" o desenvolvimento de outros países. Muitos libertários pró-guerra se concentram apenas em nosso direito de autodefesa e em nossa necessidade de destruir nossos inimigos - sem considerar o sistema em que esses princípios serão aplicados, a natureza dos jogadores envolvidos, e como esse sistema, por si só, pode tornar todos esses esforços sem sucesso, e como provavelmente acelerará o crescimento de um governo central ainda mais destrutivo e poderoso aqui nos Estados Unidos....

Para resumir, então: podemos ver dois métodos muito diferentes de se abordar qualquer problema. Nós temos um método que se foca em preocupações contextuais e sistêmicas e mantém sempre essas questões em mente ao analisar qualquer problema e propor soluções para ele. E também temos um método que se concentra quase exclusivamente em princípios, mas emprega princípios à maneira de Formas de Platão, desconexos e desamarrados de um contexto ou cultura específicos. Como eu disse, a minha solução é empregar ambos os métodos, separadamente e em conjunto, constantemente indo e voltando - e me esforçar para nunca esquecer nenhum.²⁹

O inimigo do estado deve começar com uma imagem estratégica própria. Não é o suficiente se opor a todo e qualquer estatismo, como tal, sem qualquer concepção de como exemplos particulares de estatismo se encaixam no sistema global de poder. Cada exemplo concreto de estatismo deve ser compreendido em sua relação com o sistema de poder como um todo e com a maneira em que a natureza da parte é caracterizada pelo conjunto ao qual pertence. Isto é, devemos examinar as maneiras em que ele funciona em conjunto com outros elementos do sistema, tanto coercitivos quanto de mercado, para promover os interesses da classe que controla o estado.

Na formação desta imagem estratégica, devemos usar análise de classe para identificar os interesses e grupos-chave no coração do sistema de poder. Como Sciabarra aponta, à primeira vista a visão de Rothbard do estado pode parecer se assemelhar superficialmente ao liberalismo dos grupos de interesse: embora o estado seja os meios políticos organizados, ele serve aos interesses exploradores de qualquer coleção de facções políticas que ocorram de tomar o controle dele em qualquer momento. A imagem de como funciona o estado não requer qualquer relação orgânica entre os vários grupos de interesses que controlam o estado em qualquer momento ou entre estes e o Estado. O estado pode ser controlado por um conjunto heterogêneo de grupos de interesse, que vão desde profissionais licenciados até empresas *rent-seeking*, agricultores familiares, serviços públicos regulamentados e sindicatos; a única coisa que eles poderiam ter em comum é o fato de que eles calham de ser, atualmente, os melhores em abrir desonestamente seu caminho até o estado.

O que Roderick Long chama de teoria de classes "estatocrática" (a teoria de classes

²⁹ SILBER, Arthur. In Praise of Contextual Libertarianism. *The Light of Reason*, 2 nov. 2003. Disponível em: <<http://powerofnarrative.blogspot.com/2003/11/in-praise-of-contextual-libertarianism.html>>. Acessado em 27 abr. 2016.

que enfatiza o componente de estado da classe dominante, à custa dos seus elementos plutocráticos) tende a esse tipo de entendimento. Um bom exemplo é a teoria de classes de Adam Smith e seus seguidores:

*Por sua natureza..., um Estado poderoso atrai interesses especiais que vão tentar direcionar suas atividades, e qualquer um que consiga a maior parte do poder... constituirá uma classe dominante.*³⁰

Long apontou para David Friedman como um exemplo ainda mais extremo dessa tendência:

*Parece mais razoável supor que não há nenhuma classe dominante, que somos governados, antes, por uma miríade de gangues em confronto, constantemente envolvidas em roubar uns dos outros para o grande empobrecimento de seus próprios membros, assim como do resto de nós.*³¹

Mas em um exame mais atento, Rothbard não vê o Estado como sendo controlado por uma coleção aleatória de grupos de interesse. Em vez disso, ele era controlado por

*um grupo primário que alcançou uma posição de hegemonia estrutural, um grupo central para a consolidação de classe e para a crise na economia política contemporânea. A abordagem de Rothbard para este problema é, de fato, altamente dialética em sua compreensão das dinâmicas históricas, políticas, econômicas e sociais de classe*³²

E, como vimos no Capítulo Quatro, esta "hegemonia estrutural" não surgiu no século XX ou mesmo no final do século XIX; ela foi incorporada no capitalismo desde que as classes proprietárias e as oligarcas mercantes a criaram através de uma revolução vinda de cima, há quinhentos anos.

O Estado não é uma força autônoma neutra que é colonizada fortuitamente por sortimentos aleatórios de interesses econômicos. Ele é, por natureza, o instrumento da classe dominante - ou, como dizem os marxistas, seu comitê executivo. Em algumas sociedades de classe, como as sociedades coletivistas burocráticas do antigo bloco soviético, alguma porção do próprio aparelho do estado é a classe dominante. Nas sociedades capitalistas de estado, como os Estados Unidos, a classe dominante é a plutocracia (juntamente com elementos subordinados da Nova Classe). Isso não é de forma alguma afirmar que a exploração econômica ou a dominação de classe podem surgir fora do estado; apenas que a classe dominante é a parte ativa que age através do estado. C. Wright Mills, ao rejeitar o termo "classe dominante", disse que isso implicava em uma classe econômica que detinha o poder político. Isso é um acerto em cheio.

³⁰ LONG. Toward a Libertarian Theory of Class. *Social Philosophy & Policy*, vol. 15, n. 2, pp. 313, verão 1998.

³¹ De *The Machinery of Freedom*, citado em *Ibid.*, p. 327.

³² *Ibid.*, p. 287.

Nem todas as reduções do poder do Estado são igualmente importantes, e poderia ser desastroso dismantlar as funções do Estado na ordem errada. O principal objetivo de toda atividade estatal, direta ou indiretamente, é beneficiar a classe dominante. As funções centrais ou estruturais do estado são os subsídios e privilégios através dos quais a concentração de riqueza e o poder de explorar são mantidos. As chamadas funções "progressistas" do estado (apesar das fantasias de Arthur Schlesinger do contrário) são criadas pela classe dominante, por intermédio do governo enquanto seu comitê executivo, para estabilizar o capitalismo e limpar sua própria bagunça.

Por isso, é essencial que o estado deva ser desmontado em sequência, começando com os fundamentos estruturais do poder e do privilégio corporativos; depois que se permita que um verdadeiro mercado destrua a concentração de poder e a polarização de riqueza e retire a bota da exploração do pescoço do trabalho, o supérfluo estado de bem-estar social pode ser desmontado em seguida. Isso não deve ser confundido com o "anarquismo" socialdemocrata de Noam Chomsky. Eu não defendo um reforço, a longo prazo, do estado para quebrar "concentrações particulares de poder". O poder capitalista não poderia sobreviver sem o estado. A única questão é quais funções do estado dismantlar primeiro.

A resposta, então, é o envolvimento ativo para dismantlar o estado intervencionista, sem o qual a exploração seria impossível - e dismantlá-lo de acordo com um plano estratégico que identifique a natureza de classe do atual sistema e explique como cada redução específica da atividade estatal promove nossa própria visão de uma sociedade sucessora. Este processo de dismantlamento só pode ser realizado por meio de coalizões amplas, *ad hoc*, formadas questão a questão. Um bom exemplo é a aliança ACLU-NRA contra estado policial de Janet Reno. A oposição do Congresso à Lei de Ratificação do Reichstag (err, Ato Patriota dos EUA) de 2001 e à subsequente agenda de Ashcroft inclui elementos tão díspares como Paul Wellstone e Bob Barr.

Keith Preston argumenta que um movimento anti-estado viável terá de ir além da obsessão com direita e esquerda.

Um paradigma ideológico inteiramente novo precisa ser desenvolvido. Um que rejeite o tradicionalismo e o elitismo econômico da Direita e o estatismo da Esquerda. Um que se baseie nos melhores e mais duradouros elementos do liberalismo clássico, do socialismo libertário e do anarquismo clássico, mas adaptando-os às circunstâncias contemporâneas, num quadro cultural exclusivamente americano que apele para o melhor dentro das nossas tradições libertárias e revolucionárias. A descentralização política e econômica deve ser o nosso grito de batalha revolucionário....

Os princípios originais do anarquismo clássico - a eliminação do estado autoritário, o controle das economias de escala por parcerias cooperativas de produtores, o individualismo, a verdadeira libertação de grupos marginalizados, a resistência à guerra e ao imperialismo, a descentralização, a associação voluntária, a

*liberdade intelectual e cultural, a ajuda mútua e a cooperação voluntária - permanecem mais relevantes do que nunca no mundo de hoje.*³³

Como David de Leon parafraseou Karl Hess, comentando sobre libertários e descentralistas da Esquerda

*Não devemos ignorar o florescimento perene de tais críticas ao poder e exigências idealistas de uma política pessoal de realização individual, simplesmente porque... as pétalas parecem ser vermelhas e pretas em vez de brancas, azuis e vermelhas.*³⁴

E vice-versa! Todo o maravilhoso livro de De Leon, *The American as Anarchist*, é uma homenagem à tradição radical genuinamente nativa americana, cujos elementos são encontrados em movimentos libertários e descentralistas da esquerda e da direita, que acha a bandeira de Gadsden um símbolo mais atraente do que o Vermelho-e-Preto. Uma das melhores e mais promissoras tentativas de apelar a esta tradição populista nativa foi a People's Bicentennial Commission, particularmente o seu pequeno livro *Common Sense II*.³⁵

Devemos lembrar também que "solidariedade" não é algo que reservamos para os nossos clones ideológicos. A solidariedade não é algum tipo de favor especial, mas algo a que estamos eticamente vinculados. Temos de mostrar solidariedade para com qualquer vítima de injustiça, quando elas estão no direito, independentemente da sua posição geral. Se mais da esquerda tivesse expressado indignação com Ruby Ridge e Waco, poderia ter sido o início de uma coalizão de libertários de direita e esquerda contra o estado policial.

Mas há toda uma indústria caseira de anti-direitistas obsessivos dedicados a impedir essa cooperação. A atitude de tais pessoas em relação à direita libertária e populista, ao que parece, é "Concordo com o que você diz, mas eu vou lutar até a morte para você parar de dizer isso".

Há, entre os libertários tanto de esquerda quanto de direita, uma tendência a deixar que considerações em grande parte estéticas fiquem no caminho da cooperação. Isto é verdade igualmente sobre os socialistas libertários que reagem automaticamente com hostilidade aos anarquistas de mercado e de (por exemplo) libertários de direita que ficaram balísticos por conta de propostas amigáveis de Michael Badnarik para com o candidato presidencial do Partido Verde David Cobb.³⁶ Na minha própria carreira polêmica, tenho sido simultaneamente

³³ PRESTON, Keith. Conservatism is Not Enough: Reclaiming the Legacy of the Anti-State Left. *American Revolutionary Vanguard*. Disponível em: <<http://www.attackthesystem.com/conservatism.html>>. Acessado em: 22 ago. 2004.

³⁴ DE LEON, David. *The American as Anarchist: Reflections on Indigenous Radicalism*. Baltimore e London: The Johns Hopkins University Press, 1978. p. 131.

³⁵ PEOPLE'S BICENTENNIAL COMMISSION. *Common Sense II: The Case Against Corporate Tyranny*. New York: Bantam, 1975.

³⁶ DOHERTY, Brian. Libertarians and Greens: Room for Alliance?. *Hit & Run Blog*, 2 ago. 2004. Disponível em: <<http://reason.com/blog/2004/08/02/libertarians-and-greens-room-f>>. Acessado em: 26 abr. 2016. Ver especialmente os comentários.

inflamado como um "saqueador comunista inútil" nos círculos anarco-capitalistas e como um "racista nazista adorador de Rand em marcha" em locais anarquistas da variedade vandalizadora de Starbucks com um A na bola, por expressar essencialmente as mesmas ideias.

Roderick Long define libertarianismo como "*qualquer posição política que defenda uma redistribuição radical de poder do estado coercitivo para associações voluntárias de indivíduos livres*"³⁷, e divide os libertários nos campos socialista, capitalista e populista. No século XIX, "*era bastante comum que os libertários de diferentes tradições reconhecessem uma comunalidade de herança e interesse*", uma tendência em grande parte perdida no século XX.³⁸ Ele passa o resto do artigo descrevendo a perspectiva ideológica unilateral de cada um dos três campos de libertários e pedindo pelo diálogo entre eles para corrigir essas deficiências.

Uma das razões para a afinidade mais estreita entre as tradições libertárias no século XIX talvez fosse que o liberalismo de livre mercado ainda estava mais perto de suas raízes radicais iniciais. E um segmento muito maior do movimento de livre mercado ainda se considerava, ao mesmo tempo, como parte do movimento da classe trabalhadora. Que Tucker, Labadie, Lum e o resto do círculo da Liberty se enquadram nesta categoria, vai sem dizer. O mesmo vale para os Georgistas. Mesmo Herbert Spencer, que às vezes parecia um vulgar apologista dos dias atuais do capitalismo, era um discípulo de Thomas Hodgskin com ideias decididamente lamacentas sobre terra e crédito. O final desta comunalidade pode ter sido precipitado, como Shawn Wilbur sugeriu, pela cisão do movimento anarquista entre individualistas americanos nativos e imigrantes coletivistas, simbolizada pela guerra polêmica entre Tucker e Johann Most. No rescaldo desta divisão, o anarquismo importado de Bakunin e Kropotkin tornou-se o mainstream anarquista, e o individualismo marginalizado do grupo da Liberty abandonou suas raízes socialistas e caiu sob o domínio da Direita capitalista.

Ao construir formas alternativas de organização, assim como ao reverter o estado, devemos lembrar que nosso progresso não depende de converter a maioria das pessoas ao anarquismo ou encontrar pessoas que concordam conosco sobre todas as questões. Nós apenas temos que apelar aos valores que compartilhamos com elas sobre questões específicas. E não temos que nos segregar em um movimento ideologicamente puro e separatista de anarquistas "reais" e esperar que os outros 99% da sociedade venham. O progresso não é tudo ou nada. Como Larry Gambone argumentou em "'An Anarchist Strategy Discussion",

...uma orientação (populista) de massa exige que se busque todas as várias crenças e atividades que são de uma natureza, de maneira geral, libertária e social, encontradas entre as pessoas comuns. Estas consistiriam em qualquer forma de descentralização, democracia direta, regionalismo, oposição ao governo e à regulamentação, todas as

³⁷ LONG. Toward a Libertarian Theory of Class, p. 304.

³⁸ Ibid., p. 310.

*formas de associação voluntária, de livre intercâmbio e de ajuda mútua.*³⁹

Em outras palavras, devemos nos aproximar das pessoas onde elas estão e tornar a nossa agenda relevante para as coisas que lhes interessam.⁴⁰

Os anarquistas pertencem a inúmeras organizações sociais e políticas nas quais eles são uma minoria decidida. Nós podemos agir dentro destes grupos para promover uma agenda libertária. Isso significa fazer causa comum com os movimentos que não são anarquistas, por si só, mas visam, no entanto, a empurrar a sociedade em uma direção mais livre e menos exploradora. Alguns podem estar nominalmente à direita, como defensores da educação domiciliar e pessoas defensoras dos direitos às armas. Mas a divisão entre populismo e elitismo, ou entre o libertarianismo e o autoritarismo, é muito mais importante do que o fetichismo de esquerda e direita. Para citar Gambone novamente, em *What is Anarchism?*

*O futuro do anarquismo, se houver um, irá, na melhor das hipóteses, envolver alguns milhares de pessoas, na forma de indivíduos ou pequenos grupos, em organizações libertárias-descentralistas maiores. (Alguns vão optar por trabalhar sozinhos, espalhando a mensagem anarquista através de escritos e publicações.) É imperativo que essas pessoas, tão poucas em número, mas com potencial influência, saibam sobre o que estão falando e escrevendo.*⁴¹

Pessoas que se intitulam "anarquistas" provavelmente não são nem mesmo uma em mil e podem nunca vir a ser. Mas os nomes não são importantes; a substância é. Huey Long disse que, se o fascismo jamais viesse para a América, seria com o nome de "100% americanismo". Se a anarquia jamais vier, será provavelmente com o nome de "descentralização", "democracia participativa" ou "justiça econômica".

Ao considerar as questões de política de coalizão, devemos também ter em mente que uma sociedade pós-estado e pós-capitalista tem pouca probabilidade de ser organizada com base no modelo ideológico alguma pessoa. Como exemplo deste último, Rothbard assumiu uma sociedade sem estado organizada em torno de um consenso sobre o "código de lei libertária". Sciabarra corretamente criticou o impulso totalizante de Rothbard de sair da história e imaginar uma sociedade organizada em torno do "*axioma totalmente ahistórico da não-agressão*" - com pouca consideração sobre como ele iria emergir da sociedade existente.⁴²

A queda do atual estado corporativo, quase certamente, não ocorrerá como resultado de uma única organização ou ideologia. Nenhum bolchevique mutualista vai invadir o Palácio de Inverno do capitalismo de estado e modelará a nova sociedade com base no princípio do

³⁹ GAMBONE. An Anarchist Strategy Discussion. Upload feito originalmente em três partes na página de arquivo do vcmdiscussion em YahooGroups. Reproduzido com permissão em Mutualist.Org. Disponível em: <<http://www.mutualist.org/id13.html>>. Acessado em: 22 ago. 2004.

⁴⁰ Vide também GAMBONE. *Sane Anarchy*. Montreal: Red Lion Press, 1995.

⁴¹ GAMBONE. What is Anarchism?. *Total Liberty*, vol. 1, n. 3, outono 1998.

⁴² SCIABARRA. *Total Freedom*, p. 226.

custo e na associação voluntária.

Quando o estado corporativo existente cair, será um resultado de dois fatores. Um deles serão as crises internas do próprio capitalismo de estado e o fato de que ele é insustentável. Em algum momento, a demanda por insumos como transporte e energia e os gastos do governo para externalizar os custos operacionais e tornar o capital artificialmente rentável serão superiores à capacidade do sistema de fornecê-los. O outro fator será a pressão do lado de fora; e esta pressão provavelmente virá de uma série de movimentos cujo denominador comum é apenas o desagrado do estado centralizado e do capitalismo corporativo.

O resultado mais provável é uma panarquia em que uma ampla gama de sistemas sociais e econômicos locais coexistem (pelo menos por um tempo) com as ilhas do território sob controle das forças armadas do velho estado, pretensos estados sucessores regionais, etc.⁴³ As comunidades locais provavelmente experimentariam ideologias que vão desde o sindicalismo, mutualismo e Georgismo até racismo e teocracia.

Anarquistas individualistas, mutualistas e outros socialistas de mercado, apesar de pertencer a uma comunidade de livre mercado maior e compartilharem de uma afinidade com os anarco-capitalistas quanto a algumas questões, não devem cometer o erro de permitir que eles definam o quadro estratégico para nós. Devemos, sobretudo, evitar o perigo de aceitar as suas preferências estéticas e culturais, como equivocadamente identificar o "mercado" com entidades estereotipicamente "capitalistas" como corporações. Uma cooperativa voluntária de produtores, comuna ou sociedade de ajuda mútua são instituições de livre mercado. Uma empresa funcionando dentro do sistema capitalista de estado enfaticamente não é.

Se qualquer coisa, a forma da propriedade genuinamente privada formada ao se mutualizar abertamente a propriedade estatal provavelmente está mais perto do espírito de um livre mercado do que a corporação nominalmente privada cujas despesas e acumulação de capital operacional são subsidiadas pelo estado, cuja produção é tem um mercado garantido pelo estado e que está protegida pelo estado da concorrência de preços.

Como mencionado acima, uma recente abertura ao Partido Verde pelo candidato presidencial libertário Badnarik produziu uivos de indignação de alguns libertários convencionais. Mas o programa Verde de nacionalização e descentralização combinadas não é obviamente mais "estatista" do que a versão de privatização de "livre mercado" defendida por Milton Friedman e Jeffrey Sachs. Se qualquer coisa, provavelmente seria mais fácil chegar ao objetivo final de uma sociedade baseada em relações voluntárias por via de nacionalização e posterior devolução mutualista, do que pela fórmula libertária vulgar padrão.

Um ponto de contenção na plataforma Verde comumente selecionado para especial indignação entre os libertários é o apelo ao seguro nacional de saúde de pagador único - do

⁴³ Vide, por exemplo, "V. Separation of Law and State", em "Philosophical Anarchism and the Death of Empire" de Keith Preston. Disponível on-line em *American Revolutionary Vanguard* <<http://www.attackthesystem.com/philo.html>>. Acessado em 22 de Agosto de 2004.

que, aparentemente, nada poderia ser menos libertário. Mas, parando-se para pensar sobre isso, que indústria é mais estatista do que os hospitais nominalmente do "setor privado", compostos por médicos que lucram com o monopólio do licenciamento "profissional", com a distribuição de "padrões de atendimento" mandatados por conselhos de licenciamento e escolas médicas sob a influência da Big Pharma, com prescrição de medicamentos que foram desenvolvidos às custas do pagador de impostos e estão sob a proteção de monopólios de patentes e são financiados em grande parte pelo Medicare e pelo Medicaid?

Isto não é sugerir que a nacionalização e um sistema de pagador único, mesmo enquanto prelúdios de descentralização e controle cooperativo, são uma coisa boa. Acho que não. O ponto é simplesmente que um projeto conjunto de livre mercado libertário-Verde de nacionalizar os hospitais e, em seguida, descentralizá-los em propriedade mutualista por parte dos pacientes não é mais obviamente "anti-libertário" do que a receita padrão do tio Milt de ação libertária, em cooperação com alguma gigante corporação global, para "privatizar" (em termos muito favoráveis, desnecessário dizer) instalações governamentais criadas a partir do suor dos trabalhadores pagadores de imposto. Há pelo menos tanto espaço para a cooperação com os socialistas libertários do tipo Verde quanto há para a cooperação com os habituais "mocinhos" corporativos do libertarianismo vulgar.

Murray Rothbard, escrevendo em 1969, foi bastante receptivo à proposta de Galbraith de nacionalizar as empresas que obtinham mais de 75% de sua receita do governo. Na verdade, por que parar aí? "Cinquenta por cento parece ser um ponto de corte razoável quanto a uma organização ser em grande parte pública ou em grande parte privada"⁴⁴. E, uma vez que aceitamos este princípio, basear a natureza estatista de uma empresa no percentual de sua receita que vem de fundos estatais parece um pouco arbitrário. Quanto da receita nominalmente "privada" que ela recebe dos contribuintes é artificialmente inflacionada por uma posição de monopólio forçada pelo estado? Quanto da sua margem de lucro deriva de pagar aos trabalhadores menos do que em um livre mercado de trabalho? A típica corporação do Fortune 500 (quase tão "privada" quanto um senhor feudal) está enredada em uma rede de privilégio e coerção da qual doações diretas de dinheiro do estado podem ser apenas uma pequena parte.

Nosso objetivo final é uma sociedade em que todas as transações e associações são voluntárias. Uma sociedade de coletivos voluntários ou cooperativas é pelo menos tanto uma sociedade de livre mercado, a este respeito, quanto aquela em que todos os bens e serviços que consumimos são produzidos pela Global MegaCorp ou similares. Na verdade, é muito mais provável que o primeiro tipo de organização pudesse sobreviver em uma sociedade de livre mercado do que o último. E, para chegar lá, deveríamos lembrar que um coletivo voluntário é muito mais legítimo enquanto instituição de livre mercado do que uma corporação "privada" que recebe a maior parte de seus lucros do estado. A questão é prática, sobre como chegar lá, e não devemos permitir que os apologistas habituais da Global MegaCorp determinem nossas lealdades e preferências por nós.

⁴⁴ ROTHBARD. Confiscation and the Homestead Principle, pp. 3-4.

Em uma sociedade onde a própria estrutura da economia corporativa é estatista até o âmago, a nacionalização não é, de forma alguma, a óbvia antítese de uma reforma de livre mercado; como Rothbard viu há trinta anos, pode ser um passo estratégico para a reforma de livre mercado. Se os alvos, enquanto partes integrantes de um sistema estatista, são legítimos e se o ponto de parada pretendido é uma sociedade baseada na associação e na troca voluntárias, então a questão é de prudência, não de princípio.

Em toda essa conversa de uma estratégia "política" para se reverter o estado, devemos lembrar que ela é apenas secundária. Somos forçados a persegui-la apenas porque o estado interfere ativamente em nossa atividade principal - o que os Wobblies chamam de "construir a estrutura da nova sociedade dentro da concha da antiga". Até a crise final do estatismo, em que a tentativa de repressão do estado leva a uma ruptura final com o sistema antigo, há muito que podemos fazer dentro da sociedade existente para construir um novo tipo de ordem social.

E, claro, o trabalho educativo é uma parte fundamental deste processo de construção.

*Um aspecto importante do desenvolvimento de uma mudança subjetiva entre as pessoas envolve chegar até a população que existe fora do poder dual, na agonia do sistema dominante. Por esta razão, qualquer comunidade de poder dual deve manter seus próprios meios de comunicação. A propaganda envolve crítica pública e o desmantelamento ideológico das noções sociais e das instituições dominantes, bem como a promoção de alternativas revolucionárias. Isto é, o objetivo duplo do propagandista inclui destruir a legitimidade percebida do pensamento e da estrutura mainstream, além da divulgação dos benefícios da adesão à comunidade de poder dual.*⁴⁵

O trabalho educativo deveria, se você perdoar o clichê, começar com as pessoas onde elas estão e construir a partir daí. Devemos nos concentrar nos aspectos do sistema atual que as pessoas acham mais desagradáveis ou irritantes em suas vidas cotidianas, mostrar o papel que a intervenção do estado no mercado desempenha na criação desses males e fornecer exemplos vivos de como esses males podem ser superados por maneiras diferentes de fazer as coisas, baseadas na cooperação voluntária.

Podemos também descobrir, ao simultaneamente construir organizações sociais alternativas e pressionar o estado a se reverter, que há uma poderosa sinergia entre esses dois caminhos. Não é necessário perseguir um às custas do outro; o nosso sucesso em uma, muitas vezes, fortalece a nossa posição na outra luta.

Sempre que for estrategicamente apropriado, devemos coordenar o programa político com o programa não-político de construção de instituições alternativas. O movimento social pode ser usado para mobilizar apoio para a agenda política e para exercer pressão sobre o

⁴⁵ DOMINICK. Introduction to Dual Power Strategy.

estado para que ele estrategicamente se retire. O movimento político pode dar cobertura política para o movimento social e tornar a repressão em massa menos viável.

Mesmo quando for imprudente que o movimento social recorra à ilegalidade em larga escala, ele pode atuar como um "governo sombra" para desafiar publicamente todas as medidas tomadas pelo estado (muito parecido com o sistema de sombra dos Sovietes e dos comitês de trabalhadores antes da Revolução de Outubro). Mesmo que tais "instituições sombra" possam ser incapazes de implementar suas políticas em face à oposição oficial, esse fato, por si só, é uma oportunidade para exigir, "Por que você está usando coerção governamental para nos impedir de controlar nossas próprias escolas, comunidade, etc.?" (Isso pode ser especialmente eficaz em apontar a hipocrisia do falso "populismo" dos republicanos, com seus apelos à descentralização e ao controle local). O objetivo é manter o estado constantemente desequilibrado e forçá-lo a defender cada movimento seu no tribunal da opinião pública.

Um bom exemplo disso são tentativas locais de organização contra os senhorios. Enquanto o estado for obrigado, por princípio legal, a fazer cumprir os direitos de propriedade dos senhorios, qualquer vitória conquistada pelos ocupadores será apenas de curto prazo e local, sem resultados permanentes de qualquer significância. Mas o outro lado da moeda é que os ocupantes são pessoas indigentes e sem-teto com muito pouco a perder - afinal de contas, algumas pessoas supostamente cometem algum crime menor próximo à primeira nevasca do ano só para conseguir as três refeições e uma cama até a primavera. Se cada unidade de habitação vazia ou abandonada em uma cidade for ocupada pelos sem-teto, eles pelo menos terão abrigo no curto prazo, até que sejam removidos à força. E as restrições políticas contra a brutalidade em grande escala (se os ocupantes se limitarem a táticas não-violentas e souberem como usar a imprensa a proveito) provavelmente serão insuperáveis. Nesse meio tempo, o movimento dos ocupantes realiza um importante serviço educativo e de propaganda, desenvolve consciência política entre os residentes urbanos, chama a atenção e a simpatia pública contra o caráter predatório do senhorio, e - mais importante - mantém o estado e os senhorios perpetuamente na defensiva.

Mesmo dentro do quadro jurídico existente, os sindicatos de inquilinos fortalecem a força dos ocupantes contra senhorios absenteístas e reduzem a capacidade dos senhorios de extrair aluguel através da monopolização da propriedade. Karl Hess e David Morris, em *Neighborhood Power*, se referiram a greves de inquilinos que levaram à expropriação legal dos senhorios. Em algumas cidades, as leis que regulam a negociação coletiva entre inquilinos e senhorios exigiam que os inquilinos colocassem seu aluguel em uma conta de custódia durante uma greve. Alguns senhorios foram forçados a declarar falência por greve de aluguel e, em seguida, foram resgatados com o dinheiro de custódia de seus inquilinos!⁴⁶ Os ramos jurídicos do movimento, como sindicatos de inquilinos e assembleias de bairro, também podem ser usados para aplicar pressão e dar cobertura política para os ocupantes. Os movimentos de ocupantes e inquilinos podem escalar e reforçar mutuamente a pressão sobre o estado.

⁴⁶ HESS, Karl; MORRIS, David. *Neighborhood Power*. The New Localism. Boston: Beacon Press, 1975. pp. 91-3.

Ao pressionar o estado a se retirar da sociedade, bem como no uso da pressão política para defender nossa contra-organização contra a repressão, a tecnologia moderna abriu possibilidades emocionantes para as formas de oposição baseadas em grandes associações descentralizadas de grupos de afinidade.

O potencial de tal organização é alarmante para quem está no poder. Um estudo de David Ronfeldt para a Rand em 1998 (*The Zapatists "Social Netwar" in Mexico*, MR-994-A) advertiu que as coalizões baseadas na internet, como a rede de apoio pró-zapatista, poderiam sobrecarregar o governo com demandas populares e tornar a sociedade "ingovernável".⁴⁷ Este estudo foi escrito antes das manifestações anti-OMC, de modo que o movimento pós-Seattle, sem dúvida, deixa nossos senhores em pânico. Tais formas de organização tornam possível misturar coligações ad hoc de milhares de grupos de afinidade em um tempo muito curto; eles podem organizar manifestações de massa, emitir comunicados de imprensa em milhares de locais, e "enxamear" o governo e a imprensa com mensagens, telefonemas e e-mails em massa. Isto se assemelha ao "excesso de democracia" e à "crise de governabilidade" sobre os quais Samuel Huntington alertou na década de 1970, - mas uma ordem de magnitude além de qualquer coisa que ele poderia ter imaginado na época.

A disponibilidade de tais métodos descentralizados de luta deve reforçar a nossa compreensão da necessidade de alianças ad hoc, com base em questões específicas, com pessoas de muitas orientações ideológicas. No caso do desmantelamento do capitalismo corporativo de estado, nossos aliados não incluem apenas os anarquistas e a esquerda libertária, mas populistas, constitucionalistas e libertários à direita. Apenas uma minoria concordará conosco em tudo. Mas, em muitas questões, temos probabilidade de encontrar uma maioria disposta a cooperar em cada questão em particular. E, enquanto nossa visão estratégica não estiver sujeita a comprometimento, nossas vitórias em questões específicas irão fortalecer nossa posição estratégica para a consecução de outras questões.

Uma característica importante desta forma descentralizada de organização é a sua resistência em face a tentativas estatais de repressão ou decapitação. Devemos fortalecer esta característica através da organização de árvores de telefones, e-mail e rádio amador redundantes dentro de cada organização radical, com links de comunicação redundantes entre as organizações semelhantes, para avisar todo o movimento de resistência o mais rapidamente possível em caso de prisões em massa.

E quando o Estado tentar prisões parciais de alguns líderes, uma organização de cada vez, devemos espalhar a notícia não só para os grupos "radicais" e para os meios de imprensa alternativos o mais rapidamente possível, mas para a grande imprensa. Se você pertencer a uma organização cujos ativistas têm sido visados desta forma, espalhe a notícia por toda parte na rede e na mídia impressa, com informações de contato para os oficiais envolvidos. Se você encontrar uma mensagem em sua caixa de entrada, tire o tempo necessário para ligar ou

⁴⁷ RONFELDT, David. *The Zapatists "Social Netwar" in Mexico*, MR-994-A. Santa Monica: Rand, 1998.

enviar e-mail para os milicos com suas queixas e passar a notícia para os outros. Por exemplo, eu uma vez liguei para uma força policial local para protestar contra a detenção ilegal de alguns manifestantes, depois que eu vi um chamado à ação em um grupo de notícias e-mail; foi-me dito pelo operador atormentado que eles estavam tão sobrecarregados que eles tinham de remeter quem ligava para a polícia estadual. Cada repressão a uma organização deve resultar no estado sendo enxameado com telefonemas e a imprensa sendo saturada com cartas e comunicados.

A mesma abordagem é igualmente útil na arena política. Toda tentativa de novo bem-estar corporativo ou de aumentos de regulamentação do capitalismo de estado, deveria resultar em enxameamento semelhante de escritórios do Congresso. Toda tentativa de um aumento fragmentário do estado policial, muitas dos quais temos visto desde 11/9, é a tentativa do estado de testar a água da opinião pública, colocando seu pé. Cada tentativa nesse sentido deve resultar em um escaldo severo, com telefones tocando sem parar e caixas de e-mail sobrecarregadas.

Antes de concluir este capítulo (e o livro), deveríamos considerar brevemente algumas questões práticas da práxis mutualista que, obviamente, não se encaixam em nenhuma de nossas posições até agora. Como vimos no capítulo cinco, examinando análise de Bill Orton sobre teorias concorrentes de direitos de propriedade, nenhuma tal teoria é auto-evidentemente correta por princípio. Anarquistas de livre mercado, comunistas libertários, sindicalistas, e outros tipos de anarquistas coletivistas têm que aprender a coexistir em paz e respeito mútuo, hoje, em nossa luta contra o estado corporativo, e amanhã, na panarquia que provavelmente o sucederá. Temos de aprender o respeito mútuo para a legitimidade de nossas reivindicações históricas ao rótulo de "libertárias".

Ao mesmo tempo, como Orton argumentou, há razões prudenciais para preferir um sistema de direitos de propriedade em detrimento de outro, na medida em que ele promove outros valores éticos comumente aceitos. Como mutualistas, as nossas preferências nesta matéria diferem tanto de coletivistas quanto de capitalistas. Ao contrário dos capitalistas, nós preferimos propriedade sobre a terra com base em ocupação e formas cooperativas de produção em larga escala. Ao contrário dos coletivistas, nós preferimos as relações de mercado entre as firmas a relações federativas e planejamento. Nós preferimos essas formas de organização tanto ao modelo capitalista quanto ao coletivista, porque elas tendem a promover valores sociais que, em reflexão, capitalistas e coletivistas podem achar que compartilham de alguma forma.

Mutualistas acham a concorrência de mercado entre indivíduos e associações voluntárias, sempre que possível, preferíveis ao coletivismo desnecessário.

Uma das críticas marxistas mais ignorantes ao socialismo "utópico" e "pequeno-burguês" é de que ele era a ideologia reacionária do artesão e do camponês. Em vez de construir sobre as conquistas progressistas do capitalismo, que tinham socializado o processo de produção e lançado as bases para o controle coletivo da economia, ele olhava para trás,

para um idílio pré-capitalista de produção mesquinha. Sindicalistas e comunistas libertários tendem a ecoar esse sentimento: por exemplo, eu o ouvi numerosas vezes em debates com membros do Partido Socialista da Grã-Bretanha. Eu suspeito, no entanto, que a razão é menos técnica do que estética. Anarquistas coletivistas geralmente insistem que o coletivo existe para promover a liberdade do indivíduo sagrado e que eles não têm nenhuma objeção à empresa individual e de pequenos grupos, desde que não haja trabalho assalariado. Ainda assim, muitas vezes, sua tolerância a tal atividade traz consigo o ar geral de aversão do Ingsoc à "propriveda".

Na verdade, os escritos de Proudhon estão cheios de referências a associações de trabalhadores e à produção cooperativa em grande escala. Proudhon não era ignorante das exigências da produção em grande escala e do sistema fabril. Mas ele acreditava que os trabalhadores poderiam, se permitidos mobilizar capital através de sistemas de crédito mútuo em grande escala, organizar a sua própria produção industrial em um modelo de cooperativa. Na verdade, as ideias de Proudhon sobre associação e federação foram uma grande influência para o anarquismo coletivista de Bakunin e para o movimento sindicalista francês mais tarde.

A diferença era que Proudhon não tinha nenhuma afinidade estética com formas coletivas de produção por si mesmas.

...o mutualismo tem a intenção de que os homens se associem apenas na medida em que isso é exigido pelas demandas da produção, pelo barateamento das mercadorias, pelas necessidades de consumo e pela segurança dos próprios produtores, ou seja, nos casos em que não é possível que o público confie na indústria privada [individual] e tampouco que a indústria privada aceite as responsabilidades e os riscos envolvidos na operação dos interesses por si próprios.... [Porque as pessoas interessadas] estão agindo de acordo com a própria natureza das coisas quando se associam desta forma, elas podem preservar sua liberdade sem estar nenhum pouco menos em uma associação....

*Há, sem dúvida, um argumento a favor da associação na manufatura em grande escala, na extração, nas indústrias metalúrgica e de transporte...*⁴⁸

*O objetivo das cooperativas agrícolas e industriais, incluindo associações de trabalhadores, onde essas puderem ser proveitosamente formadas, não é substituir as coletividades pelo empreendimento individual.... É garantir a todos os pequenos e médios empresários industriais, bem como para pequenos proprietários, o benefício de descobrir máquinas, melhorias e processos que de outra forma estariam fora do alcance de firmas e fortunas modestas.*⁴⁹

Bakunin ridicularizava os Marxistas por acreditarem, como demonstrado por sua ideia de uma ditadura do proletariado, que a maioria produtora poderia realmente controlar o estado em qualquer sentido real.

⁴⁸ PROUDHON. *The Political Capacity of the Working Classes*. In: _____. *Selected Writings*, p. 62.

⁴⁹ PROUDHON. *Theory of Property* (1863-4). In: *Ibid.*, p. 63.

*O que significa o proletariado ser "organizado como classe dominante"?... Pode ser realmente que todo o proletariado estará à frente da administração?... Há cerca de quarenta milhões de alemães. Serão todos os quarenta milhões realmente membros do governo?*⁵⁰

Infelizmente, o anarquismo coletivista, assim como o sindicalismo e o comunismo libertários, é propenso ao mesmo problema. Um bom retrato ficcional desse problema é a novela de Ursula LeGuin *The Dispossessed*.⁵¹ Nessa história, o mundo comunista libertário de Anarres havia caído sob o controle de uma classe dominante burocrática. Os sindicatos industriais e os órgãos de planejamento federativo, com o tempo, inevitavelmente acumularam equipes permanentes de planejadores e especialistas. Independentemente de quão nominalmente democráticos esses corpos fossem - sendo compostos por delegados revogáveis à vontade, etc. - na prática, os membros eleitos deferiam à experiência de suas equipes permanentes. Os sindicatos e federações eleitos, nominalmente responsáveis aos trabalhadores, vieram a funcionar como carimbos para as Gosplans de facto. E, claro, uma vez que o princípio do mercado é substituído pelo do planejamento, não há nenhuma maneira de evitar tal ossificação.

Ainda mais infelizmente, não temos que ir para obras de ficção para encontrar exemplos desse tipo de degeneração gerencial. Em um estudo fascinante de "resistência dos trabalhadores ao trabalho", Michael Seidman descreveu exatamente tal processo na indústria controlada pelos trabalhadores da Catalunha. A CNT-UGT gradualmente adotou uma atitude de gestão para com os trabalhadores, em relação a quem ela era formalmente responsável, e se tornou obcecada por enfrentar a recalcitrância e o absenteísmo e por impor disciplina laboral à força de trabalho, exatamente da mesma maneira que os patrões capitalistas fazem. O Conselho Técnico Administrativo do Sindicato de Construtores da CNT, por exemplo, advertiu que ocorreria um desastre se os trabalhadores não fossem "reeducados" para purificá-los das "influências burguesas" (aparentemente, preferir lazer ao trabalho extra sem pagamento) e a disciplina laboral não fosse restaurada. A UGT *"disse a seus membros para não formular demandas em tempo de guerra e exortou-os a trabalhar mais"*. De forma muito similar aos puritanos do século XVII, a CNT-UGT achava a observância dos trabalhadores de feriados religiosos tradicionais no meio da semana um grande obstáculo à "produtividade".

Confrontados com sabotagem, roubo, absenteísmo, atraso, doenças falsas e outras formas de resistência da classe trabalhadora ao trabalho e ao espaço de trabalho, os sindicatos e coletivos colaboraram para estabelecer regras estritas e regulamentos que igualavam [sic] ou superavam os controles das empresas capitalistas.

Em alguns coletivos da indústria de vestuário, as medidas adotadas incluíam a nomeação de um "camarada" para controlar as entradas e saídas e uma exigência de aceitar

⁵⁰ BAKUNIN, Mikhail. *After the Revolution: Marx Debates Bakunin*, citado em LONG. *Toward a Libertarian Theory of Class*, p. 320.

⁵¹ LEGUIN, Ursula. *The Dispossessed*. New York: Harper Paperbacks, 1974.

tarefas e instruções de trabalho "sem comentários".⁵² Parece que Lênin estava enganado: ele não precisava quebrar os conselhos operários, afinal, para impor suas ideias tayloristas aos trabalhadores russos.

Estes desenvolvimentos, tanto no mundo ficcional de Anarres quanto no mundo real da Catalunha anarquista, refletem o que Robert Michels chamou de "lei de ferro da oligarquia".

A especialização técnica que inevitavelmente resulta de toda organização extensiva torna necessário o que se chama de liderança especialista....

A organização implica na tendência à oligarquia...

Cada organização solidamente construída... apresenta um solo eminentemente favorável para a diferenciação de órgãos e de funções. Quanto mais extenso e mais ramificado o aparelho oficial da organização, ...tão menos eficiente se torna o controle direto exercido pelas bases e tanto mais este controle é substituído pelo crescente poder dos comitês.⁵³

Michels foi o mais famoso de uma série de sociólogos na virada do século XX, que coletivamente são chamados de "neo-maquiavélicos". Este grupo incluía Vilfred Pareto, que formulou a teoria das elites circulantes. Gaetano Mosca argumentou que, em uma democracia representativa, o público é, inevitavelmente, relegado a escolher entre os candidatos selecionados pela elite dominante.

As ideias dos neo-maquiavélicos foram levadas ao seu extremo mais sombrio e mais desesperado por Jan Wacław Machajsky e seu discípulo Max Nomad, em reação à classe dominante burocrática surgida após a revolução russa. No retrato vívido de Nomad, a história era um processo cíclico. E durante todo o processo, "a maioria da raça humana será sempre o pedestal para as sempre mutantes minorias privilegiadas"⁵⁴. Não importa quantas revoluções esperançosas as classes produtoras tenham lutado para deslocar a velha elite, não importa quantos dias inebriante de liberdade tenham sido apreciados na Petrogrado de 1917 ou na Barcelona de 1936, as massas estavam condenadas a serem governadas (em seu nome, é claro) por uma nova elite, uma burocracia Vermelha ou um aparato do partido. Os sindicatos e partidos socialistas, como Michels havia apontado, foram inevitavelmente tomados por um estrato de intelectuais e "profissionais" que, se fossem bem-sucedidos em usar os trabalhadores para expulsar os capitalistas, tornavam-se a nova classe dominante.

Para Machajsky e Nomad, o problema era inerente à organização. Qualquer

⁵² SEIDMAN, Michael. *Towards a History of Workers Resistance to Work: Paris and Barcelona during the French Popular Front and the Spanish Revolution, 1936-38*. [S.l.:s.n.], ca. 1988. Disponível em: <<https://libcom.org/book/export/html/1514>>. Acesado em 27 abr. 2016.

⁵³ MICHELS, Robert. *Political Parties*. Tradução de Eden Paul e Cedar Paul. New York: The Free Press, 1962. p. 70-1.

⁵⁴ NOMAD, Max. *Karl Marx - Anti-Bourgeois or NeoBourgeois?*. Disponível em: <<https://libcom.org/library/karl-marx-anti-bourgeois-or-neo-bourgeois-max-nomad>>. Acessado em: 26 abr 2016.

organização representativa da classe operária estava destinada a se tornar a base de poder da intelligentsia.

Mas as coisas não eram tão desesperadoras como eles fizeram parecer. A resposta é minimizar a dependência da própria organização tanto quanto possível. Parte do problema na Espanha foi a existência de órgãos federais e regionais superiores às fábricas individuais. A gestão da fábrica, embora eleita pelos trabalhadores, veio a se identificar com os órgãos federais, em vez de com os trabalhadores a quem ela era nominalmente responsável. Se não houvesse órgãos federais, nas quais ela pudesse se reunir com suas homólogas de outras fábricas para lamentar sobre o atavismo e a preguiça de "seus" trabalhadores, a única fonte de pressão sobre eles teria vindo de baixo - dos trabalhadores, que poderiam revogá-la à vontade.

O livre mercado é feito por encomenda com a finalidade de evitar a organização centralizada e a hierarquia. Quando empresas e indivíduos independentes lidam uns com os outros através do mercado, ao invés de relações federativas, não há organizações superiores a eles. Em vez de decisões tomadas por organizações permanentes que, inevitavelmente, servirão como bases de poder para gerentes e "especialistas", as decisões serão tomadas pela mão invisível do mercado.

Finalmente, Marxistas e outros socialistas anti-mercado estão iludidos em sua crença de que a lei do valor pode ser substituída pela produção para "uso social". Como os austríacos viram, até mesmo as ações de indivíduos solitários são, com efeito, transações, em que a desutilidade do trabalho é trocada por outras utilidades. A produção nunca pode ser realizada unicamente com a finalidade de uso, sem levar em conta o valor de troca. A razão pela qual os bens têm valor hoje é que eles requerem esforço ou desutilidade para serem produzidos. Com ou sem troca formal de mercado, ainda haverá uma troca implícita envolvida, o trabalho pelo consumo, no processo de produção. Ela implica em um julgamento, ainda que tácito, de que o valor de uso do bem vale a desutilidade do trabalhador que o produz. E a equidade e a injustiça continuarão a existir, embora ocultas (juntamente com a lei do valor) por trás de um processo de planejamento "coletivo". Ou o trabalho implicado na produção dos bens consumidos por um trabalhador será igual ao trabalho que ele gasta na produção, ou não será. Se não, alguém está sendo explorado. A lei do valor não é simplesmente uma descrição da troca de mercadorias numa sociedade de mercado; é um princípio ético fundamental.

Anteriormente, eu escrevi que, com "honrosas exceções", anarco-capitalistas favorecem um modelo de privatização construído em torno da corporação capitalista. Karl Hess foi talvez a primeira e a maior delas. Em 1969, ele escreveu.

O libertarianismo é um movimento popular e um movimento de libertação. Ele busca o tipo de sociedade aberta e não coercitiva em que as pessoas, as pessoas vivas, distintas e livres podem voluntariamente se associar, desassociar, e, como bem entenderem, participar das decisões que afetam suas vidas. Ele significa um mercado verdadeiramente livre em tudo, desde ideias até idiossincrasias. Significa pessoas coletivamente livres para organizar os recursos de sua comunidade imediata ou

*organizá-las de maneira individualista; significa a liberdade de ter um judiciário baseado e apoiado na comunidade quando desejado e nenhum, onde não, ou serviços de arbitragem privados, onde isso for visto como mais desejável. O mesmo com a polícia. O mesmo com escolas, hospitais, fábricas, fazendas, laboratórios, parques e pensões. Liberdade significa o direito de moldar suas próprias instituições.*⁵⁵

Ou como (o lamentavelmente falecido) Samuel Konkin escreveu: "O mercado é a soma de toda ação humana voluntária. Se alguém age de maneira não coercitiva, é parte do mercado"⁵⁶.

Indo em uma direção completamente radical, Hess prosseguiu, no mesmo artigo, a um apelo ao pensamento criativo sobre táticas revolucionárias e metas que fossem relevantes para as pessoas pobres e não apenas para os "suspeitos de costume". Entre as questões a serem consideradas estavam

*--Papéis ou direitos do trabalhador, do acionista e da comunidade nas instalações produtivas, em termos da análise libertária, e como propostas específicas em um contexto radical e revolucionário. O que, por exemplo, poderia acontecer com a General Motors numa sociedade liberada?*⁵⁷

Meu deus! Mas a General Motors não é um dos "mocinhos", um exemplo da heroica ética Randiana de individualismo grosseiro (risadinha)?

Mais recentemente, Roderick Long escreveu uma defesa libertária longa e cuidadosamente fundamentada da propriedade "pública" (em oposição à estatal).⁵⁸ E, em um artigo no Antistate.Com ano passado, Carlton Hobbs defendeu a ideia tradicional das terras comuns como uma forma legítima de propriedade em uma sociedade de livre mercado. Pelo termo "propriedade comum", ele se refere a duas coisas diferentes: primeiro, à propriedade privada comum ou coletiva de associações voluntárias deliberadamente formadas; e, segundo, "à propriedade comum sem estado", à qual os membros de "um grupo de donos potencialmente impreciso" tem igual acesso, "sem acordos formais prévios...". Como exemplos deste último, ele mencionou áreas florestais às quais os habitantes de uma aldeia houvessem exercido um direito tradicional e não exclusivo de acesso à lenha; e uma estrada seguindo uma rota que tivesse sido uma via pública desde tempos imemoriais.⁵⁹

Os mutualistas preferem um método de "privatização" das funções do governo que as coloque sob o controle social, em oposição ao controle estatal. Isso significa descentralizá-las

⁵⁵ HESS. Letter From Washington: Where Are The Specifics?. *The Libertarian Forum*, 15 jun. 1969, p. 2. Separata de: SILVERMAN, Henry J. (Ed.). *American Radical Thought: The Libertarian Tradition*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Co., 1970.

⁵⁶ KONKIN III, Samuel Edward. *New Libertarian Manifesto*, 2nd ed. [S.l.]: Koman Publishing, 1983. Disponível em: <<http://flag.blackened.net/daver/anarchism/nlm/nlm1.html>>. Acessado em: 16 fev. 2002.

⁵⁷ HESS. Where Are the Specifics?, p. 2.

⁵⁸ LONG. A Plea for Public Property. *Formulations*, vol. 5, n. 3, primavera 1998. Disponível em: <<http://freenation.org/a/f53l1.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

⁵⁹ HOBBS, Carlton. Common Property in Free Market Anarchism: A Missing Link.

para o bairro ou para a menor unidade local e colocá-las sob o controle direto de sua clientela. A fase final deste processo deve ver os serviços inteiramente financiados por taxas de utilização voluntárias. Larry Gambone refere-se ao processo como "mutualizar" as funções governamentais.⁶⁰

Este princípio de "mutualização" de serviços foi antecipado por Proudhon. Proudhon era ambivalente quanto ao papel do estado na criação do mutualismo, antes que ele "definhasse"; às vezes ele propunha ação através do estado francês existente, não só para abolir a base jurídica do privilégio, mas, na verdade, para implementar reformas mutualistas. Mas embora ele considerasse o estado necessário para estabelecer serviços públicos como transporte e comunicação e o banco nacional de troca, ele não via qualquer necessidade de "deixá-los nas mãos do estado depois de terem sido iniciados". A única função legítima do estado era

legislar, iniciar, criar, começar, estabelecer; tão pouco quanto possível deveria ele ser executivo...

*Uma vez que um começo tenha sido feito, a máquina estabelecida, o estado se retira, deixando a execução da nova tarefa para as autoridades locais e para os cidadãos...*⁶¹

Em todo caso, como vimos acima, até mesmo um anarco-capitalista com credenciais anti-estado tão impecáveis quanto Rothbard via a nacionalização como uma parte legítima de dismantelar o Estado e seus adjuntos "privados".

Eu não favoreço um papel ativo do estado na organização de uma nova base da sociedade, mesmo quando o objetivo final seja que o Estado "defina". Eu prefiro que qualquer ação que o estado tome seja parte do processo imediato de dismantelar a si mesmo o mais rapidamente possível. Eu só gostaria de salientar que os tipos de ação estatal propostas por Proudhon ou, digamos, David Cobb (recorde nossa discussão acima) não são nem um pouco diferentes, em espécie, do que Murray Rothbard considerava taticamente legítimo.

Uma razão pela qual Proudhon preferia mutualizar serviços públicos e colocar a indústria sob controle operário à nacionalização de qualquer um dos dois era que as empresas nacionalizadas reproduziam os princípios de hierarquia e dominação inerentes à empresa capitalista. Voltando ao exemplo das lojas de varejo de tabaco nacionalizadas, ele se referiu à "*organização hierárquica de seus funcionários, alguns dos quais são, por seus salários, feitos aristocratas, tão caros quanto são inúteis, enquanto outros, receptores desesperados de salários mesquinhos, são mantidos para sempre na posição de subalternos*"⁶².

Embora anarco-capitalistas tendam a tomar as propostas de Benjamin Tucker como

⁶⁰ Vide seu website, Mutualize!, em <http://web.archive.org/20040825031808/www.geocities.com/vcmtalk/mutualize>.

⁶¹ PROUDHON. *The Principle of Federation*, pp. 45-7.

⁶² PROUDHON. *System of Economical Contradictions*, pp. 232-3.

precursoras do tipo de "privatização" capitalista que eles preferem, a posição de Tucker não era de forma alguma tão simples assim. Tucker certamente favoreceu, assim como os anarco-capitalistas, a reorganização de todos os serviços do estado sobre a base da cooperação voluntária; o estado devia ser privado de sua capacidade de forçar seus serviços a clientes não dispostos, de tributá-los para o pagamento ou de proibir concorrentes no fornecimento dos mesmos serviços.

Às vezes, porém, Tucker usava uma linguagem implicando que o estado, embora mantendo a integridade organizacional, perderia o caráter de um estado. No que diz respeito aos serviços de proteção, por exemplo, ele escreveu:

*"Mas", será perguntado aos anarquistas..., "o que deve ser feito com aqueles indivíduos que, sem dúvida, continuarão a violar a lei social ao invadir seus vizinhos?" Os Anarquistas respondem que a abolição do Estado vai deixar na existência uma associação defensiva, não mais repousando sobre uma base obrigatória, mas numa base voluntária, que restringiria os invasores por quaisquer meios que se revelassem necessários*⁶³

Serviços de proteção seriam fornecidos apenas para aqueles que desejassem e seriam inteiramente financiados às custas de consumidores voluntários.

Embora os mutualistas não se oponham à criação de agências de defesa concorrentes e certamente não fossem proibi-las, a probabilidade, na prática, de uma série de empresas concorrentes de defesa em uma única área está provavelmente exagerada. A tendência cultural de ver a defesa como uma função da comunidade está profundamente enraizada, e provavelmente persistiria, entre a maioria das pessoas, o hábito de confiar em uma agência comum, mesmo após a adesão ter se tornado voluntária. Seria possível, é claro, que os clientes insatisfeitos tentassem organizar agências concorrentes. Mas o serviço se aproxima tão estreitamente de um monopólio natural, entre o custo de capital inicial e as vantagens de tamanho, que certamente seria mais fácil que os insatisfeitos tentassem uma tomada hostil da associação insatisfatória. Se essa associação mantivesse alguma continuidade moral com o governo antigo, digamos, funcionando como uma democracia direta com um conselho selecionado, esta possibilidade pareceria ainda mais óbvia para os envolvidos.

De qualquer forma, Tucker não estava preso a nada parecido com a ideia anarco-capitalista de empresas de defesa "privatizadas". A única exigência para um governo deixar de ser tal era parar de financiar suas atividades com os impostos obrigatórios: "...todos os Estados, para se tornarem não-invasivos, devem abandonar primeiro o ato primário de invasão sobre o qual todos eles repousam, - o recolhimento de impostos através da força..."⁶⁴. Um cenário plausível é que o antigo estado perca seu caráter coercitivo e se torne de fato uma cooperativa de consumo, de propriedade da maioria de uma comunidade que continua a utilizar

⁶³ TUCKER. Relation of the State to the Individual. *Liberty*, 15 nov. 1890. In: _____. *Instead of a Book*, p. 25.

⁶⁴ TUCKER. More Questions. *Liberty*, 20 jan. 1888. In: *Ibid.*, p. 62.

seus serviços. Empresas de defesa concorrentes menores poderiam surgir, atendendo a nichos de mercado limitados; e uma grande minoria da população pode preferir não se subscrever a qualquer serviço, confiando, em vez disso, em acordos informais com os seus vizinhos e no efeito dissuasivo de uma população armada.

Tucker às vezes especulava sobre o funcionamento de associações e agências de defesa numa linguagem que sugeria sua continuidade com o estado. Por exemplo, ele sublinhou repetidamente a preferabilidade de procedimentos do direito comum, como o tribunal do júri. Ao fazê-lo, ele expressou uma afinidade com o antigo ideal anglo-republicano transatlântico de júris livres escolhidos ao acaso na população.⁶⁵

Uma sociedade organizada sobre esses princípios evitaria a maioria dos males que associamos ao capitalismo. O trabalho manteria a maior parte ou tudo do que atualmente vai para juros, lucros e renda. O poder de barganha aumentado do trabalho conduziria, não só a um aumento do salário, mas a muito mais controle sobre as condições de trabalho.

Sem subsídios à centralização e ao consumo de energia, o trabalho atualmente desperdiçado em distribuição seria desnecessário à manutenção o padrão de vida existente. A produção seria em uma escala muito menor, mais eficiente e mais próxima do lar. A população estaria dispersa e menos móvel, e a família estendida e a comunidade local estável seriam revividas. Os efeitos combinados de acabar com a exploração do trabalho e de reduzir o desperdício provavelmente permitiriam que o trabalhador médio em tempo integral produzisse em três dias o que consome atualmente.

Além disso, o ciclo económico seria muito menos grave em uma economia descentralizada de produção para uso local. Para ver por que, vamos começar no nível menor e mais simples. Imagine um pequeno agricultor que vive ao lado de um sapateiro. Os dois fazem um acordo de trocar de sapatos por comida. Obviamente, o agricultor por si só não pode absorver o suficiente de produção do sapateiro para sustentá-lo; e o sapateiro não pode comer o suficiente para sustentar o agricultor. Mas os dois estão, pelo menos, razoavelmente seguros no entendimento de que suas necessidades futuras, tanto de vegetais quanto de sapatos, estão provisionadas com um alto grau de probabilidade. E eles têm um mercado bastante previsível para a parte da sua produção que é consumida pela outra pessoa.

Levando isso ao próximo passo, imagine uma comunidade de algumas dezenas de pessoas de profissões diferentes, usando sua própria moeda local (LETS, notas de banco mutual, etc.) para trocar entre si. Mais uma vez, por causa do número limitado de participantes e do alto grau de previsibilidade das suas necessidades futuras (com exceção de quaisquer circunstâncias pouco usuais) é provável que (desde que cada participante produza algo necessário para maioria das pessoas em uma base bastante regular) cada participante vá se sentir seguro em sua capacidade de obter sua necessidade mínima das mercadorias

⁶⁵ TUCKER. Tu-Whit! Tu-Whoo!. *Liberty*, 24 out. 1885. In: *Ibid.*, pp. 55-8; Rights and Duties Under Anarchy. *Liberty*, 31 dez. 1887. In: *Ibid.*, pp. 58-60; More Questions. In: *Ibid.*, pp. 61-2; Property Under Anarchism. *Liberty*, 12 jul. 1890. In: *Ibid.*, p. 312.

produzidas por cada um dos outros participantes; e cada um dos participantes, da mesma forma, irá se sentir seguro de um mercado para a sua produção, pelo menos na medida da demanda coletiva para ela dentro do grupo.

Enquanto os produtores e consumidores de diferentes mercadorias forem conhecidos uns dos outros, em uma comunidade, é provável que a oferta e a demanda futuras sejam relativamente estáveis e não estejam sujeitas a choques abruptos ou inesperados. Assim, é improvável que as principais divergências entre oferta e demanda e as resultantes crises econômicas ocorram.

Mas, quanto mais a sociedade se afastar desse modelo descentralista e se aproximar dos mercados de *commodities* anônimos em grande escala que servem a uma grande área geográfica, tão mais instáveis e imprevisíveis se tornam os mercados.

Algumas formas de produção, por sua própria natureza, exigem mercados maiores e mais centralizados para usar certos tipos de equipamento de produção a plena capacidade. Mas, em grande parte dos casos, o tamanho e a instabilidade dos mercados são uma forma de irracionalidade resultante de políticas estatais que externalizam os custos de ineficiência do tamanho em larga escala.

Bibliografia

- ADAMS, Walter; BROCK, James. *The Bigness Complex*. New York: Pantheon Books, 1986.
- BALKO, Radley. Third World Workers Need Western Jobs, *Fox News*, 6 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.foxnews.com/story/0,2933,119125,00.html>>. Acessado em: 6 mai. 2004.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Monopoly Capitalism: An Essay in the American Economic and Social Order*. New York: Monthly Review Press, 1966.
- BARATZ, Morton S. Corporate Giants and the Power Structure. In: GILLAM, Richard (Ed.). *Power in Postwar America*. Boston: Little, Brown and Co., 1971.
- BARNETT, Thomas. The Pentagon's New Map. *Esquire*, mar. 2003. Disponível em <<http://thomaspmbarnett.com/the-pentagons-new-map/>>. Acessado em: 26 jul. 2004.
- BELLO, Walden. *Development Debacle: The World Bank in the Philippines*. San Francisco: Institute for Food & Development Policy, 1982.
- BELLO. Structural Adjustment Programs: 'Success' for Whom?. In: MANDER; GOLDSMITH (Eds.). *The Case Against the Global Economy*. [S.l.]: Sierra Club Books, 1997.
- BELLOC, Hilaire. *The Servile State*. Indianapolis: Liberty Classics, 1913, 1977.
- BÖHM-BAWERK, Eugen von. *Capital and Interest: A Critical History of Economical Theory*. Tradução de William Smart. New York: Brentanno's, 1922.
- BÖHM-BAWERK. *Karl Marx and the Close of His System*. Publicado em volume único com HILFERDING, Rudolf. *Böhm-Bawerk's Criticism of Marx*. New York: Augustus M. Kelley, 1945.
- BÖHM-BAWERK. *The Positive Theory of Capital*. Tradução de William Smart. London e New York: MacMillan and Co., 1891.
- BÖHM-BAWERK; MACFARLANE, C. W. The Ultimate Standard of Value. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 5, pp. 1-60, set. 1894. Separata de: *Shorter Classics of Eugen von Böhm Bawerk*. South Holland, Illinois: Libertarian Pr, 1962.
- BLUM, William. *Killing Hope: U.S. Military and CIA Interventions Since World War II*. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1995.
- BOYTE, Harry C. *The Backyard Revolution: Understanding the New Citizen Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1980.
- BRAVERMAN, Harry. *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. 25th Anniversary ed.. New York: Monthly Review Press, 1998.
- BRAZIL proposes creation of G-20 free trade area. *China View*, Brasília, 13 dez. 2003. Disponível em <http://news.xinhuanet.com/english/2003-12/13/content_1229296.htm>. Acessado em: 14 dez. 2003.
- BUCHANAN, James. *Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory*. In: _____. *Collected Works*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999. vol. 6.
- BUKHARIN, Nikolai. *Imperialism and World Economy*. [S.l.]: International Publishers, 1929[1915-1917]. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1917/imperial/>>. Acessado em: 28 out. 2003.

CAMPBELL, Colin J.; LAHERRÈRE, Jean H. The End of Cheap Oil. *Scientific American*, mar. 1998.

CAROTHERS, Thomas. The Reagan Years: The 1980s. In: LOWENTHAL, Abraham F. (Ed.). *Exporting Democracy*. [S.l.]: Johns Hopkins, 1991.

CARDEN, William. "Sweatshops", *Mises Wire*, 6 mai. 2004. Disponível em: <<https://mises.org/blog/sweatshops>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

CARNEY, Don. Dwayne's World. *Mother Jones*, jul./ago. 1995. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/politics/1995/07/dwaynes-world>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

CHARDY, Alfonso. Reagan Aides and the 'Secret' Government. *Miami Herald*, Washington, D.C., 5 jul. 1987. Disponível em: <http://www.theforbiddenknowledge.com/hardtruth/secret_white_house_plans.htm>. Acessado em: 26 abr. 2016.

CHESTERTON, G. K. *A Short History of England*. New York: John Lane Company, 1917.

CHOMSKY, Noam. *Class Warfare: Interviews with David Barsamian*. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1996.

CHOMSKY. *Deterring Democracy*. New York: Hill and Wang, 1991, 1992.

CHOMSKY. How Free is the Free Market?. *Resurgence*, no. 173, nov./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.drugtext.org/Economics/how-free-is-the-free-market.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

CHOMSKY. *Keeping the Rabble in Line*. Monroe, Maine: Common Courage Press, 1994.

CHOMSKY. *World Orders Old and New*. New York: Columbia University Press, 1998.

CITIZENS FOR TAX JUSTICE. GOP Leaders Distill Essence of Tax Plan: Surprise! It's Corporate Welfare. Washington, D.C. 14 set. 1999. Disponível em: <<http://www.ctj.org/pdf/corp0999.pdf>>. Acessado em: 15 abr. 2001.

COCKBURN, Alexander. The Jackboot State: The War Came Home and We're Losing It. *Counterpunch*, 10 mai. 2000. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2000/05/10/the-jackboot-state/>>. Acessado em: 25 fev. 2016.

CORRIGAN, Sean. You Can't Say That!. *LewRockwell.com*, 6 ago. 2002. Disponível em: <<https://www.lewrockwell.com/2002/08/sean-corrigan/the-carlyle-group-cleans-up/>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

DE LEON, David. *The American as Anarchist: Reflections on Indigenous Radicalism*. Baltimore e London: The Johns Hopkins University Press, 1978.

DEVELOPMENT as Enclosure: The Establishment of the Global Economy. *The Ecologist* vol. 22, n. 4, pp. 131-147, jul./ago. 1992.

DOBB, Maurice. Introdução a MARX. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. New York: International Publishers, 1970.

DOBB. *Political Economy and Capitalism: Some Essays in Economic Tradition*, 2nd revised ed. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1940, 1960.

DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*. London: Routledge and Kegan Paul, Ltd, 1963.

DOBB. *Theories of Value and Distribution Since Adam Smith: Ideology and Economic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

DOHERTY, Brian. Libertarians and Greens: Room for Alliance?. *Hit & Run Blog*, 2 ago. 2004. Disponível em: <<http://reason.com/blog/2004/08/02/libertarians-and-greens-room-f>>. Acessado

em: 26 abr. 2016.

DOMHOFF, G. William. *The Higher Circles: The Governing Class in America*. New York: Vintage Books, 1971.

DOMHOFF. *The Power Elite and the State: How Policy is Made in America*. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

DOMHOFF. *Who Rules America?*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

DOMHOFF. *Who Rules America Now?*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1983, 1997.

DOMINICK, Brian A. An Introduction to Dual Power Strategy. *Anarchist Communitarian Network*, ca. 2004. Disponível em: <<http://left-liberty.net/?p=265>>. Acessado em: 29 fev. 2016.

DUGGER, William M. *Corporate Hegemony*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1989.

EAKINS, David W. Business Planners and America's Postwar Expansion. In: HOROWITZ, David (Ed.). *Corporations and the Cold War*. New York e London: Monthly Review Press, 1969. p. 143-172.

EDITORIAL. *International Socialist Review*, ano XIII, no. 6, dez 1912.

EKIRCH, A. Roger. *Bound for America: The Transportation of British Convicts to the Colonies, 1718-1775*. Oxford, UK: Clarendon Paperbacks, 1987.

ELKIN, Gary. Benjamin Tucker - Anarchist or Capitalist?. Disponível em: <http://flag.blackened.net/daver/anarchism/tucker/an_or_cap.html>. Acessado em: 28 out. 2003.

ELKIN. Mutual Banking. O original que Elkin publicado na web está fora do ar, mas foi reproduzido em um post no Google Groups alt.politics.communism, 12 jul. 1999. Disponível em: <<https://groups.google.com/d/msg/alt.politics.communism/c8z9ESklbiY/DBzggcQsfsJ>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

ELLIOT, William Yandell (Ed.). *The Political Economy of American Foreign Policy*. [S.l]: Holt, Rinehart & Winston, 1955.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1987. v. 25.

ENGELS. Preface to the First German Edition of The Poverty of Philosophy by Karl Marx. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1990[1884]. v. 26.

FEDERAL TRADE COMMISSION. *Hearings on Global and Innovation-Based Competition*. Washington, D. C., 21 nov. 1995. Disponível em: <https://www.ftc.gov/sites/default/files/documents/public_events/global-innovation-based-competition-hearings/gc112195.pdf>.

Acessado em: 26 abr. 2016.

FERGUSON, Thomas. *Golden Rule: The Investment Theory of Party Competition and the Logic of Money-Driven Political Systems*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

FERGUSON; ROGERS, Joel. *Right Turn*. New York: Hill and Wang, 1986.

FISCHER, Norman. The Ontology of Abstract Labor. *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n. 2, verão 1982.

FRANKLIN, Bruce. Debt Peonage: The Highest Form of Imperialism?. *Monthly Review*, vol. 33, n. 10, pp. 15-31, mar. 1982.

FRIEDENBERG, Edgar Z. *The Disposal of Liberty and Other Industrial Wastes*. Garden City, New York: Anchor, 1976.

FRIEDMAN, Thomas. What the World Needs Now. *New York Times*, New York, 28 mar. 1999.

GALBRAITH, John Kenneth. *The New Industrial State*. New York: Signet Books, 1967.

GAMBONE, Larry. An Anarchist Strategy Discussion. Upload feito originalmente em três partes

na página de arquivo do vcmdiscussion em YahooGroups. Reproduzido com permissão em *Mutualist.Org*. Disponível em: <<http://www.mutualist.org/id13.html>>. Acessado em: 22 ago. 2004.

GAMBONE. *For Community: the Communitarian Anarchism of Gustav Landauer*. Montreal: Red Lion Press, 2001.

GAMBONE. *Sane Anarchy*. Montreal: Red Lion Press, 1995.

GAMBONE. What is Anarchism?. *Total Liberty*, vol. 1, n. 3, outono 1998.

GARRISON, Roger W. Professor Rothbard and the Theory of Interest. In: BLOCK, Walter; ROCKWELL JR, Llewellyn H. (Eds.). *Man, Economy and Liberty: Essays in Honor of Murray N. Rothbard*. Auburn, Alabama: Auburn University Press, 1988.

GEORGE, Henry. *Progress and Poverty*. New York: Walter J. Black, 1942.

GIMPEL, Jean. *The Medieval Machine: The Industrial Revolution of the Middle Ages*. New York: Penguin, 1977.

GOLDSTEIN, Robert. *Political Repression in America: 1870 to the Present*. Cambridge, New York: Schenkman Publishing Co', 1978.

GOODMAN, Paul. *Compulsory Miseducation e The Community of Scholars*. New York: Vintage Books, 1962, 1964.

GOODMAN. *People or Personnel e Like a Conquered Province*. New York: Vintage Books, 1963, 1965.

GORDON, David M. *Fat and Mean: The Corporate Squeeze of Working Americans and the Myth of Management Downsizing*. New York: The Free Press, 1996.

GREEN, Mark J. et al. (Eds.). *The Closed Enterprise System*. Relatório do Grupo de Estudos de Ralph Nader sobre Aplicação do Antitruste. New York: Grossman Publishers, 1972.

GREENE, William B. *Mutual Banking*. New York: Gordon Press, 1849, 1974.

GROSS, Daniel. Socialism, American Style: Why American CEOs covet a massive European-style social-welfare state. *Slate*, 1 ago. 2003. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/business/moneybox/2003/08/socialism_americanstyle.html>. Acessado em: 11 fev. 2016.

GROVE, Benjamin. Gibbons Backs Drug Monopoly Bill. *Las Vegas Sun*, 18 fev. 2000. Disponível em: <<http://lasvegassun.com/news/2000/feb/18/gibbons-backs-drug-monopoly-bill/>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

HABERMAS, Jurgen. *Legitimation Crisis*. Tradução de Thomas McCarthy. United Kingdom: Polity Press, 1973, 1976.

HAMMOND, J. L.; HAMMOND, Barbara. *The Town Labourer (1760-1832)*. London: Longmans, Green & Co., 1917. 2 v.

HAMMOND; HAMMOND. *The Village Labourer (1760-1832)*. London: Longmans, Green & Co., 1913.

HARRINGTON, Michael. *Socialism*. New York: Bantam, 1970, 1972.

HARRINGTON. *The Twilight of Capitalism*. [S.l.]: Simon and Schuster, 1976.

HEAD to Head: M6 Toll Road. *BBC News*, 9 dez. 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/3303629.stm>. Acessado em: 10 dez. 2003.

HEIMANN, Eduard. Franz Oppenheimer's Economic Ideas. *Social Research*, New York, vol. 11, n. 1, pp. 27-39, fev. 1944.

HEINBERG, Richard. *The Party's Over: Oil, War, and the Fate of Industrial Societies*. [S.l.]: New

Society Publishers, 2003.

HESS, Karl. Letter From Washington: Where Are The Specifics?. *The Libertarian Forum*, 15 jun. 1969. Separata de: SILVERMAN, Henry J. (Ed.). *American Radical Thought: The Libertarian Tradition*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Co., 1970.

HESS, Karl; MORRIS, David. *Neighborhood Power: The New Localism*. Boston: Beacon Press, 1975.

HILFERDING, Rudolf. *Finance Capital*. Edição e tradução de Tom Bottomore. London e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1910 (1981).

HILL, Christopher. *The Century of Revolution: 1603-1714*. New York: W.W. Norton & Co., 1961.

HILL. *Reformation to the Industrial Revolution, 1530-1780*. London: Penguin Books, 1967. (Pelican Economic History of Great Britain, vol. II).

HOBBS, Carlton. Common Property in Free Market Anarchism: A Missing Link.

HOBBSAWN, E. J.; RUDÉ, George. *Captain Swing*. New York: W.W. Norton & Company, 1968).

HOBSON, J. A. *Imperialism: A Study*. London: Archibald Constable & Co., 1905.

HODGSKIN, Thomas. *Labour Defended Against the Claims of Capital*. New York: Augustus M. Kelley, 1963 [1825].

HODGSKIN. *The Natural and Artificial Right of Property Contrasted*. London: B. Steil, 1832.

HOFFMAN II, Michael A. *They Were White and They Were Slaves: The Untold History of the Enslavement of Whites in Early America*, 4th ed. Dresden, New York: Wiswell Ruffin House, 1992.

HOFSTADTER, Richard. *America at 1750: A Social Portrait*. New York: Vintage Books, 1973.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialectic of Enlightenment*. [S.l.:s.n.], 1944.

HOROWITZ, David (Ed.). *Corporations and the Cold War*. New York e London: Monthly Review Press, 1969.

HUNT, E. K. Marx's Concept of Human Nature and the Labor Theory of Value. *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n. 2, verão 1982.

HUNTINGTON, Samuel P.; CROZIER, Michael J.; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy*. Relatório sobre a Governabilidade de Democracias para a Trilateral Commission: Triangle Paper 8. New York: New York University Press, 1975.

ILLICH, Ivan. *Deschooling Society*. [S.l.:s.n.], 1970. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B98Qdzsez5oHbllEdnU4NnMtUHc>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

ILLICH. *Tools for Conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.

INGALLS, Joshua King. *Social Wealth: The Sole Factors and Exact Ratios in Its Acquirement and Apportionment*. New York: Social Science Publishing Co., 1885.

JACKSON, Bernie. The Fine Art of Conservation. *The Freeman: Ideas on Liberty*, vol. 48, n. 10, out. 1998.

JEVONS, William Stanley. *The Theory of Political Economy*, 5th ed. [S.l.]: Kelley & Millman, 1957.

JOHANSEN, Leif. Labor Theory of Value and Marginal Utilities. *Economics of Planning*, vol.3, n. 2, pp. 89-103, set. 1963.

JOHANSEN. Marxism and Mathematical Economics. *Monthly Review*, jan. 1963, pp. 505-13.

JOHNSON, Warren. *Muddling Toward Frugality*. San Francisco: Sierra Club Books, 1978.

JUDIS, John. Bare Minimum: Goodies for the Rich Hidden in Wage Bill. *The New Republic*, 28

out. 1996. Separata de: *Project Censored Yearbook 1997*. New York: Seven Stories Press, 1997.

KAUTSKY, Karl. Imperialism and the War. Traduzido por William E. Bohn. *International Socialist Review*, nov. 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

KOFSKY, Frank. *Harry Truman and the War Scare of 1948*. New York: St. Martin's Press, 1993.

KOLKO, Gabriel. *Confronting the Third World: United States Foreign Policy 1945-1980*. New York: Pantheon Books, 1988.

KOLKO. *The Roots of American Foreign Policy: An Analysis of Power and Purpose*. Boston: Beacon Press, 1969.

KOLKO. *The Triumph of Conservatism: A Reinterpretation of American History 1900-1916*. New York: The Free Press of Glencoe, 1963.

KONKIN III, Samuel Edward. Bad Capitalists Good Entrepreneurs. Message 3758 (24 jul. 2000) no grupo LeftLibertarian@Yahoogroups.com. Disponível em: <<http://groups.yahoo.com/group/LeftLibertarian/message/3758>>. Acessado em: 4 ago. 2004.

KONKIN III. *New Libertarian Manifesto*, 2nd ed. [S.l.]: Koman Publishing, 1983. Disponível em: <<http://flag.blackened.net/daver/anarchism/nlm/nlm1.html>>. Acessado em: 16 fev. 2002.

KORTEN, David. *When Corporations Rule the World*. West Hartford, Connecticut: Kumarian Press, 1995; San Francisco, California: Berrett-Koehler Publishers, 1995).

KROPOTKIN, Peter. *Mutual Aid: A Factor of Evolution*. New York: Doubleday, Page & Co., 1909.

KROPOTKIN. *The State: Its Historic Role*. Disponível em: <http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/kropotkin/state/state_toc.html>. Acessado em: 12 nov. 2003.

LA MONTE, Robert Rives. You and Your Vote. *International Socialist Review*, ano XIII, n. 2, ago. 1912.

LAYNE, Christopher; SCHWARTZ, Benjamin. American Hegemony Without an Enemy. *Foreign Policy*, vol. 92, outono 1993.

LAZONICK, William. *Business Organization and the Myth of the Market Economy*. New York: Cambridge University Press, 1991.

LAZONICK. *Competitive Advantage on the Shop Floor*. New York: Cambridge University Press, 1990.

LEGUIN, Ursula. *The Dispossessed*. New York: Harper Paperbacks, 1974.

LENIN, Vladimir. *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. New York: International Publishers, 1916, 1939.

LEWIS, Chris. Public Assets, Private Profits. *Multinational Monitor*, jan./fev. 1993, pp. 8-11. Separata de: *Project Censored Yearbook 1994*. New York: Seven Stories Press, 1994.

LEYBURN, James G.. *The Scotch-Irish: A Social History*. Chapel Hill, North Carolina: University of North Carolina Press, 1962.

LIGGIO, Leonard P. American Foreign Policy and National Security Management. In ROTHBARD; RADOSH (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972.

LONG, Roderick T. Dismantling Leviathan From Within, Part I: Can We? Should We?. *Formulations*, vol. 2, n. 4, verão 1995. Disponível em: <<http://freenation.org/a/f24l3.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

LONG. Dismantling Leviathan From Within, Part II: The Process of Reform. *Formulations*, vol. 3, n. 1, outono 1995. Disponível em: <<http://freenation.org/a/f31l3.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

LONG. Dismantling Leviathan From Within, Part III: Is Libertarian Political Action Self-Defeating?. *Formulations*, vol. 3, n. 2, inverno 1995-6. Disponível em: <<http://freenation.org/a/f32l1.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

LONG. Dismantling Leviathan From Within, Part IV: The Sons of Brutus. *Formulations*, vol. 3, n. 3, primavera 1996. Disponível em: <<http://freenation.org/a/f33l3.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

LONG. A Plea for Public Property. *Formulations*, vol. 5, n. 3, primavera 1998. Disponível em: <<http://freenation.org/a/f53l1.html>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

LONG. Toward a Libertarian Theory of Class. *Social Philosophy & Policy*, vol. 15, n. 2, pp 303 - 349, verão 1998.

MACDONAGH, Oliver. The Anti-Imperialism of Free Trade. *The Economic History Review*, vol. 14, n. 3, pp. 489-501, 1962.

MACHAN, Tibor. On Airports and Individual Rights. *The Freeman: Ideas on Liberty*, fev. 1999.

MACLEOD, Ken. *The Star Fraction*. Publicado como parte da trilogia *The Fall Revolution*. New York: SFBC, 1995, 2001.

MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward (Eds.). *The Case Against the Global Economy (and for a turn toward the local)*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

MARGLIN, Steven A. What Do Bosses Do? The Origins and Functions of Hierarchy in Capitalist Production--Part I. *Review of Radical Political Economics*, vol. 6, n. 2, verão 1974.

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics: An Introductory Volume*, 8th ed. New York: The MacMillan Company, 1948.

MARTIN, James J. *Men Against the State: The Expositors of Individualist Anarchism in America, 1827-1908*. Colorado Springs: Ralph Myles, Publisher, 1970.

MARX, Karl. Afterword to Second German Edition of Capital (1873). In MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1996. v. 35, pp. 12-20.

MARX; ENGELS. *Capital* vol. 1, 1st English ed. (1887). In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. (New York: International Publishers, 1996). v. 35.

MARX; ENGELS. *Capital* vol. 3. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1998. v 37.

MARX. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1987-88. v. 29-30.

MARX. *The Economic and Philosophical Manuscripts of 1844*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1975. v. 3.

MARX. *Grundrisse*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1986-87. v. 28-29.

MARX. *The Poverty of Philosophy*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1976. v. 6

MARX. *Theories of Surplus Value*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1988-89. v. 30-32.

MARX. *Value, Price and Profit*. In: MARX; ENGELS. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1985. v. 20.

MATTICK, Paul. The Economics of War and Peace. *Dissent*, vol. 111, n. 4, outono 1956.

MATTICK. *Marx and Keynes: The Limits of the Mixed Economy*. London: Merlin Press, 1969.

MAYER, Arno. *The Persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. New York: Pantheon Books, 1981.

MCCARTHY, John P. *Hilaire Belloc: Edwardian Radical*. Indianapolis: Liberty Press, 1978.

MEEK, Ronald L. *Studies in the Labour Theory of Value*, 2nd ed. New York e London: Monthly Review Press, 1956.

MELMAN, Seymour. *The Permanent War Economy: American Capitalism in Decline*. New York: Simon and Schuster, 1974.

MELMAN. *Profits without Production*. New York: Alfred A. Knopf, 1983.

MENGER, Carl. *Principles of Economics*. Tradução de James Dingwall e Bert F. Hoselitz. Grove City, PA: Libertarian Press, 1976.

MICHELS, Robert. *Political Parties*. Tradução de Eden Paul e Cedar Paul. New York: The Free Press, 1962.

MILL, John Stuart. *Principles of Political Economy: with Some of Their Applications to Social Philosophy*. In: *Collected Works of John Stuart Mill*. University of Toronto Press, 1965. vols. II-III.

MILLS, C. Wright. *The Power Elite*. Oxford e New York: Oxford University Press, 2000 (1956).

MISES, Ludwig von. *Human Action*. Chicago: Regnery, 1949, 1963, 1966.

MISES. *Socialism*. New York: Yale University Press, 1951.

MONBIOT, George. Bottom of the Barrel. *The Guardian*, 2 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.monbiot.com/2003/12/02/the-bottom-of-the-barrel/>>. Acessado em: 19 fev. 2016.

MONTGOMERY, David. *The Fall of the House of Labor*. New York: Cambridge University Press, 1979.

MONTGOMERY. *Workers' Control in America*. New York: Cambridge University Press, 1979.

MOORE, Richard K. about those torture photos. *Cyberjournal*, 19 mai. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040816074400/http://cyberjournal.org/cj/show_archives/?id=%27811%27&batch=%2716%27&lists=%27cj%27>. Acessado em: 8 ago. 2004.

MOORE. Escaping the Matrix. *Whole Earth*, verão 2000, pp. 50-59.

MORALES, Frank. U.S. Military Civil Disturbance Planning: The War at Home. *Covert Action Quarterly* vol. 69, primavera-verão 2000. Disponível em: <<https://cryptome.org/garden-plot.htm>>. Acessado em: 25 fev. 2016.

MYERS, Gustavus. *History of the Great American Fortunes*. Chicago: C. H. Kerr & Company, 1910.

NASH, Gary B. *Class and Society in Early America*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1970.

NATHANSON, Charles E. The Militarization of the American Economy. In: HOROWITZ, David (Ed.). *Corporations and the Cold War*. New York e London: Monthly Review Press, 1969. p. 205-235.

NEUMANN, Franz. *Behemoth*. [S.l.:s.n.], 1942.

NKRUMAH, Kwame. *Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism*. New York: International Publishers, 1965.

NOBLE, David. *America by Design: Science, Technology, and the Rise of Corporate Capitalism*. New York: Alfred A. Knopf, 1977.

NOBLE. *Forces of Production: A Social History of Industrial Automation*. New York: Alfred A. Knopf, 1984.

NOCK, Albert Jay. *Our Enemy, the State*. Delavan, Wisconsin: Hallberg Publishing, 1983.

NOMAD, Max. Karl Marx - Anti-Bourgeois or NeoBourgeois?. Disponível em: <<https://libcom.org/library/karl-marx-anti-bourgeois-or-neo-bourgeois-max-nomad>>. Acessado em: 26 abr. 2016.

NOZICK, Robert. *Anarchy, State, and Utopia*. U.S.A.: Basic Books, 1974.

O'CONNOR, James. *Accumulation Crisis*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

O'CONNOR. *Fiscal Crisis of the State*. New York: St. Martin's Press, 1973.

OPPENHEIMER, Franz. A Post Mortem on Cambridge Economics, part I. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 2, n. 3, pp. 369-76, 1942-43.

OPPENHEIMER. A Post Mortem on Cambridge Economics, part II. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 2, n. 4, pp. 533-41, 1943.

OPPENHEIMER. A Post Mortem on Cambridge Economics, part III. *The American Journal of Economics and Sociology*, vol. 3, n. 1, pp. 115-24, 1944.

OPPENHEIMER. *The State*. Tradução de John Gitterman. San Francisco: Fox & Wilkes, 1997.

ORTON. Cohen's Argument. *Free-Market.net Forum*, 1 jan. 2001. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Property and Panarchy. *Free-Market.net Forum*, 20 dez. 2000. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Property (Wolf De Voon). *Anti-State.com Forum*, 07 jul. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Re: Anarch-Socialism. *Anti-State.com Forum*, 1 abr. 2004. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON, Bill. Re: On the Question of Private Property. *Anti-State.com Forum*, 26 ago. 2003. [Nota do Editor: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Re: On the Question of Private Property. *Anti-State.com Forum*, 30 ago. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Re: Poll: What if An-capistan turned anticapitalist? *Anti-State.com Forum*, 31 jan. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Which is MORE important--market or anarchy? *Anti-State.com Forum*, 23 ago. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Yet Another Variation. *Anti-State.com Forum*, 7 dez. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORTON. Re: Yet Another Variation.... *Anti-State.com Forum*, 8 dez. 2003. [N. do E.: Infelizmente o material se encontra agora indisponível on-line.]

ORWELL, George. 1984. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1949, 1981. (Signet Classics).

PAUKER, Guy. *Military Implications of a Possible World Order Crisis in the 1980s*, R-2003-AF. Santa Monica: Rand Corporation, 1977.

PAUKER. *Sources of Instability in Developing Countries*, P-5029. Santa Monica: Rand Corporation, 1973.

PAYER, Cheryl. *The Debt Trap: The International Monetary Fund and the Third World*. New York: Monthly Review Press, 1974.

PENG, Martin Khor Kok. *The Uruguay Round and Third World Sovereignty*. Penang, Malaysia:

Third World Network, 1990.

PEOPLE'S BICENTENNIAL COMMISSION. *Common Sense II: The Case Against Corporate Tyranny*. New York: Bantam, 1975.

PERELMAN, Michael. *Classical Political Economy: Primitive Accumulation and the Social Division of Labor*. Totowa, New Jersey: Rowman & Allanheld; London: F. Pinter, 1984, ca. 1983.

PETTINGILL, John S. Firearms and the Distribution of Income: A Neo-Classical Model. *Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n. 2, , pp. 1-10, verão 1981.

PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard. *Regulating the Poor*. New York: Vintage Books, 1971, 1993.

PORTER, Adam. Is the world's oil running out fast? *BBC News*, 7 jun. 2004. Disponível on-line em: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/3777413.stm>>. Acessado em: 15 mai. 2004.

POLLOCK, Frederick. State Capitalism. *Studies in Philosophy and Social Science*, vol. IX, n. 3, 1941.

PRESTON, Keith. Conservatism is Not Enough: Reclaiming the Legacy of the Anti-State Left. *American Revolutionary Vanguard*. Disponível em: <<http://www.attackthesystem.com/conservatism.html>>. Acessado em: 22 ago. 2004.

PRESTON. Philosophical Anarchism and the Death of Empire. *American Revolutionary Vanguard*. Disponível em: <<http://www.attackthesystem.com/philo.html>>. Acessado em: 22 ago. 2004.

PROUDHON, Pierre Joseph. *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century*. Tradução de John Beverly Robinson. New York: Haskell House Publishers, 1923, 1969 [1851].

PROUDHON. *The Principle of Federation*. Tradução de Richard Vernon. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1979 [1863].

PROUDHON. *Selected Writings of Proudhon*. Edição de Stewart Edwards, tradução de Elizabeth Fraser. Garden City, New York: Anchor, 1969.

PROUDHON. *System of Economical Contradictions or, The Philosophy of Misery*. Tradução de Benjamin Tucker. Boston: Benjamin R. Tucker, 1888.

PROUDHON. *What Is Property? An Inquiry Into the Principle of Right and of Government*. Disponível em: <http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/proudhon/ProudhonCW.html>. Acessado em: 1 out. 2001.

RADOSH, Ronald. The Myth of the New Deal. In: ROTHBARD; RADOSH (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972.

RAGHAVAN, Chakravarthi. *Recolonization: GATT, the Uruguay Round & the Third World*. Penang, Malaysia: Third World Network, 1990.

REDDEN, Jim. Police State Targets the Left. *The ZohShow: Newsbytes*, 2 mai. 2000. Disponível em: <<http://r2klegal.protestarchive.org/media/jr-022101.html>>. Acessado em 26 fev. 2016.

REDDEN. *Snitch Culture: How Citizens are Turned into the Eyes and Ears of the State*. Venice, California: Feral House, 2000.

RENSHAW, Patrick. *The Wobblies*. Garden City, New York: Anchor Books, 1967.

REYNOLDS, Diana. The Rise of the National Security State: FEMA and the NSC. *Covert Action Information Bulletin*, n. 33, inverno 1990. Reproduzido por The Public Eye em <<http://www>.

publiceye.org/liberty/fema/Fema_1.html>. Acessado em: 15 abr. 2001.

RICARDO, David. Absolute Value and Exchangeable Value (A Rough Draft). In: SRAFFA, Piero (Ed.). *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951. v. 4.

RICARDO. *Principles of Political Economy and Taxation*, 3rd ed. London: John Murray, Albemarle Street, 1821. Separata de: SRAFFA, Piero (Ed.). *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951. v. 1.

RICH, Bruce. The Cuckoo in the Nest: Fifty Years of Political Meddling by the World Bank. *The Ecologist*, vol. 24, n. 1, pp. 8-13, jan./fev. 1994.

ROBERTSON, J. B. *The Economics of Liberty*. Minneapolis: Herman Kuehn, 1916.

ROLL, Eric. *A History of Economic Thought*, 3rd ed. Englewood, New Jersey: Prentice-Hall, 1956.

RONFELDT, David. *The Zapatists "Social Netwar" in Mexico*, MR-994-A. Santa Monica: Rand, 1998.

ROSENBERG, Paul. *The Empire Strikes Back: Police Repression of Protest From Seattle to L.A.* Los Angeles: L. A. Independent Media Center, 2000. Disponível em: <<http://www.protestarchive.org/R2KLegal/pdf/empire-strikes.pdf>>. Acessado em: 25 fev. 2016.

ROTHBARD, Murray. The Anatomy of the State. *Rampart Journal of Individualist Thought* vol. 1, n. 2, verão 1965. Reimpresso pela Libertarian Alliance. Disponível em: <<http://www.la-articles.org.uk/rothbard.pdf>>. Acessado em 27 abr. 2016.

ROTHBARD. Confessions of a Right-Wing Liberal. In: SILVERMAN, Henry J. (Ed.). *American Radical Thought: The Libertarian Tradition*. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Co., 1970.

ROTHBARD. Confiscation and the Homestead Principle. *The Libertarian Forum*, 15 jun. 1969.

ROTHBARD. How and How Not to Desocialize. *The Review of Austrian Economics*, vol. 6, n. 1, 1992.

ROTHBARD. *Man, Economy and State: A Treatise on Economic Principles*. Auburn University, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 1993.

ROTHBARD. *Power and Market: Government and the Economy*. Kansas City: Sheed Andrews and Mcmeel, 1970, 1977.

ROTHBARD. The Student Revolution. *The Libertarian* (logo renomeada como *The Libertarian Forum*), 1 mai. 1969.

ROTHBARD. War Collectivism in World War I. In: ROTHBARD; RADOSH (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972.

ROTHBARD; RADOSH, Ronald (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972.

SALE, Kirkpatrick. *Human Scale*. New York: Coward, McCann & Geoghegan, 1980.

SAY, John-Baptiste. *A Treatise on Political Economy*. Tradução de C. R. Prinsep a partir da 4ª ed. francesa. Philadelphia: John Grigg, 1827.

SCHLESINGER, JR, Arthur. *The Age of Jackson*. Boston: Houghton-Mifflin, 1946.

SCHUMPETER, Joseph. Imperialism. In: _____. *Imperialism, Social Classes: Two Essays by Joseph Schumpeter*. Tradução de Heinz Norden, introdução de Hert Hoselitz. New York: Meridian Books, 1955.

SCHUMPETER. *Ten Great Economists From Marx to Keynes*. New York: Oxford University Press, 1965.

SCIABARRA, Chris Matthew. *Total Freedom: Toward a Dialectical Libertarianism*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2000.

SEIDMAN, Michael. *Towards a History of Workers Resistance to Work: Paris and Barcelona during the French Popular Front and the Spanish Revolution, 1936-38*. [S.l.:s.n.], ca. 1988. Disponível em: <<https://libcom.org/book/export/html/1514>>. Acesado em 27 abr. 2016.

SHEA, Robert; WILSON, Robert Anton. *The Illuminatus! Trilogy*. New York: Dell Publishing Co., Inc., 1975.

SHOUP, Laurence H.; MINTER, William. Shaping a New World Order: The Council on Foreign Relations' Blueprint for World Hegemony, 1939-1945. In: SKLAR, Holly (Ed.). *Trilateralism: The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*. Boston: South End Press, 1980. pp. 135-156.

SILBER, Arthur. In Praise of Contextual Libertarianism. *The Light of Reason*, 2 nov. 2003. Disponível em: <<http://powerofnarrative.blogspot.com/2003/11/in-praise-of-contextual-libertarianism.html>>. Acessado em 27 abr. 2016.

SIMCOCK, Jonathan. Editorial for Current Edition. *Total Liberty* vol. 1, n. 3, outono 1998. Disponível em: <<http://www.spunk.org/library/pubs/tl/sp001872.html>>. Acessado em: 22 ago. 2004.

SKLAR, Holly (Ed.). *Trilateralism: The Trilateral Commission and Elite Planning for World Management*. Boston: South End Press, 1980.

SKLAR, Martin J. *The Corporate Reconstruction of American Capitalism, 1890-1916: The Market, the Law, and Politics*. Cambridge, New York e Melbourne: Cambridge University Press, 1988.

SKLAR. Woodrow Wilson and the Political Economy of Modern United States Liberalism. In: ROTHBARD; RADOSH, Ronald (Eds.). *A New History of Leviathan: Essays on the Rise of the American Corporate State*. New York: E.P. Dutton & Co., 1972.

SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago, London, Toronto: Encyclopedia Britannica, 1952.

SMITH, Robert Freeman. American Foreign Relations, 1920-1942. In: BLEDDSTEIN, Barton J. (Ed.). *Towards a New Past: Dissenting Essays in American History*. New York: Vintage Books, 1967, 1968.

SMITH, Sam. How You Became the Enemy. *Progressive Review*, 1997. Disponível em: <<http://www.mega.nu/ampp/enemy.html>>. Acessado em: 15 abr. 2001.

STAMM, Ed. Anarchists Condemn Anti-WTO Riots. *The Match!*, primavera 2000.

STAUDENMAIER, Peter. Anarchism and the Cooperative Ideal. *The Communitarian Anarchist*, vol. 1, n. 1, ca. 2000.

STAVRIANOS, L. S. *The Promise of the Coming Dark Age*. San Francisco: W. H. Freeman and Co., 1976.

STEIN, Barry. *Size, Efficiency, and Community Enterprise*. Cambridge, Massachusetts: Center for Community Economic Development, 1974.

STINNETT, Robert. *Day of Deceit: The Truth About FDR and Pearl Harbor* (New York: Free Press, 1999).

STROMBERG, Joseph R. Experimental Economics, Indeed. *Mises Daily*, 7 jan. 2004.

Disponível em: <<https://mises.org/library/experimental-economics-indeed>>. Acessado em: 27 abr. 2016.

STROMBERG. Free Trade, Mercantilism and Empire. *Anti-War Blog*, 28 fev. 2000. Disponível em: <<http://www.antiwar.com/stromberg/s022800.html>>. Acessado em: 28 out. 2003.

STROMBERG. *The Political Economy of Liberal Corporatism*. [S.l.]: Center for Libertarian Studies, 1977.

STROMBERG. The Role of State Monopoly Capitalism in the American Empire. *Journal of Libertarian Studies*, vol. 15, n. 3, pp. 57-93, verão 2001. Disponível em: <<https://mises.org/library/role-state-monopoly-capitalism-american-empire>>. Acessado em: 27 abr. 2016.

STRUICK, Dirk J. Introduction a MARX, Karl. *The Economic & Philosophical Manuscripts of 1844*. New York: International Publishers, 1964.

SWEETZ, Paul M. Competition and Monopoly. *Monthly Review* vol. 33, n. 1, pp. 1-16, mai. 1981.

TAWNEY, R. H. *Religion and the Rise of Capitalism*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1926.

THOMPSON, E. P. *The Making of the English Working Class*. New York: Vintage, 1963, 1966.

TOLSTOY, Leo. "Parable". Disponível em: <<http://socialismoryourmoneyback.blogspot.com.br/2009/03/parable-by-leo-tolstoy-16.html>>. Acessado em 10 fev. 2016.

TUCCILLE, Jerome. "Bits and Pieces". *The Libertarian Forum*, 1 nov. 1970.

TUCKER, Benjamin R. *Instead of a Book, By a Man Too Busy to Write One*. Gordon Press facsimile. New York:[s.n.], 1897, 1973.

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY. *United States Participation in the Multilateral Development Banks in the 1980s*, Washington, D.C., 1982.

US Army Intel Units Spying on Activists. *Intelligence Newsletter*, n. 381, 5 abr. 2000. Disponível em: <<https://groups.yahoo.com/neo/groups/smygo/conversations/messages/47>>. Acessado em: 25 fev. 2016.

US SENATE COMMITTEE ON BANKING, HOUSING, AND URBAN AFFAIRS. Testimony of Chairman Alan Greenspan. Washington, D. C., 26 fev. 1997. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/boarddocs/hh/1997/february/testimony.htm>>. Acessado em 27 abr. 2016.

WAKEFIELD, E. G. *A View of the Art of Colonization*. New York: Augustus M. Kelley, 1849, 1969. (Reprints of Economic Classics)

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy: Essays*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN. *Historical Capitalism*. London, New York: Verso, 1983.

WALLERSTEIN. *The Modern World System - Part I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN. *The Modern World System - Part II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.

WALLING, William English. *Socialism as it Is: A Survey of the World-Wide Revolutionary Movement*. New York: MacMillan & Co., 1912.

WEBER, Diane Cecilia. Warrior Cops: The Ominous Growth of Paramilitarism in American Police Departments. *Cato Briefing Paper*, n. 50, 26 ago. 1999. Disponível em: <<http://www.cato.org/pubs/briefs/bp-050es.html>>. Acessado em 15 abr 2001.

WEINSTEIN, James. *The Corporate Ideal in the Liberal State: 1900-1918*. Boston: Beacon Press, 1968.

WERTENBAKER, Thomas J. *The First Americans: 1607-1690*. Chicago: Quadrangle Books, 1971.

WILLIAMS, William Appleman. *The Contours of American History*. Cleveland e New York: The World Publishing Company, 1961.

WILLIAMS. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: Dell Publishing Company, 1959, 1962.

WORLD Oil Supplies Running Out Faster than Expected. *Oil and Gas Journal*, 12 ago. 2002.

ZEPEZAUER, Mark; NAIMAN, Arthur. *Take the Rich Off Welfare*. [S.l.]: Odonian Press/Common Courage Press, 1996.